



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

ROBERTA TEIXEIRA GONÇALVES

**LEMBRANÇAS DE UMA GUERRA: APROPRIAÇÕES POLÍTICAS
DAS MEMÓRIAS E HISTÓRIAS ACERCA DA GUERRA
CISPLATINA OU GUERRA DEL BRASIL NO SÉCULO XIX**

Campinas

2015

ROBERTA TEIXEIRA GONÇALVES

**LEMBRANÇAS DE UMA GUERRA: APROPRIAÇÕES POLÍTICAS DAS
MEMÓRIAS E HISTÓRIAS ACERCA DA GUERRA CISPLATINA OU GUERRA
DEL BRASIL NO SÉCULO XIX**

Tese apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Doutora em História, na área Política Memória e Cidade.

Supervisor/Orientador: Profa. Dra. IZABEL ANDRADE MARSON

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO
FINAL DA TESE DEFENDIDA PELA ALUNA
ROBERTA TEIXEIRA GONÇALVES, E
ORIENTADA PELA PROFA. DRA. IZABEL
ANDRADE MARSON.

Amerson.

CAMPINAS

2015

Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s): CNPq

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/3387

G586L Gonçalves, Roberta Teixeira, 1981-
Lembranças de uma guerra : apropriações políticas das memórias e histórias acerca da Guerra Cisplatina ou Guerra del Brasil no século XIX / Roberta Teixeira Gonçalves. – Campinas, SP : [s.n.], 2015.

Orientador: Izabel Andrade Marson.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. 2. Cisplatina, Guerra da, 1825-1828. 3. Estado Nacional. 4. Memória. I. Marson, Izabel Andrade, 1948-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Memories of a war : political possessions of remembrances and stories about the Cisplatine War or about the Guerra del Brasil in nineteenth century

Palavras-chave em inglês:

Brazilian Historical and Geographical Institute

Cisplatine, War of 1825-1828

National state

Memory

Área de concentração: Política, Memória e Cidade

Titulação: Doutora em História

Banca examinadora:

Izabel Andrade Marson [Orientador]

Márcia Regina Capelari Naxara

Virgínia Célia Camilotti

José Alves de Freitas Neto

Jéfferson Cano

Data de defesa: 28-09-2015

Programa de Pós-Graduação: História



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa da Tese de Doutorado, composta pelos Professores Doutores a seguir descritos, em sessão pública realizada em 28/09/2015, considerou a candidata Roberta Teixeira Gonçalves aprovada.

Profª. Dra. Izabel Andrade Marson (IFCS- UNICAMP)

Profª. Dra. Márcia Regina Capelari Naxara (UNESP-FRANCA)

Profª. Dra. Virgínia Célia Camilotti (UNIMEP)

Prof. Dr. José Alves de Freitas Neto (DH-UNICAMP)

Prof. Dr. Jéfferson Cano (IEL-UNICAMP)

A Ata de Defesa, assinada pelos membros da Comissão Examinadora, consta no processo de vida acadêmica da aluna.

*Dedico a meus pais e a minha avó
Roberto Gonçalves,
Neuza Maria Gonçalves (in memoriam) e Therezinha de
Jesus Teixeira (in memoriam)*

Agradeço a Deus

E aos meus pais, Roberto dos Santos Gonçalves e Neuza Maria Teixeira Gonçalves e a minha avó Therezinha de Jesus Teixeira, porque a eles nunca será demais.

Agradeço aos meus familiares, principalmente a meus tios Vanda Teixeira, Fátima Teixeira e João Carlos Teixeira. Além da minha família emprestada, Elizabeth Antunes, Lucinda Antunes e Joaquim Antunes. E às minhas amigas de sempre Cíntia Caldas, Sahra Baleiros, Patrícia Santana e as Kelpas, bem como a minha irmã de coração, Fabiana Arruda, presente tanto em momentos caóticos quanto diante de uma torta da Lecadô. A meus colegas de trabalho, Antônio Magalhães, Sandra e Tatiana Maia.

À minha orientadora, Izabel Marson, devo um agradecimento especial por resistir frente a minha teimosia e a uma overdose de Guerra Cisplatina. A todos os meus professores, agradeço, sobretudo, aos que me inspiraram e contribuíram para minha formação intelectual e humana: Luís Edmundo de S. Moraes e Francisca Lúcia Nogueira Azevedo, a culpada por minha paixão pela América hispânica. Aos meus professores da Unicamp que com suas aulas espantaram meu sono e o frio congelante de Campinas: Stella Bresciani, Izabel Marson, Iara Schiavinatto, Leila Algranti, Cristina Meneguello e José Alves, um interlocutor essencial para assuntos do Prata.

À banca do Exame de Qualificação, Profa. Dra. Leila Algranti e Prof. Dr. Jéfferson Cano e à banca de Defesa, Profa. Dra. Márcia Regina Capelari Naxara (UNESP-FRANCA), Profa. Dra. Virgínia Célia Camilotti (UNIMEP), Prof. Dr. José Alves de Freitas Neto (DH-UNICAMP), Prof. Dr. Jéfferson Cano (IEL-UNICAMP) e os suplentes Profa. Dra. Eide Sandra de Azevedo Abreu (UEM), Profa. Dra. Leila Mezan Algranti (DH-UNICAMP) e Profa. Dra. Josianne Francia Cerasoli (DH-UNICAMP), agradeço o “heroísmo” de ler meu texto até o final e ainda contribuir com sugestões e críticas.

Aos meus companheiros da turma de doutorado pelas conversas, pelos cafés e por me apresentarem a exótica culinária local com seus cachorros-quentes com purê de batatas, obrigadas. Em especial, agradeço a Adriana Coimbra, Roselene Ferrante, Marina Barbosa, Joana Schossler, Maíra Andrade, Kelly Keiko, José Antonio, Andressa Rodrigues – que me deu de bom grado abrigo – e Cleverton de Lima, um amigo constante apesar da

distância física. Às minhas amigas olímpicas, Raquel Gomes e Alessandra Pedro (vulgo Leca) que tanto implicaram com meu sotaque, agradeço.

Agradeço também a atenção dos funcionários das instituições em que realizei a minha pesquisa, na Argentina, no Uruguai e no Brasil. Esta tese contou com o financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq, sem o qual não seria possível sua concretização.

E ainda minha gratidão e apreço a André Senra.

A todos estes, muito obrigada.

Paredes

O pintor Waldeny Elias atende à campainha de seu ateliê na rua General Vitorino e lá está Mario Quintana. Viera agradecer pelo presente, uma “pintura de bolso”, de 6 cm x 4 cm. Levava-a, contou com um sorriso português, “na algibeira do fato domingueiro”.

Retribuiu presenteando o velho amigo, a quem chamava de Pinta-mundos, com o recém-lançado livro Do caderno H. Na dedicatória, justificou por que não havia aceito um quadro grande que o pintor lhe oferecera.

“Elias, me desculpe e acredite. Eu não tenho paredes. Só tenho horizontes...”

— Juarez Fonseca, em *Ora bolas*.

Resumo

Este trabalho analisa a construção memorialística e os primeiros relatos historiográficos acerca da Guerra Cisplatina apreciando os discursos dos representantes das três regiões envolvidas, a saber: as Províncias Unidas do Rio da Prata, o Império brasileiro e a Banda Oriental. A pesquisa pretendeu identificar as culturas políticas em jogo durante a elaboração desses textos que não guardavam, necessariamente, relação com a guerra; mas que demonstram, nesta pesquisa, que a escrita dessas narrativas atendeu, sobretudo, ao jogo político do período em que foram formuladas – a segunda metade do oitocentos – momento de embate e consolidação de projetos de cunho nacional nos três países envolvidos.

Palavras-chave: Guerra cisplatina; Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB); Estado nacional, memória.

Abstract

This work aims to analyze the memoirs construction and the first historiographical reports about the Cisplatine War, making use of the representatives' of the three regions involved speeches, namely: the United Provinces of the River Plate, the Brazilian Empire and the Cisplatine State. The research targets to identify the political cultures which are at stake during the creation of these texts, for they do not keep necessarily related to the war. We also aim to show, therefore, that the writing of these narratives met the interests of the political game of the period when they were made - the second half of the years of eight hundred – As it was a moment for confrontation and consolidation of national-oriented projects in the three countries involved.

Keywords: Cisplatine War; Brazilian Historical and Geographical Institute – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB); National States, Memory

Listas de ilustrações, tabelas, abreviaturas, siglas e símbolos

Figura 1. Configuração do Império do Brasil, em 1821, com a anexação da província Cisplatina.....	32
Figura 2. Algumas operações militares de 1827.....	45
Figura 3. Principais locais de batalha, povoações e fortes durante a Guerra Cisplatina	46
Figura 4. Plano de Montevideú sitiada durante a Guerra Grande	62
Figura 5. Movimento das tropas no final da Guerra.....	72
Figura 6. O território em litígio	77

Sumário

Introdução	14
Capítulo 1. Entre a política e a história: a Guerra Cisplatina em pauta (1823-1828).....	24
1.1 Entre duas fábulas: a Guerra Cisplatina por seus participantes	28
1.2 Ituzaingó ou Rosário: duas histórias para uma mesma batalha	47
1.3 Império: o retorno à guerra na Revista do IHGB	50
1.4 A Guerra Grande	56
1.5 O tratado de Honório Hermeto	64
Capítulo 2. Uma guerra de memórias	78
2.1 As recordações de Machado de Oliveira	79
2.2 O questionário do IHGB: os culpados pelo Passo	93
2.3 Memória histórica: a questão dos limites entre o Brasil e o Uruguai.....	100
2.4 Recordações de um estrangeiro: o coronel Anton Adolph Friedrich von Sewloh	113
2.5 Viagem ao Brasil: as lembranças de Carl Seidler	123
2.6 Lima e Silva: escritos esquecidos	130
Capítulo 3. A Cisplatina que entrou para a história.....	151
3.1 Titara: o grande exército libertador	152
3.2 Sena contra o <i>Memorandum</i> argentino	165
3.3 Pereira da Silva: a história do Império	173

Capítulo 4. O debate do outro lado do Prata unitários versus federales nas fontes argentinas e uruguaias sobre a Cisplatina	187
4.1 A <i>Exposición</i> do General Alvear sobre a Guerra del Brasil	188
4.2 Contra a <i>Exposición</i> de Alvear: Memórias do General Tomas de Iriarte.....	199
4.3 O <i>Memorandum</i> do Almirante Guillermo Brown	220
4.4 Contra Alvear e Lavalleja: José del Piño e a guerra pela perspectiva da Banda Oriental	229
4.5 Unitários <i>versus</i> federales: os Recuerdos de José Maria Todd	242
Capítulo 5. A Guerra e a unidade Nacional: entre o ‘romantismo’ e o ‘revisionismo’	253
5.1 Civilização e barbárie: a guerra no Prata.....	255
5.2 Lamas: o autoritarismo de Rosas por um uruguaio	265
5.3 A república de Vicente Fidel López	274
5.4 Ernesto Quesada: por Mitre e contra López	291
5.5 Saldías e um novo lugar para Rosas	303
Considerações finais	311
Fontes Impressas	318
Fontes Complementares	319
Referências bibliográficas	321
Referências iconográficas	330

Introdução

Eis o que pensei: para o acontecimento mais banal se tornar uma aventura, é preciso, e é bastante, que nos ponhamos a contá-lo. É o que engana as pessoas: um homem é sempre um narrador de histórias: vive cercado das suas histórias e das de outrem, vê tudo quanto lhe sucede através delas; e procura viver a sua vida como se estivesse a contá-la. Mas é preciso escolher: viver ou contar [...].

— Jean Paul Sartre, *A náusea*.

Por ora, o esforço será de contar. Contar as muitas versões para a Guerra Cisplatina, as quais parecem se distanciar dos eventos ocorridos entre 1825-1828 e que, ainda assim, não deixam de fazer parte do que foi essa guerra. Espera-se, porém, que não suceda ao leitor o mesmo que a Antoine Roquetin em *A náusea* que, com o tempo, perdeu o interesse de investigar o Marquês de Rollebon, mas que, ao contrário, resista bravamente à longa, e por vezes repetitiva, análise sobre as narrativas da Cisplatina ou *Guerra del Brasil*.

Cabe ainda frisar que nesses anos em que a Guerra Cisplatina me acompanha como tema de pesquisa, não raras foram as vezes em que fui questionada, seja por meus pares ou não, acerca dos motivos que me impulsionaram a desenvolver um trabalho cuja temática estivesse centrada em um acontecimento bélico. Longe de um interesse por toda ação própria a essa categoria de eventos, esse encontro teve um caráter, sobretudo, circunstancial. Foi a partir da participação em um grupo de estudos¹ preocupado em catalogar o acervo da Biblioteca Nacional sobre a Guerra Cisplatina que tive o primeiro contato, tanto com a pesquisa documental propriamente dita quanto com a temática platina. Logo de início percebi entre as frias planilhas que davam notícias dos mortos e feridos de cada lado da guerra, da quantidade de armas, do estado dos canhões ou em meio aos ofícios dando conta da falta de mantimentos e soldos do exército que existiam diferentes projetos políticos em choque e de uma forma tão efetiva como se poderia esperar dos campos de batalha.

¹ Grupo Mundo ibérico em perspectiva: conexões históricas e culturais, sob a orientação da prof.^a Francisca Lucia Nogueira de Azevedo, na UFRJ.

Era a política: esta sim era uma temática que despertava em mim um efetivo interesse. Dessa forma, fiz uso em minha monografia de um documento intitulado “*Novella política e sentimental*” descrição de factos dos tempos da Revolução e Campanha Oriental e da Colônia de Sacramento 1810-1823² que se propunha a narrar uma fatídica história que teria se passado nos anos correspondentes à Guerra Cisplatina. Entretanto, com o caminhar da pesquisa, aquele romance de viés histórico se mostrou uma importante peça política, em que o drama de suas personagens servia apenas como chamariz para apresentar a uma população predominantemente iletrada as discussões do período.

Retomei o tema no mestrado e com ele o interesse pelos discursos políticos dos envolvidos na guerra de 1825-1828 para legitimar a decisão por um conflito armado. O jogo retórico por detrás da empreitada de cunho expansionista-econômico também foi capaz de proporcionar indícios sobre a cultura política dessas unidades territoriais e como seus líderes dela se apropriaram, bem como das concepções dos diferentes grupos em choque. Além disso, ficou claro, tanto quanto com as armas, que a Guerra Cisplatina se fez com palavras, as quais buscaram tanto validar o uso da força diante do oponente quanto dos aliados e da população em geral.

Algumas questões, entretanto, ainda pairavam sem respostas: como uma guerra em que se apresentavam relações de poder tão efêmeras, pautadas mais por interesses imediatos dos grupos de poder em ascensão que em projetos políticos de longo prazo, se tornou na historiografia uma guerra nacional? Dito de outra forma, como as diferentes expectativas políticas dos envolvidos na guerra se transfigurou em projeto de elaboração de um Estado forte naquelas unidades territoriais recentemente independentes e ainda indefinidas, inclusive geograficamente? Ou, ainda, porque essa guerra se manteve silenciada nos meios letrados durante as duas primeiras décadas que a ela se seguiram e, mais que isso, o que a fez ressurgir com tanta força em momentos diversos da segunda metade do XIX em

² Localização na Biblioteca Nacional: I-28, 24, 9, seção de Manuscritos. Sobre o documento ver: GONÇALVES, R. T. e AZEVEDO, F. N. **Libro de Mano: "Novela Política e Sentimental", um pasquim manuscrito**. Rev. Bras. Hist., 2010, vol.30, no.60, p.175-193.

cada uma das nações participantes? Tais perguntas animaram a possibilidade de elaboração de um projeto de doutorado. E pavimentaram o caminho proposto para esta tese.

Dois conjuntos documentais se delineavam como possibilidade para concretizar neste sentido tal projeto. De um lado as memórias, produto de testemunhas oculares do conflito, capazes de apresentar as demandas políticas dos envolvidos da guerra. Seriam lidas como parte do momento histórico de suas publicações e possibilitariam pensar nas referências políticas com que dialogavam. De outro, havia as primeiras tentativas de escrever a história da guerra, que poderiam apresentar o universo de interesses que reabilitaram o conflito e, mais ainda, a partir do conhecimento das ligações políticas de seus atores e do momento em que escreveram, que poderiam definir os interesses com que estavam em consonância.

Logo, e com a ajuda da bibliografia teórica, ficou nítido que as memórias falavam muito mais do momento em que foram escritas do que da guerra que narravam, ou que rememoravam o passado para responder questões do presente. Característica que não invalidou seu uso, mas, ao contrário, deu maior ênfase à pergunta que já encaminhava a pesquisa e que agora poderia assumir cores mais fortes: quais elementos explicariam a decisão de lembrar a Cisplatina? Que contexto político suscitou em seus combatentes a necessidade de trazê-la à tona e torná-la pública?

Sendo assim, memória e história assumiram aqui uma mesma origem: um vínculo expressivamente político com as circunstâncias e o contexto imediato que as demandaram. Perceber, contudo, como os textos historiográficos acerca da Guerra Cisplatina estiveram imbricados aos textos memorialísticos não exime este trabalho de uma discussão a respeito da tipologia de fontes. Afinal, a análise deste *corpus* documental coloca em evidência a subjetividade própria do gênero memorialístico e de todos os documentos definidos como *escritas de si*,³ ou seja, cartas, diários, autobiografias e demais relatos de caráter confessional. Por essa mesma subjetividade,⁴ a historiografia renegou durante muito tempo esse tipo de

³ Assim a autora define os documentos de caráter autobiográficos. GOMES, Ângela de Castro. *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

⁴ O caráter dessa subjetividade é amplamente discutido. Para o autor, a despeito de existir um consenso de que a produção autobiográfica seja fruto da necessidade imperiosa do sujeito moderno ocidental de se dizer, há discordâncias sobre as leis dessa produção, desse dizer de si. De um lado existem os que entendem a

documentação autobiográfica. A acusação sofrida pelo gênero era de que sua constituição o distanciava da verdade e, por isso, não poderia ser tomado enquanto imagem do passado.⁵

Porém, é a partir das contribuições da Escola de Annales, a qual promove a ampliação do conjunto documental, que a *escrita de si* passa a ser objeto do historiador. A validade da escrita confessional torna-se ainda mais forte numa nova historiografia na qual a verdade não é mais absoluta⁶ e o passado não pode ser mais fielmente recuperado, apenas suas representações, isso porque a subjetividade da *escrita de si* não seria muito maior do que a encontrada em documentos de caráter oficial – documentos diplomáticos, leis e tratados –, posto que também esses são permeados por interesses pessoais ou de determinados grupos, bem como pelo universo de referências de quem os produz e pelas condições de produção em que são tecidos; ou seja, toda fonte guardaria em si certo grau imaginativo, o que exigiria uma leitura crítica do historiador. Mais ainda, para Contardo Calligaris, a modernidade deixa de priorizar, progressivamente, a verdade de cunho universal e passa a valorizar a verdade de caráter íntimo, da qual se originariam a escrita e a fala, segundo Calligaris: “a verdade que

autobiografia enquanto uma representação do sujeito por si próprio e, de outro, há os que defendem ser o sujeito puramente produto de seu texto. Para o autor, o que parece notória é a percepção de um sujeito que se toma como autor de seu discurso e de sua existência. Concluindo a questão, Calligaris menciona o ensaio de Elisabeth Bruss no qual a autora define as produções autobiográficas modernas enquanto “atos autobiográficos”. Nas palavras de Calligaris: “Ela considera qualquer produção autobiográfica moderna [autobiografia narrativa ou não, journal etc.] como um ‘ato autobiográfico’, ou seja, como um performativo, no sentido de Austin. O sujeito que fala ou escreve sobre si, portanto, não é o objeto (re)presentado por seu discurso reflexivo, mas tampouco é o efeito, por assim dizer, gramatical de seu discurso. Falando e escrevendo, literalmente, ele se produz. Narrar-se não é diferente de inventar-se uma vida. Ou debruçar-se sobre sua intimidade não é diferente de inventar-se uma intimidade”. CALLIGARIS, Contardo. “Verdades de autobiografias e diários íntimos”. *Estudos Históricos*, 1998. p.49. Também é importante pensar o grande interesse da sociedade contemporânea pela produção confessional, sobretudo as memórias, seja partindo do aumento do número de pesquisas utilizando esse tipo de fonte ou da explosão editorial, ambos, em grande parte, são gerados pela comoção que o gênero desperta. Para Vavy Pacheco, o entusiasmo com o gênero pode ser consequência da perda de identidade provocada pela massificação e midiaticização da sociedade; cf. BORGES, 2002, p. 113-143.

⁵ Para Paul Veyne, a história é uma narrativa de eventos, mas é incapaz de fazer reviver esses eventos. VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.

⁶ Importantes contribuições foram feitas neste aspecto por Marc Bloch e Michel de Foucault. Bloch, no livro *Apologia à história e o ofício do historiador*, retira da fonte o seu estatuto de verdade, destacando a importância de o historiador não perder de vista as circunstâncias, a época, as condições, quem e com que intenção produziu determinado documento. Foucault, já na década de 1970, propõe que as verdades universais imputadas ao sujeito são apenas *efeitos de verdade*, ou seja, o discurso é unido por um caráter de verdade para responder demandas específicas e gerar *efeitos de poder*, que tornaram tal discurso inquestionável.

importa é cada vez mais a que está no sujeito, no foro íntimo do indivíduo, de onde se presume que provenham fala e escrita”.⁷

E se o lugar atribuído aos escritos autobiográficos é recente, não muito mais antigo foi o contexto que possibilitou a sua criação; como lembra Calligaris,⁸ o agente fomentador necessário para sua valorização e produção foi o século XVIII e seus avanços na cultura individualista, na ruptura com a sociedade tradicional e na percepção da história enquanto uma experiência única e individual. Desse lugar surgem as memórias, agora como fonte privilegiada da pesquisa histórica; e isso porque se atribui a elas – a despeito de sua escrita ter caráter seletivo e ser permeada por autocensura e silêncios – a possibilidade de perceber o universo interno do narrador, bem como a forma pela qual ele se relaciona com a sociedade e com as representações de mundo próprias ao seu tempo histórico. Fazer uso das memórias como fonte e objeto de pesquisa, entretanto, requer um preciso conhecimento sobre o que é a memória, seus limites e seus usos.

Nesse sentido, a memória pode ser descrita como a faculdade humana de lembrar o passado. A memória pode assumir tanto um caráter automático e natural⁹ – que diz respeito ao processo involuntário que traz à tona vivências pregressas –, como pode se remeter a um processo artificial de rememoração e construção social de uma determinada experiência individual ou coletiva – o que está relacionado a um esforço pessoal ou grupal de fabricar coerentemente um dado acontecimento.¹⁰ Esse último caráter redundante em uma série de implicações; isso porque o ato de recordar o passado responde muitas vezes à conjuntura política e social de quem e de quando lembra.

Contudo, este não é um processo estritamente pessoal segundo Maurice Halbwachs,¹¹ pois as memórias são construções de grupos sociais e, por isso, ainda que seja o indivíduo responsável por lembrar, são os grupos sociais que determinam o que realmente

⁷ CALLIGARIS, 1998, p. 45.

⁸ CALLIGARIS, 1998, p. 45, ainda concorda com Georges Gusdorf, para quem o ato autobiográfico é datado histórica e culturalmente.

⁹ Essa *memória* é definida por Berson como memória biológica. BERGSON, Henri. *Memoria y vida*. Textos escolhidos por Gilles Deleuze. Madri: Alianza Editorial, 1987.

¹⁰ Jacy Alves SEIXAS, 2004, citando BERGSON, 1987, ressalta a memória como interessada, isso é, como destino prático, mantendo como horizonte o futuro.

¹¹ HALBWACHS, 2006.

é digno de entrar para a memória. Cabe ressaltar ainda que a memória está profundamente enraizada no presente, pois, como aponta Ulpiano Menezes,¹² a incubação de uma memória acontece no presente e com a função de responder suas perguntas. Dessa forma, o ato de lembrar guarda em si, impreterivelmente, duas temporalidades: a da experiência e a de sua rememoração. Com isso, independentemente da distância entre essas duas temporalidades, o ato de recordar não falará tão somente do fato a ser revisto, mas também se somarão à lembrança os sentimentos de quem os lembra, a (re)significação destes sentimentos, as mudanças sociais, as transformações na conjuntura política e, até mesmo, a visão de outrem.

A memória enquanto produção individual ou coletiva é imprescindível às sociedades humanas, tendo em vista sua enorme relevância na constituição das identidades grupais, na construção de laços de pertencimento úteis na legitimação e manutenção de unidades tribais ou nacionais. Nesse sentido, as memórias¹³ também podem ser lugar privilegiado de conflito, como é o caso da memória social; que tanto serve de aparelho quanto de objeto de poder em disputa pelos diferentes grupos que desejam se estabelecerem de maneira hegemônica; e isso porque, como aponta Jacques Le Goff,¹⁴ o domínio sobre a memória de um determinado povo e época é igualmente um esforço de controlar e manipular o universo de significações desse mesmo povo.

Para além das implicações sociais e políticas do ato de lembrar, não se pode perder de vista a forma como a memória pode ser construída. Paul Ricoeur,¹⁵ por exemplo, analisa a memória a partir da fenomenologia de Edmund Husserl,¹⁶ na qual o fenômeno não é genuinamente o ser nem, tampouco, a aparência do ser, mas o ser tal como se apresenta no

¹² MENESES, Ulpiano T. Bezerra de Menezes. “A memória, cativa da história? Para um mapeamento da memória no campo das ciências sociais”. In: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 34, p. 9-24. São Paulo, 1992, p. 9-24.

¹³ O conceito foi usado no plural na tentativa de frisar a existência de uma pluralidade de memórias. O embate entre os grupos sociais pelo poder tenta impor uma memória – a dos vencedores –, mas seria ingênuo acreditar no fracasso e desaparecimentos de todas as outras memórias.

¹⁴ LE Goff afirma: “Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória colectiva”. LE GOFF, Jacques. “História”; “Memória” e “Documento / Monumento”. In: *Enciclopédia Einaudi Memória-História*. Campinas: Editora da Universidade de Campinas, 1990.p.13

¹⁵ RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

¹⁶ HUSSERL, Edmund. *A crise da humanidade europeia e a filosofia*. Porto Alegre: Epipucrs, 2002.

próprio fenômeno. Apropriando-se desta concepção, a memória deve ser percebida não como o que foi, mas a partir da relação entre a experiência constantemente atualizada e a representação do passado.

A despeito de a memória ter como matéria-prima o passado, tal qual a história, a primeira não pode ser confundida com esta última. Mais ainda, a partir da década de 1980 o diálogo história-memória foi marcado pelo conflito, ou melhor, por uma relação de completa oposição.¹⁷ A partir disso, Halbwachs afirma que a história começa exatamente quando a memória social acaba, quando os grupos que dão suporte a uma determinada memória desaparecem e, com isso, emerge a necessidade de escrituração desse tempo. Resulta, assim, que a escrita da história é a instauração, necessariamente, de uma descontinuidade entre o leitor da narrativa e os atores sociais que experimentaram um dado acontecimento. De acordo com Pierre Nora,¹⁸ a memória também é marcada por uma enorme fragilidade, pois, na condição de um processo vivenciado e em contínua transformação, estaria sujeita aos reveses provocados pela manipulação de outros indivíduos, pelas vivências futuras e até pelos esquecimentos de quem recorda.

Em contrapartida, a história, na qualidade de registro, seria uma intervenção problematizada do um fato singular. Enquanto fonte da história, a memória não seria, porém, como lembra Beatriz Sarlo,¹⁹ a garantia inequívoca de um estatuto de verdade ao experienciável, na medida em que a possibilidade e a necessidade de lembrar não trazem em seu bojo a obrigação da verdade dessa lembrança. Tampouco o historiador, munido das memórias, seria capaz de escrever de forma total a experiência rememorada, visto que a história não pode dar conta da pluralidade dos processos nem de todas as combinações e dimensões dos acontecimentos, bem como da subjetividade de quem os narra.

A viabilidade da memória conta ainda com seu par antagônico: o esquecimento. Enquanto condição necessária à memória, o esquecimento coloca em questão o viés precário

¹⁷ SEIXAS, Jacy Alves. “Percurso de memórias em terras de história: problemáticas atuais”. In: Bresciani, Stella; Naxara, Márcia. *Memória e (re)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Editora Unicamp, 2004.

¹⁸ NORA, 1993, p. 7-28.

¹⁹ SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Belo Horizonte: Companhia das Letras: UFMG, 2007.

da representação do passado, isto é, a confiabilidade de uma memória que deve coadunar, em tese, em seu bojo, a presença e a ausência na constituição da representação do passado. Dessa forma, a relação entre memória e esquecimento é também o diálogo entre o dever de lembrar e a necessidade de esquecer, o que, em princípio, se apresentam como propostas inconciliáveis, dado que a confiabilidade da memória se esvai exatamente pela possibilidade do esquecimento; afinal, a própria definição de memória, pelo menos em sentido restrito, impõe-se pelo esforço contra o esquecimento. Essa mesma ideia foi tomada como impulso ético da história, quando de sua origem; ou seja, a história se constituiu pelo desejo de salvar do esquecimento os feitos humanos. Porém, esse dever de lembrar foi paulatinamente se deteriorando, posto a impossibilidade radical de uma memória total, a qual levaria até mesmo a um fracasso da experiência sensível.²⁰

Com essa breve análise, certamente, a natureza diversa entre dos textos memorialísticos quando comparados com os de cunho historiográfico ficou patente. Entretanto, como se verá, nos documentos a serem considerados nessa tese essa linha é muito mais frágil. Mais próximos de Tucídides, a maior parte dos memorialistas aqui abordados ao mesmo tempo em que presenciaram o conflito narrado – elemento que conferiria autoridade aos seus discursos – também se impuseram a tarefa de contá-lo e, com isso, colaborar na tarefa de escrever a história da nação. Uma tarefa que reconheciam enquanto árdua e que muitas vezes veio dissimulada em um discurso despretensioso, mas que se impunha invariavelmente à condição de cidadão, ou seja, agente engajado na feitura de uma história da nação.

O leitor mais atento rapidamente deve questionar se acaso essa argumentação não estaria comprando o discurso das fontes que quer fazer crer na sua legitimidade ou compromisso com a verdade procurando encobrir percepções subjetivas. Na verdade não. O problema aqui é outro. É dizer que memória e história receberam no discurso sobre o conflito de 1825-1828 um caráter eminentemente político, para o bem e para o mal e, portanto, se assemelham mais do que se distanciam.

²⁰ Para Paul RICOEUR, 2007, p. 424, 435, é o esquecimento que torna possível a memória; “o esquecimento pode estar tão estreitamente confundido com a memória, que pode ser considerado como uma de suas condições”, mas também é seu ponto fraco: “De início e maciçamente, é como dano à confiabilidade da memória que o esquecimento é sentido. Dano, fraqueza, lacuna”.

Ao analisar os documentos como peças políticas há sempre o perigo de tomar o discurso enquanto produto inseparável do seu contexto. Desta forma, servirá de norte à tese as contribuições de Elías J. Palti²¹ que apresentou a narrativa como elemento estritamente ligado ao universo social que a produziu e não como simples obra deste. Igualmente importante, será Reinhart Koselleck em seu *Futuro passado*²² na medida em que menciona os usos políticos da linguagem, ou seja, o quanto esses discursos serviram de subsídio para perceber a cultura político em jogo no Prata entre as décadas de 1850 e 1890.

É, assim, entre as lembranças de alguns, o esquecimento de outros e várias versões históricas que se buscará entender menos o que foi a Guerra Cisplatina e mais seu papel discursivo em diferentes momentos políticos dos países envolvidos no conflito. Para tal fim, serão apresentados cinco capítulos, nos quais se privilegiará a análise de textos memorialísticos e das empreitadas historiográficas do século XIX. Sim, o trabalho se encontra circunscrito ao oitocentos e essa delimitação não se explica simplesmente pelo volume de trabalhos neste período, mas pela hipótese que permeia a tese: a Cisplatina teria sido apropriada politicamente dentro do contexto de formação dos Estados-nacionais nas duas margens do Prata. Nesse sentido, o primeiro capítulo “Entre a política e a história: a Guerra Cisplatina em pauta” tratará da Cisplatina como fato histórico, dando destaque a um de seus momentos mais emblemáticos: a batalha do Passo do Rosário ou Ituzaingó. Além disso, discutirá os momentos-chave em que a guerra foi reabilitada tanto no Brasil quanto na Argentina e no Uruguai. O capítulo primeiro, na verdade, servirá como uma espécie de quadro informativo que sintetizará dados de todas as fontes com o intuito de contrapor as falas dos participantes das duas guerras expostas nos capítulos seguintes: a Guerra Cisplatina, contada pelos brasileiros, e a *Guerra del Brasil*, apresentada pelos orientais e argentinos.

O segundo capítulo “Uma guerra de memórias” tentará dar conta do aparecimento e da escrituração de textos memorialísticos no Império do Brasil do fim da década de 1840 até a década de 1870. Já o terceiro “A Cisplatina que entrou para a história”

²¹ PALTÍ, Elías José. *El tiempo de la política: el siglo XIX reconsiderado*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2007.

²² KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

contemplará a reapropriação do conflito nos trabalhos historiográficos brasileiros, buscando perceber como o contexto político dos vizinhos no Prata na década de 1850 e 1870 fez a Cisplatina ser retomada. Nos capítulos quarto e quinto se atravessará o Rio da Prata para discutir o lugar da guerra na Argentina, apresentando, na medida em que as fontes permitirem, contribuições do Uruguai. Com isso, o quarto capítulo “O debate do outro lado do Prata unitários versus federales nas fontes argentinas e uruguaias sobre a Cisplatina” analisará as memórias produzidas tanto na Argentina quanto no Uruguai sobre a guerra de independência da Banda Oriental e a utilização dos resultados no campo de batalha como elemento político. E, por fim, o quinto capítulo “A Guerra e a unidade Nacional: entre o ‘romantismo’ e o ‘revisionismo’”, avaliará em que medida a Cisplatina fez parte da retórica de construção desses Estados e possibilitou um discurso de unidade nacional em meio às divisões partidárias.

Como última advertência, vale ressaltar que algumas fontes apresentadas não foram publicadas no século XIX o que, em princípio, faria supor que não participaram do jogo político do período. Conforme se pretende demonstrar, esta objeção não se justifica. Apesar de não estarem disponíveis para um público mais amplo são representativas das diferentes vozes e opiniões em curso e dialogam com opiniões publicadas, sendo que muitas vezes respondem a questões por elas colocadas. Enfim, demonstram a amplitude e complexidade da guerra e do debate que se estabeleceu sobre ela.

Capítulo 1

Entre a política e a história: a Guerra Cisplatina em pauta (1823-1828)

*Guerra
Os aviões abatidos
são cruzeiros caindo do céu.*

— Mario Quintana, *Apontamento de história sobrenatural*.

Como medir a importância de um conflito bélico para aqueles que nele se envolveram? Pelas perdas territoriais? Pelos prejuízos econômicos? Pelas transformações políticas acarretadas? Pelas consequências na sociedade civil como um todo? Pelo número de mortos? Pela quantidade de feridos? Ou por sua recorrência e destaque nas narrativas históricas nacionais? Sem dúvida todos esses elementos podem proporcionar indícios sobre como determinado povo vivenciou uma dada experiência bélica.

No caso da Guerra Cisplatina quase todos esses indicadores parecem se coadunar de uma ou outra maneira ao se analisar a história dos três países envolvidos. Do lado do Império brasileiro, a guerra foi interpretada como um dos elementos responsáveis pela queda de D. Pedro I, cuja abdicação lançou o país no conturbado período regencial, além de ter prejudicado os interesses dos proprietários sulinos que se estabeleceram naquela região durante o governo do general português Frederico Lecor. Na Argentina, à época denominada Províncias Unidas do Rio da Prata, resultou na queda do presidente Bernardino Rivadavia e se tornou argumento importante na disputa entre os federais²³ e os unitários,²⁴ os grupos

²³ Partido que propunha um sistema federativo para as Províncias Unidas, em que cada província estaria ligada às demais de forma confederativa; guardando autonomia política, econômica e administrativa. Ver: SHUMWAY, Nicolas. *A invenção da Argentina. História de uma idéia*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília: Editora UnB, 2008.

²⁴ Partido que propunha centralização nas relações entre as Províncias Unidas, cuja liderança seria empreendida por Buenos Aires. SHUMWAY, 2008.

políticos ali organizados. Já no Uruguai, na ocasião denominada Banda Oriental ou Cisplatina, levou à constituição de um Estado independente e influenciou o discurso dos dois partidos políticos formados posteriormente: blancos e colorados.²⁵

Para todos o confronto gerou enormes prejuízos em razão do bloqueio da navegação no Prata, da destruição de campos e cidades, das dificuldades econômicas motivadas pelos elevados gastos com o financiamento do conflito, além de ter causado um grande número de mortos e ampla pressão da sociedade para a finalização de uma luta que se arrastou por mais tempo do que se poderia supor e do que as economias das ex-colônias ibéricas poderiam suportar. Mas a Guerra ainda traria outra celeuma, agora para o campo político e historiográfico. Como não ficou decidida no campo de batalha e seu término se fez sob intervenção inglesa, a disputa bélica exigiu muita habilidade por parte de seus futuros historiadores para ser incluída no rol dos mitos de origem dos países envolvidos. Apesar das inegáveis consequências desastrosas para os contemporâneos, o evento caiu no ostracismo nos quase 20 anos que se seguiram. Afora os depoimentos sobre o embate produzidos por solicitação dos conselhos de guerra – instituídos para apurar responsabilidades dos comandantes no desfecho das inúmeras batalhas que ocorreram – duas décadas se passaram até a escrita dos primeiros registros acerca dos acontecimentos que configuraram aquele fato histórico. Vale ressaltar ainda, que durante esse período de silêncio acerca do conflito no Prata já existia um esforço de escrita da história do país, mesmo antes da fundação do IHGB, seja por parte de estrangeiros²⁶ interessados em aplacar a curiosidade sobre o novo mundo, seja por luso-brasileiros preocupados em construir uma síntese dos acontecimentos.²⁷

²⁵ Os dois partidos nasceram da guerra civil no Uruguai na década de 1830 e com estreita ligação com os partidos argentinos. Dessa forma, o partido colorado, fundado por Fructuoso Rivera, se vinculava aos unitários, enquanto os blancos, de Manuel Oribe, aos federais da argentina. RIBEIRO, ANA. De las independencias a los estados republicanos (1810-50). Uruguay. Revista de la Asociación de Escribanos del Uruguay, tomo 97, ene. - jun. , 2011. p. 24.

²⁶ História do Brasil de Robert Southey (1816); Histoire du Brésil (Alphonse de Beauchamps) (1815); História do Brasil de John Armitage (1836) – no caso do texto de Armitage houve uma breve citação sobre a Cisplatina; Le Brésil, de Ferdinand Denis (1837). Segundo Adriano Augusto Sgrignero, no início do século XIX foram escritas diversas análises sobre o Brasil por estrangeiros, um aumento explicado pela facilidade de circulação após a vinda da família real portuguesa. Sgrignero, Adriano Augusto. *Em busca da originalidade e unidade da nação: razões e critérios para uma História Geral do Brasil segundo os pareceres e juízos publicados pela RIHGB (1838-1860)*. Dissertação (Mestrado), Campinas: Unicamp, 2010.p.54

²⁷ Memórias para servir o reino do Brasil, de Luiz Gonçalves dos Santos (1822); História dos principais sucessos políticos do Império do Brasil, de José da Silva Lisboa (1827-1830); História do Brasil, do Dr. Francisco Solano Constancio (1839).

Inicialmente, a guerra foi reabilitada por memorialistas, mas não tardaram a aparecer análises com pretensões historiográficas. No Brasil, os trabalhos se concentraram especialmente na década de 1850 e em menor grau na década de 1870. Já na Argentina e no Uruguai a discussão foi mais escassa e espaçada entre as décadas de 1850, 1880 e 1890.

Seria possível afirmar daí que, na primeira metade do século XIX, a Cisplatina não teve uma presença condizente com sua importância para a cultura política das nações recém-independentes, seja nos meios letrados ou no rol da história nacional de quaisquer dos três países envolvidos. Nos primeiros anos da segunda metade dos oitocentos surgiram algumas narrativas sobre o tema, mas o conflito de 1825-1828 permaneceu à sombra dos outros embates que o sucederam, como a Guerra Grande e a Guerra do Paraguai. Outras explicações para esse quadro de esquecimento também podem estar relacionadas à complexidade e ao desencontro de informações sobre os resultados daquela guerra, como por exemplo, o fato de Brasil e Argentina nunca terem se decidido sobre quem teria sido o contendor vitorioso em termos bélicos, já que, politicamente, ambos os Estados saíram inegavelmente derrotados. No que se refere ao Uruguai, a dificuldade poderia estar em como justificar, na perspectiva de uma história nacional, o fato do país não ter participado dos acordos de paz que ratificaram sua própria independência.

E se a ausência da guerra da Cisplatina nos registros historiográficos até os anos de 1845-1850 deixou em aberto uma série de perguntas, certamente outras tantas indagações poderiam ser feitas ao se constatar o retorno do evento como tema de debate entre as décadas de 1850-1880. Assim, se discutirá aqui, em linhas gerais, quais contextos políticos posteriores ao conflito de 1825-1828 justificaram a rememoração dos acontecimentos nos meios letrados. Nesse sentido, é possível adiantar que o capítulo vai esbarrar na delicada política platina dos anos 1850, quando veio à tona uma acirrada querela entre os países participantes pela memória da Guerra Cisplatina. Isso porque, de um lado, o conflito serviu, no Brasil, para a construção de argumentos e justificativas sobre seu hipotético direito de intervir na guerra contra Rosas (1850-1852) e contra Solano Lopez, ou seja, nos destinos do Uruguai e do Paraguai. De outro, no caso do Uruguai e da Argentina, a Cisplatina ora funcionou como elemento de aproximação e ora de rechaço à política do Império na região.

Dito isso, vale destacar que o capítulo será dividido em cinco subitens, a saber:

- 1) Entre duas fábulas: a Guerra Cisplatina por seus participantes;
- 2) Ituzaingó ou Rosário: duas histórias para uma mesma batalha;
- 3) Império: o retorno à guerra na Revista do IHGB;
- 4) a Guerra Grande e
- 5) o tratado de Honório.

O primeiro “Entre duas fábulas” tratará do conflito enquanto fato histórico, abordando resumidamente seus antecedentes e as justificativas econômicas e territoriais para sua eclosão. Além da descrição política e militar do acontecimento, apresentará alguns pontos de litígio entre os envolvidos mencionados pela historiografia que abordou o evento. O segundo item, “Ituzaingó ou Rosário”, apresentará a Batalha de 20 de fevereiro de 1827 (dados militares, os componentes políticos em jogo, bem como um panorama sobre as forças envolvidas) episódio emblemático na construção da argumentação que tentou conferir ao Império direitos de intervir no Prata. Já o terceiro, “Império: o retorno à guerra” analisa como e porque o confronto foi reabilitado no Brasil, assinalando os motivos que levaram o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, por meio de sua revista, a assumir um papel de destaque no avivamento e fundamentação da discussão sobre a guerra como um todo e sobre a Batalha do Passo do Rosário/Ituzaingó em particular. Tal desempenho parece testemunhar a importância do IHGB na política imperial e sua relevância na construção de uma história nacional na qual a Cisplatina foi incorporada com destaque nas décadas de 1850 e 1860. No quarto, “a Guerra Grande”, são observadas a conjuntura específica dos países limítrofes do Brasil durante o Governo de Juan de Rosas e as relações estabelecidas com o Império. Por fim, a presença da Cisplatina nesse contexto teria o objetivo de validar discursiva e politicamente a orientação intervencionista de Honório Hermeto Carneiro Leão no Prata. No cargo de ministro dos estrangeiros entre 1849-1851, Hermeto rompeu com a neutralidade praticada desde o final da guerra pelos gabinetes que haviam conduzido o Império, como aparecerá no quinto subitem “o tratado de Honório Hermeto”. Assim, este primeiro capítulo tem por objetivo adiantar para o leitor as circunstâncias históricas que também integram à emblemática teia que fundamentou os diferentes e às vezes conflitantes relatos memorialísticos e historiográficos sobre a Guerra Cisplatina.

1.1 Entre duas fábulas: a Guerra Cisplatina por seus participantes

A intenção de buscar os antecedentes históricos da Guerra Cisplatina acaba por levar essa discussão ao contexto de fragmentação política das ex-colônias hispano-americanas desencadeado pelas Guerras Napoleônicas em 1808; responsável em alguma medida pelo rompimento do pacto colonial e formação de vários Estados na América ibérica. Por sua vez, não seria possível atribuir somente à conjuntura europeia os novos rumos no continente americano, mas cabe destacar uma série de outros conflitos internos que sacudiram os antigos vice-reinados espanhóis e que abriram caminho até a Guerra Cisplatina.

Começar-se-á, porém, com a situação externa. Após varrer a Europa Ocidental com seus exércitos, Napoleão não tardou em intervir no mundo ibérico. Dos portugueses exigiu o rompimento com a Inglaterra, tradicional aliada dos lusos, e a maior rival dos franceses naquele momento, imposição recusada pelo príncipe-regente D. João que preferiu transmigrar para sua colônia na América: o Brasil. Já os espanhóis não tiveram a mesma sorte. A despeito da proximidade histórica entre França e Espanha, Napoleão tomou²⁸ o trono espanhol e o entregou ao seu irmão José Bonaparte, para em seguida encarcerar toda a família real espanhola – ficando a salvo apenas a princesa Carlota Joaquina, esposa do príncipe-regente português.

A prisão da família real espanhola fez eclodir na Espanha ocupada uma série de motins e revoltas contra o invasor. No intuito de remediar o caos estabelecido pela vacância de uma autoridade reconhecida, foram criadas nas províncias e cidades Juntas Governativas,²⁹ as quais, baseadas em argumentos de cunho pactualista,³⁰ buscaram instituir uma nova legitimidade no vazio deixado pela ausência do rei legítimo. A solução encontrada foi transferir a soberania antes exercida pela figura real ou por funcionários por ele nomeados

²⁸ Antes de assumir, porém, Napoleão impôs ao rei Carlos IV e a seu filho Fernando VII um confuso processo de abdições. Sobre o assunto ver AZEVEDO, Francisca L. Nogueira. *Carlota Joaquina na Corte do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

²⁹ Sobre o movimento juntero na Espanha ver PRADA, Antonio Moliner. “El movimiento juntero en la España de 1808”. In: Chust, Manuel (coord.). *La eclosión juntera en el Mundo Hispano*. Cidade do México: FCE, 2008.

³⁰ Nesse sentido, cabe a leitura de Antonio Prada sobre a convivência nas terras espanholas entre o absolutismo e o pactismo, representando, respectivamente, o antigo e o novo, sem necessariamente excluírem-se. Sobre a gradual desintegração do absolutismo e as bases da modernidade ver GUERRA, 1992; sobre o convívio entre o universo liberal e absoluto na formação da juntas ver PRADA, 2008; sobre os antecedentes históricos do pactismo ver SKINNER, 1998.

para uma instância inovadora: os *pueblos*. A situação espanhola rapidamente reverberou nas suas colônias americanas que, diante da acefalia de poder, vivenciaram uma crise de legitimidade que levou à disputa entre as províncias que compunham os territórios dos antigos vice-reinados, ou seja, à guerra civil.

Em princípio, as colônias hispânicas na América reconheceram e respeitaram o movimento juntero da metrópole. Contudo, logo os interesses divergentes dos diversos grupos nas unidades administrativas coloniais fizeram com que se multiplicassem, em 1810, juntas americanas de cunho insurgente,³¹ que negando a legalidade da regência exercida pelas Juntas espanholas declaravam fidelidade apenas ao rei deposto, Fernando VII. No vice-reino do Rio da Prata, o governo da primeira Junta não demorou em desembocar na Revolução de Maio de 1810 que assumiu o poder da capital, Buenos Aires. Enquanto isso, no ano seguinte, o Paraguai se autointitulou independente da capital, dando início a desintegração do vice-reino.³² O mesmo ocorreu com Montevidéu, que ao reafirmar o apoio a Fernando VII também recusou a hegemonia bonaerense. Diante da postura de Montevidéu, Buenos Aires enviou o militar Jose Gervasio Artigas para recuperar o suposto direito de domínio sobre aquele território, porém esbarrou na oposição do governador Francisco Xavier Elío que se manteve fiel ao vínculo com a Espanha e ao seu rei preso. Lideradas por Artigas, as tropas de Buenos Aires sitiaram Montevidéu.³³ Vendo-se acuado, Elío solicitou ajuda ao vizinho, o império português, sendo prontamente atendido por D. João³⁴ que enviou um exército sob comando de Diego de Souza.

³¹ O processo iniciado em Buenos Aires, logo foi seguido por Caracas, Alto Peru, Nova Granada, Nova Espanha e Chile.

³² Ao negar a liderança de Buenos Aires, o Paraguai formou, em 14 de setembro de 1811, uma Junta Governativa que em outubro do mesmo ano estabeleceu um Tratado com a antiga capital do vice-reino, com o intuito de ratificar a independência definitiva da região. Entretanto, como se verá adiante, o reconhecimento dessa independência ocorreu muito tempo depois.

³³ O primeiro sítio de Montevidéu ocorreu em 21 de maio de 1811.

³⁴ O exército português entrou na região sob a desculpa de sustentar a Junta fiel à Cádiz instaurada em Montevidéu. Contudo, o interesse luso-brasileiro na Banda Oriental já era antigo, como discutido em GONÇALVES, Roberta Teixeira. *Entre duas fábulas: o processo de construção da soberania uruguaia (1825-1828)* 2010. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Departamento de História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, 2010. Já sobre a movimentação brasileira na Região Platina ver SOARES, Teixeira. *Diplomacia do Império até 1865*. Rio de Janeiro: Brand, 1955 e PIMENTA, João Paulo G. *Estado e nação no fim dos impérios ibéricos no Prata (1808-1822)*. 1ª ed. São Paulo: Hucitec, 2002. Vale ressaltar que com a Revolução de Maio de 1810 muitos portenhos migraram para o Rio de Janeiro e se aproximaram de D. João, pois preferiam coroar o rei luso a continuar assistindo a expansão

O armistício entre Buenos Aires e Montevideu veio ainda em 1811, mas o resultado mais importante do confronto foi outro: Artigas abandonou o sítio e o comando de suas tropas e, seguindo o Paraguai, se lançou em um projeto novo, de autonomia da Banda Oriental. Começou assim um longo e conturbado processo de guerras internas pelo poder na região.

Em face ao rompimento de Artigas com Buenos Aires, a questão política no Prata passou à polarização entre os partidários do centralismo portenho e os favoráveis ao projeto de confederação das províncias à margem do Prata. Os primeiros reuniram-se formando as Províncias Unidas do Rio da Prata. Os outros – os orientais – negaram a hegemonia portenha e se subdividiram entre os seguidores de Artigas, os fiéis ao rei cativo e os apoiadores da entrada do exército luso. Na Banda Oriental se fazia sentir a força de Artigas, resistindo apenas a cidade de Montevideu como reduto dos realistas. Após Elío ter regressado à Espanha seu lugar foi ocupado pelo capitão general Gaspar Vigodet. Por seu turno, um novo Triunvirato³⁵ chegou ao poder em Buenos Aires e imediatamente anulou o armistício firmado anteriormente com a Banda Oriental. Dessa forma, em 1812 foi enviado o general Manuel de Sarratea para atacar a resistência pró-espanhola em Montevideu e controlar Artigas. As investidas de Sarratea contra Artigas foram infrutíferas. Percebendo a incapacidade de derrotar o oriental, José Rondeau, subcomandante da força expedicionária portenha, se associou a Artigas destituindo Sarratea de seu posto. Depois disso, os dois novos aliados avançaram contra Montevideu, sitiando a cidade de outubro de 1812 a junho de 1814 até a derrota e expulsão completa dos realistas. Derrotado o inimigo comum, as forças de Buenos Aires imediatamente se colocaram contra Artigas. Mudavam os beligerantes, mas continuava a guerra. Agora era Buenos Aires³⁶ que mantinha o domínio da cidade de Montevideu,

artiguista e sua política que prejudicava o porto de Buenos Aires. Sobre os interesses econômicos dos exilados e a aproximação destes com D. João ver Moniz BANDEIRA, 1995.

³⁵ Assumiu o Segundo Triunvirato, órgão executivo de governo formado por três membros que durante os anos de 1812 a 1814 comandou as Províncias Unidas do Rio da Prata. Foi antecedido pelo Primeiro Triunvirato (setembro de 1811 a outubro de 1812) que substituiu a chamada Junta Grande, corpo que deveria representar as cidades do interior, mas se mostrava inoperante em suas ações executivas pela quantidade de membros.

³⁶ Assumiu Rodríguez Peña que destituiu todo o Cabildo de Montevideu e suprimiu o Consulado de Comércio; este se tornou Diputado de Comercio, submisso ao Consulado de Buenos Aires. Com tais medidas, segundo o historiador Washington Abadie, o importante comércio de Montevideu se tornou mais dependente do que fora durante o domínio espanhol. ABADIE, Washington Reyes. *Artigas y el federalismo en el río de la Plata*. Tomo 2. Montevideu: Ediciones de la Banda Oriental, 2006.

condição que perdurou de junho de 1814 até fevereiro de 1815, quando finalmente as últimas forças portenhas abandonaram a cidade dando lugar às milícias artiguistas.

Entretanto, o sonho federalista de Artigas não era acalentado por todos os orientais e causava especial pavor aos exilados portenhos e orientais estabelecidos no Rio de Janeiro.³⁷ Fazendo coro ao já numeroso grupo de inimigo de Artigas, estava ainda Buenos Aires, que entrou em negociações com a corte fluminense³⁸ para viabilizar a ocupação lusa na Banda Oriental.

Com o caminho aberto, diante da derrota de Artigas e da impossibilidade de Buenos Aires reivindicar a posse da região o Brasil iniciou,³⁹ em 1816, a invasão e ocupação da Banda Oriental do Rio da Prata utilizando como justificativa a perda de Olivença, cidade do território português entregue à Espanha pelo Tratado de Badajoz, de 1801. Como resultado, em 1817, o exército luso se assenhorou de Montevideú, liderado pelo general Carlos Frederico Lecor, e paulatinamente expulsou as tropas artiguistas do território. Artigas recorreu ainda à sua rival Buenos Aires e aos seus antigos aliados, os governadores das províncias de Entre Rios e Santa Fé, respectivamente Francisco Ramírez e Estanislao López, mas não obteve apoio; depois da derrota em Tacuarembó, em janeiro de 1820, abandonou o território oriental. A ocupação parecia a solução para o longo processo de guerras na região e contava com a anuência de parte dos grupos de poder da região. Em seu governo,⁴⁰ ao mesmo tempo que cooptou os montevidéanos, Lecor também abriu o território da Banda aos estanceiros do Rio Grande do Sul, fomentando uma política de aproximação por meio tanto do estímulo aos casamentos entre moças orientais e brasileiros quanto pela distribuição de

³⁷ ABADIE, 2006, cita o importante círculo de exilados estabelecidos na corte fluminense, formado pelos portenhos Alvear e Valentín Gómez e o montevideano Nicolás Herrera, que se empenhava junto ao agora Príncipe Regente do Reino de Portugal e do Reino do Brasil no intuito de conter Artigas.

³⁸ Dr. Manuel José García foi enviado de Buenos Aires para tratar da ocupação lusa na Banda; estava no Rio de Janeiro desde fevereiro de 1815.

³⁹ No mesmo ano, no Congresso de Tucumán, as Províncias Unidas do Rio da Prata se declararam independentes da Espanha e nomearam como diretor supremo Juan Martín de Pueyrredón, o que renunciou em 1819, quando assumiu José Rondeau.

⁴⁰ Para Blanca Oddone, o general português nunca teve o domínio pleno da Banda Oriental. Seu poder estava circunscrito à cidade de Montevideú: “El Baron de la Laguna se instala en la Banda Oriental, mejor dicho en Montevideú, ya que la campana sigue hostilizando durante cuatro años a sus ejércitos que nunca pueden considerarse dueños absolutos del terreno”. ODDONE, Blanca París de; TOULON, Lúcia Sala de; ALONSO, Rosa. *De la colonia a la consolidacion del Uruguay*. Montevideú: Ediciones de la Banda Oriental, 1973.

cargos, títulos nobiliárquicos e favores.⁴¹ Certo de ter o apoio dos mais importantes nomes do lugar, Lecor convenceu a D. João, então já coroado rei, da vontade dos orientais de passarem a pertencer ao Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.



Figura 1. Mapa da configuração do Império do Brasil, em 1821, com a anexação da província Cisplatina.
<http://historiasylvio.blogspot.com.br/2012/07/independencia-do-brasil.html>

Não convicto das afirmações de Lecor,⁴² D. João VI propôs a convocação do Congresso Cisplatino, no qual os habitantes escolheriam o destino do território optando por tornar-se legalmente província do reino do Brasil ou constituir um Estado independente. O

⁴¹ Sobre o assunto ver João Paulo Pimenta, em JANCSÓ, 2005 e Blanca París de ODDONE, 1973.

⁴² Segundo o historiador David Carneiro, o governo imperial não tinha pleno conhecimento da situação na região, acreditando equivocadamente no interesse oriental em fazer parte da monarquia. Tal entendimento decorria de informações acerca da Banda enviadas por Frederico Lecor, comandante português que estava cercado de elementos simpáticos a sua causa, desconhecendo, portanto, a insatisfação com a presença portuguesa na região. CARNEIRO, David. *História da Guerra Cisplatina*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1983.

resultado foi favorável à anexação e, com isso, em 1821, o território da Banda Oriental se tornou Província do Império luso-brasileiro⁴³ com o nome de Cisplatina.⁴⁴

No ano seguinte, todavia, aconteceram mudanças políticas significativas. O Brasil proclamou sua independência de Portugal e com ela recolocou-se a questão do vínculo com a antiga província do vice-reinado do Rio da Prata. Ou seja, a Cisplatina tornou-se novamente objeto de litígio só que, naquele momento, entre o reino de Portugal e o recém-fundado Império brasileiro. A questão gerou uma crise de legitimidade na região, que já dava indícios de descontentamento com o governo de Lecor, e pôs em xeque os termos da anexação de 1821, visto que a província participava e estabelecia acordo com o Império luso e não com os brasileiros. Por seu turno, o contexto de incertezas ainda abriu oportunidade para criação de um movimento contra a permanência de ambas as coroas,⁴⁵ que se materializou na decisão do Cabildo de Montevideu de suspender a autoridade de Lecor.

Outra vez a guerra bateu às portas da Banda, desta feita envolvendo três diferentes grupos de poder que se esforçavam por decidir o futuro da província oriental. Sendo assim, disputavam espaço os partidários dos portugueses, os aliados dos brasileiros e os que preferiam a liberdade, mesmo que isso significasse a incorporação aos vizinhos portenhos da outra banda.⁴⁶

⁴³ A despeito de se tornar parte do Brasil, o Congresso de 1821 estabeleceu algumas prerrogativas ao povo oriental: desde a manutenção do idioma espanhol até o privilégio de ocupar cargos públicos.

⁴⁴ Alguns autores questionam a validade do Congresso de 1821 que, segundo eles, teria sido manipulado por Lecor ao convocar apenas os indivíduos simpáticos a seu projeto. Para João Paulo PIMENTA, Lecor agiu de forma a atender apenas seus próprios interesses. Carlos Real deAzúa, por sua vez, identifica a incorporação como parte de uma série de manobras levadas a cabo por grupos movidos pela ambição pessoal. João Paulo G. PIMENTA. “Com os olhos na América Espanhola: A independência do Brasil (1808-1822)”. In: *Cadernos do CHDD/Fundação Alexandre Gusmão*. Brasília: A Fundação, 2005 e Carlos REAL DE AZÚA. Los orígenes de la nacionalidad Uruguaya. 2ª ed. Montevideo. Arca, 1991. Emilio Ravignani foi mais enfático e afirmou que a incorporação da Banda representou um ato de usurpação por parte dos luso-brasileiros na medida em que feria os laços históricos de união do Vice-reino do Rio da Prata: “La Provincia Oriental fué usurpada y esa usurpación, esa segregación de una de las provincias de la antigua unión, a fines de 1822, se transformaría en un estado de derecho”. Nesse sentido, o autor demarca constantemente o empenho das Províncias Unidas em recuperar a região de forma pacífica e critica a presença lusa na região. RAVIGNANI, Emilio. “El Congreso nacional de 1824-1827: la convencion nacional de 1828-1829”. In: Ricardo Levene. *Historia de la Nacion Argentina*, v. VII. Buenos Aires: Libreria y Editorial “El Ateneo”, 1950.p.67

⁴⁵ O historiador uruguaio Anibal Barrios Pintos se referiu a esses acontecimentos como “movimento de independência”. PINTOS, Anibal Barrios. *Lavalleja la pátria independiente*. Montevideu: Ediciones de la Banda Oriental, 1976

⁴⁶ Segundo Narancio: “I) Los imperiales que apoyaban la independencia de Brasil y la conservación de la Cisplatina, junto a los orientales abrasileirados. II) Los voluntarios reales, dirigidos por el Consejo Militar (cuerpo creado por el coronel caudillo al reconocer la Constitución portuguesa a espaldas de Lecor, originando

A primeira iniciativa contra a dominação portuguesa veio da parte do novo Cabildo⁴⁷ de Montevidéu, que elegeu uma comissão – formada por Cristóbal Echeverría, Gabriel Antonio Pereyra e Santiago Vázquez – para entrar em conversações com Buenos Aires com o objetivo de angariar recursos para libertar a Banda Oriental do domínio imperial. Nessa ocasião, Juan de Lavalleja se encontrava exilado em Buenos Aires e logo solicitou ao Cabildo de Montevidéu o posto de tenente coronel das tropas orientais, o que foi determinado em 23 de janeiro de 1823. Entretanto, esse arranjo submetia Lavalleja às decisões dos representantes portenhos.

As negociações não surtiram efeito e o governo de Buenos Aires desistiu de apoiar o projeto oriental por temer enfrentar uma ação contra o Império brasileiro. Desistiram da guerra, mas iniciaram um diálogo⁴⁸ com a corte fluminense na esperança de obterem um acordo diplomático para a devolução da Província Cisplatina, o que não aconteceu.

Sem o apoio de Buenos Aires, os orientais ainda buscaram negociar com as demais unidades que compunham as Províncias Unidas do Rio da Prata, recebendo a adesão de Estanislao López, governador de Santa Fé, seu ministro de governo, Juan Francisco Seguí, e promessas de ajuda por parte do governador de Entre Ríos. Assim, Juan Antonio de Lavalleja com auxílio de Juan Manuel de Rosas estabeleceu um Tratado de Aliança entre o governador de Santa Fé e o Cabildo de Montevidéu em 13 de março de 1823. Novamente, no entanto, os planos orientais caíram por terra, dessa vez por causa das relações Lucio Norberto Mansilla, governador de Entre Ríos com Lecor e de um suposto movimento sedicioso para derrubar o governador.⁴⁹ Entre os suspeitos estavam Juan Francisco Seguí,

con ello en 1822 el inicio de la decadencia política del barón). Este grupo estaba integrado por los portugueses constitucionalista, partidarios de las Cortes y de su política colonial. Deseaban abandonar el país pero no lo hacían sin órdenes expresas de Lisboa. III) Los patriotas orientales, entre los que se podían distinguir varias tendencias”. NARANCIO, Edmundo M. *La independencia de Uruguay*. Madri: Mapfre, 1992, p. 263

⁴⁷ Segundo Aníbal PINTOS, 1976 (a), o novo Cabildo era composto por Manuel Pérez, Pedro Francisco de Berro, Pedro Vidal, Luis Eduardo Pérez, Francisco F. Pla, Román de Acha, Silvestre Blanco, Francisco de las Carreras, Ramón Castriz, Juan Francisco Giro, José María Platero e Francisco Solano de Antuña; e começou a funcionar em janeiro de 1823.

⁴⁸ Buenos Aires enviou José Valentin Gómez ao Rio de Janeiro.

⁴⁹ O apoio pela guerra não seria facilmente conseguido; porque nas Províncias Unidas o governador de Entre Ríos, Lucio Mansilla, assinou um Tratado de amizade com o general Lecor, em 20 de dezembro de 1822, em que, “la Provincia de Entre Rios y el Estado Cisplatino se comprometían a reconocer y respetar sus fronteras y guardar neutralidade e sus respectivos conflictos internos”.

Juan Antonio Lavalleja, Vázquez Feijó e Hereñú. A presença de apoiadores da causa oriental entre os acusados da revolução para lhe tirar do poder fez Mansilla proibir qualquer movimentação dos orientais no território sob seu comando; frustrou-se, com isso, o projeto de invasão da Banda.

E se fora da Banda o projeto oriental perdia força, caminho igual se delineava internamente. Exemplo disso foi o fracasso da insurreição liderada por Pedro Bonifácio Amigo, Manuel Duran e Leonardo Oliveira com a anuência do Cabildo de Montevideú. O grupo esperava um apoio à sua ação vindo do litoral e com Lavalleja à frente, mas o socorro não veio e os envolvidos na empreitada foram presos.

Existia ainda uma esperança. O conflito dentro da Banda entre brasileiros e portugueses poderia beneficiar o projeto para expulsar os estrangeiros, tanto portugueses quanto brasileiros. Dirigindo os lusos estava o comandante Álvaro da Costa, então adversário do também português Frederico Lecor que, proclamada a independência do Brasil, se juntou às fileiras brasileiras. A iniciativa de Álvaro da Costa, porém, já nascia com ares de fracasso, isso porque, com tropas reduzidas, distante de Portugal e sem apoio de sua Coroa – que estava imersa em problemas internos –, a resistência não tinha a menor chance. Teve fôlego até outubro de 1823, quando comunicou ao Cabildo de Montevideú a decisão de regressar à Europa e entregar o poder às forças imperiais.

Mesmo diante deste novo abalo, o Cabildo montevidense manteve sua posição insurreta e declarou, em Ata de 29 de outubro de 1823,⁵⁰ a anulação do Congresso de 1821 que legitimara a incorporação da Banda Oriental ao Império de D. João VI. Tão logo apresentou a decisão de revogar a incorporação àquele Império, segundo eles autorizada apenas mediante a arbitrariedade de Lecor, confessou que a Província Oriental do Uruguai estava determinada apenas a integrar as Províncias que compunham a antiga União do Rio da Prata. Lecor não se intimidou e avançou contra a praça de Montevideú obrigando aqueles que a ele se opunham a se exilarem em Buenos Aires, dentre eles Lavalleja. Com esse evento chegava ao fim a primeira tentativa de consolidar a independência da Banda Oriental. E, como resposta ao ato de insurreição, Lecor reformulou o Cabildo de Montevideú que passou

⁵⁰ Foi presidido pelo alcaide ordinário de 1º voto e governador intendente, D. Manuel Perez.

a contar apenas com seus aliados. Além disso, abrindo espaço para os brasileiros, foi afastando cada vez mais os orientais da participação no governo da Província, o que contrariava as resoluções do Congresso de 1821. Tal atitude só fez aumentar a resistência dos orientais à presença brasileira.

O fracasso não abateu os partidários da libertação da Banda que logo iniciaram um novo plano contra a dominação brasileira. Exilado em Buenos Aires, o grupo buscou a adesão de figuras portenhas importantes e passou a integrar as reuniões da Loja maçônica Caballeros Orientales.⁵¹ Outra preocupação foi reunir apoio financeiro para o projeto de tomada da Banda.⁵² Finalmente, em 19 de abril de 1825, Lavalleja e seus companheiros, que ficaram conhecidos como os Treinta y Tres Caballeros Orientales,⁵³ desembarcaram no

⁵¹ O clube patriótico de Montevideu, conhecido como Caballeros Orientales, derivou da Grande Loja de Lautaro, fundada em 1818 por Carlos Alvear. Também fundador da Lautaro de Buenos Aires (1812), e da Loja Cavalleros Racionales (também em Buenos Aires), Alvear criou a loja montevideana após retornar do Rio de Janeiro para onde fugira – na companhia de Nicolas Herrera – depois da queda do governo unitário em Buenos Aires, em 1815. A fundação da loja contou com a participação de outros exilados portenhas: Juan Larrea, Santiago Vázquez, Manuel Álvarez, Francisco Martínez Neto, Juan Zufriategui, Ventura Vázquez, além de Alvear. De acordo com Mario Ostria, os Caballeros Orientales tinham um caráter paramaçônico, pois nem todos pertenciam à maçonaria. Os Caballeros se dividiam em três graus, o primeiro era o dos Ancianos, o segundo dos Consejeros e a terceira dos Caballeros Orientales; mais que o caráter maçônico dos Caballeros, importa frisar a relevância da formação desses grupos e suas relações dentro do universo político do século XIX. Segundo Pilar González Bernaldo de Quiróz, a maçonaria foi não só uma forma privilegiada de associação, mas também uma forma de sociabilidade que dialogou amplamente com a política platina e muitas vezes nela interferiu, sobretudo em suas iniciativas liberais e republicanas. A ligação dos Caballeros com a maçonaria talvez explique os traços independentistas de alguns de seus participantes. Para a autora, o caráter privilegiado da maçonaria entre as diversas formas associativas – as socioculturais, socioeconômicas, comerciais, corporativas, de recreio – deveu-se à quantidade de sociedades criadas, sua implantação em todo o território e o atrativo que exerceram nas classes dirigentes. Quiróz afirmou ainda que as lojas maçônicas não foram iniciativas apenas da resistência Oriental. Durante a ocupação brasileira à Cisplatina as autoridades brasileiras teriam se servido dessas organizações com o intento de consolidar sua presença no território uruguaio. OSTRIA, Mario Dolta. Caudillos, doctores e masones. Protagonistas en la Gran Comarca Rioplatense (1806-1865). 3ª ed. Montevideu: Ediciones de la Plata, 2008; QUIRÓZ, Pilar González Bernaldo de. *Civilidad y política en las orígenes de la Nación Argentina: las sociabilidades en Buenos Aires, 1829-1862*. 2ª ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2008.

⁵² O encarregado dessa tarefa foi Pedro Trapani, inclusive depois da invasão, por este motivo teria permanecido, a pedido do próprio Lavalleja, em Buenos Aires. Também participaram ativamente do esforço para angariar recursos Munõz, Costa y Platero, Alvear, Dorrego, Vicente Caseros e Zufriategui. Cf. BALDRICH, J. Amadeo. *Historia de la Guerra del Brasil*. Buenos Aires: Imprenta La Harlem, 1905.

⁵³ Sobre o grupo, cabe frisar que não tinha um caráter homogêneo. Edmundo NARANCIO, 1992, identifica duas correntes dentro dos Treinta y Tres. Uma delas – que o autor afirma ter tendência rivadaviana – desejava uma união incondicional com Buenos Aires, a exemplo de Santiago Vazquez; a outra era constituída pelos que permaneceriam próximos do federalismo de Artigas – da qual participaria Lavalleja. NARANCIO, 1992, não menciona a cisão entre Lavalleja e Rivera. Além do mais, a documentação encontrada no arquivo de Lavalleja indica um grande apego seu ao projeto de incorporação às Províncias Unidas. A perspectiva do trabalho, porém,

território oriental, na praia de Agraciada, dando início à Guerra Cisplatina. Conforme avançavam pelo território, as fileiras orientais ganhavam novos soldados; e foi essa enorme adesão que começou a preocupar Lecor. O general decidiu então enviar Fructuoso Rivera para conter o avanço dos insurgentes, mas até mesmo seu enviado abandonou as tropas brasileiras e se juntou à empreitada para a libertação da região.

Enquanto isso, Lavalleja buscou dar um caráter legalista a sua campanha constituindo uma Junta⁵⁴ de governo, em 14 de junho de 1825, na região de Florida. Assumindo o comando da autoridade política e administrativa da província, a Junta confirmou Lavalleja para o cargo de comandante-chefe do exército e governador da província, enquanto Rivera tornou-se inspetor geral de armas. Foi na sessão de 25 de agosto de 1825 que a recém-criada Junta tomou a decisão de proclamar a independência em relação ao Império do Brasil e a reincorporação às Províncias Unidas do Rio da Prata.⁵⁵

Aquilo que aos olhos brasileiros parecia uma insurreição fácil de ser contornada ganhava projeção cada vez maior. Na ilusão de vencer os orientais, duas colunas do Exército do Rio Grande do Sul, uma comandada pelo marechal de campo José de Abreu e outra pelo tenente-coronel Mena Barreto, foram enviadas para fazer frente às tropas de Lavalleja. O primeiro embate se deu no Arroio de Aquila, em 3 de setembro de 1825, quando se enfrentaram um destacamento comandado por Rivera e as forças de Bento Manuel Ribeiro; nele, a vantagem pendeu para o lado brasileiro. Contudo, Rivera seguia em seus planos de

é de que havia inúmeros projetos orientais em constante movimento e que se associavam frente as reviravoltas impostas pela guerra.

⁵⁴ O Governo provisório era presidido por D. Manuel Calleros da província de Colônia de Sacramento e formado por D. Francisco Joaquim Muñoz, pelo departamento de Maldonado, D. Loreto de Gomensoro por Canelones, D. Manuel Durán, por São José e D. Juan José Vazquez por Santo Domingo Soriano. Cf. BIBIOTECA NACIONAL. *Anais*. V. 88, p. 33. Rio de Janeiro: Divisão de Publicações e Divulgação, 1968.p. 33.

⁵⁵ A decisão de declarar a independência e, logo depois, se incorporar a outro Estado foi largamente discutida pela historiografia uruguaia. Para grande parte da historiografia independentista, representada, por exemplo, por autores como NARANCIO, 1992, e CASTELLANOS, 1998, essa anexação foi uma estratégia política, mas não respondia aos anseios do povo nem foi tomada como um contrassenso, pois ao passo que declarava a independência se colocava sob a tutela de outro Estado. Muitos foram os que negaram a sinceridade dessa atitude, discutiram em que termos se daria essa união ou, ainda, atribuíram a ela um caráter bastante efêmero. Já REAL DE AZÚA, 1991, não corrobora com a ideia de que a Ata de Incorporação teve um caráter ficcional e estratégico. O autor foi além e, inclusive, relativizou o significado do termo união para os contemporâneos de Lavalleja, já que, segundo ele, a anexação aos vizinhos da outra margem não pareceu escandalizar tanto o exército oriental à época como o fez aos historiadores da independência (o termo foi usado por Real Azúa e diz respeito aos historiadores que escreveram a história do país identificando um cunho emancipatório quase intrínseco ao povo oriental).

constranger o marechal José de Abreu que estava alojado na região de Mercedes com seus homens. Para tal, tomou a cavallada inimiga acampada no Rincón das Galinhas e se preparava para partir quando recebeu a notícia que uma coluna brasileira estava próxima. Impossibilitado de se retirar, ofereceu combate. O encontro entre os homens sob a liderança de Rivera e os sob a liderança de Mena Barreto e Jerônimo Gomes Jardim teve como saldo a morte de Barreto e de alguns oficiais, contabilizando 120 homens entre mortos e feridos. Além do prejuízo humano, a repercussão do feito de armas de Rivera contra as tropas do Império causou enorme frenesi entre os orientais e seus simpatizantes e fez engrossar o coro pela libertação da Banda.⁵⁶

Ainda candente o resultado de Rincón, Bento Manoel recebeu a notícia de que Lavalleja estava em Durazno e seguiria ao encontro de Rivera. Temendo a reunião das forças orientais, Bento Manoel agrupou um efetivo com ajuda de Lecor e saiu à procura do inimigo, encontrando Lavalleja em 12 de outubro de 1825. Para surpresa do militar brasileiro os dois comandantes orientais já tinham agregado forças e aceitaram o combate. Os brasileiros avançaram contra o inimigo, mas foram duramente rechaçados e obrigados a atravessar o arroio de Sarandí onde ainda sustentaram posição por duas horas, quando receberam reforços de Bento Gonçalves, Felipe Néri e Calderón. De nada adiantou, o oponente se manteve no ataque, sem dar outra alternativa aos comandantes Bento Manoel e Bento Gonçalves que não se retirar. Como consequência os brasileiros tiveram por volta de 500 homens feitos prisioneiros e 200 mortos enquanto os orientais amargaram 35 mortos e 90 feridos.⁵⁷ Mais uma vez ao saldo negativo provocado pelas perdas humanas se somava a um outro igualmente trágico: o abatimento moral das tropas brasileiras e os efeitos políticos de uma derrota militar contra forças não regulares.

⁵⁶ Os dados sobre a Batalha de Rincón das Galinhas foram extraídos do *Dicionário das batalhas brasileiras*. O próprio Donato destacou a dificuldade em estabelecer os números corretos para o exército de ambos os lados, pois cada um dos envolvidos tende a exagerar o contingente inimigo. Por outro lado, sugeriu que Rivera tinha se beneficiado do fator surpresa, e com isso alegou que os brasileiros foram surpreendidos pelo inimigo, o que explicaria a vitória de um número tão reduzido de soldados sobre um destacamento duas vezes maior. DONATO, Hernâni. *Dicionário das batalhas brasileiras*. 2ª ed. São Paulo: Ibrasa, 1996.

⁵⁷ Os números são controversos, tanto no que se refere aos mortos e feridos quanto ao número de soldados envolvidos no confronto. O escritor brasileiro DONATO, 1996, citando o barão do Rio Branco, afirmou que as tropas brasileiras participantes na batalha contavam com 1.411 homens; já os orientais entre 2.200 e 2.400. Para o escritor argentino BALDRICH, 1905, as tropas estavam numericamente equilibradas.

Em contrapartida, o triunfo em Sarandí insuflou ainda mais o ânimo oriental e contagiou também as Províncias Unidas, que se mantinha como espectadora. Dessa forma, Buenos Aires decidiu finalmente convocar, em 25 de setembro de 1825, o Congresso das Províncias Unidas do Rio da Prata que aprovou a incorporação da Banda Oriental a seu território.

A postura reticente de Buenos Aires em declarar apoio à iniciativa de Lavalleja e seus homens baseava-se na mesma justificativa de 1823: a insegurança em iniciar uma guerra contra o Império. Cabe ressaltar, porém, que o apoio das Províncias Unidas foi arrancado diante das pressões internas,⁵⁸ dos resultados orientais no campo de batalha e de um longo trabalho de convencimento por parte dos líderes do movimento oriental.⁵⁹ Uma obstinação visível nas cartas trocadas, por exemplo, entre Lavalleja, Rivera e os governadores das províncias de Entre Ríos, Estanislau Lopez, e Buenos Aires, Juan Gregorio de Las Heras.⁶⁰ A documentação também apontou para a diversidade de correntes políticas presentes na região e permitiu vislumbrar uma variedade de soberanias conflitantes que disputaram espaço em diferentes momentos, inclusive, durante o embate bélico.

Parecendo irreversível a situação, D. Pedro I decidiu, em 10 de dezembro de 1825, declarar guerra às Províncias Unidas do Rio da Prata.⁶¹ Eis então completo o quadro da guerra. De um lado as repúblicas, Províncias Unidas e Banda Oriental, do outro a monarquia, Império do Brasil, e atrás deles um conjunto de justificativas retóricas para validar a iniciativa bélica tanto para a opinião pública de suas respectivas unidades quanto para a Europa. Na fala das repúblicas, a junção dos dois territórios representava a continuação de antigos vínculos fraternos explicados pela colonização espanhola e pelos laços culturais comuns, além de marcar o rompimento com o atraso do regime monárquico, com o

⁵⁸ Bom exemplo dessa pressão foi o ataque ao consulado do Brasil, em Buenos Aires, em 29 de outubro de 1825.

⁵⁹ Nesse sentido, vale ressaltar que os acontecimentos de 1825, mesmo que tenham contado com alianças de províncias interioranas ou de parte dos grupos de poder econômico das Províncias Unidas, foi levada a cabo pelos Treinta y Tres.

⁶⁰ Ver mais em GONÇALVES, 2010. As cartas fazem parte do conjunto documental reunido em BIBLIOTECA NACIONAL, 1968.

⁶¹ Manifesto ou exposição fundada e justificativa do procedimento da Corte do Brasil a respeito do governo das Províncias Unidas do Rio da Prata e dos motivos que a obrigaram a declarar guerra ao referido governo, cf. BIBLIOTECA NACIONAL. Setor de Obras Raras. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1825.

absolutismo e a crueldade do imperador vizinho. Já a defesa do Império se baseava no perigo de anarquia e fragmentação territorial que o sistema político republicano representava. Dessa forma, para o Império, a Cisplatina funcionaria como barreira a impedir os avanços da desordem circundante. Mais ainda, o fato da região ser fronteira natural do império lhe garantia o direito de posse.⁶²

Iniciando a guerra propriamente dita, não se arriscará este trabalho a definir o contingente militar, seja de terra ou mar, de cada um dos envolvidos em razão do comprometimento político dos números apresentados pelos historiadores e memorialistas da Cisplatina, como será discutido no decorrer desta tese. No entanto, cabe frisar que tanto as tropas da monarquia quanto as republicanas não dispunham naquele momento de forças regulares organizadas.

No caso do Brasil, parte do contingente que ocupou o Prata na década de 1810 era formado por portugueses que tinham retornado à Europa com a legalização da independência. Além do mais, o conflito foi considerado, inicialmente, um problema de rápida resolução e circunscrito ao sul do país e, por isso, coube a província do Rio Grande do Sul arcar com o efetivo humano das primeiras campanhas. Com a continuidade das hostilidades, a necessidade de homens foi aumentando e o recrutamento se tornou mais violento atingindo diferentes províncias do Império, apesar de o Sul ser onerado com os maiores encargos. As tropas imperiais também incorporaram alguns batalhões formados por estrangeiros, austríacos e alemães em sua maioria, decisão que gerou muita polêmica.

Nas Províncias Unidas a situação militar não era diferente, pois no decorrer do processo das guerras pela independência aconteceram disputas internas pelo poder que consumiram esforços bélicos e geraram grandes prejuízos econômicos. Afora isso, nem todas as províncias que compunham a federação do Prata apoiavam a guerra contra o Império, razão pela qual não concordaram em arcar com seus custos. Para os orientais a situação era ainda mais sensível, afinal, desde a explosão junteira de 1810, a região vivenciou uma ininterrupta sequência de guerras que destruiu a economia, prejudicou os campos, as cidades

⁶² A justificativa usada era que o caráter contíguo entre os dois territórios comprovava que faziam naturalmente parte de uma mesma unidade. Sobre a construção das justificativas de guerra dos dois lados ver GONÇALVES, 2010.

e arrebatou muitas vidas. Faltava também unidade à elite política da região, que se dividia entre os favoráveis ao Império, outros que apoiavam a anexação às Províncias Unidas e ainda os partidários da independência da Banda. Assim, as forças destes últimos eram formadas sobretudo por milicianos que foram se juntando gradativamente ao esforço dos emigrados de Buenos Aires.

O ano de 1825 se encerrou com grandes esperanças para os orientais depois da vitória nos campos de batalha e na política, com a adesão dos vizinhos das Províncias do Rio da Prata. Enquanto isso, o desânimo pairava sobre os imperiais depois de duas derrotas. Já em janeiro de 1826, o Congresso Argentino iniciou os preparativos para a guerra contra o Brasil nomeando o general Martin Rodrigues para o comando das armas republicanas.

O primeiro encontro entre “a monarquia” e “a república” se deu no mar. A frota das Províncias Unidas furou o bloqueio brasileiro no Rio da Prata, em 9 de janeiro de 1826, no combate naval conhecido como Corales. Vencido o bloqueio, a esquadra da República seguiu, em fevereiro, para a Colônia de Sacramento. O objetivo do almirante-chefe pelas forças republicanas, Guillermo Brown, era tomar a província de assalto, mas a despeito das várias tentativas realizadas naquele ano,⁶³ e que resultaram em baixas para ambos os lados, o Império conseguiu manter a duras penas a região. Novos enfrentamentos no mar aconteceram em abril de 1826, já às portas de Montevideu. No mais importante deles, Brown atacou a fragata brasileira Imperatriz em um combate durante cerca de uma hora e meia que resultou na morte de seu comandante Barroso Pereira. Esses embates produziram perdas nas duas forças, sendo difícil apresentar vantagens seja para os portenhos ou para os brasileiros. Ainda em abril, destacamentos republicanos conseguiram tomar a Ilha de Martim Garcia, base estratégica das manobras brasileiras, se aproveitando do cair da noite e da frágil vigilância das fortificações. O constrangimento gerado pela perda territorial e pelas baixas humanas fez o almirante brasileiro Rodrigo Lobo ser destituído do comando da área e responder a um Conselho de Guerra.

⁶³ A primeira em 28 de fevereiro de 1826, quando Brown incendiou três escunas que defendiam a Colônia. Em 1º de março de 1826 os republicanos receberam reforços, mas novamente fracassaram. Dez dias depois, o almirante das forças navais republicanas tentou a invasão em duas frentes; uma viria por mar, de onde os marinheiros desembarcariam e avançariam contra os brasileiros; a outra chegaria por terra e seria comandada por Lavalleja. Entretanto, o brigadeiro Rodrigues dispersou as duas frentes. Em 14 de março houve nova tentativa e novo fracasso de Brown.

Em terra, o exército oriental comandado por Lavalleja concentrava-se em Durazno, enquanto o general portenho Martín Rodríguez mantinha suas tropas em San José. Dando os primeiros sinais de que seu projeto político era independente da campanha dos Caballeros, Rivera rompeu com o exército oriental e se colocou ao serviço do general das Províncias Unidas.⁶⁴ Mas, a situação política portenha mudou rapidamente. Assumindo a presidência das Províncias Unidas, Rivadavia nomeou Carlos Maria de Alvear ministro da Guerra, e depois comandante do Exército; e este colocou Lavalleja ao seu mando, reunindo as duas tropas debaixo das ordens do exército republicano.

No Brasil, diante do desânimo das tropas, o próprio Imperador decidiu visitar o teatro da guerra e levou adiante algumas mudanças estratégicas, com Francisco de Paula Masseno Rosado⁶⁵ assumindo o comando das tropas acampadas no Rio Grande do Sul e Lecor transferindo o cargo de presidente da província Cisplatina para Francisco de Paula Magessi Tavares de Carvalho. Em termos bélicos propriamente ditos, porém, o ano de 1826 seguiu com movimentação de forças, mas sem combates significativos em terra.

Reservavam-se então ao ano de 1827 os momentos mais relevantes da guerra (ver Figura 2). Janeiro principiou com a saída de Rosado do comando do Exército brasileiro e a nomeação de Felisberto Caldeira Brant Pontes de Oliveira Horta, o marquês de Barbacena, para o cargo. O mês seguinte guardaria tristes surpresas ao marquês, que mal tinha assumido e já teve de responder pelo confronto mais importante da guerra e um dos mais enigmáticos da história bélica dos envolvidos: a Batalha do Passo do Rosário ou Ituzaingó. Embate com sérias perdas do ponto de vista militar e danos ainda maiores em termos políticos tanto para a República quanto para o Império. Por sua relevância nas narrativas estudadas, esse episódio merecerá uma análise em separado, mais adiante. Por ora, vale ressaltar que a guerra não terminou com o Passo do Rosário, por mais que seu desfecho pouco claro, ou seja, seus não resultados, tenham contribuído de forma definitiva para o desenlace do conflito e os termos em que seria lembrado posteriormente.

No mar, o ano de 1827 principiou com movimentações desfavoráveis para a esquadra brasileira. Em 9 de fevereiro, na região de Juncal, a 3ª Esquadra comandada por

⁶⁴ Rivadavia ainda chegou a nomear Rivera inspetor geral de Armas.

⁶⁵ Rosado assumiu no início de 1826, substituindo o general Abreu, destituído em dezembro de 1825.

Sena Pereira descia o rio Uruguai para abastecer quando se deparou com a frota das Províncias Unidas. O encontro, extremamente prejudicial aos imperiais, deixou duas escunas encalhadas e outras três incendiadas, e todos os membros sobreviventes da tripulação foram aprisionados, entre estes o comandante Sena, ferido na cabeça. Mas a esquadra do almirante Brown conheceu também a derrota. Em 6 de abril, no Monte Santiago, costa argentina, Brown tentou furar o bloqueio imposto pelos brasileiros à Buenos Aires. Durante horas as duas esquadras se enfrentaram. No dia seguinte, ainda se reuniu aos brasileiros o almirante Pinto Guedes, porém, por serem menores, apenas duas de suas embarcações conseguiram uma aproximação com o inimigo. Enquanto isso, uma parte dos navios republicanos permaneceu encalhada e outra fugiu. Os que ficaram foram incendiados, acarretando um grande prejuízo e uma importante derrota à marinha republicana.

Em terra firme, as tropas do exército brasileiro tiveram um encontro infeliz em 13 de fevereiro, na região de Vacacaí, no Rio Grande do Sul, quando se chocaram o esquadrão do tenente Marcelino Ferraz do Amaral e um destacamento portenho, deixando para trás duas dezenas de mortos. Os republicanos ainda se mantiveram no encalço dos imperiais e receberam o apoio de um destacamento de cavalaria comandado por Lavalle. Depois disso, os brasileiros recuaram na tentativa de se incorporarem ao efetivo de Bento Manoel para então darem combate, mas ao terminarem a manobra perceberam que os soldados das províncias Unidas tinham retrocedido o que fez abortar um novo embate.

Outro choque entre as tropas imperiais e republicanas se daria em 23 de abril, conhecido como Batalha de Camacúá, evento assinalado pelo historiador Baldrich⁶⁶ como uma verdadeira vitória da sagacidade e destreza dos comandantes da República. Nesse confronto, Carlos Alvear, acompanhado por Mansilla, Medina e Lavalleja se lançou sobre os brasileiros imprensando-os em um desfiladeiro. Tentando fugir, os soldados do império foram perseguidos sob vigorosa troca de tiros que resultou na sua dispersão, alguns mortos deixados no campo e muitos feridos.

De uma forma geral se pode afirmar que as batalhas foram ficando cada vez mais escassas depois do confronto de 20 de fevereiro de 1827. Os encontros entre os dois exércitos

⁶⁶ BALDRICH, 1905.

eram antes produto da movimentação das tropas do que de uma estratégia militar para destruição do oponente. Além disso, de parte a parte, se multiplicavam notícias dando conta do mau estado dos combatentes, da falta de alimentos nos acampamentos e do desânimo dos soldados. Fora do campo de batalha, o prolongamento do conflito o tornava ainda mais impopular, tanto na República quanto no Império. A opinião pública cobrava uma solução para pôr fim aos gastos com o financiamento da guerra e aos prejuízos econômicos com o bloqueio do Prata. Em termos de política interna, a oposição ao governo de D. Pedro I aumentava e questionava a competência do comando militar das tropas imperiais. Enquanto na República, a autoridade nacional do presidente Rivadavia era combatida pelas facções do interior.

Diante da pressão interna, o governo republicano decidiu negociar o fim da guerra nomeando D. Manuel José García para essa missão em 19 de abril de 1827. García desembarcou no Rio de Janeiro no mês seguinte com a disposição de concretizar um acordo entre os dois países, mas o Imperador não dava sinais de que abriria mão do território cisplatino.⁶⁷ Em 24 de maio o ministro García firmava com o governo brasileiro a Convenção Preliminar de Paz que deveria ser ratificada pelo governo da República. Nesse acordo, as Províncias Unidas reconheceriam a posse do Império sobre a Cisplatina e a neutralidade da Ilha de Martim Garcia.

⁶⁷ Para o historiador argentino BALDRICH, 1905, a decisão do imperador de manter a posse da Cisplatina era uma forma do governo brasileiro fazer valer, em termos diplomáticos, o que não conseguiria pelas armas, assumindo, assim, um caráter de revanche pelas derrotas sofridas.



Figura 2. Algumas operações militares do ano de 1827. http://pt.wikipedia.org/wiki/Guerra_da_Cisplatina

Retornou o plenipotenciário a Buenos Aires, mas tão logo os termos do acerto de paz se tornaram conhecidos também logo principiaram os levantes portenhos contra o governo de Rivadavia. Como consequência, Rivadavia repudiou oficialmente o Tratado de Paz em 25 de junho, em ato aprovado pelo Congresso. Estavam abortadas com isso as esperanças de paz na região. No plano político, contudo, a revogação das negociações com o Império não foi suficiente para salvaguardar o governo republicano e, em junho, Rivadavia renunciava ao cargo de presidente. Em seguida era a vez de Alvear abandonar o comando do

exército. Assumiu D. Vicente López y Planes como presidente interino, em um brevíssimo mandato, durou pouco mais de um mês. O federalismo, no entanto, ganhava mais força e o governo de viés nacional foi dissolvido, retornando assim os governos provinciais. Com tal mudança, Manuel Dorrego assumiu o cargo de governador de Buenos Aires e as decisões da guerra. As transformações atingiram igualmente o comando do Exército com a nomeação de Juan de Lavalleja.



Figura 3. Principais locais de batalha, povoações e fortes durante a Guerra Cisplatina (1825-1828).
<http://people.ufpr.br/~lgeraldo/brasil2imagensF.html>

O alvorecer do ano de 1828 trouxe consigo alterações também no comando militar do Império com a saída de Barbacena e a volta de Carlos Frederico Lecor. Porém, militarmente, as campanhas permaneceram suspensas e poucos conflitos foram dignos de nota, como a Batalha de Barrega, em janeiro, a Batalha de Padre Filiberto, em fevereiro e Las Cañas e Ibicuí, em abril. E em agosto, finalmente, se encerrou a guerra com a assinatura do Tratado de Paz entre o Brasil e as Províncias Unidas sob o olhar atento do governo inglês.

1.2 Ituzaingó ou Rosário: duas histórias para uma mesma batalha

Um episódio com dois nomes se destacou nesta guerra: batalha de Ituzaingó para argentinos e uruguaios; e Passo do Rosário para os brasileiros. E se não existe consenso quanto ao nome da peleja o que se dirá sobre seus resultados? Nesse sentido, discutir o que aconteceu na região do Passo, localizada no Rio Grande do Sul, em 20 de fevereiro de 1827 é fundamentalmente enfrentar ardorosos discursos de cunho nacionalista nos quais o encontro bélico deixa de ser um dentre outros embates da Guerra Cisplatina e se torna uma questão política de relevo que ultrapassa em muito a duração do conflito. Eis a grande dificuldade para se apresentar esta Batalha: a parcialidade da maioria das narrativas tanto de cunho memorialístico quanto de viés historiográfico sobre o tema, condição da qual não escaparam também os discursos oficiais. E existe ainda outro agravante, que diz respeito ao fato do confronto ter sido retomado em diferentes momentos históricos para validar discussões de outras temporalidades, as quais, por isso, conferiram à Batalha imagens, argumentos, questões e problemas que não se colocavam no teatro e circunstâncias originais da guerra.

Desta forma, aqui se intenta apresentar o embate ocorrido entre as tropas do Império e as forças republicanas em Ituzaingó (ou no Passo do Rosário) de uma forma descritiva e informativa que contemple e equilibre avaliações e perspectivas dos diferentes oponentes e das contrastantes versões: a dos republicanos e dos imperiais. Nos capítulos seguintes dessa tese serão privilegiadas suas apropriações políticas, ou seja, de maneira mais detida, avaliaremos como as questões estratégicas e numéricas do embate foram em alguma medida subvertidas para responder interesses nacionais ocorridos a posteriori. Dito isso, a narrativa se volta para os dias que antecederam o conflito.

No início de fevereiro de 1827, o exército de Alvear, comandante argentino, deixou a região de Bagé em direção a São Gabriel. Desconhecendo a manobra do inimigo, os brasileiros abandonaram o acampamento de Palmas com intuito de também alcançar São Gabriel. Antes, porém, o chefe das forças imperiais, Barbacena, destacou a brigada comandada pelo coronel Bento Manoel com o objetivo de localizar o paradeiro dos republicanos. Apenas em 14 de fevereiro os brasileiros se deram conta de que rumavam na mesma direção do oponente. Entretanto, no dia anterior, o exército de Alvear já tinha levantado acampamento e seguido para o rio Santa Maria.

Em 17 de fevereiro, as tropas de Barbacena entraram em São Gabriel; e, na noite do dia seguinte, os dois exércitos empreenderam marcha em direção ao Passo do Rosário, no Rio Santa Maria, estando os contingentes republicanos à frente. Nos primeiros raios da manhã do dia 20, brasileiros e argentinos se viram frente a frente no Passo tornando impossível evitar a luta.

O quantitativo numérico envolvido na batalha não será analisado aqui, visto que cada um dos lados supervalorizou o contingente humano e bélico do inimigo para justificar seu heroísmo e a superioridade de suas manobras. Tampouco se apresentará a posição das tropas no campo de batalha, tema igualmente polêmico e importante para se reconhecer e validar ou invalidar a estratégia militar dos dois generais oponentes. O fato é que no amanhecer do dia 20 de fevereiro chocaram-se as artilharias republicana e imperial. A historiografia de ambos os lados dá conta de um combate renhido, no qual qualquer ofensiva era repelida pela força próxima, fosse ela a infantaria, cavalaria ou artilharia. Nesse sentido, a retórica de valorização das forças envolvidas integra um mesmo projeto de afirmação discursiva dos resultados do confronto, ou melhor, dos resultados que cada narrativa deseja consolidar sobre o fato.

Não cabe narrar aqui toda evolução das forças em disputa porque os relatos analisados adiante, no capítulo seguinte, já o farão, mas algumas passagens parecem representativas no que diz respeito à dramaticidade das ocorrências e falta de conclusão sobre quem teria sido o vencedor nas ações do Passo do Rosário (ou na batalha de Ituzaingó). Do lado brasileiro, as narrativas frisam o sufoco por que passou a ala direita do exército, aguentando por longo tempo a ofensiva do inimigo e obrigando o seu recuo. Em melhor situação se encontraria a ala esquerda daquelas tropas que conseguiu repelir as constantes cargas do inimigo. Por seu turno, os republicanos destacaram uma força que se dirigiu à estrada que levava ao Passo com o objetivo de se apropriar da cavalcada, das bagagens e das munições dos imperiais. Com o sucesso da iniciativa, as tropas de Alvear teriam deixado os brasileiros sem cargas de reposição das munições e, inclusive, o general em chefe só com a farda que vestia. A ação gerou grande abatimento e fez com que a retaguarda brasileira recuasse em diferentes direções, temerosa diante da impossibilidade de responder ao fogo inimigo. A situação no campo de batalha se tornou ainda mais caótica com um incêndio que

teria se espalhado no Passo. A causa do fogo para uns era de iniciativa do general Alvear, que ao perceber a direção do vento usou o cerco do fogo como estratégia para liquidar mais brevemente o inimigo. Outros sugerem que o fogo teria sido fruto espontâneo das faíscas geradas pela artilharia pesada, pois os republicanos também seriam prejudicados pelas chamas não fazendo sentido, portanto, iniciar o incêndio. Um outro comentário crítico à estratégia do exército do Império afirmou que as divisões brasileiras da direita e da esquerda ganharam distância uma da outra, quando para alguns autores deveriam ter se unido. Imperava ainda sim, segundo as narrativas, um equilíbrio de forças; e se republicanos prevaleciam de um lado, no outro se impunham os imperiais.

Vários estudiosos destacaram a situação problemática das cavalarias. A comandada por Barbacena estava muito cansada e os animais que serviriam para reposição foram levados pelos desertores. As forças desse contingente sob comando de Alvear estavam igualmente fatigadas pela longa marcha. Nessa conjuntura o combate passou, predominantemente, ao corpo a corpo, gerando maior mortandade. Horas se passaram enquanto ambos os exércitos buscavam definir a Batalha. Por volta das 4 horas da tarde, no entanto, teria cessado o combate. Uma pausa que cada um dos oponentes atribuiu ao outro, ao mesmo tempo que os futuros analistas questionaram o porquê da ocasião não ter sido aproveitada pelos comandantes militares de ambos os lados para liquidar o inimigo. Na análise de Lima e Silva,⁶⁸ combatente do Império, prisioneiros brasileiros fugitivos teriam convencido o exército imperial que a parada foi consequência de uma ordem de Alvear para retirada. O memorialista ainda criticou uma falsa justificativa sobre o cessar fogo que teria sido divulgada por muito tempo e era repetida ainda por seus contemporâneos: a de que os imperiais teriam esgotado todos os seus recursos e, em razão disso, se viram obrigados a fazerem a retirada. Ou seja, diante da falta de munição e de cavalaria, tomados pelo cansaço, pela fome e percebendo o silêncio republicano, os imperiais decidiram abandonar o campo de luta.

Ainda que os motivos sejam controversos, estimou-se que às 5 horas da tarde, as divisões, brigadas e corpos do Exército teriam sido autorizadas a abandonar a luta. De acordo

⁶⁸ LIMA E SILVA, Luiz Manoel. *Guerra com as Províncias Unidas do Rio da Prata*. Rio de Janeiro: Ouvidor, 1956.

com Lima e Silva toda movimentação era acompanhada pelas tropas de Alvear que ameaçavam impedi-la, o que não teria acontecido porque os brasileiros iniciaram novo ataque recomeçando a batalha que se estendeu por mais algum tempo.

O tiroteio persistiu até que a retaguarda da 1ª Divisão do Império deixou sua posição e seguiu a estrada em direção ao Cacequí. Nesse momento, novamente foi ordenado o cessar fogo enquanto os republicanos assistiram supostamente imóveis a todo processo. Logo foi ordenada a saída da 2ª Divisão com a missão de fazer a retaguarda do Exército brasileiro enquanto o exército republicano designou uma coluna de cavalaria para seguir os imperiais, a qual prosseguiu em seu encalço até que a cavalaria estivesse completamente extenuada e impossibilitada de continuar. Foi esta a versão dos brasileiros sobre o desfecho dos acontecimentos.

Já para os republicanos, os estágios finais do combate ocorreram de forma diferente, com os soldados de Barbacena sem munição e incapazes de reagir ao fogo insistente que lhes lançavam os republicanos. Acuado, o general em chefe das forças do Império teria decidido pela única solução possível: deixar o teatro da guerra.

Contudo, duas décadas mais tarde o que parecia ser uma pequena divergência de leitura dos acontecimentos finais da batalha, em virtude dos interesses políticos no Prata, se tornaria o ponto mais controverso e discutido da guerra, como se verá nos próximos capítulos. Isso porque definir qual dos dois exércitos cessou fogo primeiro e iniciou a retirada significaria também determinar vitoriosos e derrotados, e escolher qual dessas narrativas seria digna de fazer parte da construção das memórias nacionais das futuras nações então envolvidas no conflito.

1.3 Império: o retorno à guerra na Revista do IHGB

O que fez a primeira guerra do Brasil independente permanecer por mais de 20 anos em completo ostracismo nos meios letrados? Por quais razões, posteriormente, durante a segunda metade do século XIX, essa mesma guerra tornar-se-ia tema de acaloradas discussões especialmente entre sócios do IHGB relacionados aos meios diplomáticos do Império? Tais perguntas nortearão as próximas páginas, as quais tentarão dar conta dos

motivos que levaram a Guerra Cisplatina, finda em 1828 como já mencionado, a ressurgir entre as décadas de 1849 a 1870 de forma tão forte e persistente na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. O retorno da Cisplatina coincide com uma nova fase daquele Instituto inaugurada no ano de 1849, quando, por sugestão do próprio imperador D. Pedro II,⁶⁹ seus sócios foram convocados a escreverem a história da nação. O convite foi rapidamente acatado e não tardaram a se multiplicar trabalhos acerca da história do país. O pedido feito pelo monarca, também protetor da instituição e seu grande incentivador intelectual e financeiro, coincidiu com momento de estabilidade política e consolidação de um projeto nacional centralizador conduzido pelo próprio imperador. Nesse sentido, o IHGB tornava-se arauto de um Estado forte, que foi capaz de superar o ímpeto separatista do período regencial e do início do segundo reinado, manter a unidade territorial e a escravidão.⁷⁰

Escrever a história do país se tornava imperativo. Nessa empreitada, priorizou-se uma história que coadunasse as diferentes raças, os interesses político-econômicos diversos e pacificasse disputas políticas do passado, derrotas militares e de questionamento ao modelo imperial. Porém, tal projeto não poderia prescindir de uma história gloriosa que pudesse honrar tal modelo e, sobretudo, amalgamar a nação brasileira. Nesse processo, as escolhas não fugiram ao esperado. Sim, o branco-europeu foi naturalmente o pilar deste império florescente. Dessa forma, rapidamente foram acionadas as origens portuguesas que uniam o novo império ao velho mundo, ambos irmanados em um mesmo processo civilizatório de viés iluminista.⁷¹

A história produzida pelo IHGB ainda cumpriu uma função pedagógica de retomar o passado com o objetivo de ensinar ao presente, partindo de uma perspectiva linear do tempo eficaz no estabelecimento de nexos harmoniosos entre essas duas temporalidades. Claro, não seria todo o passado suficientemente digno de ser lembrado, mas aquele eleito

⁶⁹ [GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado](#). *Nação e civilização nos trópicos: o IHGB e o projeto de uma História Nacional*. *Estudos Históricos*, v. 1, n. 1, p. 5-27. Rio de Janeiro, 1988, p. 5-27.

⁷⁰ Ver: [GUIMARÃES](#), 1988

⁷¹ Salgado [GUIMARÃES](#), 1988, p. 8, aponta como o projeto nacional do Brasil manteve sempre o horizonte no modelo europeu; “A leitura da história empreendida pelo IHGB está, assim, marcada por um duplo projeto: dar conta de uma gênese da Nação brasileira, inserindo-a contudo numa tradição de civilização e progresso, ideias tão caras ao iluminismo. A Nação, cujo retrato o instituto se propõe traçar, deve, portanto, surgir como o desdobramento, nos trópicos, de uma civilização branca e europeia. Tarefa sem dúvida a exigir esforços imensos, devido à realidade social brasileira, muito diversa daquela que se tem como modelo”.

pelos ilustres sócios do IHGB. Enganam-se, porém, os que imaginam de fácil execução a tarefa assumida pela instituição: selecionar e narrar um conjunto de histórias que produzisse heróis inquestionáveis, sucessos militares dignos de memória e que exaltassem a monarquia bragantina. Não; e isso porque os candidatos a herói não tinham unanimidade, as campanhas militares não foram indiscutivelmente vitoriosas e, tampouco, todos os Braganças contavam com o apreço e a admiração dos grupos políticos do país.

O nascimento do Instituto, segundo Manoel Salgado,⁷² ocorreu em 1838, em uma das sessões do conselho administrativo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN), a partir da proposta de dois de seus participantes – também sócios do Instituto Histórico de Paris, que lhes serviu de inspiração – o cônego Januário da Cunha Barbosa e o marechal Raimundo José da Cunha Mattos. A função imediata do IHGB seria a de coletar, arquivar e publicar documentos que pudessem ser utilizados para escrever a história e a geografia do Império e revisar possíveis equívocos nas crônicas históricas, em geral, já existentes na Europa⁷³. Em sentido mais amplo, competia ao Instituto a tarefa de implementar um projeto de história capaz de tecer uma narrativa laudatória sobre o país – eficaz em destacar suas glórias e em legitimar seus eleitos à condição de heróis –, tanto no âmbito nacional quanto diante das nações europeias, na ocasião paradigmas de civilização.⁷⁴

A seleção dos sócios, de acordo com os primeiros estatutos que datam de 1839, respeitava regras em que as relações sociais pesavam consideravelmente, em detrimento da habilidade intelectual.⁷⁵ Nesse sentido, não se fazia necessário ao candidato a sócio apresentar seu patrimônio intelectual, bastava receber o convite ou ser indicado por algum membro. Existiam, porém, três tipos de sócios, a saber: os efetivos (em torno de 50 membros divididos entre as disciplinas de história e geografia), os correspondentes (em quantidade

⁷² GUIMARÃES, 1988.

⁷³ De acordo com Loyane Ferreira, o primeiro tomo da *Revista*, no artigo intitulado “Breve notícia sobre a criação do Instituto”, pontuou as diretrizes que norteariam a Instituição. FERREIRA, Loyane Aline Pessato. *A soma de luzes na construção da felicidade pública e a reflexão sobre o passado português: política e história na Revista do IHGB (1838-1889)*. Dissertação (Mestrado). Campinas, 2009.

⁷⁴ Nesse sentido, para Manuel Salgado GUIMARÃES, 1988, o IHGB manteve estreita ligação com instituições similares estrangeiras. Uma aproximação que extrapolava a possibilidade de compartilhar questões intelectuais, mas significava uma tentativa de reconhecimento na esfera internacional.

⁷⁵ O candidato precisava de uma proposta assinada por um dos membros, da Geografia ou da História, dependendo de qual das duas áreas do saber desejava se associar, seguido de um parecer. A documentação era direcionada à Administração e, por fim, levada à Assembleia para apreciação. Cf. GUIMARÃES, 1988.

indefinida e encarregados de angariar mais material documental em suas províncias ou fora do país),⁷⁶ e os honorários (também sem limite numérico e destinado a indivíduos de notório saber).⁷⁷ Outra categoria de sócio foi criada em 1841: os presidentes honorários, título que seria concedido aos príncipes da monarquia brasileira e aos soberanos e príncipes de nacionalidades diversas as quais o conjunto de sócios decidisse por homenagear. Ainda em 1841, se tornou obrigatório aos aspirantes a sócios efetivos ou correspondentes que, para concretizarem sua adesão, publicassem uma literatura ou oferecessem um material de valor – um documento histórico, por exemplo. Entretanto, a grande virada da instituição aconteceu em 1849 quando o próprio imperador, em seu discurso por ocasião da inauguração das novas dependências do IHGB, proclamou qual deveria ser a vocação do instituto: escrever trabalhos de relevância e não apenas compilar as informações deixadas pelas gerações anteriores.⁷⁸ A fala de Pedro II não tardou em ser acolhida pelo IHGB que incorporou a exigência.

Atender as demandas do monarca, porém, não significava simples respeito ao chefe da nação. Já na década de 1840, a instituição tinha 75% de seu orçamento proveniente de verbas do Estado e, como menciona Salgado Guimarães, parte significativa dos sócios cumpria funções dentro do aparato estatal, alguns desempenhando cargos jurídicos, outros militares ou, ainda, burocráticos importantes.⁷⁹ A relação estreita entre os sócios do IHGB e o governo foi ratificada por Lucia Paschoal Guimarães que, ao comparar a nomeação de

⁷⁶ Sanchez percebe a figura do sócio correspondente como uma estratégia de reunir documentos históricos, visto que quanto maior fosse o número de participantes nessa categoria maior seria a quantidade de fontes oferecidas à Instituição. SANCHEZ, Edney Christian. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: um período na cidade letrada brasileira do século XIX*. Dissertação (Mestrado), Unicamp – IEL, Departamento de Teoria e História Literária. Campinas, 2003.

⁷⁷ A figura dessa categoria de sócio, na perspectiva de SANCHEZ, 2003, era de afiançar por meio de sua trajetória intelectual a legitimidade da instituição em formação.

⁷⁸ Salgado GUIMARÃES, 1988, p. 11, transcreve a fala do imperador, a qual, mais que sugestão, funciona, de alguma forma, como ultimato: “Sem dúvida, Senhores, que a vossa publicação trimestral tem prestado valiosos serviços, mostrando ao velho mundo o apreço, que também no novo merecem as aplicações da inteligência; mas para que esse alvo se atinja perfeitamente, é de mister que não só reunais os trabalhos das gerações passadas, ao que vos tendes dedicado quase que unicamente, como também, pelos vossos próprios, torneis aquela a que pertence digna realmente dos elogios da posteridade: não dividi pois as vossas forças, o amor da ciência é exclusivo, e concorrendo todos unidos para tão nobre, útil, e já difícil empresa, erijamos assim um padrão de glória à civilização da nossa pátria. [...] Congratulando-me desde já convosco pelas felizes conseqüências do empenho, que contraís, reunindo-vos em meu palácio, recomendo ao vosso presidente que me informe sempre da marcha das comissões, assim como me apresente, quando lhe ordenar, uma lista, que espero será a geral, dos sócios que bem cumprem com os seus deveres; comprazendo-me aliás em verificar por mim próprio os vossos esforços todas as vezes que tiver a satisfação de tomar parte em vossas lucubrações”.

⁷⁹ Sobre o assunto ver [GUIMARÃES](#), 1988.

ministros durante a década de 1840 e a lista de sócios efetivos, percebeu que dos 36 gabinetes que fizeram parte do governo imperial somente nove não tinham em sua composição nenhum afiliado da Instituição.⁸⁰ Nesse sentido, como sublinhado por Salgado, a década de 1850 foi marcada pelo estreitamento ainda maior dos laços entre o IHGB e o Império, o que levou, inclusive, como já foi visto, às mudanças no estatuto da instituição. Essa virada coincide com consolidação do projeto imperial, bem como com a demanda pela formulação de um discurso que urdisse uma narrativa coerente para justificar a nação brasileira.

Assim, a história e a geografia foram acionadas de forma privilegiada, posto que deveriam fabricar um discurso capaz de validar o projeto de Estado do governo Imperial e transformá-lo em um discurso nacional. A função das duas disciplinas foi apresentar um mapa do universo humano, físico e social que compunha o país. No que se refere à história, ela ainda deveria servir de guia para os homens públicos, já que seus exemplos, que atravessavam séculos, poderiam ensinar e pautar as ações dos políticos do presente e do futuro.

O conhecimento da história adquiriu um sentido garantidor e legitimador para decisões de natureza política, mormente aquelas ligadas às questões de limites e fronteiras, vale dizer, aquelas ligadas à identidade e singularidade física da Nação em construção. O domínio de um saber específico parece neste caso estar intimamente ligado à viabilização de um certo poder em vias de definição.⁸¹

O IHGB fomentou largamente, por meio da organização de expedições científicas e da concessão de prêmios,⁸² a reunião de documentos e a produção de trabalhos que guardassem uma reflexão intelectual. Essa produção encontrou merecido espaço na Revista da Instituição. Dessa forma, foi importante meio propagador das temáticas de cunho nacional criadas pelo IHGB, em especial a tríade basilar do discurso imperial: povo, território e unidade. Na *Revista*, essa trindade se fez presente na recorrência com que a questão indígena – povo –, as viagens e explorações científicas – território – e o debate da história regional – unidade – apareceram nas edições, correspondendo, nas palavras de Salgado, a 73% do quantitativo da publicação. Com isso, fica bastante aparente a relevância que o

⁸⁰ GUIMARÃES, 1995, p. 477-478.

⁸¹ GUIMARÃES, 1995, p. 477-478.

⁸² A ideia para concessão de prêmios partiu do próprio D. Pedro II. Ver GUIMARÃES, 1995, p. 477-478.

território e suas definições receberam na revista – note-se aí a questão que igualmente permeou todas as memórias relativas à Guerra Cisplatina e justificou o próprio conflito. O estabelecimento de limites, enfim, foi uma empreitada que não visou apenas demarcar o espaço territorial do país, mas também sua identidade para si e, sobretudo, para os outros, isto é, para seus vizinhos. Até porque, estas questões interferiam diretamente no processo de consolidação do Estado brasileiro, como destacado por Gabriela Nunes Ferreira.

Vejamos mais de perto duas dessas “questões pendentes” que atravancavam a consolidação do Estado no Brasil: a navegação dos rios da bacia do Prata e a delimitação de fronteiras com os países vizinhos. Quanto a navegação dos rios platinos, sua liberdade era, de longa data, objetivo primordial do governo brasileiro. Os tributários do rio da Prata, o Paraná e o Paraguai, eram fundamentais para viabilizar a comunicação entre o Rio de Janeiro e o interior do País, especialmente a província de Mato Grosso: poder navegá-los significava integrar melhor, econômica e politicamente, as diversas partes do Império, e dar maiores garantias à sua segurança.⁸³

A necessidade do governo foi muito bem acolhida pelo IHGB e, é nessa conjuntura, que a Guerra Cisplatina foi recuperada.⁸⁴ Entretanto, o seu retorno se justifica de fato em razão da permanência de um contexto instável na região Sul. Isso porque o encerramento da guerra, em 1828, como já indicado, não trouxe consigo a definição territorial das fronteiras entre o Império e a Banda Oriental; também não resolveu os problemas em torno da navegabilidade do Rio da Prata e, tampouco, levou a paz para a República Oriental do Uruguai (nome que recebeu a Banda a partir de 1839) nem sequer apaziguou as disputas entre Brasil e as Províncias Unidas. Em suma: quase nada mudou.

⁸³ FERREIRA, Gabriela Nunes. *O rio da Prata e a consolidação do Estado imperial*. São Paulo: Hucitec, 2006.p. 65.

⁸⁴ Para Salgado GUIMARÃES, 1988, a importância das regiões fronteiriças fica ainda mais nítida na forma como aparecem na *RHGB*: “Se, a princípio, todas as regiões do país são definidas como igualmente importantes, o material publicado revela uma clara orientação em direção às regiões de fronteira, devido à necessidade de integração dessas mesmas regiões ao poder do Estado Nacional, sediado no Rio de Janeiro. Não por acaso são as regiões como a Colônia de Sacramento, a fronteira com a Guiana Francesa, ao Norte, e a fronteira do Mato Grosso, nas quais os conflitos de limites datavam do período colonial, as áreas mais tratadas nas páginas da *Revista*. É preciso ter em conta que será o governo de D. Pedro II aquele a encaminhar a solução política da problemática de fronteiras através da definição de uma política externa cuja formulação contou com a assessoria do historiador-diplomata Francisco Adolfo Varnhagen, que viria ser considerado o ‘pai da história brasileira’.” Salgado [GUIMARÃES](#), 1988, p. 23.

1.4 A “Guerra Grande”

Quase nada mudou porque o motivo de preocupação do governo brasileiro na região foi repostado e agora atendia por outro nome: Juan Manuel de Rosas. O governador de Buenos Aires não tardou em interferir nos assuntos da República Oriental em virtude da relação umbilical existente entre os partidos políticos das duas antigas regiões do vice-reinado do Rio da Prata. Nesse sentido, o partido *federalista* de Rosas apoiava aos *blancos* uruguaios representados por Juan Lavalleja e Manuel Oribe, enquanto seu rival, o partido *unitário* de Juan Galo Lavalle apoiava Fructuoso Rivera, líder do partido *colorado* uruguaio. Tais liames mantiveram o governo imperial sempre em sobressalto.⁸⁵ O império temia que Rosas conseguisse colocar em prática o projeto artiguista de reconstituir o antigo Vice-reino do Rio da Prata, incorporando à federação argentina o Paraguai e o Uruguai. Caso o governador de Buenos Aires tivesse sucesso, transformaria ainda os rios Paraná, Paraguai e o Prata em rios interiores, o que viabilizaria a proibição da navegação destes por nações estrangeiras.

A proximidade entre a República Oriental e a Confederação Argentina se intensificou a partir de 1834, com a saída de Fructuoso Rivera da presidência. Foi o próprio Rivera quem fez seu sucessor, Manuel Oribe, mas não contava que este, tão logo assumisse o posto, se aliasse aos antigos companheiros na Guerra Cisplatina, agora adversários - Lavalleja e Rosas – este último com poderes extraordinários em seu segundo governo na província de Buenos Aires. Dessa forma, velhos conhecidos do império voltaram à cena política. Porém, agora, o receio de que a “anarquia” vizinha adentrasse o território brasileiro não era apenas uma retórica de guerra, mas tinha contornos muito reais.

O fantasma republicano ganhava corpo e viabilidade com a eclosão, em 1835, da Revolução Farroupilha no Rio Grande.⁸⁶ A região, por sua posição fronteiriça, foi sempre um espaço de trânsito humano, econômico e cultural com a Banda Oriental.⁸⁷ Assim, a

⁸⁵ Para um estudo das relações entre o Brasil e seus vizinhos no Prata ver FERREIRA, 2006.

⁸⁶ O atual Estado do Rio Grande do Sul, recebeu este nome após a proclamação da República. No período colonial, esse território era subordinado à capitania do Rio de Janeiro e denominado Capitania do Rio Grande de São Pedro. Já em 1821, passa a chamar-se Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Este trabalho, ao se referir a essa região, usará o termo Rio Grande, pois é o mais usual na documentação analisada.

⁸⁷ Um interessante estudo sobre algumas regiões de fronteira foi produzido por Ana Frega, professora da Universidad de la República, Uruguay. Em sua tese de doutorado, trabalhou com a formação de soberanias no

constituição de uma zona de fronteira aberta⁸⁸ promoveu, em tempos de paz, um profícuo fluxo socioeconômico, mas que se tornou, nos períodos de guerra, um espaço privilegiado de disputas políticas e de constante preocupação para o Império brasileiro. Para parte dos orientais, as relações com o sul do Brasil era uma questão de sobrevivência tendo-se em vista a dependência financeira das cidades litorâneas da Banda no que tange à comercialização de gado e seus derivados, como é o caso do charque. Durante o período artiguista, o comércio com os portugueses foi proibido, o que não impediu a permanência das relações comerciais e nem tampouco o contato dos brasileiros com os ideais de Artigas e seu exército. Quando comparado ao conjunto de províncias do Brasil, a posição geográfica do Rio Grande lhe rendeu, sem dúvida, *status* avantajado quanto aos ganhos proporcionados pela província Cisplatina. Essas prerrogativas não se constituíam propriamente em uma novidade, pois tanto o governo colonial quanto o imperial mantiveram uma política de concessões no que diz respeito ao sul tendo-se em vista sua localização estratégica e relevância para a proteção do restante do país. Isso porque, se a região funcionava como uma barreira em relação aos vizinhos, também poderia servir como porta de entrada para ideais indesejáveis.

Durante a anexação da Cisplatina ao Império, o fluxo entre o Rio Grande e a Banda ocorreu livremente, sendo, inclusive, estimulado pelo administrador da nova província, general Carlos Frederico Lecor, conforme já comentamos. O general promoveu casamentos entre luso-brasileiros e mulheres da oligarquia montevideana, por acreditar na força dos laços interpessoais para conter rivalidades progressas.⁸⁹ Durante sua permanência

período artiguista na região de Santo Domingo Soriano. Também discutiu as relações de fronteira em um capítulo sobre a região de Maldonado, publicado em um livro conjunto com autores brasileiros e argentinos. Ver mais em FREGA, Ana. *Pueblos y soberanía en la Revolución Artiguista. La región de Santo Domingo Soriano desde fines de la colonia a la ocupación portuguesa*. Montevideo. Ediciones de la Banda Oriental, 2007; FREGA, Ana. “Pertencencias e identidades en una zona de frontera. La región de Maldonado entre la revolución y la invasión lusitana (1816-1820)”. In. Heinz, Flávio M. e JÚNIOR HERRLEIN, Ronaldo. *Histórias regionais do Cone Sul*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

⁸⁸ O termo “fronteira aberta” foi utilizado por FREGA, 2003. Já Guazzelli, fazendo referência ao período colonial, utiliza o termo “fronteira viva” para destacar sua mutabilidade. GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. *O horizonte da província: a República Rio-grandense e os caudilhos do rio da Prata (1835-1845)*. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

⁸⁹ Nesse sentido, GUAZZELLI, 1997, afirma que os laços de parentesco entre rio-grandenses e orientais, algumas vezes invalidaram as determinações governamentais. Para o autor, “estas amizades entre caudilhos dos lados opostos da fronteira, em função de interesses eventualmente comuns ou de parentescos e *compadrios* estabelecidos, superaram muitas vezes as determinações dos governos aos quais serviam como militares. Era mais fácil ao caudilho compreender o outro caudilho, mesmo que teoricamente um inimigo, do que as aspirações

no poder, ampliou-se significativamente a presença dos brasileiros na Cisplatina, sobretudo com os privilégios concedidos, o que incluía a distribuição de terras,⁹⁰ em detrimento dos naturais da região.

Contudo, tão logo teve início o conflito Cisplatino, a pujança dos rio-grandenses cessou, porque coube a eles o ônus maior da guerra. A província sofreu com os saques perpetrados, tanto pelas forças internas quanto pelas inimigas, que causaram um grande prejuízo à população. Padeceram ainda com a destruição de plantações próximas às regiões de combate, sem contar que boa parte da produção do Rio Grande esteve destinada, durante o conflito, a suprir as tropas brasileiras. Também arcaram com maior efetivo humano, recrutado de forma arbitrária. A suspensão da comercialização do gado e, sobretudo, do charque completam assim o quadro econômico desfavorável que a Guerra Cisplatina impôs à província, o que gerou um significativo estado de instabilidade e dissensão política e social que questionou os vínculos com o restante do Império. Com a guerra terminada, restou um quadro preocupante: uma população descontente com a violência e prejuízos do conflito, além de uma janela aberta para o diálogo com os vizinhos do Prata e seus ideais republicanos.

A situação do Rio Grande era, portanto, politicamente delicada, já que, para além das dificuldades econômicas, a região viveu sempre uma posição dúbia em relação ao Império. Como ressalta Gabriela Nunes Ferreira, o sul do país apresentava uma cultura política muito mais próxima às repúblicas vizinhas do que às outras províncias que compunham o território brasileiro.

A província do Rio Grande vivia portanto uma situação particular: de um lado, integrava o Império do Brasil, respeitava sua Constituição e subordinava-se às ordens do Poder Central – o que, aliás, nomeava os presidentes da província. De outro lado, sua posição geográfica, sua tradição militar desenvolvida nas recorrentes lutas na fronteira aberta, seu perfil social e econômico, vínculos pessoais, econômicos e políticos aproximavam-na de seus vizinhos do Prata.⁹¹

de uma organização política mais elevada; fosse uma Coroa ibérica que se esboroava ou um Estado nacional que ameaçava os anseios regionais”.

⁹⁰ Sobre as estratégias administrativas de Lecor, ver Blanca París de ODDONE, 1973; a autora destaca o aparato burocrático do qual Lecor fez uso na tentativa de legitimar sua presença, pautando-se na concessão de cargos e na manutenção de elementos simpáticos a sua causa.

⁹¹ FERREIRA, 2006, p. 75.

A Guerra dos Farrapos personificou os fantasmas que assombravam o Império desde a independência. A ligação entre os chefes farrapos e os vizinhos tinha por objetivo o abastecimento das tropas com alimentos, cavalos e armas e oscilou bastante durante o conflito. Em seu início, o líder Bento Gonçalves estabeleceu conversações com Lavalleja e Rosas - na ocasião oponentes de Rivera e Oribe – este último então presidente da República Oriental. Entretanto, Oribe rompeu com Rivera em 1836, e tornou-se também aliado dos revoltosos brasileiros, passando a lutar contra seu antigo protetor. Este, por sua vez, primeiro tentou manter-se na República Oriental unindo-se a emigrados argentinos expulsos e perseguidos por Rosas; mas, posteriormente, precisou se refugiar no Rio Grande.

A mudança na República Oriental alterou a configuração dos aliados da revolução Farroupilha, já que Rivera buscou apoio de outro líder farrapo: Bento Ribeiro. Impôs-se, com isso, uma nova e perigosa conformação rebelde estreitamente relacionada com disputas entre as lideranças platinas: de um lado, Lavalleja, Oribe, Rosas e as forças de Bento Gonçalves; de outro, Rivera, os adversários de Rosas e os farrapos de Bento Ribeiro. Ou seja, a Farroupilha integrou o território do Rio Grande nas dissensões políticas e conflitos dos países platinos. Diante disso, o governo imperial concentrou seus esforços em desfazer tais alianças buscando promover negociações com as nações vizinhas. Em 1837, o ministro dos Negócios Estrangeiros do Brasil, Francisco Jê Acaiaba de Montezuma, tentou estabelecer acordos com o presidente Oribe, nos quais sugeriu uma aliança ofensiva e defensiva com o intuito de pôr fim aos conflitos internos na República Oriental, mas não se chegou a nenhum termo, sobretudo porque, como observou Gabriela Nunes Ferreira (2006),⁹² permaneciam em aberto as questões de limites entre o Império e a República Oriental.

Não foi só o Brasil que buscou obter aliados. Rosas, em 1838, propôs um acordo com o governo brasileiro a fim de sufocar definitivamente Rivera, na ocasião ainda aliado aos farrapos de Bento Ribeiro. Ao contrário do que imaginava Rosas, seu plano foi rechaçado pelo Império, que parecia temer mais a proximidade de Rosas com Oribe e uma possível reunião dos dois estados do que as ligações de Rivera com os rio-grandenses.

⁹² FERREIRA, 2006.

A instabilidade na fronteira sul cresceu ainda mais com o início da chamada “Guerra Grande”, nome atribuído pelos próprios contemporâneos ao embate bélico na região do Rio da Prata entre 1839-1851, envolvendo lideranças da República Oriental e das Províncias Unidas - Oribe, Rivera e Rosas – e intervenção europeia, sobretudo francesa.⁹³ A “Guerra Grande” foi dividida em 3 momentos: “Guerra argentina”, “El sitio grande” e “La Coalición Antirrosista”, que serão discutidos em breve.

O conflito se tornou inevitável após derrota militar de Oribe em 1838, acuado em Montevideu por Rivera e derrotado, o que ocasionou sua renúncia ao cargo de presidente e o retorno de Rivera ao poder. Ao assumir o cargo, Rivera se viu pressionado por seus aliados que exigiram uma atitude contra Rosas, considerado uma ameaça à independência da República Oriental. Este processo teve a participação do governo francês, que travou uma queda de braço com Rosas entre 1838 a 1840⁹⁴ e, nesse sentido, participou ativamente da política antirrosista tanto na Confederação argentina quanto na República Oriental. Assim, a declaração de guerra de Rivera contra o governo de Buenos Aires apenas oficializou as disputas pela hegemonia da área platina já em andamento, mencionadas antes, em que os *colorados* de Rivera junto aos *unitários* argentinos concorriam contra os *blancos* orientais de Oribe e os *federais* argentinos de Rosas.

A Guerra Grande, porém, foi sabiamente aproveitada pelo chefe militar brasileiro escalado para debelar os Farrapos. O então barão de Caxias intensificou, como apontado por Gabriela Nunes Ferreira, a postura política que o governo vinha adotando diante dos insurrectos, ora endurecendo a campanha militar e ora cedendo às suas reivindicações, como por exemplo, quando da criação de um imposto sobre o charque oriundo dos países vizinhos, em 1840. Além de buscar sufocar a relação dos farrapos com os outros dois estados platinos, estabelecendo alianças com esses governos.

⁹³ Para alguns autores, como Lincoln Casas, a Guerra Grande terminou em 1851 com a rendição do Uruguai. Outros, como Titara, datam o fim do conflito em 1852, quando Rosas caiu definitivamente. MAIZTEGUI CASAS, Lincoln. Orientales. Uma historia política Del Uruguay. De los orígenes a 1865. 2ª ed. – Buenos Aires: Planeta, Grupo Planeta, 2007. TITARA, Ladislau dos Santos. Memórias do Grande Exército Aliado Libertador do Sul da América, na Guerra de 1851 a 1852. Rio de Janeiro: Gráfica Laemmert: 1850.

⁹⁴ O governo francês exigia de Rosas as mesmas vantagens concedidas aos ingleses, entre elas a redução de impostos sobre os produtos comercializados. A recusa de Rosas gerou, em 1838, o bloqueio ao porto de Buenos Aires por tropas francesas. A situação só foi resolvida em 1840 com o fim da intervenção francesa e o estabelecimento da paz entre os dois estados. MAIZTEGUI CASAS, 2007

A década de 1840, porém, guardava várias reviravoltas tanto no que diz respeito à Confederação Argentina e à República Oriental quanto na condução da insurreição ao sul do Brasil. Em razão da frágil conjuntura política no Prata e da inconstância das alianças entre os grupos em disputa na região, impôs-se ao Império brasileiro uma condição no mínimo embaraçosa: posicionar-se contra o crescimento de Rosas ou contra a proximidade entre Rivera e os insurgentes do sul. Diante do impasse o governo central optou pela neutralidade, como observou Gabriela Ferreira.

O Império estava portanto diante de um dilema: o governo da praça de Montevideú, formado sob influência de Fructuoso Rivera, era o único reconhecido pelo Brasil e outros países como legítimo, e na sua defesa residia a possibilidade da manutenção da independência do Uruguai, ameaçada por Rosas e Oribe; no entanto esse mesmo Rivera constituía uma ameaça aos olhos do governo brasileiro, por sua aliança com os rebeldes rio-grandenses. Diante desses dois interesses conflitantes – pacificação do Rio Grande e manutenção da independência do Uruguai – o governo brasileiro manteve a única atitude que lhe parecia possível: estrita neutralidade diante das lutas platinas.⁹⁵

Enquanto isso, Oribe conseguiu de Rosas um exército e apoio incondicional para retomar o seu cargo de presidente da República Oriental; dando, assim, continuidade a guerra contra Rivera. Essa primeira fase do conflito, que se estendeu de 1839 a 1843, foi denominada “Guerra argentina”, visto que as batalhas ficaram circunscritas ao território da Confederação. Nessa etapa estiveram frente a frente o federalismo rosista apoiado por caudilhos como Justo José Urquiza, da província de Entre Rios, e por Manuel Oribe em oposição aos unitários de Juan Galo Lavalle e o presidente vizinho, Rivera. Contudo, em dezembro de 1842, a sorte mudou de lado, porque Rivera foi derrotado na Batalha de Arroio Grande.

Arroio Grande acabou por alterar os rumos da guerra platina, marcando o início da segunda etapa do conflito, que recebeu o nome de “El sitio grande” (1843-1851), em referência ao cerco de Montevideú e à conseqüente derrota de Rivera. Já no início de 1843, Oribe mantinha Montevideú sob sítio e inaugurava um governo de oposição dentro da República Oriental. Isso mesmo, nos 8 anos em que durou o cerco, a República esteve submetida a dois comandos distintos e rivais: em Montevideú, Joaquín Suárez era presidente interino do chamado Gobierno de la Defensa; nas imediações, mais precisamente em Cerrito,

⁹⁵ FERREIRA, 2006, p. 84.

Oribe liderava o Gobierno de Cerrito respaldado pelas câmaras que lá se instalaram e que contavam em sua composição com os integrantes do Parlamento dissolvido por Rivera em 1838.



Figura 4. Plano de Montevideú sitiada durante a Guerra Grande. <http://ceibal.elpais.com.uy/la-guerra-grande/>

A situação desfavorável a Rivera produziu ecos também no Brasil, já que o comandante oriental não tardou em buscar auxílio no Rio Grande e, com isso, assinou, em 5 de março de 1843, um tratado de apoio à República Farroupilha. O objetivo do caudilho era criar a Federação do Uruguai, que incorporaria o território da República Oriental, o Rio Grande e as províncias litorâneas de Entre Rios, Corrientes e Santa Fé, pertencentes à Confederação Argentina. De acordo com Bruno Fabris Estefanes,⁹⁶ a essência do projeto

⁹⁶ ESTEFANES, Bruno Fabris. *Conciliar o Império: Honório Hermeto Carneiro Leão, os partidos e a política de Conciliação no Brasil monárquico (1842-1856)*. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

riverista foi delineada no Congresso de Paysandu⁹⁷ que tinha como objeto central impor a derrota a Rosas e Oribe e contou com a anuência da França e da Inglaterra.

A aproximação de Rivera com a Farrroupilha e o consequente distanciamento do governo imperial se efetivaram por meio de outros atos que extrapolaram a assinatura do Tratado de 1843 com os rebeldes. Elas já se anunciavam desde o ano anterior quando o chefe do governo oriental declarou o fim da escravidão no Uruguai, uma medida considerada inaceitável pelas autoridades imperiais pelo risco de promover uma fuga em massa de escravos do território brasileiro. Na verdade, a abolição, ocorrida em 12 de dezembro de 1842, seis dias após a derrota de Rivera no campo de batalha, representou uma tentativa desesperada deste de recuperar suas forças, visto que todos os homens ainda denominados como escravos ou quaisquer homens considerados úteis passariam, a partir daquela data, a prestar o serviço armado.⁹⁸

Entretanto, a “lua de mel” entre Rivera e a República de Piratini esteve sujeita a contingências da guerra em seu país. Ainda em 1843, com o resultado de Arroio Grande, o líder oriental buscou alinhamento com o governo brasileiro, aliado capaz de lhe oferecer efetivo suporte na tarefa de retomar o poder em todo o território da República Oriental. O apelo de Rivera, porém, foi ignorado. Como resposta, o general estreitou ainda mais seus laços com os farrapos e tomou medidas extremamente problemáticas para o Império, como por exemplo, estimulou o alistamento dos negros em seu exército e promoveu a perseguição dos indivíduos comprometidos com a causa monárquica.

A resolução oriental de acabar com a escravidão contou com ampla cobertura da França e, sobretudo, da Inglaterra. Àquela altura, Rivera estava derrotado e suas tropas retornavam, como já mencionado, ao território uruguaio tendo o exército rosista atrás de si. Do outro lado do Rio da Prata, a Confederação Argentina sofria pressão tanto da Inglaterra quanto da França para desocupar o território oriental, o que impeliu Rosas a estabelecer contato com o Império brasileiro.

⁹⁷ O Congresso ocorreu em outubro de 1842, sob a liderança de Rivera.

⁹⁸ Lei nº 242, artigo 2º, “El Gobierno destinará los varones útiles que han sido esclavos, colonos o pupilos, cualquiera que sea su denominación, al servicio de las armas por el tiempo que crea necesario”, cf. URUGUAI, 1842.

1.5 O tratado de Honório Hermeto

A conjuntura política parecia propícia para o diálogo entre o Império e a Confederação. Com isso, foi enviado um representante argentino ao Rio de Janeiro para tentar impedir a reestruturação de Rivera e a intervenção das potências europeias. Diante das circunstâncias, o Brasil também via com bons olhos um acordo capaz de proteger seu território. Assim, em março de 1843, Honório Hermeto Carneiro Leão – ministro de Negócios Estrangeiros – e Joaquim José Rodrigues Torres – ministro da Marinha do Brasil – assinaram um tratado de aliança com Tomás Guido – encarregado das Relações Exteriores da Confederação Argentina. O objetivo do tratado ofensivo e defensivo era, supostamente, promover a paz na República Oriental e no Rio Grande e, para tal, identificava a necessidade de submeter Rivera, fazendo menção ao Tratado de Paz de 1828 e ao compromisso que o Império e a Confederação tinham com a independência da República Oriental, como consta no documento:

Sua Magestade o Imperador do Brasil, e o Governador e Capitão General da Provincia de Buenos-Ayres, Encarregado das Relações Exteriores da Confederação Argentina, desejando restabelecer a paz na Republica Oriental do Uruguay, e na Provincia do Rio-Grande de S.Pedro do Sul, e convencidos de que o Governo de Fructuoso Rivera é incompativel com a paz interna da dita Republica, e com a paz e segurança do Imperio, e dos Estados limitrophes; convencidos de que a perpetuação do seu poder, mantido por uma politica dolosa, e sem fé, não só põe em perigo a existencia politica da mesma Republica, que, pelo artigo terceiro da Convenção Preliminar de Paz de vinte e sete de Agosto de mil oitocentos e vinte e oito, ambos os Governos se obrigãõ solemnemente a defender; senão que fomenta a rebelião da Provincia do Rio-Grande de S.Pedro do Sul, contra o Throno Constitucional do Brasil; e considerando que os rebeldes da dita Provincia se têm alliado, e unido a Fructuoso Rivera para fazerem a guerra ao Imperio, e à Confederação Argentina, como provão documentos authenticos de que ambos os Governos estão de posse; é querendo pôr termo a este estado de cousas, restabelecer o império da lei na Republica do Uruguay, e assim assegurar tambem a paz do Imperio, e da Confederação Argentina.⁹⁹

O Tratado acertado na ocasião, todavia, não foi ratificado por Rosas, que usou como justificativa o fato de Manuel Oribe não ter sido reconhecido no documento como

⁹⁹ BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. “Tratado de Alliança offensiva, e defensiva entre o Imperio do Brasil, e a Confederação Argentina, assignado no Rio de Janeiro em 24 de março de 1843, e ratificado por parte do Brasil em 27 do mesmo mez, e anno”. 1843. Disponível em http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1843/b_20, acessado em 18 mai. 2013.

presidente do Uruguai, e da Banda Oriental não ter recebido estatuto de Estado soberano no texto. Na leitura de Gabriela Ferreira, a posição de Rosas mudou porque os motivos que o impeliram a buscar um acordo com o Império, naquele momento, deixaram de existir. Em virtude do fracasso de Rivera em Arroio Grande, este já não se impunha como um obstáculo tão grande e, além disso, a iminência de uma intervenção anglo-francesa parecia contornada. A negativa de Rosas, nesse sentido, parecia assinalar que seus objetivos expansionistas no Prata, seja no Uruguai seja no Paraguai, continuavam de pé.

Contudo, se para Rosas a situação parecia resolvida, o mesmo não ocorria na perspectiva do Império que assistia com preocupação crescente os avanços do governador da Província de Buenos Aires. Com isso, a diplomacia do Império, em outubro do mesmo ano de 1843, novamente tentou estabelecer diálogo com Rosas. Dessa vez, porém, o governo brasileiro, com a postura da Confederação Argentina, não se limitou ao contato, mas buscou também abrir negociações com o Paraguai. A abertura destas duas frentes diplomáticas no Prata, neste momento, demonstra bem a complexidade da situação do Brasil que, se não conseguisse impedir a anexação do Uruguai pela Argentina, precisava ao menos assegurar a integridade do Paraguai para evitar a hegemonia total de Rosas no Rio da Prata. A missão enviada ao Paraguai teve como encarregado o doutor José Antônio Pimenta Bueno e o objetivo de legitimar a independência do país para estabelecer com ele acordos comerciais.

A independência do Paraguai, entretanto, só foi reconhecida pelo Brasil em 1844. A atitude brasileira teve rápida resposta do representante da Confederação Argentina no Rio de Janeiro, Tomás Guido, que, segundo, Gabriela Ferreira, recuperou os limites coloniais para questionar a validade da independência paraguaia:

A independência do Paraguai, no entanto, foi de fato solenemente reconhecida pelo representante brasileiro em setembro de 1844, motivando o protesto do representante argentino na Corte, Tomás Guido. O protesto foi objeto de uma consulta à seção dos Negócios Estrangeiros do Conselho de estado, em junho de 1845. Na sua nota, Guido afirmou que a divisão geográfica das Repúblicas da América do Sul havia tomado por base a divisão preexistente debaixo do domínio espanhol, dos vice-reinados e capitânias-gerais, e que o Paraguai estivera compreendido no vice-reinado de Buenos Aires.¹⁰⁰

¹⁰⁰ FERREIRA, 2006, p. 87.

Tal qual a Confederação Argentina, as outras ex-colônias hispânicas e o continente europeu não reconheceram imediatamente a soberania paraguaia, o que exigiu um longo esforço por parte da diplomacia imperial no sentido de ganhar adeptos, como exposto na Circular do Ministério de Negócios Estrangeiros, com data de 24 de novembro de 1845. Na verdade, a circular funcionou como uma recomendação às delegações brasileiras que deveriam trabalhar em prol da independência do vizinho. A justificativa para tal diligência, obviamente, foi a manutenção de um suposto equilíbrio ameaçado por Rosas, como aponta o documento:

A independência do Estado Oriental do Uruguai foi estabelecida pela Convenção de 27 de agosto de 1828, como condição e garantia de equilíbrio entre o Império do Brasil e a Confederação Argentina. Não é menos necessária, como complemento deste equilíbrio, a independência da República do Paraguai. A anexação do Paraguai à Confederação Argentina, além de uma conquista, daria à confederação um tal aumento de território e de forças, que mais não existiria o desejado equilíbrio, tornando-se estéréis todos os sacrifícios que fez o Império quando subscreveu a independência da República Oriental do Uruguai. Acresce que a livre navegação do rio Paraná em benefício dos estados ribeirinhos tornar-se-á mais difícil, se não impossível, sem a independência do Paraguai. O empenho com que o Paraguai pugna atualmente como Estado independente por esta navegação e as forças com que pode sustentá-la, converter-se-ão em meios de resistência à essa mesma navegação, se porventura o governo de Buenos Aires puder deles dispor, verificando-se a anexação e incorporação do Estado do Paraguai ao território da Confederação Argentina.¹⁰¹

O papel do Brasil como defensor do reconhecimento do Paraguai enquanto Estado soberano diante das nações europeias e da América se deu por solicitação do próprio Paraguai e se materializou nas legações brasileiras na Inglaterra, com José Marques Lisboa; na França, com José de Araújo Ribeiro; nos Estados Unidos, com Gaspar José Lisboa; em Montevidéu, com Rodrigo de Souza da S. Pontes; na Venezuela, Miguel M. Lisboa; em Nova Granada, com M. de C. Lima; na Bélgica, com A. J. Rademaker; na Suécia, com José L. A. de Carvalho; no Peru, com Antônio de Souza Ferreira; na Bolívia, com J. da C. Rego Monteiro; no Chile, com W. Antônio Ribeiro; na Rússia, com José Maria do Amaral; na

¹⁰¹ PARAGUAI. Ministério dos Negócios Estrangeiros. “Recomenda às legações brasileiras que trabalhem em prol do reconhecimento da independência do Paraguai...”. Circular de 24 de novembro de 1845, publicada nos *Cadernos do CHDD*, a. III, n. 4, p. 121-124. Disponível em http://www.funag.gov.br/chdd/index.php?option=com_content&view=article&id=228%3Aparaguai-circular&catid=58%3Alinksartigos&Itemid=89, acessado em 28 mai. 2013.

Espanha, com J. F. de P. C. d'Albuquerque; em Portugal, com Antônio de M. V. de Drummond; na Áustria, com Sérgio Teixeira de Macedo; em Roma, com L. M. de L. Álvares e Silva; na Prússia, com o Visconde d'Abrantes; e em Nápoles, com o Visconde de Itabaiana. O tamanho da lista não deixa dúvidas em relação ao empenho do governo imperial em cumprir a tarefa que o beneficiava, assim como ao Paraguai frente aos planos de Rosas.

O ano de 1845 também foi de alívio para o Brasil porque chegou ao fim a Revolução Farroupilha. Sua conclusão não resolveu os problemas do Império no Prata mas, certamente, a pacificação da província significava, de alguma forma, a edificação de uma barreira, ainda que frágil, aos objetivos expansionistas de Rivera e Rosas e, por conseguinte, de mais uma ameaça republicana para o Império.

Contudo, se 1845 começou com esperanças de paz para o Brasil, sorte diferente se anunciou para a Confederação e a Banda Oriental. Pouco depois do fim da Guerra dos Farrapos, Rivera sofreu uma importante derrota na Batalha de India Muerta perante Justo José de Urquiza, governador de Entre Rios – forte aliado de Rosas à época. Com esse resultado, foi desterrado para Brasil e seu afastamento do campo de batalha deu significativa vantagem a Oribe, pois Joaquín Suarez, que ocupava o cargo de presidente interino de parte do território da República Oriental denominado Gobierno de la Defensa desde o fim do mandato de Rivera, não tinha força política e militar equivalente à do experiente caudilho.

Enquanto isso, a Confederação viu-se contida pela intervenção das armadas da Inglaterra e da França, potências estrangeiras que saíram em auxílio do Gobierno de la Defensa, reagindo assim ao apoio de Rosas ao cerco de Oribe ao governador Joaquim Suarez aliado de Rivera, sob a alegação da necessidade de garantir o livre comércio nos rios da região. Em princípio, a armada anglo-francesa¹⁰² exigiu que Rosas, aliado de Oribe, retirasse suas tropas do território oriental, mas, como este não cedeu ao ultimato, o porto de Buenos Aires foi bloqueado e a ilha de Martín Garcia ocupada. Apesar do resultado militar favorável, as forças anglo-francesas não conseguiram evitar o mal-estar gerado pela presença

¹⁰² O momento mais dramático da intervenção europeia ficou por conta da batalha fluvial da *Vuelta del Obligado*, em 20 de novembro de 1845, no rio Paraná.

estrangeira na região, e a expedição não alcançou avanços comerciais almejados inclusive por ter sido rechaçada pelos habitantes locais.¹⁰³

Malgrado o projeto político-econômico europeu no Prata, em 1848 as tropas inglesas e francesas se retiraram enquanto Rosas manteve o bloqueio marítimo na região. Depois do resultado desastroso, as duas potências estrangeiras passaram a negociar acordos com o governador da Província de Buenos Aires.

Já do lado brasileiro, com o domínio de Rosas sobre os rios da região, os avanços de Oribe na República Oriental e a saída estratégica da França e da Inglaterra, o Império se viu sozinho no Prata e com uma ameaça de guerra batendo em sua porta. Assim, ainda em 1848, o posicionamento do governo imperial em relação aos vizinhos começou a mudar, tanto mais após a ascensão do gabinete conservador de Araujo Lima e a posterior nomeação, em 1849, de Paulino José Soares de Souza para pasta de Negócios Estrangeiros.

Entretanto, a mudança do discurso imperial foi paulatina e expressou muito bem o contexto adverso e instável da região. Gabriela Ferreira acompanhou a mutação desse discurso a partir das Falas do Trono e dos pronunciamentos de D. Pedro II à Assembleia-geral. Em que ressalta, desde 1843, que o contexto bélico no Prata era citado pelo imperador, mas mantendo uma posição de neutralidade, em que simplesmente sublinhava seus votos de restabelecimento da paz na região. Quatro anos depois – com o sul do Brasil apaziguado – predominou a impaciência diante do prosseguimento da guerra e, sobretudo, de como essa permanência trazia consequências danosas para o Brasil:

Ainda continua a luta entre as Repúblicas do Prata, e quando mais se prolonga, tanto mais veementes são os meus desejos de vê-la terminada, pois que assim o reclamam a humanidade, e os interesses do Brasil, tão especial, e profundamente prejudicados por sua proximidade ao teatro de guerra.¹⁰⁴

Em 1848 o imperador retomou de forma mais incisiva a questão, renovando suas esperanças de ver prontamente a resolução da guerra no Prata e frisando os custos da mesma para os súditos do império. O recrudescimento dos conflitos na região no fim da década de

¹⁰³ Bruno ESTEFANES, 2010, lembra ainda que Rosas recebeu apoio inclusive de comerciantes ingleses, pois, sua política autoriária de uma forma ou de outra, conferia certo grau de estabilidade à Confederação Argentina

¹⁰⁴ Fala do Imperador ao Senado, 03.05.1851. Apud Gabriela FERREIRA, 2006, p. 90.

1840 ganhou contornos de ameaça em 1851. Na fala de abertura dos trabalhos legislativos do Senado, em 3 de maio de 1851, D. Pedro II aventou a possibilidade do país entrar em guerra com as repúblicas vizinhas no intuito de fazer valerem os direitos de seus súditos ameaçados pela política de Oribe:

O general Oribe recusou-se a adotar providências que fizessem cessar as violências e vexames que, em virtude de ordens suas, eram e são exercidas sobre as pessoas e propriedades de grande número de brasileiros estabelecidos nas fronteiras do Estado Oriental. O ministro argentino insistiu em tomar a si essa questão, e como não fosse dada a solução que exigia o governador de Buenos Aires pediu os seus passaportes que lhe foram concedidos. Por maior que seja o meu desejo de manter a paz não deixarei de [?] os meus súditos a proteção que lhes devo, nem serei indiferente a acontecimentos que possam prejudicar a segurança e tranquilidade do império, tendo sempre por um dever respeitar a independência, as instituições e a integridade dos Estados vizinhos e nunca me meter de modo algum em seus negócios internos.¹⁰⁵

A fala do imperador teve grande repercussão e foi alvo de intensos comentários de apoio, e de crítica, na medida em que sinalizava uma alteração na política de neutralidade anterior, agora responsabilizada em alguma medida, pelos avanços de Rosas e pelas perdas dos proprietários do Rio Grande na República Oriental. Uma resposta à Fala do Trono veio em discurso do senador eleito pelo Estado do Rio Grande do Norte, Manuel Assis Mascarenhas, na sessão de 17 de maio de 1851:

Senhores, a nossa imprevidência, dirijo-me a todos os ministérios, não faço exceção de nenhum, trouxe o resultado que muitos tinham previsto a respeito das nossas relações nas duas margens do Prata. Não previmos o futuro, nem empregamos meios para evitar todas as ocorrências que o Brasil está presenciando e ainda há de presenciar. De 1842 a 1847, se bem me recordo, parece-me que houve uma política de completa neutralidade nos negócios daquelas duas repúblicas; mas o nobre ministro dos negócios estrangeiros de então, o Sr. barão de Cairú, se bem me lembro, no seu relatório, que é um modelo de relatórios, um dos trabalhos mais completos que se tem apresentado ao corpo legislativo, já observou que essa política de completa neutralidade era mister que tivesse modificação. Mas poucos dias depois esse ministério caiu, e o que o substituiu não só não adotou as idéias do seu antecessor, mas parece que até depositava confiança no governador de Buenos Aires. Se bem me recordo, na mensagem que em 1847 o chefe da Confederação Argentina apresentou à sala dos representantes, depois de enumerar muitos pontos de queixa contra o governo imperial, dá a entender que o mesmo governo, falando do ministério que estava então no poder, reconhecia que essas queixas eram fundadas, porque s.e mostrava mais devotado ao governador da

¹⁰⁵ BRASIL. Senado Federal. *Anais do Senado do Império do Brasil*, 1851. Livro I. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Anais, 1978. Disponível em http://www.senado.gov.br/publicacoes/anais/asp/IP_AnaisImperio.asp, acessado em 28 abr. 2015, p.136-137.

República Argentina. Mas esse ministério caiu também, e continuou a política da neutralidade. Essa política foi sustentada pelo novo ministério no parlamento como a única que convinha aos interesses do Brasil: dizia que deixássemos continuar essa luta nas duas margens do Prata, que nada de nos metermos nela ...¹⁰⁶

O discurso de Mascarenhas ainda continuou com um breve resumo do contexto bélico de meados da década de 1840, visto que mencionou a intervenção anglo-francesa no Prata, o bloqueio promovido pelo governador de Buenos Aires no rio Paraná, bem como o interesse do Rosas em ocupar o Paraguai e o Uruguai. Mas, esse conciso panorama não teve outro motivo que o de demonstrar como vinha se complicando a política no Prata e, ainda assim, nada tinha sido feito para evitar o estado caótico que agora batia à porta do Brasil.

A Guerra Cisplatina também foi lembrada por Mascarenhas para confirmar a inércia do governo imperial quanto aos avanços rosistas. Dessa forma, ressaltou o não cumprimento do Tratado de Paz de 1828,¹⁰⁷ no qual o Rio da Prata e todos os outros rios que nele deságuam deveriam ser de livre navegação para os súditos do Brasil, das Províncias Unidas e da Banda Oriental – os três estados envolvidos na guerra.

Senhores, o tratado de agosto de 1828 dava-nos o direito incontestável à navegação do Paraná e afluentes; e esse direito não nos foi disputado pelo governador da república argentina? Não apareceram impressas as notas do Sr. Guido protestando contra a descida de barcas canhoneiras de Mato Grosso pelo Paraná? Não disse o Sr. Guido que o Brasil não tinha direito a essa navegação? Eu li isto nos jornais e essas notas vieram apenas ao relatório que me dei ao trabalho de consultar. O que quer dizer isto? Não ficavam as nossas fronteiras em grande dependência de Rosas se ele conseguisse o que tinha em vista? E, senhores, separado o Paraguai como está do resto do mundo; impedida a navegação do rio Paraná, o que é o Paraguai? O que pode fazer? Nós mesmos não vimos cortadas as nossas comunicações com aquela república, por S. Borja e Itapoã? Quais eram os fins do general Rosas, fazendo-nos tudo isto? Torno a dizer, a política seguida foi de pouca previdência. Mas nós descansávamos; dizíamos – enquanto durar a intervenção de Inglaterra e França nada há que recear –. Fatal descanso! A Inglaterra quando lhe pareceu levantou âncora e disse a Rosas: – És o meu melhor amigo –. A França está demorando a ratificação do tratado Le Prédour; mas, senhores, havemos de ver ratificado, e talvez muito breve, o segundo tratado Le Prédour que, se não é mais, é, no meu pensar, tão vergonhoso como o primeiro. (*Apoiado.*) Não se vê que a Inglaterra está hoje dando as ordens à França, exigindo dela que ratifique o tratado Le Prédour? Bem; ratificado esse tratado, como para mim é coisa incontestável, nós temos luta com Rosas necessariamente. Ele tanto queria lutar conosco que

¹⁰⁶ BRASIL, 1978.

¹⁰⁷ Como aparece na Convenção Preliminar de Paz: “Ambas Altas Partes Contratantes, se comprometen a emplear los medios que estén a su alcance a fin de que la navegación del Río de la Plata, y de todos los otros que desaguan en él, se conserve libre para el uso de los súbditos de una y otra Nación, por el tiempo de quince años, en la forma que se ajustare en el Tratado definitivo de Paz”, apud NARANCIO, 1992.

mandou sair o seu ministro, como nós sabemos, e a fala do trono o declara. Graças nesta parte ao governo, devo dizê-lo, porque com efeito conheceu o estado das coisas, preparou-se para as eventualidades, e teve todo o concurso do corpo legislativo, e continuará a tê-lo, parece-me que o governo está hoje em circunstância de impedir que o general Rosas ou e, não digo só invadir a nossa província do Rio Grande do Sul...¹⁰⁸

A política do Império foi, porém, defendida pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, Paulino José Soares de Souza, em sessão de 24 de maio de 1851, que respondeu à desdenhosa indagação do senador Montezuma: “O que nos importa que a Confederação Argentina absorva o Estado Oriental? O que temos com isso? ”. Ao retrucar, Paulino retomou outra vez a Guerra Cisplatina e a importância estratégica do Estado oriental, que impedia o atrito entre o Brasil e a Confederação Argentina.

A fala do imperador não tardou em se concretizar. Em 29 de maio de 1851 foi assinado um tratado de aliança ofensivo-defensivo entre o Governo de la Defensa – liderado por Joaquín Suárez e que se proclamava o governo legítimo no Uruguai –, o Império do Brasil e a Província de Entre Rios – liderada por Justo José de Urquiza, que por interesses conflitantes rompeu com Rosas. A resposta veio em 18 de agosto, quando Rosas declarou guerra ao Brasil. Com isso, era inaugurada a terceira etapa da Guerra Grande, denominada “La Coalición Antirrosista” (1851-1852) e que tinha por fim reunir forças para derrubar o governador de Buenos Aires. O acordo previa ainda a saída de Oribe do Uruguai e das forças argentinas sob o seu comando.

¹⁰⁸ BRASIL, 1978. p.138-139



Figura 5. Movimento das tropas no final da Guerra. http://es.wikipedia.org/wiki/Guerra_Grande

Com o reforço imperial, Oribe não conseguiu mais resistir; e, assim, em 8 de outubro de 1851, foi assinado o acordo que pôs fim à Guerra Grande, ficando decidido que o Uruguai continuaria sendo conduzido pelo Gobierno de la Defensa até que se convocassem novas eleições e, mais ainda, que o novo presidente deveria assumir as dívidas de uma longa guerra civil e fazer cumprir os convênios celebrados com o Império:

[...] será obligación del presidente electo [do Uruguai] celebrar con el gobierno imperial todos los ajustes y convenciones exigidos por la necesidad o el interés de mantener las buenas relaciones internacionales, si tales ajustes no hubieran sido celebrado por el gobierno precedente.¹⁰⁹

Além de liquidar o conflito, o Brasil ainda conseguiu extrair de um Uruguai arruinado cinco tratados importantes: de aliança, de limites, de prestação de socorro, de comércio, navegação e de extradição. Os tratados foram assinados em 12 de outubro de 1851, ainda que o plenipotenciário uruguaio, Andrés Lamas, os tenha definido como “malísimos”

¹⁰⁹ Apud MAIZTEGUI CASAS, 2007, p. 255.

para o país.¹¹⁰ Contudo, se a República Oriental do Uruguai se curvava economicamente e politicamente diante do Império, Rosas ainda continuava de pé.

A situação delicada no Prata exigiu, portanto, uma postura efetiva e vigilante do governo imperial. Nesse sentido, foi enviado à região um representante brasileiro de inquestionável experiência política e prestígio: Honório Hermeto Carneiro Leão.¹¹¹ O novo plenipotenciário seguiu prontamente para Montevidéu levando consigo, como secretário, José Maria da Silva Paranhos. Logo na chegada, Honório informou sobre sua missão a Justo José Urquiza, governador de Entre Rios e Manuel de Herrera y Obes, ministro das Relações Exteriores da República do Uruguai, pois até então era ignorada em Montevidéu. Esse primeiro contato foi relatado pelo próprio Honório em ofício de 4 de novembro endereçado a Paulino José Soares de Souza. Em outro ofício, em 5 de novembro, Honório explicitou os objetivos¹¹² de sua missão, que pretendia fornecer total ajuda para estabelecer as convenções ou tratados com as províncias de Entre Rios, Corrientes e as Repúblicas Oriental e do Paraguai, além de ouvir proposições sobre a assistência que possivelmente esperavam do Império para prosseguir o movimento começado contra o governador de Buenos Aires:

Os fins principais da missão de que me acho encarregado, e para a qual o governo Imperial conferiu-me plenos poderes, são os seguintes: assentar em bases seguras e duradoras a influência e relações de amizade do Imperio para com os Estados conterrâneos das margens do Prata e seus afluentes; firmar a independencia da Republica Oriental, e nella consolidar a paz e regime legal; garantir para o Imperio e os Estados ribeirinhos a communitade da navegação dos rios Paraná, Paraguay, Uruguay e seus afluentes; em uma palavra, derivar da interferência que o Governo Imperial exerceu no desenvolvimento dos últimos sucessos do Prata a maior somma possível de vantagens para o Imperio, sem offensa da independencia dos Estados limítrofes, e sem quebra mesmo de seus vitaes interesses. V.S^a

¹¹⁰ O acordo, segundo Lincoln CASAS, 2007, obrigava o Uruguai a ceder sua soberania sobre a região das Missões, permitia a intervenção do Império brasileiro em conflitos internos do país – desde que fosse solicitado pelo governo legalmente instituído –, reconhecia uma dívida de guerra de 300 mil patacones, recorria a um empréstimo de 138 mil patacones a juros de 6%, tornava livre a navegação do Uruguai e seus afluentes, se submetia à proibição de taxar a exportação de gado em pé ao Brasil e se comprometia em devolver os escravos fugidos do Brasil para o Uruguai.

¹¹¹ Segundo José Souza, teria Honório desembarcado por volta de 2 de novembro de 1851. SOARES DE SOUZA, José Antônio. *Honório Hermeto no rio da Prata: missão especial de 1851-1852*. São Paulo: Brasilianna, 1959.

¹¹² Os objetivos da missão também foram discutidos em carta de Paulino José Soares de Souza a Rodrigo de Souza da Silva Pontes, então encarregado de negócios em Montevidéu: “É preciso aproveitar a ocasião, apertar Rosas, dar com ele em terra, e obter o complemento dos Tratados de 12 do corrente, ligando ao nosso sistema e política aquêles governos”, apud SOARES DE SOUZA, José Antônio. *Honório Hermeto no Rio da Prata. Missão Especial de 1851/52*. São Paulo: Brasilianna, 1959.p.14.

compreende perfeitamente que a primeira condição para a segurança e tranquilidade das fronteiras meridionais do Imperio, para a consolidação da paz nos Estados limítrofes, e para suas futuras relações de harmonia e recíprocos interesses, é o pronto, completo e feliz exito do movimento em tão boa hora começado pelo Governador e Capitão General de Entre-Rios contra o Governador de Buenos Aires.¹¹³

No documento de 4 de novembro, ainda apontou para o fracasso definitivo da política de neutralidade da década de 1840 e ressaltou a necessidade de permanência das tropas imperiais na região e da vigilância em relação às demandas internas do Uruguai, como a eleição da Assembleia Geral e do presidente do país, dada a importância de se escolher alguém alinhado com as perspectivas do Império:¹¹⁴

Que a eleição se faça em sentido favorável aos interesses do Imperio torna-se indispensável; por quanto, ainda que o actual Governo ratifique os tratados que celebramos ló que certamente fará, essa ratificação não é regular e constitucional. Elle o fará em virtude da dictadura que tem exercido para salvar a independência deste Estado; e, pois, muito convem que um dos primeiros actos da futura Assembléa seja a sancção dessas medidas do regimen dictatorial, e particularmente, da ratificação dos tratados. Sendo isso de grande interesse para nós, é evidente que devemos procurar influir a favor das candidatas do Governo que nos offerecem mais garantias; e essa influencia não poderia ser exercida na auzencia do nosso exercito.¹¹⁵

Não era, porém, só no Uruguai que o Império desejava empregar uma política mais intervencionista. Em ofício de Honório Hermeto a Paulino de Souza, o plenipotenciário avisa que preveniu o Encarregado de Negócios do Brasil no Paraguai da necessidade deste país contribuir na guerra contra Rosas. Na cópia do documento, enviado ainda em 4 de novembro de forma reservada, também remetido a Souza, Honório parece sugerir que se o governo do Paraguai abandonasse a coalizão antirrosista o Império não lhe prestaria socorro no futuro. Uma ameaça que, sem dúvida, influenciou significativamente na decisão do chefe paraguaio:

Se a Republica do Paraguay não concorra quanto antes para o bom êxito dessa empresa, abandonará a causa commum, faltará sua própria segurança e interesses, e deixará o Imperio em difficil posição para prestar-lhe apoio de sua alliança contra

¹¹³ BRASIL, documento 2, 5 nov. 1851.

¹¹⁴ As intenções brasileiras também ficam claras na preocupação apresentada por Honório pela saúde do general Garzon, que concorreria à Presidência, considerado muito afeiçoado aos brasileiros. Ver BRASIL, documento 1, 4 nov. 1851.

¹¹⁵ BRASIL, documento 1, 4 nov. 1851.

quaesquer emergencia que no futuro ameacem a sua independência. Se o presidente do Paraguay tem hesitado em dar sua cooperação para o movimento começado pelo general Urquiza contra o Governo de Buenos Ayres, por certas apprehensões que é facil prever que com toda a razão devem influir em sua política para com as Republicas visinhas, a confiança que lhe inspira o Brasil, e a posição que este tem tomado nos negócios do Prata devem dissipar lhe todo o receio de obrar activamente conosco, e com os demais Estados aliados contra o Governo de Buenos Ayres, inimigo commum particularmente d'este.¹¹⁶

A documentação diplomática de Honório Hermeto permite vislumbrar que tomada de posição do Império em relação aos seus vizinhos envolveu, de alguma forma, a própria consolidação da imagem do país seja na América do Sul seja na Europa. Assim, a entrada efetiva das forças do Império em apoio à coalizão não era apenas necessária, mas imprescindível para a nação na medida em que os rumos da guerra eram decisivos para o estabelecimento de futuros acordos e para fortalecimento dos laços de amizade entre os aliados.

O Imperio apresentar-se-hia com medo das duas Potencias europeas, que tem querido despensar-lhe a influencia que lhe compete e convem exercer nos Estados do Prata. Mostrar-se-hia fraco, em uma posição que não corresponderia á sua dignidade e grandeza (...) Se o general Urquiza fosse feliz, o Imperio teria feito sacrificios, com perda de sua força moral, sem adquirir direitos que lhe assegurassem valiosas compensações, sem ganhar a influencia que lhe convem ter sobre os seus visinhos do Prata, no seu próprio interesse e no d'elles. Se o Governador de Entre-Rios sucumbisse na luta contra o governador Rosas, todas as victimas se queixarião da fraqueza e ineficaz aliança do Imperio, aquelle inimigo comum adquiriria uma força moral imensa, cujas consequências seriam funestíssima á humanidade, ao Império e aos seus mais caros aliados [...].¹¹⁷

Com o apoio do Império, os aliados se voltaram contra Rosas e, em 3 de fevereiro de 1852, conseguiram a derrota total do líder da Confederação, forçando sua demissão e posterior exílio. A ruína do governador de Buenos Aires parecia inaugurar um novo tempo em que o Império assumiria a hegemonia sob o Rio da Prata.

As esperanças imperiais não demoraram a se esvanecer. Já em 1º de dezembro de 1851, o ministro das Relações Exteriores oriental, D. Manuel Herrera y Obes, solicitava modificações nos tratados, o que foi prontamente negado por Paulino de Souza. A situação se complicou ainda mais com a morte do general *colorado* Garzón, candidato à presidência

¹¹⁶ BRASIL, documento 2, 5 nov. 1851.

¹¹⁷ Remetente: Honório Hermeto; destinatário: Paulino José Soares; cf. BRASIL, documento 9, 26 nov. 1851.

do Uruguai apoiado pelo Império, e com a vitória do *blanco* Juan Giró.¹¹⁸ Novamente as condições dos tratados foram questionadas pelo ministro das Relações Exteriores uruguaio, agora Florentino Castellanos, pois foram consideradas extremamente desvantajosas para o país. O impasse só foi resolvido com ajuda de um representante argentino em 15 de maio de 1852. O resultado foi favorável ao Império, já que foi mantido em vigor o tratado com apenas duas modificações na questão dos limites territoriais. O cenário montado até aqui, porém, não deixa dúvidas quanto ao delicado contexto de disputas na região do Prata na década de 1850.

Por fim, o capítulo buscou apresentar o universo político que dialogou com a retomada da Guerra Cisplatina. Nesse sentido, discorreu sobre como se deu a disputa pela Banda Oriental historicamente entre seus dois vizinhos, desembocando, posteriormente, no conflito de 1825-1828. Foi observado também que a paz que lhe sucedeu não apaziguou os ânimos no Prata nem resolveu as disputas territoriais. Assim, aos antigos problemas novos elementos se incorporaram e reacenderam as dissidências entre as décadas de 1840 e 1850. Os capítulos seguintes irão discorrer sobre como cada período histórico acabou por recontar a Cisplatina, identificando os fatores responsáveis pela reabilitação e redefinição do conflito, diante das demandas específicas das realidades históricas de suas reescrituras.

¹¹⁸ A vitória em 1º de março de 1852 veio após a negativa ao nome do candidato colorado Herrera y Obes, rejeitado por partidários em razão da aproximação com o partido *blanco*.



Figura 6. O território em litígio. <http://www.teacherbanzai.com.br/2012/09/o-periodo-regencial-1831-1840.html>

Capítulo 2

Uma guerra de memórias

Assim, que desgraça seria para o saber humano se não houvesse escrita e imprensa! As bibliotecas são as únicas memórias permanentes e seguras da espécie humana, cujos membros particulares só possuem uma memória muito limitada e imperfeita.

— Schopenhauer, *A arte de escrever*.

Mesmo diante das limitações e imperfeições da memória humana, como bem lembrou Schopenhauer, será ela a matéria prima deste trabalho a partir de agora. Assim, neste segundo capítulo serão discutidas sobretudo memórias publicadas no Brasil que abordaram de alguma forma sobre a Guerra Cisplatina. A separação dos textos dos três polos envolvidos nas guerras platinas – Brasil, as Províncias Unidas do Rio da Prata e República Oriental – tem objetivo didático de facilitar a ambientação do leitor com o universo dos atores com que as memórias dialogaram e com os contextos políticos em que interferiram. Certamente, alguns elementos apresentados neste capítulo retornarão nas discussões concernentes às Províncias Unidas do Rio da Prata e à Banda Oriental, apresentadas adiante no quarto capítulo, até porque as memórias das três regiões replicaram, por vezes, questões muito semelhantes. A exposição dos autores seguirá a ordem cronológica de sua produção para acompanhar o debate político que as memórias ajudam a compor, o que facilitará, em alguma medida, a percepção das referências e leituras de cada um dos memorialistas analisados e possibilitará uma melhor visualização dos diálogos travados pelos escritores por meio de seus textos.

As memórias serão lidas mantendo todas essas questões como horizonte. O capítulo será dividido em cinco itens. 1) “As recordações de Machado de Oliveira” discutirá a narrativa do coronel José Joaquim Machado de Oliveira referente à Guerra Cisplatina propriamente dita. 2) “O questionário do IHGB: os culpados pelo Passo” apresentará um questionário produzido pelo Instituto com intuito de identificar as responsabilidades pelo

resultado da Batalha de 20 de fevereiro de 1827. 3) “Memória histórica: a questão de limites entre o Brasil e o Uruguai”, estudará outra narrativa de Machado de Oliveira, em que a Cisplatina foi apenas subterfúgio para desembocar no tema principal: o processo de delimitação territorial entre Brasil e Uruguai. 4) “Recordações de um estrangeiro”, do coronel Anton Adolph Friedrich von Seweloh, abordará a Batalha do Passo pela perspectiva de um soldado alemão. 5) “Viagem ao Brasil: as lembranças de Carl Seidler” trará outro soldado estrangeiro para falar da guerra e do novo mundo; e 6) o último, “Lima e Silva: escritos esquecidos” observará os motivos que relegaram ao ostracismo durante longo tempo a exposição de Lima e Silva sobre a Guerra Cisplatina.

A concepção de memória utilizada para identificar os documentos analisados nesta primeira parte da tese terá um caráter mais fluido e incorporará as narrativas que se autointitularam enquanto memórias, bem como os relatos escritos após os acontecimentos, independente da distância que os separam. A despeito de não se colocarem como lembranças, são narrativas de personagens diretamente envolvidos na Guerra Cisplatina.

Faz-se necessário advertir, porém, que a opção de colocar nesta primeira parte autores que vivenciaram o conflito no Prata não significa a legitimação do discurso das testemunhas oculares, isto é, a ratificação ou primazia destes como um discurso autorizado ou mais verdadeiro. A decisão visa verificar de que forma o discurso do experienciável foi acionado e que tipo de narrativa ele produziu.

2.1 As recordações de Machado de Oliveira

A empreitada se iniciará com o coronel José Joaquim Machado de Oliveira respondendo à mencionada solicitação de D. Pedro II para que os membros do IHGB escrevessem sobre episódios da história da nação. O título do texto *Recordações históricas*¹¹⁹ já apresenta significativos indícios da ferramenta utilizada para dar materialidade ao seu relato: a memória. Será ela sua bússola e contará somente com ela para escrever a história da guerra Cisplatina. E aos descrentes na possibilidade de fiar-se apenas em lembranças para

¹¹⁹ OLIVEIRA, José Joaquim Machado. “Recordações históricas”. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo XXIII. Rio de Janeiro: Typ. de Domingos Luiz dos Santos, 1860.

erguer um edifício tão sólido, Oliveira assevera a confiança em acreditar nas cores fortes que assumem na alma humana acontecimentos que fogem ao curso natural e cotidiano da vida, como a guerra.

E quão marcante não teria sido vivenciar a fome e a morte, sempre presentes no teatro do conflito, para uma testemunha ainda tão jovem? Oliveira nasceu em São Paulo em 8 de julho de 1790, filho do tenente-coronel Francisco José Machado de Vasconcellos e Ana Esméria da Silva, também naturais da província de S. Paulo. Seguindo a carreira militar como tantos outros jovens de sua geração, aos 21 anos já servia nas campanhas de 1811 e depois na de 1812, contra Montevideu e Buenos Aires. Entre 1816 e 1827 serviu nos postos de capitão, major e tenente-coronel do Estado Maior do Exército, sendo reformado apenas em 1844 no posto de brigadeiro. Em tempos de paz, fez carreira política sendo nomeado deputado à Assembleia Geral Legislativa, pelo Rio Grande do Sul, em 1829, e por São Paulo, entre 1845 e 1847. Atuou como presidente das províncias do Pará (1832-1833), de Alagoas (1834-1835), Santa Catarina (1837) e, por fim, do Espírito Santo (1840-1841). Também foi homem das Letras, exercendo o ofício de escritor e historiador. Coadunando as duas atividades, foi um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, onde publicou diversos trabalhos sobre etnografia e história. O autor ainda carregava várias medalhas obtidas em campanha e foi comendador da Ordem de São Bento de Aviz e Cavaleiro das Ordens da Rosa e do Cruzeiro.¹²⁰ De sua vida pessoal, sabe-se que casou com Leocádia Tomásia Camara Lima, com quem teve um filho, Brasília Augusto Machado de Oliveira.

Assim, são as lembranças desse homem que tão bem soube circular entre a dureza da guerra e a leveza da escrita que serão tomadas a partir de agora. Como não poderia deixar de ser, Oliveira abre seu texto valorizando o caráter em alguma medida inédito dos acontecimentos, visto que não haviam sido submetidos de forma ordenada ao público e, sobretudo, destaca a relevância desses fatos para a história do país. Mais ainda, arroga às suas

¹²⁰ Para informações biográficas sobre Machado de Oliveira consultar o *Dicionário das famílias brasileiras*, v. II, de Antônio Henrique da Cunha Bueno e Carlos Eduardo de Almeida Barata, editado pela Iberoamerica, em São Paulo.

lembranças especialmente, o intuito de remir a memória do general em chefe brasileiro, marquês de Barbacena, das injustiças e acusações perpetradas por seus adversários.

Este voluntario encargo, que tomo sobre mim, não sem ousadia, tem igualmente por fito desviar da memoria do honrado general em chefe sob cujo commando operou-se aquella campanha, qualquer impressionamento, que por ventura hajam feito no animo publico as falsas e aleivosas imputações, que lhe assacaram seus adversarios, attribuindo calumniosamente só a elle o revez que soffreram as armas do imperio na batalha de 20 de fevereiro.¹²¹

Com isso, aponta para a posterior apropriação política dos acontecimentos relativos ao conflito cisplatino pelos adversários do marquês de Barbacena, que aproveitaram o malogro das armas brasileiras e usaram como ferramenta política contra Barbacena. Inimigos esses que se apresentarão durante a tese, conforme:

Cumpre-me assim proceder, quer como testemunha presencial dos factos, quer por amor à verdade, que acintemente ainda se procura adulterar sob o valhacouto do anonymo, e mesmo sob a irresponsabilidade da tribuna; e com o que tambem tributo um voto de gratidão à memoria do general, que, sem que precedessem relações algumas pessoas, depositou em mim especial confiança, e distinguio-me com particular estima.¹²²

O texto foi publicado pela Revista do IHGB em 1860 e, segundo o subtítulo, priorizou a campanha de 1827 e o comando do então tenente-general marquês de Barbacena, a despeito de o autor ter tratado de todo período de duração do conflito Cisplatino. A ênfase no ano de 1827 se explica pela importância dos episódios deste ano, os quais levaram ao término da guerra e ainda interferiram consideravelmente no acordo de paz que a encerrou. Mais ainda, por nele ter sido travada a mais importante e polêmica de todas as batalhas desse embate bélico: a batalha do Passo do Rosário ou batalha de Ituzaingó, como trabalhada no capítulo 1, responsável não só pelos rumos da guerra, mas também importante na posterior retórica que justificou a conformação territorial do Império.

As recordações começam com o que parece ser uma tentativa do autor de alargar temporalmente a guerra, isto porque, Machado expande sua duração ao sugerir o início já no

¹²¹ MACHADO DE OLIVEIRA, José Joaquim. “Recordações históricas”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, t. XXIII. Rio de Janeiro: Typ. de Domingos Luiz dos Santos, 1860.p. 498.

¹²² MACHADO DE OLIVEIRA, 1860, p. 499.

ano 1816 e pontuar seu fim em 1828. A observação, que pode até passar despercebida a princípio, marca uma singular diferença entre seu relato e os demais produzidos por soldados ou indivíduos menos familiarizados com a cultura letrada. Machado de Oliveira observa o conflito do Prata enquanto historiador ao integrá-lo num contexto histórico e territorial mais amplo e assinalar continuidades e rupturas políticas na longa duração. No que se refere à dilatação temporal, é possível perceber uma tentativa de organizar em um mesmo processo histórico os diferentes eventos da disputa no Prata ocorridos entre 1810 e 1820; isto é, transformar a ocupação de Banda Oriental por tropas portuguesas a mando de D. João VI, em 1816, a Incorporação ao Reino de Portugal, Brasil e Algarves, em 1821, e a declaração de guerra de D. Pedro I, em 1825, em uma continuidade atribuída ao ímpeto conquistador português. Um legado expansionista que Machado de Oliveira lança mão para justificar e lamentar o interesse brasileiro na Banda Oriental:

O insensato espirito de conquista, que do antigo regimen portuguez transudára com toda a sua odiosidade para o do Brasil independente, póde apenas justificar a pertinaz obstinação com que o gabinete imperial se propoz a sustentar a ocupação e incorporação ao Brasil do antigo vice-reinado de Montevideó, ou Banda-oriental sob a denominação de província Cisplatina, que fora effectuada em julho de 1821, em presença e com a decidida preponderância da divisão lusitana, então ocupando militarmente o paiz.¹²³

Seguramente uma análise mais detida acerca das diferentes situações que pautaram as relações no Prata – desde 1811, quando do primeiro cerco das tropas portuguesas à cidade de Montevideu até a eclosão da Guerra Cisplatina – acaba por contradizer essa linearidade assinalada pelo historiador tendo-se em vista, conforme já foi visto, a diversidade de projetos políticos, grupos em choque e a volatilidade dos acordos na região. Entretanto, são inegáveis a força e a permanência desse discurso da tradição histórica colonial (Oliveira, 1860, p. 500)¹²⁴ no imaginário e na fala dos representantes dos países dos dois lados do Rio da Prata. Em parte, Machado de Oliveira corrobora a ideia do ódio e da antipatia ancestral entre o projeto colonial hispânico e português para invalidar a união ao Brasil da Cisplatina:

¹²³ MACHADO DE OLIVEIRA, 1860, p. 499-500.

¹²⁴ O discurso da tradição pautado nas diferentes heranças coloniais presentes no Prata – de um lado a herança hispânica, representada pela Banda Oriental e pelas Províncias Unidas do Rio da Prata, e de outro a herança portuguesa, simbolizada pelo Império Brasileiro – foi apropriado constantemente, sobretudo, durante a Guerra Cisplatina. Ver GONÇALVES, 2010.

[...] acto este [a anexação] que embalde se pretendeu cohonestar com o assentimento, [...] dos seus habitantes, quando é por sem duvida, que nos ânímos dos hespanhoes foi em todos os tempos e situações no antigo como no novo mundo inextinguível e pungente a antipathia tradicional, que sempre preocupou as duas nações rivaes, Portugal e Hespanha; e que bastou para nulificar a incorporação da Cisplatina.¹²⁵

Voltando aos dois últimos fragmentos, percebe-se a existência de um ideário expansionista pautando a política portuguesa no período colonial, extensivo ao Primeiro Reinado, que a delimitação temporal do conflito (1816-1828) proposta pelo autor já indicava; mas, ao mesmo tempo, não se percebe claramente no texto de Oliveira a ligação de tal projeto com o imperador D. Pedro I. Pelo contrário, atribui ao gabinete imperial a insistência em uma política de conquistas territoriais, contra a qual empreende críticas. Para o autor, a inviabilidade da ocupação do Prata era explicada pela rivalidade pregressa entre Portugal e Espanha e, em consequência, entre as suas respectivas ex-colônias, o que impossibilitaria uma efetiva incorporação da Banda Oriental por parte do Brasil.

A sutil condenação à anexação da Banda Oriental, mesmo não colocando em xeque a figura do imperador, já diferencia bastante seu discurso de outros que serão abordados aqui, uma vez que o autor não corrobora a retórica de legitimidade da ocupação e, por derivação, a política levada a efeito nos reinados de D. Pedro I e D. Pedro II. A afirmação se torna potencialmente mais delicada com a lembrança de que o texto foi escrito no fim da década de 1840, mas só foi publicado na de 1860, períodos em que o Brasil ainda não tinha definido as suas fronteiras no sul e permanecia em litígio ao Norte do país. Mais ainda, momentos em que a imagem da nação ainda se ligava à concepção de território herdada do período colonial.

O descontentamento do autor com a interferência na Cisplatina também aparece na maneira como define os indivíduos que entraram na Banda Oriental em 1825 e deram início ao conflito platino. Enquanto a documentação de época no Brasil, formada por boa parte dos trabalhos memorialísticos e os primeiros escritos históricos, enfim, a imensa maioria dos textos produzidos por brasileiros no século XIX atribuiu a esses orientais

¹²⁵ MACHADO DE OLIVEIRA, 1860, p. 500.

alcunhas de insurgentes¹²⁶ e traidores,¹²⁷ entre outros pejorativos, Machado de Oliveira os redime ao nomeá-los libertadores:

[...] bastou para nulificar a incorporação da Cisplatina a audaciosa aparição de Lavalleja com os seus 32 sequazes na margem oriental do Uruguay em abril de 1825; sem que em sua sustentação e contra o arrojado e vigoroso empenho dos libertadores da Banda-oriental nada mais houvesse que o tardio emprego de medidas fracas e improficuas, que mais apressaram o complemento da revolta e o triumpho dos *libertadores*.¹²⁸

A crítica em relação ao conflito no Prata se torna mais patente quando, de alguma forma, Oliveira parece aproximar a independência da Banda Oriental da independência do Brasil e deslegitimar a empreitada bélica promovida pelo país contra o vizinho. Questiona a persistência da guerra por saber que também o Brasil ainda sofria em razão das dificuldades e negativas de reconhecimento de sua própria independência. Seria injustificado causar igual constrangimento à Banda.

Mantendo o mesmo tom, qualifica a Guerra Cisplatina como um “erro político grave” também pelo momento histórico pelo qual passava o Brasil, tão recentemente feito independente. Na perspectiva de Oliveira, não seria o momento oportuno de deliberação por um conflito armado capaz de colocar em risco a consolidação do próprio Império.

Nada mais se pôde reconhecer neste passo impolítico e imprevidente, e que de tamanho gravame foi ao Brasil no começo da sua independência, pois que então só convinha o curar-se seriamente de sua reorganização política, afim de pôl-a consentanea com as fôrmas representativas por elle adoptadas, que a total e inqualificável ignorância da opinião publica, ou talvez acintoso desprezo por ella, a qual, si fôra conscienciosamente perscrutada, *claro revelaria seu perfeito antagonismo ao estado de violenta coerção, em que de novo se procurava colocar a Banda-oriental*, depois de haver já firmado sua independencia, e tomado adequada attitude de sustental-a a todo transe.¹²⁹

¹²⁶ O termo “insurgente” aparece no documento intitulado *Manifesto ou exposição fundada e justificativa do procedimento da Corte do Brasil a respeito do governo das províncias unidas do Rio da Prata e dos motivos que a obrigaram a declarar a guerra ao referido governo* assinado por D. Pedro I contra as Províncias Unidas do Rio da Prata, no qual o imperador declara guerra aos vizinhos. Ver mais em GONÇALVES, 2010, p. 56-58.

¹²⁷ O termo “traidores” aparece no jornal *O Spectador Brasileiro: Diario Político, Literario e Commercial*, publicado em de 25 de maio de 1825; ver mais em GONÇALVES, 2010, p. 58.

¹²⁸ MACHADO DE OLIVEIRA, 1860, p. 500, grifo meu.

¹²⁹ MACHADO DE OLIVEIRA, 1860, p. 502, grifo meu.

Além do mais, recrimina a forma unilateral com que o governo decidiu pela guerra sem ouvir a opinião pública, pois julgava que esta última manteria uma atitude de oposição ao conflito. O motivo que a levaria a discordar é bastante sintomático de sua postura divergente: acreditava em uma condenação à ação bélica imperial por ser ponto pacífico o absurdo de recolocar a Banda na mesma situação repressiva que a região estava antes do movimento empreendido pelos Treinta y Tres Caballeros Orientales. Assim, é possível presumir na fala de Machado de Oliveira que a união da Banda Oriental ao Brasil, antes de 1825, foi efetivada por meio da força.

Tanto que, tão logo surgiu no horizonte dos orientais a possibilidade de libertação dos grilhões representados pelo domínio do Brasil, se alastrou entre sua população a ânsia pela independência do país, o que levou prontamente o povo a apoiar o exército de Lavalleja.¹³⁰ A partir de então, nada do que as forças brasileiras fizeram surtiu efeito; não adiantaram as tropas do visconde de Laguna tampouco o reforço do barão de Cerro Largo pois a independência era desejo incontornável:

Nem as tropas do general comandante em chefe, visconde da Laguna, que se achavam concentradas na praça de Montevidéo, [...] nem as que esse general reclamara da província de S. Pedro, e que marcharam sob o mando do barão do Serro Largo, tomando posição na villa de Mercedes, puderam evitar que se generalisasse a sublevação da Cisplatina, que com a velocidade do raio distendesse espontaneamente por todo o país; entorpecel-a, ou pelo menos desvairal-a em seu portioso andamento, desvirtual-a na consciência do paiz.¹³¹

E se o entusiasmo dos orientais já fazia o coronel temer os resultados, as primeiras ações das tropas brasileiras também não ajudaram muito. O narrador descreve algumas derrotas do exército imperial que rapidamente teria perdido o domínio de quase toda a Banda Oriental, mantendo controle apenas nas cidades de Montevidéu e Colônia. Assim, citando os confrontos de Rincão das Galinhas, em que os imperiais foram hipoteticamente desbaratados, ou Sarandí, em que a divisão remetida de Montevidéu sob o mando do coronel

¹³⁰ São esses acontecimentos que, segundo MACHADO DE OLIVEIRA, 1860, abriram caminho para a independência de direito da Banda. O memorialista ainda descreveu como os orientais buscaram legitimar sua iniciativa a partir da instalação, na cidade de Florida, do governo revolucionário e da posterior convocação de uma representação nacional. O passo seguinte foi apoiar o estado reacionário da Banda e a declaração de nulidade do ato de incorporação ao Brasil de 1821, declarando com isso livre e independente a região.

¹³¹ MACHADO DE OLIVEIRA, 1860, p. 500-501.

Bento Manoel Ribeiro foi quase toda batida, o autor se mostrou temeroso com o que considerou um grande impulso e força de ação dos adversários e, por isso, questionou como, diante de um quadro já tão desfavorável, insistiu-se em declarar guerra à vizinha Argentina.

Apesar disso, a forma como é avaliada a iniciativa oriental liderada por Lavalleja não é sempre positiva. Assim, o narrador usa constantemente o termo sublevação¹³² para caracterizar o acontecimento. O vocábulo nem um pouco lisonjeiro, de acordo com a definição do *Diccionario da lingua portugueza*, de Antonio de Moraes Silva, tem para sua variante *sublevar* o significado de: “fazer que os súbditos rebellem, e se levantem contra o seu legitimo Senhor, e Superior, ou rei”,¹³³ ou seja, seria uma ação ilegítima contra a ordem autenticamente estabelecida por um rei ou senhor.

Contudo, o maior objetivo de Oliveira parece ser mesmo o de reabilitar a figura de Barbacena, tanto que divide os dois primeiros capítulos¹³⁴ de forma a centralizar a narrativa em uma espécie de antes-e-depois do comando do general em chefe, como se os rumos da guerra estivessem diretamente relacionados às atividades do marquês. E, seguindo esse caminho, apresenta os precursores de Barbacena. Inicia sua argumentação com o barão de Cerro Largo, José de Abreu Mena Barreto, que, segundo Oliveira, estava mais afinado com o gabinete brasileiro e que teria sido responsabilizado por todos os infortúnios que se abateram sobre as tropas brasileiras, o que levou a sua substituição. Assume, então, o brigadeiro Francisco de Paula Damasceno Rosado, cujo comando durou de 3 de fevereiro de 1826 até 11 de janeiro de 1827, e para quem Machado Oliveira guarda as maiores críticas, tomando-o por pretensioso, sem vontade própria nem discernimento. Segundo o

¹³² O termo sublevação aparece, por exemplo, quando o autor informa a derrota das tropas de Bento Manoel Ribeiro: “[...] que a divisão expedida de Montevideo sob o commando do coronel Bento Manoel Ribeiro foi quase toda derrotada, deram grande impulso e consistencia á sublevação da Banda-oriental [...]” ou, ainda, ao falar da situação da fronteira de São Pedro: “[...] a defensiva na fronteira da província de S. Pedro, já então ameaçada seriamente em alguns dos seus pontos mais vulneráveis, e que ficavam ao alcance do foco da sublevação oriental [...]”, cf. MACHADO DE OLIVEIRA, 1860, p. 501-502.

¹³³ SILVA, Antonio Moraes. *Diccionario da lingua portugueza* - recopilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/en/diccionario/edicao/2>

¹³⁴ O primeiro capítulo é intitulado “Introdução. – Situação e estado do exercito anteriormente ao comando do general em chefe, Marquez de Barbacena” e o segundo “O general em chefe marquez de Barbacena toma o commando do exercito do Sul. – Reorganisação deste. – Preparativos para a abertura da campanha de 1827”; cf. MACHADO DE OLIVEIRA, 1860.

memorialista, Rosado teria desfeito todas as ações de Mena Barreto e, com isso, retrocedera nas vantagens estabelecidas em defesa das fronteiras e no provimento das tropas colocadas em prática por seu antecessor.¹³⁵ No mais, Machado de Oliveira acusa Rosado de não ser o responsável pelas decisões¹³⁶ estratégicas tomadas durante o conflito e apenas obedecer as determinações do Ministério da Guerra; sugerindo, portanto, sua incompetência para exercer o comando. Como se pode intuir, *Recordações* não economizou nas condenações ao general Rosado que ainda foi acusado de viver em constantes desavenças com o presidente da província de São Pedro, José Egídio Gordilho de Barbuda. O resultado das intermináveis brigas entre os dois foi o abandono do Exército, gerando a situação de miséria imposta às tropas; exceto aos preferidos de Rosado, poupados da miséria, desfrutadores de inúmeras regalias que contrastavam com a pobreza geral.¹³⁷

Cabe ainda adiantar que todos os relatos memorialísticos analisados neste capítulo, a despeito de apresentarem divergências a propósito dos motivos, se aproximam nas descrições sobre as más condições das tropas brasileiras, como se demonstrará ao longo do texto. Na memória de Oliveira, as colocações mais recorrentes dão conta do grande número de doentes, da falta de soldo e de fardamento apropriado para o inverno. Tal quadro emerge enquanto fator responsável pela impopularidade da guerra.

A queda do comandante Rosado, em 11 de janeiro de 1827, trouxe alívio para as tropas porque a situação caótica teria chegado ao fim; e quando foi anunciada a nomeação do marquês de Barbacena para o comando, o Exército se cobriu de esperanças. O marquês foi recebido de forma festiva e logo empreendeu a organização das fileiras brasileiras.

¹³⁵ As críticas ao brigadeiro Rosado ficam patentes no trecho: “[...] estreou o seu commando ostentando-se pressuroso em diametral opposição a todas ellas, invertendo tudo quanto se havia feito a bem da defesa da fronteira e provimento do exercito, concentrando as tropas, que achou collocadas em diversas posições adequadas a essa defesa”, MACHADO DE OLIVEIRA, 1860, p. 503.

¹³⁶ A inabilidade de Rosado foi apontada por Machado de Oliveira: “Pois bem: para que tudo fosse ao vizeo do bem concertado plano de defesa, que traçara e principiara a pôr em pratica nas fronteiras o predecessor do general Rosado; este, ou por espirito reaccionario, ou por cega obediência às sugestões que do ministério da guerra lhe eram dirigidas em correspondência confidencial, onde (cousa estranhavel!) até se lhe prescreviam detalhes estratégicos [...]”, MACHADO DE OLIVEIRA, 1860, p. 506.

¹³⁷ O texto critica as injustiças dentro do Exército, já que parte das tropas vivia em situação de grande calamidade, sobretudo os destacamentos de fora da província. Contudo, a desgraça não recaía sobre todos da mesma forma visto que enquanto uma imensa maioria sofria com a falta de alimentos e de fardas, uma minoria, composta pelo general e seus favoritos, se refestelava no luxo, promovendo bailes e ostentando seus privilégios.

Outro reforço foi o do marechal de campo Gustavo Henrique Brown enviado em virtude de um acordo celebrado em Londres com autorização do governo brasileiro. E nem bem o militar inglês aparece na narrativa, Oliveira apresenta uma intrigante passagem em que expõe um suposto concerto estabelecido pelas autoridades brasileiras e imposto ao general Barbacena, a partir do qual, em razão da experiência bélica de Brown, seria ele o responsável por preparar o combate caso estivessem diante de um confronto sério com o inimigo.

[...] o facto da admissão do Sr. Brown ao serviço do exercito do Brasil no posto de marechal de campo [...] parece que obrigou ao mesmo governo a confidencialmente declarar ao general em chefe, quando destinou o marechal para o exercito do Sul, que, havendo-lhe sido patentes os serviços militares deste prestados com distincção na Europa, e por isso o considerando apto para fazer manobrar vantajosamente um exercito em presença do inimigo, o general em chefe procederia com discernimento si, além do emprego, que, conformemente á sua graduação, lhe competia ter no exercito, em qualquer conflicto serio com o inimigo o incumbisse do complexo das disposições que preparam os combates: e, talvez por assentimento a esta insinuação com foros de autoridade, foi que o general em chefe, sem que a sua boa fê e obediencia militar lhe dessem para atinar, que por certo nisso se lhe ia algum decoro da sua posição – que o forçaram a uma renuncia da mais importante parte da sua autoridade, declarou logo ao marechal, quando assumiu as funções de chefe do estado maior, que lhe attribuiu mais esse encargo adstricto unicamente a taes ocasiões. Em consequência do que, coube ao chefe do estado maior as disposições preliminares de uma batalha, que ficam acima relatadas.¹³⁸

As *Recordações* não explicam ao leitor como uma informação de cunho confidencial, que desautorizava o comandante do exército imperial diante de um estrangeiro, chegou ao conhecimento de seu autor; e tampouco nomeia claramente qual a batalha em questão. O que parece curioso é pensar: por que um verdadeiro panfleto em defesa de Barbacena conta uma história que acaba destituindo o marquês de poder? Lembrando ainda que, nessas mesmas *Recordações*, Oliveira condena Rosado por não assumir o comando que lhe era devido, e aceitar ordens externas ao campo de batalha. A explicação mais plausível seria imaginar que Oliveira, com essa informação, quisesse eximir Barbacena de qualquer culpa sobre as eventuais batalhas com resultado desfavorável ao Brasil, ainda que soe estranho o método usado pelo narrador.

¹³⁸ MACHADO DE OLIVEIRA, 1860, p. 525-526.

Uma coisa é certa, para Oliveira, Barbacena não poderia ser responsabilizado sozinho pelas vicissitudes do confronto no Passo do Rosário, tanto que afirma ter o general se submetido à decisão de um conselho de oficiais gerais no que concerne a decisão pela batalha. Em debate estavam, de um lado, a opção de Barbacena em atacar o inimigo com força total, unindo todas as tropas imperiais em uma ação conjunta; e, de outro, a posição do suposto conselho em agir mesmo na falta da 1ª Brigada Ligeira, diante do mau estado dos cavalos que participariam do combate e do terreno em que as tropas se encontravam estacionadas. A despeito de não concordar com o quadro traçado por seus conselheiros, Barbacena teria acatado a deliberação da maioria.¹³⁹ Entretanto, afora a controvérsia entre o militar brasileiro e o inglês, não faltaram elogios ao marquês,¹⁴⁰ bem como ao seu esforço em favor da causa nacional, a despeito dos equívocos patrocinados pelo gabinete brasileiro. Na narrativa de Oliveira, o general foi lembrado por sua ação e eximido da responsabilidade pelo desfecho da guerra. A esta tese, porém, não interessa investigar responsabilidade ou inocência pelo desenlace do conflito; tampouco sua capacidade ou total incompetência para assumir o cargo militar concedido pelo próprio imperador. Investiga-se aqui o contexto político que permitiu ao marquês alçar cargo tão alto na hierarquia do Exército.

Sobre Felisberto Caldeira Brant Pontes de Oliveira Horta,¹⁴¹ o marquês de Barbacena, é possível dizer que nasceu no arraial de S. Sebastião de Mariana, em Minas Gerais, em 19 de setembro de 1772. Seu pai foi Gregório Caldeira Brant e sua mãe Maria

¹³⁹ De acordo com a narração de, MACHADO DE OLIVEIRA, 1860, p. 538, teria Barbacena aberto mão de seu direito e dever de comandar o exército: “Ainda que o general em chefe, pelo que antecedentemente se há visto, estivesse convencido de dever atacar em massa ao exercito inimigo; todavia, continuando solícito a ouvir em conselho a opinião dos officiaes a tomar pelo exercito, convocou-os para esse fim no dia 19 de fevereiro, e relatando-lhes suscintamente em presença de pessas officiaes o estado do mesmo exercito naquele actual, sua posição em localidade que apenas distava uma légua do inimigo, as derradeiras noticias que obtivera deste, e a atitude que ultimamente tomara depois de já haver começado a passar o rio de Santa Maria, pediu-lhes que emitti franca e conscienciosamente sua opinião a respeito do que convinha praticar-se em semelhantes conjuncturas; declarando, por fim, que sujeitar-se-hia á decisão da maioria qualquer que ella fosse, e pontualmente lhe daria execução. [...]”.

¹⁴⁰ Sobre Barbacena, MACHADO DE OLIVEIRA, 1860, p. 531, afirma: “A um general que, como o marquez de Barbacena, ia para o exercito sem preconceitos, sem prevenções pessoaes, sem as preocupações do individualismo, sem o espirito de bairrismo; em quem só dominava a idéa fixa e única de retirar com honra o paiz do estado de serio comprometimento em que o envolveram os devanêos, ou mais propriamente, os erros do gabinete brasileiro na questão da Banda-oriental”.

¹⁴¹ Para mais informações biográficas ver CALÓGERAS, João Pandiá. O marquês de Barbacena. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

Francisca de Oliveira Horta. Terminou os primeiros estudos em 1786 e dois anos depois seguiu para Lisboa onde frequentou o colégio dos nobres; em seguida, a Academia da Marinha. Serviu em Angola por dois anos como major, no Estado-maior do governador D. Miguel de Melo. Casou-se com D. Ana Constança Guilhermina de Castro Cardoso, em 1801, e assentou praça como tenente-coronel do regimento da Bahia. Além de suas tarefas militares, fundou uma casa de comercial. Na política, Felisberto Oliveira Horta exerceu os mandatos de deputado geral (1823) e de senador em quatro ocasiões (1826-1829, 1830-1833, 1834-1837 e 1838-1841). Assumiu também os cargos públicos de ministro do Império, por três vezes foi ministro da Fazenda do Império, e foi também inspetor geral de Tropas, ministro Plenipotenciário da Regência de Feijó, embaixador em Londres e conselheiro de Estado. Como se pode notar, a relevância política do marquês, dentro e fora do Império não era pequena, o que certamente facilitou sua ascensão ao alto posto do Exército.¹⁴²

Desta brevíssima exposição acerca da figura de Felisberto Oliveira Horta passa-se, enfim, para a apresentação do elemento discursivo que incita maior interesse: a lembrar, a batalha de 20 de fevereiro de 1827. Decidir por sua derrota ou vitória já diz muito sobre o universo político com que o autor dialoga, tanto mais quanto é possível apreender dos argumentos políticos elencados para justificar o resultado militar. No caso de Machado de Oliveira, é possível adiantar que o autor acolhe a possibilidade das tropas brasileiras não terem triunfado de fato no Passo do Rosário. Os fatores que impuseram tal resultado esbarraram em diferentes questões: passam por condicionantes geográficas – como a localização imposta às tropas –, por elementos de cunho material – como a decadência das armas e do fardamento – e, sobretudo, pela debilidade do efetivo humano – em razão das péssimas condições físicas dos soldados, tanto por sua vulnerabilidade diante das doenças quanto pela fome a que eram submetidos, bem como pelo grande número de baixas, por morte e deserção, de soldados vindos de outras províncias ainda inadaptados às condições do Sul da América.

¹⁴² Guilherme de Paula Costa Santos, em sua tese de doutorado, fez uma detalhada análise sobre a importância política de Barbacena, sobretudo, durante o processo de reconhecimento da independência do Brasil. SANTOS, Guilherme De Paula Costa. No caleidoscópio da diplomacia: formação da monarquia constitucional e reconhecimento da Independência e do Império do Brasil, 1822-1827. Tese (Doutorado). São Paulo: USP, 2015.

Os corpos de outras províncias, que para ali marcharam, e aos quaes, pelo afan de serem postos em campanha afim de se dar maior vulto ao exercito, se não deu tempo algum para aazerem-se nas povoações do Sul ao novo clima em que iam viver, e que bem diverso era do de sua terra natal, perderam um quinto do seu pessoal por morte e deserção; (...). *Esta diminuição do exercito tanto mais deploravel, quanto exerceu ella sobre suas futuras operações uma influencia, que o levou a não poder triumphar na batalha de 20 de fevereiro*, deveu-se em máxima parte à localidade em que se fez estacionar, saturada, como ficou em pouco tempo, de elementos insalubres, e em cujo acanhado circuito habitavam milhares de homens expatriados, aspirando um ar constantemente mefítico, e sujeito á rigorosíssima disciplina militar, do que resultou serem acommettidos de graves endemias, que os tronou valetudinários por longo tempo. Não menos cooperou para isso a privação de provimento de toda a qualidade por que passou o exercito, faltando-lhe frequentemente soldo, vitualhas e fardamentos na estação invernosa [...]¹⁴³

Contudo, se em um breve trecho aqui transcrito Machado de Oliveira aponta – pela diminuição numérica do Exército – a impossibilidade das tropas imperiais terem saído vitoriosas em 20 de fevereiro de 1827, também não atribui a elas uma derrota, avaliação que, segundo o autor, nem os inimigos fizeram.¹⁴⁴ Não se pode precisar, porém, o exato intento de Oliveira com sua descrição sobre a batalha do Passo do Rosário: se queria transformar a derrota em uma simples questão política ensaiada pelos oponentes de Barbacena dentro do Brasil ou mesmo pelos críticos da política de D. Pedro I, ou se desejava efetivamente negar um resultado desfavorável às armas do país e, mais ainda, proclamar a vitória do imperador. Ou, ainda, se almejava ressaltar o valoroso empenho de homens que como ele lutaram por sua pátria. Sabe-se, todavia, que o esforço em fazer de 20 de fevereiro uma espécie de “empate técnico” entre o Império e a república vizinha, diz muito do peso que assumiu essa batalha no discurso de formação nacional brasileiro.

Não compete transcrever aqui os detalhes da batalha, até porque o interesse desta tese se circunscribe às questões políticas e não às estratégias militares das tropas brasileiras,

¹⁴³ MACHADO DE OLIVEIRA, 1860, p. 507, grifo meu.

¹⁴⁴ No trecho fica claro que se as tropas brasileiras não seguiram vencendo também não foram derrotadas, como destaca Machado de Oliveira, 1860, p. 529, grifos meus: “Mas, antes de retomar o fio desta narração, de que por um pouco me tenho desviado, e de *expor uma deplorável especialidade que poderosamente concorreu para que nossas armas não prosequissem na vigorosa pujança com que em seu primeiro arremesso ao inimigo ostentaram com grande brio na batalha de 20 de fevereiro*, cumpre memorar alguns precedentes que, comquanto tenham de pessoas e odiosos, não os devo omitir, por isso que podem concorrer para o complexo dos dados característicos que devem de levar a uma apreciação justa e conscienciosa sobre semelhante emergência, que alguns, ou por contumazes em seu erro, ou para fazer eclipsar a reputação do marques de Barbacena, ainda lhe dão a qualificação de uma derrota, que assim a não considerou o próprio inimigo”.

mas é importante elencar alguns dados bélicos apresentadas no texto para facilitar o reconhecimento dos objetivos de Oliveira. O primeiro dado foi o apontamento de divisões internas dentro do Exército, o que teria causado enormes danos à campanha militar, a exemplo da rivalidade entre José de Abreu Mena Barreto, o barão de Serro Largo, e o marechal Sebastião Barreto. Oliveira não explicou os motivos pregressos da animosidade entre os dois militares (ainda que pareça inocentar Serro Largo). Todavia, esse desentendimento seria responsável pelo não recebimento de nova cavallhada no batalhão de Serro Largo, e a tropa de cavalos cansados não foi de grande valia para marcha. O segundo ponto alude a uma suposta vantagem do inimigo, já que teria tido mais tempo para estudar o campo de batalha, enquanto o exército brasileiro não escolheu o lugar em que se daria o confronto e nem pôde observá-lo para formular uma estratégia. Em tais condições, o único dado que explicaria a maneira como o exército imperial se lançou contra o oponente seria a audácia dos soldados brasileiros diante da postura do Exército Republicano. A terceira informação, reiterada por diversas vezes na memória, foi de que o inimigo tentou sempre fugir do combate e usou artifícios para isso, como atear fogo ao campo de batalha, o que acabou por favorecer as tropas brasileiras. O quarto dado diz respeito à atitude do exército brasileiro que acuou as tropas das Províncias Unidas e acabou por desalojá-las e obrigá-las a mudarem a sua cômoda posição. Com isso, o autor nega a acusação de que os inimigos estrategicamente se movimentaram para obrigar as forças imperiais a darem combate.¹⁴⁵ O quinto ponto, que teria mudado a sorte favorável aos brasileiros, foi o apresamento por parte dos inimigos de todos os transportes, e com eles a bagagem das tropas e seus armamentos, impossibilitando aos imperiais de insistirem no embate. A perda dos transportes também foi

¹⁴⁵ O autor nega vantagens o exército inimigo: “[...] o ver-se obrigado a abandonar sua margem direita, onde assentará campo, e a tomar posição em local que lhe offerecesse a possibilidade de maior desenvolvimento em suas manobras e, ao mesmo passo, meios adequados para uma prompta e segura retirada si assim de mister lhe fosse; preferindo, d’entre outros, que a estreiteza do momento, em que o collocára a aproximação do exercito, apenas lhe dava tempo para escolher, aquelle onde aceitou batalha [...]. Como é, pois, que o inimigo, renunciando a melhores posições que as deixando em suas marchas, collocára-se n’uma, que, sobretudo, empecia o grande manobrar da sua cavallaria, em que era forte, si a isso o não compellesse o facto da decidida deliberação do exército, de marchar sobre elle, demonstrando por have-lo acossado tão de perto em suas marchas, e por te-lo desalojado da capella de S. Grabriel? Como se póde comprehender, que fosse o pensamento do em seu movimento retrogrado, o provocar o exercito para empenhal-o em acção, quando estava reconhecido, que sua retirada fora deliberada em consequência de ser-lhe manifesta a grande fadiga de suas tropas e suas privações, e principalmente o geral estrago da sua cavallhada, que tanto mais se agravaria quanto proseguisse elle em suas marchas pelo território brasileiro!” MACHADO DE OLIVEIRA, 1860, p. 535-536.

usada como justificativa para explicar o fato do inimigo ter em seu poder bandeiras dos batalhões de caçadores e instrumentos de suas bandas de música, artefatos que podem ser tomados como troféus de guerra e indicarem a vitória das Províncias Unidas. Oliveira nega que tais objetos tenham sido arrancados dos brasileiros durante o confronto e aponta a má fé do Exército Republicano ao fazer crer o contrário.¹⁴⁶

O último elemento bélico diz respeito à retirada das tropas comandadas por Barbacena, as quais, diante da situação de desarmamento, nada poderiam fazer além de abandonar o campo de batalha. A atitude foi interpretada pelo inimigo como uma fuga, não obstante, insiste Oliveira, ter sido promovida de forma ordenada e na mais perfeita calma.¹⁴⁷ E é com a saída de Barbacena do comando das armas do Império que encerra suas *Recordações*. O afastamento do marquês foi ocasionado pelo desfecho de 20 de fevereiro de 1827, embora, como apontado pelo narrador, o acontecimento não deva ser tomado como uma derrota. A Guerra Cisplatina continuaria até agosto de 1828.

Em suma, os diversos dados relatados pelo memorialista e aqui citados fazem ou querem fazer crer que Passo do Rosário foi uma batalha bastante disputada, na qual pequenos “azares” influíram no recuo das forças do imperador. Porém, após analisar a retórica que acompanha toda sua narrativa, competiria perguntar se o que ele está descrevendo se assemelha realmente a uma vitória.

2.2 O questionário do IHGB: os culpados pelo Passo

As *Recordações*, entretanto, não se encerram na narração de Machado de Oliveira. Logo após o texto, o número da Revista que a publicou incluiu a transcrição de um

¹⁴⁶ Questiona os troféus de guerra expostos na catedral de Buenos Aires, pois, na verdade, os inimigos encontraram esses artigos guardados entre a bagagem. A questão será retomada no próximo capítulo quando discutido o livro de Titara, no qual também foi questionada a forma com que os republicanos teriam “conquistado” seus supostos troféus de guerra.

¹⁴⁷ Sobre a saída dos brasileiros do Passo do Rosário, o autor afirmou que o fato do exército ter retrocedido foi tomado pelos republicanos como uma retirada forçada produzida por um estado de derrota e, por isso, foi ordenado pelo comando inimigo que avançasse sua infantaria com o apoio da cavalaria sobre os imperiais. Mesmo debaixo de intenso fogo, os imperiais teriam continuado sua marcha de maneira lenta e ordenada, sem alardes nem desespero. O memorialista ainda revelou que uma peça de artilharia ficou abandonada no campo, pois estava quebrada e o inimigo se apossou dela para depois informar ao seu governo que toda a artilharia do exército brasileiro estava em sua guarda.

questionário relativo ao episódio da batalha do Passo do Rosário e seu desfecho. Por ora, deixa-se em suspenso a história desse questionário, bastando ao leitor saber que foi associado às memórias de Machado de Oliveira, mesmo que não tenha sido necessariamente motivado por elas. As perguntas produzidas pela *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, na década de 1850, foram endereçadas a três indivíduos que de diferentes formas compuseram a campanha Cisplatina, e suas respostas, provavelmente, foram lidas em sessão do Instituto e publicadas na mesma edição do texto de Oliveira. Assim, um novo dado se apresenta a essa discussão: as temporalidades às quais a obra esteve relacionada, ou seja, os momentos políticos em que a memória de Oliveira foi criada, o que foi divulgada e, a circunstância em que se tornou pauta de debate em uma instituição que se arrogava a função de escrever a história do país. Por isso é possível demarcar três temporalidades importantes para pensar o texto de Oliveira e suas implicações políticas, a saber: a de escrituração da memória, finalizada em 1849; a de elaboração do questionário do IHGB, por volta de 1854, a de publicação da *Revista*, em 1860. Enfim, chama a atenção as distâncias que separam estas datações, e é relevante questionar tanto por que as recordações de Oliveira tardaram a se tornar tema de discussão entre os sócios do IHGB quanto, e sobretudo, qual o motivo de ter ficado dez anos nas gavetas da instituição.

Uma vez exposto o conteúdo do texto (escrito em 1849), será analisado o episódio que se seguiu (1854), ou as perguntas propostas pelo IHGB a testemunhas da Cisplatina, e outros personagens que não chegaram a participar dos eventos militares, visando tentar esclarecer o que ocorrera na batalha do Passo do Rosário, qual seu efetivo desfecho e as responsabilidades dos comandantes militares, sobretudo de Barbacena. O primeiro quesito investiga o quantitativo humano dos exércitos brasileiro e argentino no que tange as suas três armas.¹⁴⁸ O segundo questiona se o movimento levado a cabo pelas Províncias Unidas da Prata, ao se retirar de São Gabriel em direção ao Passo do Rosário, foi uma estratégia militar e se seu comandante teria deliberadamente escolhido o terreno em que daria combate ao Brasil ou, ao contrário, se as tropas inimigas apenas responderam a investida do Exército

¹⁴⁸ Na formulação do IHGB consta a seguinte pergunta: “1º Qual era a força efectiva do Exército Brasileiro, sob o commando do Marquez de Barbacena, com a devida especificação das tres armas: e bem assim pelo que diz respeito ao exercito argentino, ao tempo que invadira elle o territorio do Brasil, sendo commandado por D. Carlos Alvear?”, MACHADO DE OLIVEIRA, 1860, p. 569.

brasileiro que as seguia com energia.¹⁴⁹ A terceira inquirição tem relação com os aspectos geográficos do campo em que se desencadeou o conflito, de forma a fazer conhecer os acidentes do terreno e qual das tropas sentiu mais fortemente os danos dessas condições.¹⁵⁰ A quarta quis dar conta da movimentação militar das tropas comandadas por Barbacena, averiguando tanto a disposição em campo das forças imperiais quanto as investidas perpetradas por um e outro lado beligerante.¹⁵¹ A posição das duas divisões brasileiras no decorrer da batalha também foi um tema abordado com intuito de perceber se essas forças se posicionaram corretamente para evitar uma interferência do inimigo na comunicação entre ambas.¹⁵² Além disso, a questão investigava a duração da batalha e os motivos que levaram o marquês de Barbacena a ordenar a retirada de suas tropas.¹⁵³ A sétima proposição indaga acerca da atuação do então coronel Bento Manoel e seu destacamento buscando entender os motivos que levaram a separação desse efetivo – aproximadamente 1.400 homens, nas contas do IHGB – do restante do Exército, a distância que os separava do campo de Batalha quando principiado o embate, os motivos que impediram o retorno dos mesmos para socorrer seus companheiros e a veracidade das acusações de que, ao contrário, Bento Manoel e seus comandados teriam seguido direção oposta ao barulho dos tiros.¹⁵⁴ Já a oitava pergunta

¹⁴⁹ Segundo o IHGB: “2º O movimento, que fizera o exercito argentino, retrocedendo da posição que occupara em S. Gabriel, na direcção do Passo do Rosario [no rio de Santa Maria] partiu da deliberação tomada pelo general Alvear, de retirar-se effectivamente, transpondo este rio; ou fora antes ardil de guerra? E n’uma, ou n’outra hypothese, escolheu o general argentino o campo da batalha, ou aceitou aquelle, em que a presença do exercito brasileiro, (...) o obrigou a combater?”, MACHADO DE OLIVEIRA, 1860, p. 569.

¹⁵⁰ Na proposição do Instituto: “3º Quaes eram os accidentes do terreno em que pelejaram os dous exercito? E a qual delles mais favoreciam aquelles accidentes?”, MACHADO DE OLIVEIRA, 1860, p. 569.

¹⁵¹ Já no quarto quesito: “4º Que posições e formatura tomaram as duas divisões do exercito brasileiro em relação á linha de batalha do inimigo? E quaes as cargas bem ou mal succedidas emprehendidas por ambos os lados?”, MACHADO DE OLIVEIRA, 1860, p. 569.

¹⁵² Como consta na quinta pergunta: “5º Conservaram essas duas divisões do exercito brasileiro as posições que haviam occupado desde o começo da batalha, até o momento da sua retirada? E guardaram ellas sempre entre si a devida distancia, para se apoiarem reciprocamente, e evitar, desta sorte, que o inimigo interceptasse a comunicação entre ambas?”, MACHADO DE OLIVEIRA, 1860, p. 569.

¹⁵³ Assim, interroga o Instituto: “6º Que tempo durou o combate, até que o exercito brasileiro foi mandado retirar? E ordenada o Marquez de Barbacena essa retirada, por effeito de graves perdas, que soffressem os corpos do exercito; ou fora elle obrigado a assim proceder por algum outro motivo justificável?”, MACHADO DE OLIVEIRA, 1860, p. 569-570.

¹⁵⁴ Na formulação do IHGB consta a seguinte pergunta: “7º O destacamento da força de 1.400 homens de cavalaria, commandada pelo coronel Bento Manoel (hoje tenente-general) dias antes da batalha, teve por objecto operar uma diversão nas forças do exercito inimigo; ou simplesmente observar os movimentos deste? E em que distancia do exercito se achava Bento Manoel, no dia da batalha, e porque motivo não acudiu elle ao

deteve-se nas forças diretamente envolvidas no confronto de 20 de fevereiro, passando pelo número de homens em combate, tanto do lado brasileiro quanto do argentino; as perdas humanas e as ocorrências mais desfavoráveis a um e outro exércitos.¹⁵⁵ Depois, a nona questão, averiguou o processo em que se deu a retirada do exército brasileiro, verificando a viabilidade prática dos imperiais insistirem em perseguir o inimigo e obrigá-lo a novo confronto.¹⁵⁶

Mesmo longa, esta exposição das perguntas e, mais ainda, a apresentação de suas respostas, elas parecem material importante para este trabalho. Trazê-las à discussão será, espera-se, extremamente revelador, uma vez que a elaboração dessa série de questionamentos pode ser interpretada como indício de que a Guerra Cisplatina, e sobretudo a Batalha de Passo do Rosário, não eram temas resolvidos da história pátria e ainda suscitavam calorosas polêmicas, ao que tudo indica, dentro e fora do IHGB.

O primeiro a responder o questionário foi o então marquês de Caxias, que não esteve no confronto de 20 de fevereiro, apesar de destacado para campanha Cisplatina com a patente de capitão quando em 1827 era, portanto, apenas Luis Alves de Lima e Silva. Citando mapas pesquisados, Caxias afirmou que o efetivo do exército imperial a entrar no confronto platino seria de 2.731 homens de cavalaria, 2.036 de infantaria e 240 artilheiros, excluindo assim os 1.720 homens de cavalaria e infantaria que foram destacados no dia anterior à Batalha, somando assim 6.727 praças. Já o exército argentino contava com 10.557 praças, 8.379 homens de cavalaria, 600 de artilharia e 1.578 de infantaria, perfazendo um total de 21.114 – quase o triplo das tropas imperiais – um número bem representativo da mobilização militar na região platina, conforme visto desde longa data envolvida em guerra civil que confrontava unitários e federais. O segundo ponto foi respondido de forma enfática: o movimento do exército argentino de se retirar de São Gabriel em direção ao Passo do Rosário

lugar do combate, logo que ouviu os primeiros tiros; retirando-se ao contrario para mais longe, como é voz constante?”, MACHADO DE OLIVEIRA, 1860, p. 570.

¹⁵⁵ Já a oitava pergunta questiona: “Que forças numéricas empenharam na acção os dous exércitos? E qual fora a perda de homens, que experimentaram ambos em suas fileiras; com indicação das circunstancias em que tiveram lugar as maiores perdas parciaes para cada um delles?”, MACHADO DE OLIVEIRA, 1860, p. 570.

¹⁵⁶ A última questão se refere à retirada das tropas: “9º Effectuada que foi a retirada do exercito brasileiro, achava-se elle em estado de ir buscar novamente o inimigo, e tentar por segunda vez a sorte da guerra? No caso affirmativo, que motivos induziram o Marquez de Barbacena a proceder de outra sorte?”, MACHADO DE OLIVEIRA, 1860, p. 570.

foi estratégico. Prosseguiu afirmando que o deslocamento do inimigo poderia ter sido previsto por Barbacena o que não aconteceu. Além disso, o comandante argentino, Alvear, não só teria escolhido o campo onde se daria a batalha, como nele exercitou suas tropas:

2ª O movimento que fizera o exercito argentino, retrocedendo de S. Gabriel, com direcção ao Passo do Rosario, no rio Santa Maria, verificou-se ter sido um movimento estratégico, que poderá ter sido previsto, e o não fora, pelo general em chefe do exercito brasileiro; o qual não atendeu ás circumstancias de que um exercito invasor e superior não podia fugir á perseguição de outro inferior; nem abandonar os pontos que occupara, sem ter conseguido o fim a que viera: o campo, em que ele esperou as tropas brasileiras, que *marcharam ás cegas, e sem do inimigo ter noticias certas*, foi por Alvear escolhido; e n' elle exercitou suas tropas por 2 ou 3 dias, segundo ouvi a muitos officiaes argentinos e orientales, inclusive o general Garzon, a quel interroguei a esse respeito. O exército brasileiro, suprendido pela presença do argentino, *foi obrigado a aceitar a batalha no terreno, a que adrede fora attrahido*.¹⁵⁷

O fragmento deixa perceptível a condescendência de Machado de Oliveira para com o general Barbacena, que não foi poupado na argumentação de Caxias. Nesse sentido, mostrou surpresa com o fato do general em chefe não ter nem de longe desconfiado que um exército inimigo superior não teria razões para abandonar sua posição se não fosse com o claro objetivo de escolher o campo em que obrigaria seu oponente a lutar. O resultado foi assistir as tropas imperiais confusas, procurando o paradeiro das divisões do inimigo, como destacado aqui, e encontrando os argentinos em posição favorável, sem que pudessem se esquivar do embate. As críticas prosseguem na terceira resposta. Caxias ressalta que embora o inimigo tenha empreendido o conflito em posição mais favorável, tal vantagem seria superada caso os brasileiros os tivessem obrigado a movimentar-se para ataca-los. Mas, em lugar de uma movimentação planejada, as tropas de D. Pedro I, ao avistarem os republicanos, agiram de maneira desordenada. Aliás, não obstante as condições adversas, Barbacena autorizou o ataque.

Redarguindo o quinto ponto, Caxias confirma que as duas divisões do exército brasileiro guardaram as posições marcadas e mantiveram a distância necessária para proteção uma da outra. Quanto à duração da batalha, que girou em torno de 11 horas, Caxias considerou que a retirada foi acertadamente ordenada pelo general Barbacena, pois

¹⁵⁷ MACHADO DE OLIVEIRA, 1860, p. 571, grifo meu.

escasseavam a munição e a cavalaria. No que concerne à divisão do coronel Bento Manoel Ribeiro, Caxias impôs um tom condenatório vigoroso. Bento Manoel seguiu com 1.200 homens – não 1.400 – com a tarefa de observar o inimigo e com a ordem de retornar prontamente quando ouvisse o primeiro tiro, o que não fez, mesmo ouvindo claramente o fragor da artilharia republicana:

[...] o mencionado coronel [Bento Manoel Ribeiro] teve ordem nessa ocasião de se reunir ao exercito, logo que ouvisse os primeiros tiros; o que não cumpriu, não obstante ter ouvido perfeitamente o estrondo da artilharia inimiga; antes se retirou para mais longe, supondo o nosso exercito perdido; pois era opinião geral de todos os officiaes práticos da natureza da guerra, que se faz nos campos do sul – que o nosso exercito não deveria perseguir o inimigo; o qual se retirava na frente do nosso, não pelo receio de combates, pois era muito superior em forças, mas por estratagemas. A distancia, em que estava Bento Manoel, quando principiou o combate, não alcançava a seis legoas castelhanas.

Caxias não só acusa Bento Manoel de fugir do campo de Batalha como, de forma sutil, também reprova a decisão do general em chefe de perseguir o inimigo, o que era desaconselhado por todos os oficiais sulinos cientes de que a fuga de contingente superior de tropas não significava de jeito algum temor, mas, certamente, uma emboscada. Caxias ainda ressalta a superioridade numérica das forças argentinas comprometidas na ação de 20 de fevereiro que totalizavam 10.557 praças contra os 5.007 do lado do Brasil. Em compensação, as perdas foram maiores do lado republicano e excederam a mil baixas contra pouco mais de 200 dos imperiais. E, indubitavelmente, sua conclusão não poderia ser outra: as tropas brasileiras em uma ação coerente de seu general em chefe, faltosas de cavalos e munição, não tiveram distinta opção senão retirar-se ordenadamente para as proximidades do rio Sepé.

Ora, parece impossível ignorar a força retórica dos números apresentados por Caxias na descrição da batalha do Passo do Rosário, pois jamais poderiam indicar uma derrota do Brasil. Nesse sentido, apresenta um confronto quase épico entre, de um lado, uma República com um exército bem equipado e recursos humanos enormes contra, de outro, uma monarquia, com exército numericamente inferior, sem munição e sem cavalos, porém que, ainda assim, impôs perdas humanas ao adversário, perdas que giraram em torno de 10% do efetivo em ação. Tudo isso, mesmo iniciando o embate em posição desvantajosa, sem apoio de um de seus destacamentos e sofrendo com os equívocos de seu general em chefe.

O outro convidado a responder o questionário foi João Caetano Espinho que recusou a tarefa, segundo ele, por não ter apreciado com precisão necessária a Batalha, já que na ocasião exercia um cargo de oficial subalterno da cavalaria.

Mas quem não se fez de rogado diante desse desafio foi José da Costa Barros Fonseca, tenente do primeiro Regimento de Cavalaria. Fonseca afirmou que as forças do exército imperial eram compostas por aproximadamente seis mil homens, destes 12 bocas de fogo, cinco de infantaria, três de cavalaria de primeira e segunda linha e 600 paisanos. Desse total, Fonseca sugeria que fossem abatidos mil, homens que integravam a brigada de Bento Manoel. Já o lado argentino contaria com cerca de nove mil homens, destes, 18 bocas de fogo e quase todo restante da força pertencente à cavalaria. Em suma, nas contas de Fonseca existia uma diferença numérica de quatro mil homens para os republicanos, que apesar de significativa não poderia ser comparada aos números apresentados por Caxias.

No que se refere à estratégia, Fonseca afirmou que os comandados de Alvear além da superioridade das forças, ainda escolheram a posição em que aceitariam o confronto. Assim, os inimigos guardaram uma disposição favorável, diferente dos brasileiros. Na hora da ação, porém, os brasileiros formaram uma única linha dilatada e mantiveram suas posições até o início da retirada, isto é, durante as 11 horas que durou a Batalha. Quanto à ação de Bento Manoel, Fonseca evita uma crítica mais contundente e limita-se em afirmar que esse destacamento tinha sido enviado com a simples tarefa de observar o inimigo e, no momento do embate, estava distante entre quatro ou cinco léguas dos acontecimentos, o que possibilitava a percepção dos tiros. Dessa forma, desconhecia o motivo que os levou a seguir caminho oposto ao do seu exército. Em relação aos dados sobre o número de combatentes no Passo do Rosário e as baixas para cada um dos lados, concernentes à oitava questão, as respostas são imprecisas. Fonseca afirmou apenas que os homens em ação não passavam de 14 mil, sendo as perdas do Brasil de 500 homens (destes, 204 da cavalaria e o restante da infantaria); e, ainda que não apresente um valor, é categórico em asseverar que as perdas argentinas foram superiores. A explicação de Fonseca para não apresentar as perdas do adversário é bem simples: tendo os argentinos abandonado o campo de batalha, não seria possível saber com precisão. Este trabalho observa com reservas esta consideração, já que seria difícil conceber que na ação de retirada o exército inimigo tivesse recolhido todos os

corpos. Mantendo o mesmo caráter sucinto com que conduziu todas as respostas, encerra o questionário concluindo que as forças brasileiras não tinham cavalos e, por isso, não estavam em condições de procurar o inimigo para travar novo confronto.

Ao fim da exposição acerca da publicação, em 1860, das *Recordações* e do questionário, uma pergunta ainda persiste: por que o texto de Oliveira não foi publicado no momento em que foi preparado, ou seja, em 1849, permanecendo engavetado por mais de uma década? A resposta parece provir do contexto político do decênio de 1850, discutido no capítulo anterior. Nesse sentido, é possível supor que, provavelmente, a crítica arguta de Machado de Oliveira ao processo de anexação da Banda Oriental em 1828 e ao seu caráter invasivo fosse de encontro à política aventada pelo gabinete conservador que assumiu o poder em 1849. Tal política aparece expressa nas falas do imperador e de Paulino José Soares de Souza ao senado, em 1851, nas quais a orientação de neutralidade defendida pelos gabinetes liberais entre 1844-1848 passou a ser questionada e a guerra, ainda que indesejável, tinha se tornado inevitável.

2.3 Memórias histórica: a questão de limite entre o Brasil e o Uruguai

O mesmo Machado de Oliveira oferece ao IHGB outra memória, intitulada *Memoria histórica: sobre a questão de limites entre o Brasil e Montevideo*, publicada logo que terminada na *Revista* do Instituto, ou seja, em 1853. A opção deste trabalho por respeitar na exposição a cronologia da criação das duas obras, as *Recordações* (1849) e a *Memória* (1852), tem justamente o objetivo de destacar a importância dos contextos e conveniências políticas no preparo e divulgação de trabalhos de cunho histórico. Certamente, as razões da publicação antecipada da *Memória* em relação às *Recordações* na *Revista* do IHGB será tema de análise aqui, bem como as circunstâncias em que foram produzidas cada uma delas.

A *Memoria histórica* de Machado de Oliveira não trata especificamente da Guerra Cisplatina mas, como o subtítulo permite entrever, discute questões de limites territoriais entre o Brasil e seus vizinhos do sul. A despeito do lugar secundário das Guerras no Prata em sua narrativa, a inclusão dessa *Memória* neste trabalho se justifica pelo fato daquele conflito ser importante e referenciado muitas vezes no texto que apresenta

argumentos a favor do Estado Imperial na definição das fronteiras entre Brasil e Uruguai na década de 1850. Nesse sentido, a *Memória* começa com uma digressão histórica que se esforçou em explicar a rivalidade na região do Prata envolvendo as colônias espanholas e a portuguesa, rivalidade que teria, inclusive, extrapolado séculos e se mantido mesmo depois do processo de independência das ex-colônias ibéricas na América.¹⁵⁸ Para além de caracterizar a região como espaço histórico de disputa,¹⁵⁹ diferindo da opinião externada nas *Recordações*, Oliveira agora buscou demonstrar uma certa legitimidade da ocupação portuguesa no dito território em 1816, visto terem os lusitanos precedido os espanhóis na fundação das povoações da área em litígio: ou seja, na Colônia de Sacramento e em Montevidéu.¹⁶⁰

O percurso de Machado de Oliveira no relato da *Memória* começa nos idos do século XVII para focalizar acontecimentos de 1811, quando as colônias espanholas experimentavam o vazio de poder deixado com prisão da família real. Nesse momento, segundo o autor, entrou em Montevidéu um exército pacificador que oficialmente teria o apoio do governo da cidade, mas que também sofria oposição de um corpo de guerrilha nativo. Já no ano seguinte, 1812, esse mesmo exército teria desocupado os diversos pontos

¹⁵⁸ De acordo com o autor: “Renhidas controversias internacionaes começadas ao terminar do seculo XVI, ou desde que nos contins austraes do Brasil, que correspondem às terras de Montevidéo [...] Vai além de dous séculos que discussões diplomáticas, dando em resultado diversos tratados e convenções, que eram fundadas no direito de posse e primeira povoação, geralmente admittido, e á que autorisou aquelle descobrimento, induzindo o governo portuguez a marcar ao S. com o Rio da Prata (direito reconhecido pela própria Hespanha, que desde remotas eras respeitou essa perennal divisa, ainda quando estiverm reunidos os dous reinos sob os Philippes) não tiveram bastante efficacia para trazer a um accorso leal e consciencioso as côrtes de Lisboa e Madrid [...]”, MACHADO DE OLIVEIRA, José Joaquim. “Memoria historica sobre a questão de limites entre o Brasil e Montevidéo”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n. 12, 1853, p. 485-486.

¹⁵⁹ Nesse sentido, o autor cita e comenta os inúmeros Tratados entre Espanha e Portugal que buscaram pôr fim aos conflitos na região do Prata como: o Tratado Provisional de Lisboa, em 1681; o Tratado de Utrecht, em 1715; o Convênio de Paris, em 1737; o Tratado de Madrid, de 1750; o Tratado de El Pardo, em 1761; o Tratado de Paris, em 1763; o Tratado de Santo Ildefonso, em 1777; e o Tratado de Badajoz, de 1801.

¹⁶⁰ Como aponta MACHADO DE OLIVEIRA, 1853, p. 387: “Portuguezas foram as duas primeiras e mais antigas povoações na margem septentrional do Rio da Prata – a colônia do Sacramento e Montevidéu: e quando aquella foi acommettida pelo governador de Buenos-Ayres D. José Garro, a côrte de Madrid estranhou-lhe esse procedimento taxando-o de arbitrário, e deu no tratado provisional de 7 de maio de 1681 completa satisfação, sendo n’elle mais frizante a restituição da praça de Colonia, de suas munições e petrechos a Portugal, a reedificação das fortificações no mesmo pé em que se achavam na occasião do assalto [...]” Ou, ainda: “É assim que pelo facto da demolição da Colonia do Sacramento, praticada por ordem do governador de Buenos-Ayres, facto bárbaro a attentatorio do direito de posse e fundação que incontestavelmente pertencia á coroa portugueza, estipulou-se o tratado provisional de 7 de maio de 1681 [...]”, ambos de MACHADO DE OLIVEIRA, 1853, p. 387.

que havia guarnecido e se retirado para a fronteira do Rio Grande.¹⁶¹ Contudo, diante das instabilidades políticas originadas nas disputas entre os grupos da região, ressalta que o Brasil não se sentiu seguro, ou seja, a proximidade do país com um foco de anarquia o deixava em constante estado de alerta. Por isso, em 1817, foi determinada a invasão do território à margem setentrional do Prata. Assim, para Machado, a tomada do território platino era necessária em razão das agressões sofridas pelo Brasil.

Assim pois, não se pôde declinar da necessidade de apoderar-se do território, que alimentava uma guerra incessante e devastadora contra as possessões meridionais do Brazil, tendo-as assim em continuo alarma, e dependentes de fortes guarnições: e de feito para a realização d'essa medida em 1817 marcharam simultaneamente da fronteira as tropas que allí se estacionaram depois dos successivos desbarates dos bandos armados de Artigas, que por vezes a acommetteram.¹⁶²

A narrativa ainda deu conta, mesmo que de forma concisa, de acontecimentos como a fuga de Artigas do Uruguai, a ocupação da região do Prata, a incorporação da Banda ao Brasil, a separação do Brasil de sua metrópole portuguesa, a sublevação da divisão lusitana em Montevidéu, em 1823, e a sublevação de 1825. Sobre este último episódio, Machado de Oliveira parece não desejar entrar em minúcias já que o tema se afastaria, inicialmente, do interesse de sua *Memória*, o que não o impede de apontar o caráter negativo do resultado da guerra para o Brasil, que supõe ser de conhecimento geral: “sendo bem conhecido o desfecho insolito e ignominioso para o Brazil da luta travada entre este e o paiz sublevado”.¹⁶³ Mesmo se afastando do assunto, Machado aproveitou para deixar claro que a tomada do território platino era necessária em razão das agressões sofridas pelo país:

Assim pois, não se pôde declinar da necessidade de apoderar-se do território, que alimentava uma guerra incessante e devastadora contra as possessões meridionais

¹⁶¹ Para MACHADO DE OLIVEIRA, 1853, p. 403, a saída dos luso-brasileiros de Montevidéu significou o declínio da região, em razão da guerra civil que se abateu sobre o território: “Da retirada do exército pacificador do Estado de Montevideo data a decadência e devastação d'essa outr'ora tão opulenta como importantíssima colônia hespanhola; pois que, dilacerada por partidos que ahi se originaram, e que tinham por divisa, uma união com Buenos-Ayres, outro a criação de uma nacionalidade independente de outra qualquer, e circumscripta a seus próprios auspícios; e um terceiro composto em que quase sua totalidade de ricos Hespênhoes, invocava obstinadamente a sugestão á metropoli, n'esta tríplice luta de opiniões políticas teve o Estado de suffer bem cedo os furores da guerra civil, ateadada no meio de um povo pouco civilisado e inexperiente em similhante pendências, e que fora arrastado á feroz dominação do caudilho Artigas, que esposara a causa dos independentes ou anti-buenaristas”.

¹⁶² MACHADO DE OLIVEIRA, 1853, p. 404.

¹⁶³ MACHADO DE OLIVEIRA, 1853, p. 411.

do Brazil, tendo-as assim em continuo alarma, e dependentes de fortes guarnições: e de feito para a realização d'essa medida em 1817 marcharam simultaneamente da fronteira as tropas que alli se estacionaram depois dos successivos desbarates dos bandos armados de Artigas, que por vezes a accometteram.¹⁶⁴

O leitor mais atento logo perceberá um distanciamento entre a ideia explicitada na citação imediatamente próxima e a preleção delineada no decorrer das *Recordações* do mesmo autor. Em relação ao desfecho da Guerra Cisplatina, Oliveira passa de um “empate técnico”, nas *Recordações*, para um “desfecho insolito e ignominioso”, na *Memória Histórica*. Uma mudança deveras brusca para o curto espaço de tempo que separa a escrituração dos dois textos. O que logo suscita interesse em entender as circunstâncias que levaram a tal transformação, a ser tematizada em breve. Voltando ao texto, a despeito do autor afastar a necessidade de abordar a Guerra Cisplatina, não demora em retomá-la na tentativa de encontrar uma explicação coerente para os acontecimentos referentes à questão de limites, assunto principal de sua *Memória*. Recuperar o passado na tentativa de moldar um discurso plausível para o presente, mais que uma opção metodológica do autor representativa do lastro intelectual do século XIX, permite a esta tese reafirmar a força deste conflito bélico na construção do discurso que legitimou a moldagem política e territorial do Império e, posteriormente, da “nação brasileira”.

O objetivo de Oliveira revisitar o conflito da Cisplatina, e nele destacar a ação de Fructuoso Rivera, mais precisamente, foi demonstrar as vantagens que o caudilho quis obter para si na região com o Tratado de Paz de 1828. Do comandante oriental, o autor projetou a determinação em lutar apenas em prol de seus interesses pessoais, independente do partido ou posição política que essa disposição o levasse a seguir. Rivera foi descrito como ambicioso e disposto a sair do conflito com algum tipo de vantagem, para o que concentrou seus esforços no domínio da região das Missões. Ainda, de acordo com o memorialista, os planos de Rivera poderiam ser reconhecidos na correspondência que trocava, concomitantemente, com o comandante do exército brasileiro do sul, e com Rosas, então governador de Buenos Aires. A atitude do oriental ainda serviu de pretexto para o autor criticar a ação do general Barreto – das forças imperiais – que, recebendo ordens para conter o avanço de Rivera, não

¹⁶⁴ MACHADO DE OLIVEIRA, 1853, p. 404.

cumpriu a tarefa. O resultado dessa inação contra o inimigo foi bastante negativo, pois Rivera manteve sua marcha e acabou por se fixar no território entre Querahim e Arapehy, que logo reivindicou como propriedade da Banda Oriental, a despeito do mesmo espaço ter sido cedido ao Brasil.¹⁶⁵

Enfim, a digressão à década de 1820, à Guerra e à atuação de Rivera visou assinalar a forma ilegal como se deu a ocupação, por parte da Banda Oriental, de determinados espaços, os quais supunha-se pertecerem por direito ao Brasil. Machado de Oliveira lançou mão desse passado para questionar decisões de políticos de seu tempo, sobretudo, os acordos diplomáticos para a regulamentação dos limites entre a Banda Oriental e o Império. Questionou os termos do estabelecimento das fronteiras, a desistência de uma região que pertencia ao Brasil por direito e, sobretudo, o abandono dos brasileiros que nessa mesma região teriam se estabelecido e prosperado, acreditando na disposição do Império em fazer valer seus direitos quando fosse necessário¹⁶⁶:

Não menos cooperou o aumento e prosperidade do pessoal e material d'aquelle territorio a confiança que houve, de que, tendo caducado a segunda condição do convenio da incorporação do Estado Cisplatino ao Brasil, a effeito da guerra que em 1825 se travára entre os dous paizes, o gabinete brasileiro, quando precedesse a dar execução ao disposto no artigo 17.º da convenção preliminar de 27 de Agosto de 1828 – de reservar-se dos limites entre ambos, jámais deixaria na negociação d'esse tratado de sustentar devidamente e garantir em toda sua plenitude os direitos tão legitima e solememente adquiridos pelo Brazil sobre o territorio em questão, á vista de achar-se elle em interira posse fruição de centenas de Brasileiros.¹⁶⁷

¹⁶⁵ O tratado de limites entre Brasil e Uruguai, celebrado em 12 de outubro de 1851, seria prejudicial ao Império, pois retirou o território entre os rios Quarahim e Arapehy que teria sido cedido na conveção de 1819. O texto tenta questionar a perda deste território com base no *uti possidetis*, justificando que Rivera só entrou ali depois de sancionado o acordo de paz de 1828.

¹⁶⁶ MACHADO DE OLIVEIRA, 1853, p. 421, também comenta as consequências negativas para os brasileiros estabelecidos na região da celebração do tratado: “Malbaratando-se d'est'arte e com inqualificavel sofreguidão, porque a celebração do tratado em questão foi instantanea, sabendo-se apenas da capitulação do general Oribe; postergando-se mesmo interesses vitaes d'aquella importante provincia, tomados em sua generalidade, e particularmente os de centenas de estancieiros, que elles proprios ou seus predecessores barateando o seu sangue e fadiga cooperaram, mediante não pequenos sacrificios despendidos em diuturnas afanosas campanhas, para a aquisição d'aquelle territorio, é indeclinavel consequencia que d'ahi ocorrerá um enorme desfalque ás suas rendas, e diminuição em sua população, obrigando á desnacionalisação a milhares de cidadãos brasileiros que ali se acham estabelecidos, e compellindo-os a formarem parte de uma nacionalidade estranha, e contra a qual susistem desde remotos tempos indestructiveis preconceitos”.

¹⁶⁷ MACHADO DE OLIVEIRA, 1853, p. 417.

Assim é cabível asseverar que toda discussão apresentada na *Memória histórica* teve um fim: analisar o Tratado de Limite entre Brasil e Uruguai celebrado em 12 de outubro de 1851, considerado desvantajoso para o Império. Nesse sentido, as disposições relativas ao horizonte da Guerra Cisplatina, como já aqui mencionado, foram recuperadas para reivindicar uma posição em acontecimentos de outro contexto político – o da década de 1850:

“O tratado é indecoroso ao Império” porque para a defraudação do território brasileiro, que se vem de expender, coonestou-se com o *uti possidetis* que jamais existiu; não defendo ser classificado como tal o facto da ocupação do general Rivera de um único ponto do território [...] E si pelo que fica demonstrado é da maior evidencia, que por este lado da linha confinante é improcedente e insustentavel o inculcado *uti possidetis*, não o é menos pelo lado de E. [...] ¹⁶⁸

Ou, ainda:

Com a valiosa cooperação moral e material do Imperio salvou-se a Banda Oriental de cahir sob o tyrannico e feroz dominio do dictador de Buenos-Ayres; assegurou-se-lhe a paz; garantiram-se os legitimos interesses de um povo acabrunhado, e que quase em agonia bradava por socorro de qualquer ´parte que lhe fosse. Acudiu-lhe o Brazil, e este não recuou ante sacrificio algum, para repol-o justo gozo de sua independencia e mais direitos sociaes, e com a sua possante coadjuvação, reanimando a essa população na heroica defesaõ de seus direitos, e alentando-lhe a vida que já tocava ao seu extremo, fez com que subsistesse uma nacionalidade, que estava prestes a sucumbir: e quando a tanto e tão efficazmente prestou-se o Imperio, é que na negociação do tratado de 12 de Outubro de 1851 tomando uma posição inferior a que tinha jus pela preponderancia que devidamente lhe coube na ultima questão oriental, sujeita-se de bom grado dando sua acquiescencia a estipulações que n’esse tratado são mui onerosas e attentatorias da integridade territorial brasileira!¹⁶⁹

A citação anterior acrescenta outro elemento que deveria ser levado em conta, de acordo com Oliveira, no estabelecimento dos limites e nas relações entre a Banda Oriental e o Império: seriam as ações benéficas do Brasil para com seu vizinho, visto que o país sempre lutou em favor dos direitos do povo oriental e pela integridade de seu território, tantas vezes envolvido em conflitos de ordem bélica.¹⁷⁰

¹⁶⁸ MACHADO DE OLIVEIRA, 1853, p. 418.

¹⁶⁹ MACHADO DE OLIVEIRA, 1853, p. 419.

¹⁷⁰ A narrativa de MACHADO DE OLIVEIRA, 1853, também aborda outra questão territorial complicada: a posse da Colônia de Sacramento. O método discursivo para validar a ocupação, entretanto, é o mesmo: apresentar um histórico da região no qual o Brasil figurasse como legítimo dono. Para tal, o autor inicia sua exposição no ano de 1679, quando o governador do Rio de Janeiro, D. Manoel Lobo, teria partido com 200 homens e alguns casais com o intuito de fundar a Colônia do Sacramento. Colônia, porém, logo experimentou

A *Memória histórica* de Machado causou uma grande discussão no IHGB, possivelmente porque definiu, sem meias palavras, como indecoroso o tratado de 1851, na medida em que defraudava o território que para o memorialista era de direito brasileiro. A observação sem dúvida afetava o governo imperial, pois, de alguma forma, colocava em suspeita os esforços do governo em proteger os limites da nação. Nesse sentido, a memória foi submetida a cinco pareceristas com o intuito de validar ou não sua publicação. Entre os avaliadores estavam Duarte da Ponte Ribeiro, Candido Baptista de Oliveira, Antônio Gonçalves Dias e Pedro d'Alcantara Bellegarde. A decisão final foi pela publicação da obra e de todos os pareceres na mesma edição, logo após a apresentação de Machado de Oliveria. A *Memória histórica* contou ainda com uma brevíssima introdução do IHGB cujo objetivo foi se eximir dos conteúdos propostos seja pelo memorialista seja por seus interlocutores:

O Instituto tendo tomado em consideração a Memoria Historica do Sr. Machado de Oliveira, e os trabalhos que sobre Ella escreveram os Srs. Ponte Ribeiro, Candido Baptista, Gonçalves Dias e Bellegarde, decide que sejam impressos em um só número da Revista, não só a Memoria, como todos aquelles trabalhos, precedentes a declaração de que o Instituto não interpõe o seu júizo sobre a materia.¹⁷¹

Dos pareceres, o primeiro foi lido em sessão do IHGB em 17 de junho de 1853, de autoria do sr. conselheiro Duarte da Ponte Ribeiro. O parecerista não se demorou em resumir o objetivo da exposição de Oliveira: “demonstrar que com o tratado de limites celebrado pelo governo imperial com a Republica do Uruguay em 12 de outubro de 1851 perdêra o Brazil territorio, a que tinha incontestável direito”.¹⁷² Dessa forma, Ribeiro leu a *Memória* como uma tentativa de Machado provar suas suposições de que o território brasileiro teria dimensões mais alargadas caso não tivesse sofrido com o desleixo de seus

o destino que estava, aparentemente, fadada a carregar. Segundo ainda MACHADO DE OLIVEIRA, 1853, sete meses e cinco dias depois da fundação da cidade, o governador de Buenos Aires, D. José Garro, a tomou de surpresa. O território teria retornado ao poder português em 1681, pelo Tratado Provisional de 7 de maio. Não tardou, todavia, um novo assalto por parte do governador de Buenos Aires, na ocasião D. Affonso Valdez, em um conflito que durou 6 meses, quando então os portugueses retiraram-se, já em 1705. Segue uma descrição sobre os inúmeros tratados que tornaram a região de Colônia ora posse de Buenos Aires, ora posse dos portugueses e que, a despeito de não serem de interesse desta tese, quando lembrados podem ajudar a vislumbrar o contexto de disputa da região e o interesse luso-brasileiro no território vizinho.

¹⁷¹ MACHADO DE OLIVEIRA, 1853, p. 385.

¹⁷² MACHADO DE OLIVEIRA, 1853, p. 426.

administradores no passado¹⁷³ e a imperícia dos governantes contemporâneos – responsáveis pela assinatura da convenção de limites de 1851, lesiva ao território do Brasil – observações com as quais, definitivamente, o conselheiro parece não concordar.

Ribeiro prosseguiu colocando em dúvida a efetividade prática da escolha de Oliveira promover uma divagação histórica durante sua narrativa, isso porque, tal opção, na verdade, em nada contribuía com o objetivo de fustigar o Tratado de 1851. Ainda, poderia levar à enganosa impressão de que, na questão do Prata, a razão sempre estivera do lado dos portugueses, faltando-lhes apenas força para sustentá-la, quando, ao contrário, para o parecerista, tanto do lado espanhol quanto do português, apenas a ambição agiu como força propulsora. Ainda apontou alguns erros nos dados apresentados por Oliveira e assim concluiu que a cessão do território da Colônia de Sacramento nunca ficou clara nem, tampouco, seu reconhecimento definido. Nesse sentido, ainda que não seja feita aqui uma apresentação dos pontos de discordância entre os dois autores,¹⁷⁴ sendo apenas lembrados os que estejam estritamente ligados ao tema deste trabalho, não se pode invalidar a importância da discussão empreendida por ambos: a legitimidade do domínio das terras na margem oriental do Prata.

¹⁷³ Ribeiro discorda da posição de Machado de Oliveira que acusou o gabinete português de imperícia, em razão das perdas territoriais no Prata. De acordo com o parecerista, a sucessão de tratados já indica o esforço dos lusos em efetivar seu poder na região, o que não foi alcançado por razões outras. Afinal, o desejo pela região não era razão suficiente para conquistá-la. MACHADO DE OLIVEIRA, J.J. Memoria historica sobre a questão de limites entre o Brasil e Montevideo. IN.: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Nº12, 1853. p.426-451

¹⁷⁴ Por diversas vezes Ribeiro apontou supostos enganos na exposição de Machado de Oliveira; para isso, usou da própria narrativa de seu oponente. Como exemplo, é possível citar o comentário do parecerista sobre o trecho da passagem do exército do Sul para terras estrangeiras, lembrando que se entraram, na ocasião, em um território concorrente, então essa mesma região não poderia ser tomada, posteriormente, como propriedade de Portugal: “O Sr. Machado, depois de ponderar o perigo que corria o Rio Grande com a anarchia da próxima província, e as tendências da população indígena das Missões do Uruguay para a propaganda Artiguenha; de asseverar que a necessidade de nos apoderarmos do território que alimentava a guerra contra o Brazil, obrigou o nosso exercito, cujas operações se restringiam á especial defesa da fronteira reconhecida desde 1801, a ir ocupar as principaes posições na margem esquerda do Uruguay, desde a foz do Arapehy até a do Rio Negro; lembra do dia em que aquellas tropas passaram o Quaraim para o Sul teve principio o accrescimo de soldo que havia sido decretado para logo que pizassem o território estrangeiro. Si com essa referencia pretende o author da Memoria inculcar que deve pertencer ao Brazil esse território estrangeiro, que então foi ocupado pelas nossas tropas, eu só vejo n’ella uma plena justificação do tratado de 12 de outubro de 1851, feita pelo Sr. Machado contra o seu proposito, pois que os limites do império se acham ali fixados explicita e categoricamente por esse mesmo rio Quaraim, já reconhecido outr’ora pelo governo como raia do estado de Montevideo. Do contrario deveria provar que fizemos n’aquella época uma invasão de conquista, e que conservamos a posse d’esse terreno conquistado até a celebração do dito tratado”. MACHADO DE OLIVEIRA, 1853, p. 435.

E como não lembrar que o mesmo Machado de Oliveira que em suas *Recordações históricas* questionava a validade dos luso-brasileiros se arvorarem legítimos donos da Banda Oriental, posteriormente, por sua *Memória histórica* tenha recebido de Ribeiro duras críticas por defender de forma cega e equivocada o direito irrefutável do trono português a uma região que nunca teria sido de fato e definitivamente a eles concedida. Mais uma vez a mudança de posição do memorialista causou incômodo e aguçou nossa curiosidade.

No que se refere à Cisplatina, Duarte da Ponte Ribeiro menciona a *Memória histórica* para admoestar a definição que o memorialista aplicou ao resultado da guerra, afirmando que mesmo o Brasil não tendo conseguido o resultado esperado não era correto imputar adjetivos depreciativos ao fim da contenda por meio da imprensa.¹⁷⁵ Também rebate a descrição de Machado acerca do encontro entre o general Barreto e Rivera, e a forma como este último teria ludibriado o militar brasileiro, já que essa observação poderia produzir uma leitura negativa do Império. Contudo, o interesse principal da resposta de Duarte Ribeiro foi mesmo validar o Tratado de 1851 e seu estabelecimento de fronteiras. Nesse sentido, negou a legalidade de uma ampliação do território pelo Império e ratificou a necessidade de se manter os contornos apresentados ainda em 1801, pois o Brasil só teria ultrapassado esses limites para refrear o estado anárquico que se expandia em solo vizinho ameaçando a integridade brasileira, sem jamais ter cobiçado a conquista do povo oriental:¹⁷⁶

A convenção preliminar de 27 de Agosto de 1828, creando a independência da Republica Oriental sem exigir os limites de 1819, parece demonstrar que o governo imperial teve em vista considerar limites d'ella com o Brazil os mesmo que existiam desde 1801, até 1810, em que foi obrigado a transpòl-os com as suas forças pra repelir assaltos e suffocar a proxima anarchia; conceito que tem em seu apoio o facto de retirar-se o nosso exercito para aquella fronteira de 1801, quando se fez o tratado de 1828.¹⁷⁷

¹⁷⁵ Nas palavras de Ribeiro por ter sido o resultado da guerra adverso aos interesses do Império, não caberia a um verdadeiro brasileiro classifica-lo com “*insolito e ignominoso*”, MACHADO DE OLIVEIRA, 1853, p. 438, grifo meu.

¹⁷⁶ Segundo Ribeiro, o exército luso-brasileiro não tinha características de conquistador, mas de pacificador; além disso, asseverou que não se poderia alegar o estatuto de primeiro ocupante a um território na verdade invadido pelas forças imperiais para deter a anarquia. Nesse sentido, é importante notar que o autor define como invasão a ação da monarquia ainda que imbuída de boas intenções.

¹⁷⁷ MACHADO DE OLIVEIRA, 1853, p. 443.

Ribeiro lembra ainda que a presença de brasileiros na área oriental do Prata não a transformou em propriedade dos súditos do imperador, até porque outra nação tinha a posse do mesmo solo. Assim, o memorialista incorria em um grave erro quando instigava posições de rechaço ao governo e transmitia informações equivocadas à população em geral:

Continúa o Sr. Machado a induzir o publico em erro, e a concitar prevenções contra o governo imperial, sem lembra-se de que está desacreditando o bom senso brasileiro, fazendo apparecer como principio admittido por nós, que o facto de se estabelecerem muitos brasileiros em um terreno investe o Brazil de sua soberania, embora elle pertença a outra nação que tacita ou explicitamente os consente ali. A uberidade das campinas, a topographia do territorio e outras vantagens que attrahiram para lá a população, podem inspirar cobiça e dar direitos pessoaes, mas não de soberania.¹⁷⁸

O conselheiro apresenta, por fim, seu temor de que o texto de Machado de Oliveira motivasse ações do governo de Montevidéu no sentido de restringir a liberdade de estrangeiros em terras orientais e questionasse o direito de propriedade de brasileiros ali estabelecidos naquele momento. Baseado em tais temores, o parecerista sugeriu que o IHGB não anuisse a publicação da dita memória histórica impedindo, assim, o descrédito que esta promovia aos atos do governo e a difusão de inferências negativas acerca da postura do Brasil em relação aos seus vizinhos.

O sr. conselheiro Candido Baptista de Oliveira foi o segundo parecerista a oferecer ilações sobre o texto de Oliveira. Em seu breve texto, exposto na sessão de 15 de julho de 1853, Candido Oliveira apresentou alguns elogios ao trabalho do memorialista, mas, de forma muito sutil, demonstrou não concordar com as desvantagens atribuídas ao Tratado de 1851, visto que o território subtraído na demarcação não era de tanta relevância e sua extensão não corresponderia aos valores estimados por Machado, representando um número menor, a despeito de admitir a qualidade dos campos em questão. Com isso, propôs que caso fosse estabelecida uma nova demarcação mais benéfica ao Império e acordada com o governo do Uruguai, fosse fundada no rio Daiman e não no Rio Arapehy, pois assim fariam parte dos limites do Brasil os saltos Grande e Chico. A proposta do conselheiro não visava, segundo o próprio, o ganho de algumas léguas, mas a possibilidade de navegação do rio Uruguai. Afora

¹⁷⁸ MACHADO DE OLIVEIRA, 1853, p. 447.

a sugestão de mudança nos pontos limítrofes, Candido Oliveira não apresentou nenhum outro aditamento à memória do militar e concluiu merecer tal texto a afeição do instituto, visto ser capaz de proporcionar uma síntese no que diz respeito aos marcos históricos relevantes da nação, sem descartar, no entanto, a possibilidade de alteração de seu conteúdo por parte do autor.

O terceiro parecerista foi um pouco além e não só expôs sua leitura da memória de Machado de Oliveira, mas, sobretudo, do parecer de Ponte Ribeiro, em 29 de julho de 1853. Trata-se de Antônio Gonçalves Dias, já na ocasião expoente poeta e jornalista que abriu seus comentários assumindo seu desconhecimento sobre o assunto – colocando-se como um simples curioso – e afirmando ter entrado em contato com a matéria por meio do parecer de Ribeiro lido em sessão do Instituto e então submetido à discussão. O primeiro ponto de discordância entre os dois pareceristas foi o argumento presente na *Memória* de que o território do Brasil poderia ter maior extensão não fosse a imprudência de seus administradores. Para Ribeiro, tal posição do memorialista poderia gerar a impressão equivocada de que Portugal sempre teve razão nas contendas em que se envolveu na América e que apenas não teve capacidade para sustentar seus direitos. A resposta de Gonçalves Dias retomou o texto de Machado de Oliveira, lembrando que este último admitiu que os Tratados e acordos estabelecidos entre as coroas ibéricas foram incapazes de produzir um resultado justo, logo, nenhum leitor, mesmo que desavisado, poderia em hipótese alguma acreditar que Portugal primou pela justiça em suas relações políticas e diplomáticas para o estabelecimento de fronteiras.¹⁷⁹

Essa primeira contenda entre Ribeiro e Gonçalves Dias apesar de se afastar da Guerra Cisplatina é de enorme conveniência a este trabalho porque mais uma vez recuperou a discussão acerca do direito de posse na região do Prata, que foi apresentada tanto nas *Recordações históricas* quanto na *Memória histórica* de Machado de Oliveira, além de ter

¹⁷⁹ Nas palavras de Gonçalves Dias: “Si as duas côrtes não poderam chegar a um accordo leal e consciencioso; si das discussões diplomaticas, de que resultaram tantos tratados e convenções, não deveria nunca resultar nem sequer a possibilidade de uma solução justa e plausivel; estas proposições poderão acarretar todos os erros imagináveis; mas não induzir ninguem a crer que o bom direito esteve sempre da parte de Portugal, e que só faltou quem o sustentasse”, apud MACHADO DE OLIVEIRA, 1853, p. 471.

recebido destaque no parecer de Ribeiro e de Gonçalves Dias; uma recorrência capaz de demonstrar a permanência do tema na pauta do IHGB.

Durante seu texto, Gonçalves Dias discute os Tratados e Convenções apontados por Machado, sem, contudo, citar o impasse da demarcação de limites no contexto da Guerra Cisplatina. Em sua explanação, apresentou-se preponderantemente favorável ao memorialista Machado de Oliveira e crítico ao parecerista, concluindo, assim, pela publicação da *Memória histórica* na *Revista* do IHGB.¹⁸⁰ A discordância de Gonçalves Dias em relação ao parecer de Ribeiro, porém, não ficou sem resposta. Logo o comentarista Ribeiro brindou ao Instituto com sua exegese intitulada “Defesa do parecer sobre a Memória histórica do Sr. Machado”, no qual se colocou bastante insatisfeito com a possibilidade de arquivamento do seu parecer e, mais ainda, com as críticas a ele direcionadas, acusando, inclusive, o Instituto de qualificar o texto de Machado não por sua validade histórica, mas pelos atributos de seu autor.¹⁸¹ Dessa forma, Ribeiro se esforçou em retrucar uma a uma as considerações de Gonçalves Dias e como este último não tratou do conflito Cisplatino o outro também não o fez. Além disso, anexou inúmeros apêndices onde transcreveu artigos secretos

¹⁸⁰ Gonçalves Dias, apud MACHADO DE OLIVEIRA, 1853, reforça sua concordância com a publicação do texto de Machado de Oliveira: “Considerando que este Instituto não é corpo político, mas uma corporação meramente científica, – que não deve passar o aresto de se rejeitarem certos trabalhos; porque os seus autores, apresentando factos sabidos, tiram d’elles consequencias que não quadram com a diplomacia, com a política, ou com o nosso pensamento individual; que não convém enfim que parta do próprio Instituto a confissão perigosa de um character official, que nos não cabe; – e além d’isso, attendendo a que, si estas reflexões não affectam de maneira alguma, o que folgo de confessar, a parte importante e essencial do parecer, também o trabalho do Sr. Oliveira, considerado como uma exacta recopilação de factos importantes para a historia, foi julgado digno de apreço por uma das mais altas capacidades, de que se honra o Brasil”. E continua, “A pratica que se quer introduzir de não julgar o Instituto Historico as obras dos seus membros, parece-me imprópria da sua missão. Similhante pratica, além de que iria pôr em duvida o saber e rectidão da mesa que deve julgar, privaria o Instituto de emittir a sua opinião sobre o maior numero dos trabalhos de que lhe cumpre occupar-se. Em tal caso de que serviria encarregar os sócios de apresentarem pareceres? Seria para buscar alvos a que dirigir tiros inúteis, e mandar depois archiva-los? E haveriam membros que aceitassem similahnte encargo, si tal pratica prevalecesse? Faço justiça á mesa, contanto que não há de adoptal-a”. MACHADO DE OLIVEIRA, 1853, p. 504-505, 508.

¹⁸¹ Pontes Ribeiro apresenta uma ácida mensagem ao IHGB: “O que acabo de ouvir despertou em mim mui serias considerações. Senhores, ou eu não tinha comprehendido os fins para que foi creado o Instituto Historico Geographico Brasileiro, ou elle se afasta do seu objecto. Até agora estava eu persuadido que a sua missão era transmittir á posteridade o conhecimento dos factos que a historia deva registrar, o impedir com a sua censura os erros a que os vindouros poderiam ser induzidos por inexactas ou exageradas referencias. Era consequência d’esta minha persuasão suppôr que quando a mesa do Instituto Historico encarrega os seus sócios de apresentarem pareceres sobre algum escripto, queria que se accusassem sômente de contexto d’elle, e não do autor; mas vejo que estava enganado.” MACHADO DE OLIVEIRA, 1853, p. 506-507.

do Tratado de 1708, do Convênio de Paris em 1737 e do Tratado defensivo entre Inglaterra e Portugal de 1703, entre outros documentos. Acrescentaram-se também ao debate as notas produzidas pelo conselheiro Pedro d'Alcantara Bellegarde, o qual aprova a *Memória* de Machado – mesmo que apontando a necessidade de algumas retificações – e informa que sendo a questão de limites de assaz relevância para a história do país deveria o Instituto escolher uma comissão capaz de compilar notas, convenções, declarações e demais documentos sobre o tema para posterior publicação na Revista do Instituto.

O debate na Revista terminou com o texto *Resposta do sr. A. Gonçalves Dias a defesa do parecer sobre a Memoria do sr. Machado d'Oliveira*, em que Gonçalves Dias contesta a defesa de Ribeiro e outra vez ratifica a importância da publicação da *Memória histórica*. O longo debate apresentado aqui sobre a *Memória* de Machado e os pareceres tiveram por objetivo ressaltar a força argumentativa do passado, a longa disputa pelo estabelecimento das fronteiras no Prata e a eficácia política do discurso histórico produzido pelos sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

A comparação entre os dois trabalhos de Machado acaba por denunciar o provável motivo que levou à publicação da *Memória histórica* e dos pareceres que a acompanhavam e o engavetamento, por mais de uma década, das *Recordações históricas*. Na primeira, a discussão centrou-se no caráter positivo ou negativo do Tratado de 1851, mas não colocou em desconfiança em nenhum momento a validade da intervenção imperial. A segunda, no entanto, lançou dúvidas sobre o direito brasileiro de intervir na região do Prata, afirmação que ia radicalmente de encontro às ações intervencionistas iniciadas a partir de 1849. Contudo, se as afirmações presentes nas *Recordações* de Machado soavam como perigosas, em 1850, a década posterior, como já mencionado, lhes daria uma nova chance. Assim, com os tratados entre Brasil e Uruguai ratificados, o sul do país totalmente pacificado, Rosas longe do poder, os rios da bacia do Prata livres e o Paraguai independente as *Recordações* de Machado ganharam as páginas da *RIHGB* em 1860.

2.4 Recordações de um estrangeiro: o coronel Anton Adolph Friedrich von Sewloh

Outro memorialista da Guerra no Prata foi o coronel Anton Adolph Friedrich von Seweloh com suas *Reminiscencias da campanha de 1827 contra Buenos-Ayres*.¹⁸² O diário apresentou o cotidiano do acampamento desde 13 de janeiro de 1827 até 4 de março de 1827, no que se refere a seus acontecimentos mais banais tanto quanto os fatos mais relevantes para o desfecho do conflito. A explicação para tal recorte temporal seria simples: divulgar o material que restou após a Batalha do Passo do Rosário, quando perdeu parte dos seus escritos. Assim, se o que chegou até aqui foi o que de fato sobrou, ou se resultou de uma escolha do autor será impossível avaliar; certo é que os serviços militares de Seweloh extrapolaram o período transcrito em suas memórias. Mais certo ainda é que, por sorte deste trabalho, o período coincidiu com um fato muito relevante à construção argumentativa desta tese e seu autor atuava como ajudante de campo do comandante maior das forças brasileiras, o general Barbacena. Além disso, pode-se asseverar que o texto de Seweloh apresenta informações que não combinam necessariamente com o período a que se referem, mas se adiantam temporalmente. E então se admite que o memorialista em questão tinha o dom da premonição ou que o seu diário sofreu a incorporação de algumas informações futuras – obviamente anotadas após os fatos.¹⁸³

Com isso não se quer deslegitimar as *Reminiscencias* nem acusá-las de produzir falsificações, apenas relativizar o lugar que Seweloh parece desejar conferir à fala dos que testemunharam os acontecimentos. Sua preocupação em transformar a narrativa em uma argumentação plausível se explica a partir da orientação teórica da época, segundo a qual transmitir veracidade era condição essencial de um discurso intelectualizado. Mais que isso, fazer crer que a narrativa quase simultânea aos acontecimentos os descreveria de forma

¹⁸² SEWELOH, Anton Adolph Friedrich von. “Reminiscencias da campanha de 1827 contra Buenos-Ayres”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico*, v. 37. Rio de Janeiro: Garnier, 1874.

¹⁸³ Um exemplo que de a narrativa não foi, pelo menos integralmente, produzida durante o conflito seria a referência feita pelo autor aos boletins do comandante argentino Alvear, escritos após o término da guerra em resposta as acusações de seu governo. Portanto, Seweloh não poderia ter lido tal documentação senão ao término do conflito.

realmente verdadeira;¹⁸⁴ um argumento que, como se mostrou na introdução desta primeira parte, é completamente ilusório, visto que independe do distanciamento temporal que separa o acontecimento de sua narração existe sempre a possibilidade da incorporação ao texto de elementos que ultrapassam o fato em si; em uma perspectiva husserliana, que o fato em si seja a composição do conjunto de significações do acontecimento com as impressões posteriores do espectador.

Mais que entender a temporalidade da narração de Seweloh cabe perguntar, aqui, o porquê de sua posterior publicação pelo IHGB. O retorno da Cisplatina – legitimado na publicação de Seweloh – se liga ao contexto da Guerra do Paraguai (1865-1870) que voltou a colocar as fronteiras brasileiras sob alerta. Porém, nesta outra circunstância registram-se mudanças significativas: dois inimigos históricos no passado agora dividiam o mesmo lado no teatro da guerra - já que a luta contra o Paraguai uniu o Império Brasileiro e a Confederação Argentina – e ambos ainda contaram com o apoio da nação que até bem pouco tempo atrás era a causa da discórdia entre as duas: a República Oriental do Uruguai. Ainda que o resultado da guerra não tenha sido dos mais honrosos, o Brasil saiu vitorioso e conseguiu impor ao derrotado Paraguai um tratado de limites assinado logo após o fim do conflito, cujo processo de demarcação foi realizado entre 1872 e 1874. E, mais uma vez, a diplomacia brasileira conseguiria o que as tropas imperiais não obtinham nos campos de batalha.¹⁸⁵

As questões em torno da integridade do território suscitadas entre meados da década de 1860 e o início de 1870 reverberaram, como se era de esperar, no IHGB. Assim, foi publicada na *RIHGB*, em 1874, as *Reminiscencias da campanha de 1827 contra Buenos-Ayres*,¹⁸⁶ traduzidas do alemão pelo dr. Manoel Thomaz Alves Nogueira. Sobre o autor, sabe-se que nasceu em Hanover, Alemanha, em 1800 e morreu no Rio de Janeiro em 1876. Anton

¹⁸⁴ O próprio Seweloh estabeleceu um lugar privilegiado para as narrativas escritas no calor dos fatos, visto guardarem maior proximidade com a verdade e estarem menos contaminadas com interesses pessoais. Além disso, atribui um caráter singular aos discursos produzidos por testemunhas oculares.

¹⁸⁵ GOMES, Enrico Diogo Moro. Os limites entre Brasil e Paraguai: das primeiras negociações à demarcação e o caso da Serra do Maracaju. Dissertação de Mestrado. Instituto Rio Branco. Brasília, 2009 pp.25-44

¹⁸⁶ SEWELOH, 1874.

Adolph Friedrich von Seweloh, segundo Carlos Henrique Hunsche,¹⁸⁷ diferente de muitos outros alemães que desembarcaram no Brasil no século XIX, não viera em busca de riquezas, mas abandonou seu país em razão de um caso de amor malogrado.¹⁸⁸ Embarcou no navio *Caroline* com mais 280 colonos¹⁸⁹ – parte destinados ao serviço militar no Império, sendo, destes, 60 soldados de primeira classe –, na cidade de Hamburg, em 17 de janeiro de 1825, sob a patente de comandante de transporte do navio e chegou ao Rio de Janeiro em 5 de abril de 1825. Questionáveis ou não esses números, não se pode perder de vista a importância de tais imigrantes na composição do exército no Primeiro Reinado.

A narração de Seweloh algumas vezes assumiu um caráter impessoal e em outras ocorreu em primeira pessoa. Ao seu conteúdo misturam-se problemas de cunho particular e sentimentos que o assaltaram durante a campanha,¹⁹⁰ como será visto mais adiante. O autor também emitiu opinião sobre dados militares, sobre oficiais que serviram com ele, sobre progressos estratégicos das tropas, bem como impressões climáticas, geográficas e culturais. Além disso, por vezes, o texto apresentou juízos de valor, dados ou fatos relativos à campanha de forma desconexa e sem muitas explicações, o que acabou suscitando questões que não foram respondidas durante a narrativa.

Dito isso, segue a narrativa de Seweloh e especialmente uma sequência de dados próximos ao evento do Passo do Rosário. Era 13 de janeiro de 1827, no acampamento tudo transcorria calmamente, afora a doença de marquês de Barbacena. As tropas partiram de

¹⁸⁷ HUNSCHE, Carlos Henrique. O ano 1826 da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul (Província de São Pedro). Porto Alegre: Editora Metrópole, 1977.

¹⁸⁸ Era tenente nas tropas de sua cidade natal e apaixonado por uma jovem da nobreza local. A relação dos dois não era aprovada pela família da moça, por isso o rapaz pediu baixa do serviço militar e partiu para o Brasil em busca de uma melhor colocação.

¹⁸⁹ Uma interessante narrativa memorialística sobre os alemães no Brasil foi a de Carl SCHLICHTHORST, 2000. O texto conta a viagem de Schlichthorst e de outros alemães, uns com objetivo de se tornarem colonos e outros destinados ao serviço militar imperial. O autor relata as dificuldades da viagem, como muitos colonos ao chegarem ao Brasil eram compulsoriamente levados ao exército, reclama do estado das tropas estrangeiras – com seus baixos soldos – e aponta para grande quantidade de criminosos enviados pela Alemanha para o Império, expurgando para América os indivíduos prejudiciais à sociedade. Além disso, faz considerações sobre os costumes, a literatura e o povo brasileiro. Schlichthorst foi Tenente do 2º Batalhão de Granadeiros de 1ª linha, mas não discorreu sobre batalhas significativas.

¹⁹⁰ Como exemplo é possível citar a preocupação que o abateu diante de um objeto perdido, na verdade, um presente que uma bonita espanhola lhe tinha dado quando esteve em Montevidéu e que ele sempre trazia consigo. Ou, ainda, quando descreveu seu estado de espírito após perder seus pertences na ação inimiga no Passo do Rosário, depois da qual sentiu-se solitário e desamparado. SEWELOH, Anton Adolph Friedrich von. “Reminiscencias da campanha de 1827 contra Buenos-Ayres.” p.438, 446

Sant'Ana buscando uma posição mais favorável, passando por terrenos secos, de difícil acesso, com pouca lenha e pastos; condições que impuseram grande cansaço aos animais. No dia 20 do mesmo mês, juntam-se à tropa quatro soldados brasileiros presos em Sarandí em outubro de 1825 que, depois de longo tempo servindo forçosamente ao inimigo, conseguiram fugir. Segundo o autor, pouco se pode extrair dos soldados fugitivos, mas teria ficado clara a força do exército argentino.¹⁹¹

Além de descrever com precisão o avanço das tropas imperiais, o autor também apresenta suas incursões ao território, as estâncias que conheceu, as relações pessoais que travou nas redondezas.¹⁹² Com isso, algumas vezes o texto ganha um sentido pessoal e encobre os dados propriamente ligados ao exército, relatando momentos que Seweloh errou o caminho nas suas incursões pelo território, que passou fome, que encontrou novamente o caminho, mas não o exército, que ficou doente ou que perdeu tudo que tinha. A presença mais acentuada de dados subjetivos na narrativa pode ser explicada por sua condição de diário. Mais ainda, por sua qualidade de estrangeiro, que viveu no Brasil não só a experiência militar,¹⁹³ com que já estava acostumado, mas uma realidade diversa da sua: seja cultural, seja de costumes, seja geográfica ou climática; num país que, apesar das críticas pontuais por sua falta de cultura, tornou-se seu lar até o fim da vida.¹⁹⁴

Retomando a exposição do ponto de vista militar, propõe-se um salto para o dia 5 de fevereiro de 1827, quando o autor mencionou a chegada ao acampamento da divisão do

¹⁹¹ Como na narrativa de Machado Oliveira, também Seweloh destaca a superioridade militar do inimigo. SEWELOH, Anton Adolph Friedrich von. "Reminiscencias da campanha de 1827 contra Buenos-Ayres." p.438

¹⁹² No que se refere aos contatos que fez nas redondezas, Seweloh afirmou que os estancieiros da região foram muito gentis, citando também João de Deus Menna Barreto, que o presenteou com um cavalo. SEWELOH, Anton Adolph Friedrich von. "Reminiscencias da campanha de 1827 contra Buenos-Ayres." p.415

¹⁹³ O autor também aponta uma diferença importante na prática militar dos soldados europeus quando comparados aos imperiais: os últimos exigiriam louros por seus resultados positivos no campo de batalha, enquanto que para os da Europa significaria apenas o cumprimento do seu dever.

¹⁹⁴ De acordo com Carlos Henrique Hunsche, depois dos serviços militares prestados na Cisplatina, Seweloh juntou-se a Jorge Henrique von Langsdorff e empreendeu a primeira expedição científica pelo interior do Mato Grosso e do Amazonas, terminada em 1828 por circunstâncias adversas. Seweloh recebeu a incumbência de levar Langsdorff, acometido pela amnésia, à Alemanha. Chegando à Hanover, o militar foi preso e acusado de deserção, visto que não esperou o resultado de seu desligamento para embarcar para o Brasil. Depois de longo processo em sua terra natal, retorna ao Brasil, em 1831. É reincorporado ao Exército do Brasil em 1843 e demitido no mesmo ano. Morreu sem posses, no Rio de Janeiro, em 1876. HUNSCHE, Carlos Henrique. O ano 1826 da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul (Província de São Pedro). Porto Alegre: Editora Metrópole, 1977. p.198

marechal Brown, formada pelos 4º e 5º regimentos da Cavalaria. Esses números ganharam ainda mais vulto com a incorporação da companhia provisória de pretos e mulatos – constituída no Rio Grande pelo visconde de Laguna – ao 6º regimento de Cavalaria; com o 27º batalhão de Caçadores alemães – por volta de 500 homens de acordo com o autor –, e com as três companhias do 18º batalhão de caçadores de Pernambuco. Seweloh descreveu a reunião de todos esses corpos como uma vitória estratégica, já que Alvear teria transitado com forças consideravelmente superiores por entre eles e, mais ainda, porque a condição anterior impedia a comunicação entre as divisões e destas com suas cidades.

Já em 11 de fevereiro, o memorialista alemão apresentou um mapa das forças do exército imperial no qual consta um total de 6.616 homens, o que para ele não parece incluir um número de aproximadamente 240 camponeses agregados ao exército e a milícia do marechal Abreu com cerca de 500 voluntários. Quanto aos inimigos, o exército de Alvear seria composto de aproximadamente 12 mil homens, número apresentado por um desertor francês das tropas republicanas. O mesmo francês ainda denunciou o mau estado da cavalaria e as perdas na artilharia inimiga.¹⁹⁵ Durou pouco o possível entusiasmo desencadeado entre as tropas imperiais pela notícia de que o exército inimigo não estava em perfeito estado. Logo no dia 12 de fevereiro, chegou ao acampamento a informação de que as tropas de Alvear tinham tomado a região de Sant’Ana e destruído um grande depósito brasileiro, onde ficavam armazenadas mochilas, munições e equipamentos. O desânimo da perda das bagagens cedeu lugar à esperança, quando, segundo Seweloh, chegou a notícia divulgada pela vanguarda brasileira, em 17 de fevereiro, de que o inimigo estava próximo; foi essa notícia que acalentou por algum tempo as tropas imperiais.

No mesmo dia foi apresentado pelo autor um dado que, pelo menos a esta tese, parece digno de nota: o capitão Totte teria sido preso por ordens do general Barbacena. O motivo da prisão foi o fato do capitão não ter realizado uma incumbência importante: descobrir o paradeiro de Bento Gonçalves. A informação fornecida por Seweloh suscita

¹⁹⁵ O desertor apresenta o panorama desfavorável do inimigo: “[...] um artilheiro inimigo apresentou-se-nos como desertor, é francez e fornece-nos minuciosas informações a respeito do inimigo, principalmente a respeito da artilharia. Segundo elle diz, o inimigo dispõe de grandes forças (talvez mais de 12:000 homens) os cavallos são maos, a artilheria é movida por bois, a cavallaria conduz os cavallos pelo freio [...]; a artilheria, composta de 18 peças, e muito mal servida, tem soffrido muitas deserções”, SEWELOH, 1874, p. 430.

várias perguntas: por que Bento Gonçalves estava sendo procurado? Sua saída foi autorizada pelo general? Se sim, por que estava sendo procurado? Por que não encontrá-lo foi tomado como um erro tão grave a ponto de provocar a prisão do capitão Totte? Contudo, o memorialista não retomou a discussão sobre os motivos da ausência de Bento Gonçalves, mas mesmo assim o episódio permite aferir que realmente causou grande problema e repercussão a falta de tal destacamento do exército quando se tornou iminente o encontro com o inimigo, como já apontado por outros memorialistas aqui mencionados.

O diário de Seweloh ainda trouxe notícias sobre as tropas inimigas, afirmando que a maior parte deste exército teria se dirigido para Santa Maria por volta do dia 14 de fevereiro, e apenas o general Juan Antonio Lavalleja teria permanecido nas redondezas com uma força de aproximadamente mil homens. O autor ainda contou que o cadete Roeding, de Hamburgo, após ser libertado pelas tropas inimigas, se apresentou às forças imperiais avisando sobre a intenção do adversário de promover a sublevação dos alemães pertencentes às fileiras do Império. Roeding foi enviado pelo coronel Heyne, mas entregou o plano nas mãos de Seweloh, que consistia em ordens especiais direcionadas ao major Carlos Frederico Otto Heise e ao capitão Carl de Leenhoff.¹⁹⁶ Os rumores sobre a proximidade do inimigo pareciam crescer a cada dia. Bento Manoel enviou um guerrilha-bombeiro que confirmou a informação e tornou mais urgente a busca por Bento Gonçalves e seu destacamento. Assim, o autor afirmou que, ele mesmo, extenuou três cavalos na procura até que o encontrasse e o levasse ao general em chefe, porém não explica onde estava Gonçalves, como foi o encontro, se houve resistência ao encontro com o general em chefe nem o teor da reunião entre os dois militares.

O dia 20 de fevereiro começa com uma marcha às 2 horas da manhã. Cinco horas depois do início das atividades, as tropas imperiais recebem a notícia da aproximação do inimigo e, com isso, iniciam a troca de cavalos para então se dirigirem a uma colina, não especificada pelo memorialista, de onde avistam as movimentações do exército inimigo e os primeiros contatos destes com o exército do Brasil, como descrito nas *Reminiscencias*:

[...] vê-se na planície próxima as escaramuças da vanguarda com o inimigo. A uma distancia de 7800 passos existe uma eminencia que é como uma longa cortina com

¹⁹⁶ A suposta conspiração não foi retomada no diário.

dois baluartes; avistamos também alguns pequenos fogos, mas um grande fogo na ala esquerda do inimigo encobre a maior parte de nossa posição; julgamos que é o fumo de seu ultimo acampamento, e que os fogos eram para uma pequena força destinada a proteger a passagem do inimigo pelo rio Santa Maria. Todas as comunicações que nos chegam, confirmam esta passagem do inimigo dois dias antes no passo do Rosário com toda a artilharia. A nossa eminencia está separada da do inimigo por um largo vale, cuja superficie em alguns lugares de 3, 4, 6 pés de fundo, apresenta bordos escarpados; só os cavalos já muito habituados podem impunemente transpor estas dificuldades, e os soldados á pé passam isoladamente.¹⁹⁷

Seweloh concentra então sua narrativa no estado de ânimo que assaltou as tropas no primeiro momento, logo que confirmada visualmente a presença dos adversários. Nas palavras do autor, foi custoso reprimir as tropas que tentavam a todo custo arremessar-se contra o oponente. Tamanho furor chegou a entusiasmar o general em chefe que rapidamente decidiu, junto a seus generais, pelo ataque que, nas palavras do soldado alemão, sucedeu da seguinte forma:

A primeira divisão avançou antes que a segunda tivesse marchado, às 7 horas lutava-se renhidamente. O inimigo tinha desenvolvido suas massas com grande habilidade tactica; apesar de avançar a primeira divisão e a vanguarda, já quasi dispersa dos paisanos, de tal modo que ella só podia galhardamente sustentar uma posição defensiva, sem ser capaz de auxiliar a primeira divisão nem formar-se em duas linhas na retaguarda do inimigo, que procurava rompê-la, nem assumir o papel de uma forte reserva.¹⁹⁸

Os relatos acerca do enfretamento, porém, não pareciam nada animadores. Informações de diversos pontos davam conta ao general Barbacena de que o exército inimigo estabeleceu significativa vantagem e a situação era desfavorável para os imperiais. Seweloh teria se encaminhado ao fundo do vale com o general, onde receberam as notícias de que toda a bagagem estava perdida,¹⁹⁹ a retirada impossibilitada e o campo em chamas.

[...] chegou-nos a noticia que toda a bagagem estava perdida e cortada a retirada, que toda a região coberta de vegetação estava em fogo, e nós completamente perdidos. O major Mello não sabia o que dizer ao general, pelo que foi seriamente reprimido. De diferentes pontos chegavam comunicações desfavoráveis; o inimigo desenvolvia uma considerável superioridade; atirava sobre nossas alas e

¹⁹⁷ SEWELOH, 1874, p. 435.

¹⁹⁸ SEWELOH, 1874, p. 436.

¹⁹⁹ Tal qual Machado de Oliveira, também Seweloh relata o sumiço da bagagem do exército brasileiro, mas não especifica em que condições teria ocorrido. Diferentemente, Machado de Oliveira frisa que o problema se deveu exclusivamente à ação do inimigo que subtraiu o material.

retaguarda fortes columnas de cavalaria, a ponto de nos interceptar a estrada de S. Gabriel; não se podia auxiliar a primeira divisão, frustou-se o plano de ataque, e a segunda divisão, que devia servir de reserva, não podia operar movimento algum, só conseguiu repelir os vigorosos ataques, que se succediam uns após outros. 1.600 homens, regimentos inteiros, officiaes de todas as gradações tinham fugido, achava-se inactiva toda a artilharia á excepção de duas peças do official Mallet.²⁰⁰

De maneira semelhante a Machado de Oliveira, o ajudante de campo de Barbacena também apresentou o desaparecimento das bagagens brasileiras como fator determinante para o resultado imposto no campo de batalha, isso porque, diante da falta de munição, cavallhada e carros não se poderia manter o combate.²⁰¹ O quadro pintado pelas *Reminiscencias* de Seweloh destoa acentuadamente do discurso apresentado nas *Recordações* de Machado de Oliveira – que acaba por descrever a batalha de 20 de fevereiro considerando certo equilíbrio entre as duas forças em disputa. Além disso, como exposto no fragmento anterior, o exército republicano insistiu de forma enérgica no ataque contra os imperiais, contradizendo a exposição de Machado de Oliveira, que sustenta firmemente que os inimigos de tudo fizeram para evitar o enfrentamento com os soldados de D. Pedro I.²⁰²

As lembranças do alemão ressaltam ainda as dificuldades que se estabeleceram para o exército imperial na batalha do Passo do Rosário e as vantagens que pouco a pouco foram obtidas pelos inimigos, as quais levaram os corpos brasileiros ao desespero. Como forma de remediar o caos, a retirada das tropas foi determinada pelo general marquês de Barbacena, realizada na mais perfeita ordem. De acordo com Seweloh, boa parte do sucesso dessa ação deveu-se à figura do marquês, bem como à temperança de seus soldados.

Esta retirada foi executada a custa de muitos esforços, na melhor ordem e com uma tal serenidade e sangue frio dos soldados, como eu nunca esperára no Brasil; e se Buenos-Ayres era muito superior em patriotismo, tactiva, organização, equipamento e meios de ataque, nós não nos mostramos inferiores na brilhante

²⁰⁰ SEWELOH, 1874, p. 436-437.

²⁰¹ Seweloh traçou um panorama consideravelmente preocupante ao destacar a perda da bagagem, dos bois, da cavallhada, dos carros, do hospital e até da caixa militar. Entretanto, sem dúvida, o maior desfalque ficava por conta da tomada das munições. O autor concluiu que a situação do exército era muito triste, pois diante da total falta de cartucho na infantaria não havia como sequer pensar em resistência.

²⁰² A determinação do exército republicano em prolongar a batalha foi reiteradamente apontada por Seweloh. Nesse sentido, o narrador afirmou que os inimigos, diante da retirada dos brasileiros, decidiram por sua perseguição. Informação diferente da apresentada por Oliveira, defensor de que as tropas de Alvear retiraram-se do campo de batalha em seguida aos brasileiros.

disposição de nossa retirada, para a qual muito concorreu a tranquilidade e coragem inextinguível do general em chefe.²⁰³

O narrador, tal qual Machado de Oliveira, confirma o discurso da superioridade bélica do inimigo e ressalta a persistência das qualidades dos soldados brasileiros,²⁰⁴ mesmo na situação adversa em que se encontravam. Sobre os soldados republicanos destacou, para além da eficácia do aparato de guerra, qualidades como o patriotismo, a organização e a estratégia militar. Ainda sobre a retirada, Seweloh assinalou que foi realizada sem que cessasse o combate dirigido aos corpos republicanos e com o apoio heroico da infantaria.

Retiramo-nos combatendo: soldados do batalhão 27 puxavam as peças, que tínhamos de salvar, porque as bestas mostraram hoje sua completa inutilidade para o transporte da artilharia n'esta região. Desviados da estrada tivemos de passar barrancas e abismos, de subir montes; a nossa valente, muito valente infantaria, que foi a nossa arma ofensiva e defensiva, teve de percorrer, no meio de fadigas e descalça, os ardentes campos de capim em nossa direção para o passo de S. Lourenço no Jacuhy; encravamos e abandonamos uma peça, cujas rodas se quebraram. Logo que tocamos as primeiras eminências na retirada, vimos o inimigo concentrar um vigoroso fogo de varias baterias contra uma bateria que tínhamos deixado e que não respondia.²⁰⁵

Seweloh, semelhante ao que fez Machado de Oliveira, dedicou parte de seu texto para defender e elogiar a figura do marquês de Barbacena,²⁰⁶ bem como sua atuação no

²⁰³ SEWELOH, 1874, p. 437.

²⁰⁴ Entretanto, segundo Seweloh, nem todos agiam com tanta bravura assim. Nesse sentido, cita o caso do comandante em chefe da Artilharia do Sul que, ao invés de estar junto às carretas liderando o ataque, estava deitado embaixo do carro de munições, se escondendo. Para o memorialista atitudes como essa abatiam sobremaneira o estado de ânimo dos soldados, que deveriam se espelhar no bom exemplo de seu superior, mas que, ao contrário, presenciavam-no com medo do pesado fogo que os inimigos impunham às tropas imperiais. Seweloh descreveu prontamente ao general em chefe a cena que acabava de presenciar e este partiu com o marechal Brown e com o estado-maior em direção ao comandante acusado; que, questionado sobre sua postura covarde, justificou que nada poderia fazer diante do calibre muito superior do inimigo. Para piorar a situação, ao cair uma bomba nas proximidades do dito chefe de artilharia este voltou outra vez para seu esconderijo ignorando a presença do alto comando militar. SEWELOH, Anton Adolph Friedrich von. Reminiscencias da campanha de 1827 contra Buenos- Ayres. In.: Revista do Instituto Histórico e Geográfico. V.37. Rio de Janeiro: B.L. Garnier - Livreiro-editor, 1874. p. 438

²⁰⁵ SEWELOH, 1874, p. 437.

²⁰⁶ Seweloh descreveu algumas das ações de Barbacena em favor do seu país no intuito de engrandecer o general e invalidar seus detratores. O grande feito do marquês, na opinião do memorialista, foi ter contribuído ativamente nas negociações para o reconhecimento da independência do Brasil junto, inclusive, a Portugal e a Inglaterra, além de ter trabalhado incansavelmente para conquistar a estima de países estrangeiros para o Brasil. Na visão do memorialista tal esforço já seria razão suficiente para que o marquês fosse venerado em todo o país e que em sua homenagem fossem reerguidos monumentos. Sobre a diplomacia de Barbacena ver CALÓGERAS, 1936.

conflito platino, ainda que não de forma tão eloquente nem recorrente quanto na narrativa do militar brasileiro. Barbacena foi identificado como uma vítima das intrigas e boatos alimentados, inclusive pelos jornais. Porém, não só amabilidades permearam o olhar de Seweloh acerca do marquês, que em seu diário sugere a parca experiência e conhecimento militar de Barbacena,²⁰⁷ além de sua impopularidade nas regiões envolvidas na guerra. Barbacena não seria o único culpado pelas dificuldades que se abateram sobre o exército imperial; na verdade, teria recebido o comando já em situação bastante infausta,²⁰⁸ fruto do tratamento dispensado pelo país aos seus soldados. A situação calamitosa das forças imperiais, também figurou na narrativa de Machado de Oliveira e, em ambas, pareceu funcionar como uma espécie de justificativa plausível para possíveis críticas à atuação desses corpos.

Um precursor de Barbacena bastante elogiado nas *Reminiscências* foi o visconde de Laguna, lembrado pela conquista de Montevideu, por sua perícia militar, pela estima de seus soldados, por sua força e experiência.²⁰⁹ Entretanto, segundo Seweloh, esquecido pelo

²⁰⁷ No mesmo parágrafo em que Seweloh fez ressalvas quanto à imperícia militar de Barbacena, também o exaltou por suas qualidades morais. Dessa forma, o memorialista até concordou que de fato o marquês não tinha nem conhecimentos teóricos e tampouco práticos para assumir o cargo de chefe do exército, mas, em contrapartida, possuía qualidades suficientes para atuar em um posto de liderança, visto que guardava um acentuado caráter patriótico, agia sempre de forma justa, tinha boas intenções e desejava o melhor para o futuro de seu país, mesmo que sua aparência externa fosse de um homem frio e comedido. Seweloh confessou que a escola militar poderia ter tornado o marquês um grande general, sobretudo por seu interesse na administração e disciplina das tropas, sem perder, porém, a nobreza de caráter e a bondade. Além disso, foi destacado o contato que Barbacena travou com outras culturas em suas constantes viagens e com importantes figuras do seu tempo. Todas essas qualidades e relevância também faziam de Barbacena um homem cheio de inimigos no Império e esses, envenenados pela inveja, eram os responsáveis por lançar incontáveis ofensas e calúnias ao general em chefe quando, na verdade, para o autor, o militar deveria ser aclamado por toda a nação dados os sacrifícios que fez para servir ao país.

²⁰⁸ Para o autor, os problemas do exército antecederiam, assim, o comando de Barbacena, afinal as tropas havia muito já tinham se reduzido a um deprimente estado de fome; tanto pela falta de dinheiro como por outros motivos, que Seweloh preferiu não comentar, com a alegação de evitar a desonra ao Brasil. Ressaltou ainda que lhe causava grande angústia ver os defensores da pátria de situação tão miserável. SEWELOH, Anton Adolph Friedrich von. “Reminiscencias da campanha de 1827 contra Buenos-Ayres.” p.445

²⁰⁹ Segundo Seweloh, o visconde de Laguna era um dos mais dignos, talentosos e cultos comandantes do Brasil, e podia figurar também entre os melhores da Europa. O militar contava com grande estima e admiração de todos. O narrador assegurou que a província de Montevideu o tinha como um pai venerado e a do Rio Grande do Sul confiava nele sem restrições e o identificava como um salvador, tanto que ricos estancieiros colocavam a sua disposição qualquer bem que lhe facilitasse a campanha. Tanta consideração se reverteu positivamente para o exército que, em poucos dias, recebeu centenas de carretas com provisões em Sant’Anna, aliviando a penúria das tropas. Assim, como não poderia deixar de ser, Laguna era muito estimado por todo exército. SEWELOH, Anton Adolph Friedrich von. “Reminiscencias da campanha de 1827 contra Buenos-Ayres.” p.440-41

governo, que lhe impôs duras humilhações, o que não impediu o visconde de manter-se fiel ao imperador.

O diário do soldado alemão ainda se estende até 4 de março de 1827, mas sem grandes notícias. Há ainda uma espécie de apêndice do autor, intitulado “Guerra entre o Brasil e Buenos-Ayres”, em que são apresentadas sugestões de como deveria ser feita a ocupação da Cisplatina após o conflito, frisando a necessidade das colônias militares, a importância de se incentivar o respeito à dinastia reinante e de facilitar o acesso à terra aos corpos do exército, inválidos e outros militares dignos, que dispensariam mais cuidado às suas propriedades. Nesse sentido, Seweloh ressalta que os países fronteiriços ao Império eram hostis; assim, apenas com rigidez, se conseguiria respeito. No mesmo texto ainda aproveitou para elogiar o marquês de Barbacena, o visconde de Laguna e o brigadeiro Rosado, os dois últimos tão recriminados por Machado de Oliveira. E se muitos militares brasileiros mereceram os elogios de Seweloh, Abreu, Bento Manoel e Bento Gonçalves não tiveram a mesma sorte. De acordo o narrador, o primeiro não tinha o menor conhecimento militar enquanto o segundo teve um comportamento incompreensível e fugiu inúmeras vezes das tropas de Alvear; informação que Seweloh retirou dos boletins de guerra do próprio comandante republicano. Já o terceiro, mantinha um comportamento pretensioso e invejoso, buscando sempre rivalizar com Lavalleja. As críticas dirigidas aos três militares concentram-se, sobretudo, na forma de combater praticada durante a guerra e que se baseava em pequenos bandos.²¹⁰

2.5 Viagem ao Brasil: as lembranças de Carl Seidler

Outro personagem tomará agora as páginas desta tese; será um dos muitos homens que vieram para o Império, ainda na primeira metade do século XIX, lutar em guerra alheia embalado pela esperança de fortuna e glória. Assim, em um Brasil que ainda construía sua independência, aportou aqui Carl Friedrich Gustav Seidler, jovem suíço-alemão de

²¹⁰ Como afirma o narrador: “Devo também notar que Bento Gonçalves e Bento Manoel eram homens bondosos e respeitáveis, como indivíduos, mas desprovidos de conhecimentos, sem cultura; tinham ganho nome nas guerras de partidas, á frente de pequenos bandos, que mais estimam aquelle que maior desordem e irregularidade permite”, SEWELOH, 1874, p. 461.

apenas 17 anos, atraído, segundo ele, pelo desconhecido. Soma-se então a um considerável número de alemães sequiosos pelo sonho de enriquecimento rápido e a aquisição de propriedades.

A imigração alemã para o Brasil, estimulada por D. Pedro I, atendeu duas demandas diferentes do governo brasileiro. A primeira levou a formação, por exemplo, da colônia de São Leopoldo, em 1824 e tinha intenção de povoar e cultivar a região do atual Rio Grande do Sul. A segunda buscou dar conta da carência de soldados para suprir as armas brasileiras na Guerra Cisplatina. Sem ter um exército nacional, o Império lançou mão de mercenários alemães. Seidler deixou como herança um relato profundamente instigante sobre o período, que se coloca entre o verossímil e o improvável, a esperança e a desilusão, o sonho e a realidade, numa narrativa em que os acontecimentos históricos são emoldurados pelo olhar do estrangeiro. Dessa forma, circula pela narrativa de Seidler a subjetividade própria do gênero memorialístico e de todos os documentos definidos como *escritas de si*, já discutidos na introdução.

Há poucos dados biográficos sobre Carl Seidler. A maior fonte é ele mesmo ou, melhor, são seus escritos. A memória da estada de Seidler no Brasil, de 1824 a 1834, somente seria escrita entre 1833 e 1834 e publicada, em alemão, no ano de 1835, sob o título *Zehn Jahre in Brasilien während der Regierung Dom Pedro's und nach dessen Entthronung, mit besonderer Hinsicht auf das Schicksal der ausländischen Truppen und der deutschen Colonisten*.²¹¹ Foi traduzida para o português com o título *Dez anos de Brasil*. O alferes, provavelmente, chegou a conhecer as narrativas de Alvear e do marechal Gustavo Henrique Brown²¹² preparadas, respectivamente, em 1828 e 1829 para responder um conselho de guerra. É possível perceber o conhecimento destas fontes porque o autor mencionou a

²¹¹ SEIDLER, Carl. Dez anos no Brasil durante o reinado de Dom Pedro de e depois de seu destronamento, com especial atenção para o destino das tropas estrangeiras e os colonos alemães. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.

²¹² A defesa foi publicada posteriormente na revista do Instituto Histórico do Rio Grande do Sul, com ela Brown tinha o objetivo de se defender de algumas acusações no texto escrito em 1829. Em linhas gerais, o autor elogiou os soldados imperiais e referiu-se de forma respeitosa ao general Barbacena, mas, em contrapartida, fez críticas ao general Laguna. BROWN, Gustavo Henrique, Mal. Defesa e relatório perante o Conselho de Guerra. Rio de Janeiro: Typografia do diário, 1829. In.: RIHGRGS, 1926 I e II Trim. p. 197-294

obrigatoriedade dos dois militares se defenderem perante seus respectivos exércitos, ainda que Seidler não tenha mencionado a leitura destes registros.

No prefácio, Seidler dirigiu o livro ao público alemão ávido por histórias do Brasil, visto que a região sempre figurou nos contos europeus. E prometeu discorrer sobre a vida social do Rio de Janeiro, o cotidiano dos negros, a vida militar, a Guerra, a revolta da tropa alemã, a política e sobre o que buscava, talvez, a maioria de seus leitores: “a floresta virgem com a história aventureira dos animais e as tribos indígenas”.²¹³ Todos esses elementos sempre colhidos a partir de sua própria experiência, aparecem no livro de Seidler como fator único necessário para conferir a seu relato total legitimidade.

A narrativa não obedeceu estritamente a cronologia, pois mesclou diferentes temporalidades, incorporando à explicação de determinado fato sua consequência ou interrompendo um episódio para contar outro, que só se realizaria posteriormente. Tal construção discursiva causa algumas confusões, visto que muitas vezes se tornou difícil localizar temporalmente o período mencionado pelo autor. Porém, como Seidler assinalou, suas memórias não mantinham objetivos científicos, mas apenas a intenção de informar e distrair seus leitores. Uma pretensão bem modesta para quem, logo adiante – a despeito dos percalços da sua escrita, das frases confusas e afirmações precipitadas – afirma guardar em sua narração uma verdade histórica que não pode ser questionada. Assim, mesmo tendo como fim entreter seu público, Seidler promete não prescindir da verdade e, mais ainda, define seu projeto como uma espécie de “amor à verdade do historiador”.²¹⁴

O olhar de Seidler em relação à natureza do país, a seu povo e a suas práticas não pode ser tomado enquanto uma simples descrição de sua experiência pessoal nas terras brasileiras, mas deve ser lembrado como tributário do discurso romântico do século XIX, que ora enaltecia as belezas e riquezas naturais do novo mundo e a bondade de seus nativos, e ora culpava essa mesma natureza e seu incivilizado povo pelo atraso do continente, uma postura comum nas narrativas acerca da América. Dessa forma, a narrativa de Seidler apresentou um Brasil desenhado entre o sonho e o desencanto. Ora rendido à exuberância e

²¹³ SEIDLER, 1980, p. 24.

²¹⁴ Seidler utilizou o termo quando narrou o olhar supostamente amistoso que o imperador direciona a ele, justificando que sua fala não pode ser confundida como parcialidade, ao contrário, expressa a boa vontade real por estar preso à verdade.

às belezas naturais do país, que parecem tomar cores mais vivas sob o olhar do estrangeiro, ora analista severo dos costumes, da política e, sobretudo, da gente brasileira, sempre comparada com a europeia de forma inferiorizada. Márcia R. Capelari Naxara²¹⁵ ressalta esse universo em oposições de bem-mal e claro-escuro como parte da sensibilidade romântica e responsável por pautar as narrativas desse período.

O Brasil,²¹⁶ segundo Seidler, correu o mundo em busca de imigrantes para formar sua gente, pois a este novo e promissor país independente e constitucional pareceu que o povo de antes já não servia. Por isso conta, assim, que muitos estrangeiros caíram no logro e vieram ao Brasil à procura de felicidade e de riquezas, como apresentado no trecho:

É promulgada e jurada uma Constituição – inebriante ramos de flores, hoje com extraordinário viço, amanhã murchas; dobram sinos afinados, sobre o brutal despotismo, sepulta-se a anarquia, e ressurgem um déspota, um monarca. Põem-se em ordem as finanças, adota-se disciplina justa; com louvável arbítrio pretende-se injetar cultura européia. Atestados de vacina correm toda a Europa com patentes de aliciadores; milhares de indivíduos convergem, da Alemanha, França, Suíça, Itália, Dinamarca, Suécia; centenas de milhares pretendem conquistar sua felicidade e foram morrer miseravelmente nas estepes desertas ou, como peregrinos sem pátria, regressaram descalços e nus.²¹⁷

Ao longo de 19 capítulos a narrativa é bastante fragmentada, mas não porque sua escrita esteja subordinada às vicissitudes de suas lembranças nem porque as informações apareçam na ordem em que emergiram de sua memória. Ao contrário, nessa escrita se torna clara a subordinação dos dados ao projeto discursivo do escritor. A opção do autor é reconstruir os cenários das suas lembranças em migalhas para assim estimular a curiosidade do leitor e fazer supor uma espontaneidade despreziosa em seu texto. É interessante ouvir do próprio Seidler o seu projeto memorialístico:

Está satisfeito o meu primeiro dever de escritor de memórias, com haver descrito o terreno aos meus leitores, o qual vai ser teatro dos acontecimentos ulteriores, o palco do grande drama transatlântico, do teatro de bonecos. Nesse rápido esforço

²¹⁵ NAXARA, Márcia R. Capelari. *Cientificismo e sensibilidade romântica*: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX. Brasília: Ed.UnB, 2004.

²¹⁶ Como afirma NAXARA, 2004, p. 24, no que se refere às construções narrativas sobre o Brasil, predominou um discurso de valorização de um ideal civilizatório: “Foi dentro desse quadro que se procurou conhecer e dar sentido explicativo ao Brasil, enfatizando-se ora seus aspectos selvagens e naturais, ora seus aspectos civilizados – civilização *versus* barbárie. Tomando-se como referência o quadro universal, ocidental, o Brasil foi frequentemente representado como um país que, na maior parte, precisava ser civilizado”.

²¹⁷ SEIDLER, 1980, p. 25.

procurei caracterizar sucintamente, segundo a minha própria experiência, integral e exatamente o novo império, especialmente com referência à sua mui gabada capital. Julgo haver em parte realizado meu objetivo.²¹⁸

Assim, durante os quatro primeiros capítulos, Seidler demarca espacialmente seu lembrar. No quinto, começa a descrever mais intensamente suas vivências e sua subjetividade. Explica que não foi recrutado para a guerra em sua terra natal, mas que veio ao Brasil por iniciativa e recursos próprios; e que a decisão de engrossar as fileiras do Exército imperial se deu por questões financeiras. O autor contou que, em pouco tempo, suas reservas foram consumidas e, sozinho, sem amigos, se viu e em uma vida que classificou como estranha. Aconselhado pelo dono da estalagem que habitava foi procurar o ministro de Negócios da Colônia para pedir um posto; mas este, apesar do interesse, em nada pode ajudá-lo já que vivia às turras com o ministro de Guerra. Seidler decide procurar o imperador e descreve em suas memórias esse improvável encontro.²¹⁹

O Brasil é apresentado na narrativa como símbolo de atraso, como um lugar onde o belo acabava sufocado pela escravidão, o fanatismo e a ignorância; cuja política, o desperdício de dinheiro e a prática da corrupção eram correntes e foram, também, severamente criticados. Seidler mencionou a falta de políticas de longo prazo e afirmou: “Assim é tudo no Brasil! Luxo e pompa só se apresentam no mais próximo presente; são borboletas que nascem e morrem no mesmo dia. Atendendo a um capricho do momento, desperdiçam-se as maiores somas, e o que hoje se constrói amanhã se deixa arruinar”. A falta de zelo com o dinheiro público e o desleixo com as coisas públicas era geral, não era prática apenas dos governantes, mas também do povo. A corrupção, segundo Seidler, estaria infiltrada não só no governo, mas em quase toda a sociedade, como uma espécie de

²¹⁸ SEIDLER, 1980, p. 81.

²¹⁹ Segundo o autor, imperador apareceu de súbito e passou por Seidler, que o admirou sem saber quem era, mas um criado que o seguia informou ao narrador de quem se tratava. O imperador ia em direção aos cavalos e Seidler acompanhava seus passos. Na primeira oportunidade, Seidler dirigiu-se ao imperador entregando o requerimento para fazer parte do exército e obteve prontamente uma resposta, mas em francês, na qual o monarca ordenou a Seidler que ele esperasse um momento e avisou que voltaria logo. Não tardou a resposta: D. Pedro instruiu que Seidler procurasse o ministro da Guerra, o que fez na mesma tarde, e de quem recebeu uma colocação nas armas brasileiras. Muito viva foi a descrição de Seidler acerca da figura do imperador e, sobretudo, da imperatriz, sobre quem se desmanchou em elogios; e, ainda em vários momentos, um discurso que pareceu apontar para uma proximidade ou uma facilidade de acesso de Seidler em relação ao imperador e suas benesses.

característica peculiar à gente brasileira. E foi assim que descreveu como a corrupção começava com o augusto chefe da nação, o imperador,²²⁰ passando pelos funcionários do governo, pelos políticos, pela polícia e desembocando na população.

Seidler também deu grande destaque aos cenários de sua narrativa; um desses, certamente o mais detido, foi o Rio de Janeiro. A capital do Império era a mais rica e povoada das províncias, nas palavras do memorialista; o atual Rio de Janeiro²²¹ encantava pelas belezas naturais e, mais ainda, a cidade, segundo Seidler, teria sua inspiração em Paris e, provavelmente por isso, coadunaria uma mistura de esplendor, lascidão e amenidade. Entretanto, se houve elogios ao Rio de Janeiro, infinitamente maiores foram as críticas. Assim, destacou a desordem, a sujeira, a proliferação de doenças, a falta de estrutura, o mau estado das edificações – desde as moradias comuns até o palácio imperial – e a economia da capital baseada no café e na venda de escravos.

No que se refere ao conflito Cisplatino, não se intimidou em afirmar que a situação mostrava-se desfavorável ao Império, muito pelo fato de D. Pedro I ter enviado tardiamente socorro à região, preferindo antes acudir Pernambuco²²² que se rebelava. As forças de mar do Império também não eram motivo de orgulho, pois apesar de muito superior a seus adversários²²³ em termos numéricos, não lhe fazia frente, em parte, porque era mal comandada pelo almirante Lôbo,²²⁴ a quem o narrador acusou de trabalhar apenas para si próprio e manter relações escusas com o inimigo. Seidler não fugiu de temas já fortemente debatidos nos documentos analisados até o momento, como as péssimas condições em que

²²⁰ Ao falar da honestidade do imperador, o autor menciona uma fazenda, de cerca de 4 a 5 léguas com mil escravos, na cidade de Santa Cruz que pertenceria ao imperador, mas teria sido tomada como patrimônio da nação, visto que sua aquisição foi ilícita. SEIDLER, Carl. Dez anos de Brasil. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1980.p.66.

²²¹ Amílcar TORRÃO FILHO, 2008, p. 191, afirma que, na passagem do século XVIII para o XIX, opera-se uma transformação drástica nas leituras acerca das imagens de paisagem de cidades luso-brasileiras: “Trata-se de um novo discurso sobre a paisagem, ao mesmo tempo científico e artístico, no qual determinadas paisagens brasileiras se tornam belas aos olhos dos viajantes europeus, um sentimento que não é natural, mas constituído historicamente”.

²²² Tratava-se da Confederação do Equador, um movimento de caráter separatista ocorrido no Nordeste do Brasil – nas províncias de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará e Paraíba, em 1824.

²²³ Segundo o narrador, as forças republicanas foram aos poucos capturando os navios do Império e com estes levaram a guerra sem onerar o Estado. SEIDLER, Carl. Dez anos de Brasil.p.93.

²²⁴ Para o autor, Lôbo recebia grandes somas para permitir que navios de Buenos Aires circulassem livremente pelo rio da Prata. SEIDLER, Carl. Dez anos de Brasil.p.93.

se encontrava o exército do Império; problema agravado diante da posição do inimigo que se tornou cada vez mais atrevido mantendo constante proximidade no intuito de evitar o abastecimento das forças brasileiras, bem como de promover ataques silenciosos ceifando muitas vidas. As dificuldades eram de tal ordem que muitos soldados alemães optavam pelo suicídio para fugir das privações; já os brasileiros, sem coragem para tal, desertavam e ainda levavam consigo uniforme e cavalo, o que aprofundava a crise.

A Batalha de Ituzaingó também marcou presença no texto do militar estrangeiro. Em um ponto em especial divergiu de algumas narrativas apresentadas aqui, porque assegurou que durante o confronto teria sido o batalhão alemão o único a manter a calma e a firmeza; uma afirmação com a qual, certamente, vários outros relatos analisados não concordariam.

As questões internas ao Exército imperial não deixaram de circular pelo texto de Seidler, que comemorou a posição galgada no exército pelo marechal Gustavo Henrique Brown, após a saída de Barbacema. Além disso, comentou sobre uma suposta rivalidade entre Brown e Lecor, ocasionada, segundo o autor, pela determinação do primeiro em buscar confronto com o inimigo enquanto o outro evitava embates e preferia enfrentar o adversário por meio de suborno e não pela força.

Seidler ainda lamentou que a guerra tenha sido tão desvantajosa para ambos os lados e que o imperador do Brasil tenha sido forçado a fazer a paz sem obter nenhum tipo de vantagem. Para ele, os únicos beneficiados com a guerra foram a Inglaterra e os Estados Unidos, de onde vinham muitos corsários que navegavam pelo Rio da Prata, e que sob os auspícios de Buenos Aires, tomaram posse de várias embarcações brasileiras e ainda lucraram com a venda de navios para o imperador.

Com Seidler esta tese desejou oferecer uma narrativa em que a força do discurso nacionalista não estivesse presente. Cabe, porém, ressaltar que embora a memória seja um gênero no qual se trata mais do presente que do passado, as lembranças de Seidler parecem bem pouco com as de um jovem aventureiro movido pela curiosidade do desconhecido. Pelo contrário, delas emerge a história de um alemão mais maduro que retornou à sua terra natal sem a riqueza esperada e, por isso, ressentido com o lugar que foi para ele injusto por lhe ter subtraído seus melhores anos sem a devida recompensa.

2.6 Lima e Silva: escritos esquecidos

A última memória a ser analisada será do marechal Luiz Manoel de Lima e Silva, um dos comandantes das forças do Império brasileiro na Guerra Cisplatina, em seu trabalho *Guerra com as Províncias Unidas do Rio da Prata*. O livro foi publicado primeiramente sob o título *Annaes do Exercito Brasileiro sobre a guerra com a Republica das Províncias Unidas do Rio da Prata e campanhas de 1825 a 1828 na Provincia de São Pedro do Sul* pela Imprensa Militar, apenas em 1925, e, depois, em 1927, pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, por ocasião das comemorações do Centenário da Batalha do Passo do Rosário. Contudo, o texto foi escrito possivelmente em 1862 quando, segundo o autor, tomou a decisão de encetar a produção dos *Annaes*,²²⁵ opção que lhe pareceu ainda mais acertada depois da leitura das *Recordações* do coronel Jose Joaquim Machado de Oliveira.

Em sua narrativa, Lima e Silva acrescentou que o primeiro ímpeto de escrever o livro surgiu em 1858, ao viajar para Alegrete, no Rio Grande do Sul, com a função de inspecionar um batalhão; isto porque, na ocasião, passou pelo campo onde foi travada a Batalha do Passo do Rosário. Entretanto, este plano arrefeceu ao perceber que, muito possivelmente, sua iniciativa não seria bem recebida naquele momento, no qual ainda identifica uma postura de desdém diante do passado, de negligência para com o futuro e valorização apenas do presente. A ideia foi retomada em 1861, logo após a divulgação do texto de Machado de Oliveira defendendo a atuação de Barbacena no comando do exército brasileiro na Guerra Cisplatina, e Lima e Silva ter sido consultado pela Corte sobre informações acerca da mesma Guerra, a serem usadas em publicação sobre a história do país não nomeada pelo autor. Outra vez a produção foi adiada, pois o militar não identificou em seus interlocutores do Rio de Janeiro a estima ou concordância que esperava tendo-se em vista a tarefa tão árdua de preparar seus *Annaes*.

A breve exposição sobre os reveses da escrita da obra, relatados no prólogo, podem ser perfeitamente lida como simples desabafo; mas a suposta falta de interesse de seus

²²⁵ Será a edição priorizada neste trabalho; contudo, o termo *Annaes* poderá ser empregado aqui para se referir às memórias, visto ter o próprio autor assim nomeado suas recordações; ver LIMA E SILVA, Luiz Manoel. *Guerra com as Províncias Unidas do Rio da Prata*. Rio de Janeiro: Ouvidor, 1956.

contemporâneos pelo passado não explica de forma convincente o ostracismo em que se manteve por tanto tempo. Tampouco quando se observa a repercussão dos textos de Machado de Oliveira e dos questionários que discutiram as responsabilidades militares na batalha do Passo do Rosário os quais demonstram a importância da questão platina para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro nas décadas de 50 e 60. Esses elementos enfraquecem a tese de que o trabalho de Lima e Silva não despertaria interesse histórico. Além disso, o período tratado nos *Annaes* foi um momento importante no processo de construção e consolidação do Império brasileiro, como tantas vezes lembrado neste capítulo, o que por si só já poderia proporcionar, ao olhar dos contemporâneos, elevado interesse intelectual.

Não se pode ignorar ainda o sobrenome do marechal, fator que, pelo menos em princípio, lhe garantiria legitimidade para escrever sobre a história de uma guerra de que foi testemunha ocular, afinal, o memorialista era membro de uma das famílias mais respeitáveis e prestigiadas de oficiais de altas patentes do país.²²⁶ De origem portuguesa, os Lima e Silva²²⁷ se estabeleceram no Rio de Janeiro em 1767, quando o então coronel Francisco de Lima e Silva e seu irmão, recentemente elevado ao posto de alferes, José Joaquim de Lima e Silva,²²⁸ atravessaram o Atlântico na expedição do tenente-general alemão Johann Heinrich Böhmer que chefiava três regimentos do Exército português. A expedição tinha a missão de combater os espanhóis e reorganizar os regimentos regulares sob a disciplina prussiana. Os dois irmãos almejavam melhores oportunidades no exército e viam nas terras americanas o

²²⁶ No intuito de avaliar o diálogo dos Lima e Silva com o Império, parece relevante a leitura da tese de doutorado de Silvana Mota Barbosa, na qual a autora analisou uma carta de Francisco Lima e Silva, pai do futuro Duque de Caxias, direcionada a D. Pedro II, provavelmente, logo que decretada a maioridade. A missiva continha uma série de conselhos ao novo imperador, que iam desde como se relacionar com o poder legislativo, escolher seus ministros até o que lhe caberia vestir. BARBOSA, Silvana Mota. A sphinge monárquica: o poder moderador e a política imperial. Tese (Doutorado). Campinas-SP: Unicamp, 2001. p.233-250

²²⁷ Para dados biográficos ver BARATA, CARLOS EDUARDO DE ALMEIDA E BUENO, Antônio Henrique da Cunha. Dicionário das Famílias Brasileiras. V.II. São Paulo: IberoAmerica Comunicação e Cultura S.C. Ltda, s.d e SOUZA, Adriana Barreto de. Duque de Caxias. O homem por trás do monumento. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

²²⁸ José Joaquim e Francisco de Lima e Silva eram filhos do João da Silva Fonseca Lima e de Isabel Maria Josefa Brandão Ivo. Também João Fonseca Lima, segundo Adriana SOUZA, 2008, era de carreira militar e quando de sua reforma, em 1754, figurava como sargento-mor.

caminho mais curto para alcançar tais objetivos. Entretanto, os Lima e Silva tiveram um longo percurso até a consolidação dentro da carreira militar.²²⁹

Já do Lima e Silva que interessa a este trabalho, sabe-se que nasceu no Rio de Janeiro em 1806. Muito cedo se distanciou dos cuidados maternos e de seus afazeres de menino para ingressar na carreira militar.²³⁰ Em 1822 foi promovido à patente de alferes, quando cursava a Academia Militar – onde conclui o curso de Infantaria. Logo passou a tenente e foi nomeado para o 2º Batalhão de Caçadores da Corte. Ao irromper a guerra, em 1825, Luiz Manoel de Lima e Silva recebeu a patente de capitão da 5ª Companhia do 3º Batalhão de Caçadores e, de acordo com Tasso Fragoso,²³¹ teria presenciado a Batalha do Passo do Rosário atuando nessa mesma posição. Finda guerra, regressou ao Rio de Janeiro. Então, Luiz Manoel de Lima e Silva escalou rapidamente a hierarquia militar, recebeu, em 1837, a patente de major, cinco anos depois de tenente-coronel e, em 1844, de coronel.

Comandado por Caxias (seu sobrinho), em 1851, fez parte das operações de invasão da República Oriental do Uruguai, onde dirigiu a 11ª Brigada até o encerramento do conflito no ano seguinte. Já em 1853 ascendeu ao cargo de brigadeiro, comandando a Guarda Nacional da capital do Rio Grande do Sul; mas, em 1864, adoeceu e foi reformado. Entretanto, com o início da Guerra do Paraguai, tornou-se membro da Junta Militar de Justiça

²²⁹ Diferente do que esperava, Francisco de Lima e Silva não teve muita sorte na sua estada no Brasil; logo que chegou teve problemas de saúde e ficou afastado de suas funções. Todas essas intempéries criaram uma enorme pressão em cima do comandante, que suportou ainda o descontentamento de seu superior, Böhm, e do vice-rei, marquês do Lavradio, ambos propondo ao rei de Portugal a destituição de Francisco de Lima e Silva de seu cargo e imediato regresso à sede da monarquia lusa. Entretanto, apenas em 1777 o coronel foi reformado e autorizado a retornar ao reino. José Joaquim de Lima e Silva não apresentou melhor destino, aportou muito jovem em uma terra desconhecida, sem amigos nem vínculos familiares, numa situação agravada pela partida do irmão. Dessa forma, o militar teve uma ascensão demasiadamente lenta tanto pela falta de inserção política e social quanto pela ausência de oportunidade de promoção com o fim da campanha do Sul contra os espanhóis. Em 1785, José Joaquim contraiu matrimônio com Joana Maria da Fonseca Costa e deixou uma grande descendência também ligada à carreira militar. Entre os filhos militares estão o tenente-general Francisco de Lima e Silva, o barão da Barra Grande, o marechal José Joaquim de Lima e Silva, o visconde de Magé, o tenente-general Manoel da Fonseca de Lima e Silva, o barão de Suruí, o general João Manoel de Lima e Silva e o marechal Luiz Manoel de Lima e Silva, autor da memória em questão. Foi depois de um caminho tortuoso e uma longa espera que José Joaquim conseguiu galgar melhor colocação militar e usou de sua influência para facilitar a carreira de seus filhos; com isso, os Lima e Silva ganharam cada vez mais força dentro do exército. Adriana SOUZA, 2008

²³⁰ Dados bibliográficos extraídos do prefácio de Souza Doca ao livro de LIMA E SILVA, 1956.

²³¹ Tasso Fragoso escreveu o prefácio da memória de Lima e Silva publicada pela Imprensa Militar, em LIMA E SILVA, 1926.

no Rio Grande do Sul, cargo em que continuou até 1867.²³² Recebeu inúmeras condecorações, como a medalha da Pacificação da Província de Pernambuco, de oficialato da Imperial Ordem da Rosa, de comendador da Ordem da Rosa e de comendador da Ordem Militar de S. Bento de Aviz, distinções que denunciam sua importância militar e sua facilidade de circulação na política imperial e, por seu turno, tornam ainda mais contraditório o silenciamento de suas lembranças.

A Guerra com as Províncias Unidas do Rio da Prata, de Lima e Silva, será lida como uma peça política que respondeu demandas intelectuais, sociais e políticas do Segundo Reinado e para além dele. O que se pretende dizer é que o fato das memórias não terem sido publicadas no século XIX não invalida o seu uso nesta tese, uma vez que se entende ser opinião e interlocução importante nos dois momentos: tanto no que foi escrito quanto no que foi publicado. Em ambos, a Guerra Cisplatina tornou-se tema de debate. Assim, interessa aqui tanto as razões do ostracismo do texto de Lima e Silva no século XIX quanto sua aparição pública no século XX. Esta tese tratará do primeiro.

Certamente o melhor registro para perceber a origem e motivações das memórias de Lima e Silva é seu próprio texto. Nele o autor cita algumas leituras que o prepararam ou estimularam na tarefa de escrever sobre a Guerra Cisplatina, entre as quais estão trabalhos de Ladislau dos Santos Titara, Carlos Maria de Alvear e José Joaquim Machado de Oliveira, como já mencionado. Entretanto, sua matéria prima foi de fato a memória, a mesma que animou seus companheiros nas fileiras brasileiras e os impeliu ao projeto de relatar a dureza a que se submetem os homens em uma guerra. Recordações mantidas vivas mesmo com passar dos anos:

Não tratamos de pedir informações a ninguém sobre fatos históricos porque graças a Deus delas não precisávamos, visto confiarmos, em uma feliz reminiscência de todos os acontecimentos passados durante a guerra, e cuja reminiscência jamais nos abandonou, pelo contrário, de fresco nos surgiram à memória, os fatos particulares.²³³

²³² Veio a falecer em Porto Alegre, no ano de 1873.

²³³ LIMA E SILVA, 1956, p. 36-37.

Às lembranças de Lima e Silva se juntaram alguns documentos oficiais como o livro de ordens do dia da batalha e dois de correspondência oficial dos generais em chefe; ambos incompletos, mas de grande serventia para conclusão da tarefa que se propunha Luiz Manoel: escrever a verdade e com exatidão.²³⁴

O livro foi oferecido ao Imperador com a esperança de que a narração dos fatos históricos fosse apreciada por D. Pedro II, mas o autor também guardava em sua apresentação uma súplica: a de que colocassem no campo onde foi travada a Batalha de Passo do Rosário duas cruzes ou mesmo duas colunas de granito, em substituição às cruzes de madeira erguidas até a ocasião. A motivação do militar era nobre: impedir que a memória dos bravos heróis brasileiros mortos na batalha, como o marechal barão de Serro Largo, sofresse com a ação cruel do tempo, a mesma que aos poucos degradava todo e qualquer vestígio da luta perpetrada por esses corajosos homens em prol da pátria. E se o objetivo de Machado de Oliveira foi redimir a imagem do marquês de Barbacena, tão vilipendiada por seus opositores. Lima e Silva parece apresentar pretensões maiores: salvar do esquecimento os heróis brasileiros mortos na Batalha do Passo. Resta saber qual dessas duas memórias sobre a guerra melhor serviria ao Império.

O primeiro capítulo dos *Annaes* se inicia com o desembarque de Juan Lavalleja na Banda Oriental em 1825, fato responsável pela eclosão da guerra. E, ainda no parágrafo de abertura, Lima e Silva apresentou ao leitor o caráter da guerra e de seus personagens. Sim, seu tom foi imperativo e não buscou nenhum passado distante nem sugeriu choques culturais para definir a questão no Prata. Como militar, objetivamente expôs os combates, exibiu as armas, os oponentes e, muito diferente de Machado de Oliveira, explicou a Guerra Cisplatina por ela mesma, ou seja, por episódios a ela diretamente relacionados. Claro que ao historiador por profissão, ou até ao leitor comum, o discurso de Machado de Oliveira se afigura mais sedutor, inclusive porque, de alguma forma, ele procurou encobrir o papel político de sua exposição, isto é, seu compromisso com a defesa de Barbacena. Nesse sentido, a narrativa do passado histórico dos envolvidos na guerra e da própria região em litígio causam a impressão

²³⁴ Nas palavras de LIMA E SILVA, 1956, p. 37: “Não temos a presunção que o nosso escrito tenha os foros de um chefe de obra literário; mas afiançamos que êle tem o cunho da verdade e exatidão e que poderá servir como agente valioso a quem escrever a história do país e tratar dêste assunto.”

de que Oliveira construiu o seu texto como a um processo jurídico, embasado em provas irrefutáveis que fundamentam uma determinada sentença favorável às decisões militares tomadas no Rio de Janeiro e no campo de batalha. Lima e Silva, ao contrário, fez dos *Annaes* um veredito contra Barbacena e também a respeito de decisões do governo imperial. Com isso, não se pretende sugerir a preferência por um ou outro autor, mas advertir o leitor para o sentido político de ambos os textos; quer dizer, não obstante o cunho retórico comum são peças políticas da segunda metade do século XIX que divulgam opiniões contrastantes sobre a batalha do Passo do Rosário e mesmo sobre a Guerra.

Desde o início, o cenário montado por Lima e Silva não deixa dúvidas: aquela era uma rebelião e contava com a ajuda da região vizinha: Buenos Aires. Comandando as forças rebeldes havia um traidor, Fructuoso Rivera,²³⁵ que abandonou suas funções de brigadeiro nas tropas do Império para se juntar aos Treinta y Tres e se apoderar da Banda Oriental:

Depois que Lavalleja passou aquém do Uruguai no porto das Vacas, em 19 de abril de 1825, como os 33 que os orientais chamam bravos, para dar corpo à rebelião urdida na Província Cisplatina e que com efeito de se desenvolveu e engrossou com o apoio de Buenos Aires – o general visconde da Laguna que comandava em chefe as forças de mar e terra do Sul e governava aquela província fez marchar fôrças contra essa reunião então já muito numerosa e organizada sob o comando de Fructuoso Rivera que tinha tornado traidor e desertor do nosso exército, onde ocupava o posto de brigadeiro.²³⁶

O narrador não tarda em descrever a seus leitores um quadro geral das condições das tropas brasileiras, as quais, diga-se de passagem, não eram nada animadoras. Lima e Silva, assim como os outros memorialistas citados neste capítulo mostrou um exército

²³⁵ LIMA E SILVA, 1956, p. 159, da mesma maneira que Oliveira, não poupa a figura de Fructuoso Rivera, a quem denuncia ter entrado na guerra simplesmente para alcançar seus interesses. O autor ainda lembra que Rivera no fim do conflito foi atacado por seus antigos companheiros de luta: Oribe e Manoel Lavalleja. “Fructuoso retira-se para a Cisplatina e, costeando o Uruguai, o passou levando impunemente os roubos das igrejas e das fazendas que de antemão houvera feito, acabando assim a tragédia que tinha vindo representar, na Província, satisfazendo sua insaciável ambição de ouro, já que não podia ter de mando, apesar de espalhar em suas proclamações e discursos que o governo do Brasil queria entregar novamente o país a Portugal e por isso não tratava mais de curar do exército e que tinha pedido um auxílio a Portugal de 10.000 homens que não tardariam a chegar.”

²³⁶ LIMA E SILVA, 1956, p. 39.

faminto, sem fardamento,²³⁷ em más condições sanitárias e morrendo²³⁸ antes mesmo de chegar aos campos de batalha. Óbvio que nem precisou dizer do desalento que tais circunstâncias geraram, mas é possível supor. Os motivos para tamanha miséria não são tratados claramente, porém, alguns indícios surgem no decorrer da narrativa e apontam para causas internas ao próprio comando do Exército,²³⁹ excluindo, talvez, a responsabilidade de elementos externos, como o imperador ou seu Gabinete. Seguem dois excertos com esse teor:

Acrescentarei ainda que durante todo o tempo do comando do general Rosado a tropa não recebeu fardamento, nem a distribuição semestral de sapatos, calças e camisas. Tudo isso ficou no depósito geral de S. Francisco de Paula, onde também estavam os uniformes de parada dos dois batalhões da Côrte, que eram riquíssimos, sobretudo os dos músicos, que tinham sido dados em 1824, pelo comércio de Pernambuco. [...]²⁴⁰

Presidia então a Província o brigadeiro Gordilho, que se pôs em desinteligência com o Governador de Armas, criando-lhe todos os embaraços que podia. O general queixava-se ao govêrno, mas as providências não chegavam. O fornecimento do exército sofria com isso [...]²⁴¹

É inegável o abatimento que essas disputas dentro das forças imperiais poderiam de fato gerar. No entanto, essas contendas seriam causa suficiente e exclusiva para produzir uma conjuntura igual à descrita pelo autor? Além disso, algumas das adversidades citadas pelos memorialistas não eram de responsabilidade única da política do alto escalão do Exército, como por exemplo, o repasse dos soldos.²⁴² Outra vez, a hipótese mais plausível para que uma questão tão delicada quanto complexa – capaz de expor negativamente o passado recente do Brasil e, sobretudo, capaz de tratar sem muito zelo o reinado do pai de D.

²³⁷ Destacou principalmente a ausência de roupas apropriadas para o frio peculiar do Sul do país e que era especialmente grave para as tropas do Norte, as quais recebiam apenas uma manta. Além das condições climáticas adversas, sofriram ainda com o péssimo estado sanitário nos acampamentos.

²³⁸ O memorialista citou a grande mortandade gerada pela disenteria que em poucos meses matou de 500 a 600 praças. Na sua percepção, a doença foi mais danosa por causa da má alimentação em que os homens já estavam e a falta de tratamento adequado nos hospitais improvisados. LIMA e SILVA, Marechal Luiz Manoel. Guerra com as Províncias Unidas do Rio da Prata. p.48.

²³⁹ Lima de Silva, como Machado de Oliveira, menciona as brigas políticas entre o presidente da província de São Pedro, José Egídio Gordilho de Barbuda, e o brigadeiro Francisco de Paula Damasceno Rosado.

²⁴⁰ LIMA e SILVA, 1956, p. 49.

²⁴¹ LIMA e SILVA, 1956, p. 46.

²⁴² Sobre a questão da falta de soldo, lembrou o autor que as tropas chegaram a ficar 8 meses sem receber e nas vezes em que aparecia dinheiro para pagar um ou outro mês era graças a adiantamento de particulares. LIMA e SILVA, 1956, p. 48.

Pedro II – fosse abordada como responsabilidade das condições das tropas brasileiras é a de que esse discurso de um exército em situação desfavorável faria ressaltar a nobreza dos soldados e, em algum sentido, acabaria por desculpar uma campanha militar modesta ou, dependendo da posição política do observador, infame.

Sobre a campanha, as notícias iniciais acerca dos confrontos pendem para o lado do inimigo, porque, no ano de 1825, os dois mais importantes embates terminaram com a vitória das tropas republicanas, a saber: a batalha ocorrida no Rincão das Galinhas,²⁴³ em 24 de setembro, e a batalha travada em Sarandí,²⁴⁴ em 12 de outubro. Mas os brasileiros também obtiveram, segundo o autor, um resultado relevante: o combate de Meriñai²⁴⁵ que aconteceu no ano seguinte.

Entretanto, o pior ainda estava por vir. Após a substituição de Rosado pelo visconde da Laguna, que permaneceu no cargo entre setembro de 1826 e janeiro de 1827, assumiu o comando brasileiro o marquês de Barbacena. Sua ascensão a tão alto cargo militar recebeu duras críticas de Lima e Silva. E se o objetivo sustentado por Machado de Oliveira em suas memórias foi o de redimir o marquês, o deste memorialista foi pôr em xeque seu nome. Lima e Silva não economizou críticas a Barbacena,²⁴⁶ seja ao sugerir que sua nomeação foi uma opção acertada pelo imperador e não resultado de sua aptidão militar, seja ao discutir sua inabilidade para comandar soldados, quer dizer, pela acusação de desconhecimento das atividades mais elementares praticadas no Exército. Enfim, na perspectiva do autor, Barbacena era um político e nunca seria um bom militar. Portanto, vale

²⁴³ A derrota é confirmada pelo militar LIMA E SILVA, 1956, p. 40: “[...] em 24 de setembro do mesmo ano, já tinha havido o combate do Rincão das Galinhas em que fomos também derrotados e perdemos o valente coronel José Luis Mena Barreto, que ficou no campo de batalha.”

²⁴⁴ Sobre a famosa derrota em Sarandí, LIMA E SILVA, 1956, p. 40, comenta: “As forças que foram dirigidas contra êle [refere-se a Rivera] eram comandadas pelo coronel de milícias Bento Manoel Ribeiro que encontrando o inimigo em Sarandí, em 12 de outubro de 1825, o atacou e fomos derrotados morrendo muita gente e havendo muitos prisioneiros dos nossos, entre êles oficiais superiores, subalternos e praças de pret.”

²⁴⁵ De acordo com Lima e Silva, Meriñai foi o feito de armas mais importante, ocorrido em 5 de novembro. Uma vitória arrancada pelo coronel Bento Manoel Ribeiro do coronel Aguirre.

²⁴⁶ São poucas as colocações positivas feitas por LIMA E SILVA, 1956, p. 108, ao marquês, em uma delas ressalta uma frase corajosa diante do perigo da morte: “Ouvimos da boca do general marquês de Barbacena, quando a bala caiu ao solo, na frente de seu cavalo, as seguintes e corajosas palavras: *Oh! que bala amiga!* Isto nos lembra como se fôsse, e essas memoráveis palavras ficaram gravadas em nossas ideias e por honra da verdade devemos relatar êsse fato.”

reproduzir uma historietta contada pelo narrador, que verídica ou não, coloca em questão a capacidade do novo chefe das tropas imperiais.

O general conde de Rio Pardo, que acompanhava o imperador e era pessoa de sua confiança e muito franco, disse-lhe uma vez no palácio de Pôrto Alegre, na presença do visconde de Castro: V. M. pode fazer tudo quanto quiser ao marquês de Barbacena, mas desculpe-me, não é capaz de fazer dêle um general.²⁴⁷

Certamente, a crítica caústica de Lima e Silva deve ser lida com cautela, sobretudo, ao se avaliar a ascensão militar e política de Felisberto Caldeira Brant durante o período joanino. Assim, como pontou Guilherme Santos, Caldeira Brant passou a transitar com facilidade pela corte após sua atuação no sentido de debelar rebeliões escravas na Bahia em 1814 e 1816 e de refrear o ímpeto revolucionário de Pernambuco, em 1817, medidas essas que lhe renderam, em 1819, a patente de marechal graduado.²⁴⁸

Retomando os *Annaes*, a informação de que Lecor tinha sido substituído por Barbacena teria produzido surpresa no Rio de Janeiro, pois o novo general era conhecido por suas atividades enquanto parlamentar e como diplomata, mas não como militar de carreira. Tamanha inaptidão acarretou um profundo descontentamento nos militares competentes preteridos pelo imperador, provavelmente também dos Lima e Silva.

A nomeação do marquês de Barbacena, que poucos meses antes havia chegado da Europa, causou o maior espanto na Côrte porque ninguém o conhecia como militar e muito menos como general. Era individualmente desconhecido no exército. Chegara êle à alta patente de general fazendo a sua carreira nas antecâmaras dos capitães generais de Minas e Bahia, e depois na Europa, em viagens de recreio ou no serviço diplomático depois da independência. Mostrou sua capacidade como diplomata e depois como ministro dos Negócios Estrangeiros e de Finanças e foi também um hábil parlamentar. Mas não eram essas qualidades título suficiente para comandar um exército. O marquês nunca comandara um soldado e se alguma vez viu exércitos formados, seria nas paradas a que assistira na Europa.²⁴⁹

²⁴⁷ LIMA E SILVA, 1956, p. 52.

²⁴⁸ Guilherme Santos ainda ressaltou os estudos de Caldeira Brant, ainda em Portugal, no colégio dos Nobres de Lisboa e na Academia da Marinha e sua posterior transferência para o exército, quando passou a servir na África como ajudante de ordens. SANTOS, Guilherme De Paula Costa. No caleidoscópio da diplomacia: formação da monarquia constitucional e reconhecimento da Independência e do Império do Brasil, 1822-1827. Tese (Doutorado). São Paulo: USP, 2015. p.66-67.

²⁴⁹ LIMA E SILVA, 1956, p. 55.

Contudo, colocar um homem despreparado no comando das tropas não foi o único erro do governo, pois veio domar-se à carência de material bélico, de transporte adequado e à falta de quantitativo humano suficiente, visto que a campanha no sul não contou com todo efetivo do Exército brasileiro, situação que, pelo menos no discurso de Lima e Silva, era oposta à das fileiras inimigas. Os argentinos por sua vez, além de estar em maior número eram melhor equipados e treinados, e tinham participado de outras campanhas importantes em solo vizinho. Sendo assim, conforme o memorialista, o governo imperial teria se equivocado em subestimar o inimigo, e foi quando esse erro resultou em consideráveis danos.²⁵⁰

A conjuntura desfavorável às tropas imperiais, porém, não significou um fracasso nos campos; isso mesmo, Lima e Silva assegura, ainda que tenha descrito em sua memória um quadro especialmente caótico das tropas brasileiras, um resultado honroso para a nação na batalha mais importante, o confronto de 20 de fevereiro de 1827. Assim, se não pôde narrar uma vitória, também se eximiu de contar uma derrota; propondo um argumento muito parecido com o de Machado de Oliveira que, como já mencionado, foi lido por Lima e Silva e, mais ainda, impulsionou a escrita de sua memória:

A batalha de 20 de fevereiro em que as nossas tropas pelejaram contra tropas dobradas sem serem vencidas, retirando-se tranquilamente e com a maior disciplina quando para isso receberam ordem, mostra bem o que teria feito o nosso exército se nosso govêrno tivesse empregado as reservas de que dispunha, reunindo no Sul, para operar contra o inimigo, uns 15.000 homens.

Sim, Lima e Silva retomou o argumento do “empate técnico” presente no outro memorialista, mas continua se lamentando diante da postura do governo imperial e do avanço

²⁵⁰ Segundo Lima e Silva a situação do exército brasileiro era tão delicada assim por causa da imprevidência de parte do governo. O inimigo tinha reservado ao conflito 10 mil soldados e ainda contava com comandantes experientes e um exército muito bem equipado. Em situação oposta, o Império tinha destinado à guerra apenas seis mil homens e lhes faltavam elementos básicos em uma campanha, como canoas para atravessarem os rios da região ou carros para levarem os doentes. Tal situação, segundo o autor, contrastava com a realidade das forças imperiais que contavam com um excelente exército composto de 33 fortes batalhões e 17 corpos de artilharia e que por decisão do governo não foram enviados logo em 1826 para o Sul do país. O panorama descrito por Lima e Silva, como já sugerido em outras ocasiões, parece um pouco exagerado quando analisado o contexto histórico dos dois beligerantes, afinal as Províncias Unidas estavam às voltas com uma guerra civil e o Império tinha perdido parte de seu efetivo formado por lusos que retornaram ao seu país com a independência. Tanto carecia de braços armados que implementou um criticado sistema de recrutamento no sul e recorreu aos mercenários alemães. LIMA E SILVA, 1956, p. 64.

das tropas argentinas que conseguiram adentrar em território brasileiro; circunstância que o autor classificou como uma afronta infamante ao país. Prosseguiu ainda enumerando os erros de seu exército. Motivo que parece assaz convincente para explicar o porquê de suas memórias não terem recebido o apoio do imperador. Nesse sentido, no capítulo terceiro o memorialista discute a localização geográfica em que se deu a Batalha, respondendo, em alguma medida, à segunda pergunta do questionário do IHGB transcrito junto à memória de Machado de Oliveira²⁵¹ e publicado em 1853. Lima e Silva afirmou, tendo por base a defesa do próprio Alvear,²⁵² que o general republicano conhecia muito bem e escolheu o campo em que deu combate aos seus adversários.

[...] Alvear, bem claramente dá a conhecer em suas memórias que tinha relações com o interior do país; a voz publica apontava então quem fora do exército tudo lhe comunicava foi sempre sua intenção procurar bater-se em terreno que conhecia, e nos iludir por todos os modos e assim se dirigiu aos campos em frente do Passo do Rosário [frente a L], que teve três dias para estudá-lo e causará surpresa o que vamos expender. Alvear conhecia muito esses terrenos porque tinha já estado na província, e nesses lugares residiu muito tempo e por diferentes vezes. [...]²⁵³

E, além de escolher uma região conhecida para lutar, o general Alvear ainda teria enganado as tropas imperiais por duas vezes: na primeira, ao dividir a brigada de Bento Manoel²⁵⁴ e assim diminuir a força de seu oponente e, na segunda, abandonando objetos desnecessários pelo campo na tentativa de convencer os brasileiros de que suas tropas estavam empreendendo fuga e precisavam abandonar a bagagem em excesso para facilitar a retirada, como sugere Lima e Silva:

A vista pois do que relato, claro fica que o general Alvear procurou terreno por êle conhecido, para esperar o nosso exército, e para mais ainda iludí-lo, além de o ter feito desmembrar a brigada de Bento Manoel, composta de 1.200 praças, se dirigiu de S. Gabriel ao arroio Cacequi, onde deixou quanta cousa velha tinha, que por

²⁵¹ Lima e Silva fez inúmeras menções ao texto de Machado de Oliveira, em parte delas, coloca em questão alguns dados e fatos descritos nas *Recordações*, como por exemplo, a informação de que os argentinos após a batalha do Passo teriam atravessado o Santa Maria para a margem esquerda, quando, segundo Lima, teriam permanecido no Passo do Rosário. LIMA E SILVA, 1956, p. 114-115.

²⁵² O autor provavelmente se refere ao texto *Exposición del general Alvear para contestar mensaje del gobierno*, que será discutido no terceiro capítulo desta tese. LIMA E SILVA, 1956, p.124-125.

²⁵³ LIMA E SILVA, 1956, p. 75.

²⁵⁴ O autor esclarece a questão no quarto capítulo, no qual afirmou que Alvear tinha se destacado do exército para percorrer a região do vale Santa Maria e esperava que os imperiais o seguissem e com isso cansassem a cavalaria.

inútil não quizera carregar e não lhe faria falta deixar por não servi-lhe para coisa alguma e isto para nos fazer constar que êle ía fugindo e se queria desembaraçar de pesos²⁵⁵

Assim, o terceiro capítulo prosseguiu com a surpresa do general Barbacena ao encontrar o inimigo disposto em linha de batalha a sua espera. Como salientado pelo narrador, não restou às forças imperiais alternativa senão lutar. E é pondo os dois exércitos frente a frente que Lima e Silva finalizou o capítulo e suspendeu a narração da batalha propriamente dita. O seu quarto capítulo iria tratar de outra história.

A batalha do Passo do Rosário cedeu lugar à discussão em torno do destacamento de Bento Manoel que não participou do confronto de 20 de fevereiro. O debate já foi apresentado neste capítulo por Machado de Oliveira, mas em Lima e Silva recebeu maior destaque. Isso porque nos *Annaes* o memorialista narrou como Bento Manoel e seus homens se mantiveram no encalço do chefe argentino Juan Galo Lavalle, mesmo este último evitando o combate regular. A insistência do brasileiro, segundo o memorialista, teria obrigado Alvear a reforçar o destacamento com o general Lucio Norberto Mansilla. Os embates entre os dois destacamentos resultaram sempre em fortes tiroteios que só cessaram quando o brasileiro Bento Manoel não conseguiu mais perseguir o inimigo por conta de sua cavalcada cansada. Além disso, Silva negou os boletins e dados do exército republicano, os quais davam conta de importantes combates com significativo número de mortes dos imperiais durante o encontro dos homens de Bento Manoel e de Juan Lavalle. O quarto capítulo parece promover, em alguma medida, uma tentativa de reabilitar a figura de Bento Manoel das acusações que sobre ele pesavam. Acusações que o levaram a um tribunal de guerra e sugeriam que sua fuga da Batalha do Passo tinha o objetivo mesquinho de embaraçar o marquês de Barbacena. Possibilidade execrada pelo narrador, visto que um militar brasileiro não poderia agir de tal forma assumindo o risco de prejudicar todo o exército de seu país.

²⁵⁵ LIMA E SILVA, 1956, p. 76-77, seguiu sua narrativa insistindo do engodo armado pelo inimigo, como aparece na continuação do trecho transcrito: “Essas grandes coisas depois o nosso exército encontrou no dia 21 nesse arroio; forão caixões com papéis velhos, constando de mapas, relações, partes, porção de armas, espadas, e lanças quebradas e sem nenhuma serventia, canastras velhas e a melhor coisa achada foi uma canastra com folhetos de instrução de cavalaria, tudo isto afirmamos porque presenciamos e assistimos tirarem-se do mato êsses grandes despojos do inimigo, que nos foram deixados como isca, para cairmos em sua esparrela, que armava ao nosso general e ao exército.”

Lima e Silva concluiu, com isso, que Bento Manoel Ribeiro não se uniu às tropas imperiais, em parte, por desconhecer o confronto que se anunciava, porque não recebeu ordens para tal e também por ser improvável que este, a uma distância de 8 léguas tivesse ouvido os tiros²⁵⁶ e, ainda que pudesse escutá-los, não conseguiria percorrer tão longa distância a tempo de participar da batalha. Já o general Barbacena não teve igual sorte, voltando a receber críticas. O argumento foi de que o inimigo tinha não só certeza do lugar em que ocorreria a batalha como também do dia e agiu sempre no intuito de enfraquecer os imperiais, seja cansando sua cavalaria em uma perseguição infrutífera, seja fingindo se retirar, como mencionado anteriormente. De todas as formas, a postura do inimigo foi tão injustificada – isto porque, na opinião do autor, estando o exército inimigo em melhores condições e com maior quantitativo humano não teria necessidade de fugir – que levantaria suspeitas em qualquer indivíduo astuto, mas não no marquês:

Semelhante cálculo só poderia falhar se o nosso general não tivesse a simplicidade de acreditar, como acreditou, na precipitada retirada do inimigo, que simulou transpor o Santa Maria. Essa simplicidade é inquestionável para ele e para todos os que o cercavam. Subindo de ponto tal simplicidade em não desconfiar que razões teria Alvear para soltar alguns prisioneiros, na tarde do dia 19. Tal fato era motivo para, já não digo um hábil general, porém, qualquer homem sagaz, precaver-se e não acreditar em tal passagem e retirada.²⁵⁷

Nos *Annaes*, Lima e Silva dialoga constantemente com as *Recordações* de Machado de Oliveira. Em uma dessas ocasiões, menciona a informação de que a decisão de procurar o inimigo não tinha partido somente de Barbacena, mas de um conselho de guerra, dado que tinha o intuito de dividir entre o alto escalão militar brasileiro a culpa pelo resultado da batalha. Lima e Silva não nega categoricamente que tal conselho tenha existido, mas também não o confirma. Porém, de maneira irônica, se pergunta como os defensores de Barbacena – referindo-se por certo a Machado de Oliveira – poderiam igualmente explicar a falha do marquês em não ter reunido a 1ª Brigada Ligeira, com cerca de 1.200 homens, após a decisão unânime pelo confronto. Renunciar a tão numerosa força, já em condição inferior,

²⁵⁶ Aqui Lima e Silva parece responder a pergunta de número sete do questionário do IHGB publicado em 1853, na qual a atuação de Bento Manoel é posta em xeque. A questão visava levantar os motivos que promoveram a separação de Bento do restante do exército, a distância que esse se encontrava do campo de batalha no início do confronto e o que o impossibilitou de socorrer seus companheiros. LIMA E SILVA, 1956, p. 86-87

²⁵⁷ LIMA E SILVA, 1956, p. 85-86.

na percepção do memorialista, foi a causa das tropas brasileiras terem abandonado o campo de batalha. Isso mesmo, Lima e Silva retoma a batalha, esta que parece ser o grande nó das memórias referentes à Guerra Cisplatina. E seu resultado ganha nova justificativa: o não envio da 1ª Brigada Ligeira pelo marquês de Barbacena. Na sequência, Lima e Silva repudia a posição do inimigo de tentar conferir ao exército brasileiro a ignominiosa condição de fraco, baseado unicamente na decisão de abandonar a luta em razão de suas condições adversas.

Ora, cabe perguntar que outra leitura seria possível dentro do discurso militar? Mais ainda, quando se observa uma unidade na fala dos próprios militares brasileiros em destacar a força do adversário, sua vantagem estratégica na hora da luta e a forma acachapante com que o inimigo recebeu as forças imperiais na posição que tinha previamente escolhido e estudado, dado também amplamente abordado por Lima e Silva: “A posição que o inimigo escolheu era muito superior à que lhe ficava em frente e que ocupou o nosso exército. Sua artilharia livremente fulminou nosso exército, assim que o descobriu”.²⁵⁸ Sendo o discurso dos brasileiros tão fortemente marcado pela exaltação das vantagens do oponente, que outra fala poderia tomar esse mesmo adversário, também ansioso em construir uma narrativa de cunho vitorioso?

Os *Annaes* também fazem referência à relação entre o general em chefe Barbacena e o marechal Gustavo Henrique Brown. Nas *Recordações*, Machado sugeriu um acerto do governo brasileiro, a partir do qual, diante de um confronto, caberia ao marechal Brown assumir as disposições estratégicas. Lima e Silva, porém, foi mais enfático e identificou em Barbacena a posição de subordinado ao marechal, aproveitando inclusive para questionar as decisões militares de Brown.

O general em chefe marquês de Barbacena que era obrigado pelas instruções que trazia, a se subordinar aos detalhes e colocação do exército em batalha ao marechal Brown, esteve, como era obrigado, por tudo quanto fêz o dito marechal, pondo-se em paralelo ao inimigo com duplas forças e com posição escolhida antecedentemente, quando o que a ciência e a prudência aconselhavam era o nosso exército tomar outra posição, que neutralizasse a do inimigo e o obrigasse a sair da que ocupava.²⁵⁹

²⁵⁸ LIMA E SILVA, 1956, p. 92.

²⁵⁹ LIMA E SILVA, 1956, p. 95.

E ainda:

Nós não vimos qual o lugar ocupado pelo general em chefe nesta primeira atitude, mas ouvimos que ocupara um alto a observar os movimentos de ambas as divisões. Só vimos o marechal Brown dirigindo e detalhando a 1ª Divisão, que dêle recebeu ordem de desenvolver-se em linha, descer a coxilha e carregar sôbre o inimigo.²⁶⁰

Os trechos acima acabam por insinuar que coube a Brown a direção da batalha e, ao menos em Lima e Silva, fica claro que essa ascendência do marechal nas deliberações não era vista com bons olhos. Sem citar nomes e se utilizando de uma delicada ironia, o memorialista menciona a posição de fragilidade em que esteve exposta durante a batalha a 1ª Brigada de Infantaria e, na sequência, pergunta se teria sido essa a finalidade de trazer um militar da Europa para ensinar os militares brasileiros. Nota-se, com isso, que a presença de um estrangeiro em posição de destaque gerou desconforto entre alguns brasileiros, os quais imaginavam ter qualificação suficiente para assumir o mesmo cargo e, entre eles seria possível, provavelmente, incluir algum Lima e Silva:

A 1ª Brigada de Infantaria, correu grande risco de ser acutilada em linha, se não fôsse a perícia – o repito – dos chefes de quem falei [refere-se ao major João Crisóstomo da Silva, major Bento José Galamba, major Luiz Manoel de Jesus e ao coronel comandante de brigada Manoel Antônio Leitão Bandeira] e dos hábeis oficiais que comandavam as companhias dos batalhões. Essa brigada ficou assim exposta, devido ao grande *tático* que veio da Europa para nos ensinar e que cometeu o inqualificável erro de dirigir uma linha de três batalhões de infantaria sôbre enormes massas de cavalaria.²⁶¹

Depois das críticas tanto ao marquês quanto ao marechal Brown, Lima e Silva colocou a batalha do Passo do Rosário mais uma vez no centro da discussão. Agora, o exército brasileiro, que algumas páginas antes tinha arrancado um empate sofrido, retorna em melhor posição. O narrador, com o avanço do texto, passou a mostrar outro perfil do exército argentino, o qual, durante a Batalha do Passo, não estaria em uma situação tão superior assim quando comparado aos imperiais.

A 2ª Divisão já se achava nessa altura onde tinha repellido todos os ataques. O inimigo observava parado todos os nossos movimentos e percebeu nêles

²⁶⁰ LIMA E SILVA, 1956, p. 96.

²⁶¹ LIMA E SILVA, 1956, p. 96.

preparativos para uma retirada. Se êle estivesse forte, nenhuma ocasião melhor teria para renovar seus ataques, mormente se soubesse que o nosso exército não tinha mais pólvora, porque as poucas carretas de bagagem tinham sido tomadas. Fêz uma ameaça sôbre nossos flancos, como querendo mostrar que tentava impedir-nos a retirada, dirigindo suas fôrças para torneá-los, bem como baterias de artilharia.

O memorialista ainda relativizou qualquer discurso – provavelmente dialogando com o texto de Alvear – que insistisse em uma vitória argentina sobre os brasileiros. Para tal, baseou-se no fato de que o exército republicano não seguiu os brasileiros, dado que foi confirmado pelo próprio comandante argentino, como se verá no quarto capítulo. Questionando de outra forma, por que um exército já vitorioso não seguiu seu adversário e lhe impôs uma derrota total?

Se Alvear ficasse vitorioso poderia seguir o exército imperial, que se retirava vagarosamente e acampou irregularmente sôbre o Cacequí. Poderia até concluir com o último soldado; porém ele não o pôde fazer, não só pelas perdas que sofreu muito maior que as nossas, como também pela debilidade em que também se achavam os seus soldados e cavahada.²⁶²

O resultado desfavorável para os republicanos não parou por aí. O exército argentino, segundo o narrador, também amargou um número significativamente superior de mortos e feridos em relação aos imperiais, em torno de 700 praças contra apenas 333 do exército brasileiro; número bastante positivo ao se levar em conta a superioridade do adversário propalada por Lima e Silva. Ao fim da Batalha, Lima e Silva igualou as tropas republicanas e imperiais, descrevendo ambas a partir do cansaço de seus homens e do mau estado de suas cavahadas, isso é, da falência que se impôs aos dois lados. O narrador ainda apresentou uma pequena história, que, verdadeira ou falsa, acabou por sugerir que nesse confronto não houve vitoriosos de fato:

Êsse regato ficava a pequena distância da altura em que marchava a coluna inimiga e esta impassível seguia a sua marcha acompanhando-nos, sem se importar com a multidão que dispersa ía beber água. Ocasão houve em que os soldados inimigos fizeram o mesmo que os nossos, sem que com êles nos importássemos também. Isso prova o cansaço em que todos iam. Os míseros cavalos não podiam dar um passo e por isso o inimigo foi obrigado a não seguir-nos de certa altura para diante,

²⁶² LIMA E SILVA, 1956, p. 112.

em que parou, e o nosso exército continuando o perdeu de vista e êle voltou para seu acampamento.²⁶³

O mesmo argumento foi retomado por Silva, quase no fim do livro, ao mencionar os acertos de paz, quando o autor então descreve o fim do conflito como resultado das súplicas do inimigo e, assim, questiona o discurso vitorioso do adversário no Passo, afinal, por que o exército vencedor pediria a paz? Não seria o derrotado quem mais deveria almejá-la?

Foi, pois, em semelhante circunstância que o nosso governo aceitou propostas de convenção de paz e que as firmou, instado para isso pelo govêrno de Buenos Aires, assim como fôra em abril de 1827, depois da batalha que êles diziam ter ganho, o que é a mais formal contradição, pois quem tem a vitória de sua parte não solicita a paz, até quase se humilhando e pondo-se debaixo da proteção do governo Inglês.²⁶⁴

Ora, a partir das narrativas abordadas até aqui não seria equivocado afirmar que Passo do Rosário resultou no fim simbólico da Guerra Cisplatina, o que apenas confirma a tese deste capítulo, que foi este o embate o responsável por pautar tanto os termos do Tratado de Paz de 1828 quanto toda uma retórica de rememoração da Guerra no Prata.

Existem poucas linhas sobre o destino dos exércitos após a batalha. Lima e Silva, em seu confronto com as lembranças de Carlos Alvear, ainda trouxe algumas notícias das atividades das tropas brasileiras após o 20 de fevereiro de 1827. As notícias divulgadas por ele relatam vitórias brasileiras, como uma ação liderada pelo coronel Bonifácio Calderon contra o coronel Manuel Oribe e que resultou na rendição do inimigo, na apreensão de três carretas com fardamento, na posse de 600 cavalos e na prisão do coronel Oribe, do major Lavalleja, de três capitães, sete alferes e 99 soldados, além de impor 41 baixas ao exército oponente.

Entretanto, o interesse do narrador parece migrar dos campos de batalha para o campo político. Assim, o quinto capítulo termina com a notícia da viagem do comandante em chefe e todo o seu estado maior para corte do Rio de Janeiro, a pedido do imperador, deixando no comando interino o marechal Brown. Nem é necessário conhecer o desfecho

²⁶³ LIMA E SILVA, 1956, p. 109-110.

²⁶⁴ LIMA E SILVA, 1956, p. 162-163.

dessa história para supor o que essa decisão anunciava. Sim, culpado ou não, recaiu sobre o marquês o peso da derrota.²⁶⁵ Em seu lugar assumiu como general em chefe o tenente-general visconde de Laguna.²⁶⁶

O capítulo sete se inicia dando conta da situação do outro lado do Rio da Prata. Era o ano de 1828 e, de acordo com o memorialista, a conjuntura para os inimigos do império não era das melhores, isso porque seu exército estava reduzido²⁶⁷ e seus chefes brigavam pelo controle do exército em razão da crise aberta com a demissão de Alvear²⁶⁸ e a ascensão de Juan Lavalleja. O autor aproveitou ainda a oportunidade para deslegitimar a versão da Batalha de Ituzaingó oferecida por seu oponente: Alvear. Segundo ele, o trabalho do general argentino reúne uma série de mentiras:

Por não ter apresentado tais prêsas [referindo-se ao fato de Alvear não ter, supostamente, apresentado os troféus de guerra ao seu governo] foi censurado pelo seu próprio governo, perante a Câmara, e demitido, o que deu lugar ao mesmo Alvear escrever um folheto em sua defesa (depois de responder a conselho de guerra) cheio de embustes e falsidades, fazendo somente sua apologia e continuando a não poder demonstrar quais essas vitórias por êle alcançadas, sem justificar-se da falsidade da tomada da artilharia e bagagens do nosso exército.²⁶⁹

Contudo, mesmo que Lima e Silva tenha demonstrado maior preocupação com os adversários do que com a situação de seus compatriotas, o exército brasileiro atravessava um problema delicado, porque, também aqui, a sucessão do comando fez aflorar disputas internas. De um lado, como apontado pelo próprio narrador, o comandante interino Brown

²⁶⁵ O sexto capítulo é bem curto e trata do processo de troca do comando do exército e de algumas movimentações das tropas no Sul sob a direção de Brown.

²⁶⁶ O autor se refere de forma irônica às supostas esperanças nutridas por Brown em assumir o cargo do marquês. Mais ainda, afirmou que mesmo com a chegada do novo comandante-chefe em Porto Alegre, continuou Brown a dar ordens e a assinar como comandante interino. LIMA E SILVA, 1956, p. 137

²⁶⁷ Lima e Silva não explicou os motivos que levaram ao estado de abatimento do exército argentino, mas afirmou que os adversários não tinham recebido reforços e estavam de moral em descrédito.

²⁶⁸ LIMA E SILVA, 1956, p. 140, apontou como causa da demissão do general Alvear sua postura de emitir informações falsas ao governo de Buenos Aires: “Existia intriga entre os chefes e ciúmes pela nova nomeação do comandante-chefe, por ter recaído em Lavalleja, cisplatino, e pela demissão dada a Alvear, em razão de ter sido êste pelo próprio governo de Buenos Aires acusado na Câmara dos Representantes, de haver dado partes falsas ao dito governo, como fôsse que na batalha de 20 de fevereiro havia tomado tôda a nossa bagagem, tôda a nossa artilharia, carros e munições, e bandeiras, quando não apresentou nada dessas tomadas de bagagens e sem uma peça e carro algum e apenas como grandes troféus, dois estandartes de cavalaria sem haste, achados em canastra no campo e um dêles queimado em uma ponta e cujos estandartes foram colocados na catedral de Buenos Aires.”

²⁶⁹ LIMA E SILVA, 1956, p. 140-141.

mantinha uma posição de direção a despeito da escolha do substituto do marquês e, de outro, importantes oficiais colocavam em questão a validade das determinações do marechal. O debate girou em torno de uma ordem dada por Brown que esperava mover-se do acampamento em busca do inimigo, que supunha próximo. O brigadeiro Barreto junto aos comandantes de Brigada e corpos de Cavalaria discordaram ponderando que o comandante-chefe já estava a caminho e seria mais plausível esperá-lo assumir o comando. Além disso, aguardavam que com Laguna viessem reforços e, de mais a mais, dando o marechal a vitória como certa, não seria de bom tom privar o novo comandante de participar de um fato tão grandioso. Diante da insistência dos chefes restou a Brown recuar, o que não o impediu de classificar a ação como uma insubordinação da cavalaria. Impossível avaliar se o caso de fato foi um ato de insubordinação ou apenas uma reação à forma como Brown vinha conduzindo o Exército desde a saída de Barbacena. Certo é, porém, que o texto de Lima e Silva não demonstrou nenhuma simpatia pelo militar estrangeiro, destacando, inclusive, seu desprestígio diante dos seus comandados. A veracidade do ocorrido pode ser atestada graças à transcrição da ordem do dia, em 22 de janeiro de 1828, do próprio marechal Brown, onde passava o cargo, parabenizava Laguna e ainda sugeria ter havido realmente um desentendimento entre ele e os oficiais.

Já o visconde de Laguna foi lembrado por seu esforço em prol do Exército, muitas vezes não correspondido pelo próprio governo imperial, na opinião de Silva. Mas, a crítica ao governo não parou por aí. Outra vez o salário, ou melhor, a falta dele, esteve na pauta do memorialista e serviu de mote para que fosse destacado o desleixo da corte do Rio de Janeiro em relação aos seus bravos homens.

Entretanto, não foi só a posição de prestígio alçada por um estrangeiro no exército em prejuízo dos nacionais ou sua postura em relação aos outros oficiais que suscitou a crítica de Lima e Silva.²⁷⁰ O alvo do militar foi todo o batalhão de estrangeiros (refere-se, principalmente, aos Batalhões de Caçadores nº 27 e 28),²⁷¹ acusados de insubordinação, de

²⁷⁰ O memorialista chegou a sugerir que os generais Calado e Andréa abandonaram o serviço militar em razão do tratamento que recebiam de Brown. LIMA e SILVA, Marechal Luiz Manoel. Guerra com as Províncias Unidas do Rio da Prata. Rio de Janeiro: Gráfica Ouvidor, 1956.p.166

²⁷¹ O Batalhão de Caçadores nº 28 chegou a ser comandado por um Lima e Silva, no caso, o major João Manoel de Lima e Silva, no lugar do coronel Max Gregor.

ignorarem as ordens de seus superiores,²⁷² de promoverem arruaças tanto na corte quanto no Rio Grande do Sul, dando mau exemplo aos soldados brasileiros e levando o caos e o medo aos lugares pelos quais passaram.

Os brasileiros também não se mantiveram incólumes. O narrador se mostrou descontente com a impostura de alguns militares que fugiam das fileiras do exército do sul, mas não faltavam à cerimônia de beija-mão na corte.²⁷³ Nesse sentido, pareceu apontar para o contexto político que pautava as decisões estratégicas e a escolha dos chefes militares durante o conflito. Política que, inclusive, promovia privilégios para os batalhões estrangeiros e condenava ao sofrimento os nacionais. Ora, depois das críticas mordazes de Silva, não causa surpresa o ostracismo de seu texto:

Quando as circunstâncias da guerra urgiam não se enviou êsse corpo para combater no Sul e com os aparatosos irlandeses ficou fazendo as paradas na Côte, gozando tôdas as comodidades e cometendo quantos atos de insubordinação queria à face do imperador e do gôverno, no entretanto que corpos brasileiros sofriam inexplicáveis privações e trabalhos da guerra do Sul.²⁷⁴

Os estrangeiros, Barbacena, Brown, o governo imperial e ora o imperador: os alvos de Lima e Silva foram muitos e suas memórias acabaram por falar mais de todo o jogo político que permeou a guerra que de suas demandas estratégico-militares, o que não desperta nenhuma surpresa. Coube também em sua narrativa uma pitada de ressentimento, talvez por si e pelos postos que não galgou, mas, possivelmente, por todos os Lima e Silva. Suas recordações não trataram de um Brasil perdedor, mas também passaram ao largo de uma memória inquestionavelmente gloriosa, como se esperava do grande Império que o país tentava ser na década de 1860.

²⁷² Segundo o autor, os oficiais brasileiros tinham que negociar com o batalhão estrangeiro para que cumprissem as determinações militares, oferecendo-lhes concessões e regalias. LIMA e SILVA, Marechal Luiz Manoel. Guerra com as Províncias Unidas do Rio da Prata. Capítulo VIII. Rio de Janeiro: Gráfica Ouvidor, 1956.p.170-171

²⁷³ A crítica de LIMA E SILVA, 1956, p. 166, aparece no fragmento: “Parece incrível que existindo na Côte tantos oficiais generais, ficasse o exército do Rio Grande sem ter um que comandasse a Divisão de Infantaria, que viu ficarem suas brigadas isoladas entendendo-se diretamente com o quartel general e isto no tempo em que não havia quadro e antes super-abundância de oficiais generais para comparecerem no beija mãos na Côte e subirem postos, enquanto os que faziam a guerra no Sul, só serviam para exporem suas vidas e sofrerem as mais incríveis privações.”

²⁷⁴ LIMA E SILVA, 1956, p. 171.

Uma guerra vã, foi assim que Lima e Silva acabou por descrever o conflito. E, com esse espírito, foi recebida a notícia da elaboração do tratado de Paz em 1828 entre Buenos Aires e o Brasil, com o auspício inglês. Para uma guerra entre um império e uma “republicueta” – como as Províncias Unidas eram ironicamente lembradas – ela já tinha durado muito, ceifado inúmeros homens e gerado um enorme prejuízo financeiro e político para D. Pedro I, resultados que, talvez, seu filho e sucessor preferisse contar de outro modo.

Nesse sentido, a apresentação das recordações da Cisplatina produzidas no Brasil se esforçou em apontar o cunho dialógico das peças memorialistas que retomaram um dado passado para discutir problemas políticos do presente. A forma como esta guerra entrou para a história e, de alguma forma, qual foi a memória vencedora: estes serão os temas abordados no próximo capítulo.

Capítulo 3

A Cisplatina que entrou para a história

Intrusão
O passado não reconhece seu lugar: está sempre presente

— Mario Quintana. *Caderno H*

Sem sombra de dúvida, a história da Guerra Cisplatina foi esse passado inconveniente que nunca aceitou seu lugar. Este capítulo discutirá como a historiografia brasileira do século XIX vai se apropriar das memórias da Guerra Cisplatina para escrever a história do Império e, para tanto, analisará três títulos que se imbuíram da tarefa de narrar o passado do país, a saber: *Memórias do Grande Exército Aliado Libertador do Sul da América*²⁷⁵ de autoria de Ladislau dos Santos Titara; *Guerra do Rio da Prata em 1825: o libelo argentino e a verdade histórica* de Emílio de Sena Pereira; e *Segundo período do reinado de Dom Pedro I, no Brasil: narrativa histórica* de João Manuel Pereira da Silva. A escolha se deve ao lugar especial que todos deram à Guerra Cisplatina dentro de suas narrativas. E nesse sentido, o capítulo se dividirá em três itens: 1) “Titara: o grande exército libertador” buscará discutir a apropriação da Cisplatina na conjuntura da Guerra contra Rosas em 1851. O item 2) “Sena contra o *Memorandum* argentino” colocará em pauta o papel da marinha na Guerra Cisplatina e, na última, 3) “Pereira da Silva: a história do império” a Cisplatina será redimensionada dentro da produção de uma ampla história do Império.

²⁷⁵ TITARA, Ladislau dos Santos. *Memórias do grande exército aliado libertador do Sul da América*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Laemmert, 1950.

3.1 Titara: o grande exército libertador

Iniciar essa argumentação com as *Memórias do Grande Exército Aliado Libertador do Sul da América* tem um caráter prático e discursivo: foi cronologicamente o primeiro dos registros da guerra a ser publicado, ainda em 1852²⁷⁶, além de demonstrar com clareza a hipótese proposta por esta tese – ou seja, seu preparo valida a ideia de que a Cisplatina foi reapropriada atendendo solicitações e questões políticas de diferentes contextos históricos diversos daquele em que ocorreu o conflito entre 1825-1828. O livro de Titara se divide em três partes que se propõem a análise da ação do exército aliado contra a tirania de Rosas. A primeira parte diz respeito à ascensão de Rosas ao poder como governador de Buenos Aires e continua até a derrocada de Oribe e Rosas e a pacificação do Uruguai em 1851. A segunda parte trata da Batalha de Ituzaingó; a terceira, do exército aliado que venceu nas batalhas de Toneleiro e Monte Caseros impondo o fim do bloqueio rosista e a elaboração do tratado de limites entre a República Oriental e o Império em 1853. Sem dúvida não deve ter passado despercebido o fato de que um texto sobre a política do Brasil no Prata nos anos de 1851-1852 ter reservado um espaço tão relevante a uma guerra anterior, ocorrida na década de 1820. Será justamente dos motivos que levaram Titara a ressuscitar a Cisplatina que tratarão as próximas páginas.

O livro, como o título apontou, se definiu enquanto memória, afinal seu autor participou do conflito abordado na narrativa, a guerra de 1850. Porém, a análise que produziu sobre o governo do General Rosas, a política empreendida pelo Brasil no Prata na década de 1850 e, sobretudo, sua apreciação acerca de Ituzaingó se basearam em pesquisas para além de sua vivência. Na verdade, as experiências de Titara no conflito platino não apareceram em sua narração, que ao invés de reminiscências pessoais optou por uma escrita em terceira pessoa, pela transcrição de documentos e outras referências bibliográficas. Entretanto, se a presença do autor nos acontecimentos da década de 1850 fica eclipsada nas *Memórias do Grande Exército Aliado Libertador do Sul da América*, em uma análise de sua biografia²⁷⁷ o vínculo do militar com os embates no Prata se desvela.

²⁷⁶ A data de 1852, como de primeira publicação ocorrida em Porto Alegre, aparece no prefácio da 2ª edição, escrito pelo major de Paranhos Antunes.

²⁷⁷ Dados extraídos do prefácio de suas memórias, autoria do major de Paranhos Antunes, de TITARA, 1950.

Ladislau do Espírito Santo Melo²⁷⁸ nasceu na Bahia, na freguesia do Senhor do Bonfim da Mata, em 1801. Participou, ainda na Bahia, das lutas de independência na qualidade de patriota, atuando no cerco da capital, em 1822. Ganhou com isso o posto de 2º cadete da Artilharia de Linha. Já no ano seguinte foi transferido para o 4º Batalhão de Caçadores; e logo ganhou o posto de 2º tenente do Estado Maior quando assumiu, também, o cargo de secretário militar, no qual vivenciou a retirada do general Madeira e a consolidação da independência da Bahia.

Desperta maior interesse a esta tese, porém, o caminho que Titara começou a delinear na década de 1840. Ainda no ano de 1841, como ajudante recruta do Depósito, passou a servir em Santa Catarina e, no ano subsequente, no Rio Grande do Sul. Titara assistiu ao fim da Revolução Farroupilha e permaneceu na província até que, em 1847, se tornou encarregado do Depósito de Guerra. Quando, em 1851, o Brasil entrou em guerra contra Rosas e Oribe, sob o comando de Caxias, Titara exerceu o cargo de ajudante do deputado quartel-mestre general, com a patente de capitão e chegou a integrar as forças que invadiram o Uruguai. Ao final dessa época, e depois da Batalha de Moron, enfim, retornou ao país.

As *Memórias do Grande Exército Libertador do Sul da América* foram publicadas no mesmo ano do fim do conflito e, pelo alcance de sua narrativa, Titara foi eleito sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Depois também, publicou, em 1855, o *Auditor brasileiro ou manual geral dos conselhos, testamentos e inventários militares, com as leis, rescriptos, arestos, e ordens relativas aos mesmos, ao foro, e delictos militares, para uso dos officiaes do exército do Império do Brasil*, no qual discutiu poderes, atribuições, regulamentos, disciplina e administração militares. Em 1856, foi transferido para o Rio de Janeiro e nomeado para comissão encarregada de codificar as leis militares e, em 1857, por ordem do ministro da Guerra, de organizar um índice cronológico sobre os fatos militares dos cinco anos anteriores. Para além dos textos de cunho militar, escreveu oito volumes de poesia, publicados sob o título de *Obra poética*, de 1827 a 1852. Morreu em 1861 ostentando

²⁷⁸ Trocou seu nome para Ladislau dos Santos Titara, em 1822, por ocasião da independência do Brasil, prática comum à época.

as medalhas do *Hábito do Cruzeiro*, que recebera em 1846, do *Hábito de Aviz*, de 1848, e a *Imperial Ordem da Rosa*, de 1852.

A biografia de Titara torna possível afirmar que sua análise e escrituração de dados militares possuíram um caráter fortemente técnico. Dito de outra forma, tendo em vista sua relação com a formulação de manuais, a organização de leis e o estabelecimento de códigos, não causam estranhamento seu viés objetivo e suas pretensões científicas imprimidas às *Memórias*, nem a sequente tentativa de supressão, ainda nelas, de suas emoções. O autor quis servir de fonte para os historiadores futuros e para isso escolheu completar sua narrativa com documentos, julgando, com isso, fazê-la mais verdadeira.

Retomo as *Memórias do Grande Exército Aliado Libertador do Sul da América*, cujo texto se inicia em 1830 com a eleição de Juan Manuel de Rosas para o Governo de Buenos Aires: nelas, o autor não demorou em traçar um panorama deveras assustador sobre os azares que teriam encoberto a Confederação Argentina tão logo Rosas assumiu seu posto. Destacando o cunho tirânico de seus atos, sua ferocidade, selvageria e canibalismo, Titara seguiu acusando Rosas de eliminar seus inimigos de forma fria e de vitimar também seus aliados para reinar sem concorrência: “O Heliogábalo argentino perseguia mais que atrozmente, quer federais, quer unitários, desde que os suspeitava adversos à prolongação de sua tirania, fossem ou não pessoas de influência, e a todos barateava por ignomínia o epíteto de selvagem unitário”.²⁷⁹

A política externa de Rosas também recebeu enorme atenção no texto, que destacou a interferência do governador da república vizinha no Uruguai, onde colocou um “imbecil” na presidência – referência bem pouco lisonjeira para ligação entre Rosas e Oribe. Titara repudiou ainda a negativa do governador de Buenos Aires no que tange ao reconhecimento do Paraguai²⁸⁰ e o seu interesse em anexar este Estado baseado em um suposto direito herdado dos reis da Espanha. E claro, como não poderia deixar de ser, lembrou-se da aproximação entre Rosas e os Farrapos cujo objetivo seria anarquizar o Brasil e unir à Confederação a Província de São Pedro do Sul, formando com ela uma República.

²⁷⁹ TITARA, 1950, p. 17.

²⁸⁰ Titara afirmou ainda que o Império sofreu “indecórosos protestos” por parte do governo argentino quando decidiu ratificar as relações de amizade que já mantinha com o Paraguai reconhecendo sua independência. TITARA, 1950, p. 25.

Na verdade, mais que um simples aliado, Rosas teria sido um incentivador da rebelião no Sul do Império.²⁸¹

Recaiu sobre Rosas ainda a culpa pela guerra entre 1838 e 1851 na Banda, já que teria sido ele o responsável pela manutenção de Oribe no poder, gerando os longos anos de luta entre os partidários de Oribe e Rivera, como mencionados no capítulo 1. Com isso, Titara inicia a narração dos fatos relevantes no Prata na década de 1840, como a Batalha de Arroio Grande, a pacificação do Rio Grande – aproveitando para tecer elogios à atuação de Caxias nesse processo –, o Tratado de Aliança ofensiva de defensiva, de 1842, a sua não ratificação por Rosas, o bloqueio de Buenos Aires, em 1845, pela França e pela Inglaterra, a tomada da Colônia de Sacramento por forças de Oribe, em 1848, e a reeleição de Urquiza para Governador de Entre Rios em 1849, entre outros. No panorama que delineou da complexidade política dos vizinhos do Império, esforçou-se em destacar a insistência do país em manter uma posição neutra diante da anarquia que o cercava. Uma decisão que resistiu, segundo o autor, às ofensas do ministro argentino na corte quando questionado, em 11 de junho de 1842, sobre a invasão das tropas da Confederação à República do Uruguai mesmo que fosse um grave desrespeito à Convenção de Paz de 1828. Ou ainda, o atrevimento de Rosas que exigia prestação de contas até das críticas feitas a ele por políticos do Império na Câmara. Enfim, a guerra não foi uma escolha do Império, mas uma imposição dos inimigos:

Já se tem visto por quão longo tempo o Brasil relevava, com incrível generosidade, as astutas, injustas e afrontosas provocações do desalmado vizinho, o feroz Ditador de Buenos Aires, cuja imprevidência e desatino, o levava a supor, que era fraqueza e temor do Governo do Império aquilo, que na realidade era leal moderação, madureza e mesmo escrúpulos de o não pensarem com ávidas vistas de conquista.²⁸²

O fragmento transcrito ainda defendeu o Império das acusações, de forma indireta, tanto do inimigo quanto de alguns oponentes da política do gabinete conservador que assumiu em 1849, de que a invasão da Banda não passaria de uma ação de cunho imperialista com o objetivo de dominar as riquezas do território platino e alargar as fronteiras

²⁸¹ Segundo Titara, a Revolução de 20 de setembro de 1835, no Rio Grande, liderada por Bento Gonçalves da Silva, foi resultado da ambição e encorajamento de Rosas e seu subordinado Oribe.

²⁸² TITARA, 1950, p. 81.

do Brasil. O que não deixaria de ser uma acusação pertinente, visto que a oposição ao general Rosas era, necessariamente, uma negativa aos projetos expansionistas da Confederação Argentina.²⁸³

Na avaliação da política de Rosas, Titara tocou em temas relevantes para a política do Império, relacionados a projetos de construção nacional, e que figuravam constantemente nos debates do Parlamento. Ou seja, o autor, de alguma forma, tentou responder aos anseios e cobranças que recaíam na década de 1850 sobre o governo de D. Pedro II. Para demonstrar isso, certamente, poucos assuntos seriam mais representativos que o da escravidão e da defesa da ordem. Assim, filiar o inimigo ao risco de abalo do sistema escravista e de subversão da ordem social e do *status quo* não poderia ser melhor estratégia de defesa das ações do governo e da premência da guerra. Além disso, sua interpretação sobre o desempenho de Rosas funcionava como prova incontestada de que os vizinhos agiam de forma desrespeitosa com a nação brasileira.

Quadruplicava-se de dia em dia, o número de escravos fugidos do território brasileiro para o oriental e correntino, indo alguns depois de assassinar seus Srs., ou Feitores. Entretanto nem Oribe, nem Virasoro se prestavam à restituição dos fugitivos, aos próprios Senhores, que reclamavam.²⁸⁴

Outros pontos relevantes ao discurso de consolidação da nação brasileira também fizeram parte da narrativa, como a manutenção da integridade territorial do Império e a conservação do seu modelo político, isto é, da monarquia. Sobre o governador de Buenos Aires recaiu a culpa por um sórdido projeto com o objetivo de arrancar o Rio Grande do mapa do país e, por conseguinte, de destruir o regime monárquico que, segundo o autor, era tido como uma aberração no imaginário do chefe vizinho:

A Divisa que Rosas, desfreando a sua masorca pelas ruas da infeliz Buenos Aires, começou torpe, imprevista e abertamente a apregoar e inscrever nas suas bandeiras, era desmembrar do Império a Província do Rio Grande do Sul, como sempre tivera muito a peito, insurreccionar ali a escravatura, demolir, aniquilar e fazer desaparecer

²⁸³ Titara apontou algumas pretensões territoriais de Rosas, como a de tentar retomar os limites do Tratado de 1777 e o território das Missões, que, para o memorialista, foi conquistado por méritos da coroa desde 1801. TITARA, 1950, p. 79.

²⁸⁴ TITARA, 1950, p. 70.

com o Império o Trono brasileiro, que dizia ele ser na América planta exótica, uma mancha e um ultraje!²⁸⁵

Em outra passagem, Titara descreveu ainda mais claramente os interesses escusos que supunha mover o general Rosas. Para o autor, logo que concluísse a anexação do Estado Oriental e resolvesse os problemas internos da Confederação, se lançaria sobre o Brasil com o propósito de promover o caos.

O Satanaz dos povos do Sul, logo que conseguisse tal incorporação, vendo-se desimpeçado da intervenção e firmado seu predomínio no Estado Cisplatino, que dificuldades acharia para comprimir qualquer dos movimentos, ainda em embrião, das Províncias argentinas e concluir, desabando inteiramente sôbre nós, como agigantados recursos, a fim de envolver o Brasil numa luta terrível e invadí-lo [...]²⁸⁶

O trecho aqui não deixa dúvidas de que as *Memórias* buscaram explicar as decisões políticas levadas a cabo pelo partido conservador. Como justificativa, ganhou destaque a retórica de defesa dos súditos de D. Pedro II que habitavam a República do Uruguai, supostamente oprimidos e destituídos de seus direitos mais elementares na região. Os brasileiros estariam enfrentando a espoliação de seus bens e a arbitrariedade da política de Oribe e tais injustiças acabaram por impelir o Império a decidir por uma intervenção no país vizinho.²⁸⁷ Mas se o Brasil decidiu pela interferência no Uruguai unicamente como estratégia de defesa de seus súditos, a Confederação Argentina já vinha, na percepção do memorialista, havia muito se preparando para travar um conflito contra a monarquia.²⁸⁸ A

²⁸⁵ Em outra passagem, Titara afirmou que os cúmplices do general Rosas e de Oribe fomentavam a discórdia no Sul do Brasil, inclusive produzindo notícias falsas de supostas sedições por parte dos rio-grandenses na década de 1850, as quais buscariam proclamar uma República, tal qual tinha se tentado anos antes com Piratini. TITARA, 1950, p. 76.

²⁸⁶ TITARA, 1950, p. 83.

²⁸⁷ O que pode ser comprovado a partir dos fragmentos de TITARA, 1950, p. 69, 80: “Terminaram assim as reuniões para invadir o Estado vizinho, isto é, para unicamente hostilizar os sequazes do general Oribe, que não respeitava a propriedade e vida dos brasileiros [...]” e “O aleivoso general Oribe, mísero instrumento do ambicioso Rosas, não cessava de por sí, e seus capangas, avexar, espoliar e assassinar os súditos do Império, fossem dos que existiam no território da República Oriental com suas propriedades, fôssem dos que transitavam a seu negócio. Cada dia tomavam mais e mais tais atentados, erupções, e desordens sangrentas um caráter excessivamente hostil e perturbava a paz do Império.”

²⁸⁸ A afirmação de Titara se baseava em um suposto acúmulo de material bélico por parte de Rosas, que ia desde combustível e munições até fardamento, que chegavam continuamente à Província de Corrientes e ao governo de Oribe. Além disso, garantiu a existência de um plano para convocar soldados europeus,

preparação do governo de Buenos Aires para confrontar o Brasil não se restringia à reunião de aparato bélico, mas consistia também em uma maciça propaganda contra o Império e seus súditos, com a circulação tanto de notas difamatórias na imprensa quanto de informações mentirosas aos representantes da Confederação, com o claro objetivo de fomentar o ódio entre o povo argentino e os brasileiros.

Na Guerra do Brasil contra Rosas, Titara recuperou um argumento fartamente presente no discurso memorialístico e historiográfico sobre a Cisplatina. O autor mencionou uma suposta superioridade bélica das tropas inimigas, em número e em recursos, que ultrapassava e muito o Império.²⁸⁹ A situação da monarquia ainda se agravava, para o autor, porque não contava com nenhum apoio, visto que o Paraguai – também acuado por Rosas – teria procurado se manter neutro.²⁹⁰

Outra questão da Cisplatina que foi retomada na Guerra da década de 1850 refere-se à eficácia e pertinência das tropas estrangeiras, especificamente dos corpos alemães. Mais uma vez, os alemães foram acusados de estimularem a desordem e onerarem os cofres públicos. Observações em que o autor aproveita para destacar os méritos e vantagens das tropas nacionais. De certa forma, a Cisplatina ainda foi acionada no texto porque a partir dela se inaugurou a libertação do povo oriental, um direito que o Brasil se via na obrigação de defender apenas baseado em seu senso de justiça, nada mais.²⁹¹

A improvável atitude de desprendimento do governo brasileiro em prol da liberdade da nação vizinha teria gerado uma espontânea decisão do governo oriental de eleger

especificamente da região da Sicília, o qual não foi concretizado pela negativa do chefe de Estado das Duas Sicílias, o Rei Fernando. TITARA, 1950, p. 76.

²⁸⁹ A questão aparece no trecho: “Tinha, portanto o Império de achar-se brevemente frente a frente com os dois generais, seus encarniçados inimigos, desimpedidos de todos os óbices, que até então os detinham e plenamente habilitados a disporem de recursos infinitos e de um Exército extraordinariamente numeroso, em grande parte aguerrido e com tal, ou qual prestígios. Não estando, entretanto, o Brasil preparado para uma tal guerra e tendo o Rio Grande do Sul apenas 5.376 praças de Linha, e 1.958 ditas da Guarda Nacional [...]”, cf. TITARA, 1950, p. 83.

²⁹⁰ A breve apresentação dos objetivos da Missão de Honório Hermeto, feita no primeiro capítulo, comprova que o Paraguai mantinha uma postura reticente, evitando se colocar abertamente contra o governador de Buenos Aires e que Honório chegou a ser incisivo sobre a necessidade de uma postura mais efetiva do país junto ao Brasil e contra a ameaça representada pela união Rosas-Oribe. A situação diplomática foi materializada na fala de Titara, que lembrou o apoio do Império em prol da independência do Paraguai para cobrar uma ação mais efetiva do país. TITARA, 1950, p. 28.

²⁹¹ O autor sugeriu que a aliança tinha como único objetivo ajudar os orientais contra a política de Oribe e garantir a independência do país, impedindo assim a tirania que se instaurava no Prata.

dois plenipotenciários para travar diálogo com o Império para que, com a resolução do conflito, fossem também contornadas as pendências relativas à questão de limites entre as duas nações:

Foi, portanto, fãcilmente acolhido pelo Gabinete do Brasil [...] a proposição espontânea e livre do Ministro da República Oriental; e de logo teve lugar a nomeação de dois Plenipotenciários para tratarem por parte do Brasil, pois era de vantagem para a harmonia entre os dois países, que o desenlace da guerra, que ia abrir-se, encontrasse as nosas questões, máxime a de limites, definitivamente resolvida.²⁹²

Seguramente, uma leitura atenta do primeiro capítulo desta tese joga por terra todo esse discurso de Titara sobre a nobreza dos objetivos brasileiros e a espontaneidade uruguaia em estabelecer acordos acerca das delimitações territoriais porque, na verdade, a missão de Honório Hermeto no Prata, praticamente, lançou um ultimato à República Oriental e fez dos Tratados condição necessária para materialização da ajuda do Império. Não por acaso, logo que o Uruguai se viu desembaraçado da guerra interna e da presença de tropas estrangeiras em seu território, questionou a legitimidade dos acordos assinados em 1851, sob a alegação de que o país se encontrava sob condições excepcionais, segundo argumentos dos diplomatas daquela República.

Numa avaliação do conteúdo do livro, como um todo, destacam-se para esse trabalho: 1) a primeira parte das memórias de Titara, pois, não deixa dúvidas acerca da proximidade do discurso do autor com os argumentos apresentados pelo gabinete conservador seja no Senado seja na missão diplomática de Honório Hermeto. Assim, a narrativa assumiu um cunho quase panfletário no que diz respeito à natureza justa da guerra contra Rosas e à política pacificadora do Império. E 2) a segunda parte do livro de Titara, que trata do caráter bélico em si do conflito da década de 1850, deixando, assim, a melhor parte – a Cisplatina – para o final. Assim, a terceira parte muito pouco acrescenta ao tema deste trabalho, já que se resume na descrição das batalhas travadas pelo Império e seus aliados, por isso, será tratado brevemente.

Titara não incluiu na narrativa sobre as batalhas seu desempenho no exército, insistindo em uma escrita impessoal. O texto, para além das críticas ao general Rosas e seus

²⁹² TITARA, 1950, p. 97.

apoiadores, fez uma minuciosa descrição de todas as etapas do conflito a partir da entrada do Império na guerra, descrevendo o embarque das tropas, o comprometimento dos soldados brasileiros, o envolvimento da Província do Rio Grande e as estratégias bélicas. Também os aliados do Império receberam destaque nas *Memórias*, elogiados por sua força e postura militar, em especial, a figura de Urquiza, que passou de vilão, quando aliado de Rosas, a herói. De uma forma geral, o autor atribuiu as vitórias no campo de batalha ao esforço conjunto das forças antirrosistas, mas obviamente, não faltaram observações que, de alguma forma, tentaram colocar o Império em condição superior, como por exemplo, destacando seu valor diante da atrocidade dos exércitos aliados. As qualidades das forças do exército de D. Pedro II teriam sido observadas até pelo general Rosas, o qual, em princípio, julgava os brasileiros os mais fracos entre os soldados aliados.²⁹³ Titara destacou, ainda, a forma covarde como o general Rosas teria abandonado sua pátria em meio à guerra e fugido.²⁹⁴ Depois de mencionar o fim do conflito, Titara transcreveu documentos argentinos que confirmavam a importância das armas brasileiras e seu valoroso empenho para o resultado final favorável. E logo em seguida fez vivos elogios aos argentinos em detrimento dos orientais, esquecendo em poucas páginas as críticas destinadas à Confederação feitas na segunda parte de seu livro.

O texto, depois de dar conta da série de homenagens oferecidas aos brasileiros tanto na Argentina quanto no Uruguai, comentou a eleição de D. Juan Francisco Giró, como presidente constitucional da República Oriental e sua posterior negativa, por nota, em legitimar os Tratados assinados entre o Brasil e a Banda, alegando haver neles um caráter impraticável. Na percepção de Titara, a mudança em relação ao cumprimento dos acordos

²⁹³ O autor não explicou como teve acesso ao episódio, mas afirmou que Rosas assistiu da porta de sua casa uma das batalhas entre seus soldados e os do império e que, vendo estes últimos, primeiro lançou-lhes um olhar de desprezo imaginando que facilmente seriam abatidos, pois eram considerados fracos. No entanto, quando os brasileiros estavam em ação se surpreendeu pela forma com que avançavam destemidamente, o que fez o general sair do campo de batalha temendo ser aprisionado.

²⁹⁴ A ação de Rosas foi descrita por TITARA, 1950, p. 175: “[...] instou o Dr. D. Vicente Lopez, governador Provisório, com o ministro inglês, para que fizesse partir aquêlê vapor com o ex-ditador, seus filhos, e sequazes, como um Echague, um Costa, etc.; resultou serem todos baldeados para o vapor *Conflito*, no qual amorando-se da pátria, que haviam apunhalado, foram-se para Inglaterra, para Bahia, donde saíram a 5 do seguinte mês de março.”

seria explicada pelo fato de o presidente eleito pertencer ao grupo antes aliado de Oribe, adversário do Brasil, ao contrário de seu antecessor Suarez – também elogiado por Titara.

Os representantes uruguaios teriam aventado a possibilidade de anular todos os tratados e não pagar os empréstimos acordados com o Império; mas depois da intervenção de Honório Hermeto e do encarregado das Relações Exteriores da Confederação, general Urquiza, foi confirmada a validade dos cinco Tratados de 12 de dezembro de 1851 por parte dos orientais. O insistente questionamento dos Tratados levou às modificações registradas no acordo de 15 de maio de 1852, que reconheceu também os acordos anteriores.

À narração do impasse no reconhecimento dos Tratados, seguiram-se apontamentos sobre outro assunto de enorme importância: as fronteiras entre os dois países. Na década de 1850, o estabelecimento dos limites entre o Império e República Oriental era questão que se arrastava desde o fim da Guerra Cisplatina. Portanto, não poderia ser esquecida em um livro que, claramente, pretendeu defender a política imperial no Prata. E assim, findou Titara suas lembranças acerca da Guerra contra Rosas, demonstrando um Império vitorioso no campo de batalha e na diplomacia, abarcando tratados vantajosos, limites conscienciosos e rendendo ardorosa homenagem ao imperador.

Agora vamos à Cisplatina de Titara. A segunda parte das *Memórias* começa com uma viva defesa à honra da armada brasileira e uma forte crítica às tentativas do inimigo, no caso os argentinos, de subverterem os fatos e produzirem mentiras sobre os acontecimentos da guerra de 1828. Assim, Titara se arrogou, como “bom brasileiro”,²⁹⁵ a tarefa de desmascarar as calúnias dirigidas ao Brasil e lançar luz sob a triunfante força militar do país. Mantendo como horizonte este claro objetivo, as explicações de seu texto confirmam as opiniões de outros estudos aqui tratados e podem ser definidas como uma tentativa de transformar em empate técnico o resultado da Batalha do Passo. Nesse sentido, o autor declara abertamente que não houve vencedores nem vencidos e que ambos os exércitos desistiram, já exauridos, de lutar.²⁹⁶ Porém, caso fosse necessário declarar um vencedor, ele

²⁹⁵ Termo usado pelo próprio autor, que também se define enquanto um patriota.

²⁹⁶ Como aparece no trecho de TITARA, 1950, p. 116: “[...] batalha de Ituzaingó, a 20 de fevereiro de 1827, batalha em que, conquanto assaz pleiteada fôsse pelos beligerantes, não houve vencedores, nem vencidos, visto como os dois Exércitos cessaram de pelear, em demasia fatigados, porém, nunca derrotados, sem todavia continuar, ou renovar-se nos dias imediatos, à ação, que indecisa não conferiu à algum dos contendores uma

seria o Brasil, porque se encontrava em posição numérica desvantajosa e mesmo assim se manteve firme.

Titara imprimiu um caráter mais categórico ao argumento já sugerido por Machado em suas *Recordações históricas* o que nos sugere uma espécie de consenso entre os escritores brasileiros sobre o resultado de Passo do Rosário. O problema, porém, é que as *Recordações*, apesar de já escritas em 1849, só foram publicadas na década de 1860, como dito. E não existe nenhuma referência de que Tirara tivesse entrado em contato com os rascunhos de Machado; daí é possível presumir que os dois textos dialogam, de alguma forma, com uma obra anterior. Da parte de Titara o diálogo com Alvear é notório e, sem dúvida, muitos tópicos de sua narrativa podem ser definidos como uma clara resposta à explanação do general inimigo. Já Machado de Oliveira não cita Alvear. Além disso, Alvear não foi tão condescendente com as tropas brasileiras, como será aqui demonstrado (capítulo 4). A hipótese mais provável é que tanto Machado quanto Titara tenham se referido indiretamente à *Memória* preparada pelo segundo, mas arquivada no IHGB que, por sua vez, gerou o questionário publicado junto às *Recordações* de Machado em 1860; porque tanto um quanto outro possuem abordagens muito parecidas, mas Titara não esteve na guerra, então só poderia ter feito tais observações com apoio de uma bibliografia anterior.

A constante referência de Titara ao texto de Alvear comprova que existiu um fluxo intelectual entre a Confederação e o Império, o que não seria nenhuma novidade e o que a história do próprio IHGB sugeriu (e o capítulo 5, adiante pretende demonstrar). Além disso, o texto de Alvear era, naquele momento, o único trabalho publicado sobre a Cisplatina nos dois lados da Banda.

A Cisplatina descrita por Titara se aproximou das *Recordações* de Machado de Oliveira em momentos quando, por exemplo, o marechal Brown ganhou estatuto de vilão enquanto o marquês de Barbacena foi alçado à categoria de herói. E isso porque Brown, possuído pela inveja por ter sido preterido ao cargo de comandante em chefe, colocou em prática uma política de intrigas com o intuito de deslegitimar seu concorrente.²⁹⁷ Quanto ao

vitória definitiva, importante e completa. E quando ambos se atribuissem a vitória, o Exército brasileiro, que era tão díspar em número ao Todo Poderoso ações de graça pelo feliz êxito daquele dia de bravura.”

²⁹⁷ Na acusação que apresentou ao marechal também deixou subentendido a pouca aceitação e prestígio que Barbacena tinha no exército; a despeito de ser corajoso e guardar conhecimentos militares. Com isso, Titara

general Barbacena couberam adjetivos como corajoso e hábil, destacando, com isso, sua calma e eficiência em tomar decisões no calor da luta. Mas, apesar de tantas distinções, Barbacena teria caído no engodo de Alvear e acreditado que este empreendia fuga, engano que levou as forças imperiais a um inesperado encontro com as tropas inimigas, que as aguardavam a postos, e que as fizeram travar a famosa batalha do Passo do Rosário. Ser pego no arдил do general adversário, entretanto, não foi considerado desonroso para o marquês, já que de fato Alvear teria simulado habilmente a retirada.

Progrediam as marchas e em tanto haviam feito persuadir ao Marquês, que o inimigo se remontava a marchas forçadas; e de feito assim parecia, visto como o seu General em Chefe dito Alvear, simulou fugir, por alguns dias, com todo o Exército, então forte, de dez mil quinhentas e cinquenta e sete praças, abandonado, nos últimos dias anteriores à Batalha, até carros de bagagem e outros objetos, como remoras, de que se queria desimpeçar, para assim melhor persuadir, que ia em precipitada retirada.²⁹⁸

O autor não apenas eximiu o marquês da responsabilidade pelo resultado da batalha como ressaltou que em razão da superioridade do inimigo nada mais restaria ao exército brasileiro além de se manter na defensiva. O que não aconteceu, visto que imbuídos de uma coragem extrema, teriam os brasileiros lutado a despeito das condições adversas. Uma determinação que teria rendido elogios inclusive da parte de seus adversários no boletim da Batalha escrito pelo General Mancilla e que foi reproduzido, em parte, por Titara:

Y a pesar del vivo ataque del primier cuerpo, el inimigo se dirigió de un modo formidable sobre el tercero... Un fuerte canoneo se hizo sentir entonces en toda la línea, y el combate se empinó por ambas partes con tenacidad, y viveza a la derecha, y la izquierda. Las cargas de caballería fueron rapidas, biens sostenidas, y con alternados “sucesos”.²⁹⁹

A fala de Mancilla, provavelmente, objetivava enaltecer o inimigo para validar o resultado no Passo do Rosário que não teria sido tão glorioso como se poderia esperar de um exército que impôs ao inimigo posição no campo de batalha, produzida astutamente como emboscada. As observações dos inimigos, entretanto, não foram sempre acolhidas por Titara,

renegou a ideia de que Barbacera era rejeitado por não possuir qualidades para o cargo de comandante em chefe. TITARA, 1950, p. 120.

²⁹⁸ TITARA, 1950, p. 117.

²⁹⁹ TITARA, 1950, p. 117.

tendo sido aceitas apenas quando apresentavam um panorama elogioso sobre o exército imperial. Em caso contrário, foram invalidadas por ele. Foi o que aconteceu com comentários apresentados na *Exposicion* de Alvear, texto acusado por Titara de faltar com a verdade, razão pela qual o general argentino havia sido levado a responder a um Conselho de Guerra:

[...] com toda a razão deveria recair sob aquele General justíssima punição, quer por tantas vezes faltar à verdade; quer pelo inqualificável proceder de à frente de mais de oito mil homens, que lhe restaram, depois da batalha e querendo atribuir-se à vitória, não conseguir tolher, como vencedor, que uma Divisão, então apenas de 1.200 combatentes, se retirasse, conduzindo consigo os feridos e a Artilharia retomada, carros de munições! E se os brasileiros não tomaram aos argentinos bagagem e carros foi justamente porque estes não tinham esses objetos no campo de batalha, por haverem com antecedência tudo posto em salvaguarda, além do Rio Santa Maria. E ainda nos alcunham de covardes? E ainda se assoalha, que perdemos a vitória?! É muito grande despejo e imprudência dos Tórres e outros quejandos.³⁰⁰

Sim, de fato Alvear respondeu ao conselho de guerra para explicar o resultado indefinido da Batalha de Ituzaingó, como será discutido no próximo capítulo, o que evidencia a complexidade do confronto da Cisplatina e demonstra como seu resultado se definiu de forma mais narrativa e diplomática do que belicamente, ou seja, no campo de batalha. Afinal, como atribuir uma vitória ao Brasil que, como apresentado quase de forma unânime no discurso memorialístico, abandonou o campo de batalha – ordenadamente ou não – ou às Províncias Unidas, que vendo a saída do inimigo, não o seguiu para impor uma derrota decisiva? Este impasse permeia diversos momentos desta tese. Foi exatamente com o Passo do Rosário que Titara encerrou seu segundo capítulo. Questionava a declaração do inimigo de que conquistara no campo de batalha estandarte e bandeiras que pertenceriam ao exército brasileiro e que, segundo o autor, eram mantidos como troféus de guerra pelo governo da república na catedral de Buenos Aires. Tentava invalidar a forma como supostamente o inimigo tinha adquirido aqueles troféus para também negar a vitória da Confederação na batalha. Por outro lado, ressalta a postura oposta e teoricamente correta escolhida pelo Império que nunca se vangloriou dos objetos legitimamente tomados dos argentinos. Mesmo que longa e por vezes cansativa, a exposição de Titara acerca da Cisplatina possibilita a percepção do peso que aquele episódio assumiu em determinados momentos da história do

³⁰⁰ TITARA, 1950, p. 138-139.

Império e o esforço dos memorialistas em mitigar o resultado militar desvantajoso do Passo nas releituras feitas a partir da segunda metade do século XIX.

3.2 Sena contra o *Memorandum argentino*

A complexidade da política no Prata da década de 1850 fez com que a Cisplatina fosse lembrada novamente quatro anos após o relato de Titara, quando foi publicada a *Guerra do Rio da Prata em 1825, o libelo argentino e a verdade histórica* de autoria de Emilio de Sena. O livro funcionou como uma resposta ao texto argentino *Memorandum da marinha argentina*, de autoria desconhecida.³⁰¹ A crítica de Sena foi apresentada inicialmente no periódico *Diário do Rio*, em 1856 e impresso pela Typ. do Correio Mercantil, em 1857.

A Guerra do Rio da Prata de Sena, como o próprio nome demonstra, teve um propósito muito similar ao que Titara discursivamente apontou: responder publicações argentinas a respeito das disputas no Prata. Contudo, tal contestação não tinha por objeto escrever a história do país, mas coletar dados para o historiador do futuro que por ventura se interessasse em debruçar-se sobre os acontecimentos de 1825-1828. O panfleto argentino foi acusado ainda de ferir a reputação das forças armadas brasileiras, baluarte do orgulho nacional. Neste sentido, Sena pareceu interessado em defender a memória de um militar brasileiro em especial, Jacintho Roque de Sena Pereira, coincidentemente seu pai.³⁰²

A *Guerra do Rio da Prata em 1825* apresentou considerações pontuais em resposta ao *Memorandum*, começando com a refutação da afirmação que atribuiu um caráter decisivo nos rumos da guerra de independência da Banda Oriental à entrada dos Treinta y Tres Caballeros, desembarcados na Agraciada, evento referido no capítulo 1 desta tese. Para o autor, ainda que se pudesse atribuir ao episódio um tom heroico, este não seria o único fator

³⁰¹ Segundo Emílio Sena, 1857, o livro foi publicado em Buenos Aires em 1854. Ainda que tenha atribuído autoria desconhecida ao texto, sugeriu que foi escrito por alguém que não era natural da Confederação Argentina, mas adotou a região por pátria ou deveu seus serviços ao governo de lá. SENA, E. de. *Guerra do Rio da Prata em 1825. O libello argentino e a verdade histórica*. Rio de Janeiro: Typ. do Correio Mercantil, 1857. p.6

³⁰² Sobre Jacintho Roque de Sena Pereira, nasceu em Portugal, em 1784, e morreu em 1850, no Rio de Janeiro. Foi casado com uma dama da Banda Oriental, prática comum e incentivada à época, Eugenia Gadea Paredes. Já sobre Emilio Sena não foram encontrados dados biográficos substanciais, mas, partindo da uma afirmação do escritor, foi possível identificá-lo como filho de Jacintho Roque. CARRANZA, Anjel Justiniano. *Campañas navales de la Republica Argentina. Cuadros Históricos. Guerra contra el Brasil 1825-1828*. Tomo IV. Buenos Aires, 1916. p.372. Cabe ainda ressaltar que Jacintho Sena Pereira foi ministro da marinha e membro efetivo do IHGB. CANO, Jefferson. *O fardo dos homens de letras: o "orbe literário" e a construção do império brasileiro*. Tese (Doutorado). Campinas- São Paulo: Unicamp, 2001. p.15.

a influir negativamente sobre o desempenho militar dos brasileiros na guerra. Sena não perde, porém, a oportunidade de invalidar a postura de quase todos os participantes do desembarque de 19 de abril de 1825, salvaguardando apenas Lavalleja, e mais por suas intenções que por suas habilidades bélicas:

Conduzido como pelo dedo da Providencia, Lavalleja triumphou sempre, não como quer o autor do Memorandum, pela pujança das armas dos TRINTA E TRES, mas pela prudência de seu chefe e pelo concurso de mil circunstâncias poderosas que ignora ou finge ignorar o narrador, que apenas falla na hedionda traição de Rivera, e desconhece os erros fataes e as loucas rivalidades de nossos generaes, e ainda mais a errada direcção política que o nosso governo imprimio aos negócios nessa época.³⁰³

Parece que o acaso não foi o principal responsável pelos resultados iniciais da guerra. Somando-se à incompetência de Laguna, que fugiu ao combate quando esteve diante dos invasores,³⁰⁴ e à má-fé de Rivera, que logo se uniu aos inimigos de outrora. Contudo, outros brasileiros também foram responsabilizados pelo fracasso dos primeiros confrontos, como os coronéis Jardim e Mena Barreto que ocupados com rivalidades não promoveram efetiva ação. Nesse sentido, Sena intercedeu em benefício do Brasil buscando explicações para o frustrante resultado militar das tropas do Império nas batalhas de Sarandí e Rincón. Surpreendentemente, não nega o resultado favorável às tropas rivais, mas o condiciona à forma como os brasileiros foram surpreendidos e, sobretudo, aos prejuízos causados pelas disputas internas no exército imperial. Desta forma, acabou por eximir o comando do exército, os soldados e o governo pelo saldo adverso, fazendo com que a culpa recaísse nos ombros de três homens apenas: Jardim e Mena Barreto, que por picuinhas permaneceram o tempo todo separados e disputando terreno até extenuarem os cavalos,^e em Bento Manoel, que impediu a concretização do plano traçado para Sarandí.³⁰⁵

³⁰³ SENA, 1857, p. 11-12.

³⁰⁴ O autor afirmou que, ao desembarcarem os Treinta y Tres perderam as armas que guardavam na reserva e esse seria um ótimo momento para Laguna e seus homens submeterem o pequeno contingente inimigo, mas, ao contrário, Laguna teria fugido do combate; isso porque, para o memorialista, o militar brasileiro não passava de um subordinado de Rivera. SENA, E. de. Guerra do Rio da Prata em 1825. O libello argentino e a verdade histórica. p. 12

³⁰⁵ Para SENA, 1857, o erro de Bento Manoel em Sarandí foi desejar guardar somente para si os louros da vitória. E não se unir às forças do visconde de Laguna e do general Abreu, combatendo sozinho com um inimigo em número muito superior. A consequência foi a derrota. Nota-se, porém, que Sena assumiu uma postura condescendente com Bento Manoel, muito diferente Seweloh, como discutido no capítulo anterior.

Sena, porém, não tardou em demonstrar que a vitória inimiga tanto em Sarandí quanto no Rincón não foi tão honrosa assim. Na verdade, chegou a afirmar que a vitória do adversário não foi tão admirável nem a derrota imperial tão terrível. Em suma, ao contrário do que tentou provar o *Memorandum*, nada tinha o exército brasileiro do que se envergonhar. Além disso, na sequência de seu texto, deslegitimou o resultado em Rincón e Sarandí, afinal, na primeira batalha, os inimigos atuaram contra corpos imperiais reduzidos, desordenados e em posição desprivilegiada. Da mesma forma que, em Sarandí, venceram apenas porque excediam em número e em força.

Foi pois sobre tropas mal dispostas, desprevenidas, destacadas em marcha e quasi em desordem, que se obteve o triumpho que tanto se encarece, e não sobre *um corpo CONSIDERÁVEL que occupava uma POSIÇÃO FORTE no Rincon de Haedo* sobre o Rio-Negro, como diz falsamente o *Memoranãum*. [...] No *Sarandí*, posto que com igual resultado e actuando algumas das causas que concorreram para o desastre do *Rincon*, as cousas passaram-se de diverso modo. — Não houve alli surpresa nem descuido; foi uma batalha pensada, offerecida e aceita debaixo de todas as regras da arte da guerra. Todavia, essa victoria das armas orientaes que o memorista tanto encarece faltando descommedidamente à verdade, pois nos empresta superioridade numérica que não tínhamos, nada mais é do que o triumpho natural do mais forte e não do mais bravo, — a victoria lógica e presumível do mais poderoso na occasião, e não do mais hábil.³⁰⁶

A citação aqui não deixa dúvidas a respeito do intento de Sena em explicar, porém sem valorizar, as vitórias do oponente e demonstrar que a “lógica militar da luta entre o mais forte e não do mais bravo” teve um papel preponderante nesses resultados. Contudo, em meio ao bombardeio de críticas que disparou às inverdades narradas pelo *Memorandum*, uma observação surpreende porque acabou validando, de alguma forma, a entrada dos Caballeros Orientales na Cisplatina e seu projeto de libertação do povo da Banda Oriental. Sena justificou a invasão dos Treinta y Tres Caballeros pela pretensão de libertar a população do domínio estrangeiro:

[...] prestou [referindo-se a Lavalleja] seguramente um relevantissimo serviço ao seu paiz como chefe dos TRINTA E TRÊS DENODADOS PATRIOTAS que se arriscaram a invadir a Cisplatina com o louvável intento de sacudirem o *jugo estrangeiro* — que seus irmãos haviam pedido voluntariamente — como ultimo e extremo recurso de um povo que não pôde salvar-se de si mesmo. Foi esse o primeiro passo dado para a emancipação política da republica, foi o primeiro élo dos successos felizes

³⁰⁶ SENA, 1857, p. 18-19.

que coroaram sua aventureosa e temerária tentativa, foi um padrão de gloria que fará sempre veneravel sua memória (grifo meu).³⁰⁷

Ora, mas o dominador era o próprio Império na figura de um exército tão positivamente lembrado pelo autor. Ainda que não tenha ficado suficientemente clara a posição de Sena acerca da validade do conflito, é possível perceber um descontentamento com a ocupação do território vizinho, mesmo que tal apreciação não pareça reverberar em uma crítica ao imperador Pedro I e, tampouco, às forças militares brasileiras. De forma geral, Sena alternou críticas a figuras pontuais com certa condescendência ao conjunto das tropas. Porém, no que se refere às forças navais sua percepção foi mais dura, localizando imposturas tanto do alto comando quanto de seus marinheiros. Em contrapartida, também foi no mar em que se esforçou em fazer emergir os maiores heróis da Guerra Cisplatina. Para tal, destacou o papel da marinha brasileira na guerra, contrapondo ao discurso impresso no *Memorandum* da marinha das Províncias Unidas.

A descrição produzida pelo narrador brasileiro sobre o confronto marítimo de 9 de fevereiro de 1827, entre as forças da República e a da Monarquia, apresentou um encontro épico entre a superioridade bélica das Províncias Unidas e a honra dos combatentes do Império.³⁰⁸ De um lado, os argentinos em número muito superior e mais bem preparados; de outro, dois corajosos brasileiros e seus homens completamente abandonados pelo restante da frota imperial. Isso mesmo, apenas duas embarcações brasileiras teriam sozinhas resistido por 4 horas ao fogo incessante de toda a esquadra argentina.³⁰⁹ Uma versão um tanto quanto inverossímil para o episódio, mas que possibilita vislumbrar a necessidade de construir narrativamente uma espécie de vitória para consolidar a nação da década de 1850.

³⁰⁷ SENA, 1857, p. 11.

³⁰⁸ Segundo o narrador a terceira divisão da esquadra imperial tinha 16 embarcações de pequeno porte, com 61 bocas de fogo e 750 homens de guarnição; enquanto a argentina era formada também por 16 navios, porém maiores, com 69 bocas de fogo, 780 homens, além de mais oito peças de artilharia e 30 homens. SENA, 1857, p. 12

³⁰⁹ A cena foi descrita por SENA, 1857, p. 60: “Essas duas únicas embarcações que sustentavam o combate contra toda a esquadra argentina *não se rendiam, succumbiam!* A nossa bandeira tremulava ufana nos mastros enquanto restava um projectil para arremessar e um homem para combater! Os inimigos cantavam a victoria, e nós cantávamos a gloria. Elles batiam-se contra dous navios, nós contra toda sua esquadra. Seus marinheiros eram superiores aos nossos em experiência, descanso e numero, tinham officiaes para ganharem a peleja com grande vantagem, e nós tínhamos apenas alguns marinheiros bravos e dous officiaes para se baterem com heroísmo.”

Os heróis da *Guerra do Rio da Prata em 1825* eram os comandantes da escuna *Oriental*, Jacintho Roque de Sena Pereira, e do *Bertioga*, o comandante alemão, naturalizado inglês, a serviço do Império Gustavo Henrique Brown, que foram abandonados por 14 embarcações que teriam empreendido fuga bem antes de iniciado o confronto.³¹⁰ Este conjunto de embarcações formava a 3ª Divisão imperial que já tinha partido para luta de forma incompleta e sem oficiais de comando competentes, tudo isso pela imprevidência do almirante da Esquadra, Rodrigo Pinto Guedes, o barão do Rio da Prata.³¹¹ Sena Pereira e Gustavo Brown, segundo a narrativa, combateram de forma vigorosa e incessante, sem dar mostras de que tencionavam uma rendição a despeito do quadro tenebroso em que se encontravam. Entretanto, a desvantagem numérica, o cansaço e a força bélica do inimigo começaram a pesar cada vez mais sobre os bravos marinheiros até que o comandante da esquadilha caiu ferido. Ainda assim, desejavam resistir, mas um marinheiro cortou o cabo que mantinha tremulante a bandeira imperial. O pavilhão imperial, na narrativa, foi largado assim no convés, e aqueles bravos homens ficaram abandonados à própria sorte diante do furor do oponente. Após uma descrição emocionante,³¹² o autor ainda mencionou com desdém quem seria o homem covarde que traiçooou seus companheiros abandonado a bandeira nacional: um estrangeiro, que não tinha como os demais o amor pela pátria.³¹³ A força e a dignidades dos dois comandantes brasileiros teriam causado comoção até ao almirante rival. Observando a relutância daqueles homens em se entregar e abandonar a causa imperial, acabou por exigir que sua tripulação cessasse fogo e fosse cumprimentá-los pelo ato de bravura.³¹⁴ Em suma, era mais uma derrota valorosa das forças de D. Pedro I.

³¹⁰ Na verdade, a embarcação *Januaria*, comandada pelo 1º tenente Antonio Pedro de Carvalho se conservava junto à escuna *Oriental* e à *Bertioga*, mas logo foi abandonada por seu comandante com a desculpa de que viria a pique. SENA, E. de. *Guerra do Rio da Prata em 1825. O libello argentino e a verdade histórica.* p. 59

³¹¹ Mesmo destacando as deficiências da esquadilha imperial, Sena afirmou que ainda assim a força naval teria batido quatro vezes no inimigo. SENA, E. de. *Guerra do Rio da Prata em 1825. O libello argentino e a verdade histórica.* p. 54

³¹² O vivo cenário montado pelo autor tornou ainda mais briosa a atuação dos marinheiros do Império, pois sugeria que nenhum dos brasileiros no navio tinha coragem de se render e arriar a bandeira nacional, mesmo diante da violenta ofensiva inimiga e da morte quase certa. SENA, E. de. *Guerra do Rio da Prata em 1825. O libello argentino e a verdade histórica.* p. 60

³¹³ SENA, E. de. *Guerra do Rio da Prata em 1825. O libello argentino e a verdade histórica.* p. 61

³¹⁴ A cena teria sido descrita pelo comandante da *Bertioga* em um memorial oferecido ao imperador: “[...] o almirante Brown, admirando e apreciando a nobreza do sacrificio dos seus dous únicos competidores, ordenou – ao declinar da luta, que não se fizesse mais fogo sobre elles, e que fossem saudados ou victoriados pelas

A discussão, porém, continua, agora com o esforço do autor em comparar a batalha naval de 9 de fevereiro de 1827 com a de 30 de junho de 1826 para definir quem foi o maior homem do mar, se Sena Pereira ou Guillermo Brown, ou seja, se o Império ou a República. Afinal, não foi só a marinha brasileira a protagonizar cenas cinematográficas como a descrita antes, mas os argentinos também teriam vivenciado uma situação muito semelhante no ano anterior. Assim descreve Sena – a partir das informações apresentadas no *Memoradum* (discutidas no capítulo 4, adiante) – que os argentinos teriam lutado apenas com a corveta *25 de Mayo* e a escuna *Rio* contra 14 navios brasileiros em frente à cidade de Buenos Aires. Também o almirante Brown teria ao seu lado um único companheiro, o capitão Rosales, tendo sido antes abandonado por todo o restante de sua esquadra. Contudo, as coincidências param por aí, pois as embarcações argentinas do confronto de junho eram muito melhor preparadas que as do Império em fevereiro.

Sena não recusou totalmente a possibilidade da marinha argentina ter experimentado uma situação muito próxima da que passou a força naval do Império, mas atribuiu maior veracidade à história brasileira, já que estaria documentada. Bem, fato é que se tanto uma quanto a outra foram exageradas pelos seus narradores, Sena sai perdendo no quesito criatividade, visto que apenas se inspirou no drama já encenado pelo *Memoradum*. Sem dúvida, o caráter épico das batalhas de fevereiro ou de junho coloca em suspeita a ambas. Mas o que pareceu animar os autores foi menos a reconstrução dos embates em si e mais a reafirmação das qualidades morais de parte das forças de mar das duas nações; aliás, sobretudo, a consolidação de seus respectivos heróis. No caso argentino, Brown, que como informou autor foi sempre defendido no *Memoradum* e, no caso brasileiro, Sena Pereira.³¹⁵

Este narrador ainda advertiu que não incluiria em sua análise o ponto mais controverso do confronto: a Batalha do Passo do Rosário. A justificativa foi a escassez de

tripulações de sua esquadra. Estas, que tinham presenciado com espanto aquella defesa desesperada e grandiosa, essa heróica resistência do sacrificio contra o impossível, como soldados que eram, estimaram em seu justo valor o rasgo de audácia que tinham testemunhado, e aceitaram pressurosos o convite de seu chefe – com essa alegria cordial e sympathica que sempre inspiram a intrepidez e a verdadeira coragem: – voaram ás enxarcias de seus respectivos navios dando entusiasticos vivas aos bravos irmãos d'armas de quem ficavam vencedores”; cf. SENA, 1857, p. 62.

³¹⁵ O narrador brasileiro, como não poderia deixar de ser, deu ganho de causa a Sena Pereira. Segundo ele, diferente de Brown, o militar brasileiro não fugiu ao combate. SENA, E. de. Guerra do Rio da Prata em 1825. O libello argentino e a verdade histórica. p. 63

dados e de informações confiáveis. O que não se apresenta como uma boa desculpa, visto que tratou longamente de batalhas navais ignoradas em todas as outras narrativas acerca da guerra, mas por certo não teria subsídios para escrever sobre o tema mais constante e debatido do fato histórico em questão, a Guerra Cisplatina. Além disso, Sena afirmou que os acontecimentos de 1827 já teriam recebido atenção por parte do IHGB e era objeto de estudo de um ilustrado jovem da corte que teria planos de oferecer ao mesmo instituto um trabalho sobre o assunto.

Ora, o confronto de Sarandí foi igualmente lembrado nas discussões do IHGB, mas mesmo assim teve papel de destaque em sua *Guerra do Rio da Prata em 1825*. Certo é que não se pode condená-lo por querer se abster de uma matéria ainda tão candente no imaginário político do país. Sena, em seu também drama histórico em resposta ao *Memorandum* argentino, ainda se mostrou indignado com as afirmações que questionaram a capacidade do soldado do Império em suportar uma guerra no sul,³¹⁶ de D. Pedro I conseguir sustentar as despesas do confronto, do país se proteger contra os corsários do Prata; e defendeu o suposto fracasso em Sarandí e no Passo como fatores que, entre outros, teriam obrigado o Império a aceitar a paz de 1828.³¹⁷

“[...] o Brasil foi forçado á paz em 1828: Porque carecia de recursos para a sustentação da guerra; Porque não tínhamos meios de proteger nosso commercio contra os corsários argentinos; Porque não havia nada capaz de resistir ao vigor e variedade dos ataques do gênio emprehendedor que dirigia a guerra marítima; Porque no animo do Imperador e seu governo a occasionada pela guerra era insustentável; Porque a *vigorosa* milícia do Sul foi *intimidada* despeza nas batalhas de Sarandí e Itusaingo; Porque o exercito republicano manteve sempre *uma superioridade decisiva* sobre o exercito imperial; Finalmente, porque os nossos soldados *não são physicamente os mais bem dispostos para guerrearem no sul*. Se não fossemos tam decidido adversário da mal inspirada paz de 1828, e não

³¹⁶ O autor do *Memorandum* certamente se referia às dificuldades climáticas, visto que as tropas oriundas das partes mais quentes do país sofreram com o frio da região dos pampas. Sena, porém, recusa o argumento insistindo que forças de todas as latitudes da nação já combatiam havia tempos no sul. Mais adiante, Sena teria citado a história contemporânea ao texto ao demonstrar que, na guerra contra Rosas, forças de todas as partes do Império, inclusive das mais quentes, teriam entrado em ação e que ele mesmo teria lutado com esses homens sem que a questão climática tenha sido um problema. SENA, 1857, p. 79-80

³¹⁷ SENA, 1857, p. 76, grifos meus, nega a possibilidade de o Império ter sido coagido a assinar o Tratado de 1828: “Em seu entusiasmo pharisaico elle *não sabe o que deve admirar com preferencia nesse celebre episódio*. – Agora é o valor da republica em emprehender essa luta com o Império, *gigante* a par da Confederação; logo a *perseverança* com que a sustentou a despeito das mais calamitosas difficuldades; depois o *xequê* em que a pequena e imperfeita esquadra republicana conservou durante três annos a importantíssima marinha do Brasil; e por fim a conclusão da guerra, – propicia *muito além de todo o calculo*.”

temêssemos deixarnos levar muito longe por nossas opiniões, analysariamos essas cousas, e provaríamos até á evidencia – que ha erro em crer-se e sandice em affirmar-se que o Brasil não abundava em recursos de todo gênero para continuar a guerra com vantagem, e em negar-se a influencia ingleza no tratado preliminar celebrado após uma derrota.³¹⁸

Ofendido com as “blasfêmias” do *Memorandum*, o texto retomou o passado recente das duas nações, a década de 1850, sugerindo em tom mordaz que foi o “incompetente” Exército imperial o responsável pela queda do “tirânico” general Rosas³¹⁹ e que ao negar tal feito seu autor demonstrava toda a sua ingratidão.³²⁰

Sena passa a tratar da ação do Império contra Rosas assim, relembando que a decisão tomada pelo país de sair da neutralidade deveu-se ao obstáculo que representava Rosas ao desenvolvimento da civilização na região, à liberdade e às boas relações entre os povos do Rio da Prata. Para tanto, o Brasil empregou seus meios políticos, econômicos e humanos, mas o papel preponderante do Império não teria sido reconhecido e, por isso, a ação do país foi invalidada. Parte da responsabilidade pela nulidade dos esforços do Império caberia a seu comandante que não soube dialogar com o jogo de interesses políticos envolvidos na questão. Além do comandante das forças imperiais em 1850, o general Caxias, o outro culpado pelo resultado do desempenho do Brasil na guerra, melhor, por não se obter os resultados desejados, foi o partido conservador. A crítica, talvez, esteja destinada à suposta desvantagem do Império no Tratado de 1851 com a Banda Oriental, apesar dos gastos na guerra.

Mas o gabinete ou o partido que subiu ao poder em 29 de setembro — e que parece condenado pela fatalidade a errar diuturnamente em todos os seus passos em relação a nossos vizinhos, ainda nessa ocasião enganou-se na escolha do general

³¹⁸ SENA, 1857, p. 77

³¹⁹ O autor justifica o fato de não ter produzido uma análise mais detida sobre os acontecimentos da guerra contra Rosas, pois a exposição seria incompleta, mas cita duas fontes importantes para o tema: Sarmiento em seu *Campanha do exercito grande* e Titara.

³²⁰ As acusações feitas pelo texto argentino e reproduzidas no *Memoradum* de SENA, 1857, na p. 81, foram caracterizadas pelo autor brasileiro como uma leitura de viés nacionalista e interessada: “Elle deve conhecer igualmente os meios de que a Providencia se serviu para fazer em 1852 um beneficio de tanto preço aos povos cuja historia quiz escrever. Assim pois, só arrastado por uma tendência irresistível, por uma Índole ingrata, por preocupações e parcialidades nacionaes indesculpáveis, por um sentimento de ódio que nada justifica e a gratidão condemna, ou pelo prurido de *mentirpour nuire*, pôde o memorista irrogar uma offensa gratuita á maior parte dos filhos do Brasil, atirando-lhes em face do mundo uma accusação igualmente injusta que grave. Felizmente porém o provocador desceu um pouco; collocou-se muito baixo para vomitar a affronta, e achou-se desse modo na posição daquelles que erguem a cabeça e cospem para o céu o tiro não alcançou o alvo.”

que cumpria dar ao exercito em conjuntura tam delicada, como se enganou mais tarde na escolha de seu enviado ao Paraguay e do commandante da esquadra. Tudo lhe pareceu fácil; acreditou parvamente que três acontecimentos precipitar-se-iam por si mesmos — como convinha a suas vistas.³²¹

Todo o esforço do memorialista em reafirmar a relevância do Brasil no confronto foi seguido por sua tentativa em provar que os aliados, com empenho ainda maior, tentaram esconder e deslegitimar esse papel. Ou seja, a Confederação mentiu em documentos oficiais do país, escondeu informações e, enfim, buscou dirimir a luta dos soldados do Império em salvar seus vizinhos do ditador que os encarcerava.³²² E, com isso, terminou sua narração sobre os fatos de 1825-1828, demonstrando que passado e presente se entrelaçaram de forma complexa na composição da história nacional.

3.3 Pereira da Silva: a história do Império

Após uma discussão sobre a década de 1850 se fará um salto para 1870, período não menos conturbado e no qual o Império, ainda perplexo, contabilizava os prejuízos humanos, econômicas e políticos produzidos pela Guerra do Paraguai: analisaremos *O segundo período do reinado de Dom Pedro I no Brasil*³²³ de João Manuel Pereira da Silva, publicado em 1871. O Primeiro Reinado foi dividido pelo autor em dois momentos: o primeiro englobaria o período regencial, entre 1821 e 1823, o império de 1823 a 1825, recompondo desta forma acontecimentos relacionados à fundação da nova nação. O segundo, incorporaria os anos seguintes até 1831, data da abdicação do imperador em nome do filho, e momento em que se processaria a consolidação do Império. O livro se apresentou como uma análise da vida política brasileira durante o governo de D. Pedro I com algumas notas reservadas à figura do imperador.

³²¹ Em 29 de setembro de 1848 assumiu o poder o conservador Pedro Araújo Lima. SENA, 1857, p. 85-86.

³²² Afirmou que houve duas narrativas sobre a Batalha de Caseros; uma oficial, publicada no Boletim militar de número 26, e que desmerecia os imperiais e a verdadeira, na qual ficava nítida a força e relevância do exército de D. Pedro II. Ainda segundo o memorialista, o próprio chefe argentino encarregado por Urquiza de escrever sobre Caseros teria concluído que os brasileiros agiram muito bem e que se seus méritos eram ofuscados havia nisso inveja e ânsia de monopolizar a glória na guerra contra Rosas. SENA, 1857, p. 96

³²³ PEREIRA DA SILVA, João Manuel. *Segundo período do reinado de Dom Pedro I no Brasil*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1871.

De partida parece importante verificar a biografia do historiador Pereira da Silva.³²⁴ Nascido no Rio de Janeiro, em 30 de agosto de 1817, era filho de Miguel Joaquim Pereira da Silva e Joaquina Rosa de Jesus e Silva, abastados comerciantes portugueses. Coursou direito em Paris, onde viveu de 1834 até 1838, quando se formou. Retornou ao Brasil em 1839. Dedicou-se a escrita, produzindo obras de cunho ficcional tanto quanto histórico. Na política atuou como deputado geral em 1843-1844, 1848, 1850-1852, 1853-1856, 1867-1868, 1869-1879, 1872-1875, 1877, 1882-1884 e 1886-1887; e como senador, entre 1888-1889, sempre no partido conservador,³²⁵ mas abandonou o mandato parlamentar logo após a Proclamação da República. Exerceu ainda cargos públicos como de fiscal do Banco do Brasil, consultor do Ministério do Império e advogado do Conselho de Estado. Na imprensa, foi redator do *Jornal do Comércio*, do *Jornal dos Debates* e da *Revista Popular*. Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e da Academia Brasileira de Letras. Finda sua carreira política, dedicou-se à escrita das *Memórias de meu tempo*,³²⁶ onde discorre sobre o Segundo Reinado e empreende uma ardorosa defesa ao regime monárquico e contra a República nascente.

No prólogo do seu *Segundo período do reinado de Dom Pedro I no Brasil* o autor se define enquanto historiador, caracterização que, segundo os parâmetros da época, praticamente o obrigaria a primar e buscar peremptoriamente a verdade. Imbuído desse espírito rankeano e, a partir da comparação e contraposição de todo um *corpus* documental, impresso e manuscrito presente em arquivos nacionais e estrangeiros, iniciou sua análise sobre os acontecimentos do reinado de D. Pedro I, para o qual contou ainda com o relato de pessoas que viveram no período. Seu *Livro primeiro* se inicia com o reconhecimento da independência do Brasil, que, após o apoio de Portugal,³²⁷ teria contado com a imediata

³²⁴ Para dados biográficos ver TASINAFO, 2003.

³²⁵ Célio Ricardo Tasinafo, ao biografar Pereira da Silva, afirma que das 17 legislaturas do Segundo Reinado ele tomou parte de 11. TASINAFO, Célio Ricardo. “Introdução”. In: *Memórias do meu tempo*. Brasília; Senado Federal, Conselho Editorial, 2003.p.15

³²⁶ SILVA, 2003, cujo texto foi dividido em tomos e teve o primeiro publicado em 1896, o segundo em 1898; o autor, porém, não chegou a escrever o terceiro, morrendo em 1898.

³²⁷ O autor mencionou a existente de panfletos políticos não autorizados que constantemente vinham à tona com críticas ao reinado de D. Pedro I, em um destes papéis foi duramente questionado o pagamento ao reino de Portugal pelo reconhecimento da independência. PEREIRA DA SILVA, João Manuel. *Segundo período do reinado de Dom Pedro I, no Brasil*. p.24

aceitação dos países europeus. Assim, o autor minimizou o ardoroso, dispendioso e negociado processo de reconhecimento diante das nações civilizadas, mencionando uma situação favorável ao novo império seja na América do Norte, seja na Europa. Nesse sentido, apenas ao sul o império se via perigosamente ameaçado, pois para Pereira da Silva, o território Cisplatino incorporado pela força das armas de D. João VI era invejado pelos americanos de descendência espanhola. Transferindo a rivalidade europeia entre Portugal e Espanha para a América, concluiu pela existência de um projeto das antigas colônias hispânicas do Peru e de Buenos Aires, vizinhas do Império, para sufocar o Brasil.

A Guerra do Prata, porém, foi interrompida para dar lugar à narração da política de D. Pedro I, ora lembrado como um cavalheiro e por seu importante papel na independência do país, ora por sua política autoritária.³²⁸ O quadro pintado por Pereira da Silva não foi dos melhores, ressaltando o temor que se espalhou pela população de que o imperador ambicionava o poder absoluto, dada sua recusa em reunir a Assembleia Geral Legislativa. A Constituição de 1824, assim, teria servido apenas para apaziguar os ânimos.

Além do caráter autoritário, D. Pedro I³²⁹ foi criticado por sua política de distribuição de títulos honoríficos que transportava para terras tupiniquins uma tradição europeia sem fundamentação histórica aqui, visto que não figurava nos tempos coloniais uma aristocracia de família. E não foi o chefe da nação o único a receber críticas: toda sua máquina administrativa foi lembrada por dar continuidade na nascente nação à ineficiência de outrora, isto é, do antigo regime. Os funcionários públicos são caracterizados pelo desrespeito ao cidadão, pelos gastos desnecessários e exacerbados do dinheiro público e pela corrupção, comportamentos que atingiam todos os níveis do funcionalismo. Em contrapartida, a

³²⁸ Nesse sentido, destacou o fim da imprensa livre após a dissolução da constituinte e as leis de censura implementadas. PEREIRA DA SILVA, João Manuel. *Segundo período do reinado de Dom Pedro I, no Brasil*. p.22.

³²⁹ A política de D. Pedro I, por vezes desastrosa, foi definida com precisão por John Armitage em sua *História do Brasil*, onde assinalou a incapacidade do imperador em construir uma empatia com os brasileiros, isto porque, suas ações no governo muitas vezes pareciam atender mais aos interesses estrangeiros, principalmente, dos lusos. Neste sentido, D. Pedro I firmou um acordo com Portugal desvantajoso para o Império, preteriu os brasileiros em cargos importantes da administração pública, assumiu uma postura inconstitucional e agiu com excessivo rigor em circunstância que exigiam diplomacia, como foi o caso da questão Cisplatina. MARSON, Izabel Andrade. *Política, história e método em Joaquim Nabuco: tessituras da revolução e da escravidão*. 1a. ed. Uberlândia: Edefu - ed. da Universidade Federal de Uberlândia, 2009. p.28

instabilidade própria dos cargos jurídicos impedia o fazer valer as leis e punir tais arbitrariedades.

Ao retomar o conflito na Cisplatina, Pereira da Silva ressaltou que no ínterim entre a ocupação de D. João VI, a anexação³³⁰ e o domínio do Brasil, as relações entre os habitantes da região sul e o governo não tinham progredido, permanecendo antigas rixas que se explicavam pela raiz espanhola do seu povo, como já mencionado, e pelo ímpeto voltado para a desordem que os caracterizava.³³¹ Em termos econômicos também não foram observados avanços, pois os embates entre as tropas de Artigas e as luso-brasileiras já tinha arrasado o comércio exterior, afundado as indústrias e vitimado parte da população, situação que os anos seguintes não foram suficientes para reverter. Agravava as circunstâncias, na perspectiva do historiador, o tipo de ocupação ensaiada na Banda, que guardava um caráter unicamente militar e sob a administração do general Frederico Lecor. O militar português foi definido pela sua crueldade, mas também por certa inocência que o impedia de perceber o quão desfavorável era o olhar do povo da região para com os brasileiros, bem como a linha extremamente tênue que os mantinha ligados. O general acreditava na fidelidade de homens como Fructuoso Rivera, que de aliado de Artigas passou a servir ao Império e negligenciar as intrigas e levantes organizados pelos orientais.³³² Fora da Cisplatina a pressão não era menor. Logo que foi concretizada a anexação, uma parcela da população migrou para o país vizinho, as Províncias Unidas do Rio da Prata, mantendo sempre a esperança de libertar seu território da presença estrangeira (termo utilizado pelo narrador e que coloca em dúvida a validade da incorporação); expectativa alimentada e compactuada com o governo da província de Buenos Aires.³³³

³³⁰ Esclareceu Pereira da Silva, 1871, que a decisão política tomada pelo Cabildo montevidiano de 1821 foi circunstancial e frágil, impulsionada pela destruição dos campos e pela desordem das cidades. . PEREIRA DA SILVA, João Manuel. *Segundo período do reinado de Dom Pedro I, no Brasil*. p.44

³³¹ Para o autor, os povos vizinhos ao Brasil, de colonização hispânica, compartilhariam a mesma língua e costumes, além de um caráter inquieto, desordenado e anárquico. Outro dado que os aproximava era o ódio nutrido pelo Brasil. PEREIRA DA SILVA, João Manuel. *Segundo período do reinado de Dom Pedro I, no Brasil*. p.44-46

³³² Pereira da Silva destacou que Lecor, além de acreditar nas boas intenções de Rivera e dos outros orientais ainda manteve o governo imperial equivocadamente informado ao reiterar uma fidelidade inexistente. PEREIRA DA SILVA, João Manuel. *Segundo período do reinado de Dom Pedro I, no Brasil*. p.47

³³³ O memorialista tentou demonstrar como as informações que chegavam a D. João IV eram equivocadas, pois também o era a percepção de Lecor sobre a situação na região, isso porque o militar português não acreditava

Não demorou assim a rebentar a guerra. A empreitada oriental tinha pego o Império de surpresa e seu exército bem armado e organizado prometia uma disputa acirrada. Seguiu, com isso, Pereira da Silva sua descrição, atribuindo aos inimigos características quase supra-humanas que os tornavam capazes de montar animais bravos, passar fome, sede, frio e calor sem que por um instante fraquejassem.³³⁴ Era contra esses homens de um heroísmo inquebrantável que os brasileiros pelejavam e, talvez, por esse panorama já pretendesse o autor justificar as derrotas que viria a narrar nas páginas seguintes. A constituição do oponente encontraria um único adversário à altura: os iguais do Rio Grande do Sul. Nesse sentido, o *Segundo período do reinado de Dom Pedro I no Brasil* conferiu ao povo do Prata atributos diferenciados, possivelmente adquiridos pela proximidade com a natureza bruta dos pampas. Tais qualidades exigiam também outro tipo de guerra, na qual tropas disciplinadas e regulares do Brasil não teriam a menor chance.³³⁵

E se não era uma guerra para qualquer brasileiro, também não era para qualquer comandante. Nesse sentido, o autor identificou os culpados pelos resultados insatisfatórios, começando, claro, por Lecor, que pecou por sua inação diante do avanço de Lavalleja. Depois o vice-almirante Rodrigo Jose Ferreira Lobo, o reforço naval de Lecor, homem corajoso, todavia, inapropriado para posições de comando. Passou então à discussão da Batalha de Sarandí, em que apresentou um cenário bastante complacente em relação à postura de Bento Manoel. O militar do sulino teria errado, mas não por incompetência e sim por sua audácia, que o iludiu quanto às potencialidades das tropas inimigas. Ao confiar que o oponente não

na possibilidade de Buenos Aires entrar em uma disputa com o Brasil ao lado dos orientais, em razão da delicada situação interna em que se encontravam os argentinos com as guerras entre federais e unitários. PEREIRA DA SILVA, João Manuel. *Segundo período do reinado de Dom Pedro I, no Brasil*. p.56

³³⁴ Em Pereira da Silva a descrição de um inimigo tão forte faz parecer também mais corajoso o exército de D. Pedro I: “Já então montavam as forças de Lavalleja a mais de dous mil homens, todos intrépidos e entusiasmados pela causa á que se dedicavam. Cavalleiros, na máxima parte, que sabiam manejar destramente as armas proprias do paiz, lanças, espadas, bacamartes, laços e bolas, montar em animaes bravios e não ainda ensinados, acometter de noite e á toda a hora o inimigo com celeridade e arrojo, afrontar frios, calores, sede e fome, sem que o cansaso lhe quebrantasse a valentia; imaginar ciladas, e praticar façanhas inesperadas e rápidas, com que á todos espantassem e enchessem de admiração.” PEREIRA DA SILVA, João Manuel. *Segundo período do reinado de Dom Pedro I, no Brasil*. p.63

³³⁵ Com esta afirmação, Pereira da Silva se contrapõe a E. Sena que, como mencionado anteriormente, ratificou o caráter homogêneo do exército imperial, formado por súditos de todas as regiões do país. Todos igualmente capacitados para uma guerra do Sul. PEREIRA DA SILVA, João Manuel. *Segundo período do reinado de Dom Pedro I, no Brasil*. p.63-64 e SENA, E. de. Guerra do Rio da Prata em 1825. O libello argentino e a verdade histórica. Rio de Janeiro: Typ. do Correio Mercantil, 1857. p.79-80

tinha ainda reunido todas as suas forças, Bento Manuel partiu para cima dele sem perceber que se encontravam em número muito elevado.

Infelizmente a confiança de Bento Manoel fôra illudida. Já Fructuoso Rivera voltára de Mercedes, depois da derrota do coronel Braz Jardim, e se achava em Sarandy com todas as forças reunidas de Lavalleja. Mais de tres mil homens, e de todas as armas, apinhavam-se pelo cume fortificado da colina, desciam e espalhavam-se pelo vale regado pelas aguas do arroio, e por uns bosques, que entre o arroio e a colina aformoseavam o sitio, sem que Bento Manoel, colocado do lado opposto, pudesse perceber a quantidade de inimigos, que pretendiam atacar e vencer, por meio de uma d'essa façanhas, que são habituáes dos gaúchos do Rio Grande e da Cisplatina.³³⁶

Difícil acreditar em uma cegueira desta proporção, ou seja, não perceber a presença de cerca de três mil homens no campo escolhido para batalha. Diante de um quantitativo tão superior ao dos brasileiros, Bento Manoel abandonou a luta e fugiu para o Rio Grande do Sul com aproximadamente 1.200 homens. Foi o que restou de sua tropa, visto que 400 soldados ficaram para trás, mortos ou prisioneiros. Em relação à versão que constrói sobre Sarandí, surpreende a falta de questionamento sobre o ato de Bento Manoel que, em qualquer leitura militar, ao abandonar o campo de batalha, assinaria sua derrota. Ao contrário do que se viu nas *Recordações* de Machado de Oliveira, ao tratar da Batalha do Passo do Rosário, não houve da parte de Pereira da Silva a opção por minimizar o fracasso sugerindo uma retirada ordenada. Pelo contrário, o texto utilizou categoricamente o termo fuga e assumiu o sucesso do inimigo. Contudo, considera que se foi uma conquista inquestionável, ela não teria sido tão grandiosa como pretenderam os orientais. Assim, o autor tentou minorar a vitória oriental em si, apontando a supervalorização conferida pelo adversário ao evento. Pereira da Silva atribui a essa atitude do inimigo os ganhos por ele obtidos em Sarandí, pois a valorização da vitória enfraqueceu a confiança dos brasileiros na mesma medida que fortaleceu das tropas rivais e, mais ainda, gerou uma enorme comoção na população de Buenos Aires que passou a pressionar seu governo a tomar parte no conflito.

Após o desfecho adverso em Sarandí, a temática da guerra foi interrompida, entrecortada pela política externa do governo de D. Pedro I. A discussão girou em torno do

³³⁶ PEREIRA DA SILVA, 1871, p. 74.

esforço das diplomacias inglesa³³⁷ e francesa em obterem tratados comerciais favoráveis junto ao Brasil, a instalação da assembleia geral e, sobretudo, a sucessão ao trono português após a morte de D. João VI, com grande destaque aos direitos de D. Pedro I e como a questão reverberou no Brasil, a guerra civil e as correntes políticas em disputa na antiga metrópole. A digressão de Pereira da Silva se explicaria, como ele mesmo adiantou, pela influência que o contexto português viria a produzir no Brasil.

A guerra foi enfim retomada e o leitor direcionado ao bloqueio brasileiro no Prata.³³⁸ A decisão pela declaração de guerra contra o Império fez com que as diferentes províncias platinas se unissem, como sugeriu o autor, em prol da defesa do regime republicano. A ação do Brasil acabou por impedir o comércio externo de Buenos Aires e obrigou o governo argentino a organizar sua frota naval, tarefa para a qual convocaram o marinheiro inglês Guillermo Brown. A partir daí a narrativa incidiu sobre os encontros entre a marinha do Império e das Províncias Unidas. O quadro pintado pelo historiador não foi dos mais confortáveis para o Brasil, noticiando pequenos fracassos e a incapacidade de fazer frente ao almirante inglês a despeito da superioridade quantitativa e qualitativa da esquadra do imperador:

De pouco, ou quasi nada, servia, como vimos, a esquadra brasileira. Não commettia operações de guerra, não praticava feitos dignos de renome, não conseguia vantagens para o Império, mais que conter os ímpetos ardentes do Brown, que com menor numero de navios e menos bem construidos, armados e tripulados, passeava, todavia, pelas aguas do Rio da Prata, sem que fosse encommodado.³³⁹

Sem dúvida o trecho acima em nada se assemelhou à descrição heroica apresentada por Sena sobre a marinha imperial na Cisplatina; mas o pior ainda estava por vir: Brown, como indicou Pereira da Silva, sem muito esforço e com certa ajuda do desleixo da

³³⁷ A Inglaterra buscava um tratado que pusesse fim ao tráfico de escravos e outro que renovasse os acordos de 1810 sobre comércio e navegação. PEREIRA DA SILVA, João Manuel. *Segundo período do reinado de Dom Pedro I, no Brasil*. p.82

³³⁸ De acordo com Pereira da Silva, além das perdas econômicas para o Brasil, o bloqueio e a apreensão de uma embarcação americana quase levou ao rompimento das relações diplomáticas com esta nação. PEREIRA DA SILVA, João Manuel. *Segundo período do reinado de Dom Pedro I, no Brasil*. p.159-161

³³⁹ PEREIRA DA SILVA, 1871, p. 144.

força brasileira, tomou a ilha de Martim Garcia, ponto estratégico para navegação dos rios e para as operações navais.³⁴⁰

As notícias sobre a guerra ocasionaram forte descontentamento no imperador, que reclamava da demora com que se dava a organização do exército que mandara reunir na Província do Rio Grande, e dos gastos feitos com uma esquadra que, até então, não tinha apresentado nenhum resultado positivo. Pelo contrário, perdera Martim Garcia. Em resposta, D. Pedro I demitiu o comandante da esquadra brasileira, Rodrigo Lobo, e nomeou o vice-almirante Rodrigo Guedes Pinto.³⁴¹

Assim termina a narrativa do primeiro livro no ano de 1826, durante o qual se viu o Império perder a Batalha de Sarandí para os orientais, a “imponente” marinha do Brasil “passar grande sufoco” no Rio da Prata diante da esquadra das Províncias Unidas, o país acumular prejuízos comerciais e o alvorecer de um novo ano ainda “de mãos dadas” com uma velha guerra.

O segundo livro da obra de Pereira da Silva principia prestando ao povo do Rio de Janeiro descrição arguta sobre o contexto desonroso em que se prosseguia o conflito no Prata. Óbvio que é impossível separar quanto desta narração representou de fato o clamor das ruas e o quanto se deve ao olhar crítico do autor frente aos acontecimentos. Independente disso, o que não se pode ignorar na leitura deste historiador é sua escolha por apresentar o governo de D. Pedro I com seus acertos e erros e não um império grandioso desde seu nascimento.

Em linhas gerais Pereira da Silva apresentou uma Guerra Cisplatina e um Primeiro Reinado muito mais fragilizados, em que o país vivenciou derrotas militares, o governo agiu de forma autoritária, viu o Rio Grande ameaçado e sofreu com perdas

³⁴⁰ A narração de Pereira da Silva desqualificou os brasileiros que dormiam ao invés de vigiarem o lugar, que foi tomado com facilidade pelas tropas da República.

³⁴¹ Sobre a troca, Pereira da Silva afirmou que Ferreira Lobo era mais valente, enquanto Guedes Pinto mais inteligente e ilustrado. Ainda destacou que Guedes nunca tinha estado na guerra, pois era um homem de gabinete, e que por sorte se deixou guiar pelo capitão de mar e guerra João Pascoe Greenfell. PEREIRA DA SILVA, João Manuel. *Segundo período do reinado de Dom Pedro I, no Brasil*. p.151

territoriais irreparáveis. Neste sentido, atribuiu um papel político à guerra de tal monta que fez dela uma das causas que obrigaram D. Pedro I a abdicar em 1831.³⁴²

Sentimento profundíssimo de magoa e de desgosto manifestava publicamente a população do Rio de Janeiro, já pelos prejuízos que seu comercio soffria com os assaltos temerarios dos corsario [...] e, finalmente, pela inhabilidade provada dos chefes de mar e terra, a quem haviam sido confiados os commandos da esquadra e do exercito, um encerrado dentro em Montevidéo, appellidando táctica e prudente o que parecia ser apenas receio de combate; e o outro, consentindo que Brown, com meia dúzia de pequenos barcos, passeasse desafogadamente pelo Rio da Prata, commettesse façanhas, com que se cobria de gloria, se apoderasse de pontos estratégicos, que nunca mais se tratára de reivindicar, como a ilha de Martim Garcia, quando tão poderosa era em numero de vasos a esquadra brasileira, tanto em solidez de cascos e excellencia de armamentos, como em disciplina de tripulações, cuja metade se compunha de inglezes contractados no serviço do imperio. A população do interior das terras padecia extremamente com o recrutamento, á que se procedia por ordem do governo, prendendo-se para o serviço militar paisanos, praças da segunda linha, alistados das ordenanças, procurando-se o numero de preferênciã á escolha, quando nem indícios de si dava o exercito, e o inimigo estava senhor de todo o campo da província da Cisplatina, e ameaçava a província do Rio-Grande do Sul.³⁴³

O avanço do conflito, porém, não possibilitava a melhora dos resultados do país. O autor descreveu o encontro naval entre Brown e Jacintho Roque sem o menor traço do épico embate narrado por Sena. Em Pereira da Silva, o capitão de fragata brasileiro tinha tentado evitar o confronto e suas embarcações caíram progressivamente diante dos recursos de Brown, até as últimas três que se entregaram ao almirante inimigo.³⁴⁴ E mais uma vez os

³⁴² A relação de causa e efeito entre a guerra e a abdição ficou mais nítida nas *Memórias*, onde PEREIRA DA SILVA, 2003, p. 60, identificou três causas para o enfraquecimento de D. Pedro I: 1) sua intervenção em Portugal tentando manter o direito sucessório de sua filha usurpado por seu irmão D. Miguel; 2) a derrota no Prata e 3) os erros cometidos por D. Pedro na administração. Sobre a guerra afirmou, então: “Magoaram-se ainda mais com as infelicidades da guerra suscitada nas margens do rio da Prata, da qual resultou a perda da província oriental, conquistada por D. João VI”, cf. PEREIRA DA SILVA, 2003, p. 60.

³⁴³ PEREIRA DA SILVA, 1871, p. 165-166.

³⁴⁴ A narração de Emilio de Sena Pereira, como vimos, tentou transformar o capitão Jacintho Roque de Sena Pereira em um grande herói. Já PEREIRA DA SILVA, 1871, p. 180-181, sem maiores compromissos com o personagem, apresentou dois comandantes de semelhante valor: “No dia 8 de fevereiro de 1827 estava já Jacintho Roque com os seus desasseis navios em vista de Martim Garcia, quando rompeu de terra um repentino fogo de artilharia disparado contra a esquadilha brasileira, e logo depois foi o ataque vivamente correspondido pela outra margem do rio. Tencionou ainda Jacintho Roque retrogradar, subindo o rio até que reconhecesse a natureza, e forças do adversário, que assim o incommodava. Conheceu, porem, que tarde já era, pois que pela parte superior lhe apareciam navios inimigos, achando-se collocado entre fogos crusados. Restava-lhe só aceitar o combate, e provar valentias para escapar ao perigo. Todo o dia 8 durou o combate, que se travou, sustentado com ardor por ambas as partes. Suspenso durante a noite, recomeçou na alvorada de 9, e bastavam as apreensões, de que o espírito de Jacintho Roque se apoderára, para embaraçar-lhe os movimentos e planos, ao passo que a confiança, e temeridade sobravam os recursos de Brown. Pelas dez horas do dia ardiã já queimadas

opponentes tinham conquistado os louros da vitória e mais uma vez o grandioso império brasileiro, apesar do esforço em muitas circunstâncias, tinha saído derrotado em uma batalha.

Retomando o conflito em terra, o historiador também identificou equilíbrio entre chefes os militares dos dois exércitos beligerantes: Alvear e Barbacena. Contudo, a igualdade entre os comandantes não se dava pelo fato de ambos terem acumulado experiência no campo de batalha uma vez que, pelo contrário, chegaram a postos tão altos antes pela ilustração e experiência política que por atributos bélicos e estratégias de guerra.

Para formular suas considerações Pereira da Silva contou com dois registros documentais. Uma fonte primária: o documento escrito pelo marechal Gustavo Henrique Brown, que lutava nas fileiras imperiais, para se defender no tribunal de guerra realizado 1829³⁴⁵ e uma fonte secundária: o livro de Titara.³⁴⁶ Além disso, utilizou jornais argentinos do período, boletins do exército, os debates na Câmara dos deputados da época e ofícios e documentos trocados entre os militares brasileiros. Ao iniciar a narração da Batalha do Passo, Pereira da Silva deixou claro que Barbacena tomou sozinho suas decisões, negando-se, inclusive, a ouvir os conselhos do general Calado e do marechal Brown. Dessa forma, vai de encontro ao argumento dos defensores de Barbacena que conferiram a uma junta a escolha de procurar o inimigo e, fatalmente, o resultado da Batalha do Passo. Ao limitar ao marquês de Barbacena o comando também acabou por torná-lo o maior culpado pelo desfecho.³⁴⁷ No entanto, essa não era a única responsabilidade de Barbacena. O marquês foi iludido por Alvear e, por isso, continuou avançando na tentativa de alcançar o inimigo que supunha enfraquecido.

cinco embarcações de Jacintho Roque, e as equipagens diligenciavam salvar-se das chammas do incendio, atirando-se uns ao rio, e outros ás lanchas. A' pouco e pouco se foi enfraquecendo a artilharia dos brasileiros até que tres das suas embarcações conseguiram á força de velas passar a linha do inimigo, collocado nas águas superiores do rio, e subi-las de novo, evitando a luta, enquanto as demais restantes com o seu chefe, Jacintho Roque, arriavam bandeiras, e se entregavam ao vice-almirante Brown [...].”

³⁴⁵ O documento já foi citado na nota 210. BROWN, Gustavo Henrique, Mal. Defesa e relatório perante o Conselho de Guerra. Rio de Janeiro: Typografia do diário, 1829. In.: RIHGRGS, 1926 I e II Trim. p. 197-294

³⁴⁶ Pereira da Silva não citou diretamente Alvear, mas fez referência clara ao fato deste ter respondido a um tribunal de guerra. Da parte de Titara o diálogo com Alvear é notório e, sem dúvida, muitos tópicos de sua narrativa podem ser definidos como uma clara resposta à explanação do general inimigo.

³⁴⁷ Nesse sentido, Pereira da Silva utilizou o documento escrito pelo marechal Brown no qual o militar inglês ressaltou suas tentativas de persuadir Barbacena seja para não procurar o inimigo seja para que o exército brasileiro não se retirasse e buscasse a vitória no Passo do Rosário.

Outra dúvida envolvendo o nome de Barbacena diz respeito às suas ordens para Bento Manoel. O historiador ofereceu duas versões para o fato: uma de Barbacena e a outra de Bento Manoel. Na de Barbacena, o marquês afirmou ter orientado Bento Manoel e seu destacamento a seguirem na frente à procura do inimigo, mas a retornar tão logo ouvisse estrondos de modo a surpreender o oponente pela retaguarda. Na de Bento Manoel, as instruções de Barbacena eram para que fosse ao Passo e lá permanecesse até novas providências. Pereira da Silva não indicou qual dos lados lhe pareceu falar a verdade, mas constatou que, de todo modo, o exército tinha ficado desfalcado de forma preocupante sem a guarnição de Bento Manoel; mas, ainda pior, foi o fato de Barbacena ter saído no encalço das tropas das Províncias Unidas com tanta confiança e impetuosidade que o fez ignorar todo e qualquer precaução ficando vulnerável ao inimigo:

[...] O desejo, que o Marquez nutria de alcançar o inimigo, que se retirava, e a sua convicção de que conseguiria derrota-lo, foram a causa de se desprezarem cautelas e providencias sem espías ou exploradores na vanguarda e nos flancos; e sem a organização de uma reserva, que sustentando-os nos perigos, decidisse da sorte da batalha.

Mesmo depois de descrever uma verdadeira sucessão de enganos por parte de Barbacena, o autor não desmereceu o papel das tropas imperiais. Em absoluto, o historiador fez questão de destacar o quão disputado foi o combate que, depois de seis horas intensas, ainda não possibilitava verificar um vencedor. O equilíbrio era notado de parte a parte e se a esquerda da esquadra brasileira se via em apuros a direita se mantinha firme.

Seguia assim a luta, até que Lavalleya, ao perceber que o vento soprava na direção da ala direita dos brasileiros, decidiu atear fogo no campo de batalha para dispersar as forças imperiais. O fogo, na leitura de Pereira da Silva, assumiu, como em nenhum outro autor analisado, um papel preponderante, pois teria sido o motivo que levou Barbacena se decidir pela retirada.

Lavalleya executou logo o seu desígnio, lançando fogo ao campo, que não tardou em arder, e em levantar espessas nuvens, que corriam da esquerda para a direita, escureciam a athmosphera, espalhavam horrivel calor, e escondiam os combatentes uns dos outros de modo á se não avistarem. O Marquez de Barbacena abatido por

este novo transtorno decidiu cessar o combate, e mandar tocar a retirada das tropas.³⁴⁸

A retirada, contudo, teria decorrido sem impedimentos por parte do exército inimigo, de forma ordenada, em marcha regular e deixando para trás apenas uma peça inutilizada, caixas com objetos sem valor e algumas bandeiras e estandarte por falta de animais que pudessem dar conta de tal carga. Seguiram então para o Passo de Cassihy onde pernoitaram tranquilamente, enquanto as tropas de Alvear retornaram para seu acampamento. A narração de Pereira da Silva preferiu assumir a derrota. De qualquer forma, não foi uma derrotada categórica, visto que o inimigo não seguiu o exército imperial para liquidar a guerra.³⁴⁹ Entretanto, se fragilizado o resultado no campo, suas consequências para o ânimo tanto das tropas quanto dos brasileiros em geral foram catastróficas.

Qualquer que seja o título que mereça esta batalha, e certo que foi, senão uma derrota material para os brasileiros por não serem perseguidos pelo inimigo, que abandonou igualmente o campo da peleja, causou, todavia, um enorme desastre moral para o império, derramando o desânimo no exército, e obrigado á internar-se na província do Rio Grande, e ocupar-se d'ahi por diante só da defensiva, produzindo igualmente no país uma sensação funda e dolorosa.³⁵⁰

Em comparação com as outras narrativas analisadas até aqui, Sena e Pereira da Silva deram um peso muito menor à Batalha do Passo. O primeiro com a justificativa de não ter referências para discutir a questão, mas, na verdade, porque seu interesse era mesmo as forças navais do Império e os combates navais, uma vez que seu intuito maior era reconstruir a memória do que considerava o verdadeiro desempenho do comandante Jacintho Roque. No segundo caso, o desfecho de 1827, ainda que importante, foi somado às outras derrotas para formar o quadro definidor da Guerra Cisplatina.

Retornando ao conflito marítimo, o historiador apontou que a esquadra imperial continuava passando por dificuldades. Relatou a missão delineada pelo vice-almirante Pinto

³⁴⁸ PEREIRA DA SILVA, 1971, p. 190-191.

³⁴⁹ Segundo Pereira, a opção de Brown de não perseguir o inimigo se deveu ao cansaço da cavalaria, informação que não teria agradado ao governo de Buenos Aires, recebida por meio de um ofício do comandante em chefe. PEREIRA DA SILVA, João Manuel. *Segundo período do reinado de Dom Pedro I, no Brasil*. p.193-194

³⁵⁰ PEREIRA DA SILVA, 1971, p. 192.

Guedes³⁵¹ à Patagônia com o intuito de sufocar os corsários que ali se escondiam e apresarem seus navios. A ação ficaria a cargo do capitão Shepperd, inglês empregado no exército brasileiro. Os inimigos, no entanto, já esperavam o ataque e responderam aos marinheiros do Império de forma veemente. Em meio à luta, o capitão inglês foi morto, acontecimento que desencadeou o desânimo entre os brasileiros e os levou à evadirem-se. Daí por diante o autor descreveu o massacre infligido pelos inimigos aos soldados do império em fuga. O resultado foi a apreensão de três navios brasileiros, seus sobreviventes e de mais um abatimento moral para o Império.³⁵²

As más notícias da guerra tiveram grande repercussão na corte e se projetaram nos debates da Câmara dos deputados e na imprensa, fosse pelos resultados desastrosos das tropas de mar e terra, fosse pela forma como o governo vinha recrutando soldados, ou seja, compulsoriamente e fazendo uso da força. Além disso, D. Pedro I não encontrava apoio em seus ministros, pois eles não estavam preparados para enfrentar contexto tão delicado ou não tinham ânimo para se posicionarem diante do imperador. Já seus generais não estavam à altura da confiança neles depositada pelo chefe da nação.

Assim, o autor mais uma vez interrompeu a guerra, desta feita para discutir como o resultado da Batalha de Ituzaingó monopolizou as discussões nas sessões da Câmara dos deputados do ano de 1827, cujos palestrantes analisavam a inaptidão do quadro militar do Império, o recrutamento autoritário dos brasileiros e os gastos ocasionados pela contratação de soldados estrangeiros. Foram pauta, ainda, o Tratado sobre o Tráfico de escravos, o orçamento para o ano seguinte e os conflitos entre Senado e Câmara.

Voltando à guerra na seção seguinte, Pereira da Silva informou a chegada de lorde Ponsomby ao Rio de Janeiro com o objetivo de estabelecer a paz entre o Império e as Repúblicas Unidas do Rio da Prata. A proposta foi aceita por D. Pedro I, porém com o aviso de que não abriria mão da posse da Cisplatina. Já do *outro* lado da Banda, a chegada do plenipotenciário inglês não contou com grande atenção do presidente Bernardino

³⁵¹ O historiador acusou Pinto de conceber e executar a ação na Patagônia, de maneira rápida e imprudente. . PEREIRA DA SILVA, João Manuel. *Segundo período do reinado de Dom Pedro I, no Brasil*. p.194-201.

³⁵² De acordo com o autor, 700 pessoas participaram da expedição, mas apenas 244 sobreviveram, sendo 120 brasileiros e 124 ingleses, estes últimos foram contratados pela marinha da República, enquanto os outros foram castigados. PEREIRA DA SILVA, João Manuel. *Segundo período do reinado de Dom Pedro I, no Brasil*. p.199

Rivadavia,³⁵³ pois, animado com os resultados obtidos na Patagônia, em Ituzaingó e nos rios uruguaios, como frisou o autor, esperava liquidar a guerra no campo de batalha. Opinião que logo mudou.

A guerra continuava, porém, com o exército brasileiro acuado na Província do Rio Grande sob o comando de Lecor e as tropas inimigas divididas, depois do rompimento de Lavalleja e Oribe com Fructuoso Rivera. Internamente, a guerra tinha se tornado odiosa para ambas as nações, perdendo o apoio político. Aproveitando-se do contexto, o diplomata inglês conseguiu arrancar das duas nações uma saída neutra que acabou contentando os dois lados: a independência da Cisplatina.

³⁵³ Rivadavia foi substituído por Vicente Lopez e este por Dorrego. PEREIRA DA SILVA, João Manuel. *Segundo período do reinado de Dom Pedro I, no Brasil*. p.255

Capítulo 4

O debate no outro lado do Prata: unitarios *versus* federales nas fontes argentinas e uruguaias sobre a Guerra Cisplatina

A paz é o intervalo entre duas guerras.

— Jean Giraudoux, *Anfitrião* 38.

Provavelmente nada representa melhor a história da região do Prata no século XIX do que a ideia sistematizada na epígrafe deste capítulo, embora, muitas vezes, os atores políticos que viveram e produziram os acontecimentos desse período tenham dispensado esse “intervalo”. E se a guerra foi uma constante nessa região, ela não se restringiu aos campos de batalha, já que transbordou nos discursos políticos e integrou as memórias, as quais, como se tentará apontar, participaram e responderam ativamente às demandas políticas e intelectuais do processo de construção dos Estados nacionais no Prata.

Depois de uma longa exposição sobre a perspectiva brasileira acerca da Cisplatina esta tese se concentrará nas narrativas argentinas e uruguaias sobre o tema. Ainda que, provavelmente cansativa, a exposição de cada autor possibilitará entrever as questões destacadas pelos diversos relatos e os diferentes momentos históricos com os quais eles dialogam. Nesse sentido, será mantido o modo de apresentação dos capítulos anteriores. Como já foi feito, a análise não seguirá a ordem cronológica segundo a qual os textos vieram a público pois pretendemos priorizar e trazer à tona trocas de argumentos e, sobretudo, o debate entre obras e autores.

O primeiro texto a ser estudado já foi bastante citado no decorrer desta tese: trata-se da *Exposición que Hace el General Alvear para Contestar el Mensaje de el Gobierno de 14 set. 1827* de autoria do general argentino Carlos Maria Alvear, comandante em chefe das tropas adversárias do Império na batalha do Passo do Rosário. O segundo constitui parte das extensas memórias de um militar próximo de Alvear, Tomas de Iriarte, que apresentou

uma interessante análise sobre o conflito de 1825 em seu *Rivadavia, Monroe y la guerra argentino-brasileña*. O terceiro trabalho a ser discutido será o *Memorandum de las operaciones navales de la marina de la Republica Argentina desde el año de 1813 hasta la conclusión de la paz con el Emperador del Brasil en el año de 1828, redactado según observacions personales y los diários de oficiales*, do almirante Guillermo Brown, figura de destaque na marinha argentina. A este se seguirão os escritos do soldado uruguaio José Brito del Piño, com seu *Diario de la guerra del Brasil*, concluindo-se o capítulo com os *Recuerdos del Ejército de Operaciones contra el Emperador del Brasil*, de José Maria Todd.

4.1 A *Exposición* do general Carlos Maria Alvear sobre a Guerra del Brasil

Para abrir a discussão do outro lado do Rio da Prata apresentamos um texto atribuído ao general argentino Carlos Maria Alvear. Como já mencionado ao longo desta análise, esta foi, provavelmente, a primeira narrativa publicada sobre os eventos sucedidos entre 1825-1828, e tinha o objetivo de responder uma série de acusações feitas pela Sala de Representantes do Governo³⁵⁴ contra o exército nacional e, sobretudo, o seu general em chefe: Carlos María de Alvear. Com o título de *Exposición que Hace el General Alvear para Contestar el Mensage de el Gobierno de 14 SET 1827* o texto foi publicado na cidade de Buenos Aires em 1827.³⁵⁵ Escrita na terceira pessoa do singular e dividida em duas partes, a narrativa se refere ao general argentino de forma impessoal e, por isso, seria plausível supor que foi apresentada oralmente por Alvear e transcrita por outrem. O texto foi norteado pelas perguntas dos arguidores do governo e tratou tanto de questões administrativas, como de fardamentos e envio de mantimentos, quanto das estratégias bélicas do exército republicano. Além disso, foram apresentadas algumas acusações em relação à conduta militar do General Alvear. Mais que uma tentativa de entender o que aconteceu no teatro da guerra e apurar responsabilidades, as indagações da Sala do Governo pareceram colocar em xeque a política e a condução da guerra pela administração anterior de Bernardino Rivadavia.

³⁵⁴ Organismo de governo que funcionou em Buenos Aires entre as décadas de 1820 e 1850.

³⁵⁵ ALVEAR, Carlos Maria. *Exposición que Hace el General Alvear, para Contestar el Mensage de el Gobierno de 14 SET 1827*. Buenos Aires: Imprensa Argentina, 1827.

A primeira parte do livro se inicia com uma questão que colocou sob suspeita a contabilidade do exército, supostamente em desordem. A *Exposición*, contudo, negou a acusação, e a definiu como uma calúnia. Segue-se, então, uma denúncia ainda mais grave, capaz de pôr em descrédito o próprio discurso vitorioso do exército republicano, isso porque Alvear foi interpelado acerca da veracidade da suposta tomada, pelo exército argentino, de depósitos imperiais de armamentos e mantimentos durante a entrada das tropas republicanas em S. Gabriel. A comprovação desta ação funcionaria como uma significativa demonstração da capacidade bélica do general, visto que tal estratégia, além de impor aos brasileiros uma situação moralmente humilhante, ainda ocasionaria aos soldados imperiais um estado de debilidade física (pela falta de alimentos) e os incapacitaria de reagirem à ofensiva inimiga (pela falta de munição). O motivo que levou ao questionamento do episódio por parte do governo foi a falta de comprovação material desse botim de guerra.

A resposta veio repleta de ironia. Ao afirmar que a carga tomada dos brasileiros na entrada de São Gabriel consistiu em farinha, tabaco, aguardente e açúcar, o autor do texto asseverou que, de forma alguma, artigos como esses poderiam ter sido guardados até a época em que se deu a contestação do governo, em razão do caráter perecível de tais produtos. Além disso, questionou se acaso os soldados argentinos, já tão vitimados pelas agruras proporcionadas pela escassez de mantimentos e pela guerra como um todo, deveriam se privar do importante consumo desses produtos apenas para que servissem no futuro como prova de seus feitos e contra aviltantes acusações. Sobre a apreensão do arsenal bélico, Alvear informou que as armas foram entregues ao general Lavalleja e abasteceram parte das divisões orientais que estavam sem fogo. A carga contava com sete carretas de armas, pólvora e munições de todo o tipo e foram tomadas nas proximidades de São Gabriel pelo coronel Zufriategui. Com isso, demonstrou que o material usurpado foi revertido em prol das forças republicanas e não seria plausível mantê-lo guardado enquanto as tropas experimentavam carência de provisões militares. Também foi mencionado que no dia da importante Batalha de Ituzaingó munições foram tomadas do inimigo, ou seja, das tropas imperiais, no próprio teatro da guerra, mas que parte desse material teria sido consumido pelo incêndio no campo de batalha. A última referência em relação ao assunto tratou da suposta usurpação de bagagens e equipamentos dos soldados brasileiros, objetos esses que foram caracterizados

como despojos de guerra e que, em razão disso, pertenceriam legitimamente ao vencedor, como se intitularam os republicanos. Nesse sentido, o que foi subtraído teria sido dividido entre os soldados de Alvear, o que impedia de oferecê-los como prova.

Mais que investigar a veracidade desse feito de armas intriga o fato do próprio governo argentino, com tal observação, ter colocado em dúvida a campanha militar de seu exército. Supõe-se que a iniciativa tivesse uma forte motivação política, afinal as perguntas foram, provavelmente, elaboradas ou disponibilizadas no governo do federal Manuel Dorrego, e quando Alvear não estava mais no cargo de general em chefe. Além disso, a nomeação de Alvear para o comando do exército foi feita pelo presidente unitário Bernardino Rivadavia que, pouco tempo antes do questionário, foi obrigado a renunciar ao cargo por conta do fracassado tratado de paz negociado entre o enviado do governo, Manuel José García, e o Império.³⁵⁶

Entretanto, se o governo federal de Buenos Aires duvidou da apropriação dos depósitos do exército do império por Alvear, os memorialistas brasileiros apresentaram vários indícios relevantes sobre a plausibilidade do fato. Lima e Silva,³⁵⁷ por exemplo, afirmou que um importante depósito de Serro Santana foi destruído pelo tenente coronel das forças imperiais, Pedro José da Costa Pacheco, em razão da chegada iminente das tropas argentinas; e o que não ardeu nas chamas foi levado pelo inimigo. O mesmo memorialista ainda ressaltou que por onde os republicanos passaram saqueavam gado e cavalhada e que, seguindo para Bagé, as tropas oponentes encontraram em São Gabriel depósitos imperiais de gêneros e fardamentos.

O coronel alemão Anton Seweloh,³⁵⁸ também mencionou as perdas materiais do exército imperial. Inicialmente, informou que, em 12 de fevereiro, os brasileiros perderam importante carga de suprimentos, quando, de repente, uma divisão republicana se apoderou

³⁵⁶ Rivadavia renunciou ao governo em 7 de julho de 1827. O Congresso elegeu como presidente provisório Alejandro Vicente López y Planes, do partido conciliador, que permaneceu no cargo entre julho e agosto de 1827 quando novas eleições colocaram o federal Manuel Dorrego no poder. Dorrego não assumiu como presidente da Argentina, pois, predominando o projeto federalista naquele momento, alçou ao cargo de Governador de Buenos Aires – o mais importante no país à época.

³⁵⁷ LIMA e SILVA, Marechal Luiz Manoel. Guerra com as Províncias Unidas do Rio da Prata. Rio de Janeiro: Gráfica Ouvidor, 1956. p.62

³⁵⁸ SEWELOH, Anton Adolph Friedrich von. “Reminiscencias da campanha de 1827 contra Buenos-Ayres”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico*, v. 37. Rio de Janeiro: Garnier, 1874. p.429

e destruiu bagagens, mochilas e munições acondicionadas no Passo de São Borja. Em outra menção, agora mais vaga, o soldado alemão afirmou que o exército perdeu toda a bagagem, boiada, cavalos, carros, hospital e caixa militar, mas não explicou como. Logo em seguida, asseverou que o prejuízo mais significativo tinha sido a ausência de munições, as quais foram “tomadas”. A falta de munições, para Seweloh, funcionou como fator preponderante na impossibilidade das tropas de Barbacena darem continuidade à Batalha de 20 de fevereiro e mesmo que não tenha sido expressamente anunciado *quem* tomou os armamentos brasileiros, certamente o verbo empregado teria sido outro caso o fato tivesse motivações circunstanciais.³⁵⁹

A memória de Lima e Silva, principalmente, muito se aproximou da argumentação produzida para a Sala do Governo, visto que confirmou que tropas inimigas encontraram depósitos em São Gabriel tanto de gêneros alimentícios quanto de armas. Já Seweloh apontou o roubo de depósitos em São Borja. Ambos os memorialistas, entretanto e muito provavelmente, tiveram acesso ao texto de Alvear. No caso de Lima e Silva, a referência ao general argentino foi clara, inclusive sua defesa frente às acusações da Sala do Governo chegou a ser citada no texto do militar brasileiro.³⁶⁰ Além do que nos parece impensável que Lima e Silva se furtaria a comentar acontecimentos tão significativos caso fossem simples devaneios do general republicano.

Ao contrário, em Seweloh a leitura de Alvear não ficou tão evidente. Na verdade, o alemão fez uma espécie de análise sobre a Guerra Cisplatina imediatamente depois do seu diário e nela afirmou que os boletins de Alvear criticaram a postura do militar brasileiro Bento Manoel. Aqui, ao falar em “boletins” tanto pode estar mencionando a *Exposición* quanto algum boletim do exército produzido durante o conflito. A primeira hipótese parece mais plausível na medida em que a defesa de Alvear, como se viu nos capítulos anteriores, foi bastante difundida no país e um boletim do exército possivelmente teria circulação mais restrita, ainda que não se possa ignorar que a imprensa do período da guerra publicou constantemente material oriundo do *front*. O diário de Seweloh ainda coincidiu com a

³⁵⁹ SEWELOH, Anton Adolph Friedrich von. “Reminiscencias da campanha de 1827 contra Buenos-Ayres”. p.438

³⁶⁰ LIMA e SILVA, Marechal Luiz Manoel. Guerra com as Províncias Unidas do Rio da Prata. p.124

Exposición ao revelar a “tomada” das munições como dado complicador para a continuidade da Batalha do Passo do Rosário. Dessa forma, ainda que o alemão não explique como foi o processo em que se deu a falta de armas, sabe-se que algo ocorreu no dia do conflito. Ora, e por que não uma ação inimiga?

Como já dito, não interessa exata e particularmente verificar o quão verossímil foi a narrativa atribuída ao general argentino, mas avaliar as apropriações políticas dessa narrativa em diferentes momentos, inclusive pelos brasileiros. Portanto, por ora, a questão será suspensa para dar lugar aos outros pontos do questionário feito a Alvear. Retornar-se-á quando for conveniente.

Outro ponto levantado contra a atuação do exército republicano esteve ligado à forma como tratava os habitantes das regiões ocupadas. Os civis brasileiros denunciaram a violência e os roubos perpetrados por onde passaram os soldados de Alvear. Tais acusações foram vastamente utilizadas pelos memorialistas brasileiros para deslegitimar a presença do inimigo, como será retomado em seguida, mas integraram principalmente o discurso de oposição ao governo de Rivadavia e ao comando do general. Em sua réplica, Alvear garantiu que agiu de maneira respeitosa com a população, conservando os brasileiros pacatos. Lima e Silva chegou a citar narrativas que validavam a violência dos comandados de Alvear como, por exemplo, a entrada do exército republicano na povoação de São Gabriel, onde foram acusados de saquearem pequenos negócios e quase atearem fogo à cidade – chegando a queimar algumas diminutas casas de palha. A história foi parcialmente colocada em dúvida pelo próprio memorialista brasileiro que se não questionou a possibilidade de terem promovido a pilhagem, não acreditava que tivessem tentado incendiar a cidade, visto que, caso desajassem realmente fazê-lo, teriam muito tempo para isso e ninguém para impedir, com os soldados imperiais longe das imediações.

O fato é que se a violência foi praticada, o que não seria surpreendente em uma situação de exceção como é uma guerra, ao que tudo indica, ela não foi estimulada pelo comandante Alvear, pelo menos não o fez abertamente, porém ocorreu em muitas circunstâncias como era de praxe. Nesse sentido, é possível ler no texto de Lima e Silva a transcrição de proclamas do militar argentino dirigidos especificamente aos seus soldados, nos quais o general asseverava que ao entrar no país seus homens encontrariam um povo

oprimido, que tinham por obrigação libertar. Concluía, com isso que as tropas, mesmo diante das privações a que estavam submetidas, seriam obrigadas a respeitarem as propriedades dos cidadãos pacíficos. Da mesma forma, Alvear usou proclamas para dirigir-se aos brasileiros e prometer que a ação de seu exército asseguraria a liberdade, a igualdade, a independência e a integridade de seus bens, sem, contudo, deixar de lembrá-los que todos que agissem como inimigos dos argentinos sentiriam o peso de suas espadas.³⁶¹ Em contrapartida, cabe perguntar se a existência de pronunciamentos destinados às tropas destacando a necessidade de respeitarem o cidadão comum não representaria indício de que a prática dos soldados, ou de parte deles, caminhava em direção contrária.

Mesmo se esforçando para negar as acusações contra as tropas republicanas, o texto chegou a fazer um *mea culpa* quando afirmou que os poucos excessos que existiram foram severamente punidos. Em outro trecho, a mensagem aos membros da comissão do governo pretendeu de alguma forma eximir os soldados argentinos e insinuou que tais excessos foram obra dos desertores, em sua maioria combatentes das tropas aliadas das Províncias Unidas. Com isso, explicou que depois da Batalha de Ituzaingó o general oriental Lavalleja, por decisão própria e sem esperar ordens de Alvear, distribuiu gado entre os soldados, e que tal ato gerou malefícios para as operações militares, visto que levou os orientais a abandonarem as fileiras do exército em nome de seus interesses pessoais.³⁶²

Com esta afirmação, o texto acabou por retirar dos argentinos a responsabilidade pelas violências contra os civis e ainda atribuiu aos orientais a culpa por fracassos bélicos do primeiro corpo do exército. De qualquer forma, seria plausível presumir que a violência contra civis aconteceu por parte tanto do exército republicano quanto do imperial. Ambas as forças beligerantes passaram por delicada situação de carências, amplamente narrada por seus próprios soldados, o que impulsionou roubos de animais, de casas de comércio ou fazendas das localidades por onde passaram as tropas. Outras denúncias aludiram ao fato dos soldados não receberem fardamento suficiente, nem seus soldos. As duas acusações foram negadas no texto de Alvear. Sobre as fardas, a resposta mencionou o desgaste natural sofrido

³⁶¹ ALVEAR, Carlos Maria. Exposición que Hace el General Alvear, para Contestar el Mensaje de el Gobierno de 14 SET 1827. p.23

³⁶² ALVEAR, Carlos Maria. Exposición que Hace el General Alvear, para Contestar el Mensaje de el Gobierno de 14 SET 1827.p.24-25

pelas vestimentas e a dificuldade para entregar novas peças em razão da locomoção constate do exército, o que obrigava o comando a ordenar que fossem enviadas aos quartéis de inverno. No que diz respeito ao soldo, o texto negou enfaticamente os atrasos e afirmou que os pagamentos eram recebidos em adiantado, inclusive.³⁶³

A partir da resposta de Alvear não foi possível definir se as cobranças quanto aos fardamentos e aos salários foram uma tentativa da comissão do governo denegrir o comandante acusado, sugerindo que não tinha repassado os pagamentos dos soldados nem solicitado os materiais de uso pessoal de seus homens, o que indicaria a desonestidade de Alvear ou, no melhor dos cenários, incompetência. Ou se as críticas se destinavam ao chefe do executivo naquele momento, a autoridade que nomeara Alvear comandante em chefe, isto é, a Bernardino Rivadavia. Ainda que não apareçam citações explícitas a seu nome, é possível pensar que a cobrança sugeria que o governo rivadaviano não estaria suprindo as demandas básicas das tropas argentinas.

A capacidade de comando de Alvear não tardou, porém, a ser questionada com a proposição de que o militar não soubera manter a regularidade de seus subordinados. Mas a *Exposición* reafirmou a disciplina militar das tropas republicanas e explicou, no que se referia às grandes massas, que tal submissão de caráter só poderia ser conseguida graças aos exemplos. Dessa forma, haviam sido as ações modelares do general Alvear que espelharam uma postura correta por parte dos soldados.³⁶⁴

A questão que gerou maior repercussão foi, no entanto, quanto ao lugar em que a Batalha de Ituzaingó ocorreu. O confronto teria se dado em um local escolhido pelo general Alvear ou teria sido fruto de uma simples coincidência, que ao cabo teria favorecido ao exército argentino? A resposta dada pela *Exposición* expôs que o objetivo do general republicano foi colocar o inimigo em uma posição que impossibilitasse sua fuga para então iniciar o ataque. O elemento surpresa, de acordo com o texto, seria o responsável pelo resultado favorável às armas republicanas a despeito da superioridade numérica do inimigo estimada em pelo menos três mil homens.³⁶⁵

³⁶³ ALVEAR, 1827, p.29-30

³⁶⁴ ALVEAR, 182, p.30

³⁶⁵ ALVEAR, 1827, p.15

A visão brasileira sobre o assunto já apareceu por diversas vezes neste trabalho, mas lembrá-la-emos rapidamente. As *Recordações históricas*³⁶⁶ de Machado de Oliveira destacaram que o exército imperial encontrou o exército argentino em um ponto central no alto, o qual fora previamente escolhido e estudado pelo comandante argentino. Na mesma publicação, ao responder o questionário de IHGB, o então marquês de Caxias afirmou que a movimentação dos argentinos para o Passo foi uma estratégia e que poderia ter sido prevista por Barbacena; e, mais ainda, garantiu que o inimigo exercitou suas tropas por dois ou três dias na região. Respondendo ao mesmo questionário, José Fonseca compartilhou da opinião de Caxias e concluiu ter sido a decisão de Alvear um ardil de guerra para escolher posição. Com discurso similar, Luiz Manoel de Lima e Silva buscou demonstrar como o exército republicano iludiu o imperial fazendo crer que seguia em fuga quando, na verdade, esperava em posição já demarcada a chegada dos brasileiros.³⁶⁷

As colocações dos memorialistas brasileiros citadas aqui foram todas escritas posteriormente à *Exposición* de Alvear, portanto, não poderiam ter servido para a defesa do militar argentino. Contudo, ainda cabe examinar como uma estratégia militar tão clara até para os adversários tivesse sido alvo de tantos questionamentos por parte do governo republicano, o que faz este trabalho considerar a ideia de que as acusações lançadas pela Sala de Representantes do governo Dorrego contra Alvear respondia a objetivos políticos específicos. Não seria improvável também pensar que a concordância das memórias brasileiras com o depoimento de Alvear estivesse no fundo servindo como mecanismo para atacar Barbacena. Sim, tal hipótese não poderia ser descartada, mas certamente não se adequaria à opinião de todos os memorialistas brasileiros na medida em que trabalhos como os de Machado de Oliveira, por exemplo, defenderam o general em chefe das forças imperiais.

A própria *Exposición* traz observações que colocaram em dúvida as acusações tardias contra seu autor, ressaltando o fato de seu comando não ter sido alvo de críticas até então. Muito pelo contrário, havia recebido efusivas congratulações da Junta das Províncias,

³⁶⁶ MACHADO DE OLIVEIRA, 1860.

³⁶⁷ LIMA e SILVA, Marechal Luiz Manoel. Guerra com as Províncias Unidas do Rio da Prata. Rio de Janeiro: Gráfica Ouvidor, 1956. cap.3.

de seus governadores e dos governadores de Entre Rios, Corrientes e Misiones, sem nenhuma queixa contra suas estratégias militares nem mesmo de representantes da Banda Oriental. Ainda, o texto ressalta que Alvear foi retirado do cargo por causa de um decreto do presidente provisório Lopez, ao qual se apresentara e, todavia, não recebera qualquer crítica a respeito de sua atuação frente às tropas. Com isso, a resposta de Alvear aos Representantes do governo indagou sobre a veracidade das acusações contra seu desempenho militar visto que se não haviam sido externadas pelo presidente provisório, menos provável seria que tivessem existido no governo do presidente Rivadavia:

Su remocion procedió de un decreto del presidente Lopez, á quien se presentó á su llegada a esta capital. El presidente le dijo delante del ministro de la guerra, que el decreto esplicaba las causas de aquella medida, á saber, las circunstancias políticas del pais; que el gobierno no tenia queja alguna contra él. No teniendolas el presidente provisorio ?Se querra decir que las hubo en tiempo de su predecesor? Es falsisimo. [...] En caso de existir esas quejas, esos motivos de esperar tanto de su remocion; las habria condenado al silencio lo que entonces era oposicion, y que colocado hoi en el timon de los negocios, a alta de hechos y de razones, solo sabe valerse de reticencias pueriles, de frases preñadas, y de objeciones tan gigantescas en su aparato como ridículas en el fondo?³⁶⁸

A transcrição aqui permite retomar outro problema interessante já apresentado no início deste item. Trata-se da origem das perguntas dirigidas ao general Alvear, que, como sugeriu a *Exposición*, não poderiam ter sido produzidas pelo governo de Rivadavia, já que Alvear continuou no cargo até a renúncia do presidente e que seu sucessor não mencionou nada que desabonasse o militar. Pelo contrário, assegurou que sua deposição estava ligada à conjuntura política do país (talvez se referindo às disputas entre federais e unitários pelo governo) e não à sua postura no comando. Assim, a questão em torno da paternidade das perguntas continuou sem resposta.

A *Exposición* negou que fossem do período de Rivadavia e Lopez, sem, contudo, acusar o governo vigente. A mensagem da Sala de Governo, com data de 14 de setembro de 1827, estaria assim dentro do mandato do governador Dorrego, iniciado em agosto, mas isso não quer dizer que aquela acusação não fosse anterior e que Alvear não tivesse recebido críticas dos outros dois governos, Rivadavia e Lopez. Em suma, mesmo permanecendo

³⁶⁸ ALVEAR, 1829, p. 32-33.

obscura a autoria das perguntas ficou claro que sua divulgação esteve temporalmente associada ao período em que o partido federal assumiu o poder e, muito provavelmente, correspondeu a interesses políticos.

Na segunda parte do livro, o texto parece ter ganho um apelo mais emocional e as acusações já respondidas foram retomadas destacando os valores morais do comandante em chefe e de seus homens. Nesse sentido, a narrativa afirmou claramente que as dúvidas suscitadas pela Sala de Representantes do Governo tiveram o objetivo de atingir o antigo general em chefe, mas que tal atitude, em realidade, acabou por atacar uma massa de homens valorosos, aos quais a nação deveria guardar enorme gratidão. Seguindo essa lógica, para o texto, seria o exército o grande ofendido com a sequência de suspeitas levantadas.³⁶⁹

Como era de se esperar, outro assunto que voltou à discussão foi a Batalha de Ituzaingó. A desconfiança levantada pelo próprio governo argentino serviu tanto aos adversários políticos de Alvear e Rivadavia e, maiormente, ao governo brasileiro. Nesse sentido, uma pergunta simples colocou efetivamente em suspeição o resultado do confronto ao insinuar que Ituzaingó não foi decisiva, inclusive pelo fato de não ter resultado na paz. Dito de outra forma, se o exército republicano tinha vencido incontestavelmente em 20 de fevereiro, por que a guerra continuou? A pergunta dos argentinos serviu de argumento para as posteriores defesas brasileiras que recusavam a derrota em 1827. Afinal se a superioridade bélica republicana era tamanha diante dos imperais por qual motivo não se converteu em uma decisão final e o inimigo não foi definitivamente sobrepujado?

O texto apresentou ainda outras perguntas visando provar que a vitória dos argentinos, mesmo que não tivesse aniquilado totalmente os brasileiros, assumiu um cunho decisivo. Sendo assim, alegou que seria inviável uma vitória que exterminasse todos os adversários estando o exército argentino em território do inimigo, onde cada casa se tornava um provável esconderijo e cada habitante um protetor. Seguindo o mesmo raciocínio, o texto citou a Batalha de Sarandí que não deixou de ser lembrada como uma vitória decisiva, mesmo que Bento Gonçalves, Bento Manuel e seus homens tenham sobrevivido e fugido para o Brasil. A defesa lembrou as perdas substanciais sofridas pelos brasileiros como prova de sua

³⁶⁹ ALVEAR, Carlos Maria. Exposición que Hace el General Alvear, para Contestar el Mensaje de el Gobierno de 14 SET 1827.p.33

derrota no campo de batalha. Esforçou-se em demonstrar que um exército que ficou sem sua artilharia, sua bagagem e teve de recuar para o outro lado do rio Jacuí e ainda se afastar 70 léguas do ponto onde ocorreu o embate não poderia ser considerado um vencedor.³⁷⁰

A partir de tais justificativas, acusou aos “inimigos das glórias nacionais”³⁷¹ de atenuarem o fracasso imperial e propagarem que a infantaria adversária se retirou incólume. A informação sobre o bom estado da infantaria brasileira não foi negada pela defesa de Alvear, mas explicada diante da qualidade do terreno que teria permitido melhor resultado desse efetivo, o qual, apesar disso, foi igualmente metralhado, abatido e forçado a correr.

Por certo, menos que avaliar se alguma entre as divisões militares do Império foi bem sucedida, a proposta do texto era demonstrar que ao colocar em dúvida o resultado no Passo se colocava em descrédito o próprio governo e, quiçá, o sistema político republicano. Sendo assim, a *Exposición* lançou uma série de perguntas a fim de provar o caráter negativo de relativizar o que insistiu ser uma vitória acachapante de Alvear e de seus homens. Pontuou, por exemplo, como as nações estrangeiras poderiam analisar o fato do próprio governo nacional desconfiar de um resultado celebrado por todas as outras repúblicas americanas, bem como o que seria dito pelo imperador do Brasil quando tomasse conhecimento de que o exército que desferiu um duro golpe contra o seu orgulho agora era caluniado. Concluiu, com isso, que certamente D. Pedro I ficaria grato aos membros da Sala de representantes do governo que de forma tão acalorada defenderam a causa brasileira.

O descontentamento apresentado na *Exposición*, no que se referiu às críticas recebidas pelo exército da república não parou por aí. O texto ironicamente afirmou que, muito provavelmente, se Alvear tivesse sido preso pelos inimigos durante o confronto receberia melhor tratamento do que aquele que vinha granjeando de seu governo, movido por paixões mesquinhas. O suposto desabafo pareceu indicar que a crítica à postura militar dos argentinos teve início internamente e esteve marcada pelo caráter político que o conflito tomou.

³⁷⁰ ALVEAR, 1827, p.39-40

³⁷¹ Termo empregado no texto para definir, provavelmente, os opositores internos de Alvear. ALVEAR, 1827,p.39

Finda a segunda parte, a *Exposición* apresentou o “Plano de campanha”, onde foram discutidos os objetivos de algumas manobras militares do exército republicano e se conjecturou sobre as intenções estratégicas de Barbacena. Também expôs um conjunto denominado “Notas e documentos”, no qual o conflito platino foi retomado e onde a defesa de Alvear se tornou mais categórica mediante a inclusão de vários documentos. Nesse sentido, a narrativa relatou que o general argentino, em 28 de junho, entregou uma nota oficial dirigida ao ministro da Guerra, uma resposta a nota anterior dele recebida em Arroio Grande. No documento, Alvear contrariou a declaração do ministro de que o exército era bem provisionado, embora não tivesse a intenção de atacar o governo com tal asseveração. O texto ainda reforçou que a conduta do general em chefe sempre esteve balizada em um procedimento imparcial, como demonstra a citação: “El general em gefe ha precedido á los destinos del ejército sin el interpartido, ni faccion, sin parcialidade de ninguna espécie. Su principio há sido la obediência á la autoridade de su país, y su respeto á ella: sus máximas el amor á la gloria, el interés del país.”³⁷²

O trecho com o qual esta tese fecha a discussão sobre a *Exposición* retomou a hipótese central que norteará a análise dos documentos a serem expostos neste capítulo, na medida em que, outra vez, trouxe indícios de que as tensões partidárias acompanharam o cenário político durante e depois da Cisplatina e, sobretudo, pautaram as escolhas sobre o que lembrar do conflito.

4.2 Contra a *Exposición* de Alvear: as Memórias do general Tomas de Iriarte

Outro militar e historiador argentino a registrar o conflito da Cisplatina ganhará estas páginas agora: o general Tomas de Iriarte. O livro a ser analisado - *Rivadavia, Monroe y la guerra argentino-brasileña* - é o terceiro tomo das memórias do general, que ainda contam com mais outros dez livros,³⁷³ os quais não serão abordados aqui por não tratarem o

³⁷² ALVEAR, 1829, p. 97.

³⁷³ IRIARTE, Tomas de. *Memórias*: Rivadavia, Monroe y la Guerra argentino-brasileña. Buenos Aires: Imprenta americana, 1945; o tomo I intitulado *La independencia y la Anarquía*; tomo II, *Napoleón y la Libertad Hispano-Americano*; tomo IV, *Juan Manuel de Rosas y la desorganización nacional*; tomo V, *Luchas de unitarios, federales y mazorqueros en el Río de la Plata*; tomo VI, *La tiranía de Rosas y el bloqueo francés*; tomo VII, *Historia trágica de la expedición libertadora de Juan Lavalle*; tomo VIII, *El sitio de Montevideo y*

conflito no Prata. Iriarte escreveu suas memórias entre 1835 e 1847, mas, completas, elas só foram publicadas no século XX. Entretanto, apesar da circulação restrita no momento em que foi preparado, o livro *Rivadavia, Monroe y la guerra argentino-brasileña*, publicado em 1945, será analisado aqui na expectativa de que apresente indícios interessantes da política argentina das décadas de 1830 e 1840 que podem esclarecer motivações da rememoração da Guerra Cisplatina. Afora isso, espera-se que as lembranças de Iriarte sobre “a guerra argentino-brasileña” uma vez contemporâneas a outros textos, possam dialogar com fontes já abordadas e possibilite um melhor entendimento dos temas que perpassaram a discussão do conflito.

Em seus 93 pequenos capítulos, Iriarte apresentou um panorama das lutas de independência no sul da América hispânica, das crises políticas na Argentina, da presença luso-brasileira na Banda Oriental e das disputas pelo poder em Buenos Aires. Descreveu e criticou importantes personagens históricos das Províncias Unidas e, por fim, abordou a Guerra Cisplatina. Ora na primeira pessoa do singular ora na primeira pessoa do plural, o autor fez de sua vida privada um subterfúgio para discutir o universo político da década de 1820 na região do Prata. Dessa forma, sua narrativa se desenrolou cronologicamente, ainda que sejam raras as menções temporais precisas. Na verdade, como indicou o próprio Iriarte, ela seguiu o percurso ditado por sua própria vida, no qual estavam irremediavelmente imbricados os assuntos políticos e pessoais:

Yo voy refiriendo los sucesos por su orden cronológico, e intercalando los negocios públicos con mis asuntos privados: es porque mi vida, mi porvenir estaba intimamente ligada a la revolución, y para que sea aquella mejor comprendida forzoso me es hacer mención de todo lo que le es relativo.³⁷⁴

Principia a exposição se referindo à história de sua família, mas logo as questões pessoais foram substituídas pelo universo político que o autor vivenciou. Na verdade, o elemento político e suas personagens dominaram indiscutivelmente a narrativa do militar e a construção de sua memória. Entretanto, ainda que o texto pareça guardar a pretensão de

la política internacional en el Río de la Plata; tomo IX, *Juan Manuel de Rosas y la defensa de Montevideo*; tomo X, *Juan Manuel de Rosas y la intervención de Francia e Inglaterra*; e tomo XI, *El sitio de Montevideo: 1846*.

³⁷⁴ IRIARTE, 1945, p. 22.

recontar a história da Argentina, não foi este o objetivo explicitado pelo autor. Não foram raras as vezes que Iriarte interrompeu sua descrição para expor os objetivos de sua narração. Sem descartar a possibilidade de que um dia seu texto fosse tomado como ponto de partida nas mãos de algum historiador de profissão interessado em discutir o contexto de sua época, Iriarte o apresentou simplesmente como uma descrição de sua vida pessoal e, no máximo, dos fatos políticos aos quais esteve direta ou indiretamente ligado. A finalidade de tão longa e detalhada narração sobre si mesmo seria então, segundo o escritor, dar a conhecer aos seus filhos um pouco de suas viagens, de suas ações e de seu cotidiano:

Sucedará muchas veces que no se encontrará interés en la mención minuciosa que hago de asuntos que son puramente personales; pero para que esto no se extrañe, devo una vez más recordar el plan y objeto con que escribo es decir, que tan sólo me propongo hacer una relación de cuanto me há pasado durante mi vida aventureira y de continuo movimiento, a fin de que mis hijos puedan seguir paso a paso todas mis acciones, mis viajes y mis más triviales ocurrencias. Nada absolutamente omiti sino los insignificantes pasajes de la vida común. Y como no es mi ánimo escribir la crónica de los sucesos políticos de mi tempo con la exactitud y gravedad de un historiador, se ha de encontrar muchas veces gran deficiencia en este escrito [...]³⁷⁵

Apesar de tentar convencer o leitor do caráter privado do texto, também fez questão de frisar sua imparcialidade e veracidade, características que provavelmente não teriam sido cobradas tão fortemente de um simples diário de um pai extremo que pretendesse ter seus feitos reconhecidos por seus filhos. Bem, em todo caso, o autor tentou convencer que não esteve comprometido com nenhum partido, que guardou total independência na sua escrita e que não teria tampouco interesses materiais nem um sentimento de vingança por detrás de suas palavras:

Esto no obstante una ventaja tenemos, y es que como escribimos ex-post facto y después de un gran lapso de tiempo, los hechos y la opinión pública bien sazónada con agentes tan poderoso; la imparcialidad con que nos proponemos narrar lo que no ha de publicarse en nuestros días, y el espíritu filosóficos y los prácticos y crueles desengaños que siempre acompañan a la edad madura, y mucho más que lo que hemos visto y oído tal cual há pasado, y según la opinión y juicio del sentimiento y conciencia pública. Y como jamás hemos sido iniciados en los arcanos de los medios y prácticas secretas de los hombres de partido en asociaciones ad-hoc; como no hemos contraído nunca compromisos que haya, pero ni un solo momento puesto trabas a nuestro libre albedrío para encadenar nuestra conciencia haciéndonos obrar contra nuestras más íntimas convicciones [...].

³⁷⁵ IRIARTE, 1945, p. 208-209.

Sobre todo, ofreceremos una garantía más de la sinceridad de esta declaración, y ella consiste, en que no sólo no hemos trabajado jamás por el prospecto de esperanzas e recompensas, fortuna material, sino que no podemos escribir por espíritu de venganza, y para perjudicar a los émulos que pudiéramos tener [...]³⁷⁶

Iriarte ainda arriscou a dizer quais seriam as deficiências do seu texto: a inexatidão de dados e a pouca acuidade na descrição de alguns eventos. Tais carências seriam explicadas pelo fato do autor não poder lançar mão de documentos comprobatórios a fim de corroborar sua história, em parte porque, existindo tais papeis, estariam em Buenos Aires, em um depósito e, recuperá-los, representaria um risco, visto que poderiam ser apreendidos pelo governo de Juan Manuel de Rosas e seus aliados. Com esta indicação apresentou a primeira interferência da contemporaneidade na escrituração das memórias e em sua trama; e, certamente, outras aparecerão no decorrer do texto. O fato é que a menção à figura de Juan Manuel de Rosas obriga esta tese a uma rápida abordagem da biografia do memorialista para sinalizar motivações das discordâncias entre Iriarte, Rosas e outros expoentes da política argentina do período, pois é plausível pensar que a posição política do autor nas décadas de 1830 e 1840 possa elucidar o silêncio de quase 100 anos imposto as suas memórias.

Passando a este período, cabe dizer que o fim da Guerra Cisplatina desembocou em uma guerra civil nas Províncias Unidas, em razão da paz desvantajosa firmada com o Brasil pelo então governador federalista Manuel Dorrego. Também devido à disputa entre lideranças provinciais e partidárias (unitários e federais) pelo domínio do governo de Buenos Aires e do país, na qual houve intervenção europeia, francesa especialmente. O descontentamento provocado pela perda da Banda Oriental, sobretudo entre os militares, facilitou o golpe de estado arquitetado pelo partido unitário liderado por Juan Lavalle. O resultado foi o fuzilamento de Dorrego e a ascensão de Lavalle ao cargo de governador bonaerense. Quanto a Iriarte, recusando-se a obedecer ao novo governador foi desterrado para Montevidéu (logo se verá que este não foi o primeiro exílio do autor na capital vizinha). Quando Juan Manuel de Rosas assumiu o governo de Buenos Aires, em 1829, o memorialista retornou ao seu país e foi reintegrado ao exército sob a patente de general, posto no qual lutou apoiando as fileiras federais. Em fins de 1832, Rosas entregou o cargo ao também federalista

³⁷⁶ IRIARTE, 1945, p. 229.

Juan Ramón Balcarce, que o ocupou até 1833 quando uma revolução³⁷⁷ orquestrada por aliados de Rosas e comandada pelo general Agustín de Pinedo o forçou a renunciar.

Iriarte deveria proteger o governo de Balcarce e, diante da abdicação, voltou a se exilar em Montevideu. Enquanto isso, em Buenos Aires, Juan José Viamonte comandou o governo até 1834, momento em que sofrendo pressões rosistas foi forçado a renunciar também. A decisão de Viamonte, porém, não foi imediatamente aceita, visto que ninguém queria assumir o cargo em seu lugar; por fim a legislatura indicou a Manuel Vicente Maza, na época presidente da Câmara, que foi compelido a aceitar o posto de governador interino. Maza abandonou o cargo no ano seguinte. Diante do contexto de instabilidade política, a Sala de Representantes nomeou Rosas conferindo-lhe poderes absolutos para o quinquênio 1835 a 1840. Um ano antes de terminar seu mandato, todavia, Rosas sofreu uma tentativa de golpe levado a cabo pelo exército da cidade de Corrientes e seu governador Joaquín Madariaga, com o apoio de líderes do partido unitário.

A tentativa frustrada também contou com a adesão do general Iriarte. Em 1840, o memorialista se incorporou ao exército de Lavalle, que buscava derrotar Rosas e no ano anterior, inclusive, permanecera sob a proteção da França na ilha de Martín Garcia. Lavalle levou a Guerra para a província de Entre Rios e chegou a vencer seu governador Pascual Echagüe, que logo lhe deu o troco. Diante da derrota, o exército de Lavalle recebeu o apoio da frota francesa para desembarcar em Buenos Aires, onde conseguiu a adesão de alguns estancieiros unitários. Entretanto, Lavalle não contava com o cerco imposto pelas forças federais e pelo rechaço da opinião pública. Retrocedeu para Santa Fé, quando descobriu que Rosas tinha chegado a um acordo com os franceses, fato que o compeliu a arrastar a guerra para o interior. Em oposição aos homens de Lavalle estava o exército federal, comandado pelo ex-presidente e chefe militar uruguaio Oribe, que o desbaratou e forçou a seguir para o Norte.³⁷⁸

³⁷⁷ O movimento foi denominado *Revolución de los Restauradores*.

³⁷⁸ Lavalle ainda seguiu até Salta, mas seus aliados correntinos o abandonaram e, assim, sem apoio, retrocedeu para cidade de San Salvador de Jujuy, onde foi assassinado em 1841.

Com a derrota total de Lavalle, passando pelo Chile, Iriarte retornou ao Uruguai, onde se engajou nas forças coloradas comandadas José Maria Paz,³⁷⁹ e atuou *como* comandante de artilharia durante o sítio da cidade de Montevideú, até deixar o exército em 1845,³⁸⁰ em razão de desavenças com Paz. Entretanto, permaneceu no Uruguai até 1849, quando recebeu de Rosas permissão para retornar a Buenos Aires. A partir do conciso panorama aqui traçado sobre a situação política na Argentina, certamente seria possível presumir que enquanto as disputas partidárias fervilhavam, Iriarte seguiu escrevendo suas recordações do outro lado do Rio da Prata, mas que, de forma alguma, se manteve longe da cena política de seu país. Ao contrário, o memorialista colecionou adversários aos quais não poupou críticas em seu texto. Na verdade, poucos se salvaram dos comentários ácidos do autor, com exceção de sua família. Provavelmente por isso, talvez, sua obra tenha permanecido oculta por tão longo tempo.

Voltando à narrativa de *Rivadavia, Monroe y la guerra argentino-brasileña*, apesar de ter sido escrita apenas alguns anos após os acontecimentos narrados, o militar considera que a distância temporal que separava os fatos de sua escrita possibilitava a imparcialidade necessária; mais ainda, porque não estaria filiado a nenhum partido e, por isso, não tinha compromissos nem interesses particulares, podendo, assim, agir com total independência. A isso se somaria o fato de sua memória não ter como fim último a publicação. Na verdade, ainda que por diversas vezes Iriarte tenha ressaltado que não escreveu seu texto para torná-lo público, quase em seguida, sempre aventou a possibilidade de que fosse divulgado. Além do mais, a maneira como conduziu sua narrativa buscando estabelecer um diálogo com o leitor, seja adiantando assuntos que seriam tratados posteriormente, seja prometendo trabalhar mais detidamente algum ponto, demonstram uma grande preocupação estilística muito pouco provável em quem escreve apenas um diário íntimo. Este capítulo deseja propor que se ignore o caráter desinteressado com que o autor

³⁷⁹ Como já apresentado no primeiro capítulo entre as páginas 63 e 71, na década de 1840 já tinha eclodido a Guerra Grande e o Uruguai sofria com as consequências de um conflito em seu território e com a disputa pelo poder entre Rivera e Oribe e seus aliados argentinos. Fazendo frente ao *blanco* Manuel Oribe, aliado de Rosas, estava o general José María Paz nomeado comandante chefe do exército de reserva, de bandeira *colorada*, e apoiado pelos federais argentinos.

³⁸⁰ A dispensa de Iriarte do exército saiu no ano seguinte.

pretendeu conduzir sua leitura e que seja tomada a narrativa enquanto uma manifesta peça política, na qual, na falta de documentos oficiais comprobatórios, uma suposta imparcialidade, confirmada por seu caráter reservado, foi utilizada como signo para validar o discurso proposto.

A narrativa sobre o início da década de 1820, a despeito de ser longa por tratar inclusive de assuntos familiares e anteceder os acontecimentos sobre os quais se debruça este trabalho, servirá em parte como contextualização e exposição das justificativas para a guerra Cisplatina, uma vez que a história de vida de Iriarte revela os estreitos vínculos entre os habitantes das Províncias Unidas e da Banda Oriental. Também, e isso interessa mais especialmente a tese, possibilita entender as relações, próximas e bastante tumultuadas, do autor com uma personagem importante: o general Carlos Maria Alvear. Por ora é possível adiantar que o general brasileiro, Barbacena, não foi o único a receber duras críticas de seus contemporâneos.

A narração se inicia por volta do ano de 1821 com a viagem de um irmão, duas das irmãs do autor, seus filhos e maridos à Europa. A situação da família não era das melhores na ocasião, pois sofriam com os prejuízos causados pelo longo processo de lutas internas ocasionadas pelas Guerras de Independência. A Guerra, e conseqüentemente a política, parecem com isso invadir a vida privada de Iriarte e dominar sua narrativa, de forma que, o texto logo abandona as lembranças da família para ganhar um cunho eminentemente político. Iriarte discorreu sobre sua situação de emigrado na Banda Oriental, onde ficou exilado após ter participado junto com Alvear da tentativa de deposição do governador de Buenos Aires, Martín Rodríguez, no ano de 1820. Durante sua estada em Montevideú, Iriarte e seus outros companheiros, liderados na capital oriental por Alvear, Don Juan Pedro Aguirre e Dom Ventura Zavaleta e, na Colônia de Sacramento, por Dorrego, continuaram buscando meios de derrotar Rodríguez, para retornar ao país.

Sobre sua vida propriamente dita em Montevideú, Iriarte foi breve e destacou apenas a monotonia de seu cotidiano e as dificuldades financeiras, já que se sustentava com poucos recursos de sua mãe. Entretanto, deu interessante depoimento das relações que estabeleceu com a loja maçônica dos *Caballeros orientales*, opositora das tropas luso-

brasileiras. E, obviamente, não faltaram críticas à ocupação da Banda, seja pela violência seja pelos roubos perpetrados aos seus cidadãos.³⁸¹

A preocupação de Iriarte, contudo, era mesmo a política de Buenos Aires: a respeito dela escreveu longamente, e talvez tenha sido Bernadino Rivadavia a figura mais presente, seguida de Alvear. Sobre Rivadavia, o autor oscilou entre alguns elogios, muitas restrições e outras tantas críticas. A presença deste político no texto começou ainda em 1821, quando retornou da Europa onde atuava em uma missão diplomática junto ao governo da Inglaterra e da Espanha. Logo de sua chegada, Rivadavia foi nomeado ministro de Governo pelo governador recém-empossado da Província de Buenos Aires, Martín Rodríguez – a quem o memorialista também não poupou censuras. Rivadavia é definido como um liberal; e um dos seus primeiros feitos dignos de elogio teria sido o projeto de Lei de anistia aos opositores do regime que migram para Montevideú; entre os beneficiados estava o autor e, em princípio, o amigo Alvear.

O Brasil também esteve presente nas lembranças de Iriarte: o memorialista abordou o retorno de D. João VI para Portugal, o processo de independência do país, a ascensão de D. Pedro I e, claro, como a emancipação reverberou na Banda Oriental. Também apresentou surpreendentes elogios ao rei, afirmou que D. Pedro I foi o fundador do sistema representativo e agiu como um monarca constitucional. E as disputas entre brasileiros e lusos foram identificadas como uma espécie de gênese da revolução no Uruguai. O mais interessante em sua narrativa foi, contudo, a descrição de um suposto diálogo entre os governos de Buenos Aires e Montevideú. A iniciativa teria partido do Cabildo de Montevideú que, descontente com a o domínio do Brasil, buscou apoio de Buenos Aires e, para tal, incumbiu Iriarte da tarefa. O apelo oriental foi recebido positivamente pelo ministro Rivadavia, mas nada pôde ser feito, já que não existia uma representação nacional para negociar junto a Buenos Aires os termos dessa ajuda, que incluía a adesão da Banda às Províncias Unidas na condição de província. Iriarte ainda afirmou que tinha sido previamente autorizado pelos orientais a concordar com a anexação, caso fosse sugerida.

³⁸¹ Cabe ressaltar ainda que se os luso-brasileiros eram alvos de críticas contundentes, um pelo menos gozava dos mais significativos elogios: era seu cunhado Abreu, sargento-mor português. Nesse sentido, parece que a família do autor se adaptou muito bem à política de casamento fomentada por Lecor.

Cabe questionar aqui a plausibilidade do papel político que Iriarte se arrogou frente ao leitor. Na realidade, por diversas vezes a narrativa o colocou em uma posição privilegiada no jogo político, com extraordinária influência sobre personagens-chave e, principalmente, agindo de forma decisiva em momentos significativos da história das Províncias Unidas e, mesmo, da Banda Oriental, importância que a historiografia parece não ter reconhecido. Fato é que soa no mínimo estranho imaginar que o escritor, mesmo sem ocupar cargos executivos, militares nem diplomáticos em quaisquer dos países envolvidos, naquele momento, tenha sido encarregado de negociar um processo de anexação territorial e o envio de tropas argentinas, quando, talvez, fosse mais coerente que tal incumbência tivesse recaído sobre os membros do Cabildo de Montevideu, insurgente em 1823. Além do mais, o mesmo Iriarte tinha participado do processo de instabilidade política em Buenos Aires, em 1820 – antes da nomeação de Rodríguez – e, por isso, não deveria inspirar muita confiança no governador nem em seu ministro. Seja como for, o texto destacou que a negativa de Rivadavia foi mal recebida e que foi imposta ao memorialista a responsabilidade pela malfadada tentativa de acordo entre as duas ex-colônias hispânicas.

Vale lembrar também que a situação em Buenos Aires não era das melhores. Em agosto do ano de 1822, a província enfrentou uma conspiração contra o governador Martín Rodríguez encabeçada por Juan Gregorio García de Tagle,³⁸² mas rapidamente sufocada. Outra conspiração, porém, se instaurou em março de 1823³⁸³ e nela estava mais uma vez Tagle, agora apoiado por um grande número de descontentes, entre eles os membros do corpo eclesiástico. A fracassada conjuração durou pouco e foi uma reação contra as reformas religiosa, militar e econômica implementadas pelo ministro Rivadavia. Iriarte apresentou o levantamento de 1823 sem dar muitas informações sobre seus motivos; entretanto, deixou claro que o povo de uma forma geral não estava pronto para as luzes ou, melhor, para as reformas liberais executadas por Rivadavia.

Talvez ele também não estivesse, visto que tal qual Alvear, Iriarte tentou manter-se distante do impasse político. O que realmente interessa nesse contexto é que ele serviu, de

³⁸² Gregorio Tagle foi um político argentino que ocupou diversos cargos importantes depois da Revolução de 1810.

³⁸³ Ficou conhecida como “Revolución de los Apostólicos”.

alguma forma, para aproximar Alvear – e, por tabela, Iriarte – do ministro Rivadavia. Segundo Iriarte, na tentativa de controlar seus adversários³⁸⁴ e aplacar ambições pessoais de seus aliados, o ministro promoveu mudanças no governo: por exemplo, elegeu Alvear ministro plenipotenciário e enviado extraordinário junto aos Estados Unidos da América, o qual tinha reconhecido recentemente a independência das Províncias Unidas. A viagem, em termos oficiais, serviria para agradecer o apoio daquele país à luta pela independência das Províncias do Prata, e elucidar os direitos da República na Banda Oriental contra a violação perpetrada pelo Império brasileiro. Já em termos práticos internos, seria também uma forma de afastar potenciais ameaças políticas. Iriarte, a despeito de não ser tão perigoso quanto Alvear, na concepção do memorialista, foi nomeado secretário, provavelmente porque Rivadavia temesse que na ausência de Alvear Iriarte assumisse o papel de conspirador. Ambos teriam aceitado a nomeação em vista dos problemas financeiros que enfrentavam.

Antes de narrar a viagem, apresentou considerações importantes acerca da situação no país. Sobre a relação socioeconômica afirmou que a população, na sua maioria, vivia em condições miseráveis, mas que passavam despercebidas pelo ministro Rivadavia, cuja atenção se concentrava em uma minoria abastada. Eram assim duas Argentinhas opostas: uma que se encerrava no perímetro de quatro quadras da praça da Vitória e tinha ares e costumes europeus – era a que o ministro conhecia. A outra, que extrapolava esses limites, seguia até os mais remotos confins da República, tinha língua, trajes, hábitos diferentes, era árabe e tártara; enfim, semisselvagem. E foi nesta Argentina, de acordo com o memorialista, que brotaram líderes cruéis, mas nenhum como o assassino Juan Manuel de Rosas. Bem, como é possível perceber, mesmo quando o assunto não é a Argentina de Rosas, o autor não se furtou em lhe dedicar as mais efusivas críticas.

Voltando à missão diplomática, antes de seguirem para os Estados Unidos, por recomendação de Rivadavia, os mandatários deveriam passar pela Inglaterra para notificar o ministro inglês de relações Exteriores, Mr. Canning, acerca da delicada situação entre a República Argentina e o Império do Brasil, em virtude da anexação da Banda Oriental. O narrador detalhou fartamente a viagem, discorrendo sobre o tempo de duração, os dias no

³⁸⁴ Dorrego, também adversário político do governo, foi eleito plenipotenciário junto ao governo da República da Colômbia, mas recusou o cargo, como contou o narrador.

navio, os perigos do mar, a comida, os passeios, os encontros diplomáticos, seu papel como secretário, as relações amistosas que estabeleceu, além de apresentar impressões sobre a vida cultural, econômica e a infraestrutura dos lugares pelos quais passou. E, mais ainda, sobre o início de suas desavenças com Alvear.³⁸⁵

Além do grande número de informações esclarecedoras sobre personagens, eventos, as relações entre as Províncias Unidas e a Banda Oriental e os contatos entre elas com os Estados Unidos e a Europa, os vínculos pessoais entre Alvear e Iriarte interessam a esta análise na medida em que o memorialista apresentou a proximidade existente entre ambos como uma espécie de prova no sentido de legitimar as acusações que promoveria contra o futuro comandante das forças argentinas na guerra da Cisplatina. A amizade entre eles, segundo o autor, foi destruída pela soberba de Alvear e começou exatamente na viagem a Londres, quando, pela primeira vez, esteve subordinado às ordens do militar.³⁸⁶ Iriarte destacou que muito trabalhou em prol do partido com o qual Alvear estava envolvido e que sempre se manteve como um companheiro desinteressado, sincero e constante e, por isso, era respeitado. No entanto, não deixou de ressaltar os hábitos supostamente imorais de Alvear, bem como sua capacidade de promover intrigas. Na Inglaterra, o general conseguiu uma entrevista com o ministro Jorge Canning, na qual foi questionado sobre as forças marítimas argentinas, o quantitativo populacional, a renda, a extensão territorial, o estado da economia, o número e os nomes das províncias e seus limites. As informações fornecidas por Alvear a todas as perguntas foram sensivelmente exageradas para valores superiores, com o objetivo de se engrandecer, segundo o memorialista, diante da Inglaterra. Entretanto, Iriarte não pareceu muito otimista com o encontro entre Alvear e Canning, posto que acreditava em uma predileção do governo inglês pelo Império em prejuízo da República, o que se explicaria pela boa relação entre os ingleses e os austríacos, dos quais descendia a esposa de D. Pedro I.

³⁸⁵ O motivo descrito por Iriarte pode parecer um pouco frágil: teria afirmado que uma mesma farinha não faz melhor pão no país que o trigo foi colhido, e Alvear sugeriu sarcasticamente que ele deveria entender de farinhas, e foi o que deu início à discussão entre eles. A reconciliação teria ocorrido quando chegaram a Liverpool.

³⁸⁶ IRIARTE, 1945, p. 153, sugeriu que o poder potencializou as falhas de caráter já presentes em Alvear: “[...] el carácter de Alvear y su inmoralidad consumada; su vida es un tejido de tramas de este género, y nunca ha empleado com más ardor tan viles medios que cuando elevado al poder ha abusado de su autoridad como hombre público para saciar sus indomables estímulos de concupiscencia la más desenfreada”.

Logo, concluiu que, nos assuntos da Banda Oriental, o gabinete britânico simpatizaria com os imperiais para contar com o beneplácito do embaixador da Áustria.

Finda a missão diplomática na Inglaterra, Iriarte e Alvear seguiram para os Estados Unidos. O encontro com o então presidente Monroe teve considerável influência no espírito do autor, que se mostrou muito animado com as opiniões políticas do estadista ainda que, de fato, nada se tenha resolvido em benefício da República Argentina. Iriarte narrou que o encontro com Monroe versou essencialmente sobre quatro pontos: independência das ex-colônias, neutralidade dos Estados Unidos da América, a monarquia do Brasil e a possibilidade de guerra. Para os enviados argentinos, o presidente americano teria afirmado que agiu silenciosamente em prol das ex-colônias hispânicas. Assim, convocara a Inglaterra para que, juntamente com os Estados Unidos, impedisse que o governo francês apoiasse a Espanha com envio de tropas ao continente americano visando sufocar as revoluções em curso. Monroe aproveitou ainda para se queixar do fato de os argentinos simpatizarem mais com os ingleses que com os estadunidenses quando, na verdade, estes últimos que os salvaram.

Sobre o Brasil, motivo real da viagem, Monroe declarou seu descontentamento com o sistema monárquico instaurado após a independência, quando se esperava a implantação do regime republicano. Notou também que os argentinos teriam especial motivo para se preocuparem com a proximidade do Império pelos riscos que poderia lhes trazer. No que se referia a uma possível guerra entre Brasil e Argentina pela Banda, o presidente se declarou conhecedor de seus antecedentes, mas frisou a imparcialidade que observaria seu governo e limitou-se apenas a esboçar desejos de sucesso aos argentinos caso a guerra fosse declarada.³⁸⁷ E assim teria terminado sem o resultado esperado a missão de Alvear e Iriarte. A partir de sua argumentação, se poderia supor que a guerra vinha sendo lentamente gestada, não podendo ser entendida então como uma simples resposta ao desembarque dos *Caballeros* ou à vitória alcançada em Sarandí.

³⁸⁷ A impressão deixada em Iriarte pelo presidente Monroe foi das melhores, tanto que o animou a estabelecer comparações com o primeiro ministro argentino Rivadavia, claro que com prejuízo do segundo. Para IRIARTE, 1945, Monroe como chefe de uma nação inteira de 12 milhões de habitantes era um homem cordial enquanto o outro, ministro de governo de uma província com apenas 160 mil habitantes, agia com enorme tirania. Iriarte concluiu então que os argentinos eram republicanos nominalmente, mas absolutistas de fato.

A chegada de Iriarte e Alvear às Províncias Unidas ocupou muitas páginas de *Rivadavia, Monroe y la guerra argentino-brasileña*. Foi narrada a situação política de Buenos Aires depois da eleição de Las Heras; o envio de Rivadavia como ministro extraordinário junto aos governos inglês e francês; e a instalação do Congresso Geral Constituinte.³⁸⁸ Iriarte também colocou o leitor a par de sua vida privada, mas, logo se dedicaria à narrativa do conflito com o Brasil na disputa pela Cisplatina.

Antecedendo a guerra, apresentou um quadro comparativo de duas figuras-chave da Banda Oriental: Rivera e Lavalleja, ambos descritos como homens sem educação nem princípios. Em seguida, foi a vez de tratar dos Treinta y Tres Caballeros. O autor garantiu que o embarque do grupo, ainda em Buenos Aires, foi feito com a conivência de autoridades subalternas da marinha, mas sem o conhecimento do governo de Las Heras. Depois descreveu um panorama nada alentador, caótico mesmo, sobre a situação política em Buenos Aires às vésperas do conflito. Os alvos de Iriarte foram personagens que ocupavam cargos importantes, mas não tinham, segundo ele, o preparo nem os valores éticos necessários para tal. Assim, o ministro de Guerra, Marcos Balcarce, foi definido como um militar ultrapassado. Já o governador Las Heras não seria apto para a administração. Ao ministro da fazenda, Martín García, Iriarte acusou de enriquecimento ilícito, de favorecimento e manutenção de interesses com o Império do Brasil, além de ter dificultado a organização do exército republicano. Enquanto isso, o general em chefe, Martín Rodríguez, teria de um espírito débil e lhe faltaria opinião própria. O que é possível perceber por esta avaliação das personagens que ocupavam postos de chefia, é que Iriarte quis atribuir os eventuais resultados problemáticos da guerra às decisões dos líderes e, com isso, eximir os soldados de responsabilidades e minimizar suas ações mal sucedidas no campo de batalha.

Durante os preparativos para a guerra, Iriarte foi escolhido pelo general Rodríguez para ocupar o posto de secretário militar do exército republicano e, junto a uma pequena força, seguiu para Entre Rios. Sobre esse período descreve um episódio interessante assim como sinalizador das dificuldades de organização das forças argentinas e de projeção política do autor: em razão das frágeis condições materiais do exército e da dificuldade

³⁸⁸ A análise feita por Iriarte sobre o Congresso Constituinte deu margem para contundentes críticas tanto ao partido unitário quanto aos federais.

econômica e humana de organizar a tropa, ele teria se oferecido ao general comandante para seguir até Buenos Aires para tentar obter apoio político e fundos para as tropas junto ao governador Las Heras. Frustrado o diálogo com o governo, Iriarte teria procurado membros do Congresso como Valentin Gomes e Julián Agüero. Depois da iniciativa do militar, como ele mesmo afirmou, o Congresso começou a interferir nos assuntos do governo relativos ao exército e ficou em evidência a delicada situação dos militares da República. Não se sabe se de fato o memorialista foi designado para tão importante missão, mas, sem dúvida, sua narração quis demonstrar a relevância de Iriarte em momentos cruciais da história nacional.³⁸⁹

Continuando a narrativa, foram exaltados os resultados do Congresso de Florida, ocorrido em 1825, no qual as Salas de Representantes dos Cabildos de todos os povos da Província decidiram pela incorporação da Banda às Províncias Unidas do Rio da Prata. Com a decisão, o general Rodriguez enviou Iriarte para felicitar a Lavalleja por este resultado positivo da expectativa de aproximação dos dois estados, sobretudo por parte da Argentina, e, com isso, o memorialista teria assistido a felicidade que tomou conta do povo oriental com a possibilidade de angariar defensores que viessem a lutar para livrá-los do poder estrangeiro; isto é, do Império. O autor aproveitou para destacar que sem a entrada decisiva de Buenos Aires na questão, a região continuaria sob a dominação brasileira.

Voltando para os problemas internos da República, ressaltou que era crescente a pressão de Agüero e, conseqüentemente, do Congresso sobre a administração de Las Heras, e muito em razão das constantes informações enviadas pelo autor a respeito da situação da campanha militar. O resultado foi a derrocada do governador da Província de Buenos Aires em um episódio que definiu como violento e ilegal, mas saudável para o país. Na verdade, o cargo de governador da província de Buenos Aires tinha perdido todo o significado político após o Congresso ter votado pela nacionalização do país, e a escolha de Bernardino Rivadavia para o cargo de presidente das Províncias Unidas do Rio da Prata. A decisão pela união teve como objetivo centralizar as decisões político-militares relativas ao conflito contra o Império. Porém, o cargo de governador de Buenos Aires continuou existindo e foi ocupado por Manuel

³⁸⁹ O próprio Iriarte chegou a sugerir que, em alguns momentos de sua narrativa, teria glorificado suas próprias ações, mas ressaltou que tal atitude não seria desonesta, já que seu texto não seria publicado.

Dorrego. Nesse contexto, ocorreu a substituição do general Rodríguez, assumido o posto José Rondeau que, como não poderia deixar de ser, recebeu duras críticas de Iriarte – foi definido como incapaz militarmente e de caráter débil.

Quem também reapareceu nesse cenário foi Carlos Maria de Alvear, que voltava de viagem, onde atuou como ministro plenipotenciário³⁹⁰ junto ao governo da República da Colômbia. Logo de sua chegada foi convidado por Rivadavia para assumir o ministério de Guerra e Marinha, cargo que posteriormente aceitou. Foi ainda com a presidência de Rivadavia que o irlandês Guillermo Brown assumiu o comando da esquadra argentina.³⁹¹ A ascensão de Alvear ao posto de ministro rendeu longas páginas às memórias de Iriarte. Teria sido o próprio Alvear a procurar o narrador para lhe oferecer o cargo de coronel no regimento de Artilharia ligeira que criara, mas não foi essa a motivação que o fez dedicar-se à passagem relâmpago de Alvear no ministério. Iriarte acusou o militar de enriquecer de forma ilícita durante o tempo que permaneceu naquele cargo. Afirmou, inclusive, que assim que este chegou de viagem foi procurá-lo para pedir dinheiro emprestado e que, depois, com apenas três meses na função de ministro, já tinha se tornado proprietário de uma bela casa. Com essa revelação respondeu, ainda que indiretamente, a uma das acusações feitas ao general Alvear incluída na *Exposición*, tratada anteriormente e a ser mencionada em outras ocasiões deste trabalho, mais adiante. O autor fará referências claras a este documento.

Entretanto, este foi só o começo das infundáveis censuras e condenações à postura política, militar e ética de Alvear, que ganhou ainda mais vulto quando este passou ao cargo de comandante chefe do exército da República. A obstinação do autor em desmerecer Alvear foi tamanha que, inclusive os supostos acertos daquele personagem foram deslegitimados, atribuindo-os ora à incapacidade do inimigo ora à sorte do general, como pode ser observado no fragmento seguinte:

Y, no sé lo que es más de notar, si la imbecilidad y cobardía de los jefes brasileños, o la fortuna del general Alvear que, sin contratempo, y siendo la travesía tan

³⁹⁰ Tinha sido designado para o cargo em 1825, pelo governador Las Heras.

³⁹¹ Iriarte reconheceu o papel de Brown durante a guerra, quando, segundo o autor, teria sido audacioso ao enfrentar forças muito superiores às suas em termos numéricos, mas também destacou sua ambição.

peligrosa, consiguió trasladar todos los cuerpos de nueva creación, sin que hubieran sufrido el menor accidente.³⁹²

Ainda que a memória tenha desmerecido inúmeras vezes a capacidade de Alvear,³⁹³ não se deixou de destacar o bom estado, em termos materiais, do exército e neste ponto acabou por defender o general comandante, mesmo que seu objetivo fosse, talvez, simplesmente o de valorizar as forças republicanas. Contudo, o elogio a Alvear pareceu apenas um rápido descuido, pois Iriarte não demorou em lhe desferir novas críticas, sobretudo no que dizia respeito à mudança de comportamento do militar depois de assumir o comando das forças republicanas, o que o tornou um homem pretensioso, autoritário e arrogante e, por isso, gradativamente impopular entre seus soldados.

Ao começar a discussão da guerra propriamente dita, Iriarte demonstrou a apreensão que o dominou no início do conflito: a recém-criada República lutaria contra um Império superior no que tange ao quantitativo populacional e às riquezas. O receio, contudo, não durou muito, pois apesar de maior em número, a população do Brasil não dava demonstração de espírito nacional nem de heroísmo, mesmo quando submetida a uma invasão violenta e questionável como a que vinha praticando o general Alvear. Pelo contrário, apresentava um caráter frouxo e tímido. Nesse sentido, outra vez apareceu uma referência indireta às questões tratadas na *Exposición*, já que dá a entender que seriam verdadeiras as acusações feitas ao comandante argentino quanto ao tratamento agressivo e aos saques perpetrados contra os habitantes civis das regiões ocupadas pelos republicanos.

Muitos capítulos depois, finalmente o memorialista chegou ao fato que acabou se tornando o mais debatido da Guerra Cisplatina. Sim, não seria possível deixar de discutir mais uma vez a Batalha de Ituzaingó e, desta vez, o primeiro ponto questionado foi a hipotética tática militar de Alvear de enganar os imperiais e atraí-los ao campo de batalha previamente definido. Fazendo alusão direta à defesa de general na *Exposición*, Iriarte negou

³⁹² IRIARTE, 1945, p. 325.

³⁹³ Em outro trecho IRIARTE, 1945, p. 351, fala mais claramente da limitação estratégica de Alvear: “[...] Alvear en fuerza de lo mucho que había leído tenía nociones generales del arte de la guerra, pero no conocia sus detalles; y menos que nadie la táctica de las três armas”. O esforço de Iriarte em demonstrar as limitações intelectuais de Alvear foi tamanho que inclusive o acusou de ter nomeado erroneamente a batalha de Ituzaingó, dando razão aos brasileiros em chamá-la de Batalha do Passo do Rosário.

que de fato tenha sido proposital a manobra e que, na verdade, Alvear tinha optado pela retirada:

Tal es nuestro modo de ver, y sin embargo, en el progreso de nuestra narración ha de quedar perfectamente demostrado por el testimonio de los hechos que, si el general Alvear no se propuso desde Santa Tecla aumentar la distancia de sus adversarios para evitar un encuentro general, más tarde y a medida que crecía el espacio que nos separaba del ejército imperial él se decidió formalmente a retirarse; por más que haya pretendido probar en un pomposo manifiesto que su movimiento era falso y calculado para atraer a aquel a un campo de batalla.³⁹⁴

Em outro trecho foi mais enfático ainda sobre as verdadeiras intenções do general, asseverando que não era de forma alguma seu intuito lutar com Barbacena, citando inclusive uma ordem para que todos deixassem seus equipamentos, para andarem mais rápido, o que não teria sentido se o objetivo fosse mesmo o confronto. Continuou alegando que os dois exércitos se encontravam demasiadamente próximos e que um embate era inevitável e, além disso, que Barbacena teria alcançado e explorado primeiro o local do Passo do Rosário. Afiançou ainda que se Alvear tivesse mesmo conhecimento do terreno não teria hesitado em permanecer em Cacequi, aguardando que o exército imperial avançasse para o Passo do Rosário.

He aquí porqué hemos dicho que el marqués de Barbacena se habría guardado bien de llegar antes que nosotros al Paso del Rosario: él lo había sin duda explorado, y no sólo tendría la certeza de que el paso era impracticable, sino que sus investigaciones le harían también conocer la detestable posición contigua a su margen derecha, en donde ni defenderse podía si hubiera sido atacado [...] Conocemos que esta explicación es difusa, y sin embargo nos vemos obligados a sostener el mismo estilo, pues que tratamos nada menos que de probar del modo más luminoso que es un tejido de falsas suposiciones – de mentiras – el relato del general Alvear en su exposición, redactada con el exclusivo objeto de ensalzarse a sí mismo, de elevar muy alto su gloria, y esto precisamente en el período de la campaña (la víspera de la batalla) en que su conducta militar fue la más torpe y reprehensible.³⁹⁵

O autor nega completamente o discurso oficial sobre a Batalha de 20 de fevereiro e, talvez, tenha sido este um ótimo motivo para que o texto de Iriarte fosse submetido por tanto tempo ao completo ostracismo, pois ainda que não tenha declarado com isso uma

³⁹⁴ IRIARTE, 1945, p. 415.

³⁹⁵ IRIARTE, 1945, p. 431-432.

derrota do exército republicano, invalidou o único fator que lhe dava certa vantagem na disputa pela memória vitoriosa dessa guerra. Como será possível perceber, o texto caminhou de forma a demonstrar que toda a responsabilidade pelos erros deveria recair sobre o general da campanha enquanto os acertos ficariam a cargo da obstinação do exército. Além disso, se Alvear saiu ileso, o fato foi atribuído pelo memorialista à sorte. Em outras tantas vezes, Iriarte destacou que os fracassos e vitórias duvidosas foram causadas exclusivamente pela incompetência do general, descartando, inclusive, alusões de acordos financeiros entre Alvear e o Império:

Y téngase presente que cuando digamos contra el general refleja en honor del ejército que supo vencer a esfuerzos de su coraje, no obstante que el general en jefe se condujo como si se hubiera propuesto que el ejército republicano fuese anonadado. Y esto sin duda fue lo que más tarde dio mérito a la opinión, vulgar en nuestro concepto, de que el general Alvear estaba comprado por el gobierno imperial, cuando la causa de sus desaciertos se explica de otro modo más incontestable – su incapacidad para maniobrar al frente del enemigo.³⁹⁶

E se qualquer argentino contemporâneo às memórias já ficaria assustado em saber da hipotética incompetência do seu comandante, tanto mais se assombraria em descobrir que, na véspera da batalha derradeira, o exército republicano teria sofrido uma ameaça de golpe. Sim, porque mesmo que se admita e concorde com a posição exposta pelo memorialista até aqui, não se pode negar que Alvear assumiu seu cargo pelas mãos do presidente legítimo. Pois bem, Iriarte garantiu que no dia 19 de fevereiro de 1827 vários chefes do exército resolveram destituí-lo, em acordo estabelecido em reunião anterior como resposta ao comportamento impertinente do militar. A ação só teria sido abortada em razão da proximidade do exército imperial e do medo de que os inimigos se beneficiassem com o que poderia suceder à deposição, como, por exemplo, a desordem e a resistência de algum regimento fiel a Alvear. Ainda sobre o dia que antecedeu a batalha, Iriarte informou que o exército da República só não passou o rio Santa Maria porque este estava impraticável na ocasião, já que apenas a nado se poderia transpô-lo, coincidência que acabou por favorecê-los. Da mesma forma, foi a pressão de alguns chefes que convenceu Alvear a ir em busca do inimigo e oferecer confronto. Com isso, o memorialista dissociou, por completo, a figura do

³⁹⁶ IRIARTE, 1945, p. 432.

general e o resultado do embate. A ordem para buscar ao oponente teria coberto de entusiasmo o exército que estava até então angustiado com as disposições do seu general de se retirar sem lutar. Iriarte parece recusar a Alvear qualquer resquício de heroísmo para atribuir ao exército argentino a glória em Ituzaingó.

Afinal, o autor colocou os dois exércitos frente a frente. Perfilados de forma semelhante confrontaram-se republicanos e imperiais, mas a descrição do embate serviu mesmo para que Iriarte mais uma vez direcionasse uma saraivada de críticas contra Alvear. Desta forma, pareceu imputar ao general a responsabilidade pela morte do coronel Brandsen, um dos poucos a receber elogios na exposição *Rivadavia, Monroe y la guerra argentino-brasileña*. Segundo o narrador, Brandsen, conhecedor do terreno, teria avisado ao comandante sobre os riscos que seu plano acarretaria à divisão que comandava, mas Alvear teria insistido e insinuado covardia da parte do coronel o que o obrigou, por orgulho, a pôr as perigosas ordens em prática.

Lo hizo matar torpemente a él [Bradsen] y a otros muchos valientes que allí cayeron, por obrar sin tino ni discernimiento, estimulado tan sólo por su habitual propensión de hacer un papel de farsa con aparato teatral. Y es todo el favor que puede hacerse a Alvear, porque el aturdimiento de un jefe en una función de armas, acostumbra traducirse de un modo poco honorable.³⁹⁷

Dando um descanso ao general em chefe, Iriarte se voltou então contra o desempenho dos orientais, os quais, segundo o autor, não tiveram outra participação em Ituzaingó para além de correrem. Isso mesmo, o memorialista colocou as tropas dos orientais aliadas em posição absolutamente vexatória, alegando que esses homens eram apenas valentes, mas nunca soldados e que quando se aproximava o confronto saíram em disparada, inclusive, atrapalhando o exército republicano, posto que se colocaram entre este e o exército imperial. O problema, porém, não se restringiu aos soldados rasos; ao contrário, sua fuga era reflexo da falta de chefes competentes e aptos ao serviço no exército regular.

Iriarte ainda descreveu a vantagem numérica do inimigo e sua firmeza no campo de batalha e, com isso, encerrou a narração da luta em Ituzaingó, não sem antes ter exaltado a glória militar do exército republicano que, sozinho e diante de tantas adversidades, derrotou

³⁹⁷ IRIARTE, 1945, p. 463.

um inimigo mais forte. Aliás, os elogios não se estenderam a todo exército, pois acusou – para não perder o costume – a infantaria argentina de não ter agido durante o confronto e, assim, destacou a importância decisiva da artilharia, coincidentemente, a força em que atuou como coronel. Aliás, depois da descrição de Ituzaingó, o autor ainda apresentou alguns outros capítulos. Dentre eles seria possível destacar um voltado a criticar o confronto, sobretudo seu próprio exército, quando não se furtou a frisar sua coragem, quando uma bala de canhão passou ao seu lado, além de sua determinação no comando de seus homens.

A questão mais relevante, contudo, acabou por retomar um ponto espinhoso já bastante discutido na *Exposición* de Alvear e se refere ao fato dos argentinos não terem perseguido os imperiais mesmo depois de supostamente vencê-los no Passo. Afinal, se de fato as forças republicanas tinham imposto uma derrota fragorosa a seus adversários, por que não os perseguiram quando se retiravam e lhes impuseram uma derrota definitiva, evitando, com isso, a continuidade da guerra? Essa foi, em certo sentido, a mais difícil pergunta feita para Alvear e, de alguma forma, Iriarte tentou respondê-la.

Inicialmente, o memorialista identificou o projeto de alguns chefes argentinos de ignorarem as ordens do general e, por conta própria, irem ao encontro dos imperiais, o que acabou não se concretizando. Depois constatou que não seguiram o inimigo, completamente humilhado e fragilizado, simplesmente porque Alvear não quis e se contentou em tomar o campo de batalha quando a história poderia ter sido completamente outra:

La república Argentina empeñada en una guerra desigual, tenía sumo interés, urgentísimo, en que no se prolongase la lucha: había echado el resto apurando todos sus recursos físicos y morales para luchar contra un imperio abundante en hombres y medios pecuniarios. La república vencida quedaba exánime, el imperio vencido en una sola batalla, pero sin ser su ejército anonadado, podía continuar la guerra con ventaja, con menos sacrificios; y es por esto que necesitamos sacar buen partido, no digo de las batallas campales, sino de las más ligeras ventajas que obtuviesen nuestras armas. Ardía la guerra civil en las provincias argentinas, y era Buenos Aires, una ciudad sola, la que suportaba todo el peso de la guerra, la única que podía alimentarla, darle pábulo, y para que no se extenuase era necesario dar grandes golpes: tal fue el que recibieron los enemigos en Ituzaingó, pero sólo en el campo de batalla: fuera de él no sintieron sus efectos como los habrían sentido si su ejército aquel día, hubiera sido anonadado, y pudo, debió serlo. La guerra habría entonces concluido, y la paz se habría firmado dictando el vencedor las

condiciones: la evacuación de Montevideo y de todo el territorio oriental ocupado por las tropas del imperio, su incorporación a la república Argentina.³⁹⁸

O autor comentou o projeto de insubordinação do comando argentino ao mencionar uma suposta conversa ocorrida depois da guerra com o coronel Deheza. No diálogo reproduzido no texto, ainda questionou o interlocutor sobre os motivos de ninguém ter desmentido Alvear quando da publicação de sua *Exposición*, mesmo que ela tivesse oferecido uma visão tão distorcida dos fatos. Deheza então explicou que chegou a ser interpelado, mas não pôde recusar a história do general em chefe, pois, como justificou a Iriarte, seria temerário fazer-se inimigo de um homem poderoso como Alvear. Certamente, não se pretende e nem seria possível avaliar a veracidade ou mesmo a existência do colóquio entre Deheza e Iriarte, mas o fato é que este pareceu cair como luva aos capítulos finais da memória, visto que, de alguma forma, veio explicar por que diante de tantos absurdos cometidos por Alvear não houve voz dissonante a seu relato. O medo teria hipoteticamente calado os chefes argentinos.

Ao apresentar nesta tese as memórias de Iriarte – *Rivadavia, Monroe y la guerra argentino-brasileña* – a despeito de ser desconhecida sua circulação nos meios letrados ainda no século XIX e, com isso, seu diálogo com o contexto à época – não se pode negar que o texto serviu enquanto uma interessante fonte sobre as demandas políticas do período e os desenganos de homens como Iriarte com os resultados da guerra contra o Brasil e, talvez, com os rumos tomados pela nação argentina em construção durante a segunda metade do oitocentos. Nesse sentido, antes do fim serão ainda recuperadas duas falas importante do autor nas quais a desilusão toma cores fortes, seja pela triste realidade do exército quando da confecção de sua narrativa e, conseqüentemente, da nação, seja por seu próprio destino, nos trechos a seguir:

[...] siento todavía las más vivas y penosas emociones al comparar el estado actual de nuestra milicia, deplorable, viciada, envilecida, con la brillantez y buen porte de todos los cuerpos que compusieron el ejército republicano durante la campaña del Brasil.³⁹⁹

³⁹⁸ IRIARTE, 1945, p. 475.

³⁹⁹ IRIARTE, 1945, p. 410.

[...] Yo tenía motivos para estar envanecido por tales demostraciones de pronunciada y sincera aprobación. He dicho que jamás me había encontrado en una función de armas donde hubiera estado tan poco expuesto a las balas como en Ituzaingó (el gran riesgo consistió en el momento del ataque por la infantería enemiga, y ésta, como es consiguiente, marchaba hacia nosotros armas al brazo), y ahora agregaré que es la acción en que más he contribuido al triunfo y de la que he salido más satisfecho de mí mismo. Todos mis afanes, el celo y actividad que había empleado para la organización de mi regimiento, los encontré aquel día recompensados con usura; ni a nada más aspiraba. Así he servido siempre, sin el anhelo del premio material. No tenía otro estímulo que la gloria, y mi personal reputación; este ha sido el móvil único de mis acciones en mi vida pública. El fruto que estoy recogiendo es el más cruel desengano – la más espantosa miseria.⁴⁰⁰

4.3 O Memorandum do Almirante Guillermo Brown

A tese ganhará agora as águas do rio da Prata, onde a República Argentina e o Império disputaram o comércio, a navegação, a hegemonia política e, posteriormente, o discurso vitorioso dos embates navais durante a Cisplatina. Nesse sentido, será analisado aqui um documento intitulado *Memorandum de las operaciones navales de la marina de la Republica Argentina desde el año de 1813 hasta la conclusión de la paz con el Emperador del Brasil en el año de 1828, redactado según observacions personales y los diários de oficiales*,⁴⁰¹ escrito pelo almirante irlandês Guillermo Brown⁴⁰² e publicado na *Revista del Plata* em seu folhetim histórico, no ano de 1854 com a tradução de D. José Tomás Guido. De acordo com o historiador argentino Anjel Carranza, o *Memorandum* teve uma segunda edição publicada no Rio de Janeiro com tradução de Emilio Sena, e a terceira publicada em Buenos Aires, em 1886, quando da colocação da estátua de Brown no povoado com seu

⁴⁰⁰ IRIARTE, 1945, p. 487.

⁴⁰¹ BROWN, Guillermo. *Memorias del Almirante Brown*. Buenos Aires: Academia Nacional de Historia, 1957.

⁴⁰² Guillermo Brown (1777, Irlanda-1857, Buenos Aires) Nasceu em Foxford, na Irlanda, onde viveu até os 9 anos de idade com seu pai. Em razão dos conflitos religiosos, embarcou com seu pai para os Estados-Unidos. Logo que se estabeleceram na Filadélfia, Brown perdeu o pai. Sem recursos financeiro contou com a ajuda de um capitão norte-americano que o embarcou em seu buque. Por nove anos navegou entre o Atlântico e as Antilhas. Em 1809 casou na Irlanda com Elisa Shytti, partindo em seguida em direção a Montevidéu no buque Belmond. Já no Prata comprou uma embarcação de cabotagem para fazer comércio na costa brasileira, depois confiscada na Bahia. Notas biográficas de Filipe Bosch extraídas de: BROWN, Guillermo. *Memorias del Almirante Brown*. Buenos Aires: Academia Nacional de Historia, 1957.p.9-11.

Foi incorporado a causa da independência em 1814, por Dom Antonio Gervasio Pousada.

nome. Além disso, o texto foi levado ao exame do general Mitre, amigo de Brown, por carta, em 1855.⁴⁰³ Parece clara a grande circulação que o *Memorandum* obteve ainda no século XIX.

O livro de referência para o *Memorandum - Campañas navales*, de Angél Carranza - ainda acrescentou outra informação de enorme importância para esta tese, pois, segundo o historiador argentino, o livro *Guerra do Rio da Prata, em 1825, o libelo argentino e a verdade histórica*⁴⁰⁴, de Emilio Sena, foi uma resposta ao texto do almirante Brown, realizada logo após a tradução do *Memorandum* para o português. Carranza definiu o livro de Sena como uma tentativa do autor justificar as derrotas paternas, transferindo a culpa aos companheiros da marinha daquele personagem. O livro de Sena, como discutido no capítulo 3, classificara o *Memorandum* como de autoria desconhecida, mas a proximidade das datas e o conteúdo podem realmente indicar que, de fato, estava Sena diante de anotação do almirante Brown. O equívoco de Sena não foi de todo injustificável, visto que na reprodução do original não figurou nenhuma assinatura de Brown e em nenhum momento o almirante se colocou na primeira pessoa do singular, mas na terceira, referindo-se a si mesmo como almirante Guillermo Brown ou almirante Brown, o que poderia ser tomado apenas como uma opção estilística. Contudo, se de fato Sena conhecia a autoria do texto ou se o texto não foi realmente escrito por Brown não se poderá avaliar aqui nem seria de relevância ao trabalho.

Interessa, porém, perceber o embate entre os dois textos por uma memória vitoriosa de suas respectivas marinhas e, nesse sentido, mesmo que a escrita não tivesse assumido um discurso na primeira pessoa do singular nem, tampouco, encerrasse um caráter unicamente autobiográfico (visto que não se prendeu a questões de foro privado do almirante) não restam dúvidas de que Brown foi o personagem central da narrativa, contudo enquanto chefe da armada Argentina. Assim, o texto descreveu importantes batalhas marítimas comandadas pelo militar e ainda dedicou algumas linhas à Batalha de Ituzaingó, o que confirma, de alguma maneira, a importância deste evento, que mereceu figurar nas memórias da guerra inclusive quando o tema eram as forças de mar.

⁴⁰³ Os dados sobre a publicação do *Memorandum* foram extraídos do livro CARRANZA, 1916. O livro foi escrito ainda no século XIX e trouxe, na íntegra, em seus apêndices o *Memorandum* de Brown.

⁴⁰⁴ CARRANZA, 1916.

Cabe ressaltar que as questões políticas foram ali apontadas de forma muito tímida e raras vezes, e com isso, seria possível vislumbrar que o *Memorandum* atendeu menos às demandas políticas do autor e mais a um projeto de valorização ou ressignificação do papel de Brown na história da Argentina. Uma necessidade que, provavelmente, tornou-se imperiosa em 1853, após a derrota militar de Juan de Rosas pelas forças do Império. Brown participou do governo rosista e, como outros apoiadores daquele governo, pode ter sofrido, em certa medida, com a pressão política de alguns de seus inimigos após a queda do caudilho argentino.⁴⁰⁵ Tal linha de raciocínio poderia explicar o porquê de Brown ter omitido no *Memorandum* seus feitos durante o período em que esteve à frente da marinha rosista.

Antes de iniciar a análise propriamente dita do conteúdo do *Memorandum*, cabe destacar que seu autor tinha clareza de que o texto seria lido por outrem, na medida em que desenvolveu passagens em que dialogou diretamente com seu leitor. Dito isso, resta empreender a apresentação do *Memorandum*, cujo início proporcionou um relato de como os acontecimentos na Espanha reverberaram na América e deram margem ao processo de independência nas províncias do rio da Prata; e como foram discutidos os impasses relativos à independência entre as Províncias Unidas e a Banda Oriental, bem como a intromissão do D. João na questão. Brown logo apareceu na narrativa, pois, já em 1814, o governo de Buenos Aires tinha lhe dado o comando da primeira força naval criada pelo país com o objetivo de acabar com o domínio espanhol nas águas do rio da Prata. A aceitação do convite do governo portenho foi justificada no texto em razão do ressentimento que Brown teria contra os espanhóis, os quais, anteriormente, o haviam feito prisioneiro e lhe infligido um tratamento cruel.⁴⁰⁶

O autor dedicou poucas páginas ao período anterior à guerra no Prata, nelas frisando as disputas políticas entre a Banda Oriental e Buenos Aires durante o período artiguista, as guerras civis nas Províncias Unidas e o progresso civilizacional e econômico da Argentina após a criação do país e seu reconhecimento internacional. As proezas de Brown percorreram todo o *Memorandum* e destacaram seu caráter destemido, habilidade militar,

⁴⁰⁵ Não se pode ignorar, entretanto, a posição de Justo Urquiza, sucessor de Rosas, de ressaltar o papel do almirante após assumir o poder.

⁴⁰⁶ BROWN, 1957, p.11

distinção moral, dedicação à causa nacional argentina, benevolência diante dos adversários e caridade para com seus subordinados. Qualidades e adjetivos apresentados no texto ou subtendidos na descrição de episódios supostamente ocorridos durante a carreira do almirante. Pode-se admitir que a narrativa objetivou claramente atribuir uma aura heroica à figura de Brown.

Ao apresentar os antecedentes da Guerra Cisplatina, Brown afirmou que, já em 1816, o Brasil se aproveitou das disputas entre a Banda e Buenos Aires para enviar um exército a mando de Lecor, e tomar Montevideú. O povo oriental teria, entretanto, conseguido manter sua independência até 1820. O *Memorandum* sugeriu que o espírito de liberdade oriental tinha esmorecido naquele momento em razão do que chamou de desgoverno de Artigas, mas, alertou em seguida, logo o ânimo da população ressurgiria renovado. E foi, segundo o texto, o que aconteceu em 1825 quando os Treinta y Tres Orientales entraram na Banda com o intuito de acabar com a dominação lusa. Brown salientou, porém, a dificuldade da empresa dada a força e poder do Império e de seu exército. Muito brevemente o autor expôs o projeto de Lavalleja e seus homens, que teriam supostamente aprisionado Rivera e o obrigado a escrever cartas aos chefes imperiais, os quais acabaram caindo em emboscadas enfraquecendo as defesas da região ocupada. Depois disso, Lavalleja e Rivera teriam se unido.⁴⁰⁷

O primeiro resultado positivo dessa aliança teria ocorrido em Sarandí, onde, de acordo com Brown, as tropas de Bento Manuel Ribeiro, muito superiores em termos numéricos, teriam fraquejado diante dos orientais, em vantagem no quesito entusiasmo e patriotismo. Na perspectiva do autor, Sarandí foi uma das batalhas mais importantes do conflito da Cisplatina, isso porque o confronto deixou um grande número de mortos nas fileiras imperiais, fez os orientais donos do território e, ainda, colaborou para que Buenos Aires, que se mantinha neutra, anunciasse seu apoio aos vizinhos.⁴⁰⁸

O almirante Brown assumiu seu posto em 12 de janeiro de 1826 e prontamente conduziu sua esquadra para região de Los Pozos. Não tardou o encontro da frota republicana com a imperial, comandada pelo vice-almirante Rodrigo Ferreira Lobo. Brown teria se

⁴⁰⁷ BROWN,1957, p.82

⁴⁰⁸ BROWN,1957, p.83

chocado com o inimigo em fevereiro de 1826, e esse primeiro embate descrito no *Memoradum* já levantava uma questão importante: Brown apresentou uma grave acusação a vários companheiros naquela campanha - ao coronel Azopardo, ao capitão Baizleye e ao major Warnes, comandantes, respectivamente, dos bergantins *Belgrano*, *República* e *Sarandí*, que teriam abandonado, em 25 de maio, o capitão Perker e a *Congresso*, do capitão Mason em meio aos tiros de canhão lançados pelos imperiais. Ainda assim, Brown afirma que o resultado foi vantajoso aos republicanos. E continuou fazendo duras críticas à armada argentina que sofria com oficiais subalternos que, mesmo recebendo treinamento e instruções sobre o serviço que deveriam executar, não conseguiam colocá-los em prática, seja por insubordinação, seja por incapacidade; e foi a estes que atribuiu a culpa por algumas de suas estratégias mal sucedidas.⁴⁰⁹

Brown voltou a acusar seus companheiros ao se referir ao encontro de 29 de julho, em Los Pozos, entre as forças argentinas e brasileiras, quando mais uma vez se viu sozinho contra os inimigos em uma ação que rendeu, segundo ele, comentários negativos dos próprios adversários, convictos de que caso o almirante argentino tivesse contado com o apoio dos seus certamente o resultado seria desastroso aos imperiais. A fala expressa no *Memoradum*, apesar de longa, pode demonstrar quanto o autor pareceu confiante em suas memórias de que, no mar, caberia a ele qualquer vitória atribuída aos republicanos:

A las nueve y media, habiendo aumentado la brisa, la *25 de Mayo* llegó a la línea brasileña y la atravesó gallardamente, descargando dos andanadas y desmantelando a una goleta. La escuadra brasileña había largado sus cables a la primera alarma y se había formado en orden estrecho. Pero la *25 de Mayo* fue el único buque que así pasó la línea, seguida tan solo de una pequeña goletas, y en seguida tuvo que forzar la línea por segunda vez, para reunir-se al resto de la escuadra, soportando al hacerlo un vivo fuego, aunque sin sufrir averías. En vano esperó Brown a los demás buques, que sin embargo habían estado reunidos antes del ataque; en ésta como en otras ocasiones tuvo la desgracia de no verse sostenido por ellos. La goleta *Río*, capitán Rosales, fue la única que siguió a la *25 de Mayo* esta vez. Se dice que uno de los mejores oficiales brasileños afirmó en la ocasión que si Brown hubiese sido apoyado por sus capitanes, una tercera parte de la escuadra brasileña hubiera sido tomada o destruída.⁴¹⁰

⁴⁰⁹ BROWN,1957, p.103

⁴¹⁰ BROWN,1957, p.102.

Outra questão levantada foi a diferença de proporção entre as esquadras da República e do Império, esta última absurdamente maior e melhor armada, tanto que, para o escritor, poderia ser tomado como um milagre o resultado favorável aos argentinos. Logo em seguida, Brown comentou a ação de 11 de junho, em Los Pozos, quando suas forças desprestigiaram por completo os brasileiros ao colocá-los em fuga. Provavelmente, o leitor deve estar duvidando, como uma esquadra, em parte insubordinada e incompetente, pôde apresentar resultados superiores a outra maior e melhor equipada? Sim, Brown não demorou em explicar a que atribui o verdadeiro prodígio: à energia e ânimo ousado do comando argentino e à falta de empenho dos brasileiros na luta:

Los sucesos de aquel día probaron cuán superior es una fuerza reducida pero compacta y dirigida por el genio, y energia de un animo osado, a otra muy numerosa, pero destituida de este espíritu. La armada brasileña incluía oficiales de indudable bravura; pero arrastados por el desorden que los rodeaba, no tenían oportunidad de desplegar sus talentos ni valor.⁴¹¹

Faltava, então, aos brasileiros algo mais importante que embarcações ou canhões, faltava um comandante de pulso que pudesse organizar a frota naval. Careciam os brasileiros de Guillermo Brown. Sem dúvida foram opiniões como essas que animaram Emílio Sena a escrever sua resposta ao *Memorandum*, já que além de declarar uma humilhante derrota aos imperiais ainda atribuiu a responsabilidade aos seus oficiais, o que incluía, claro, o pai de Emilio Sena. E por falar nele, nota-se que apareceu na narrativa de Brown na descrição acerca do confronto de 9 de fevereiro de 1827, no Juncal. Brown atacou a Terceira Divisão imperial durante três horas e, segundo o texto, a teria derrotado por completo capturando ainda o comandante D. Jacintho Roque de Sena Pereira com quatro de seus maiores buques e uma goleta-hospital, enquanto o restante seguiu rio acima, em total desordem.⁴¹²

Faz-se necessário interromper agora a análise do *Memorandum* e retornar à exposição de Emilio Sena.⁴¹³ O leitor deve lembrar que Sena construiu o confronto de 9 de fevereiro de 1827 com toques cinematográficos – tanto quanto Brown o fez para o 29 de

⁴¹¹ BROWN, 1957, p.100.

⁴¹² BROWN, Guillermo. *Memorias del Almirante Brown*. p.113

⁴¹³ SENA, E. de. Guerra do Rio da Prata em 1825. O libello argentino e a verdade histórica. p. 54-63

julho. Em ambas as narrativas, no confronto de fevereiro o Império ficou em desvantagem. Entretanto, a vitória argentina, na narrativa de Brown, ou a legitimação da derrota do Império na narrativa de Sena, parecem responder a um mesmo objetivo: salvaguardar os governos (a República e o Império) e seus dois candidatos a herói (Brown e Jacintho Sena) do fracasso no comando daquela batalha, atribuindo o insucesso geral à falta de patriotismo dos combatentes brasileiros. Dessa forma, seria plausível supor que o exercício, tanto de um quanto de outro autor, em revisitar o passado esteve mais distante de um caráter meramente informativo sobre os acontecimentos e mais próximo de uma acirrada luta pela memória vitoriosa na Guerra Cisplatina.

Voltando ao almirante Brown, não foram seus subalternos os únicos a receberem críticas. O *Memorandum* questionou a unidade das Províncias ao acusar Entre Rios de um ato antipatriótico quando protegeu os brasileiros e usurpou das forças republicanas as presas que, por direito, caberiam aos vencedores. Aportando em terra firme, o *Memorandum* suspendeu a descrição sobre os feitos do almirante Brown para discutir as ações do exército da República, mais precisamente, os resultados da Batalha de Ituzaingó. Mais uma vez, a presença da Batalha de 20 de fevereiro em um livro voltado para a empresa naval pode confirmar a importância deste evento para a guerra em si e para sua rememoração.

Logo de início, Brown acusou os imperiais de promoverem a discórdia entre os líderes orientais Lavalleja e Rivera como forma de superar a incapacidade militar de seu exército. Atitude empreendida principalmente por Lecor, que, supostamente, escrevia cartas a Rivera para que fossem interceptadas e gerassem desconfiança quanto à fidelidade do oriental aos republicanos. Brown divide os hipotéticos louros de Ituzaingó entre o coronel Lavalle, o general Mansilla e, maiormente, o general Alvear. Segundo ele, Alvear enganou o adversário ao fazê-lo crer que a marcha para o Rio Grande do Sul seguia a rota usual e que nela os esperaria, mas, ao contrário, seguiu um caminho quase desconhecido e improvável para chegar àquela região. Tal engodo acabou por surpreender a divisão do marechal de campo Gustavo Henrique Brown, que se retirou prontamente para as montanhas de Camacúá,

salvando-se graças a uma enxurrada que impediu a transposição do rio e o progresso das filas republicanas.⁴¹⁴

Enquanto isso, ainda segundo o *Memorandum*, o general Barbacena tinha colocado suas tropas em um campo de difícil acesso que tornava impraticável o movimento da cavalaria republicana. Por isso, então, foi necessário retirar os imperiais dessa posição para que os republicanos tivessem a oportunidade de manobrar, o que só foi alcançado depois de uma série de manobras do coronel Lavalle e do general Mansilla, ação que apartou Bento Manuel do restante das tropas imperiais.⁴¹⁵

Contudo, o grande ardil ficou mesmo por conta de Alvear, que, para Brown, simulou uma retirada de suas tropas – definida no texto como “retirada fingida de aparência precipitada” – e depois assistiu a contramarcha imperial. Não contavam, porém, os imperiais que Alvear e seus homens os aguardavam em Ituzaingó, o que obrigou Barbacena a uma ação forçada, que resultou em sua derrota. A leitura apresentada por Brown sobre Ituzaingó não se distanciou do que Alvear mencionou em sua *Exposición*, mesmo que o almirante não tenha feito menção àquele documento e tampouco tenha informado no que se baseou para descrever o confronto terrestre.⁴¹⁶

As questões políticas foram timidamente abordadas por Brown, mas o autor não se furtou em mencionar a substituição de Rivadavia e a entrada de Vicente Lopez nem, principalmente, a recusa das províncias argentinas em aceitar a constituição promulgada pelo Congresso em 1826, ainda que, para Brown, estivesse fundada em princípios sólidos e razoáveis da liberdade civil. Aquela Constituição de 1826, rejeitada por parte das províncias, estabelecia o sistema representativo, republicano e, sobretudo, consolidava a autoridade nacional.⁴¹⁷

Brown ainda destacou alguns erros do governo Rivadavia, como, por exemplo, o fato de ter estimulado a atuação dos corsários. Segundo o almirante, a despeito da atividade ter prejudicado muito o comércio do Brasil, também trouxe consequências danosas à

⁴¹⁴ BROWN,1957, p.119

⁴¹⁵ BROWN,1957, p.119

⁴¹⁶ BROWN,1957, p.120

⁴¹⁷ BROWN,1957, p.130

república, já que muitos marinheiros acabaram abandonando seus postos na guerra para atuar como corsários. Além disso, o governo teria enviado buques de guerra para cruzar a costa do Brasil, o que transformou as embarcações argentinas em presas fáceis do inimigo, debilitando e desmoralizando a marinha nacional. Ainda que Brown tenha mencionado essas críticas após lembrar a saída de Rivadavia do governo, mais precisamente ao lembrar os embates navais de 1828, não se pode afirmar que tais censuras se destinavam ao governo de Buenos Aires à época em que o texto foi escrito (1854), o de Justo José Urquiza, substituto de Rosas.

Outra condenação foi direcionada aos marinheiros enviados das províncias. Ao que parece, Brown se referia aos marinheiros que não vinham da capital, os quais, supostamente, seriam todos criminosos sentenciados, que matavam seus comandantes na primeira oportunidade. A essa referência, ainda se somou uma última insinuação do almirante, a de que após o início das conversações para paz entre República e Império, o governo republicano se descuidou do reforço da marinha colocando-os em uma situação ainda mais delicada. Por mais que o discurso de Brown não tenha se apresentado de forma direta, é possível sugerir que as críticas apontadas aqui fossem dirigidas aos detratores do desempenho da armada rosista na recente derrota frente ao Brasil e seus aliados.

A narrativa de Brown insinuou ainda que o Tratado de Paz seria apenas a formalização dos resultados de uma guerra já encerrada em termos bélicos; isto porque ressaltou que o estado da marinha não lhe permitia uma ofensiva, da mesma forma que os brasileiros não se mostravam animados em hostilizá-los. Em suas palavras: “ambas partes parecían como descansar sobre los remos”.⁴¹⁸ Não muito diferente do que tinha indicado acerca dos confrontos em terra, ao anunciar que depois de Ituzaingó, os imperiais não tiveram disposição para procurar o exército rival. Seja como for, veio o Tratado de Paz.⁴¹⁹

Ao fazer um balanço da guerra, Brown frisou o valor da República Argentina e os supostos pontos fracos do Império. Elogiou o esforço nacional de lutar contra armas superiores em número e recursos, mas lembrou que, apesar de enorme, o Brasil não tinha coesão e que parte de seus habitantes não estava preparada para uma guerra ao sul de seu

⁴¹⁸ BROWN, Guillermo. *Memorias del Almirante Brown*.p.143.

⁴¹⁹ O autor ainda sugeriu certa dificuldade da parte do Imperador em aceitar o tratado de paz, o que foi precipitado em razão das notícias políticas vindas de Portugal sobre a ascensão de seu irmão Miguel ao trono e pelo descontentamento que começou a se espalhar pelo império.

próprio país. E, se o Brasil tinha contra si a falta de união de seu povo e o despreparo para um conflito travado no frio, a Argentina tinha a seu favor, além de valor e coragem, um grande almirante capaz de compensar todas as outras carências, pelo menos foi o que tentou provar o *Memorandum*: “El Pueblo de Buenos Aires estaba tan enterado de este estado peligroso de la marina, que acostumbraba a decir que el solo nombre de Brown les valia por toda una flota”.⁴²⁰

Por fim, com esta apresentação do *Memorandum* se pretendeu demonstrar como a Guerra Cisplatina foi retomada como argumento político na recuperação da memória pessoal e dos supostos feitos do almirante Brown e, especialmente o quanto, pelo patriotismo de seus bons soldados, a República argentina foi superior ao Império no desfecho daquele conflito. A opção do autor por suprimir de suas recordações o período em que esteve no comando da frota rosista, recém-derrotada pelas forças imperiais aliadas às da Banda Oriental, demonstram uma seleção dessas memórias e, mais ainda, sugerem quanto as lembranças do governo de Rosas, recém-caído em decorrência da derrota frente ao Império, ainda eram sensíveis para a sociedade argentina. Além disso, algumas passagens apresentaram contundentes análises sobre o contexto político durante o conflito e, em outras, sobejavam críticas à sociedade contemporânea à escrita do documento. Ambas abordagens lançam luz ao processo de construção e reconciliação da memória da Guerra Cisplatina.

4.4 Contra Alvear e Lavalleja: José del Piño e a guerra pela perspectiva da Banda oriental

O texto a ser apresentado a partir de agora, sem dúvida, dará exata medida da complexidade da *Guerra del Brasil*, isso porque trará o relato de um oriental envolvido no conflito e disposto a colocar em evidência as dissensões entre os orientais e o poder de Buenos Aires. Será possível adiantar desde já que a presença dos brasileiros nesta narrativa foi muito tímida já que apareceram apenas para serem derrotados em alguns embates. O inimigo nesse texto pareceu ser outro.

⁴²⁰ BROWN, Guillermo. *Memorias del Almirante Brown*.p.156.

O *Diario de la guerra del Brasil* escrito pelo ajudante José Brito del Piño foi publicado na *Revista Histórica de la Universidad* de forma fragmentada, nas edições dos anos de 1909, 1910 e 1911⁴²¹. Os originais se encontram no Arquivo Histórico Nacional do Uruguai e, ainda que não haja informações sobre sua circulação no século XIX, o diário será tomado aqui na medida em que fornece importantes observações sobre os acontecimentos da Guerra Cisplatina sob a ótica de um oriental muito próximo do comandante em chefe, general Alvear, destacando especialmente as dissonâncias entre chefias da Banda e das Províncias Unidas.

José Brito del Piño participou das milícias de Rivera, em 1825, e depois passou às fileiras republicanas como ajudante do general em chefe Carlos Alvear. O texto foi escrito em forma de um diário e abarcou o período de 12 de agosto de 1825 até janeiro de 1828. Para esta tese, porém, a narrativa ou, pelo menos, parte dela foi escrita após o conflito, já que é possível perceber que algumas passagens apresentaram dados que extrapolam a guerra, a exemplo das acusações do autor sobre inexatidões na descrição publicada sobre a Batalha de Ituzaingó, provável referência à *Exposición* de Alvear. Obviamente, se o autor teve acesso a este texto e pode compará-lo com o seu, o fez *a posteriori*. Além disso, mesmo que não faça menção explícita à *Exposición* de Alvear, é possível supor que o texto equivocado ao qual Piño se referiu se trata da descrição do general em chefe, afinal foi Alvear o primeiro a discorrer sobre o assunto, percepção que ficará ainda mais clara quando apresentarmos a Batalha sob o prisma do ajudante do comandante argentino.

Como se verá, a narrativa de Piño foi marcada muitas vezes por lacunas, tanto por suprimir nomes das figuras a que faz referência quanto por deixar de aprofundar algumas histórias que, mesmo citadas, não revelam seu desfecho ao leitor. O diário se preocupou em demonstrar os avanços territoriais tanto das tropas orientais, quanto, posteriormente, das republicanas e as dificuldades impostas pela campanha, que muitas vezes enfrentou condições climáticas adversas. O relato foi produzido ora na primeira pessoa do singular, ora na primeira do plural porque Piño pareceu se empenhar em suprimir aspectos de sua

⁴²¹ PIÑO, José Brito del. “Diario de la guerra del Brasil, llevado por el Ayudante Jose Brito del Piño y comprende desde el 12 de Agosto de 1825 hasta el 1º de Octubre de 1826”. In: *Revista de História*, Archivo Historico Nacional, t. III. Montevideu: El Siglo Ilustrado, 1910; e *Revista histórica*, ano II, t. IV, n. 11, 1911.

subjetividade e, mais que isso, se esforçou em atribuir um caráter meramente descritivo aos acontecimentos, ainda que algumas vezes tenha apresentado opiniões contundentes sobre os fatos ou sobre algumas personagens.

O texto deu grande destaque ao dia a dia dos soldados, apresentando as marchas constantes, os exercícios de preparação para os combates, algumas ordens recebidas e casos de insubordinação. Em contrapartida, informações sobre o narrador foram raras, constando apenas momentos em que adoeceu, mudanças em suas funções dentro do exército e algumas ações de menor vulto; mas nada no que se refere à sua atuação no campo de batalha, o que parece bem compreensível dada sua função dentro do exército. A política foi igualmente ignorada na maior parte do texto, mas pareceu tornar-se um problema importante depois da ascensão de Lavalleja ao cargo de comandante em chefe das forças orientais, quando foram transcritos no diário diversos ofícios dando conta das ações do general ou de seu diálogo com Buenos Aires. Isto é, já quase no final da guerra, dado que pode indicar um interesse do texto em influir na política interna da Banda.

O diário teve início em 12 de agosto de 1825 quando o autor, sob o comando do capitão Jose Conti, partiu do porto de Buenos Aires. Na fala do ajudante, quatro carretas fizeram a travessia do rio da Prata, suportando águas revoltas, tempestades e a proximidade perigosa de embarcações portuguesas.⁴²² O grupo desembarcou no Uruguai pelo arroio de Agraciada, onde quatro meses antes os Treinta y Tres Caballeros começavam o conflito. O grupo não demorou em encontrar seu comandante: Juan Lavalleja. O general alertou aos que chegaram sobre as dificuldades do trabalho e a escassez geral que se impunha à campanha. O aviso de Lavalleja não os intimidou, segundo Piño, e estes reafirmaram a disposição para lutar pela pátria contra a tirania e a opressão dos invasores. Apesar das dificuldades, o autor relatou diversas ocasiões em que fazendeiros forneceram provimentos aos corpos do exército, sugerindo com isso o apoio da população oriental ao projeto.⁴²³

Como já dito, o inimigo teve uma pequena participação no diário, mas, com certeza, todas vezes em que apareceu foi para ser derrotado pelos orientais e depois pelos

⁴²² O diário definiu o inimigo ora como português e ora como brasileiro.

⁴²³ PIÑO, José Brito del. "Diario de la guerra del Brasil, llevado por el Ayudante Jose Brito del Piño y comprende desde el 12 de Agosto de 1825 hasta el 1º de Octubre de 1826". Ano 1. Número 2. p.776-779

republicanos. Em uma destas passagens em que os oponentes foram citados, no dia 12 de outubro de 1825, o ajudante Piño expôs um curioso encontro entre o general Rivera, o inspetor de armas Oriental, D. Godoy, o narrador e os comandantes brasileiros Bento Gonçalves, Bento Manuel e o major Bonifácio. Separados pelo rio Yi,⁴²⁴ os adversários conversaram e Rivera se dirigiu a Bento Gonçalves afirmando que já era hora de pôr fim ao conflito e indagando sobre onde estavam os princípios liberais do militar. Gonçalves respondeu que ninguém mais que ele queria a paz. Rivera também interpelou a Bento Manuel que reafirmou seu compromisso em defender até a morte, se necessário, o imperador. Em tom ameaçador, Rivera teria lembrado a Bento Manoel que o embate agora era com ele e não mais com Artigas ou Latorre. Não se pode avaliar a veracidade desse encontro, mas, talvez, de alguma forma, ele serviu para revestir a causa oriental de legitimidade, na medida em que até o militar brasileiro pareceu estar empenhado no fim do conflito. Além disso, a frase de efeito atribuída a Rivera imprimiu uma força moral e militar bastante significativa àquele personagem.⁴²⁵

Saltando para o dia 12 de novembro, Piño noticiou a incorporação da Banda Oriental às Províncias Unidas do Rio da Prata e, nesse mesmo dia, o acampamento teria recebido a visita de um comissário de Buenos Aires, Pedro Trapani. Outros personagens vindos de Buenos Aires foram citados pelo autor ao longo da fase ainda solitária dos orientais na guerra, provando que a relação entre as duas regiões foi anterior à declaração de guerra por parte do Brasil às Províncias Unidas.⁴²⁶

Quanto aos embates militares, surpreendentemente, a Batalha de Sarandí passou quase despercebida na narrativa, sendo citada apenas para lembrar da postura inadequada de um ajudante do regimento dos Dragões Orientais e as complicações do ferimento de um negro do inspetor, ocorrido durante o confronto. E isso porque esta foi a mais relevante

⁴²⁴ Segundo o texto, os militares brasileiros se recusaram a juntar-se a Rivera para uma conversa, só aceitando com a condição de que ficassem separados pelo rio. PIÑO, José Brito del. “Diario de la guerra del Brasil, llevado por el Ayudante Jose Brito del Piño y comprende desde el 12 de Agosto de 1825 hasta el 1º de Octubre de 1826”. Ano 1. Número 2. p.788

⁴²⁵ PIÑO, José Brito del. “Diario de la guerra del Brasil, llevado por el Ayudante Jose Brito del Piño y comprende desde el 12 de Agosto de 1825 hasta el 1º de Octubre de 1826”. Ano 1. Número 2. p.788

⁴²⁶ PIÑO, José Brito del. “Diario de la guerra del Brasil, llevado por el Ayudante Jose Brito del Piño y comprende desde el 12 de Agosto de 1825 hasta el 1º de Octubre de 1826”. Ano 1. Número 2. p.778

batalha com os orientais no comando das armas. Essa omissão talvez fique mais clara a partir de agora, na medida em que se apresentarão casos de desentendimento entre os próprios orientais, seja por disputas entre oficiais importantes sobre suas respectivas atribuições - como o caso que teria acontecido no dia 30 de dezembro entre o inspetor de Armas e Zufriategui -, seja por circunstâncias (provavelmente relacionadas a Rivera) que levaram a uma intromissão do alto-comando argentino nas relações entre chefes orientais. Foi o que teria ocorrido no dia 8 de setembro, quando em uma carta destinada o comandante Raña, o comandante em chefe Alvear enviou um ultimato aos orientais integrados no exército. O diário transcreveu o seguinte trecho desta carta:

No sean Vmds. locos; Vmds. se han propuesto perder la Provincia y se han de salir con ello. Yo estoy cansado de intrigas y si Vmds. no mudan de conducta el Ejército de Buenos Aires se erá por donde se ha venido. Ahí va el general Lavalleja, el Gobernador de la Provincia y el coronel Laguna á hablar con el mayor Rivera.⁴²⁷

E se o clima não parecia dos melhores entre os orientais, vale ressaltar que as províncias que compunham a República não ajudavam muito. Além disso, uma figura já bem conhecida desta tese também apareceu no diário e foi alvo de críticas. Sim, adivinhou quem apostou em Alvear. Nesse sentido, pelo que foi apresentado por Piño, a escolha de Alvear como comandante em chefe das forças republicanas esteve longe de ser uma unanimidade entre seus próprios compatriotas e isso ficou claro em uma suposta troca de correspondência entre o coronel Brandsen e o coronel Lavalle.

A carta destinada a Alvear e transcrita no diário de Piño, teria sido interceptada pelo ajudante e entregue ao general argentino Martínez, que pediu para ver a correspondência, no que foi prontamente atendido pelo ajudante, na certeza de que a carta seria devolvida ao seu destinatário, o que não ocorreu. Cinco dias depois, Piño comentou o episódio com o brasileiro Caldas e o que lhe tinha acontecido. Não demorou para o próprio Lavalle questionar o ajudante sobre o paradeiro da correspondência. Este se dirigiu ao general que afirmou ter rasgado a carta e também acusou Piño de o comprometer. O trecho da missiva versou sobre os verdadeiros intentos do general em chefe e sua relação com Bolívar, além de ter destacado a ambição de Alvear em outros contextos.

⁴²⁷ PIÑO, 1911, p. 59.

De un día a otro día á otro esperamos al general Alvear; si es, como dicen, el hombre de genio, se le abre un vasto campo para desplegar sus talentos y ser el feliz instrumento de la gloria y prosperidad de su país. Algunos pretenden que de acuerdo con Bolívar trata de establecer una monarquía universal, sobre las ruinas de la libertad sudamericana. Pero mi corazón repugna creer tal aserto. ¡Alvear no es más que un Pachá de Bolívar! ¡Rebajarse á tanto grado el orgullo argentino! ¡No lo creo, y confieso que tengo rubor en confesar estos temores, que algunos pretenden justificar con la ambición demostrada en otros tempos por Alvear!⁴²⁸

Em princípio, soa estranho imaginar que uma correspondência com teor tão comprometedor tenha circulado livremente entre oficiais importantes. Mas, fugindo um pouco do vício de determinar se foi fato verdadeiro ou não, seria possível lê-lo como um indício da crítica ao comandante Alvear e das relações divergentes entre personagens do exército republicano.

Entretanto, não foi Alvear o único militar argentino a ser lembrado de forma negativa. Piño descreveu uma ação arbitrária do general Mansilla que, insatisfeito com o trabalho de ajudantes do exército, fez um discurso enérgico contra eles, no qual os teria tratado como escravos e se colocado enquanto um tirano. O teor do discurso não foi apresentado pelo autor, justificando a ausência por seu caráter inacreditável.

Interrompendo um pouco as disputas internas, a tese passará ao confronto do Passo do Rosário: o único de fato discutido no diário. Ainda em 17 de fevereiro de 1827, o autor noticiou a crença que circulava no exército de que em três ou quatro dias, aproximadamente, ocorreria um confronto entre os dois exércitos beligerantes. Mostrou, inclusive, a preocupação com a falta de lápis, segundo Piño, necessário para desenhar os croquis do campo de batalha após a vitória. Ressaltou ainda que alguns oficiais e chefes teriam enterrado objetos de valor para não levá-los à ação iminente.⁴²⁹ Ainda no que tange aos preparativos para o embate, Piño relatou uma atitude de Alvear que lhe pareceu bastante condenável, isso porque o general em chefe, após ter retornado de uma patrulha para reconhecimento do campo, deu ordens para que fosse queimado tudo que não fosse necessário. A determinação foi questionada no diário visto que, se perdessem a ação, os inimigos não usariam tais coisas e, se ganhassem, se encontrariam sem elas.

⁴²⁸ PIÑO, 1911, p. 63-64.

⁴²⁹ Difícil julgar as informações do ajudante, se de fato o confronto já era vislumbrado como inevitável ou se esses foram dados incorporados após o evento de 20 de fevereiro de 1827 por Piño.

Entretanto, as críticas mais importantes a Alvear ainda estavam por vir. Nesse sentido, o autor noticiou que, no dia 19 de fevereiro, a tropa seguiu para o Passo e que teria ocorrido uma junta de generais para definir se o exército republicano daria ou não combate aos imperiais, como argumentou o autor:

Hubo junta de generales para discutir si debía ó no darse la acción, ó pasar al otro lado del Santa María. La discusión fue muy animada; pero todos opinaron que la batalla debía darse – El general en jefe se conformó, á pesar de que no era esa su opinión.⁴³⁰

Os de boa memória certamente perceberam que o trecho supracitado contradiz a *Exposición* de Alvear, na medida em que, por ele, não teria sido o general em chefe o responsável pela decisão de lutar em Ituzaingó. Em contrapartida, a fala de Piño muito se assemelhou à de Iriarte já que, em ambos, o resultado posteriormente considerado vitorioso não poderia ser atribuído a uma decisão do general Alvear, pois ele, de fato, tentou fugir de um embate.

Antes, porém, de apresentar suas observações sobre a Batalha, o ajudante afirmou que o evento já tinha sido descrito, mas que o texto existente estava cheio de imprecisões. Mesmo sem fazer uma mínima menção do autor ou do título dessa tal descrição equivocada, não seria difícil imaginar que estivesse se referindo à defesa de Alvear, tanto porque foi o primeiro trabalho, e por algum tempo o único divulgado sobre o assunto, quanto porque algumas críticas feitas por Piño parecem responder à exposição do general em chefe. Piño destacou também as limitações de sua própria narração visto que a função que desempenhava no exército o obrigava a uma constante locomoção:

Mal podría un oficial subalterno, como yo lo era, entrar á detallar los diferentes episodios de ese gran drama, cuando la naturaliza de mis funciones me tenían de un lado á otro, llevando órdenes ya á vanguardia ya á retaguardia, – demandándome algunas mucho tempo, – y en los momentos en que podía observar algo, se me mandaba apearne y escribir diferentes órdenes sucintas, pero multiplicadas.⁴³¹

Ao iniciar os comentários sobre a batalha o autor logo passou a desfilar uma série de críticas a Alvear. Assim, sugeriu que o general seria o responsável pela morte de seus

⁴³⁰ PIÑO, 1911, p. 99.

⁴³¹ PIÑO, 1911, p. 100.

homens em razão de ordens inadequadas que acabaram por expô-los às cargas inimigas, como no trecho seguinte:

El general en jefe había ordenado al coronel Paz que se mantuviese en aquel punto hasta nueva orden. Este punto estaba al alcance de la Artillería enemiga. Una bala de cañón se llevó al coronel Besares y de cuando en cuando se llevaron otras, algunos soldados. En tales circunstancias pasó por allí el general Lavallega, el que le dijo: ¿Qué hace Vd. aquí, expuesto inutilmente al fuego; cargue Vd. ó retírese algunas varas más á retaguardia, poniendo á cubierto de los fuegos su tropa. El coronel Paz le dijo: que estaba allí porque tal había sido la orden del general en jefe; que si él (el general Lavallega) le ordenaba que marchase á retaguardia, lo haría. El general Lavallega le contestó en el acto que sí, y que tomaba sobre sí la responsabilidad. En estos momentos llegó el general en jefe y se incomodó altamente con el coronel Paz porque no había variado de posición, sin hacer caso de las observaciones de aquel jefe pundonoroso, fundadas en sus terminantes órdenes.⁴³²

Provavelmente o leitor deve lembrar que Iriarte também negou que Alvear tivesse escolhido enfrentar o inimigo, e que somente o fez quando o movimento era irremediável, pois ambos os exércitos estavam frente a frente. Entretanto, não foi essa a única semelhança entre as narrativas de Piño e Iriarte: o ajudante também acusou o general em chefe republicano de ser culpado pela morte do coronel Brandsen e alguns de seus comandados. Segundo Piño, Alvear insistiu que aqueles homens se colocassem em uma determinada posição, ainda que Brandsen houvesse mencionado a existência de um barranco logo adiante e que este seria intransponível para a cavalaria, mas o general ignorou a informação e insistiu no cumprimento de sua ordem. O resultado foi o fuzilamento de Brandsen e alguns de seus oficiais.⁴³³ As duas questões abrem então outra possibilidade: a de que Piño estivesse fazendo referência a Iriarte quando ressaltou uma equivocada análise sobre Ituzaingó.

Sim, esta seria uma possibilidade, todavia, observando as duas narrativas, ainda seria mais fácil supor que Piño tratou como impreciso o texto de Alvear, afinal suas observações o contradizem de alguma forma. Em contrapartida, Piño e Iriarte fizeram análises bem próximas acerca do papel de Alvear na Batalha de Ituzaingó, talvez porque ambos participaram do evento e partilharam a opinião negativa sobre o desempenho militar do comandante em chefe. Além disso, como já mencionado anteriormente, a inquirição de

⁴³² PIÑO, 1911, p. 101.

⁴³³ PIÑO, 1911, p. 101.

Alvear pela Sala de Representantes do Governo teve repercussão entre os militares que se envolveram na guerra e a *Exposición* foi a primeira publicação sobre o tema enquanto as memórias de Iriarte só seriam escritas entre 1835-1847.

Espera-se que os argumentos tenham sido suficientes para provar o diálogo entre Alvear e Piño o que, em consequência, faz do diário do ajudante, em alguma medida, uma resposta à *Exposición* do general em chefe. Resolvida a questão, abre-se outra: teria Iriarte lido Piño para compor suas memórias? Afinal, parte de suas lembranças foram produzidas em seu exílio em solo uruguaio. Infelizmente esta pesquisa não tem subsídios suficientes para responder a esta pergunta, mas, ainda assim, pretende deixar algumas observações. Primeiro, Iriarte afirmou que seu texto foi produzido a partir de suas memórias e também de alguns documentos que não poderiam ser transcritos visto que estavam em Buenos Aires. Segundo, Iriarte claramente buscou elementos para invalidar o discurso do seu general em chefe, citando, inclusive, figuras do exército que compartilhavam de suas perspectivas e, por isso, não faria o menor sentido omitir uma análise que se coadunava com seu principal interesse: desmistificar o caráter heroico imputado por Alvear a si mesmo em sua *Exposición*. Por outro lado, Piño fez uma menção à amizade de Iriarte com Alvear,⁴³⁴ enquanto Iriarte se defendeu por diversas vezes em suas memórias negando que essa amizade ainda fosse a mesma de quando ocorreu a guerra, e fornecendo indícios de seu distanciamento do chefe. Nesse sentido, as coincidências nesses dois discursos não parecem suficientes para afirmar categoricamente que Iriarte estava respondendo ao ajudante, pois, ao que parece, a relação dos dois militares era de conhecimento público e notório já que ambos integravam o mesmo exército.

Retomando o diário, Piño ressaltou que o general inimigo, Barbacena, ordenou a retirada de suas tropas em razão do estado de sua infantaria que, segundo ele, foi desmoralizada pela artilharia argentina. Continua descrevendo o estado lastimoso dos inimigos que sem comida nem bebida seguiam assustados e querendo render-se, certos de que os republicanos os perseguiriam. Descreveu ainda um suposto diálogo entre o coronel do império José Rodríguez Barbosa e Lavalleja (sucessor de Alvear no posto de general em

⁴³⁴ PIÑO, 1911, p. 108.

chefe) procurado por Barbosa, após a assinatura do Tratado de paz com o Brasil, com o objetivo de cumprimentá-lo em nome do visconde de Laguna. Na ocasião, o militar brasileiro teria garantido a Lavalleja que: “jamás creyeron llegar à Caziquey sin rendirse por el estado de fatiga y desmoralización de la tropa”.⁴³⁵ E, na opinião de Piño, se o inimigo se encontrava arrasado, nada mais natural que lhe fosse imposta uma nova carga, mas não foi o que ocorreu. Piño se demonstrou admirado com a inação de Alvear após a retirada dos brasileiros, afinal, estando estes em condições tão caóticas, seria fácil vencê-los, o que facilitaria uma solução final por parte das tropas republicanas. Alguns oficiais, de acordo com o ajudante, ainda tentaram convencer Alvear a enviar forças para surpreender os imperais, mas aquele, em tom ofendido, lembrou aos seus comandados que era o chefe do exército:

Marchaban, al costado del cuadro el general Lavalleja, el coronel D. Manuel Oribe, el coronel D. Juan Lavalle y el coronel Olavarría, y viendo que aquel cuadro no podía escapársele, mandaron pedir al general en jefe un par de piezas de artillería para cañonearlo un poco y cargalo en seguida, respondiendo con su cabeza del resultado. El general en jefe se negó á ello tenazmente diciendo: “que si todos querían ser generales en jefe; y él sabia lo que hacía”.⁴³⁶

Piño noticiou em seguida que Alvear reuniu seus homens para justificar a decisão de não perseguir os oponentes, mas nada foi capaz de dissimular o descontentamento de seus oficiais. A passagem deve despertar certo sentimento de *déja vu* aos que acompanham esta análise. Sim, Iriarte também fez uma descrição semelhante a esta, onde critica a postura de Alvear em permitir a retirada tranquila de Barbacena. No caso de Iriarte, houve uma referência direta à *Exposición* de Alvear e à tentativa deste militar de explicar sua controversa decisão. Já Piño não citou aquele texto, porém é inegável a relação dialógica entre os dois autores.

As consequências da inação de Alvear não teriam pararam por aí. Tal qual Iriarte, o ajudante também mencionou um suposto plano de importantes oficiais argentinos para depor o comandante em chefe e colocar em seu lugar o general Soler, projeto abortado diante da negativa de Soler em assumir o cargo, temeroso de que a mudança trouxesse consequências negativas para a moral do exército republicano e gerasse espanto entre os

⁴³⁵ PIÑO, 1911, p. 103.

⁴³⁶ PIÑO, 1911, p. 103.

inimigos. Afinal, apesar de tudo, era o general em chefe o comandante da vitoriosa, nas palavras de Piño, empreitada de 20 de fevereiro: “Disgustados los jefes del Ejército, hasta más allá de cuanto pueda imaginarse, porque el general en jefe no había concluído con el Ejército Imperial, ni perseguido al enemigo, trataron de deponerlo del mando”.⁴³⁷ A situação de Alvear não parecia mesmo das melhores. Em outro momento, Piño explicou que seu exército não tinha tomado nenhuma artilharia das tropas adversárias. A afirmação categórica do militar oriental pode ser facilmente percebida como uma recusa ao discurso pomposo de Alvear, em que enumerou diversos troféus de guerra conquistados no campo de batalha.⁴³⁸

Antes de deixar o posto de comandante em chefe, Alvear ainda foi acusado no diário de ter abandonado os feridos em S. Gabriel, sob a responsabilidade do cirurgião Echeverría, sem a menor proteção e fragilizados pela possibilidade de um ataque do inimigo. Como é possível perceber pela narrativa, mesmo que se tenha feito um esforço em transformar os argentinos nos vitoriosos indiscutíveis de 20 de fevereiro, a situação não era, segundo o relato de Piño, tão dignificante para os republicanos, tanto que o ajudante apresentou tropas desmoralizadas ao descrever a situação na região de Serro Largo. E foi debaixo dessa tempestade de críticas que Piño noticiou a saída do general Carlos Alvear e sua substituição por Juan de Lavalleja. Mal o oriental assumiu, logo expressou ao governo de Buenos Aires, em nota de 7 de setembro de 1827, seu descontentamento com a manifestação pública do ex-general Alvear, na *Exposición*, de que o estado de desorganização e desmoralização em que se encontravam as tropas deveria ser atribuída aos orientais e, principalmente, a seu novo comandante.

O caos interno às tropas republicanas não parou por aí. Piño ainda interrompeu a narrativa do dia a dia no *front* para noticiar a missão de D. José Vidal y Medina junto ao general Lavalleja, em agosto de 1827. A presença de Medina na Banda Oriental teve por intuito conter o avanço dos unitários na legislatura daquela Província, que se contrapunha ao projeto político federalista do então governador de Buenos Aires, Manuel Dorrego. Assim, este político desejava conseguir o apoio da Banda para o projeto federal e garantir o envio de

⁴³⁷ PIÑO, 1911, p. 108.

⁴³⁸ PIÑO, José Brito del. “Diario de la guerra del Brasil, llevado por el Ayudante Jose Brito del Piño y comprende desde el 12 de Agosto de 1825 hasta el 1º de Octubre de 1826”. p.109

representantes confiáveis para a Convenção das Províncias que se realizaria na capital, Buenos Aires. Na verdade, a Banda Oriental tinha sido uma das poucas unidades das Províncias Unidas que se mostrou contrária à orientação federal sancionada pelo Congresso por meio da *Ley del 3 de julio de 1827*, na qual se designou um presidente provisório, se dissolveu o Congresso e se convocou uma Convenção com representantes de todas as províncias que deveria estabelecer uma nova Constituição Federal. O resultado final desta Convenção representou uma vitória do federalismo, pois foi determinada a extinção do cargo de presidente, então ocupado por Vicente López, e a nomeação de Manuel Dorrego como governador de Buenos Aires e plenos poderes para governar.⁴³⁹

A presença da missão de Medina no diário, e a reprodução de documentos trocados entre Dorrego e Lavalleja, colocaram em evidência a influência das disputas entre federalismo e unitarismo na condução da guerra Cisplatina e na situação das demais províncias da União. Em uma circular de 20 de agosto de 1827, de Dorrego endereçada a Lavalleja, o governador apontou a política equivocada do projeto unitário que destruiu o espírito público, dilapidou as rendas do estado e colocou o valoroso exército nacional em uma situação de penúria diante das tropas inimigas.

[...] En esta parte las heridas aun vierten sangre y pasará mucho tiempo para que puedan cicatrizarse. Cuando se echaba la vista al valiente y virtuoso Ejército de operaciones en la frontera del Brasil, se contemplaba el soldado desnudo, impago; la fuerza en considerable baja, y el todo en peligro de una disolución, tanto más extraña, cuanto que no se había padecido un revés á que debiera atribuirse esta dislocación.⁴⁴⁰

O longo texto transcrito por Piño, e do qual se extraiu apenas o pequeno fragmento aqui citado, apresentou inúmeras críticas ao governo anterior, de Rivadavia, mas interessa a este trabalho naquilo em que se referiu ao conflito na Cisplatina, já que acabou por colocar em cheque a suposta superioridade bélica do exército argentino. Obviamente, não se pode ignorar a função política do documento e das queixas de Manuel Dorrego em sua determinação de se contrapor ao projeto unitário rivadaviano. Porém, não seria menos leviano imaginar que essas mesmas críticas fossem apenas invenções e não encontrassem

⁴³⁹ A sucessão política desse período na Argentina será retomada no próximo capítulo.

⁴⁴⁰ PIÑO, 1911, p. 108.

nenhum respaldo na realidade. Com isso se pretende afirmar que o diário de Piño contribuiu significativamente nessa discussão na medida em que desconstruiu, de alguma forma, a visão idealizada sobre o exército republicano apresentada, por exemplo, na *Exposición* de Alvear. Afinal este exército, tal qual seu rival, esteve longe das condições materiais ideais e da desejada harmonia entre seus homens.

Depois da carta de Dorrego, Piño transcreveu a resposta de Lavalleja ao governador de Buenos Aires, na qual acenava positivamente para a missão de Medina e prestava ao governo todo seu apoio. Foi então a vez do ajudante expor sua opinião acerca do assunto, frisando que não esperava sucesso para aquela missão junto à Sala de Representantes da Província Oriental, e ao Governo, visto que a maioria de seus membros era favorável à unidade do regime em um governo geral. A suposta troca de mensagens entre Lavalleja e Dorrego e, principalmente, a resposta do ajudante à solicitação do governante argentino, traz subsídios para inferir sobre a posição política de Piño, o que se fará em breve, mas, enquanto isso a tese se esforçará em apresentar novos dados.

A chegada de um oriental ao comando das tropas republicanas parece ter enfatizado outro conflito importante: as disputas entre autoridade civis e militares dentro da Banda Oriental. Ainda caracterizando a preferência de importantes figuras da Banda ao regime de cunho unitário, Piño noticiou o pedido de prisão dos doutores D. Juan Andrés Ferrera e D. Gabriel Ocampo, ambos por suas posições políticas. A prisão dos dois e posterior envio ao governo de Buenos Aires teria aberto uma dissensão entre o Executivo da província, contrário à medida arbitrária de prendê-los, e o general em chefe Lavalleja, que autorizou a captura. A resposta do Governo de Buenos Aires foi a libertação de Ferrera e Ocampo seguida de um comunicado que condenava a medida despótica que visava suprimir a liberdade dos dois cidadãos.⁴⁴¹

Logo a disputa interna se acirraria sensivelmente, isto porque Lavalleja, com apoio de Buenos Aires e de parte de seu oficialato, dissolveu a Sala de Representantes da Província e destituiu o governador alegando a aproximação de elementos dessas representações com os ideais políticos unitários, ou seja, com o grupo de Rivadavia. Em uma

⁴⁴¹ PIÑO, José Brito del. “Diario de la guerra del Brasil, llevado por el Ayudante Jose Brito del Piño y comprende desde el 12 de Agosto de 1825 hasta el 1º de Octubre de 1826”. Ano 2. Número 10. p. 403-409

Ata da Milícia do Departamento de São José, de setembro de 1827, transcrita por Piño, o apoio à iniciativa de Lavalleja de depor o legislativo e o governador foi justificado pela política de intrigas que estes sempre realizaram e a forma como haviam infiltrado nos cargos e nas instituições adeptos de um projeto centralizador e nacionalizante. A razão maior para justificar a adesão à decisão do general em chefe era, porém, o temor de que a permanência de setores pró-unitários levassem as províncias que compunham a Banda oriental a perderem sua liberdade.⁴⁴²

Outra Ata, mas agora de um grupo de poder da mesma vila de São José, em setembro de 1827, apresentou acusações contundentes à administração da Banda Oriental seja aproximando-os do governo unitário, como já mencionado, seja denunciando ligações com o governo luso-brasileiro durante a ocupação da região. Atas de cunho similar das forças localizadas na Província de Colônia, na Guarnição Nacional de Mercedes, na milícia de Cerro Largo, foram transcritas por Piño, confirmando o apoio recebido por Lavalleja. Ao que parece uma nuvem negra pairava sobre a Banda. O ajudante não se escusou em apresentar seu parecer sobre a decisão do general em chefe. Piño classificou a ação de Lavalleja como reprovável e o acusou de impor a força sob a legitimidade da lei, desmerecendo não só o general, mas todo seu círculo de amizades. A força com que Piño bateu em seu general e compatriota acabou por denunciar sua proximidade com o projeto unitário.

Nesse sentido, a narrativa do ajudante ofereceu um rico panorama acerca das forças republicanas, seja expondo suas dissensões internas, seja apresentando a fragilidade política da Banda durante o conflito. Essa exposição sobre os problemas do exército ganhará ainda mais consistência com a próxima memória a ser analisada, já que ambas apresentam um exército republicano bem menos glorioso que o apresentado por Alvear.

4.5 Unitários versus Federales: os *Recuerdos* de José Maria Todd

Outro argentino ganhará as páginas desta tese: José Maria Todd. O militar e político objetivou tratar da guerra contra o Império em seu *Recuerdos del Ejército de*

⁴⁴² PIÑO, José Brito del. “Diario de la guerra del Brasil, llevado por el Ayudante Jose Brito del Piño y comprende desde el 12 de Agosto de 1825 hasta el 1º de Octubre de 1826”. Ano 2. Número 10. p. 417-419

Operaciones contra el Emperador del Brasil,⁴⁴³ mas foi bem além do conflito e acabou por esbarrar em uma figura central da segunda metade do XIX, que já percorreu este trabalho: Juan de Rosas. As recordações de Todd foram escritas em 1890, quando o autor já contava 81 anos de idade, e publicadas dois anos depois. O texto se apresentou enquanto uma memória acerca dos acontecimentos da Guerra Cisplatina, mas extrapolou a duração do conflito. Nas lembranças de Todd, a dicotomia entre unitários e federais foi discutida abertamente, bem como a preferência partidária do autor. No que se refere à Guerra, Todd destoará de algumas das narrativas analisadas até aqui, visto que projetará outro olhar sobre as ações do general Alvear.

O relato versou entre a primeira pessoa do singular e a primeira do plural, descrevendo a condução do conflito, estratégias militares e as dificuldades e dilemas que o autor enfrentou junto a seus companheiros. Algumas vezes resvalou em questões de cunho claramente subjetivo durante seu texto, e nos momentos que o fez, dividiu suas impressões sobre a repercussão do conflito, falou de política, analisou algumas figuras públicas e observou com desgosto o hipotético regresso histórico das forças armadas em seu país. O texto de Todd não pareceu se inspirar em nenhum outro trabalho anterior, pelo menos não fez referências diretas a outras narrações similares. O militar se contentou em mencionar que Alvear respondeu a um tribunal de guerra, o que possibilita conjecturar que o autor sabia da existência da *Exposición* do general em chefe, mas esse dado não garante que esta tenha figurado entre suas leituras. Em outra ocasião, Todd citou vagamente uma *Relação histórica* escrita por um brasileiro que, em sua opinião, apresentava informações equivocadas na medida que acusava injustamente o comandante Berdux de traição.⁴⁴⁴

Tal qual o ajudante Piño, a posição hierárquica de Todd no exército republicano onde, com 16 anos, atuou como secretário do coronel Paz, não o tornava personagem principal no conflito nem mesmo testemunha privilegiada de seus diferentes eventos. A escolha de Paz atendeu a pedidos dos familiares de Todd, entre eles o general Arenales, que

⁴⁴³ TODD, José Maria. *Recuerdos del Ejército de Operaciones contra el Emperador del Brasil*. Salta, 1892.

⁴⁴⁴ Todd não deu nenhuma referência sobre a tal *Relação histórica*, apenas destacou que quando dela tomou conhecimento, tentou respondê-la, mas como seu autor já havia falecido, desistiu da empreitada.

também estava nas fileiras do conflito, mas a decisão foi facilitada, segundo o próprio autor, por sua boa caligrafia e memória.

Foi Todd quem, logo na abertura do relato, advertiu o leitor de que não esperasse muito do escrito que se propunha a apresentar, fosse por ele figurar no batalhão em classe subalterna de subtenente, fosse por sua tenra idade à época dos acontecimentos. A modéstia inicial, porém, não o impediu de reconhecer a importância de textos de testemunhas oculares, como o dele, na posterior escrita da história. Não se eximiu, contudo, de estabelecer a diferença entre seu projeto narrativo e o de um historiador, atribuindo a si mesmo a possibilidade de descrever os fatos com maior liberdade, incluindo até mesmo minúcias que não interessariam ao historiador, sempre propenso a se ater somente aos grandes feitos.⁴⁴⁵ Todavia, a explicação estilista de Todd parece ter sido um simples jogo retórico, na medida em que até os supostos detalhes de menor monta apresentados no texto logo ganhariam um significado político relevante, como se verá.

Há como ousar a insinuação de que a opção pela modéstia em Todd – ao muitas vezes minimizar sua importância dentro do exército, ou sua participação direta ou indireta nos fatos - não corresponderia a características peculiares de sua personalidade e, sobretudo, dos postos políticos e administrativos que ocupou. Pelo contrário, ao apresentar seu relato com certo ar desprezioso queria valorizar sua postura partidária, sugerindo um desinteresse político que de fato não condiz com uma personalidade pública que chegou a ocupar o cargo de governador da Província de Salta em duas ocasiões.⁴⁴⁶ Além disso, não parece plausível que um homem de 81 anos escolhesse gastar seus últimos anos de vida⁴⁴⁷ escrevendo 93 páginas se, para ele mesmo, não representasse uma versão categoricamente aceita sobre a política argentina das últimas décadas em geral e sobre o conflito Cisplatino em particular.

Na verdade, a Guerra contra o Império em si apareceu muito timidamente nos *Recuerdos del Ejército de Operaciones*. Sim, o lugar do autor no exército poderia ser uma explicação para justificar a análise mais superficial dos embates entre os dois beligerantes,

⁴⁴⁵ TODD, José Maria. *Recuerdos del Ejército de Operaciones contra el Emperador del Brasil*. Salta, 1892.p.54

⁴⁴⁶ Foi governador de Salta, de maio de 1856 a outubro de 1856 e de agosto de 1861 a março de 1862.

⁴⁴⁷ O autor morreu em 1894.

as Províncias Unidas de um lado e o Império de outro, mas estando Todd tão próximo de uma importante figura da batalha de Ituzaingó, como foi coronel Paz e, mais ainda, sendo responsável de alguma forma pelos documentos que chegaram às mãos desse coronel, provavelmente, não lhe faltariam muitas informações sobre o que se passou no campo de batalha. Dessa forma, seria presumível que o militar escolheu, em 1891, dar uma menor ênfase aos eventos que presenciou no conflito Cisplatino e, em compensação, priorizar o jogo político que, durante os embates bélicos, extrapolava o teatro da guerra.

Os alvos de Todd foram, na maior parte do tempo, a situação estrutural do exército republicano, as querelas internas entre orientais e argentinos, as disputas políticas que se seguiram à derrocada de Rivadavia e, extrapolando a guerra, a política de Lavalle e a chegada de Rosas ao governo. E, no meio de tudo isso, sempre, o antagonismo entre federais e unitários.

No princípio da narrativa dos *Recuerdos del Ejército de Operaciones* uma questão os aproxima de Piño: a exposição da situação materialmente ruim do exército da República. Contrariando o depoimento de Alvear, o exército apresentado pelo secretário de Paz não dispunha de cavalaria nem de espadas para enfrentar os adversários, e dependia dos recursos de seus próprios soldados para equipar-se de forma conveniente. A falta de fardamento também foi lembrada e criticada por Todd,⁴⁴⁸ principalmente, pelas condições climáticas a que estavam submetidas as tropas no sul do continente; ou seja, reclamações bem próximas do que foi constantemente marcado pelos memorialistas brasileiros ao descreverem a situação das tropas imperiais. E as dificuldades não paravam por aí. O que Todd apresentou foram tropas em estado de penúria. A constatação dos problemas que se abatiam sobre a campanha, de acordo com o texto, teria sido feita pelo próprio general em chefe Alvear, por meio de proclamas nos quais ressaltou a dificuldade financeira que atravessava a pátria, fato que impedia o pagamento de soldos e a provisão de gêneros alimentícios. Vale ressaltar que em sua *Exposición*, ao contrário, Alvear garantiu que seus homens tinham não só o pagamento em dia, mas adiantado.

⁴⁴⁸ Lembrando que Alvear não negou a falta de fardamento, mas atribuiu ao desgaste natural e a impossibilidade de receber novas remessas diante da mobilidade do exército.

No entanto, na fala atribuída a Alvear, nada disso frearia o ímpeto dos soldados que, por serem maiores de idade, deveriam ser responsáveis por seu próprio sustento. O proclama de Alvear, que teria circulado nos finais de 1826, ainda tentou estimular os soldados argentinos na marcha contra o inimigo, ao afirmar que todo o necessário para o abastecimento da tropa se encontraria em abundância na Província brasileira do Rio Grande do Sul. Ele a acusou de furtar as riquezas da Banda Oriental e, por isso, dela se deveria extrair o necessário para quitar o que era devido aos soldados. Outros problemas do exército, porém, ficarão suspensos por ora, mas voltarão à tona no decorrer da narrativa.

Em uma questão especial Todd diferiu radicalmente da maior parte das memórias. O secretário não enxergava um fervor cívico na população que compunha seu país e, enquanto outros relatos, como de Iriarte, por exemplo, lembraram o apoio à causa dos irmãos orientais oprimidos pelo jugo estrangeiro, Todd se ressentia da impossibilidade ou da falta de vontade de seus compatriotas com a Guerra.

Me parece aqui caben algunas reflexiones sobre las impresiones que recibí al atravesar la República Argentina. Se había perdido la esperanza que teníamos de éxitar el civismo de las ciudades del tránsito, por que solo atravesamos el despoblado; pues desde Salta hasta el Litoral, solo entramos en la ciudad de San Nicolás. Nuestro ánimo se contristaba, al ver varias Provincias, que en otros tempos, habían manifestado su patriotismo y que ahora no querían ó no podían concurrir á una guerra tan nacional y patriótica como la de la Independencia Oriental.⁴⁴⁹

Deste fragmento se pretende anotar tanto o estilo narrativo quanto as dúvidas colocadas pelo autor no que tange à guerra que começava. No que se refere ao primeiro ponto, fica perceptível que Todd não imprimiu a impessoalidade e o distanciamento que funcionou como signo de legitimidade para textos como de Machado de Oliveira. Em relação ao segundo, ao expor suas inseguranças quanto à adesão à causa, desfez o forte cunho nacional dado de forma teleológica às ações dos argentinos nas memórias e nas análises historiográficas sobre o tema. As ressalvas feitas aos seus conterrâneos não pararam por aí, pois Todd ainda exibiu as brigas internas entre as diferentes províncias da União. No olho do furacão, como não poderia deixar de ser, estava Buenos Aires e como sua antagonista a

⁴⁴⁹ TODD, 1892, p. 14.

Província de Salta. Os saltenhos reclamavam da política centralizadora dos bonaerenses aos quais acusava, inclusive, de serem responsáveis pela funesta guerra que se abatia sobre a Banda:

Cada vez que asistamos á sus invitaciones, encontrábamos reunidos muchos vecinos; los cuales sabiendo que entre nosotros no había ningun porteño, se desataban contra éstos con las mayores injurias, diciéndonos que jamás se unirían á la República Argentina, dominada totalmente por Buenos Aires. Que este pueblo criminal, era el causante de la ruina del Estado Oriental; que los había perseguido y hostilizado siempre, con el fin de anular el cómodo y barato Puerto de Montevideo, para beneficiar el puerto difícil y caro de Buenos Aires [...]⁴⁵⁰

Não foram, porém, os argentinos os únicos alvos da censura de Todd. Aos orientais estavam reservadas as maiores críticas, e vieram na condenação de seu principal líder, Lavalleja, que, insistindo em sua posição de chefe supremo da Banda Oriental teria resistido em passar o comando para o general argentino Rodriguez e, depois, afrontado o mando de Alvear. O exército oriental tampouco foi poupado ao ser classificado como anárquico. Na realidade, para o secretário, graves deficiências se impunham às duas forças do que veio a ser o exército republicano, como apontado no trecho: “Ya que hablo de esta deplorable división del Ejército Oriental, no debo por más que me duela decir: que el Ejército Argentino carecia de la homogeneidad que era de desearse”.⁴⁵¹

Os confrontos propriamente ditos tiveram pouquíssimo destaque nas recordações de Todd, com descrições muitas vezes vagas, imprecisas e breves. Sobre um desses embates, provavelmente em Ombú, limitou-se basicamente a proclamar a vitória dos republicanos, a despeito de ter advertido sobre a bravura dos brasileiros.⁴⁵²

A única batalha que mereceu uma maior atenção do secretário, como todos já devem imaginar, foi a de Ituzaingó. O 20 de fevereiro de 1827 foi lembrado como uma espécie de encontro inesperado. Nos *Recuerdos del Ejército de Operaciones* não houve nenhuma reunião prévia entre o comando republicano para decidir sobre um enfretamento e o inimigo foi descoberto já nos primeiros raios da manhã, apenas quando descia aceleradamente de um elevado e sem hesitações rompia fogo em direção aos homens de

⁴⁵⁰ TODD, 1892, p. 16.

⁴⁵¹ TODD, 1892, p. 16.

⁴⁵² TODD, José Maria. *Recuerdos del Ejército de Operaciones contra el Emperador del Brasil*. Salta, 1892.p.30

Alvear. Apesar de confessar sua impossibilidade de detalhar o confronto,⁴⁵³ Todd pôde noticiar o quão renhido foi o embate, com as duas forças lutando de forma bastante equilibrada. A controvérsia acerca do reconhecimento prévio do terreno por parte de Alvear também ganhou as páginas das recordações de Todd. E assim, negando um dos elementos-chave da defesa do general em chefe, o secretário de Paz recusou debilmente que as tropas da República tivessem total ciência do campo no qual se deu o confronto, como apontado no trecho: “Que no podia suceder eso à las nuestras que no conocian estos campo, pero sabian que teniamos á retaguardia el rio navegable de Santa Maria”.⁴⁵⁴ Ao fim de longas horas de fogo cruzado, Todd teria presenciado o inimigo dispersar de forma desbaratada enquanto seus companheiros buscavam retomar a formação alterada. Em meio a esse cenário caótico, o secretário teria presenciado um diálogo entre Alvear e Paz, no qual o general questionava sobre as condições da cavallhada do exército republicano. Logo descobriu Alvear que todos os cavalos tinham sido consumidos. Seguramente, a falta de cavalos pode parecer ao leitor um tema menor, mas cabe adverti-lo que se vai esbarrar em um ponto de extrema relevância. Afinal, o mau estado dos animais serviu ao texto como justificativa para explicar o fato de Alvear não ter perseguido seu oponente. Como já foi visto, a omissão do general-chefe diante da retirada do exército imperial foi fartamente debatida em outras memórias, como de Iriarte e Piño, só que em ambas com o intuito de desvalorizar a capacidade daquele militar, diferente do que se notará no trecho a seguir do jovem secretário: “Yo creo entonces y ahora, despues de tantos años y reflexión, me confirmo con la creencia de entonces. Creo firmemente que el General obró bien al no continuar en esos momentos la persecución del enemigo á fin de no agotar nuestras caballadas”.⁴⁵⁵

A reflexão de Todd, feita muito posteriormente ao fato, trouxe uma espécie de remissão ao general e a sua estratégia aparentemente controversa. Este, contudo, não foi o único momento que o secretário ofereceu salvo-conduto a Alvear, isto porque, a despeito de

⁴⁵³ A explicação em TODD, 1892, p. 33, seria a necessidade de dividir suas atenções entre a batalha e as atribuições de seu cargo, como apontado no trecho: “No debe esperarse de mi un detalle acabado de esta batalla, por que yo no escribo sinó lo que he visto, que era lo que tenia á mi frente, y esto observándolo por momentos, por que tenia que atender com preferencia la mitad que mandaba por que el Coronel Paz [...]”.

⁴⁵⁴ TODD, 1892, p. 36-37.

⁴⁵⁵ TODD, 1892, p. 44.

apresentar determinadas divergências em relação ao que foi narrado na *Exposición*, em nenhuma de suas considerações o memorialista se mostrou disposto a rivalizar ou confrontar o depoimento que consta daquele texto. Pelo contrário, ainda teceu elogios ao caráter vivo e perspicaz do militar. Todd renegou a informação, segundo ele, difundida pela imprensa da época, de que Alvear seria o responsável pela morte do coronel Brandsen – incriminação amplamente apoiada por Iriarte e Piño – e lembrou que o coronel foi surpreendido pela infantaria inimiga como todos os outros soldados.⁴⁵⁶

Além disso, Todd sugeriu que pairavam no exército acusações contra Alvear, que questionavam a preocupação do general em chefe de multiplicar vitórias enquanto o país afundava. Tal inculpação em si parece um pouco confusa: criticar um militar por buscar vitórias não parece muito lógico, mesmo levando-se em conta os problemas enfrentados por sua nação, haja visto que se, inversamente, um general se contentasse em ser derrotado isso só poderia agravar a situação de seu país. A condenação talvez tenha por objetivo destacar que o general em chefe estava preocupado em vencer para obter glória pessoal e não para defender e colaborar com seu país.

De qualquer forma, a descrição por parte de Todd das suspeitas que recaíam sobre Alvear talvez tivessem como fim insinuar que, dentro do exército, existia um grupo de resistência ao general que contava com relevantes figuras do corpo militar. Esses opositores seriam depois os responsáveis por sua saída do comando das armas republicanas:

Los que combatían la marcha de Alvear nos eran muy conocidos, porque ni aun trataban de ocultar su oposición. Sabíamos que dirigían comunicaciones repetidas á Buenos Aires acusando á Alvear. Y como todos estos jefes eran porteños y muy reputados como militares valientes, sin duda hacían un gran efecto, y tanto, que el cabo de algun tiempo fue llamado Alvear á la capital y sometido á juicio.⁴⁵⁷

Contudo, se Alvear foi até poupado nos *Recuerdos del Ejército de Operaciones*, nem todos tiveram a mesma sorte. Desta forma, citamos uma história, em princípio, aparentemente secundária, oferecida na memória que tratou da atuação de uma espécie de caudilho denominado Lucas Teodoro, figura presente durante toda a Guerra. Teodoro,

⁴⁵⁶ TODD, José Maria. *Recuerdos del Ejército de Operaciones contra el Emperador del Brasil*.p.42- 43

⁴⁵⁷ TODD, 1892, p. 42.

segundo Todd, seguiu o exército republicano desde Ituzaingó e praticou algumas vezes delitos contra as tropas republicanas e, por isso, foi procurado, preso e enviado para Buenos Aires. Mas, para surpresa dos soldados em operação, não demorou a retornar e reincidir em seus crimes. A reação do governo de Buenos Aires, libertando um homem considerado uma ameaça ao progresso das tropas, foi vista com desconfiança pelo memorialista. A explicação de Todd para o episódio foi política: o secretário sugeriu que a atitude teve por finalidade atingir o exército republicano, visto que era avaliado como um inimigo aos olhos do governador de Buenos Aires na ocasião, Manuel Dorrego, sucessor de Rivadavia:

Esta noticia vino á exacerbar los rumores que corrian en nuestro Ejército. Se decia con bastante insistencia, que Dorrego queria la destrucción de nuestro Ejército, porque lo consideraba enemigo de su política. Si era cierto, no se equivocaba Dorrego, como á un enemigo que era preciso eliminar.⁴⁵⁸

O mesmo exército teoricamente rechaçado por Dorrego, de acordo com Todd, despertou elogios inclusive dos seus adversários. Com isso, o narrador voltou a expor as dificuldades a que estiveram submetidas as tropas republicanas, e para isso oferece ao seu leitor um suposto diálogo entre argentinos e um capitão brasileiro. O fato teria ocorrido depois do estabelecimento do Tratado de Paz, quando as armas do Brasil e da Argentina formavam uma guarnição mista encarregada de permanecer na região enquanto se organizava a República independente do Uruguai. O capitão brasileiro, nas palavras do secretário, teria expressado aos argentinos seu espanto diante das dificuldades a que estava submetido o exército republicano, que como já mencionado, carecia de alimentação adequada, uniforme, tinha os pagamentos em atraso e, mesmo assim, seus soldados demonstravam grande força e determinação para lutar, enquanto os brasileiros, no geral bem vestidos, com soldo pago, ração, tabaco e erva, se acontecia de lhes faltar algo por alguns dias já começavam a desertar. Por essa razão a vitória teria pertencido aos republicanos:

El anciano pareció reconcentrarse y reflexionar, y al cabo de un rato, dijo: recién me explico porqué nos han vencido ustedes, porque nunca he creído que por más valientes ni de cobardes, sino que en todas hay de unos y de otros. Pero con

⁴⁵⁸ TODD, 1892, p. 54.

soldados como los que veo que pelean tan contentos desnudos, sin sueldo y sin más alimento que la carne, creo que serán siempre invencibles, si se conservan así.⁴⁵⁹

Seria difícil supor que um coronel brasileiro fosse até o oponente da véspera para elogiar seus soldados e ainda reprochar seus próprios companheiros de armas, mas mesmo sendo impraticável averiguar a veracidade da história, certo é que sua exposição por Todd teve por objetivo valorizar o exército nacional.

A essa altura, a guerra, tema dos *Recuerdos*, tinha chegado ao fim, mas não a narrativa do secretário. Todd passou então a descrever o golpe liderado por Lavalle⁴⁶⁰ contra Dorrego, a guerra civil argentina e a chegada de Juan José Viamont⁴⁶¹ ao poder. No entanto, todo esse enorme percurso político pareceu apenas subterfúgio para se chegar ao ponto que realmente interessava: a chegada de Rosas ao poder. Rosas foi descrito pelo secretário como um homem autoritário e cruel, capaz de verdadeiras atrocidades para garantir seu posto e a supremacia de seu partido. Nesse sentido, o autor apresentou um episódio em que, supostamente, Rosas teria mandado matar todos os seus oponentes na cidade de Córdoba, inclusive um menino de apenas 13 anos, unicamente por ser filho do governador da dita Província. Segundo Todd, até os aliados de Rosas teriam clamado pela vida do menino, que para eles nenhum crime cometeu, mas o governo de Buenos Aires justificou a assassinato apontando a origem unitária da criança: “si el jóven cuyo perdon imploraba, no podia haber cometido crimines, es seguro que los cometeria cuando pudiese; pues era produto nefando de lar aza inmundas de salvajes unitarios productos solo para el crimen”.⁴⁶² A passagem, verídica ou não, aproxima-se de uma larga literatura de viés unitário que buscou demonizar Manuel de Rosas e seu federalismo, cujo maior símbolo seguramente foi o livro de Sarmiento, *Facundo, ou civilização e barbárie*.⁴⁶³ Contudo, não se pode ignorar que ao longo

⁴⁵⁹ TODD, 1892, p. 64.

⁴⁶⁰ TODD, 1892, p. 66, demonstrou discordar do posicionamento de Lavalle e o atribuiu à influência de elementos do partido unitário: “¡Pobre General Lavalle, tan valiente y caballeresco! Este instinto generoso, ocasionó todas sus desgracias. Nadie ignoraba que la muerte de Dorrego estaba decretada por la nube de unitarios furiosos que rodeaban á Lavalle conturbándole con el incenso de sus alabanzas y discursos excitantes. Estos le decían, que el partido Federal, no tenía sinó una cabeza posible y potente; y que cortada esta quedaban los federales decapitados y hundidos para siempre ¿Qué error tan lamentable?”

⁴⁶¹ Juan José Viamont (1774-1843) foi político e militar argentino. ALONSO PINHEIRO, Armando. Historia del general Viamonte y su época. Editorial Plus Ultra: Buenos Aires, 1969.

⁴⁶² TODD, 1892, p. 84.

⁴⁶³ Domingo F. Sarmiento aparecerá no próximo capítulo.

do processo de Guerras Civis na Argentina do XIX coube à federais e unitários, igualmente, uma farta lista de assassinatos e golpes em nome da hegemonia e legitimidade política.

Para além da violência rosista, os *Recuerdos* retomaram o tema das forças armadas ao acusar o governador de Buenos Aires de ser responsável pelo desmonte gradual e sistemático do exército, ignorando o heroísmo e o mérito de seus soldados. As desavenças entre Rosas e o exército, para Todd, sobrevinham da culpa que o governador imputava a esta Arma pela morte de Dorrego.⁴⁶⁴

As memórias se encerram com Todd assumindo sua ligação com o partido unitário e destacando sua dificuldade em mencionar textualmente os erros praticados por seu grupo político. Na verdade, o objetivo de Todd parece ter sido o de adornar seu discurso com certo grau de imparcialidade e, nesse sentido, o autor apresentou algumas considerações críticas a seus correligionários, mas, sem sombra de dúvida, muito maior foi seu empenho em apontar os fracassos de seus oponentes.

Com esta exposição espera-se abrir caminho para o quinto e último capítulo, no qual se discutirá a apropriação política da Guerra Cisplatina na construção das histórias nacionais do Uruguai e da Argentina, na segunda metade do século XIX, isso porque discursos como os de Piño, Todd, Iriarte e Brown se chocam em alguma medida com a harmonia do exército nacional propagandeada, como se verá, nas produções de cunho historiográfico.

⁴⁶⁴ Dorrego foi governador de Buenos Aires deposto e condenado à morte, em 1827, depois de um golpe de Estado liderado por Lavalle. TODD, José Maria. *Recuerdos del Ejército de Operaciones contra el Emperador del Brasil*.p.86

Capítulo 5

A guerra e a unidade nacional: entre o “romantismo” e o “revisonismo”⁴⁶⁵

O Ocidente vai ser dominado pelo grande mito de que a verdade nunca pertence ao poder político, de que o poder político é cego, de que o verdadeiro saber é o que se possui quando se está em contacto com os deuses ou nos recordamos das coisas, quando olhamos o grande sol eterno ou abrimos os olhos para o que se passou. Com Platão, se inicia um grande mito ocidental o de que há antinomia entre saber e poder. Se há o saber, é preciso que ele renuncie ao poder. Onde se encontra saber e ciência em sua verdade pura, não pode mais haver poder político. [...] Esse grande mito precisa ser liquidado. [...] O poder político não está ausente do saber, ele é tramado com o saber.

— Michel Foucault, *A verdade e as formas jurídicas*.

O fragmento de Foucault com o qual se abre o capítulo pode sem dificuldade esclarecer o jogo político que esteve em disputa quando da produção dessas primeiras narrativas históricas sobre a Guerra Cisplatina. Com isso, se o capítulo anterior teve como escopo apontar quais lembranças selecionaram os memorialistas no intuito de construir um discurso sobre o que foi a Guerra contra o Brasil, agora essas recordações darão o tom para se avaliar as narrativas de cunho historiográfico do oitocentos na reapropriação que elas fizeram do passado. Nesse sentido, o que foi apropriado e o que foi rechaçado em cada uma dessas análises históricas ajudará a elucidar os diferentes projetos, não apenas sobre o passado das duas regiões, mas, sobretudo, os projetos coevos a tais escritas e os futuros.

Serão analisados alguns textos de viés historiográfico em que a *Guerra del Brasil* tenha recebido destaque. O primeiro deles será a *Vida y escritos del coronel D. Francisco J. Muñiz*⁴⁶⁶ de Domingo Faustino Sarmiento, que esbarra no conflito de 1825-1828 e que dará

⁴⁶⁵ O termo revisonismo foi usado em diferentes momentos históricos para definir um projeto intelectual de revisão de concepções anteriores ou ainda predominantes, como exemplo, o revisonismo do holocausto.

⁴⁶⁶ SARMIENTO, Domingo Faustino. *Vida y escritos del coronel D. Francisco J. Muñiz*. Buenos Aires: Félix Lajouane, 1885.

a este trabalho a oportunidade de discutir um ponto-chave da construção intelectual argentina: a dicotomia civilização-barbárie. Em seguida se dará espaço a um uruguaio, Andres Lamas, que publicou os seus *Apuntes históricos sobre las agresiones del dictador argentino D. Juan Manuel Rosas contra la independencia de la Republica Oriental del Uruguay*.⁴⁶⁷ Posteriormente será discutido o livro a *Historia de la República Argentina* de Vicente Fidel López. A este se seguirá *La Batalla de Ituzaingó* de Ernesto Quesada, cujo trabalho funcionou como uma espécie de resposta crítica às perspectivas e métodos de López e, por conseguinte, uma defesa do projeto intelectual de Mitre. O capítulo se encerra com a *História de la Confederación Argentina*⁴⁶⁸ de Adolfo Saldías.

Os autores aqui abordados permitirão discutir duas perspectivas históricas caras à nação argentina: de um lado, o romantismo, representado pela geração de 1837, que extrapolando os debates intelectuais produziu um projeto político para o país; e, de outro lado, o revisionismo que colocou em debate elementos do pessimismo romântico. Todo o capítulo, porém e na verdade, será um grande esforço na direção de entender o porquê da *Guerra del Brasil* ter chegado tão tardiamente à pauta dos intelectuais argentinos e uruguaios, ou ter sido simplesmente ignorada por eles. A resposta parece simples, ainda que não tenha sido fácil chegar a ela. Bem, o fato é que, ao que tudo indica, a geração de intelectuais de língua hispânica imediatamente posterior ao conflito estava muito ocupada para lembrar do Brasil. Sem dúvida, para esse grupo, havia temas mais próximos e urgentes como a guerra civil argentina e a Guerra Grande. No caso do Uruguai também existia Oribe e, nos casos argentino, uruguaio, brasileiro, francês... enfim, em todos os casos, havia um personagem de preocupação comum: Juan Manuel de Rosas.

O tom crítico dessa historiografia argentina e uruguaia que tratou do papel do Império no conflito cisplatino em algum momento – cuja produção se concentrou, basicamente, nas décadas de 1880 e 1890 – foi um pouco mais brando em relação ao Brasil do que o divulgado pela historiografia brasileira em relação aos seus adversários republicanos, nos estudos feitos entre as décadas de 50 e 60, conforme analisado no terceiro

⁴⁶⁷ LAMAS, Andres. *Apuntes históricos sobre las agresiones del dictador argentino D. Juan Manuel Rosas contra la independencia de la Republica Oriental del Uruguay*. Montevideú, 1849.

⁴⁶⁸ SALDÍAS, Adolfo. *História de la Confederación Argentina*. Tomo I. 3ª ed. Buenos Aires: Eudeba, 1978.

capítulo deste trabalho. Com isso, se deseja indicar que, muito provavelmente, o estreitamento intelectual e até diplomático entre Brasil, Argentina e Uruguai ocorrido no final dos oitocentos pode estar na origem desta diferença de tom existente nos discursos historiográficos realizados em momentos diferenciados em cada lado da Banda.

5.1 Civilização e barbárie: a guerra no Prata

O primeiro texto a ser analisado aqui servirá de pretexto para a discussão de um importante momento da história intelectual da Argentina: a Geração de 1837. Respeitáveis figuras desse movimento circularão por este capítulo com obras específicas sobre o tema cisplatino, mas nenhuma, certamente, alcançou a notoriedade do escolhido para abrir essa análise sobre a historiografia da Guerra do Prata.

Assim, iniciar-se-á com ninguém menos que Domingo Faustino Sarmiento, que não abordou especificamente a guerra contra o Brasil, mas escreveu uma interessante biografia sobre uma de suas personagens, o coronel D. Francisco J. Muñiz, e, em razão disso, acabou por tangenciar questões relativas ao conflito. A escolha de Sarmiento para abrir a discussão, ainda que seu texto seja posterior a outros que aqui serão tratados, em muito se deve ao caráter fundacional de uma de suas principais obras, a qual, talvez, tenha funcionado com uma espécie de espectro em quase toda produção intelectual argentina desde sua publicação, passando por todo o século XIX e chegando até o XX.⁴⁶⁹ Com isso, se deseja fazer referência a um dos mais famosos volumes da literatura argentina: *Civilización y*

⁴⁶⁹ Segundo Maristella Svampa, a dicotomia civilização-bárbarie esteve presente de maneiras diferentes em diversas tradições políticas argentinas; desde a democrática, a populista-democrática, a esquerdista, a liberal e até a autoritária. “La Argentina es un país que tiene cinco grandes tradiciones políticas: existe una tradición política democrática que comienza con Hipólito Yrigoyen y se prolonga en ciertos partidos políticos. Existe una tradición política populista-democrática que encuentra su expresión más completa en Juan D. Perón; existe una tradición política de izquierda que, desde fines del siglo XIX, recorre la historia de diferentes corrientes sindicales y encuentra cierta representación en términos político-partidarios; existe una tradición política liberal que marca en nacimiento del país como república moderna. Existe también una tradición política autoritaria que desde 1930 ha marcado profundamente al país. Los avatares de la “civilización o barbarie” atraviesan de manera diferente estas distintas tradiciones políticas”. Essa longa duração da dicotomia civilização-bárbarie já tinha sido identificada por Elias Palti, segundo o qual, os opostos teriam influenciado por mais de um século a vida político-cultural argentina. SVAMPA, Maristella. *El dilema argentino: civilización o barbarie*. Buenos Aires: Taurus, 2010.p.9 e PALTI, Elías. *El momento romántico: nación, historia y lingüales políticas en la Argentina del siglo XIX*. 1ª ed. Buenos Aires: Eudeba, 2009.

barbarie: vida de Juan Facundo Quiroga; aspecto físico, costumbres y ámbitos de la República Argentina. No livro – uma espécie de biografia de Facundo Quiroga,⁴⁷⁰ publicada em 1845, no Chile – o próprio personagem principal funcionou apenas como recurso para uma análise acerca do caudilhismo e, sobretudo, para uma crítica contundente à figura de Manuel Rosas e seu governo.

A dicotomia entre civilização e barbárie, segundo observou Maristella Svampa,⁴⁷¹ não foi inaugurada por Sarmiento; afinal, já era conhecida nos Estados Unidos e na Europa, onde assumiu por via estatal a função de um discurso de legitimação da ordem, do controle social e de um suposto progresso material e humano. Na Argentina, porém, o par de opostos funcionou como tema fundacional. Além disso, a fórmula instaurada com *Facundo* não serviu apenas no processo de validação do poder, mas tornou-se princípio de apropriação desse mesmo poder, incorporando ainda contornos revolucionários, como apontado por Svampa:

Si “Civilización o barbarie”, en Europa o en los Estados Unidos de James F. Cooper, era ya una ideología de matiz conservadora, en labios de Sarmiento y de la generación fundadora fue, por el contrario, una voluntad política transformadora que, aun portando los gérmenes de su propia sedentarización, tuvo inicialmente un sabor revolucionario.⁴⁷²

De acordo com Elias Palti,⁴⁷³ esteve na coesão lógica entre os dois antagônicos – civilização e barbárie – a expressão máxima do ideal romântico de nação, forjado ainda na década de 1830 quando um grupo de jovens entre 20 e 30 anos deu início a uma sociedade literária: a Geração de 1837. O grupo impunha uma postura crítica à sociedade argentina e se arrogava duas importantes empreitadas. A primeira consistia em identificar os problemas do país; já a segunda queria estabelecer um programa capaz de transformar a Argentina em um estado moderno e, para isso, teceu antes o que seria a explicação de seu fracasso.

⁴⁷⁰ O Quiroga construído por Sarmiento, segundo Ivía Minelli, personificava o homem do campo e era uma tentativa de entender o suposto tronco bárbaro de uma Argentina dividida pelas constantes guerras entre a cidade, Buenos Aires, e o interior. MINELLI, Ivía. A força política na grandeza das formas: o século XIX em diálogo nas obras de Sarmiento e Hernández. Dissertação (Mestrado). Campinas-SP:Unicamp, 2013.p.37

⁴⁷¹ SVAMPA, 2010.

⁴⁷² SVAMPA, 2010, p. 51.

⁴⁷³ PALTÍ, 2009.

Tal olhar de desencanto, para Nicolas Shumway,⁴⁷⁴ era resultado, em parte, da própria trajetória pessoal dos membros da Geração de 1837, produto, em alguma medida, das guerras civis no país, da incapacidade das províncias de se organizarem de forma homogênea, da política autoritária de Buenos Aires, do que enxergavam como inabilidade das massas em elegerem seus representantes e da inviabilidade da apropriação das teorias políticas da Europa para romper com a força da política caudilhesca. Além disso, para Shumway, o grupo também era uma invenção de seu criador simbólico: ninguém menos que Juan de Rosas. Isso porque a identificação desses homens enquanto grupo e o universo de referências em que alicerçaram seus projetos estiveram, ambos, intrinsecamente relacionados ao antagonismo com o regime rosista que dominou o país entre 1829 a 1852. Dito de outra forma, teria sido o estado autoritário encabeçado por Rosas o elemento que desencadeou nesses homens de 1837 o questionamento sobre os fatores que explicariam a vitória do despotismo sobre o liberalismo rivadaviano.

A nomenclatura Geração de 1837, contou Shumway, surgiu por ocasião do Salão Literário inaugurado em maio de 1837, na livraria de Marcos Sastre, já em funcionamento desde 1832, localizada na província de Buenos Aires. O Salão tinha o intuito de colocar os jovens da cidade em contato com leituras europeias e discutir temas políticos, sociais e filosóficos.⁴⁷⁵ As reuniões começaram alguns meses depois que veio a público o livro *Fragmento preliminar al estudio del derecho* de autoria de Juan Bautista Alberdi. O clube era um arquétipo das sociedades revolucionárias que se multiplicavam no continente europeu. Entre seus componentes estavam: Esteban Echeverría, Miguel Cané, Vicente Fidel López, Juan María Gutiérrez, Bartolomé Mitre e Juan Bautista Alberdi.⁴⁷⁶ Dois importantes membros, entretanto, não estiveram no Salão Literário de Buenos Aires, foram eles José

⁴⁷⁴ SHUMWAY, Nicolas. *A invenção da Argentina: história de uma ideia*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília: Editora UnB, 2008.

⁴⁷⁵ O grupo também reconhecia a influência da *Sociedad Literaria*, criada por Rivadavia no ano de 1822.

⁴⁷⁶ Segundo Olsen Ghirardi, estavam entre os presentes na abertura do *Salão* os seguintes intelectuais: Juan Bautista Alberdi, Juan María Gutiérrez, Marcos Sastre, Manuel José Quiroga de la Rosa, Juan Thompson, Félix Frías, Demetrio y Jacinto Rodríguez Peña, Vicente Fidel López, Gervasio Antonio Posadas, Carlos Tejedor, José y Luis L. Domínguez, Carlos y Manuel Eguía, Pastor Obligado, Domingo Viola, Rafael Jorge Corvalán, José Barros Pazos, Nicanor Albarello, Santiago Albarracín, Miguel Estévez Seguí, Mariano Sarratea, José María Cantilo e Andrés Somellera. Além do uruguaio Pedro de Angelis e do italiano Gian Batista Cúneo. GHIRARDI, Olsen. *La Generación del '37 en el Rio de la Plata*. Córdoba: Academia Nacional de Derecho y Ciencias Sociales de Córdoba, 2004. Disponível em <http://www.acader.unc.edu.ar>, acessado em 28 abr. 2015.

Mármol e Sarmiento, que se vincularam à associação apenas quando já estavam exilados. De acordo com Jorge Myers,⁴⁷⁷ a peculiaridade dessa geração foi a coesão que atingiram, consolidando o caráter de grupo do movimento, tanto que alcançaram um expressivo nível institucional. Além disso, Myers apontou um número significativo de estrangeiros que em momentos diversos participaram do movimento iniciado pelos argentinos, entre eles: Andrés Lamas – tema do próximo item deste capítulo, Adolfo Berro, Alejandro Magariños Cervantes, José Victorino Lastarria, Jacinto Chacón, Francisco Bilbao e Santiago Arcos.

A produção do grupo abarcou trabalhos de filosofia, história, poesia, novela e economia; em todos eles, porém, o fio condutor foi o problema da nação, questão cara tanto ao romantismo como projeto intelectual – ao que se filiavam – quanto aos países hispano-americanos cujos Estados passavam por um processo de formação nacional. Em termos políticos, a maioria do grupo demonstrava aproximar-se das concepções unitárias ainda que guardasse diferenças importantes no âmbito discursivo quando comparados com elementos tradicionais do partido, como por exemplo, uma argumentação mais cautelosa em relação à apropriação de modelos europeus e estadunidenses. Partindo deste princípio, a Geração propunha novas bases culturais, a partir das quais se deveria perseguir uma literatura e história nacionais e forjar uma identidade própria. Mais ainda, de acordo com Olsen Ghirardi,⁴⁷⁸ ansiavam organizar a política e institucionalizar o país em formação. Na prática, porém, como lembrou Shumway, mantiveram uma postura subserviente:

[...] os homens de 1837 manifestaram uma inclinação às ideias europeias e ao modelo norte-americano não muito diferente da atitude dos unitários. Suas vibrantes palavras sobre a independência do pensamento estrangeiro não foram suficientes para romper o condicionamento de trezentos anos de colonialismo. Da mesma forma que morenistas e rivadavianos, para a Geração de 1837 novas ideias e modelos sociais vinham do exterior, apesar de suas declarações em contrário.⁴⁷⁹

A despeito da proximidade com os unitários, o grupo propunha o fim das querelas partidárias na Argentina, na medida em que levaram a um longo e violento contexto de

⁴⁷⁷ MYERS, Jorge. *La revolución de las ideas: la generación romántica de 1837 en la cultura y en la política argentina*. Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2010. Disponível em <http://www.cervantesvirtual.com/nd/ark:/59851/bmcpz5s0>, acessado em 28 abr. 2015.

⁴⁷⁸ GHIRARDI, 2004.

⁴⁷⁹ SHUMWAY, 2008, p. 80.

guerras civis no país. Desse modo, recomendavam a criação de um partido novo que superasse definitivamente a dicotomia federal-unitária, amalgamasse o melhor de cada partido e buscasse resolver os problemas sociais do país sem lançar mão de ações abusivas, mantendo por horizonte a unidade nacional. Além disso, sustentavam uma postura de oposição ao governo de Rosas.⁴⁸⁰

E não tardou para que o Salão Literário fosse fechado por Rosas. Sob a liderança de Alberdi e, com ajuda de outros jovens autores, iniciaram a publicação do periódico *La moda*, que também não durou muito tempo. Echeverría ainda organizou algumas reuniões secretas a partir das quais surgiu a ideia de criar uma associação que recebeu o nome de *Joven Argentina*,⁴⁸¹ já em 1838. Em 1840, porém, a perseguição política levou progressivamente os membros da jovem geração ao exílio, parte no Uruguai e outra no Chile. O que não os impediu de continuarem, ou melhor, intensificarem, a propaganda contra o regime rosista por meio da imprensa.⁴⁸²

No que se refere ao posicionamento intelectual, a Geração de 1837 oscilava entre duas vertentes antagônicas: de um lado estava Sarmiento e sua concepção romântica e, de outro, aparecia Alberdi e seu tom mais racional. Vale ressaltar com isso, como apontou Myers, que os elementos românticos que caracterizaram o grupo estiveram sempre em consonância com elementos ilustrados, acompanhados, por vezes, de antigas tradições de

⁴⁸⁰ Elias Palti, entretanto, apontou como plausível a leitura favorável a Rosas que alguns críticos atribuíram, inicialmente, a Alberdi. Nesse sentido, Palti retomou as críticas de Florencio Varela sobre o discurso de Alberdi na reunião inaugural do Salão Literário que na ocasião externou sua dificuldade de entender se Alberdi era afinal contra ou pró-Rosas. Um dos motivos para tal dúvida provinha do fato de Alberdi defender a ideia de que, ao cabo, Rosas tinha chegado ao poder a partir da vontade do povo. Já exilado no Chile, Alberdi assumiu uma clara oposição ao governo rosista. PALTÍ, Elías. *El momento romántico: nación, historia y lingüales políticas en la Argentina del siglo XIX*. 1ªed. Buenos Aires: Eudeba, 2009.p.38

⁴⁸¹ A associação, pelas mãos de Echeverría, chegou a compor um programa para o país, que segundo Olsen GHIRARDI, 2004, p. 16, consistiu em: “Primera: discutir, deslindar y fijar la libertad de prensa. Segunda: definir y fijar los límites de la soberanía del pueblo. Tercera: establecer la esencia y las formas de la democracia representativa. Cuarta: estudiar los problemas económicos, es decir, la utilidad de un sistema bancario, el papel moneda, el fomento de la industria y el crédito público. Quinta: establecer de qué fuentes deben salir las rentas del Estado (contribuciones factibles, industria adecuada, fomento de la industria agrícola). Sexta: estudiar el sistema administrativo (teniendo presente el vasto y despoblado territorio). Séptima: estudiar el plan para la organización de la campaña (régimen municipal, autoridades judiciales, etc.). Octava: ¿debe existir un juez de Policía entre nosotros? En su caso, ¿cuáles deben ser sus atribuciones? Novena: estudiar la organización de la milicia nacional.”

⁴⁸² A ofensiva dos exilados não ficou sem resposta. Rosas criou o jornal *Archivo Americano y Espiritu de la prensa del mundo* para responder as críticas recebidas. O periódico foi editado por Pedro de Angelis, em 1843.

pensamento ou de concepções mais recentes, como o socialismo utópico. Em termos práticos, contudo, os associados tinham soluções parecidas para superar o fracasso da Argentina enquanto nação.

Na perspectiva de Myers, a história da Geração de 37 com o romantismo atravessou cinco etapas: a primeira, entre 1830-1838, foi marcada pela publicação dos ensaios inaugurais de seus membros, com questões bem definidas e um considerável espírito de grupo. A segunda, que compreenderia os anos de 1838-1839 a 1842-1844 e com seus membros exilados, se caracterizaria por um romantismo revolucionário e esteve voltada para um problema político imediato: derrubar Rosas. Na terceira, de 1842-1844 até 1852-1854, o grupo mantinha a coesão intelectual de antes, mas com posições menos radicais que a etapa revolucionária. A quarta e a quinta etapas já se inscreveriam no momento pós-rosista e o projeto enquanto grupo tinha pouco a pouco se dissolvido, visto que entre 1852-1854 os membros da Geração encontravam-se divididos por posições político-partidárias distintas. Logo, as fases finais desse processo, propostas na análise de Myers, referem-se muito mais ao romantismo como plano intelectual que à Geração de 37. Sendo assim, a quarta etapa que se estenderia de 1852-1854 a 1880 e contou com o auge intelectual dos membros do grupo que, no campo literário e das ideias, se consolidavam como concepção hegemônica dentro da cultura argentina. Em contrapartida, a última etapa foi marcada pela progressiva decadência e crítica às concepções da Geração de 37.

Em termos programáticos, os membros de 1837 buscaram demarcar as causas da decadência nacional e também o caminho para sua superação, o que posteriormente se tornaria política de estado com a chegada à presidência do país de antigos componentes da Geração, como Mitre e Sarmiento. Nesse sentido, esses intelectuais apontaram diversos elementos que poderiam ser culpabilizados pelo atraso, como a herança cultural espanhola,⁴⁸³ os entraves raciais – posto que consideravam a raça branca e de origem europeia superior – e as questões geográficas.

Depois desta breve apresentação sobre a Geração de 1837, o capítulo se voltará para a biografia de Domingo Faustino Sarmiento que talvez proporcione subsídio para

⁴⁸³ Segundo Nicolas SHUMWAY, 2008, o discurso antiespanhol encampado pela Geração de 1837 foi inspirado no escritor espanhol Mariano José de Larra.

entender o que foi dito sobre a *Guerra del Brasil*, ou melhor, o que o autor não disse acerca do tema. Sarmiento atuou enquanto político, ensaísta político, pedagogo, jornalista e militar, mas, como observou Elisa Mäder,⁴⁸⁴ não compartilhou da educação comum ao círculo de letrados de sua época, fato do qual parecia se ressentir significativamente. O autor nasceu na cidade de San Juan, província de Cuyo, região distante do litoral, em família de poucos recursos, e teve sua educação inicial ministrada por religiosos, como seus tios bispo Quiroga Sarmiento e o presbítero José de Oro. Não frequentou instituições de ensino de cunho rivadaviano, portanto.⁴⁸⁵ Em suas memórias, Sarmiento associou as dificuldades de sua carreira escolar a fatos históricos protagonizados pelo partido federal que, com isso, já se delineava enquanto seu adversário.

Mais que as personagens de seus livros, a vida de Sarmiento sofreu interferência direta das ações de Quiroga e Rosas. Em 1827, em meio à guerra civil entre unitários e federais, que dividia e fragilizava as Províncias Unidas do Rio da Prata, Sarmiento assistiu Quiroga e seus homens invadirem sua cidade natal, o que acabou por impeli-lo a se filiar ao exército unitário do general Paz. Com a tomada de San Juan por Quiroga, em 1831, o escritor, com apenas 20 anos de idade à época, se viu obrigado ao exílio no Chile de onde retornou em 1836. Em San Juan, Sarmiento fundou o periódico *El Zonda*, mas seu jornal de viés liberal batia de frente com a política da província e sofria com a censura do governo rosista, o que lhe rendeu perseguições e o levou a um segundo exílio no Chile. Entre os anos de 1841 e 1845, residiu em Santiago e lá trabalhou intensamente como jornalista. Foi nesse período que chegou a estabelecer um Liceu junto com Vicente Fidel López, mas que teve vida curta na medida em que se chocou com interesses locais.

A publicação da biografia sobre Quiroga, inicialmente no formato de folhetim nas páginas do jornal *El progreso* – fundado por ele e Manuel Montt – causou profundo mal-estar entre os governos chileno e argentino, razão pela qual foi enviado pelo primeiro

⁴⁸⁴ MÄDER, Maria Elisa Noronha de Sá. *Civilização e barbárie: a representação da nação nos textos de Sarmiento e do visconde do Uruguai*. Tese (Doutorado). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2006.

⁴⁸⁵ A trajetória dos jovens de 1837 parecia passar sempre pelo mesmo lugar. Inicialmente o Colégio de Ciências Morales e, posteriormente, a Universidade de Buenos Aires, o que não aconteceu a Sarmiento.

em viagem por países da América, Europa e África, durante a qual conheceu e se interessou pelo sistema educativo e periodista de cada um desses estados.⁴⁸⁶

Em termos intelectuais foi em seu livro *Facundo* que discutiu a dicotomia entre civilização e barbárie. A barbárie era personificada por Rosas e pelo partido federal, símbolos do atraso, do campo. Em ponta diametralmente oposta estava o desenvolvimento, a cidade, as concepções do partido unitário – das quais compartilhava Sarmiento – e a civilização nos moldes europeus, em que Rivadavia servia como um justo representante. Durante a empreitada de Urquiza contra Rosas, entre 1851-1852, Sarmiento participou da luta na condição de escritor dos boletins de guerra. Entretanto, a derrota do regime rosista não resultou em mudanças estruturais significativas, o que levou o autor a romper com o novo governo e outra vez seguir para o Chile. Retornou ao seu país em 1855 e fixou residência em Buenos Aires. Passou a desempenhar diversos cargos políticos e na esfera pública, inclusive o de governador da Província de San Juan. Sarmiento foi eleito presidente em 1868, cargo que exerceu até 1874 e esteve marcado por conflitos, mas também por investimentos na educação primária e no embelezamento da cidade de Buenos Aires.

Mais importante, ainda, foi o período em que a Argentina esteve envolvida em outra contenda internacional: a Guerra do Paraguai. Nesta, porém, o Brasil – inimigo de outrora – foi promovido à categoria de aliado. E é nesse sentido que a tese sugere que o silenciamento ou a pequena relevância que a Guerra Cisplatina teve na obra de Sarmiento poderia estar de alguma forma ligada à conjuntura do conflito contra o Paraguai. Isso porque, enquanto presidente e figura pública, uma crítica contundente ao Império não seria bem recebida. Somando-se a isto, as guerras civis e os conflitos partidários, como entraves para a formação da nação romântica, sempre tiveram prioridade na produção literária dos escritores da Geração de 1837 em detrimento de aspectos externos.

Entretanto, ainda que essa possibilidade não seja inviável, o texto de Maria Elisa Noronha de Sá Mäder⁴⁸⁷ sugere que o olhar de Sarmiento em relação ao Brasil teve outros

⁴⁸⁶ Sarmiento passou pelo Brasil, Uruguai, Cuba, Estados Unidos, Canadá, França, Espanha, Alemanha, Inglaterra, Itália, Suíça e Argélia. A experiência levou o autor a publicar posteriormente, em 1849, *Viajes por Europa, África y América 1845-1847*, em que reuniu cartas escritas durante sua jornada.

⁴⁸⁷ MÄDER, Maria Elisa Noronha de Sá. “Olhares cruzados: Sarmiento e o Império do Brasil”. In: *Anais Eletrônicos do VIII Encontro Internacional da ANPHLAC*. Vitória, 2008.

ingredientes e esteve relacionado a um momento anterior. A autora analisou os registros das viagens de Sarmiento ao Brasil, em 1846, 1852 e 1868 – todos publicados em suas obras completas. No que se refere à viagem de 1846, Sarmiento teria apresentado uma crítica bastante contundente ao atraso educacional do Império (já que o número de instituições públicas no Brasil era muito inferior ao quantitativo humano e, inclusive, menor que o da Argentina), à escravidão (elemento-chave para explicar o insucesso do trabalho livre), à fragilidade das políticas de imigração (tanto pela desvantagem climática do país quanto por sua insalubridade), ao sistema monárquico (imitação distorcida do modelo europeu) e ao imperador (um jovem desajuizado e sem ideias). Para Maria Elisa Mäder, porém, o panorama desfavorável tecido por Sarmiento poderia ser explicado pela oposição política deste ao governo de Rosas e, conseqüentemente, à postura de neutralidade mantida pelo Império na ocasião.⁴⁸⁸

Na segunda visita de Sarmiento ao Império, o contexto era radicalmente distinto, afinal o Brasil tinha interferido na Guerra Grande e Rosas havia sido derrotado. Com isso, também o olhar sobre o país ganhou novos contornos. Segundo Maria Elisa Mäder, Sarmiento afirmou ter sido positivamente recebido pelo imperador e que os temores nutridos por aquele governo em relação aos argentinos teriam se dissipado com a ruína do ditador. O imperador ainda tinha se mostrado conhecedor da obra de Sarmiento, inclusive dos reproches feitos ao Brasil, aos quais o autor justificou como impressões superficiais de um viajante e, por fim, identificou a queda de Rosas como ponto de virada para sua percepção sobre o Império. Mäder, contudo, destacou que a questão política era mais complexa na medida em que Sarmiento ansiava pelo apoio de pessoas do governo imperial contra seu novo adversário: Urquiza. Em sua terceira viagem, Sarmiento passou pelo Brasil antes de retornar ao seu país para assumir o cargo de presidente e manteve um posicionamento favorável ao império.

Eis, então, um contexto político de abrandamento das percepções do intelectual argentino em relação ao país vizinho e, talvez, por isso, em sua breve menção ao conflito de

⁴⁸⁸ De acordo com Mäder, 2008, p. 10: “Sarmiento extravasa seu descontentamento com a política externa do Império do Brasil, sobretudo no que diz respeito à não intervenção nos conflitos da região. Para ele, era inconcebível que o Império – pretensamente civilizado e sempre imitador dos progressos e inovações dos europeus –, não se posicionasse decisivamente contra a barbárie em que Rosas estava transformando a Argentina e os riscos de sua expansão aumentados pelo apoio militar ao sítio de Montevidéu promovido por Oribe desde 1843.”

1825 não se percebeu uma oposição contundente ao Brasil. Portanto, anos antes de sua morte, em 1888, no Paraguai, o autor ainda publicou *Vida y escritos del coronel D. Francisco J. Muñiz* de 1885,⁴⁸⁹ em que abordou a vida do coronel Muñiz e cujo capítulo quarto intitulado *Encenas militares* se tratará a partir de agora.

O coronel Francisco Muñiz assistiu a Batalha de Ituzaingó na qualidade de cirurgião principal do exército. Segundo Sarmiento, o coronel era um naturalista e, por isso, teve a ideia de colecionar pedras ou outro objeto de cada lugar em que o exército argentino protagonizou um feito de arma importante. Além disso, quando recolhia o objeto também produzia uma narração do sucesso a que estava relacionado tal artefato. Como consequência, produziu o manuscrito intitulado *Notícia histórica y brevemente conmemorativa, relativa al ejército argentino. Destinado a la guerra del Brasil, en su gloriosa campaña de 1826 a 1827, físicamente representada en diecinueve piedras, tomadas de los lugares en que ocurrieron los acontecimientos; y que el que suscribe dirige al señor secretario de la Asociación de Amigos de la Historia Natural del Plata, para los objetos que le comunica en carta de esta fecha*. Foi a partir das anotações do cirurgião que Sarmiento teceu suas brevíssimas considerações sobre o confronto de 20 de fevereiro. Logo em seguida, o autor deu lugar à reprodução do relato de Muñiz. Apesar do capítulo diminuto sobre o tema desta tese, a fala de Sarmiento será acionada na medida em que apresentou Ituzaingó como parte gloriosa da história pátria e, nesse sentido, corroborou um determinado projeto de história em que a construção da nação se impôs de forma contundente.

Segundo Sarmiento, o coronel trouxe com sua narrativa o esclarecimento de pontos duvidosos da história argentina. Sobre a guerra em si, o historiador lembrou que Muñiz defendeu a estratégia militar de Alvear, mas não deixou de pontuar que o erro do general em chefe consistiu em abandonar o campo escolhido no dia anterior e ter avançado até Ituzaingó, pois quando as tropas argentinas chegaram ao novo campo já despontavam os brasileiros e, em razão disso, não houve tempo dos batalhões republicanos tomarem suas posições para o combate.⁴⁹⁰ A ponderação reproduzida por Sarmiento acabou por validar a

⁴⁸⁹ SARMIENTO, Domingo Faustino. *Vida y escritos del coronel D. Francisco J. Muñiz*. Buenos Aires: Félix Lajouane, 1885.

⁴⁹⁰ SARMIENTO, Domingo Faustino. *Vida y escritos del coronel D. Francisco J. Muñiz*.p.147.

percepção de outro autor que se verá em breve, Ernesto Quesada, segundo o qual Alvear não estudou com antecedência o lugar em que ocorreria o confronto. Em contrapartida, inocentou o militar no caso da morte de Brandsen, considerando a ordem de Alvear ao seu subordinado, de lançar-se contra os inimigos, perfeitamente normal.⁴⁹¹

Compete ressaltar, entretanto, que se a breve discussão de Sarmiento sobre a Cisplatina não teve um caráter elucidativo sobre o conflito em si, permitiu perceber o contexto em que se fundou o suposto abrandamento do olhar em relação ao Império, o que será melhor identificado no próximo item, quando o IHGB for retomado, mas agora em sua relação com os intelectuais platinos.

5.2 Lamas: o autoritarismo de Rosas por um uruguaio

A análise seguirá com um uruguaio, José Andrés Lamas, autor de *Apuntes históricos sobre las agresiones del dictador argentino D. Juan Manuel Rosas contra la independencia de la Republica Oriental del Uruguay*⁴⁹² inicialmente escrito em forma de artigos e publicado no periódico nacional de Montevidéu, no ano de 1845, agrupado depois, em 1849, no formato de livro. O título, certamente, já fornece exata medida do que vai ser encontrado na narrativa: uma crítica contundente ao general Rosas e sua política de apoio ao governo de Oribe, a mesma que, para o autor, funcionou como entrave para independência da Banda Oriental. A Guerra Cisplatina, nesse contexto, ganhou apenas papel secundário e foi abordada muito rapidamente, mas, mesmo assim, pode ajudar esta tese a investigar o olhar que Lamas dispensou ao conflito.

Lamas⁴⁹³ atuou como escritor, político, diplomata e historiador. Sua carreira, contudo, começou na imprensa como colaborador no *El Universal*. Ainda muito jovem, em 1834, foi trabalhar como auxiliar no Ministério das Relações Exteriores. Logo em 1836

⁴⁹¹ SARMIENTO, Domingo Faustino. *Vida y escritos del coronel D. Francisco J. Muñiz*. p.148

⁴⁹² LAMAS, Andres. *Apuntes históricos sobre las agresiones del dictador argentino D. Juan Manuel Rosas contra la independencia de la Republica Oriental del Uruguay*. Montevidéu, 1849.

⁴⁹³ José Andrés Lamas – nascido do Uruguai, em 1817, e falecido na Argentina, em 1891.

fundou o jornal *El iniciador*, no qual, segundo Juan Antonio Oddone,⁴⁹⁴ propunha a independência científica e literária da nação.

Lamas começou a apresentar em seus escritos uma clara oposição política ao então presidente Manuel Oribe. Seu posicionamento o levou para o exílio na corte do Rio de Janeiro, entre agosto e dezembro de 1836. No período em que esteve no Brasil, teria se aproximado de Rivadavia, também exilado na capital do Império. Retornou à terra natal em 1838, período em que participou ativamente da disputa pelo poder entre Oribe e Rivera, inclusive fazendo parte de ações militares, como na Batalha do Palmar, em 15 de junho de 1838, na qual Rivera reassumiu o mando do país. Sobreveio então a Guerra Grande e Lamas intensificou seu apoio ao partido Blanco, no qual serviu tanto no Estado Maior quanto na chefia de polícia da cidade de Montevideu. Na ocasião, passou a cooperar ativamente com os emigrados do regime rosista, alguns deles, como já mencionado, membros da Geração de 1837. A figura de Rosas foi assumindo, progressivamente, o papel de antagonista de Lamas, tanto que o escritor chegou a participar da Campanha de 1840 liderada por Lavalle contra Rosas e que terminou, em 1841, com a derrota dos unitários e a morte de Lavalle. A oposição militar reverteu-se em escrita com a publicação de seus *Apuntes históricos*.⁴⁹⁵

Ativo no trabalho jornalístico, na década de 1840, Lamas ainda colaborou com os exilados unitários no periódico *El Comercio del Plata*. No ano de 1847, viajou novamente para o Brasil, mas na ocasião por conta de seu cargo como enviado extraordinário e ministro plenipotenciário perante o Governo Imperial, representando o Gobierno de la Defensa⁴⁹⁶ – governo de oposição a Oribe já discutido no primeiro capítulo. E foi somente em 1872, junto com Juan Gutiérrez e Vicente Fidel López, que fundou e participou de uma das mais importantes empreitadas intelectuais do período, a *Revista del Río de la Plata* que, de 1872 a 1877, trabalhou para divulgar documentos e apreciações originais, estimular a criação de instituições interessadas em produzir análises históricas e conservar fontes documentais. Sua

⁴⁹⁴ ODDONE, 1959.

⁴⁹⁵ LAMAS, Andres. *Apuntes históricos sobre las agresiones del dictador argentino D. Juan Manuel Rosas contra la independencia de la Republica Oriental del Uruguay*. Montevideu, 1849.

⁴⁹⁶ Lamas fez um grande esforço para ser reconhecido na função, visto que figuras ligadas a Rosas no Império, como Tomás Guido, colocavam em dúvida o Gobierno de la Defensa, diante da legitimidade do governo de Oribe.

produção de caráter historiográfico não foi menos volumosa e importante, tanto que, junto com Teodoro Vilardebó, Lamas fundou o Instituto Histórico e Geográfico Nacional (IHGN) no Uruguai, em 1843 – a despeito da situação política caótica do país em decorrência das disputas entre *blancos* e *colorados*. O objetivo do Instituto uruguaio era favorecer o entendimento sobre os entraves nacionais e proporcionar soluções, além de pavimentar o caminho para a independência de fato.⁴⁹⁷ Mais ainda, de acordo com Tomás Sansón Corbo, Lamas foi uma das figuras mais produtivas do espaço historiográfico no Prata. Muitas de suas contribuições, no entanto, foram resultado do intenso intercâmbio que estabeleceu com o que estava sendo discutido, em termos de conhecimentos, em seus vizinhos: Argentina e Brasil.

Com isso, retomar-se-á um ponto já levantado no item anterior quando se fez referência ao suposto abrandamento da percepção de Sarmiento em relação ao desempenho político do Império, especialmente no Prata, e suas práticas político-culturais. Ampliando este ponto de vista, será tematizada a construção de laços intelectuais, políticos, econômicos⁴⁹⁸ e pessoais entre importantes escritores argentinos e uruguaios com o Brasil, na maior parte das vezes mediado pelo Instituto Histórico e Geográfico do Brasil. Uma aproximação que para os uruguaios e argentinos teve motivação prática, já que o Brasil abrigou alguns exilados. Tal atitude, como ressaltou Suellen Mayara Péres de Oliveira,⁴⁹⁹ ajudou a dissipar o discurso, utilizado no período contíguo à independência, que projetou o Império enquanto lugar da barbárie e como contraponto da civilidade republicana:

Nesse caso, porque o Império brasileiro acolheu os argentinos exilados, ele passou a ser considerado um lugar de encontro. Se durante os primeiros tempos da independência a retórica civilização-barbárie costumava ser atribuída à oposição Monarquia–República pelos representantes políticos do Império e das Repúblicas platinas, ela passa a ser diluída entre aqueles rioplatenses que passaram pelo Brasil.

⁴⁹⁷ De acordo com Tomás Sansón CORBO, 2014, p. 111-137 e Fernando J. DEVOTO, 2008, p. 269-289, o IHGN teve vida curta e no ano seguinte à sua fundação já eram raras as atividades relevantes; isso porque a maioria de seus sócios não estava vivendo em Montevidéu ou estava absorvido em outras ocupações, em razão da Guerra Grande e do cerco à cidade. No entanto, a empreitada teria servido como modelo para Mitre criar o Instituto Histórico y Geográfico del Río de la Plata, em 1854, na Província de Buenos Aires, Argentina.

⁴⁹⁸ De acordo com Suellen Oliveira, Lamas foi sócio do barão de Mauá em duas empreitadas: no Banco da Província de Buenos Aires e na companhia de telégrafos. PÉRES DE OLIVEIRA, Suellen Mayara. A querela de Clio na região do Prata e o Brasil: Tensões e diálogos da escrita da história nos Institutos Históricos e Geográficos (1838-1852). Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 2010.

⁴⁹⁹PÉRES DE OLIVEIRA, 2010.

Então, a partir de 1835 até 1852, as imagens da monarquia brasileira começaram a ser modificadas entre os rioplatenses que passavam pelo Brasil.⁵⁰⁰

Houve também aspectos políticos na aproximação dos rioplatenses, visto que o Império participou do esforço contra Rosas. Ação vantajosa também para o Brasil que, a partir de 1852, consolidou outra forma de dominação dos seus vizinhos, flexibilizando a intervenção efetiva e passando a fomentar acordos com as elites que assumiriam a burocracia pós-rosista. Afinal, como advertiu Tomás Sansón Corbo, a monarquia conservava ainda interesses geográficos e estratégicos no Prata, que em muito extrapolavam os interesses puramente acadêmicos:

El IHGB los recibió [aos intelectuais rioplatenses] positivamente por razones geopolíticas y estratégicas que trascendían las meramente académicas. Cada ingreso aseguraba la donación de materiales que podrían ser utilizados por los diplomáticos del Imperio para obtener ventajas en los ajustes territoriales con las repúblicas vecinas – que se avizoraban como inminentes una vez derrotado Rosas – y asegurar su hegemonía en la región. Se establecieron vínculos interpersonales que perduraron en el tiempo y permitieron un fluido intercambio de bibliografía y fuentes.⁵⁰¹

Por este argumento, Lamas foi admitido no IHGB na posição de sócio-correspondente, em 1848. A partir daí, sua presença seria constante nas atividades do Instituto e suas doações documentais também, inclusive com materiais contrários ao governo de Rosas. Para além disso, o estreitamento das relações de Lamas com os intelectuais do Império produziu uma virada nas análises orientais, uma interação maior entre os dois lados da Banda e, por conseguinte, contribuiu para uma presença mais efetiva do Brasil na conformação das narrativas históricas do rio da Prata, como lembrou Tomás Sansón Corbo:

Su incorporación al IHGB en calidad de socio correspondiente lo relacionó con un selecto grupo de intelectuales, presididos por el propio Emperador. Desde la “atalaya brasileña” el autor reconfiguró sus convicciones sobre la historia de Uruguay y del Río de la Plata. Desempeñó un rol fundamental, de verdadera “polea de transmisión”, entre los medios historiográficos del Cono Sur y contribuyó a

⁵⁰⁰ PÉRES DE OLIVEIRA, 2010, p. 43.

⁵⁰¹ CORBO, Tomás Sansón. Matrices institucionales y metodológicas de la historiografía rioplatense del siglo XIX. El influjo de Brasil. In: *Confluente*, v. 6, n. 1, p. 111-137, 2014.p. 119.

canalizar la influencia de Brasil en la configuración del campo historiográfico rioplatense.⁵⁰²

As relações de interação entre Lamas e os brasileiros também possibilitaram o alargamento do diálogo empreendido com outros intelectuais da América do sul. Dessa maneira, Lamas dispensou significativos esforços na divulgação da obra de Sarmiento no Império. O resultado, segundo Tomás Corbo, foi a eleição do argentino na qualidade de sócio correspondente do IHGB em 1852. E pouco mais tarde foi a vez de Mitre ser nomeado sócio honorário do IHGB, em 1871. Entretanto, de acordo com Fernando Devoto, Mitre já acompanhava as atividades da Instituição (conhecia, inclusive, as contribuições de Francisco Varnhagen) e contava com a intermediação de Lamas para travar relações com outros intelectuais do IHGB.

A aproximação entre os dois lados do Rio da Prata também poderia explicar o silêncio a que foram relegadas algumas narrativas memorialísticas sobre a Cisplatina, como a de Iriarte – tratada no capítulo anterior – na qual foi possível observar um discurso crítico ao general do Império, Barbacena, e seus homens. Nesse sentido, seria possível conjecturar que para além do contexto político interno, os vínculos intelectuais criados a partir da década de 1850 entre os rivais de outrora pode ter excluído ou renegado parte dos intelectuais argentinos que não participavam dessas trocas fomentadas por meio dos institutos históricos. Além do mais, não se pode ignorar que o contexto pós-rosista foi de vitória política para esses intelectuais, afinal figuras como Mitre e Sarmiento chegaram a assumir o comando da República.

Para expandir a discussão, será ainda retomada a formação do IHGN⁵⁰³ uruguaio, isso porque uma simples listagem de seus sócios fundadores e correspondentes dará a justa medida dos vínculos entre os intelectuais do Uruguai, Argentina e Brasil. Reapropriando mais uma vez a análise de Tomás Corbo, estavam identificados como sócios fundadores os orientais: Melchor Pacheco y Obes, Manuel Herrera y Obes, Cándido Juanicó, Fermín

⁵⁰² Além disso, CORBO, 2014, p. 122, afirmou que existiu alguma amizade entre Lamas e o Imperador, o que teria começado em 1848, na cidade de Petrópolis, onde o uruguaio possuía uma propriedade, o que facilitou a aproximação deste com a família real e seus funcionários.

⁵⁰³ O IHGN foi formado sob a proteção do Gobierno de la Defensa, e estava dividido nas seções de História, Geografia e Estatísticas e seus sócios em três tipos: fundadores, de número e correspondentes.

Ferreira, além dos já citados Andrés Lamas e Teodoro Vilardebó. Figuravam nessa categoria os argentinos Florencio Varela y José Rivera Indarte. Na reunião inaugural, o grupo nomeou outros membros como Santiago Vázquez, Bartolomé Mitre, Francisco Araújo, Julián Alvarez, Eduardo Acevedo, Bernardo Berro, Juan Francisco Giró e Lorenzo Batlle. Entre os sócios honorários estavam José de San Martín e Bernardino Rivadavia e, entre correspondentes, Robert Southey – historiador inglês – e os brasileiros e também membros do IHGB: Fernandes Pinheiro – visconde de São Leopoldo – e o cônego Januário da Cunha Barbosa.

Ao fazer um estudo comparativo da construção dos mitos nacionais no Brasil, Argentina e Uruguai a partir das leituras de Francisco Varnhagen, Bartolomé Mitre e Francisco Bauzá,⁵⁰⁴ o historiador Fernando Devoto apontou que o intercâmbio entre os intelectuais desses países se dava ainda por meio de laços epistolares, em que se estabeleciam também doações, empréstimos e a circulação de livros e manuscritos.

Seguramente, já é possível ao leitor perceber a profunda mudança que se operou nas relações entre o Império e os rioplatenses, começando por trocas intelectuais e se transformando progressivamente em acordos diplomáticos e políticos. Entretanto, é necessário dimensionar a diferença de peso político, econômico e diplomático entre os dois lados da balança, que, inegavelmente, pedia para o lado da monarquia. Em meio a esse cenário se descortinará o livro de Lamas *Apuntes históricos sobre las agresiones del dictador argentino D. Juan Manuel Rosas contra la independencia de la Republica Oriental del Uruguay*. Logo em sua seção de advertências, Lamas apontou a imprensa com que seu deu a escrita da narrativa para de alguma forma se desculpar pelos erros nela contidos. O grande afã seria, todavia, justificável diante do fato de ser este o primeiro livro fartamente documentado sobre as agressões de Rosas à Independência do Uruguai. Não omite o caráter panfletário do texto e garante que os documentos apresentados e as notícias contidas representavam exatamente o que aspirava divulgar. Aliás, ao definir o lugar desse texto,

⁵⁰⁴ Devoto utilizou em sua análise os seguintes livros *Historia Geral do Brasil* (Varnhagen), *Historia de Belgrano y de la Independencia Argentina* (Mitre) e *Historia de la Dominación Española en el Uruguay* (Bauzá). DEVOTO, Fernando. “La construcción del relato de los orígenes en Argentina, Brasil y Uruguay: las historias nacionales de Varnhagen, Mitre y Bauzá”. In: Altamirano, Carlos (org.). *Historia de los intelectuales en América Latina. I. La ciudad letrada, de la conquista al modernismo*, p. 269-289. Buenos Aires: Katz, 2008.

recusou sua aproximação com a literatura ou a história e o identificou enquanto uma obra patriótica conduzida pela verdade.

A Guerra Cisplatina apareceu de forma muito rápida, apenas como introdução para Lamas discutir o Tratado de Paz de 1828, este sim de maior relevância dentro da proposta do autor, na medida em que estabeleceu o papel dos dois vizinhos, Argentina e Brasil, enquanto fiadores da independência uruguaia. Antes, no entanto, fez algumas críticas ao contexto político e bélico do Uruguai do tempo da guerra e a algumas de suas personagens, inclusive, a Fructuoso Rivera, oponente de Oribe tal qual o escritor. Ainda que lembrado positivamente por seu papel pela independência uruguaia, Rivera foi criticado por sua guerra irregular,⁵⁰⁵ que não se sustentava diante dos exércitos regulares e por suas ambições de poder, que não se coadunavam com os interesses do país.⁵⁰⁶

Sobre a questão do Prata, Lamas identifica o caráter longo das disputas territoriais entre Portugal e Espanha na região. Entretanto, teria sido a anarquia e a debilidade da Banda que levou à sua submissão aos luso-brasileiros. Situação revertida, segundo Lamas, com a união de todos os orientais em torno da causa independentista. Na breve exposição, apenas duas batalhas foram citadas: Rincón e Sarandí. Não houve nenhuma referência ao combate em Ituzaingó ou qualquer dos confrontos navais protagonizados na ocasião, por exemplo. Dessa forma, as batalhas lembradas foram aquelas em que os orientais lutaram sozinhos.

E, de forma sutil, a Argentina abandonou a condição de aliada e foi alçada, junto com o Império, à categoria de grande interessada nas riquezas da Banda, como é possível perceber no trecho: “Estos sucesos condujeron á la Republica Argentina y al Imperio del Brasil á que librasen á su fuerza material la resolucion de sus reciprocas pretenciones de dominio sobre este territorio”.⁵⁰⁷ O autor, todavia, se eximiu de tratar dos fatores que respaldariam tais pretensões e que levaram ao impasse entre os vizinhos no Prata. Mais ainda, ao invés de desqualificar a postura das Províncias Unidas e do Império, o texto acabou por

⁵⁰⁵ O autor usou o termo para se contrapor ao conflito empreendido por um exército regular e de forma planejada.

⁵⁰⁶ LAMAS, Andres. *Apuntes históricos sobre las agresiones del dictador argentino D. Juan Manuel Rosas contra la independencia de la Republica Oriental del Uruguay*. Montevideu, 1849.p.V

⁵⁰⁷ LAMAS, 1849, p. 4.

apresentar um atenuante ao sugerir uma suposta mudança no modo de fazer a guerra naquele período, quando se estaria cada vez mais distante de posturas cruéis e ferozes, muito diferente do que acontecia outrora. A guerra teria passado, assim, a ser um dos recursos *racionales y convenientes de conciliacion*⁵⁰⁸ para resolver uma contenda. Isso mesmo, o historiador tentou convencer seu leitor que o expediente bélico não teria mais como fim a destruição do oponente e sim o intuito de obrigá-lo ao diálogo.

Não se sabe o que de fato pretendia o autor com esse esforço para suavizar os danos de um conflito armado. A este trabalho, porém, parece uma tentativa duvidosa de evitar tocar em um assunto tão espinhoso naquele momento e com isso correr o risco de ferir o ânimo de possíveis aliados contra a interferência de Rosas e o domínio de Oribe. Tanto que Lamas ainda lembrou de definir Argentina e Brasil como poderes civilizados e cristãos, os quais fatigados, envolvidos em questões internas e ameaçados pelos danos do conflito buscaram sua resolução.⁵⁰⁹

Além disso, os *Apuntes históricos* atribuíram ao sucesso no campo de batalha o fim da guerra em termos favoráveis à independência do Uruguai, diminuindo também o papel inglês nas negociações de paz. Aliás, a interferência dos ingleses no conflito, apesar de vista com bons olhos, foi apresentada como motivada em interesses mercantis possibilitados pelo comércio universal. A narração que se segue dá conta de um Uruguai cuja função era evitar atrito entre as duas potências limítrofes, pois tanto para uma quanto para outra o domínio do Prata aparece como fundamental e indispensável. No caso argentino, muito além de perpetuar a configuração do antigo vice-reino espanhol, era um mecanismo de proteção diante de uma potência maior. Já para o Império, seria impor uma fronteira natural e garantir sua segurança. Com isso, o autor indicou a dificuldade das duas rivais fronteiriças de abrir mão da posse do território oriental, o que acabou se concretizando com a Convenção de Paz de 1828.⁵¹⁰

⁵⁰⁸LAMAS, 1849, p. 4.

⁵⁰⁹LAMAS, Andres. *Apuntes históricos sobre las agresiones del dictador argentino D. Juan Manuel Rosas contra la independencia de la Republica Oriental del Uruguay*. Montevidéo, 1849.p.4

⁵¹⁰ LAMAS, Andres. *Apuntes históricos sobre las agresiones del dictador argentino D. Juan Manuel Rosas contra la independencia de la Republica Oriental del Uruguay*. Montevidéo, 1849.p.4-5

Como já mencionado, a Convenção teve grande destaque na argumentação do livro e a Guerra Cisplatina foi apenas o caminho para se chegar a ela. A explicação para Lamas se deter tanto em um acordo de paz do qual o Uruguai nem participou – o que o autor não mencionou, obviamente – foi demonstrar à luz de suas cláusulas o quão arbitrária seria a intervenção de Rosas na política de seu país e os danos que causaria à sua independência. Seguiu-se então um longo discurso sobre o caráter nefasto de Rosas e sua política, que em muito se aproximou dos argumentos da Geração de 1837. Lamas não tardou em destacar que o poder do general argentino era sustentado graças aos elementos incultos da nação, criticou os empecilhos criados à imigração estrangeira e a manutenção de elementos da cultura espanhola que perpetuavam o atraso. Nada, porém, foi mais presente na narrativa que a dicotomia civilização e barbárie, onde Rosas e seus atos representavam o bárbaro, o assassino, o corrupto que lutava de forma incansável contra o projeto civilizatório:

Rosas, hombre excentrico al movimiento civilizador de su país, que, refugiado en las Pampas, havia vivido en ellas á mano con la ignorancia, que la había sometido, en la esfera que alcanzaba, por sus arranques biliosos y estravangantes, por sus crueldades características, por sus aberraciones moradores; - que había ensayado gobernar al hombre y al caballo, por los mismos móviles; que conocía y participaba las preocupaciones vulgares, las nociones atrasadas, las ideas incompletas, los resabios rústicos, que se encerraban en el fondo de las masas, y que se encontraban mal avenidos con la estremada cultura de algunas clases, - ingresado al poder, no representa en él sino un elemento disolvente, un elemento de guerra social profunda, que no tiene mas término posible que la desaparicion de Rosas, ó la disolucion de la sociedad actual.⁵¹¹

Os males causados pelo caudilho argentino não se restringiriam, porém, às fronteiras de seu país. Lamas deu como certo que Rosas atentaria contra a paz da monarquia atingindo a província do Rio Grande que, para o autor, tinha uma população com características culturais próximas do povo da Banda e da Argentina. Para piorar, Rosas ainda poderia cooptar os negros submetidos ao regime de escravidão no Império para compor seu exército. Com esse argumento o autor parece tentar convencer que a interferência de Rosas nas terras orientais não era um simples problema interno, que dizia respeito apenas àqueles cidadãos, mas era também um potencial transtorno para D. Pedro II, visto que, vencido o

⁵¹¹ LAMAS, 1849, p. 4.

Uruguai, o caminho para incomodar os brasileiros estaria livre. Bem, não seria difícil presumir que os *Apuntes* tinham interlocutor certo - o Império.

O destino do texto de Lamas, ainda que incerto, não fugiu ao seu objetivo de apresentar todos os malefícios de Rosas para a política argentina e, sobretudo, para a liberdade e a independência do Uruguai, além de destacar as disputas políticas que dilaceravam o país e, supostamente, o tornavam presa fácil da sanha rosista. O quanto, e se, o livro de Lamas influenciou o discurso contra Rosas e se de alguma forma ajudou na decisão do Império interferir no conflito seria difícil avaliar, mas sem dúvida não seria improvável supor que os *Apuntes históricos* serviram ao projeto diplomático e aos interesses políticos do Império em legitimar uma intervenção no Prata. O fato é que o documento, provavelmente doado em fevereiro de 1850, esteve presente na relação de obras oferecidas ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro entre 1847 a 1852, constando na listagem da revista da instituição de 1852.⁵¹² A doação de três exemplares foi feita possivelmente pelo próprio Lamas e com o intuito de estimular uma intervenção do Império nas questões do Prata. Talvez, por isso o livro tenha apresentado uma posição tão complacente com a posição do Brasil na Guerra de 1825.

Mesmo que os *Apuntes históricos* não tenham tratado da Cisplatina e sim de um momento posterior, eles serviram para entender melhor o quanto os relatos históricos da segunda metade do oitocentos estiveram permeados pelos contextos políticos a eles coetâneos e o quanto essas reapropriações do passado buscaram atender, em alguma medida, as demandas políticas do presente. Seguindo esse horizonte, retomar-se-á aos relatos históricos produzidos na Argentina, já adiantando que Rosas terá papel singular, para o bem ou para o mal, em grande parte deles.

5.3 A república de Vicente Fidel López

A terceira produção de viés historiográfico que se analisará aqui, como já mencionado, será a *Historia de la República Argentina*, de Vicente Fidel López, composta

⁵¹² REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO. Tomo XV. Rio de Janeiro: Typ. Universal Laemmert, 1852.p.568

em dez volumes escritos entre 1883 e 1893. A Guerra Cisplatina foi um dos temas tratados no tomo X,⁵¹³ o último; e algumas questões sobre a relação entre Argentina e Brasil também apareceram no volume anterior, o nono. López dividiu em sete capítulos o tomo X de sua *Historia de la República Argentina*: o primeiro, intitulado “Estado social de la Banda Oriental: Campaña del Brasil – Victoria de Ituzaingó” tratou das principais personagens do exército republicano, mas também apresentou rigorosa análise acerca das movimentações militares das tropas, ressaltando o heroísmo de seus compatriotas mesmo diante da situação de adversidade gerada pela guerra civil entre as províncias que formavam o país. Nos outros capítulos, este conflito foi perdendo espaço para os problemas de caráter interno.

O segundo capítulo “La guerra civil y la renuncia del señor Rivadavia”, se concentrou nas divergências entre o partido unitário e o partido federal. No capítulo terceiro “Disolución del Régimen presidencial”, López frisou a política do general Dorrego, questionou a insistência em lutar pela Cisplatina e defendeu a ideia de que, diante das lutas intraprovinciais, a guerra externa deveria ter sido abandonada para o país concentrar forças nas lutas internas. O quarto capítulo “Reconstrucción de la autonomía provincial” balizou as mudanças na política com a maior independência das unidades provinciais. O quinto “Gobierno del coronel Dorrego – Paz con el Brasil – Revolución del 1º de diciembre” discutiu tanto o governo de Dorrego quanto os acertos finais para a paz entre Argentina e Brasil. Os dois últimos capítulos, respectivamente, “Dictadura militar del general Lavalle. – Ejecución del gobernador Dorrego. – Renovación de la guerra civil. – Triunfo de Rosas” e “Capitulación y desbande de los revolucionarios de diciembre”, por se afastarem da temática da tese não serão aqui analisados.

Voltamos a Vicente Fidel López: filho de Vicente López y Planes, substituto de Bernardino Rivadavia na presidência da Argentina apenas entre 7 de julho a 17 de agosto de 1827, momento em que o general chefe Carlos Maria Alvear foi inquirido pela Sala de Representantes do Governo, conforme vimos no capítulo anterior. Formado em direito, Vicente Fidel López escreveu importantes obras de cunho historiográfico. Além de ter

⁵¹³ A edição utilizada aqui será LÓPEZ, Vicente F. *Historia de la Republica Argentina*: su origen, su revolucion y su desarrollo político hasta 1852. Buenos Aires: Livrería La Facultad, 1911.

participado do salão literário de Marcos Sastre, tornando-se então um membro antirrosista da geração de 1837. A oposição a Rosas se converteu em exílio depois de 1840, dado que não o impediu de continuar propagando sua discordância com o governo rosista por onde passou - no Chile, no Rio de Janeiro e em Montevideú, onde se reuniu a outros expatriados. Retornou a Buenos Aires somente em 1852, após a queda de Rosas. A biografia do autor oferece importantes pistas sobre quem seriam seus interlocutores e a que projeto de nação esteve filiado. Resta a esta tese destacar os itens o “Estado social de la Banda Oriental – Campaña del Brasil – Victoria de Ituzaingó” no intuito de identificar em que medida e por quais razões a Guerra Cisplatina foi retomada para dialogar com o universo político da década de 1880. A produção historiográfica de López manteve como espelho historiadores antigos, como Tucídides, mas se encontrava mesmo associada ao projeto romântico, ainda que tenha demonstrado conhecimento das concepções positivistas, a despeito de, segundo Fernando Devoto,⁵¹⁴ ter recusado a efetividade para o contexto argentino tanto de análises centradas nas ciências naturais quanto no positivismo.

Ao se explorar o tomo da *Historia de la República Argentina* dedicado em alguma medida ao conflito no Prata, fica perceptível que a guerra estrangeira esteve bastante diluída dentro dos problemas de caráter interno da Argentina; isto é, que o caminho, os percalços e os personagens locais que interferiram na formação da nação receberam nessa *História* maior destaque. A guerra foi parte da luta pela formação da Argentina, não apenas sobre o inimigo declarado, o Império do Brasil, mas também contra o contraditório estado de ânimo de seus aliados uruguaios.

López tentou vincular-se a um projeto historiográfico cuja verdade deveria ser o principal fim, mas, ainda assim, o autor sugeriu em seu texto a dificuldade de se alcançar o que seria uma verdade absoluta. Nesse sentido, ciente de suas limitações, afirmou que, antes de escrever, um historiador deve ter sempre como horizonte se de fato o faz livre de interesses desprezíveis ou parciais e se está munido de estudos criteriosos e de fontes respeitáveis. Ao falar do fazer historiador, López não poderia se furtar em comentar sobre seus principais

⁵¹⁴ DEVOTO, 2009.

protagonistas: os homens e a temporalidade em que se inserem, reforçando a necessidade de se reconhecer o caráter accidental do tempo e das personagens partícipes das ações históricas:

Tiene el deber de poner delante de sus lectores lo que haya alcanzado con respeto de sí mismo y de su honradez, sin olvidar por un solo momento que para ser justo y franco debe tomar en cuenta que los personajes, los tiempos y los sucesos de su drama, son accidentes humanos; accidentes de una naturaleza compleja, como compleja es también la naturaleza del lector y la de todos los demás hombres, que ya sea que pasen por las alturas ó por el suelo inferior, son siempre hombres, y no piezas de lienzo pintado que se desenvuelvan de uno al otro extremo sobre una misma medida. En la naturaleza psicológica de cada nación y de cada momento de la vida fenomenal, es menester pues, buscar y resolver el problema fundamental de su historia.⁵¹⁵

É possível adiantar que o trecho apresentado aqui apareceu apenas no quinto capítulo do livro e teve como objetivo a necessária defesa do mandato de Manuel Dorrego à frente de Buenos Aires, período em que, inclusive, seu pai Vicente López y Planes foi ministro da Fazenda. Aliás, o autor aproveitou para destacar o que considerou um esforço de Dorrego para fazer um bom trabalho. Com isso, López recusou veementemente qualquer ligação ou aproximação feita entre o governo de Dorrego e o de Juan Manuel de Rosas, diga-se de passagem, uma personagem que López não se intimidou em criticar categoricamente, mesmo tendo sugerido a total imparcialidade do historiador. Seguindo a tese sobre a importância das fontes, López fundou seu discurso sobre a guerra com base prioritariamente na defesa de Alvear, mas também indicou a leitura da memória de Todd, sobre a qual fez ressalvas, como se verá. É claro que logo surge a dúvida se a defesa de Alvear preencheria o critério de confiabilidade proposto pelo próprio historiador, na medida em que, como vimos, o general chefe das tropas republicanas estava, antes de tudo, fazendo uma defesa de sua conduta particular e militar. Bem, parece que López entendeu que sim.

Alguns outros documentos de época também foram citados pelo historiador e ajudaram a compor seu quadro sobre o tema, como jornais argentinos e supostas correspondências de brasileiros, mas esses últimos de forma vaga e imprecisa, o que impossibilitou uma investigação acerca da existência real das fontes. Pautada pelo testemunho, a análise de López se iniciou com uma longa descrição moral e física dos

⁵¹⁵ LÓPEZ, Vicente F. *Historia de la Republica Argentina: su origen, su revolucion y su desarrollo político hasta 1852*. p. 313.

importantes personagens da Banda Oriental, Lavalleja e Rivera, que chegou a conhecer pessoalmente. A opção do historiador por começar seu texto com um tom crítico aos orientais e não aos brasileiros fugiu um pouco ao esperado e, como se verá, os aliados de outrora não foram poupados pelo autor.

Lavalleja foi lembrado como um homem bravo e honesto, mas que, em contrapartida, não tinha o preparo adequado para assumir um cargo de chefia como o que pretendia, ou seja, dirigir a Banda e o exército oriental. Já Rivera foi descrito como um caudilho, um homem nascido no mato. Assim, bem ao estilo dos intelectuais da Geração de 1837, López resumiu esse Rivera como um homem com características físicas distantes da que predominava na raça europeia, capaz de se localizar geograficamente apenas ao colocar na boca um pouco de capim. Além disso, de índole pouco confiável. Em ambos, porém, López identificou um projeto obscuro em relação às Províncias Unidas, posto que desejavam o apoio material da república argentina, mas negavam sua atuação enquanto autoridade nacional no solo da Banda Oriental.⁵¹⁶

Os dois principais líderes da empreitada oriental não eram os únicos entraves para o sucesso da guerra. Segundo o historiador, o povo da Banda não via com bons olhos a presença da república argentina em seu território, seja pela relação histórica de disputas entre as duas ex-colônias hispânicas, seja por um suposto ódio criado e incentivado ainda nos tempos de Artigas, que permaneceu mesmo depois de seu exílio. Além disso, nem todos os habitantes da região queriam a guerra e preferiam a submissão aos brasileiros à desordem desencadeada pela disputa. Como se pode perceber, na perspectiva do historiador, a guerra contra o Império ao lado dos orientais era verdadeiramente uma armadilha perigosa para as Províncias Unidas.

Entretanto, a condenação de López não foi dirigida a todos os orientais, pois restaram a Oribe efusivos elogios, tanto por seu talento como militar (diferente de Lavalleja e Rivera que não passavam de montoneros), quanto pelo apoio constante por ele dado ao projeto de incorporação da Banda Oriental às Províncias Unidas. Usando suas qualidades literárias, López apresentou inclusive os sentimentos de Oribe sobre seus aliados e

⁵¹⁶ LÓPEZ, Vicente F. *Historia de la Republica Argentina: su origen, su revolucion y su desarrollo político hasta 1852*. t. X. Buenos Aires: Livrería La Facultad, 1911.p.393

adversários políticos, como se de fato pudesse ler seus pensamentos, quando, na verdade, apenas emprestava ao militar os seus posicionamentos políticos, como se verá no trecho abaixo:

Dotado de talento y de una voluntad indomable, Oribe alcanzaba bien que Lavalleja no sería jamás un rival serio que pudiese disputarle los primeros puestos de la provincia, ó los de la nación, que también codiciaba para cuando le llegara su tiempo. Frutuoso Rivera, traidor á sus deberes, renegado incorregible, y mal reputado, era á sus ojos un caudillo vulgar y trapalón que no le inspiraba ninguna aprehensión. A un hombre como él, ligado á las clases distinguidas del país, no podía ocultársele que el éxito de la causa oriental dependía de su sincera y estrecha unión con la República Argentina.⁵¹⁷

O fragmento aqui novamente permitiu vislumbrar as perspectivas de López e de seus iguais sobre os homens que precisariam comandar a nação e liderar o povo. Sim, eram os homens ligados às classes distintas do país que deveriam assumir o controle e, irremediavelmente, se opor aos caudilhos de comportamento vulgar.

Voltando à Argentina, a situação complexa a que se submetia o país ao entrar na guerra juntamente com a Banda – mesmo diante da falta de apoio da própria população oriental e das disputas entre seus chefes – parece sugerir que López tentou consolidar a ideia de uma Argentina desinteressada, que assumiu uma guerra que não era sua, a despeito dos perigos que acarretaria em virtude da situação delicada que o país se encontrava. Sobre o conflito, segundo o historiador, dissipada a desordem que ameaçava se impor na Banda, o general em chefe das forças republicanos pode, então, organizar o seu exército. O que se teria feito de forma fácil, afinal López descreveu os argentinos como soldados natos, um país que mobilizaria a tropa com enorme rapidez, facilidade que não se encontraria em nenhuma outra nação.⁵¹⁸

Um discurso bem diferente do que foi, por exemplo, apresentado por José Maria Todd, que apontou a falta de colaboração de seu povo para com o conflito no Prata. E, por falar em Todd, o secretário foi citado poucas vezes na narrativa de López. Em princípio, foi

⁵¹⁷ LÓPEZ, Vicente F. *Historia de la Republica Argentina: su origen, su revolucion y su desarrollo político hasta 1852*. p.46

⁵¹⁸ Em outro momento, porém, López reconheceu a dificuldade de sacar mais soldados das províncias dada a guerra civil, o que teria levado à formação de um exército menor que o necessário para a empreitada. LÓPEZ, Vicente F. *Historia de la Republica Argentina: su origen, su revolucion y su desarrollo político hasta 1852*. p.76

questionado pelo historiador por apresentar pontos que considerou inexatos, como um trecho em que Todd mencionou uma conversa na qual pessoas de Salta haviam criticado as ações dos habitantes de Buenos Aires, culpabilizando-os pelas agruras da Banda Oriental, visto que sempre tentaram submeter o porto de Montevideu para beneficiar o de Buenos Aires. López discordou, considerando que há muito tempo o porto de Montevideu tornara-se independente e, por isso, não caberia a crítica. Em outro momento, o autor duvidou que o secretário tivesse de fato testemunhado alguns dos episódios que narrou.⁵¹⁹

Iriarte também foi indicado em uma das notas do texto de López, na qual destacou ser o militar um homem de letras com muita instrução, e que tinha deixado na *Revista de Buenos Aires*⁵²⁰ uma significativa relação sobre os acontecimentos em Rosário. Como se pode notar, parece uma menção especialmente breve tendo-se em vista a dimensão da obra memorialística de Iriarte, e só isso já poderia ser suficiente para questionar se as *Memórias* de Iriarte e a relação localizada por López na Revista corresponderiam a mesma documentação.⁵²¹ Cabe ainda adiantar que na análise de López o general Alvear mereceu enorme destaque e incansáveis elogios; e, mais ainda, a *Exposición* do comandante argentino foi o pilar para a escrita do texto de López. Em contrapartida, como vimos no capítulo anterior, o mesmo Alvear foi largamente criticado nas *Memórias* de Iriarte e responsabilizado por todos os problemas vivenciados pelo exército da República. Seria, dessa forma, impossível para López desprezar a oposição de Iriarte a Alvear, a menos que o texto por ele utilizado não fosse as *Memórias*, pois, como já dito, só foram publicadas no século XX. É possível que o historiador tenha se valido de um relato menor sobre os eventos de fevereiro de 1827.

López não deixou margem de dúvida ao eleger o grande nome da Guerra contra o Império: Alvear. O general foi definido como um homem audacioso, de pensamento rápido e eficaz em perceber e reagir diante das situações mais adversas. O seu plano militar para entrar em território inimigo, segundo o historiador, foi fruto de muito estudo e teve inspiração

⁵¹⁹ LÓPEZ, Vicente F. *Historia de la Republica Argentina: su origen, su revolucion y su desarrollo político hasta 1852*. p.41

⁵²⁰ Não fez referência ao ano nem ao número da publicação.

⁵²¹ LÓPEZ, Vicente F. *Historia de la Republica Argentina: su origen, su revolucion y su desarrollo político hasta 1852*. p.53

em Napoleão Bonaparte e na sua invasão à Bélgica. López sublinhou a ousadia do militar que entrou no Rio Grande supostamente por onde ninguém jamais imaginaria: “se propuso operar por la margen derecha del Río Negro, atravesando las confluencias de los dos *Tacuarembós*; marchar por donde nadie podía sospechar-lo, por donde nadie había andado con un ejército en forma, y seguir, cubierto así, hasta el Arroyo del Hospital donde se proponía partir al enemigo”.⁵²²

Por certo, a intencionalidade ou não de Alvear em encontrar o inimigo em 20 de fevereiro de 1827 era outro ponto que não poderia faltar, e se de fato foi uma estratégia de guerra fingir que atravessava o rio para surpreender o adversário. Ou seja, López retomou as mesmas questões antes levantadas e respondidas pela defesa de Alvear. A análise do historiador caminhou de mãos dadas com a do general e, nesse sentido, foi além, ao afirmar que Alvear pretendia travar um confronto ainda nos finais de janeiro, mas teve seus planos adiados por uma copiosa chuva que se estendeu por alguns dias. Com isso, refutou qualquer encaminhamento que tentasse retirar do general a decisão pelo confronto, seja admitindo o embate ao acaso, seja atribuindo a decisão aos auxiliares do chefe militar. Na perspectiva de López, Alvear estava decidido a dar batalha aos imperiais e, por isso, saiu de São Gabriel fingindo uma retirada, como se pretendesse regressar à Banda Oriental pela cidade de Salta, mas, ao contrário, voltou à posição anterior. Enquanto isso, os homens de Barbacena também abandonavam São Gabriel e seguiam em direção ao rio Santa Maria, acreditando que os argentinos já o tinha vencido quando, em realidade, ambos os exércitos seguiam paralelamente em direção ao Passo do Rosário. Ainda segundo López, chegando antes ao destino, na tarde do dia 19 de fevereiro, Alvear tinha feito o primeiro corpo da cavalaria atravessar o rio a nado levando consigo objetos dispensáveis em botes, dando a impressão de que trasladavam materiais de guerra. Tudo isso enquanto alguns brasileiros espreitavam o avanço republicano. Além disso, o general deixou evadir alguns prisioneiros que logo noticiaram aos imperiais que as tropas argentinas tinham atravessado o rio, quando, na verdade, na mesma noite as tropas republicanas retomaram seus postos, em posição previamente estudada.

⁵²² LÓPEZ, 1911, p. 64.

El ejército enemigo, que al salir la luna se había puesto en camino hacia el paso con toda confianza, se encontró de sorpresa (así lo dijo su general en jefe) con el ejército argentino que marchaba á su encuentro. Ya no era posible evitar la batalla. Ambos ejércitos tomaron inmediatamente sus medidas para darla; y tuvo lugar así la batalla de ITUZAINGÓ, que es una de las más reñidas y gloriosas de las que han ilustrado las armas argentinas.⁵²³

Entretanto, nem tudo teria acontecido como nos planos do general. Na história de López, o sucesso argentino quase virou fracasso graças à teimosia de Lavalleja, que teria se recusado a seguir as ordens de Alvear. Além disso, Lavalleja teria exigido uma posição central durante a ação, em razão de sua condição de vencedor na Batalha de Sarandí e de sua liderança na insurreição oriental. A atitude de Lavalleja teria ocasionado grande preocupação no dia que antecedeu a Batalha derradeira, visto que uma destituição do chefe dos Treinta y Tres Caballeros poderia acarretar na deserção das tropas orientais. Em razão disso, o comando republicano tentou contemporar, mas, quando amanheceu, o general Alvear viu o corpo de Lavalleja adiantado na linha, já fora da posição ordenada. Quando a batalha começou, logo Lavalleja levou sua linha ao inimigo e ela foi rapidamente desfeita pelo adversário.

Foi a este detalhe, a desobediência de Lavalleja, que López atribuiu a responsabilidade pela vitória incompleta. Afirmou também que se não fosse a postura do oriental, os imperiais teriam capitulado. Tanto neste episódio, em que pontua a desobediência de Lavalleja, quanto na análise crítica feita sobre os perfis militar e ético dos dois principais líderes dos orientais, López demonstrou uma severidade com os vizinhos que não encontraria o mesmo peso na análise de Alvear. É possível pensar que a percepção do historiador em relação aos chefes orientais foi ressaltada, ou influenciada, pelos diálogos que estes mantiveram com os argentinos posteriormente. Dessa forma, o olhar de López para seus vizinhos pode ser menos explicado pelos resultados do conflito bélico de 1825-1828 e mais pelas relações ambíguas e delicadas que se estabeleceram entre os líderes políticos da Banda, Lavalleja, Rivera e Oribe, com o argentino Rosas no processo identificado como Guerra Grande.

⁵²³ LÓPEZ, 1911, p. 75.

A despeito de alguns inconvenientes, para López, as armas argentinas despontaram gloriosas do encontro no Passo do Rosário e, em grande parte, graças ao seu general em chefe. A vitória foi fruto da estratégia militar, da escolha antecipada e cautelosa do campo onde se daria o confronto e da preparação de um exército regular.

Si en la manera con que había dirigido su marcha hasta el corazón del país enemigo, y cortado por su base la línea imperial, el general Alvear se había mostrado un estratégico de primer orden, no menos hábil había sido en sus laboriosas operaciones para destruir todos los depósitos, sorprender los convoyes, desbaratar la caballería de los imperiales, y atraerlos al fin á un terreno en donde, si era desgraciado, tenía una retirada fácil por la costa del Uruguay hasta el Salto ; y donde si triunfaba, quedaba en segura posesión del centro del país invadido. Se puede ser tan hábil como el general que realizó estas operaciones: serlo más, es difícil, si se tienen en cuenta los escasos recursos, las pocas fuerzas de que disponía; y sobre todo, el lúgubre estado en que se hallaba el gobierno nacional, por la situación anárquica del país mismo cuyos intereses servía.⁵²⁴

López ainda citou um trecho supostamente extraído de um ofício do general brasileiro Barbacena endereçado a D. Pedro I, no qual o militar afirmava que a vitória imperial não foi possível porque as disposições determinadas por ele aos seus subordinados não foram cumpridas, e porque seu exército foi surpreendido durante a marcha pelas forças da república. O historiador não apresentou indicações sobre tal ofício, tornando nebulosa a verificação ou não de sua existência. De qualquer forma, seu uso dentro *Historia de la República Argentina* pareceu ratificar o argumento de Alvear de que todo o confronto no Passo foi prévia e cautelosamente estudado pelo general. O aludido ofício ratificaria o elemento surpresa como uma das táticas importantes do militar, mas não significava surpreender furtivamente o inimigo com a complacência da noite nem da escuridão, por um ato exasperado. Não para López, porque esse seria um procedimento de montoneras. Ao contrário, Alvear surpreendeu os adversários na luz da manhã por sua superioridade estratégica. Com tal asseveração López validou a guerra empreendida por exércitos regulares, em uma crítica dirigida, muito provavelmente, à forma dos caudilhos atuarem.

A leitura desse conjunto de memórias já permite ao leitor, inclusive, antever o que vem depois dessa contundente defesa de López ao posicionamento militar de Alvear. E então surge a pergunta, por que depois de uma ação tão brilhante não teria o general liquidado

⁵²⁴ LÓPEZ, 1911, p. 88.

as forças oponentes? Não muito divergente dos partidários de Alvear que foram analisados até aqui, o historiador López reafirmou o argumento de que a cavalaria do exército da república estava exausta e de que as forças de infantaria eram insuficientes para adentrar em uma província tão densamente povoada e cuja população mostrava-se adversária natural, dadas as diferenças de raça e língua. A tomada dos depósitos imperiais pelos republicanos também apareceu no discurso de López, mas sem que fosse apresentado nenhum tipo de dúvida sobre a veracidade desse feito de armas, diferentemente de todo o esforço retórico para comprovar o ocorrido, presente na defesa de Alvear. Em López a única questão aventada sobre esse assunto diz respeito às indagações feitas à época sobre a dimensão dos depósitos, citando, obviamente, a exposição do general e atribuindo a opositores mal-intencionados as interpelações lançadas ao militar. Além disso, López tentou demonstrar que, por terem sido tomados antes da vitória e durante a marcha estratégica, tais depósitos precisaram ser destruídos logo que a tropa absorveu o que era possível. Isso foi feito para impedir que o inimigo recorresse a eles novamente quando os republicanos fossem embora ou para que não pudessem dele usufruir em caso de um resultado desfavorável aos homens da República.

Para confirmar que a superioridade militar dos republicanos liderados por Alvear, o historiador López não se restringiu a uma batalha, lembrando ainda das ações do general ao surpreender comboios inimigos e desbaratar a cavalaria imperial. Todas essas atuações pareciam depor a favor da importância de Alvear, defendida na história sobre a república contada por López. O escritor lembrou que todas essas obras do general em chefe ocorreram a despeito da escassez de recursos humanos, materiais e de todo o estado geral funesto em que se encontrava o governo nacional, tendo-se em vista a situação anárquica imposta pelas guerras intestinas. López reafirmou o discurso de Alvear de valorização dos soldados que participaram de forma heroica da luta em nome das Províncias Unidas e a despeito dessas tantas adversidades.⁵²⁵ Fatores que se somam e intentam produzir no leitor um olhar indulgente sobre, principalmente, a figura do general em chefe, mas também sobre seus homens na *Guerra del Brasil*.

⁵²⁵ LÓPEZ, 1911, p. 99.

Contudo, esse vasto quadro de qualidades atribuídas a Alvear não foi de todo suficiente para mantê-lo no comando das forças republicanas. A explicação do historiador foi bem simples: foram as intrigas dentro do exército, as exigências absurdas e a ausência de contrapartida em recursos e apoio político do próprio governo que não lhe ofereceu o mínimo para seguir com a campanha:

En el mismo ejército, impacientes algunos jefes afiliados á la política de la capital, pregonaban estas críticas dentro de las mismas filas con altivez y con desdén. ¿Qué podían valer, contra esas intrigas é injusticias, los hechos ni las explicaciones evidentes con que el general defendía sus actos; con que patentizaba no sólo la insuficiencia, sino la carencia absoluta de recursos, y el abandono en que le había tenido ese mismo gobierno que tanto le exigía?⁵²⁶

O trecho, como se pode notar, apontou falhas na condução da guerra pelo governo de então, o do unitário Rivadavia, figura cara à Geração de 1837, na medida em que não supriu as necessidades materiais do conflito e, mesmo assim, não se fez de rogado em apresentar exigências ao comando do exército. Ainda cabe mencionar uma rápida referência de López ao papel da marinha argentina liderada pelo almirante Guillermo Brown. O historiador comentou a modesta empreitada marítima de seu país, cujos meios se resumiam a uma esquadra diminuta, fator que impossibilitou que Brown e seus marinheiros tivessem uma participação mais decisiva no conflito contra o Império.⁵²⁷

A crítica ao governo de caráter unitário e, mais ainda, a uma de suas maiores personagens, como era reconhecido Rivadavia em razão de sua política associada às luzes, nos colocou a necessidade de um maior aprofundamento sobre o lugar do autor na Geração de 1837 e de como suas posições políticas reverberaram nas suas análises históricas. Por isso, obriga esta tese a avançar em outros capítulos da *Historia de la República Argentina* no intuito de investigar o diálogo do autor com os partidos unitário e federal. Adentrando o capítulo II, intitulado “La Guerra civil y la renuncia del señor Rivadavia” López apresentou o que seria um sentimento de desespero do governo nacional diante da onda de conflitos internos que tomou conta das Províncias Unidas. Nesse sentido, de acordo com o texto,

⁵²⁶ LÓPEZ, 1911, p. 96.

⁵²⁷ LÓPEZ, 1911, p. 104.

colocar fim à guerra contra o Império se tornara uma medida urgente que possibilitaria o retorno do exército a fim de conter a oposição generalizada ao governo.

A postura em relação ao presidente Rivadavia e ao seu governo não tardou a aparecer: López asseverou que as dificuldades imensas que se abateram sobre o país, em 1826, não existiam antes do mandato do unitário e de seus homens. E mais - de alguma forma lhes atribuiu a culpa pela falta de soldados que impossibilitava a campanha contra o Brasil, isso porque, segundo o autor, Rivadavia deveria ter adiado as reformas sociais para manter o apoio espontâneo que vinha recebendo, ao invés de impô-las, o que produziu o descontentamento dos caudilhos provinciais. Em outro trecho, expresso em forma de nota, o historiador foi ainda mais categórico ao apontar a responsabilidade dos unitários no insucesso da guerra:

Nos ha parecido conveniente pasar esta ojeada retrospectiva por la situación anterior, para que se tome en cuenta la funesta influencia que la aventura presidencial el señor Rivadavia y del partido unitario tuvo en las tristes condiciones y en el poquísimos resultado con que tuvimos que emprender y sostener la guerra del Brasil, privados de los recursos provinciales por la imprudencia de esa aventura⁵²⁸

O posicionamento de López em relação ao presidente Rivadavia destoou bastante do discurso atribuído à Geração de 1837, mas a leitura do trabalho de Ignacio Zubizarreta⁵²⁹ ajuda a identificar as posições políticas do autor. Assim como esclareceu Zubizarreta, Vicente López, na contramão da Jovem Geração, foi o único de seus participantes a apresentar uma clara oposição ao unitarismo, a despeito do viés antirrosista que o interligava aos demais membros de 1837. A crítica de López, de acordo com Zubizarreta, se estendeu a Rivadavia negando o caráter reformista e liberal que seus companheiros de 1837 atribuíram ao ex-presidente. Sendo assim, López observou no seio da administração provincial anterior a Rivadavia elementos do liberalismo que o posterior presidente, no máximo, reproduziu. Fora isso, aproveitou para renegar qualquer sombra de originalidade que pudesse ser atribuída ao projeto reformista rivadaviano, o qual interpretou como uma mera reprodução das Reformas Borbônicas levadas adiante pelo governo do rei espanhol Carlos III. Também

⁵²⁸ LÓPEZ, 1911, p. 116-117.

⁵²⁹ ZUBIZARRETA, 2013, p. 67-85.

no terceiro capítulo, “Disolución del régimen presidencial”, Rivadavia não teve colher de chá. López retomou os idos da Revolução de Maio de 1810 para questionar a falta de posicionamento do presidente unitário e seu oportunismo para ascender politicamente, após da morte de Mariano Moreno. Para completar, López não identificou em Rivadavia um antagonista ao general Rosas; mas, longe disso, apresentou a política reguladora do unitário enquanto uma espécie de precursora do autoritarismo depois protagonizado por Rosas, como aparece nos fragmentos a seguir:

El Presidente [referindo-se a Rivadavia] intervenía en todo: hasta en los últimos detalles de la vida comunal y casera. Decretaba y reglamentaba de cómo y á qué precio había de venderse la carne, la verdura, etc., etc., en los mercados de abasto. Intervenía en la forma y en el ancho de las veredas; reglamentaba la forma de las casas, de las ventanas y puertas reglamentaba la marca, el peso y la venta del pan [7 de maio] acordaba alumbrado público á tal ó cual barrio, á tal ó cual pueblo de campaña [30 de novembro] y comprometía su autoridad en otras infinitas nimiedades que sería enojoso seguir enumerando [...] y veréis como venía ya preparado el terreno para la omnipotencia administrativa de Rosas. El déspota no tuvo nada que hacer; su camino estaba abierto, y pudo poner su mano en todo [...].⁵³⁰

Na verdade, o capítulo inteiro foi quase exclusivamente destinado a repreender Rivadavia, ainda que nele também tenham figurado alguns elogios a Dorrego, de quem López retirou qualquer compromisso ou envolvimento na derrocada de Rivadavia. Na verdade, o historiador foi categórico em demonstrar que o fim do regime presidencial em 1827 não foi obra dos opositores de Rivadavia, mas, ao contrário, se concretizou dentro da legalidade, fruto de um intenso debate protagonizado no Congresso, que, à época, contava com maioria unitária. Após a defesa da figura de Dorrego, o texto ainda projetou uma análise bem mais positiva do partido federal do que a apresentada sobre os unitários. Sendo assim, López admitiu, a partir de 1825, que o partido federal teria assumido uma nova face em que se pronunciava segundo um viés autônomo, cujo princípio era a defesa do organismo provincial constituído contra a aventura presidencial. Analisando a mudança no partido federal, citou a biografia de Pueyrredón, convertido ao federalismo depois de uma temporada nos Estados Unidos da América, onde lhe foi possível observar que o organismo federal era a única forma política de a Argentina alcançar uma ordem constitucional concreta, pacífica e duradoura.

⁵³⁰ LÓPEZ, 1911, p. 244-245.

O capítulo contou, ainda, em suas últimas páginas, com uma biografia crítica de Rivadavia, concentrada em suas atividades de cunho político e seus cargos dentro da administração do país. E cedeu lugar ao quarto capítulo, denominado “Reconstrucción de la autonomía provincial”, no qual López despendeu boa parte de seu talento literário para elogiar o sucessor de Rivadavia, ninguém menos que Vicente López y Planes, seu progenitor. O presidente interino foi lembrado como um grande patriota, um homem bravo, que teve um importante papel durante a invasão inglesa de 1807 e como uma figura de distinção no campo das letras e da magistratura. Além disso, o historiador percorreu o que considerou como um difícil caminho imposto ao pai para restabelecer a autonomia provincial, frisando sempre com tons sombrios a situação do país depois do governo unitário. A economia foi apresentada com termos catastróficos: as dívidas externa e interna se avolumavam perfazendo quantias exorbitantes; a situação do exército – que nos interessa particularmente – também calamitosa; e tudo isso associado a um quadro de carestia de alimentos, roupas e homens para continuar a guerra.

O historiador ainda apresentou uma justificativa para a deposição de Alvear ocorrida durante a rápida gestão de López y Planes. O autor destacou a impopularidade de general em chefe aos olhos dos oficiais argentinos e assegurou que sua saída e substituição por Juan de Lavalleja foi uma forma de chamar os orientais à responsabilidade pela guerra, visto que, até aquele momento, haviam recaído sobre os argentinos todos os gastos e ônus do conflito, e que nem assim estes contavam com mais benevolência por parte de seus vizinhos e aliados orientais.

O último capítulo do livro de López a ser analisado nesta tese recebeu o nome de “Gobierno del coronel Dorrego – Paz con el Brasil – Revolución del 1º de diciembre” e tratou de descrever as características físicas, morais e políticas daquele governador de Buenos Aires e de seus ministros. Como dito, López fez questão de estabelecer um distanciamento entre os governos de Manuel Dorrego e de Rosas, ambos do partido federal. Lembrou, com isso, que Dorrego nunca desrespeitou as liberdades individuais, o que não pode ser dito de Rosas; e que, além disso, Dorrego não teve absolutamente nenhuma participação no governo rosista, visto que já tinha sido morto pelo unitário Lavalle, em 1828. Para o autor, a aproximação dessas duas figuras tão díspares foi obra de grupos desejosos da reabilitação de Rivadavia

que, para tanto, demonizaram a legenda contrária. O historiador ainda apontou quais seriam as dificuldades do governo de Dorrego: 1) a criação de recursos, diante de uma economia arrasada e das dívidas acumuladas pela gestão presidencial de Rivadavia; 2) a reorganização do exército, que sofria como a falta de material humano e bélico em razão das guerras intestinas e 3) uma negociação de paz honrosa com o Brasil, visto que a assinada pelo governo de Rivadavia era por demais aviltante.⁵³¹ Ao longo do capítulo, López tentou indiretamente demonstrar como Dorrego avançou em cada uma dessas questões.⁵³²

Não se pode negar, entretanto, que ao expor as feridas da República de forma tão aberta, López não atingia apenas Rivadavia e ao partido unitário que o sustentou no poder, mas, igualmente, colocava em cheque o discurso vitorioso dos aliados diante do Império. Neste sentido, o historiador não demorou em advertir que a situação do Brasil não era muito melhor que a da Argentina. Pelo contrário, era bem pior, pois o Império sofria com a falta de recursos financeiros e pela situação geral das tropas, já desmoralizadas, cansadas e enfermas. Para agravar o problema, a força militar de D. Pedro I era composta, em sua maioria, por batalhões austríacos que, pelas condições adversas, desertavam em grande número ou procuravam abrigo nas fileiras adversárias. López acrescentou ainda que o governo de D. Pedro I acumulava escândalos, como a morte repentina e inexplicável da imperatriz com indícios de envenenamento, e a existência de uma concubina do imperador, identificada nominalmente no texto como a marquesa de Santos, a quem a opinião pública acusava de administrar o veneno.⁵³³ Completando o quadro, a capital do Império ainda sofria com o que o historiador chamou de “gênio tropical”, carregado com tons ameaçadores de miséria e escravidão. E se não bastasse essa suposta natureza caótica sugerida no texto, a população do Rio de Janeiro ainda estava em sobressalto diante dos gastos para manter a posse e a administração da Cisplatina. De acordo com o autor, os valores destinados à província

⁵³¹ Era considerada ruim, pois os argentinos perdiam a Cisplatina.

⁵³² LÓPEZ, 1911, p. 314

⁵³³ Ao apresentar a acusação à marquesa de Santos, López afirmou que se era verdade ou calúnia a suposição não lhe importava; colocação que destoava da busca pela verdade inclusa no mesmo capítulo, quando o assunto era o governo de Dorrego. LÓPEZ, 1911, p. 340

chegavam à soma de oito milhões de pesos de ouro ao ano, muito em razão do alto grau de corrupção e desordem na gerência da Banda Oriental.⁵³⁴

A avalanche de críticas do autor argentino não deixou passar em brancas nuvens sua oposição ao sistema escravista. Além do mais, seu discurso tentou comprovar um componente imoral na política praticada pelo Império, seja sugerindo o assassinato de D. Leopoldina, seja apontando o concubinato do imperador ou a vasta corrupção presente na máquina pública monárquica. Dessa forma, mesmo que não lhe tenha feito menção direta, não seria difícil supor que a censura do autor estivesse direcionada ao sistema monárquico como regime político. López destacou inclusive o papel da Inglaterra na contenda e asseverou que os ingleses agiram no caso platino de acordo com seus próprios interesses e não como árbitro na questão, tanto que teriam ameaçado os beligerantes com envio de tropas caso a Paz não fosse assinada.⁵³⁵ A observação do autor, já bastante debatida na historiografia do conflito, confirma a importância comercial e estratégica do rio da Prata e o quanto o embate de 1825-1828 extrapolou as fronteiras sulinas e os interesses específicos dos países beligerantes. Esta tese deseja reafirmar a pertinência de recolocar a Guerra Cisplatina como um marco no longo processo de disputa pela hegemonia da região, debate que adentrará a segunda metade dos oitocentos e fará o tema ser revisitado diversas vezes pelas historiografias dos três atores políticos, inclusive, fundamentando perspectivas de cunho nacionalistas.

López, em sua narrativa, depois de identificar a pressão externa pela definição do embate e a delicada situação do adversário, tentou convencer seu leitor que a manutenção da Banda não era mais de interesse da República Argentina, temerosa com a desordem vigente. Entretanto, em contrapartida, não se admitia a possibilidade de que a região voltasse ao poder do Império, daí a opção pela manutenção da guerra como forma de defender a honra nacional e a segurança dos rios e da fronteira do país.

A anuência ao Tratado de Paz de 1828, notada em López, parece querer dar a impressão de que, ao cabo, o país saiu de cabeça erguida do embate contra o imperador. Porém, a exposição produzida ao logo desta pesquisa sobre a situação da Argentina e do

⁵³⁴ LÓPEZ, 1911, p. 339

⁵³⁵ LÓPEZ, 1911, p. 338-339

Brasil indica o quanto a exaustão dos dois lados, somada à pressão inglesa, fez do fim da guerra uma questão política e totalmente apartada do campo de batalha, dos interesses econômicos ou das justificativas culturais dos combatentes. Com isso, o término da *Guerra del Brasil* se impôs aos seus partícipes e coube a cada um deles buscar uma paz mais conveniente a suas demandas internas e mais próxima do heroísmo previsto nas historiografias de fundação dos estados-nacionais.

Com isso, chega ao fim o quinto capítulo da *Historia de la República Argentina*, como já foi dito, e os que se seguem não abordam a temática platina, mas mergulham de vez na questão nacional argentina. Entretanto, a Guerra permanecerá em foco a seguir com um adversário declarado de López, que para além de um olhar diferente sobre a guerra, apresentará outra perspectiva de como se escreve história.

5.4. Ernesto Quesada: por Mitre e contra López

O livro de Ernesto Quesada recupera em alguma medida uma personagem tratada no item anterior: Vicente López. Além disso, o texto dá oportunidade para discutir outra importante figura da Geração de 1837: Bartolomé Mitre. Na verdade, Mitre não abordou especificamente da *Guerra del Brasil* como o fez López, ainda que tenha citado a questão em seus *Ensayos históricos*, mas, mesmo assim, colocar em diálogo esses dois historiadores pode enriquecer o entendimento sobre o lugar da história no contexto de formação do Estados platinos e, com isso, explicar alguns silêncios e outros gritos, como foi o caso da Cisplatina, em diferentes momentos. Em seus *Ensayos históricos*, mais precisamente no capítulo intitulado “Rivadavia”, Mitre ofereceu um panorama bastante alentador acerca do governo do grande herói da Geração de 1837, no qual identificou importantes avanços promovidos em benefício, sobretudo, da educação. Foi lembrado, ainda, pelo historiador, por sua integridade de caráter e por seu patriotismo responsável por amalgamar a República. Coube também à presidência de Rivadavia, na percepção de Mitre, a glória pelas supostas vitórias da Argentina contra o Império por terra, em Bacacay, Yerbal e Ituzaingó e, no mar, em los

Pozos, Patagones e em Juncal, a despeito de ter montado seu exército nacional em um tempo muito curto.⁵³⁶

Como se pode notar, o Rivadavia de Mitre em nada se assemelhou ao de López e se, em um, o presidente foi o grande responsável pela situação delicada na Guerra Cisplatina, no outro teve papel essencial na campanha vitoriosa da República. A diferença de olhares diante de Rivadavia, talvez, possa ser explicada pelo contexto pós-rosista, quando os dois historiadores, antes aliados contra o general derrotado em Caseros, passam já a seguir caminhos opostos. Não se tratava assim de uma simples discordância entre López e Mitre diante de uma figura pública. As dissensões entre os dois membros da Geração de 1837 ganharam notoriedade e os debates públicos dividiram e reverberaram na produção cultural, política e historiográfica do período. A polêmica, de acordo com José Alves de Freitas Neto, ocorreu entre 1881 e 1882, contrapondo especialmente concepções sobre a origem da história. De um lado estava López e sua perspectiva eminentemente política da história e de outro Mitre com uma história consensual, em que as divisões partidárias foram silenciadas enquanto os heróis eram exaltados.⁵³⁷

Ao analisar os dois projetos, Roberto Madero⁵³⁸ afirmou que Mitre considerava a produção historiográfica mediante uma lógica objetiva, na qual a partir das fontes se poderia fazer surgir a verdade; e que, nesse processo, caberia ao historiador narrar o passado baseado na comprovação documentada, não em suas habilidades imaginativas. Por isso se mostrava contrário ao projeto de López identificado como simplista, subjetivo e que para os mitristas mais se assemelharia ao modelo filosófico.⁵³⁹ Para Danuta Teresa Mozejko e Ricardo Lionel Costa,⁵⁴⁰ O que estava em disputa na querela entre os autores, maiormente, eram posição social e reconhecimento perante a sociedade. Além disso, a controvérsia guardava raízes bem

⁵³⁶ MITRE, Bartolomé. *Ensayos historicos*. Buenos Aires: La cultura Argentina, 1928.p.237-238.

⁵³⁷ FREITAS NETO, José Alves de. As histórias de Mitre: a Argentina e seus “outros”. In: NAXARA, Márcia; Marson, Izabel e Brepohl, Marion. *Figurações do outro*, p. 389-410. Uberlândia: Edufu, 2009.p. 389-410.

⁵³⁸ MADERO, Roberto. *El origen de la historia: sobre el debate entre Vicente Fidel López y Bartolomé Mitre*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2001.

⁵³⁹ Dellerciprete demonstrou que Mitre recebeu acusações parecidas as que direcionava para López, isto porque, Juan Bautista Alberdi em seu livro intitulado *Grandes y pequeños hombres del Plata*, de 1865, ao se referir à *Historia de Belgrano*, de Mitre, 1857, sugeriu que Mitre era um criador de fábulas literárias visto que se baseava em suposições para compor sua narrativa. Rubén DELLARCIPRETE, 2013, p. 147

⁵⁴⁰ MOZEJKO, Danuta Teresa; COSTA, Ricardo Lionel. Disputa por el control de la verdad histórica: la polémica entre Vicente Fidel López y Bartolomé Mitre. *Iberoamericana*, v. VI, n. 22, p. 43-62, 2006..

mais antigas, localizadas ainda em 1852, quando Mitre e López, como mencionou Tulio Halperín Donghi,⁵⁴¹ tomaram partidos distintos sobre a assinatura ou o rechaço do *Acuerdo de San Nicolás* na discussão ocorrida na Legislatura de Buenos Aires.⁵⁴²

A Legislatura de Buenos Aires tinha nomeado Vicente López y Planes governador da Província, mas não tardou em questionar a aproximação deste com Urquiza.⁵⁴³ Por isso, na reunião com as outras cidades, não autorizou López y Planes a assinar o *Acuerdo*, decisão não respeitada pelo novo governador. A situação piorou quando da publicação do documento em um periódico, o que aumentou o descontentamento de Buenos Aires, na medida em que acreditavam que seriam prejudicados com sua vigência.⁵⁴⁴ Por sua vez, López y Planes despachou um projeto de lei à Legistura da Província para efetivar o pacto de San Nicolás.

Abriu-se então em Buenos Aires um acirrado debate entre opositores e apoiadores do convênio. E nesse cenário Vicente López e Bartolomé Mitre se encontravam, mas em trincheiras opostas. Dentre os favoráveis ao pacto estavam os membros do gabinete de López y Planes: Juan Maria Gutiérrez (ministro de Governo), José Benjamín Gorostiaga (Fazenda), Francisco Pico (deputado) e Vicente Fidel López (Instrução Pública e Justiça). Contra, estava a maioria dos membros da Legislatura, entre eles os deputados: Bartolomé Mitre, Pedro Ortiz Vélez, Ireneo Portela e Dalmacio Vélez Sársfield. O saldo do embate político foi a renúncia de López y Planes prontamente aceita pelo Legislativo que em seu lugar elegeu o general Manuel Pinto. Urquiza, todavia, reagiu dissolvendo a Legislatura de Buenos Aires e assumindo em caráter interino o governo da província. Além disso, deu um ultimato aos deputados oponentes, como Mitre, para que deixassem a província.⁵⁴⁵ Em seguida, López y Planes foi renomeado para o cargo de governador, no qual ficou por um

⁵⁴¹ DONGHI, 2007.

⁵⁴² Acordo foi assinado em maio de 1852 pelas províncias que compunham as Províncias Unidas do Rio da Prata, com exceção de Buenos Aires. O pacto pretendia instaurar os pilares para uma organização de cunho nacional. Além disso, Urquiza foi escolhido como diretor supremo da Confederação Argentina.

⁵⁴³ Vale lembrar que Urquiza era da Província de Entre Ríos e poderia ser uma ameaça aos interesses de Buenos Aires.

⁵⁴⁴ O ponto de atrito era a perda da hegemonia portenha na aduana. Também temiam pela diminuição de sua autonomia e, na verdade, recusavam uma organização nacional em que Buenos Aires não assumisse posição de liderança.

⁵⁴⁵ Urquiza também fechou a imprensa opositora e Sarmiento estava entre os considerados exaltados que foram exilados.

mês. Mitre retornou à cidade de Buenos Aires, ainda em 1852, participando da reação contra Urquiza e o sistema federal presente na Constituição, o que levou à separação entre a Confederação Argentina e o Estado de Buenos Aires durante uma década.

Na análise de Danuta Teresa Mozejko e Ricardo Lionel Costa, contudo, não foi bem a divergência ante o *Acuerdo de San Nicolás* que colocou os dois historiadores, Mitre e López, em lados contrários, mas as relações que estabeleciam com Urquiza. Enquanto, López estava entre os que gozavam de estreita proximidade com o general, Mitre estava completamente afastado de seu círculo. Teria sido: “la posición de proximidad - distancia respecto al general es la que explica, más que las ideas, principios y convicciones invocados, las tomas de posición a favor o en contra del Acuerdo”.⁵⁴⁶ A oposição de Mitre ao general Urquiza e ao partido federal ainda levou o historiador a participar das ações militares de Cepeda, em 1859, e Pavón, no ano de 1861. Enquanto isso, López sempre figurava no grupo contrário.

Parece claro que a disputa entre os dois historiadores ultrapassava o campo intelectual e se, no que diz respeito à Cisplatina, Mitre não estabeleceu um embate declarado com o trabalho de López, não faltou quem o fizesse. Representando Mitre, esta tese oferecerá então o livro de Ernesto Quesada, *La Batalla de Ituzaingó*,⁵⁴⁷ cujo texto fez uma oposição nítida à narrativa de López, seja criticando seu método de trabalho, seja deslegitimando suas fontes e conclusões sobre o conflito.

Sobre Quesada, vale ressaltar que fez parte da corrente historiográfica revisionista⁵⁴⁸ que teve como marco a publicação de Adolfo Saldías⁵⁴⁹ sobre Rosas, em 1881. O grupo ganhou espaço na Argentina depois da Primeira Guerra Mundial, dada sua associação com uma visão decadentista da história que se coadunava com o momento de crise em que passava o país.⁵⁵⁰ Os revisionistas, de acordo com o historiador Zubizarreta, promoveram em grande medida a reabilitação da figura de Rosas e, conseqüentemente, uma

⁵⁴⁶ MOZEJKO; COSTA, 2006.

⁵⁴⁷ QUESADA, Ernesto. *La Batalla de Ituzaingó*. Buenos Aires: Compañía Sud-Americana de Billetes de Banco, 1893.

⁵⁴⁸ Para Fernando DEVOTO, 2006, Quesada poderia ser englobado dentro do rótulo “positivismo”.

⁵⁴⁹ O autor será tratado no próximo item.

⁵⁵⁰ ZUBIZARRETA, 2013, p. 67-85.

crítica ao unitarismo. No cerne desse movimento estava um descontentamento com o projeto liberal, com um materialismo exacerbado e com o estímulo à imigração europeia. Nesse sentido, seus partícipes buscaram enaltecer um suposto passado *criollo* como forma de consolidar um sentimento de identidade nacional. Na mesma linha, Quesada publicou *La época de Rosas*, em 1898, onde, apesar de não fugir à crítica ao autoritarismo de Rosas, o identificou como o responsável pelo fim do estado anárquico que imperava no país.⁵⁵¹

Quesada, assim, foi o primeiro revisionista a exaltar abertamente a figura de Rosas. Para analisar aquele governo, o autor usou como fonte o arquivo do general rosista Ángel Pacheco, que também serviu na Cisplatina com a patente de coronel na chefia do 3º regimento da Cavalaria e depois da divisão de vanguarda. Pacheco deixou alguns apontamentos acerca do conflito, depois amalgamados sob o título de “Apuntes sobre la campaña del Brasil”, publicados na *Revista Nacional*. Os escritos de Pacheco foram o mote para Quesada escrever uma análise centrada unicamente na Batalha de Ituzaingó, deixando de lado o restante da Guerra Cisplatina. Entretanto, imediatamente abaixo do título do livro de Quesada, não foi Pacheco quem apareceu, mas uma citação completa do tomo X de Vicente López. Isso mesmo, se o livro tratou da célebre e controversa batalha, lida à luz dos escritos de Pacheco, foi López quem mais teve espaço nas primeiras 22 páginas introdutórias.

Logo de início, em tom irônico, Quesada observou o fôlego de Vicente López em publicar quase anualmente um exemplar de sua *História argentina*. O aparente elogio à determinação produtiva de López se desfaz bem rápido, quando Quesada acaba por insinuar a necessidade de um prolongado e árduo trabalho de preparação e estudo para se produzir um livro, tarefa capaz de consumir longos anos ou até uma vida inteira de dedicação. A matéria prima de López teria sido, em grande parte, sua memória, a qual, acrescenta Quesada, era capaz de guardar aspectos da fisionomia de um indivíduo com quem teve contato em 1827. O leitor mais atento já deve ter identificado onde Quesada parece querer chegar. Sim, não demorará para López ser acusado de prescindir das fontes documentais tradicionais e recheiar sua história de uma tradição oral, em que os horizontes pessoais do historiador circulam livremente. Isso porque López, filho do presidente interino López y Planes, teve sua infância

⁵⁵¹ SCHEIDT, revista eletrônica, n. 5.

urrida em meio ao universo político que retratou, inclusive, como foi discutido no item anterior, entabulando relações com os autores que foram seus protagonistas, como aparece no fragmento:

No es mi ánimo discutir por el momento la exactitud de eses criterio; me limito á comprobar su carácter. Podrá argüirse que es, sobre peligroso, inseguro, el anteponer los propios recuerdos y los apuntes personales, al testimonio de los hechos, á los documentos de las cancillerías y á las demás fuentes de que usualmente echa mano la historia en otras partes del mundo, podría decirse que no existe para el lector garantías ó reminiscencias más ó menos vagas ó incompletas. Me guardaré bien de hacer esta objeción.⁵⁵²

Quesada sugere um caráter mais eloquente e vivo ao estilo narrativo de López, o qual identifica com uma novela da vida real que, porém, não guarda semelhança com a história na medida em que prescinde de notas e documentos; e, mais ainda, de justificativas para as asseverações que emite. O problema do estilo de López, na percepção de Quesada, estava no fato de retirar a possibilidade de seu leitor criar as próprias conclusões sobre os acontecimentos e ser obrigado a acreditar na leitura do autor, visto lhe ser negado elementos discursivos e documentais suficientes para construir uma crítica qualificada. A opção estilística de López foi prontamente comparada com a de Mitre que, para Quesada, renunciou à fluidez e à sutileza da escrita em prol da apresentação de extenso aporte documental que proporcionaria subsídios adequados a quem o lê, para concordar ou não com as apropriações e análises promovidas pelo historiador. O lugar do documento foi o mote encontrado por Quesada para reavivar a antiga polêmica entre Mitre e López. Assim, retomando Mitre, Quesada lembrou que sem documentos não se faz história; em contrapartida, apresentou também a frase de López segundo a qual a história não precisava ser documentada tal qual uma conta bancária. Dessa forma, e seguindo o próprio método que exalta, Quesada expôs os dois projetos de história da Geração de 1837 e prontamente apresentou a qual lado se filiavam sua escrita e suas convicções.⁵⁵³

O problema de López não seria simplesmente a carência de subsídio documental considerável. Os poucos documentos usados pelo historiador seriam igualmente passíveis de

⁵⁵² QUESADA, 1893, p. 4.

⁵⁵³ QUESADA, 1893, p. 5.

crítica para o autor de *La Batalla de Ituzaingó*. Bem, não será necessário um grande esforço mental para supor que Quesada estava se referindo à *Exposición* de Alvear, documento base para as análises de López no tomo dedicado à Guerra no Prata. O uso da *Exposición* de Alvear por López foi colocado sob suspeita exatamente pelas circunstâncias e pelo caráter do documento em questão, tido por Quesada como uma peça de defesa do general em chefe às acusações recebidas durante o governo de Dorrego, e de cunho claramente elogioso ao papel do militar. Por isso não seria uma narrativa confiável, visto que não representaria uma exposição desinteressada dos fatos, mas corresponderia aos anseios particulares de autodefesa de Alvear. Além do mais, as observações do militar teriam sido tomadas de maneira acrítica por López, tanto que, para Quesada, ainda se poderia ouvir o tom vibrante da própria voz de Alvear gabando-se de seus feitos.⁵⁵⁴

A essa altura o leitor deve estar duvidando se o livro de Quesada tratou mesmo da Ituzaingó. Para tranquilizar a todos é possível prevenir: o confronto bélico já vai começar, mas, Quesada não deixou de enumerar a vasta lista de textos nos quais a *Guerra del Brasil* foi tema central ou periférico, tanto na Argentina quanto no Brasil. O intuito foi demonstrar o perigo da opção de López em privilegiar apenas o relato de uma personagem, relegando a comparação com outras tantas possíveis perspectivas importantes para uma boa análise histórica, opção que transformou a narrativa de López em um discurso de justificação às ações de Alvear:

Pues bien: el Dr. López deliberadamente cierra los ojos ante esa avalancha de publicaciones, y, refugiando-se en los repliegues incommensurables de sus recuerdos, glosa el *Boletín* del ejército y la *Exposición* de Alvear. Resulta de ahí que el lector tropieza á cada paso con errores de bulto subsanados ya en alguna de las publicaciones mencionadas, y que la narración toma los tintes de una apologia – elegante, elocuentísima, es verdad – del general Alvear. No sólo no hay justicia en esa manifiesta parcialidade, sino que la verdad resulta modificada, tanto más, cuanto que la fama del historiador convierte en artículo de fe esas páginas, por lo menos para una gran parte del público.⁵⁵⁵

Seria possível identificar uma série de exigências no projeto historiográfico proposto por Ernesto Quesada: o uso de extenso acervo documental, uma escrita dura, a

⁵⁵⁴ QUESADA, 1893, p. 10.

⁵⁵⁵ QUESADA, 1893, p. 16, 17-18.

presença de considerável número de notas e fontes de todos os envolvidos para que se pudesse estabelecer comparações entre os discursos. Além disso, o autor advertiu sobre a necessidade de se olhar com cautela para as fontes, visto que poderiam ser, muitas vezes, produto das paixões e dos interesses de quem as produziu. O autor recomendou ainda uma espécie de hierarquia sobre os documentos, na qual os relatos elaborados ainda no calor dos acontecimentos teriam maior validade - como os diários de Ángel Pacheco, por exemplo - que serviram de base à análise de Quesada. Isso porque, na opinião do autor, textos posteriores aos fatos, ainda que de testemunhas oculares, correriam o risco de sofrer algum tipo de falsificação seja por uma ação deliberada ou involuntária.⁵⁵⁶

Ao observar o modelo de história sugerido por Quesada, prontamente se percebe a distância de López desse mesmo projeto e a aproximação do historiador com Mitre. Com isso, é necessário manter em mente que será uma história e um projeto nacional aos moldes mitrianos que vão animar a Batalha de Ituzaingó apresentada a partir de agora.

A primeira diferença notória entre López e Quesada esteve centrada na construção humana e militar da figura do comandante Alvear. Quesada não demorou em frisar que o general jamais gozou de grande simpatia entre seus oficiais, e o principal motivo estava no fato do chefe argentino ter permanecido ausente de todas as grandes batalhas que tiveram lugar durante o processo de independência da América. O historiador garantiu que Alvear também nutria certa implicância em relação a alguns de seus homens, entre eles o próprio Ángel Pacheco, e os motivos eram extremamente frágeis. Primeiro porque Pacheco era o único entre os chefes que conseguia manter a cavallhada de sua divisão em bom estado e, depois, em razão da profunda amizade que Pacheco nutria por Brandsen, a quem o general em chefe era bastante antipático. Para piorar, Quesada comparou a postura dos dois amigos, Pacheco e Brandsen, com a do general, dando larga vantagem aos subordinados de Alvear. Afinal, tanto um quanto o outro tiveram sua formação dentro de rígida disciplina militar. Pacheco foi subordinado a San Martín e Brandsen a Napoleão Bonaparte, por isso, tinham uma conduta moral austera e respeitosa à hierarquia de comando. Em contrapartida, Alvear, apesar de sua inteligência, pecava no quesito disciplina e, inclusive, dava com seu

⁵⁵⁶ QUESADA, 1893, p. 24.

comportamento exemplos nocivos a seus comandados, tanto que, para o historiador, se houve disciplina nas tropas republicanas foi graças à qualidade dos oficiais do exército, na maioria, vindos das fileiras de San Martín.⁵⁵⁷

Apoiado na documentação de Pacheco, Quesada apresentou acusações ainda mais graves contra Alvear, as quais davam conta de uma série de escândalos sexuais em que se envolvera antes e durante a guerra. O general em chefe enviava seus subordinados com ordens de capturar determinadas moças que depois seriam violadas por Alvear e seus homens. Pacheco teria testemunhado e tentado salvar uma dessas meninas da violência de seu comandante. O historiador mencionou também que Alvear participava, permitia e de alguma forma estimulava saques e a destruição de residências civis.⁵⁵⁸

Em termos militares, a situação do general-chefe não era inspiradora, Quesada chegou a citar e concordar com uma declaração do historiador brasileiro Pereira da Silva, já discutido nesta tese, que acusava tanto Barbacena quanto Alvear de serem, na verdade, diplomatas e, por isso, incapazes de mover tropas. Quesada insistiu, além disso, que as condições do exército republicano foram sensivelmente prejudicadas durante o comando de Alvear, pois, antes do militar assumir o cargo, as tropas estavam bem montadas e devidamente pagas em seus soldos, mas, depois, entraram em um progressivo estágio de desestruturação.⁵⁵⁹ Desnecessário dizer o quanto todas essas incriminações apresentadas pelo historiador contra o general em chefe se chocam com tom heroico entoado por López em sua *Historia de la República Argentina*.

Entretanto, a questão parece bem mais complexa do que simplesmente apontar os erros de Alvear na campanha militar da Cisplatina ou de criticar o projeto historiográfico de López. Esteve em jogo também a construção do panteão dos heróis nacionais e, consequentemente, de um projeto de nação. Dessa forma, o que Quesada reivindicava era a valorização excessiva de Alvear no texto de López, a qual poderia apequenar o lugar de San Martín: “[...] se enamora de la figura de Alvear hasta el punto de quedar deslumbrado por ella: no quiere reconocerle defecto alguno y todo lo convierte en cualidades de una perfección

⁵⁵⁷ QUESADA, 1893, p. 57.

⁵⁵⁸ QUESADA, 1893, p. 53.

⁵⁵⁹ QUESADA, 1893, p. 53.

tal, que tentado queda el lector de colocar aquella figura muy por encima de la de San Martín”.⁵⁶⁰

Alvear continuou como figura central na narrativa de Quesada, mas, ao invés de sua personalidade, o que passou a julgamento foram suas ações na Batalha de Ituzaingó. O historiador elogiou o plano militar do general em chefe, porém, fez questão de repartir todos os louros com os chefes e soldados que o colocaram em prática. Outro fator essencial para o sucesso, segundo Quesada, foi a casualidade, afinal o ousado plano tinha grandes chances de fracassar e, em alguns momentos, deve ter falhado, mas contou com a simpatia do acaso para resultar em bom êxito. A despeito de ter reconhecido a estratégia de Alvear – que incidiu em evitar a junção das forças de Barbacena e George Brown e com isso enfraqueceu a capacidade de reação do exército imperial –, o autor criticou a supervalorização feita por López em seu tomo X à atuação do general argentino que chegou a ser comparada com a de Napoleão Bonaparte, em 1815, na campanha de Waterloo.⁵⁶¹

Outros pontos da tática de guerra apresentados por Alvear em sua *Exposición* e ratificados por López, foram um a um colocados em dúvida por Quesada que, para tal, fez uso dos relatos de testemunhas oculares⁵⁶² do embate, tanto de nacionalidade argentina quanto de brasileiros, bem como da historiografia da época.⁵⁶³

Entre os temas discutidos, Quesada negou que Alvear tivesse iludido o inimigo e fingido que retornava para a Banda Oriental quando, na verdade, permanecia em Rosário. Do mesmo modo, recusou a possibilidade do militar ter escolhido previamente o campo em que daria combate ao inimigo, e foi além ao concluir que o lugar do confronto se explicaria

⁵⁶⁰ QUESADA, 1893, p. 57.

⁵⁶¹ QUESADA, 1893, p. 59.

⁵⁶² A lista de autores com que o historiador dialogou aponta para o modelo de pesquisa proposto e, sobretudo, demonstra que história da Cisplatina escolheu lembrar: MACHADO DE OLIVEIRA, 1860; SEWELOH, 1874; PARANHOS, 1868; TODD, 1892; ainda os do dr. Francisco J. Muñiz, *Noticia histórica y brevemente conmemorativa, relativa al ejército argentino destinado a la guerra del Brasil, en su gloriosa campaña de 1826 a 1827* – cujo texto foi reproduzido por seu biógrafo, Domingo Sarmiento, no *Vida y escritos del coronel dr. Francisco Muñiz*. Buenos Aires, 1885; a autobiografia de Alejandro Danel, *Autobiografía del guerrero de la independencia D. Alejandro Danel*; publicada na *Revista Nacional*, t. VI, p. 46; do sargento mayor Domingo Arrieta, suas *Memorias de un soldado*, publicadas em la *Revista Nacional*, ts. VIII, IX e X; e do Diálogo inédito del coronel Brandsen; nos *Estudios históricos – La batalla de Ituzaingó, 20 de febrero de 1827*, escrito por Clemente L. Fregeiro (publicado em *Los folletines de la Patria*, 1888).

⁵⁶³ TITARA, 1950; PEREIRA DA SILVA, 1871; e SALDÍAS, 1881.

pela necessidade e não por razões estratégicas. Aliás, o autor de *La Batalla de Ituzaingó* rejeitou terminantemente que os brasileiros tivessem sido surpreendidos pelos argentinos e frisou que não fosse um erro cometido por um militar inimigo o exército republicano estaria em sérios apuros.

*La sorpresa del enemigo, que con tanta insistencia recuerda el Dr. López, fue relativa: los brasileiros venían atacando y persiguiendo à los argentinos; los suponían del otro lado del río. Abreu, que iba de avanzada, los sorprende à tiempo y comete la falta de no avisar al resto del ejército. A eso debió su salvación el ejército argentino, pues si Barbacena hubiera sabido que Alvear estaba en una posición tan desvantajosa, el mismo día 19 ocupa las alturas que dominaban el bañado, y el 20 hubiera ametrallado allí hasta el último de los soldados nuestros.*⁵⁶⁴

A responsabilidade atribuída por López aos orientais, sobretudo ao general Lavalleja, no que tange ao resultado da batalha, também foi contestada. Apresentando um documento assinado por Lavalleja, encontrado no catálogo de correspondência militar de 1827, Quesada demonstrou que o chefe oriental não agiu conforme as ordens recebidas no dia anterior à batalha – a de formar na retaguarda uma linha para proteger a carga principal por orientação direta do próprio Alvear. O historiador chegou a apresentar uma versão similar à sua, que inocenta Lavalleja, em um contemporâneo, Adolfo Saldías – que será abordado em breve. Em suma, Quesada tentou demonstrar que a construção imagética e a personalidade de uma personagem, no caso Alvear ou Lavalleja, eram erguidas por López baseadas na simpatia ou não do autor, o que explicaria o fato de Lavalleja ser tão duramente retratado e Alvear ter recebido um olhar tão positivo. Entenda-se, López gostava de Alvear e, por isso, foi tão generoso em sua narrativa, mas Lavalleja e outros não contaram com a mesma sorte.⁵⁶⁵

Outra acusação grave direcionada ao general chefe das forças republicanas em Ituzaingó esteve ligada à morte de Brandsen. Quesada identificava em Alvear uma postura de inveja em relação a seu subordinado por este ter atuado de forma gloriosa como soldado de Napoleão; por isso, ordenou que cumprisse uma ação praticamente suicida. Brandsen estava ciente de sua morte, mas por orgulho e respeito à hierarquia militar obedeceu a

⁵⁶⁴ QUESADA, 1893, p. 67.

⁵⁶⁵ QUESADA, 1893, p. 74.

determinação de Alvear e se jogou em direção ao inimigo enquanto seu chefe assistia a cena.⁵⁶⁶

A retirada das tropas brasileiras foi outro ponto de conflito entre López e Quesada. Como discutido no item anterior, López concordou com a justificativa apresentada por Alvear, em sua *Exposición*, segundo a qual os republicanos não perseguiram os imperiais porque a cavallada estava extremamente fatigada e seria arriscado seguir em seu encalço. Mesmo assim, tanto da parte do general em chefe quanto do historiador de 1837, López, houve uma defesa do caráter decisivo da Batalha de Ituzaingó, mesmo que não tenha gerado uma derrota total do inimigo nem levado ao fim da guerra. Em contrapartida, Quesada definiu a atitude de Alvear como uma desgraça para o destino do rio da Prata e a suposta vitória em Ituzaingó como o mais estéril entre todos os sucessos. Garantiu, ainda, que o exército republicano tinha tropas descansadas, isto é, que não tinha tomado parte na ação e, por isso, não tinha sofrido qualquer tipo de desgaste, e poderia ir buscar confronto com os imperiais. Para corroborar sua perspectiva, Quesada lançou mão, para além dos diários de Ángel Pacheco, da narrativa de Todd, que como se viu no capítulo anterior, confirmou a decisão de Alvear de não perseguir os brasileiros⁵⁶⁷ e acrescentou ainda o quanto a inação do general aumentou uma indisposição já existente dos chefes argentinos em relação a sua postura militar. Insistindo no tema da retirada, Quesada recusou a informação de que os imperiais tivessem saído em desordem do campo de batalha, como foi sugerido não só por López e Alvear, mas também por Todd. Segundo Quesada, os brasileiros abandonaram suas posições de forma pausada, metódica e com tranquilidade.

Quesada encerrou a longa lista de acusações ao general em chefe citando um hipotético interrogatório levantado na Villa de Melo, em 28 de março de 1828, pelo general Enrique Martínez e respondido por Pacheco com intuito de verificar a postura de Alvear. No documento, foi perguntado se os argentinos ficaram mesmo sem víveres e sofreram com a ação dos naturais da terra, como apontado por Alvear. Ambas as colocações foram negadas, afirmando que os mantimentos eram abundantes e que raras vezes foram hostilizados. Com

⁵⁶⁶ QUESADA, 1893, p. 80.

⁵⁶⁷ Não se pode perder de vista, porém, que Todd reconheceu o mau estado da cavallada e, com isso, admitiu que a decisão do general de não seguir os imperiais foi acertada. QUESADA, 1893, p. 94-95.

essa menção às respostas de Pacheco, o discurso de defesa de Alvear foi quase completamente desmontado por Quesada, porém, ainda assim, o historiador se animou em ressaltar adesão a uma história comprometida com a verdade e distante de anacronismos e maniqueísmos. E ainda enfatizou, a despeito das críticas apresentadas em seu livro, que não desejava promover uma condenação absoluta do general em chefe, posto que, na verdade, parte de suas ações haviam sido produto de sua condição de soldado, os quais tinham por costume levar uma vida descomedida fato que não chocava a sociedade da época. Obviamente, a defesa tímida que Quesada fez dos atos do general em chefe não foi tão eficiente quanto a enxurrada de críticas afinal, mesmo reconhecendo a normalidade em alguns posicionamentos de Alvear, não deixou de hierarquizar-los diante da postura de homens como San Martín. Em suma, talvez o que o autor quisesse demonstrar com essa espécie de salvo-conduto ao general é que, se o posicionamento do militar encontrava respaldo na cultura política de sua época, a história escrita e defendida por López não tinha salvação possível.

5.5 Adolfo Saldías e um novo lugar para Rosas

A tese trará agora outro revisionista tal qual Quesada; na verdade, o iniciador do movimento: Adolfo Saldías. O autor, como seus contemporâneos, propôs uma análise crítica à perspectiva antirrosista que pautava a historiografia anterior. Lançando mão dos arquivos pessoais de Rosas, Saldías escreveu o livro *Historia de Rosas e sua época* em três tomos, publicados entre os anos de 1881 e 1887. Em tempos em que se fazia ainda muito forte o discurso de execração à figura de Rosas, tanto na política quanto na historiografia, o livro de Saldías foi recebido com o mais profundo silêncio e mal estar, ainda que sua primeira edição tenha se esgotado prontamente. Em sua segunda edição, já em quatro tomos, de 1892, o livro foi publicado com o título *História de la Confederación Argentina*,⁵⁶⁸ suprimindo a referência ao general Rosas, que ainda inspirava ânimos exaltados. Saldías foi aluno de Sarmiento, grande admirador de Mitre⁵⁶⁹ e, talvez, deles tenha herdado o interesse pelo

⁵⁶⁸ SALDÍAS, Adolfo. *História de la Confederación Argentina*. Tomo I. 3ª ed. Buenos Aires: Eudeba, 1978.

⁵⁶⁹ Saldías manteve relações pessoais com Sarmiento mesmo depois da publicação de seu livro. Mitre, ao contrário, recebeu muito mal o trabalho de Saldías, na medida em que acreditava na necessidade de todo

período rosista. O espanto causado por sua obra esteve no fato de ser o primeiro a apresentar pontos positivos do governo de Rosas⁵⁷⁰ a despeito de sua reticência em tratar assuntos espinhosos, como a violência e o autoritarismo do regime rosista. Todavia, o novo olhar lançado sobre seu biografado não significou, como em outros revisionistas, a condenação do unitarismo. Ao contrário, Saldías, de família unitária, não se furtou à tarefa de exaltar Bernadino Rivadavia, como antes fizeram Sarmiento e Mitre.

No que diz respeito à Banda Oriental, na *Historia de la Confederación Argentina*, Saldías reservou cinco capítulos: capítulo VIII, “El Congreso y la cuestión de la Banda Oriental” (1823-1824); capítulo IX, “La cuestión de la Banda Oriental” (1824-1825); capítulo X, “La guerra y la política constitucional” (1825-1826); capítulo XI, “La guerra y el fracaso de la Constitución” (1826-1827); e capítulo XII, “El aislamiento provincial” (1827-1828). Para tal, contou com um diversificado conjunto documental como a documentação pessoal do general Rosas, os periódicos de época, os diários das sessões do Congresso, boletins do exército republicano e, claro, a *Exposición* do general Alvear.

Logo no início de seu oitavo capítulo, Saldías destacou o Congresso que resultou na unificação da Argentina e como Rivadavia esteve imbuído de boas intenções ao unificar a nação. Segundo o autor, tanto ou mais que o Congresso, o que exaltava os ânimos daqueles homens, em 1824, eram a questão da Banda Oriental e a negativa do Império do Brasil de desocupar a província vizinha. A partir disso, apresentou um breve retrospecto histórico sobre a conturbada relação entre as coroas espanhola e portuguesa e quanto esta última sonhou (três séculos) em expandir suas fronteiras até a margem oriental do rio da Prata, o que acabou por produzir inúmeros conflitos e outros tantos tratados de limites. Fracassadas todas as investidas na região, para o autor, o Império usou como pretexto o avanço de José

indivíduo liberal guardar distância e certo ódio a Rosas. Julio Irazusta, em seu prólogo à terceira edição da *História de la Confederación Argentina*, ressaltou o caráter de ruptura da obra de Saldías frente aos homens que foram seus maestros, entre os quais incluiu Vicente López. SALDÍAS, 1978. p.1-6

⁵⁷⁰ Para Saldías, o governo de Rosas representou as aspirações da maioria da população de Buenos Aires que, em alguma medida, se esforçou em manter o político no poder e validar seus atos. Nesse sentido, concluiu que existia uma grande adesão ao regime rosista e, por isso, não seriam justas todas as acusações de tirania que lhe imputava a história. SALDÍAS, 1978. p.2. Certamente que para além de um respaldo diante da população, Rosas lançou mão de seu poder e do aparato de governo na tentativa asfixiar focos de divergência, agindo de forma coercitiva. TERLIZZI, Bruno Passos. Conceitos em disputa: as linguagens políticas nas obras de Sarmiento e o conflito em torno do conceito de americanismo. Dissertação (mestrado). Campinas, SP, 2013.p.38-39

Artigas para justificar sua invasão. Artigas foi pintado no livro de forma pouco lisonjeira, ressaltando seu caráter supostamente autoritário e o perigo que representava seja para as Províncias Unidas, na medida em que levava a desordem para províncias como Entre Rios, seja para Portugal, pela proximidade com suas fronteiras.

A situação na Banda foi o tema principal do capítulo, que ainda narrou a invasão da região em 1816 por Lecor, os acordos promovidos entre o representante português e importantes figuras políticas orientais ansiosas em destruir o inimigo comum, a tentativa de Artigas em buscar apoio das Províncias Unidas para barrar o avanço estrangeiro e seu fracasso diante da dificuldade do militar em acatar a autoridade do governo nacional argentino e, por fim, a posterior derrota do caudilho.⁵⁷¹ A derrota de Artigas, de acordo com Saldías, abriu espaço para os portugueses oficializarem a anexação, ainda que de forma ilusória. O resultado foi o controverso Congresso de 1821. Enquanto isso, o governo de Buenos Aires se mostrava temeroso em começar uma disputa com uma nação estrangeira, dada a guerra civil que assolava seu território. Assim, ainda que o clamor popular fosse grande, decidia-se por uma política defensiva apenas diante da já consumada usurpação da Banda.⁵⁷²

O autor citou também o processo de independência do Brasil, mas simplesmente para tratar da questão Cisplatina, onde a emancipação de Portugal gerou a divisão entre seus principais chefes militares. De um lado Lecor, fiel a D. Pedro I, de outro, Álvaro da Costa de Souza Macedo, leal a D. João VI. A indecisão política teria levado o Cabildo de Montevideú a recorrer ao Governo de Buenos Aires. Ainda segundo o historiador, mesmo que o governo de Dorrego tenha apresentado um projeto para validar o envio de recursos ao Cabildo de Montevideú, não se estabeleceu um acordo, pois o Legislativo argentino recusou a interferência na questão permitindo que o poder Executivo apenas estabelecesse negociações com os generais Lecor e Álvaro da Costa. Entretanto, rapidamente Lecor contornou a situação da Banda e as tropas leais ao antigo rei seguiram para Portugal. Ainda assim, foram enviados à corte no Rio de Janeiro representantes para negociar a devolução da Cisplatina.⁵⁷³

⁵⁷¹ O termo foi usado pelo próprio autor.

⁵⁷² SALDÍAS, 1978. p.126

⁵⁷³ SALDÍAS, 1978. p.127-128

Bem, a história contada por Saldías em seu “El Congreso y la cuestión de la Banda Oriental” (1823-1824) já é conhecida pelo leitor desta tese, mas nem por isso seria possível prescindir de contá-la, afinal, a narrativa do autor parece caminhar para uma validação de supostos direitos da Argentina sobre o território oriental. Neste sentido, admitiu que a união dos dois territórios era natural e histórica. Tal percepção poderá fornecer valiosas pistas sobre seu projeto historiográfico. Portanto, avançar-se-á para o nono capítulo. “La cuestión de la Banda Oriental” (continuação) (1824-1825) começou com a narração do esforço diplomático das Províncias Unidas junto ao Brasil para recuperar a Banda. Com esse discurso, o autor tentou validar o direito argentino ao território antes pertencente ao antigo vice-reinado do rio da Prata, usurpado de forma ilegítima e depois anexado pelos brasileiros por um Congresso em que os nativos da região estavam constrangidos pela força militar do Império. Além disso, segundo o historiador, a posse da Banda colocava o Império mais próximo da Argentina, a quem a coroa via com receios, em razão de sua prosperidade e de suas instituições.⁵⁷⁴ Outra vantagem da ocupação estava no domínio do rio da Prata que favorecia a comunicação das províncias interioranas do Brasil. Ao mesmo tempo em que Saldías tentou atribuir uma dada legitimidade ao interesse argentino de recuperar a Banda, não viu, porém, por parte dos orientais, o mesmo ímpeto de retomar à antiga união do período colonial. Ao contrário, não queriam permanecer sob a égide do Império nem das Províncias Unidas.

!La guerra! [...] Los impulsos generosos del pueblo argentino, que creían en el sentimiento verdaderamente fraternal de aquellos en cuyo provecho quería guerrear una vez más, no le permitían ajustar su conducta a las exigencias de una situación rodeada de peligros, que reclamaba más que nunca la unificación de la patria argentina con los pueblos que fundaban en ellas su ser político futuro. Y los hechos probaban que la Banda Oriental no entraba en este programa. El sentimiento de los orientales era igualmente hostil a la unidad argentina y a la anexión brasileña.

Saldías observou, porém, que muitos orientais, sobretudo os emigrados que viviam em Buenos Aires, tinham clareza que para se livrar das algemas imperiais seria necessário o apoio das Províncias Unidas e, neste sentido, se colocavam favoráveis a uma união entre as duas ex-colônias espanholas. Liderando os interesses desses emigrados estaria

⁵⁷⁴ Provavelmente se referindo ao sistema republicano e suas instituições.

Lavalleja, que já havia se decidido pela invasão da Banda a despeito do apoio de Buenos Aires. As intenções de Lavalleja encontraram eco entre importantes argentinos, como por exemplo, Juan Manuel de Rosas. Sim, ele mesmo. Segundo Saldías, Rosas foi até a Banda preparar terreno para empreitada de Lavalleja, inclusive, convidou Rivera e outros influentes orientais para se juntarem ao projeto, o que conseguiu com enorme sucesso. Como se pode perceber, Rosas ganhou no texto de Saldías papel de destaque no desenlace de 1825.

Antes de terminar o nono capítulo, o historiador ainda tentou demonstrar quanto o governo argentino esteve indiferente aos primeiros movimentos de guerra dos orientais, favorecidos exclusivamente por iniciativas de alguns particulares. A situação teria mudado somente com os resultados favoráveis do exército de Lavalleja, que fizeram a opinião pública clamar por uma posição e obrigaram o país a se lançar no conflito. Logo no início de “La guerra y la política constitucional” Rosas recebeu mais uma vez papel de destaque, o que não aconteceu em nenhum outro texto sobre os acontecimentos de 1825 a 1828 analisados até agora. Isso porque Saldías apresentou um provável projeto do Império para invadir Buenos Aires por sua costa Sul com o apoio de alguns índios, os quais rivalizavam com o governo central. Cientes do perigo, o ministro Manuel García convocou Rosas para entabular negociações com os índios e evitar uma aproximação destes com o Império. Encargo que mais uma vez cumpriu com sucesso.⁵⁷⁵

O conflito, entretanto, perdeu espaço para a política interna argentina que dominou por completo o décimo capítulo. Assim, o autor descreveu a ascensão de Rivadavia ao poder, as disputas entre unitários e federais em torno do tipo de regime que deveria reger o país, os discursos que pautaram a elaboração da Constituição e a posterior vitória do unitarismo, com Buenos Aires assumindo o posto de capital da nação.

Já em “La guerra y el fracasso de la Constitución”, o autor apresentou um quadro bem pouco alentador das tropas argentinas em meados de 1826 quando o exército ainda estava sob o comando do general Rodríguez, na medida em que faltavam às forças terrestres qualidade e quantidade suficientes para ações mais contundentes. Em contrapartida, o exército imperial contava com um grande número de homens, entre dez mil soldados sendo

⁵⁷⁵ SALDÍAS, 1978. p.142-143

dois mil do contingente alemão. O mau estado das tropas argentinas incitavam críticas da opinião pública, já descontente em razão do resultado da Constituição e que, por isso, responsabilizava o governo e o general em chefe pela inatividade das tropas republicanas. Para o historiador, no entanto, a situação do exército estava estritamente ligada à crise interna do país, dada a dificuldade de angariar recursos para equipar o exército na medida em que dependiam da boa vontade dos governadores e dos chefes de província.⁵⁷⁶

Para Saldías foi a autoridade de Alvear – inicialmente ministro de Guerra, mas logo declarado general em chefe. A habilidade e rapidez atribuídas pelo autor à figura de Alvear teriam sido as principais responsáveis pelo avanço das operações republicanas, que prontamente enfraqueceram o domínio acachapante que os imperiais tinham na Província Oriental. E assim, sem perder tempo, o historiador definiu a estratégia militar de Alvear e apresentou a primeira tentativa do general em procurar o inimigo. Isso mesmo, diferente de, por exemplo, Iriarte ou Piño, para quem Alvear era pressionado por seus subalternos para perseguir o oponente, o Alvear de Saldías era aguerrido e buscou confronto com os imperiais ainda em janeiro. A decisão do general em chefe tinha por objetivo impedir a reunião de Barbacena e Brown – estratégia militar apresentada por Alvear em sua defesa e mencionada por Quesada. A tentativa, porém, teria fracassado em razão das chuvas fortes que tornaram o percurso intransitável. A postura de Saldías em relação a Alvear foi de ratificar o que este último tinha apresentado em sua defesa, tanto que ao descrever as realizações do general em chefe o fez destacando o quadro adverso que se impunha ao seu exército, fator que supostamente só abrilhantava a postura de Alvear. As dificuldades seriam fruto, em parte, das perseguições dirigidas ao chefe republicano, que guardavam como objetivo desmoralizar as tropas e, por consequência, retirar o militar do comando.⁵⁷⁷

Ao falar da Batalha de 20 de fevereiro, Saldías afirmou que Alvear convocou seus homens para externar sua convicção de que Barbacena ocuparia o Passo do Rosário e que seu plano era tomar a região para obter as vantagens que o inimigo supunha conquistar. O plano teria sido recusado pelos generais Soler, Lavalleja, o coronel Paz e outros oficiais, que preferiam esperar no rio Santa Maria. Contou o general em chefe apenas com o apoio do

⁵⁷⁶ SALDÍAS, 1978. p.153-154.

⁵⁷⁷ SALDÍAS, 1978. p.156-157

general Mansilla e do coronel Garzón.⁵⁷⁸ Confirmando a narrativa de Alvear, Saldías descreveu o engodo preparado para Barbacena, que acreditava que os inimigos tinham atravessado o rio quando, na verdade, estavam aguardando o confronto. Saldías se uniu ao coro que declarou vitoriosa a armada de Alvear a despeito da superioridade do inimigo e, sem nenhuma falsa modéstia, asseverou que o exército do Império saiu da batalha desfeito e humilhado. O autor ainda lembrou que o general em chefe pediu ao governo de Rivadavia mais soldados para continuar a campanha e manter posição em território inimigo, mas não viu atendida sua solicitação.

Ao narrador pareceu insustentável a formação de um novo exército tanto quanto era a manutenção do governo central da República e afirmou, independente do pedido de Alvear, já se enviava uma missão ao Rio de Janeiro para negociar a paz. Saldías saiu, assim, rapidamente da guerra para mergulhar na política interna das Províncias Unidas. Mencionou a ação dos caudilhos como Quiroga, o Congresso Constituinte, mas deu ênfase à renúncia de Rivadavia, a quem não poupou elogios.⁵⁷⁹

O último capítulo de Saldías a ser discutido aqui recebeu o título de “El aislamiento provincial” e manteve como tema central as dificuldades na política interna das Províncias Unidas. Logo em suas primeiras linhas o autor lamentou o triunfo do partido federal, definido por sua demagogia, e seguiu noticiando a breve passagem de Vicente López pelo governo e a entrada de Dorrego, a quem dispensou especial atenção. Do que aqui importa, a guerra, o historiador lamentou tanto a saída de Alvear do comando das tropas quanto, e com maior ardor, sua substituição pelo general Lavalleja, a quem identificou como incapaz para o comando e acusou de trabalhar em prol da separação da Banda Oriental em prejuízo das Províncias Unidas, que a seu lado lutava. Sobre a paz, pareceu-lhe apenas uma solução imposta aos beligerantes diante da esterilidade dos resultados no campo de batalha,

⁵⁷⁸ Saldías transcreveu um fragmento de uma carta de Alvear para Garzón, datada de maio de 1832, onde o primeiro lembrou que o outro foi um dos únicos que sabiam o que deveria ser feito ao concordar com o plano da Batalha. SALDÍAS, 1978. p.157

⁵⁷⁹ SALDÍAS, 1978. p.163

mas não deixou de lembrar, porém, como era tão mais vergonhosa à República que, mesmo derrotando o Império em termos bélicos, concedia a este o triunfo abrindo mão da Banda.⁵⁸⁰

Com Saldías chega ao fim a exposição dos trabalhos historiográficos argentinos acerca da Cisplatina no século XIX. Com esses textos se espera ter demonstrado como mudanças na política e nas relações diplomáticas e intelectuais entre Argentina, Uruguai e Brasil reverberaram nas lembranças da Guerra de 1825-1828, tanto quanto os rumos na condução da República, disputada sempre por federais e unitários.

⁵⁸⁰ Saldías culpou Dorrego pelo resultado desfavorável à República, mas, sobretudo, aos orientais que havia muito tempo trabalhavam silenciosamente para independência da Banda.

Considerações finais

*A coisa
A gente pensa uma coisa, acaba escrevendo outra e o leitor entende uma terceira
coisa... e, enquanto se passa tudo isso, a coisa propriamente dita começa a desconfiar
que não foi propriamente dita.*

— Mario Quintana, *Caderno H*

Talvez o leitor tenha chegado ao final desta exposição trocando Iriarte por Alvear ou Machado de Oliveira por Lima e Silva, o que é mais do que justo. Não se quer recusar com isso o discurso individual dos autores, suas motivações e intenções – difíceis de avaliar –, mas dar maior ênfase ao projeto político que motivou em diferentes momentos a retomada da Cisplatina, fosse, por exemplo, para rechaçar um adversário político, no caso da Argentina e Uruguai, fosse para justificar um projeto nacional, para o caso do Império. O trabalho teve como objetivo relacionar o aparecimento de textos memorialísticos e historiográficos acerca da Guerra Cisplatina entre as décadas de 1850 até 1890 com o contexto político da segunda metade do século XIX. Nesse sentido da escrita historiográfica, aqui se buscou demonstrar que as narrativas produzidas sobre o conflito dialogaram com as demandas políticas tanto do Império quanto das repúblicas em consolidação.

No caso do Brasil, os relatos sobre o conflito ganharam espaço privilegiado dentro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, estabelecimento intimamente ligado ao Estado na ocasião, e transformaram um conflito esquecido durante dois decênios (1828-1849) em um dos pontos marcantes para escrita da história da nação brasileira. Já no que se refere ao Uruguai e à Argentina, as discussões sobre a *Guerra del Brasil* serviram de pretexto para o embate contra um inimigo comum, o general Rosas, e, posteriormente, contra seu legado político-econômico. Nesta guerra de memórias, muitos foram os elementos discursivos acionados para justificar tanto a derrota, quanto o empate técnico e até as supostas

vitórias (como se uma vitória de fato precisasse ser explicada), mas nenhum item figurou tanto em todos os textos quanto a Batalha de Ituzaingó ou Passo do Rosário, ainda que pareça difícil, mesmo depois dessa exaustiva descrição sobre o evento, definir seu resultado prático. É certa, porém, sua importância para o conflito e seu alcance para os rumos políticos do período. Alcance que se explicaria menos pelos campos de batalha e mais pelas discussões que seu não resultado suscitou nos meios diplomáticos entre Brasil, Argentina e Inglaterra, com o Uruguai à espreita, e como demonstramos, na historiografia das três nações diretamente envolvidas na guerra.

Sendo assim, seria plausível afirmar que para os brasileiros o confronto do Passo do Rosário marchou entre a vitória e a derrota, em breves intervalos e ao gosto do narrador, mas sempre com o intuito de responder a uma determinada demanda política. Foi o que possibilitou ao marechal Machado de Oliveira escrever, em 1849, nas suas *Recordações*, sobre o “não triunfo das tropas brasileiras” ou seu “empate técnico”, provavelmente temeroso com a possibilidade de um novo envolvimento do Império na questão platina diante do acirramento da guerra contra Rosas. Afinal, o país tinha superado recentemente o conturbado período regencial – em que se multiplicaram cisões internas – e entrar em um novo conflito não deveria parecer a todos uma decisão sensata. Entretanto, não se pode negar que Machado foi punido por não reforçar narrativamente o brilho militar das tropas imperiais e ir de encontro ao projeto intervencionista do Império que se delineava no final da década de 1849: teve sua memória engavetada até a década de 1860.

Posição oposta tomou, por exemplo, Lima e Silva na sua *Guerra com as Províncias Unidas do Rio da Prata*, tardiamente publicada, em que o autor assegurou um resultado honroso para o Império a despeito de reconhecer a condição militar desvantajosa em relação aos oponentes. Claro que não se poderia esperar uma narrativa diferente de um militar de carreira, que de alguma forma tentou salvaguardar com seu texto a coragem do exército no qual sua família mantinha postos importantes.

No Uruguai e na Argentina o olhar sobre a Batalha do dia 20 de fevereiro foi mais constante, insistindo em uma supremacia das forças republicanas sobre as forças imperiais. O que perpassou pelo discurso do general em chefe Alvear em sua *Exposición*, publicada ainda em 1827, na qual defendeu antes de tudo a si próprio e depois a honra do exército sob

seu comando. Mesmo divergindo em quase tudo de seu general, Iriarte também concluiu em seu livro *Rivadavia, Monroe y la guerra argentino-brasileña* que a Argentina se saiu melhor e sem a ajuda de seus aliados orientais. Contudo, lembrar a suposta vitória das duas repúblicas sobre o Império passou a gerar certo constrangimento diplomático com a aproximação dos três países na década de 1850, quando se estabeleceu a coalisão contra Rosas e, posteriormente, nas décadas 1860-70, por ocasião do conflito com o Paraguai. Por isso, a vitória foi lentamente abandonando seu tom épico para se diluir entre tantos outros embates internos desses países.

Ainda assim Ituzaingó ou Rosário não deixou de ser um ponto delicado, sobretudo, entre o Império e a Argentina, tanto que, em 1872, quando os dois países passaram à condição de aliados, a simples menção da batalha ainda provocava estremecimento entre os dois vizinhos, fato que pode ser comprovado com a narração do encontro de Mitre com o ministro de negócios estrangeiros do Império, Manoel Francisco Correia, quando da missão diplomática do general argentino ao Rio de Janeiro:

A resposta do Sr. ministro [Manoel Francisco Correia] foi mais expansiva que as anteriores, entrando em algumas explicações sobre o alcance de sua última nota, dizendo que, por sua parte, se havia limitado ao estritamente necessário, evitando tocar na ingrata recordação de Ituzaingo, que, com justo motivo, excitára a animosidade do Brasil (...) ⁵⁸¹

E não só Ituzaingó, mas toda a Guerra Cisplatina foi motivo de celeuma entre os três envolvidos o que explicaria as disputas narrativas em torno da escrita de sua história. As condições que possibilitaram o retorno discursivo do conflito foram outro ponto que acabou por fornecer uma interessante percepção do significado dessa guerra para cada uma das nações envolvidas. Dessa forma, seria possível sugerir um peso maior do conflito para o Brasil, seja por ela ter influenciado de alguma forma na abdicação do imperador brasileiro, por ter sido o primeiro conflito internacional envolvendo o Império ou por seu resultado incerto diante de países econômica e geograficamente menores que o Brasil – e que ainda contavam com uma situação política bastante complicada. Todos esses fatores somados talvez tenham tornado a Cisplatina, até meados da segunda metade do XIX, um processo

⁵⁸¹ Missão Especial do General Argentino D. Bartholomeu Mitre ao Brasil em 1872. Negociação Confidencial. Na Revista do Instituto Histórico, Tomo 60, parte primeira, p.9

traumático para o Brasil, mas que parece ter sido substituído pelo impacto ainda mais estrondoso da Guerra do Paraguai.

No que se refere à Argentina, a Guerra del Brasil ganhou estatuto de apenas mais uma entre as muitas guerras internas e externas que vivenciou o país e, provavelmente, menos relevante que as brigas entre unitários, federais e seus respectivos projetos de nação pleiteando o poder. No Uruguai, a Cisplatina fez parte da luta de independência da nação, mas sem o mesmo peso e folclore que a empreitada artiguista. Além disso, a Cisplatina esteve quase sempre imiscuída à discussão partidária, visto que remetia indiscutivelmente à briga entre Lavalleja e Rivera, que depois do conflito disputariam o comando do país e formariam os partidos *blanco* e *colorado*.

Independente do motivo, o que esta tese quis apontar foi ressonância da Cisplatina em maior ou menor grau na construção narrativa das nações beligerantes. Para tal, apresentou em seus cinco capítulos as memórias e as histórias imaginadas e contadas pelos três envolvidos. Começou, portanto, em seu capítulo primeiro *Entre a Política e a História: a Guerra da Cisplatina em pauta* com uma contextualização do conflito cisplatino e da Guerra Grande, no intuito de apresentar a ambiência histórica na qual aconteceriam os itens subsequentes. Os dois capítulos posteriores, *Uma guerra de Memórias* e *A Cisplatina que entrou para história*, trataram especificamente das narrativas produzidas por autores brasileiros ou vinculados ao exército imperial, levando em consideração que em ambos se percebeu um número significativo de relatos do fim da década de 1840 até a década de 1870.

O segundo capítulo se concentrou nos registros memorialísticos e o terceiro nas primeiras tentativas de historicizar o conflito. Em todos os dois, porém, se buscou entender o porquê da retomada da guerra em determinados momentos específicos. Logo se percebeu que o retorno da Cisplatina respondeu mais ao debate político coevo à escrita dessas narrativas que a uma simples necessidade de relembrar o passado. Assim sendo, esses textos dialogavam com as pendências e contendas da empreitada contra o general Rosas e as discussões diplomáticas em torno da delimitação das fronteiras entre Brasil e Uruguai.

Os dois últimos capítulos, *O debate do outro lado do Prata: fontes argentinas e uruguaias sobre a Cisplatina* e *A Guerra e a unidade Nacional: entre o “romantismo” e o*

“*revisionismo*”, enfocaram narrativas de escritores argentinos e uruguaios ou ligados ao exército republicano. Nos dois casos, contudo, foi possível observar um espaçamento temporal muito maior entre os diferentes textos, publicados entre 1827 até a década de 1890, o que se justificaria em razão do persistente contexto de conflitos internos tanto na Argentina quanto no Uruguai; isto tornou, muitas vezes, o embate com o Império um problema secundário. De qualquer forma, a guerra contra Rosas também ganhou espaço relevante nessa discussão, por extrapolar, quase sempre, para questões partidárias específicas entre unitários e federais, no caso argentino, e *blancos* e *colorados*, no caso uruaio. Outro momento em que a temática reapareceu, principalmente na Argentina, foi na década de 1890 quando o Estado já havia se consolidado e se tornava premente a construção de uma história nacional.

A tese pretendeu apontar o quanto as lembranças e a escrita da história da guerra, mas também seus esquecimentos, estiveram associados ao complexo contexto de formação e consolidação das nações envolvidas. E quando se fala em contexto, aqui, não significa um pano de fundo a partir do qual se desenvolveram as ideias. Ao contrário, compartilhando das contribuições de Elías J. Palti,⁵⁸² este trabalho buscou distinguir o caráter imanente do contexto na produção discursiva, extrapolando a percepção do texto como um reflexo lacunar de um dado momento. Aqui, ele é alçado à categoria de parte essencial da realidade social. As narrativas analisadas participaram do esforço de produzir uma história nacional vitoriosa e singular para cada um desses territórios. E, para tal, ora lançaram mão da deslegitimação do inimigo, ora atribuíram características sobre-humanas aos soldados de sua pátria; e fizeram emergir heróis nacionais sempre acompanhados da criação de um vilão de igual quilate. Não se pode negar, entretanto, a tarefa verdadeiramente hercúlea a que se submeteram esses memorialistas e historiadores da Cisplatina ao tentarem incorporá-la ao rol de acontecimentos dignos de serem lembrados, diante de tão farta rede de intrigas pessoais, indefinições militares, oposições político-partidárias, precariedade bélica e humana que marcaram o conflito.

Na tentativa de entender a produção narrativa das memórias de guerra, os textos apresentados foram lidos a partir do aporte teórico fornecido por conceitos como experiência,

⁵⁸² PALTÍ, 2007.

memória e culturas políticas. No caso da documentação analisada, o conceito de experiência – que numa construção mais simplista se define como os acontecimentos vividos e experimentados – ganhou maior amplitude ao se admitir a força da subjetividade na construção da experiência, como lembrou Lacapra, e em consequência da memória, já que os textos memorialísticos foram tomados enquanto fruto das lembranças dos indivíduos ou de uma herança compartilhada.⁵⁸³ Em direção semelhante, Reinhart Koselleck⁵⁸⁴ definiu a experiência enquanto uma atualização do passado, capaz de reunir a subjetividade e a materialidade dos acontecimentos. Portanto, a experiência conseguiria amalgamar tanto composições racionais quanto fatores inconscientes de comportamento humano.

Não se pode perder de vista, porém, que esses relatos memorialísticos conservaram em sua tessitura um discurso próprio do grupo de poder do qual emergiram. Com isso, as memórias produzidas pelas três regiões envolvidas na guerra Cisplatina foram permeadas pela rivalidade e pretenderam muitas vezes defender e justificar as posições políticas das unidades territoriais a que pertenciam esses autores. Tal percepção concorreu para uma análise sobre os usos políticos da linguagem, possibilitada pela leitura de Reinhart Koselleck em seu *Futuro passado*.⁵⁸⁵ Essa produção narrativa permitiu entrever indícios das culturas políticas em disputa na região platina durante as décadas de 1850 a 1890, isso é, dos códigos a partir dos quais cada grupo social foi capaz de enxergar uma determinada realidade. Mais ainda, os textos escritos por esses homens ganharam uma função que em muito extrapolou a de simples rememoração de acontecimentos passados, mas visaram impor um determinado discurso político.

Uma nova questão ainda pode ser adicionada da comparação entre os discursos memorialísticos com as primeiras historiografias, e diz respeito ao projeto de escrita da história. Nesse sentido, seria possível vislumbrar, de um lado, com as memórias, um modelo de escrita do passado presente até meados do século XVIII onde o termo história (em alemão *Historie*) era usado sempre no plural no intuito de identificar relatos particulares sobre os

⁵⁸³ Para uma discussão sobre o conceito de experiência ver LACAPRA, Dominick. *Historia en tránsito: experiencia, identidad, teoría crítica*. Cidade do México: FCE, 2006.

⁵⁸⁴ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

⁵⁸⁵ KOSELLECK, 2006.

eventos, como fez Tucídides com sua *História da guerra do Poloponeso* e Maquiavel em sua *História de Florença*, ambos demonstrados por Koselleck. Mas, de outro lado, as primeiras narrativas historiográficas que, emergindo do conceito moderno de história, romperam com essas múltiplas histórias e caminharam na direção de uma história singular (em alemão *Geschichte*, coletivo singular), passando, com isso, a significar uma sucessão homogênea dos fatos no destino da humanidade. Essa história de caráter singular se tornou o aliado perfeito para os Estados nacionais ibero-americanos buscarem legitimidade diante do velho mundo construindo uma identidade de cunho nacional, capaz de amalgamar e consolidar o povo em torno de um projeto de Estado.

Por fim, ao caro e bravo leitor que conseguiu chegar até aqui vale advertir quanto das lembranças e das primeiras análises históricas da Guerra Cisplatina foram permeadas pelo contexto tumultuado dos oitocentos, aquele mesmo que pintou com cores fortes de um espírito nacional uma guerra de projetos tão difusos. Aos mais atentos aos estudos sobre o Prata, ainda deve ter prevalecido a sensação de que muitas questões sobre o tema permanecem em suspenso e ainda ressoam algumas lembranças e silêncios de outrora.

Fontes Impresas

ALVEAR, Carlos Maria. *Exposición que hace el general Alvear para contestar al mensaje del gobierno del 14 de septiembre de 1827*. Buenos Aires, 1829.

BROWN, Guillermo. *Memorias del Almirante Brown*. Buenos Aires: Academia Nacional de Historia, 1957.

IRIARTE, Tomas de. *Memórias: Rivadavia, Monroe y la Guerra argentino-brasileña*. Buenos Aires: Impressora americana, 1945.

LAMAS, Andres. *Apuntes históricos sobre las agresiones del dictador argentino D. Juan Manuel Rosas contra la independencia de la Republica Oriental del Uruguay*. Montevidéo, 1849.

LIMA E SILVA, Luiz Manoel. *Guerra com as Províncias Unidas do Rio da Prata*. Rio de Janeiro: Ouvidor, 1956.

LIMA e SILVA, Luiz Manoel. *Annaes do Exercito Brasileiro sobre a guerra com a Republica das Províncias Unidas do Rio da Prata*. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1926.

LOPEZ, Vicente F. *Historia de la Republica Argentina: su origen, su revolucion y su desarrollo político hasta 1852*. 2ª ed, t. V. Buenos Aires: Sopena, 1939; e t. X. Buenos Aires: Livrería La Facultad, 1911.

MACHADO DE OLIVEIRA, José Joaquim. “Memoria historica sobre a questão de limites entre o Brasil e Montevideo”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n. 12, 1853.

MACHADO DE OLIVEIRA, José Joaquim. “Recordações históricas”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, t. XXIII. Rio de Janeiro: Typ. de Domingos Luiz dos Santos, 1860.

MITRE, Bartolomé. *Ensayos historicos*. Buenos Aires: La cultura Argentina, 1928.

PEREIRA DA SILVA, João Manuel. *Segundo período do reinado de Dom Pedro I, no Brazil*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1871.

PIÑO, José Brito del. “Diario de la guerra del Brasil, llevado por el Ayudante Jose Brito del Piño y comprende desde el 12 de Agosto de 1825 hasta el 1º de Octubre de 1826”. In:

Revista de História, Archivo Historico Nacional, t. III. Montevideu: El Siglo Ilustrado, 1910; e *Revista histórica*, ano II, t. IV, n. 11, 1911.

QUESADA, Ernesto. *La Batalla de Ituzaingó*. Buenos Aires: Compañia Sud-Americana de Billetes de Banco, 1893.

SALDÍAS, Adolfo. *Historia de la Confederación Argentina*. Tomo I. 3ª ed. Buenos Aires: Eudeba, 1978.

SARMIENTO, Domingo Faustino. *Vida y escritos del coronel D. Francisco J. Muñiz*. Buenos Aires: Félix Lajouane, 1885.

SEIDLER, Carl. *Dez anos no Brasil durante o reinado de Dom Pedro de e depois de seu destronamento, com especial atenção para o destino das tropas estrangeiras e os colonos alemães*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.

SENA, E. de. *Guerra do rio da Prata em 1825: o libelo argentino e a verdade historica*. Rio de Janeiro: Typ. do Correio Mercantil, 1857. Disponível em <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/01662300>, acessado em 28 abr. 2015.

SEWELOH, Anton Adolph Friedrich von. “Reminiscencias da campanha de 1827 contra Buenos-Ayres”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico*, v. 37. Rio de Janeiro: Garnier, 1874.

TITARA, Ladislau dos Santos. *Memórias do grande exército aliado libertador do Sul da América*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Laemmert, 1950.

TODD, José Maria. *Recuerdos del Ejército de Operaciones contra el Emperador del Brasil*. Salta, 1892.

Fontes Complementares

ALBERDI, Juan Bautista. *Grandes y pequeños hombres del Plata*. 1865.

ARRIETA, Domingo (sargento mayor). Memorias de un soldado. *Revista Nacional*, ts. VIII, IX e X.

BIBLIOTECA NACIONAL. *Anais*. V. 88, p. 33. Rio de Janeiro: Divisão de Publicações e Divulgação, 1968.

BIBIOTECA NACIONAL. Setor de Obras Raras. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1825.

BRASIL. Itamaraty. “Missão especial de Honório Hermeto Carneiro Leão ao rio da Prata...”. Estante 272, prateleira 1, volume 1, documentos 1, 2 e 9, localização “Montevideú”, datados de 4, 5 e 26 nov. 1851.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. “Tratado de Aliança offensiva, e defensiva entre o Imperio do Brasil, e a Confederação Argentina, assignado no Rio de Janeiro em 24 de março de 1843, e ratificado por parte do Brasil em 27 do mesmo mez, e anno”. 1843. Disponível em http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1843/b_20, acessado em 18 mai. 2013.

BRASIL. Senado Federal. *Anais do Senado do Império do Brasil*, 1851. Livro I. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Anais, 1978. Disponível em http://www.senado.gov.br/publicacoes/anais/asp/IP_AnaisImperio.asp, acessado em 28 abr. 2015.

BROWN, Gustavo Henrique. Defesa e relatório perante o Conselho Guerra. *Revista do Instituto Histórico do Rio Grande do Sul (RIHGRGS)*, 1º e 2º trim., p. 197-294, 1926.

MITRE, Bartolomé. *Historia de Belgrano*. 1857.

PARAGUAI. Ministério dos Negócios Estrangeiros. “Recomenda às legações brasileiras que trabalhem em prol do reconhecimento da independência do Paraguai...”. Circular de 24 de novembro de 1845, publicada nos *Cadernos do CHDD*, a. III, n. 4, p. 121-124.

Disponível em

http://www.funag.gov.br/chdd/index.php?option=com_content&view=article&id=228%3Aparaguai-circular&catid=58%3Alinksartigos&Itemid=89, acessado em 28 mai. 2013.

PARANHOS, José Maria Silva. Esboço biographico do general José de Abreu, barão de Serro Largo. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico*. Rio de Janeiro, 1868.

PEREIRA DA SILVA, João Manuel. *Memórias do meu tempo*. Brasília; Senado Federal, Conselho Editorial, 2003.

Referências bibliográficas

ABADIE, Washington Reyes. *Artigas y el federalismo en el río de la Plata*. Tomo 2. Montevidéo: Ediciones de la Banda Oriental, 2006.

ABELLÁN, José Luis. *La idea de América: origen y evolución*. Madri: Istmo, 1972.

ACEVEDO, Eduardo. *Anales historicos del Uruguay*. Tomo 1. Montevidéo, 1933.

ACEVEDO, Pablo Blanco. *El federalismo de Artigas y la independência nacional*. Montevidéo: Impresora Uruguaya, 1939.

ALBERDI, Juan B. *Las disensiones de la republicas del Plata y las maquinaciones del Brasil*. Buenos Aires: La Tribuna Nacional, 1863.

ANDERSON, Benedict. *Nações e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.

ANTUNES, Vanderlei Lemos. “O conceito de soberania em Jean-Jacques Rousseau”. *Controvérsia* (Unisinos), v. 2, p. 1, 2006.

ASSADOURIAN, C. S.; BEATO, C.; CHIARAMONTE, J. C. *Argentina: de la Conquista a la Independencia*. Buenos Aires: Hispamerica, 1986.

AZEVEDO, Francisca L. Nogueira; DAYRELL, E. G.; GIUCCI, G. *A conquista do Novo Mundo: fontes documentais e bibliográficas relativas à América Hispânica*. Rio de Janeiro: Fundação José Bonifácio, 1991.

AZEVEDO, Francisca L. Nogueira. *Carlota Joaquina na Corte do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

BALDRICH, J. Amadeo. *Historia de la Guerra del Brasil*. Buenos Aires: Imprenta La Harlem, 1905.

BANDEIRA, Luiz Alberto de Vianna Moniz. *O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata: Argentina, Uruguai e Paraguai, da colonização à Guerra da Tríplice Aliança*. 2ª ed. rev. São Paulo: Editora da Universidade de Brasília, 1995.

BARATA, Carlos Eduardo de Almeida; BUENO, Antônio Henrique da Cunha. *Dicionário das Famílias Brasileiras*. Vol. II. São Paulo: Iberoamerica Comunicação e Cultura S.C. Ltda, s/d.

BARBOSA, Silva Mota. *A sphinge monárquica: o poder moderador e a política imperial*. Tese (Doutorado). Campinas-SP: Unicamp, 2001.

BERGSON, Henri. *Memoria y vida*. Textos escolhidos por Gilles Deleuze. Madri: Alianza Editorial, 1987.

BLOCH, Marc. *Apologia à história e o ofício do historiador*. São Paulo: Jorge Zahar, 2002

BORGES, Vavy Pacheco. “Uma mulher e suas emoções: o diário de Eugénie Leuzinger Masset (1885-1889)”. *Cadernos Pagu*, n. 19, 2002.

CALLIGARIS, Contardo. “Verdades de autobiografias e diários íntimos”. *Estudos Históricos*, 1998

CALÓGERAS, J. Pandiá. *A política exterior do Império*. Fac-símile. Brasília: Senado Federal, 1998.

_____. *O marquês de Barbacena*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982; e coleção *Brasiliana*, 2ª ed., v. 2. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936. Disponível em: <http://www.brasiliana.com.br/obras/o-marques-de-barbacena/pagina/3/texto>, acessado em 28 abr. 2015.

CANO, Jefferson. *O fardo dos homens de letras: o “orbe literário” e a construção do império brasileiro*. Tese (Doutorado) Campinas-São Paulo: Unicamp, 2001.

CARNEIRO, David. *História da Guerra Cisplatina*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1983.

CARRANZA, Anjel Justiniano. *Campañas navales de la Republica Argentina*. Cuadros Históricos. *Guerra contra el Brasil 1825-1828*. Tomo IV. Buenos Aires, 1916.

CARRANZA, Jacinto. *¿Cuántos eran los Treinta y Tres?* Montevideú: Talleres Gráficos, 1946.

CASTELLANOS, Alfredo. “La Cisplatina, la independencia y la republica caudilhesca 1820-1838”. *História Uruguay*, t. 3. Buenos Aires: Ediciones de La Banda Oriental, 1998.

CASTELLANOS, Alfredo. *Juan Antonio Lavalleja: libertador oriental*. Montevideú: Medina Editor, 1955

CHIARAMONTE, Jose Carlos. “El problema de los Estados hispanoamericanos en la historiografia reciente y el caso del rio de la Plata”. *Anos 90*, v. 1, n. 1. Buenos Aires: Ariel, 1993.

- CORBO, Tomás Sansón. Matrices institucionales y metodológicas de la historiografía rioplatense del siglo XIX. El influjo de Brasil. In: *Confluente*, v. 6, n. 1, p. 111-137, 2014.
- CUTOLO, Vicente Osvaldo. *Nuevo diccionario biográfico argentino*. Buenos Aires: Elche, 1971.
- DELLARCIPRETE, Rubén. Literatura: teoría, historia, crítica. V. 15, n. 1, 2013. Disponível em <http://www.scielo.org.co/pdf/lthc/v15n1/v15n1a07.pdf>, acessado em 28 abr. 2015.
- DEVOTO, Fernando. “La construcción del relato de los orígenes en Argentina, Brasil y Uruguay: las historias nacionales de Varnhagen, Mitre y Bauzá”. In: Altamirano, Carlos (org.). *Historia de los intelectuales en América Latina. I. La ciudad letrada, de la conquista al modernismo*, p. 269-289. Buenos Aires: Katz, 2008.
- DEVOTO, Fernando. A história e as ciências sociais na profissionalização da historiografia argentina. In: *Tempo Soc.*, v. 21, n. 2. São Paulo, 2009. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702009000200006, acessado em 28 abr. 2015.
- DEVOTO, Fernando. Los historiadores positivistas argentinos: conjuntos e itinerários. In: Guimarães, Manoel Luiz Salgado (org.). *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.
- DEVOTO, Juan A. Pivel. *Historia de los partidos políticos en el Uruguay*. Montevideo: Atlantida, 1942.
- DONATO, Hernâni. *Dicionário das batalhas brasileiras*. 2ª ed. São Paulo: Ibrasa, 1996.
- DONGHI, Tulio Halperin. *História da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- DONGHI, Tulio Halperin. *Proyecto y construcción de una Nación (1846-1880)*. 1ª ed. Buenos Aires: Emecé Editores, 2007.
- DORATIOTO, Francisco. *Maldita guerra: nova história da guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- EMANUELLI, Isaac. *Apuntes históricos “La cruzada libertadora de los 33”*. Montevideo: Martin Bianchi Altura, 1960.
- ESTEFANES, Bruno Fabris. *Conciliar o Império: Honório Hermeto Carneiro Leão, os partidos e a política de Conciliação no Brasil monárquico (1842-1856)*. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.
- FERREIRA, Gabriela Nunes. *O rio da Prata e a consolidação do Estado imperial*. São Paulo: Hucitec, 2006.

FERREIRA, Loyane Aline Pessato. *A soma de luzes na construção da felicidade pública e a reflexão sobre o passado português: política e história na Revista do IHGB (1838-1889)*. Dissertação (Mestrado). Campinas, 2009.

FREGA, Ana. La virtud y el poder: la soberanía particular de los pueblos en el proyecto artiguista. In: Goldman, Noemí; Salvatore, Ricardo. *Caudilhismo rioplatense: nuevas miradas a un viejo problema*. Buenos Aires: Facultad de Filosofía y Letras, 1998.

FREGA, Ana. *Pueblos y soberanía en la Revolución Artiguista: la región de Santo Domingo Soriano desde fines de la colonia a la ocupación portuguesa*. Montevideu: Ediciones de la Banda Oriental, 2007.

FREGA, Ana. “Pertencências e identidades em uma zona de fronteira: a região de Maldonado entre a revolução e a invasão lusitana (1816-1820)”. In: Heinz, Flávio M. e Herrlein Jr., Ronaldo. *Histórias regionais do Cone Sul*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003.

FREITAS NETO, José Alves de. As histórias de Mitre: a Argentina e seus “outros”. In: Naxara, Márcia; Marson, Izabel e Brepohl, Marion. *Figurações do outro*, p. 389-410. Uberlândia: Edufu, 2009.

GALVÃO, Walnice Nogueira; GOTLIB, Nádia Battell (org). *Prezados senhores, prezadas senhoras: estudos sobre cartas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

GARCIA, Flavio A. *Los acontecimientos de 1825 en la Provincia Oriental a través de la prensa rioplatense*. Montevideu: Cordon, 1976.

GHIRARDI, Olsen. *La Generación del '37 en el Río de la Plata*. Córdoba: Academia Nacional de Derecho y Ciencias Sociales de Córdoba, 2004. Disponível em <http://www.acader.unc.edu.ar>, acessado em 28 abr. 2015.

GOMES, Ângela de Castro. *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

GONÇALVES, Roberta Teixeira. *Entre duas fábulas: o processo de construção da soberania uruguaia (1825-1828)* 2010. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Departamento de História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, 2010.

GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. *O horizonte da província: a República Rio-grandense e os caudilhos do rio da Prata (1835-1845)*. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

GUERRA, François-Xavier. “El ocaso de la monarquía hispánica. Revolución y desintegración”. In: Annino, Antonio; Guerra, François-Xavier (coord.). *Inventando la nación iberoamericana: siglo XIX*. Cidade do México: FCE, 2003.

GUERRA, François-Xavier. “Las mutaciones de la identidad en la América hispánica”. In: Annino, Antonio; Guerra, François-Xavier (coord.). *Inventando la nación iberoamericana: siglo XIX*. Cidade do México: FCE, 2003.

GUERRA, François-Xavier. *Modernidad y independencias: ensayos sobre las revoluciones hispánicas*. Madri: Mapfre, 1992.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. “Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial”. *RIHGB*, v. 156, n. 388, p. 459-613, jul.-set. Rio de Janeiro, 1995.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. *Nação e civilização nos trópicos: o IHGB e o projeto de uma História Nacional*. *Estudos Históricos*, v. 1, n. 1, p. 5-27. Rio de Janeiro, 1988.

HALPERÍN DONGHI, Tulio. *Revolución y guerra: formación de una elite dirigente en la Argentina criolla*. Argentina: Siglo Veintiuno Argentina, 2005.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

HUNSCHE, Carlos Henrique. *O ano 1826 da imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul (Província de São Pedro)*. Porto Alegre: Editora Metrópole, 1977.

HUSSERL, Edmund. *A crise da humanidade europeia e a filosofia*. Porto Alegre: Epipucrs, 2002.

JANCSÓ, István. *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec, Fapesp, 2003.

JANCSÓ, István. *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec, Fapesp, 2005.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LACAPRA, Dominick. *Historia en tránsito: experiencia, identidad, teoria critica*. Cidade do México: FCE, 2006.

LE GOFF, Jacques. “História”; “Memória” e “Documento / Monumento”. In: *Enciclopédia Einaudi Memória-História*. Campinas: Editora da Universidade de Campinas, 1990.

LEITMAN, Spencer. *Raízes sócio-econômicas da Guerra dos Farrapos: um capítulo da história do Brasil no século XIX*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

LEVENE, Ricardo. *Historia de la Nacion Argentina*. Vols. IV, V, VI e VII . Buenos Aires: Libreria y Editorial “El Ateneo”, 1948.

LIMA, Oliveira. *Dom João VI no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2006.

- LIMA, Oliveira. *O movimento de Independência 1821-1822*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.
- LOPEZ, Vicente F. *Historia de la Republica Argentina: su origen, su revolucion y su desarrollo politico*. 2ª ed., t. V, p. 3. Buenos Aires: Sopena, 1939.
- MÄDER, Maria Elisa Noronha de Sá. “Olhares cruzados: Sarmiento e o Império do Brasil”. In: *Anais Eletrônicos do VIII Encontro Internacional da ANPHLAC*. Vitória, 2008.
- MÄDER, Maria Elisa Noronha de Sá. *Civilização e barbárie: a representação da nação nos textos de Sarmiento e do visconde do Uruguai*. Tese (Doutorado). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2006.
- MADERO, Roberto. *El origen de la historia: sobre el debate entre Vicente Fidel López y Bartolomé Mitre*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2001.
- MAIZTEGUI CASAS, Lincoln. *Orientales: uma historia política del Uruguay, de las orígenes a 1865*. 2ª ed. Buenos Aires: Planeta, 2007.
- MARSON, Izabel Andrade. *Política, história e método em Joaquim Nabuco: tessituras da revolução e da escravidão*. 1a. ed. Uberlândia: Edufu - ed. da Universidade Federal de Uberlândia, 2009.
- MATTOS, Ilmar dos Santos. “Construtores e herdeiros: a trama dos interesses na construção da unidade política imperial”. In: *Almanack Brasiliense*, n. 1. São Paulo, 2005.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de Meneses. “A memória, cativa da história? Para um mapeamento da memória no campo das ciências sociais”. In: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 34, p. 9-24. São Paulo, 1992.
- MINELLI, Ivía. *A força política na grandeza das formas: o século XIX em diálogo nas obras de Sarmiento e Hernández*. Dissertação (Mestrado). Campinas-SP:Unicamp, 2013.
- MOZEJKO, Danuta Teresa; COSTA, Ricardo Lionel. *Disputa por el control de la verdad histórica: la polémica entre Vicente Fidel López y Bartolomé Mitre*. *Iberoamericana*, v. VI, n. 22, p. 43-62, 2006.
- MUÑIZ, Francisco J. *Noticia histórica y brevemente conmemorativa, relativa al ejército argentino destinado à la guerra del Brasil, en su gloriosa campaña de 1826 à 1827*. In: Domingo Sarmiento. *Vida y escritos del coronel Dr. Francisco Muñiz*. Buenos Aires, 1885.
- MYERS, Jorge. *La revolución de las ideas: la generación romántica de 1837 en la cultura y en la política argentina*. Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2010. Disponível em <http://www.cervantesvirtual.com/nd/ark:/59851/bmcpz5s0>, acessado em 28 abr. 2015.

- NAXARA, Márcia R. Capelari. *Cientificismo e sensibilidade romântica: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX*. Brasília: Ed.UnB, 2004.
- NARANCIO, Edmundo M. *La independdencia de Uruguay*. Madri: Mapfre, 1992.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.
- NORA, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. In: *Projeto História*, n. 10, p. 7-28, dez. São Paulo: PUC, 1993.
- ODDONE, Blanca París de; TOULON, Lúcia Sala de; ALONSO, Rosa. *De la colonia a la consolidacion del Uruguay*. Montevidéo: Ediciones de la Banda Oriental, 1973.
- ODDONE, Juan Antonio. “La historiografia uruguaya en el siglo XIX. Apuntes para su estudio”. In: *Revista Historica de la Universidad*. Montevidéo: Instituto de Investigaciones Históricas, 1959.
- OSTRIA, Mario Dolta. *Caudillos, doctores e masones. Protagonistas en la Gran Comarca Rioplatense (1806-1865)*. 3ª ed. Montevidéo: Ediciones de la Plata, 2008.
- PALTI, Elías José. *El tiempo de la política: el siglo XIX reconsiderado*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2007.
- PALTI, Elías. *El momento romántico: nación, historia y linguales políticas en la Argentina del siglo XIX*. 1ª ed. Buenos Aires: Eudeba, 2009.
- PARANHOS, José Maria Silva. *Esboço biographico do general José de Abreu, barão de Serro Largo*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico*. Rio de Janeiro, 1868.
- PEREIRA DA SILVA, João Manuel. *Memórias do meu tempo*. Brasília; Senado Federal, Conselho Editorial, 2003.
- PÉRES DE OLIVEIRA, Suellen Mayara. *A querela de Clio na região do Prata e o Brasil: tensões e diálogos da escrita da história nos Institutos Históricos e Geográficos (1838-1852)*. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 2010.
- PIMENTA, João Paulo G. “Com os olhos na América Espanhola: a independência do Brasil (1808-1822)”. In: *Cadernos do CHDD – Fundação Alexandre Gusmão*. Brasília, 2005.
- PIMENTA, João Paulo G. *Estado e nação no fim dos impérios ibéricos no Prata (1808-1822)*. 1ª ed. São Paulo: Hucitec, 2002.
- PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

PINTOS, Anibal Barrios. *Lavalleja la pátria independente*. Montevidéo: Ediciones de la Banda Oriental, 1976 (a).

PINTOS, Anibal Barrios. *Los libertadores de 1825*. Montevidéo: Ediciones de la Banda Oriental, 1976.

PRADA, Antonio Moliner. “El movimiento juntero en la España de 1808”. In: Chust, Manuel (coord.). *La eclosión juntera en el Mundo Hispano*. Cidade do México: FCE, 2008.

QUIRÓZ, Pilar González Bernaldo de. *Civilidad y política en las orígenes de la Nación Argentina: las sociabilidades en Buenos Aires, 1829-1862*. 2ª ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2008.

RAVIGNANI, Emilio. “El Congreso nacional de 1824-1827: la convencion nacional de 1828-1829”. In: Ricardo Levene. *Historia de la Nacion Argentina*, v. VII. Buenos Aires: Libreria y Editorial “El Ateneo”, 1950.

REAL DE AZÚA, Carlos. *Los orígenes de la nacionalidad Uruguaya*. 2ª ed. Montevidéo: Arca, 1991.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

SALDANHA, J. M. Fernandez. *Diccionario uruguayo de biografias 1810-1940*. Montevidéo: Amerindia, 1945.

SANCHEZ, Edney Christian. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: um período na cidade letrada brasileira do século XIX*. Dissertação (Mestrado), Unicamp – IEL, Departamento de Teoria e História Literária. Campinas, 2003.

SANTOS, Guilherme De Paula Costa. *No caleidoscópio da diplomacia: formação da monarquia constitucional e reconhecimento da Independência e do Império do Brasil, 1822-1827*. Tese (Doutorado). São Paulo:USP, 2015.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Belo Horizonte: Companhia das Letras: UFMG, 2007.

SCHEIDT, Eduardo. Debates historiográficos acerca de representações de nação na Região Platina. *Revista Eletrônica da Anphlac*, número 5.

SCHLICHTHORST, Carl. *O rio de Janeiro como é (1824-1826): uma vez e nunca mais*. Brasília: Senado Federal, 2000.

SEIXAS, Jacy Alves. “Percurso de memórias em terras de história: problemáticas atuais”. In: Bresciani, Stella; Naxara, Márcia. *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Editora Unicamp, 2004.

SGRIGNERO, Adriano Augusto. *Em busca da originalidade e unidade da nação: razões e critérios para uma História Geral do Brasil segundo os pareceres e juízos publicados pela RIHGB (1838-1860)*. Dissertação (Mestrado). Campinas: Unicamp, 2010.

SHUMWAY, Nicolas. *A invenção da Argentina: história de uma ideia*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília: Editora UnB, 2008.

SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da lingua portuguesa: recopilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por Antonio de Moraes Silva*. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. Disponível em <http://www.brasiliana.usp.br/en/diccionario/edicao/2>, acessado em 28 abr. 2015.

SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SOARES DE SOUZA, J. A. “O Brasil e o Rio da Prata até 1828”. In: Holanda, Sérgio Buarque de. *História geral da civilização brasileira: o Brasil monárquico*. Tomo II. 3ª ed. São Paulo: Difusão Européia do livro, 1970.

SOARES DE SOUZA, José Antônio. *Honório Hermeto no rio da Prata: missão especial de 1851-1852*. São Paulo: Brasiliiana, 1959.

SOARES, Teixeira. *Diplomacia do Império até 1865*. Rio de Janeiro: Brand, 1955.

SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda; e GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SOUZA, J. A. Soares. “O Brasil e o rio da Prata até 1828”. In: Holanda, Sérgio Buarque de. *História geral da civilização brasileira: o Brasil monárquico*, t. II, 3ª ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

SVAMPA, Maristella. *El dilema argentino: civilización o barbarie*. Buenos Aires: Taurus, 2010.

TASINAFO, Célio Ricardo. “Introdução”. In: *Memórias do meu tempo*. Brasília; Senado Federal, Conselho Editorial, 2003.

TERLIZZI, Bruno Passos. *Conceitos em disputa: as linguagens políticas nas obras de Sarmiento e o conflito em torno do conceito de americanismo*. Dissertação (mestrado). Campinas, SP, 2013.

TORRÃO FILHO, Amilcar. *A arquitetura da alteridade: a cidade luso-brasileira na literatura de viagem (1783-1845)*. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2008.

URUGUAI. Presidência. Lei nº 242, artigo 2º: “El Gobierno destinará los varones...” 1842. Disponível em: http://archivo.presidencia.gub.uy/_Web/ddhh/LEY242.htm, acessado em 21 mai. 2013.

VÁZQUEZ, Juan Antonio. *Lavalleja y la campaña de 1825*. Montevideu: Centro Militar, 1957.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.

ZUBIZARRETA, Ignacio. Unitarios en Argentina ¿los buenos o los malos de la historia? La construcción antagónica de la imagen de una facción política decimonónica a través de las corrientes historiográficas liberal y revisionista. *Iberoamericana*, v. XIII, n. 49, p. 67-85, 2013.

Referências iconográficas

Figura 1. <http://historiasylvio.blogspot.com.br/2012/07/independencia-do-brasil.html>

Figura 2. http://pt.wikipedia.org/wiki/Guerra_da_Cisplatina

Figura 3. <http://people.ufpr.br/~lgeraldo/brasil2imagensF.html>

Figura 4. <http://ceibal.elpais.com.uy/la-guerra-grande/>

Figura 5. http://es.wikipedia.org/wiki/Guerra_Grande

Figura 6. <http://www.teacherbanzai.com.br/2012/09/o-periodo-regencial-1831-1840.html>